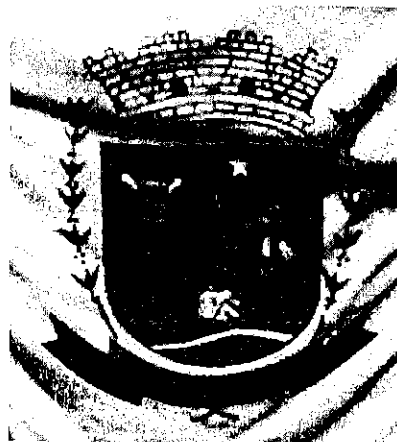




ENSAIOS HISTÓRICOS DE **ITACAMBIRA**

Doc. 10
Itacambira



Prefeitura Municipal de Itacambira

Prefeito

José Francisco Ferreira

Vice-prefeito

João Manoel Ribeiro

Secretaria de Turismo e Cultura

Antônio Neto da Silva - Secretário

Suporte Logístico

Vanusa Alves da Costa Ramalho

Joaquim Magno Miranda

Antônio Amaro Bicalho

Ilma Ramalho Ferreira

Suporte Acadêmico

Wanderlino Arruda



ENSAIOS HISTÓRICOS DE ITACAMBIRA

*Copyright by © 2014
Dário Teixeira Cotrim*

Permitida a reprodução total ou parcial deste livro sob qualquer forma ou meio,
para fins escolares, solicitando-se, todavia, a citação da fonte.

Projeto Gráfico
*Gráfica Editora Millennium
Ltda.*

Formatação
José Rodrigues F. Júnior
Design Gráfico da Capa
Dário Teixeira Cotrim

**Revisão de Texto e
Normatização**
Júlia Maria Lima Cotrim
Wanderlino Arruda

Fotos
Sérgio Mourão
Dário Teixeira Cotrim
Wanderlino Arruda
*Prefeitura Municipal de
Itacambira*

Desenhos
Belmonte

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

COTRIM, Dário Teixeira
C843e
Ensaios Históricos de Itacambira. Dário Teixeira Cotrim.
Montes Claros -
Minas Gerais. Editora Millennium/Cotrim Ltda. Prefácio de
Wanderlino Arruda. 2014.

138p.
ISBN - 978-85-67049-09-0

1. História 2. Itacambira 3. Minas Gerais I. Dário Teixeira
Cotrim II. Título

CDD: B869.4
CDU: 994 (81)

Elaborada por Dário Teixeira Cotrim, da Editora Cotrim Ltda.

DEDICATÓRIA

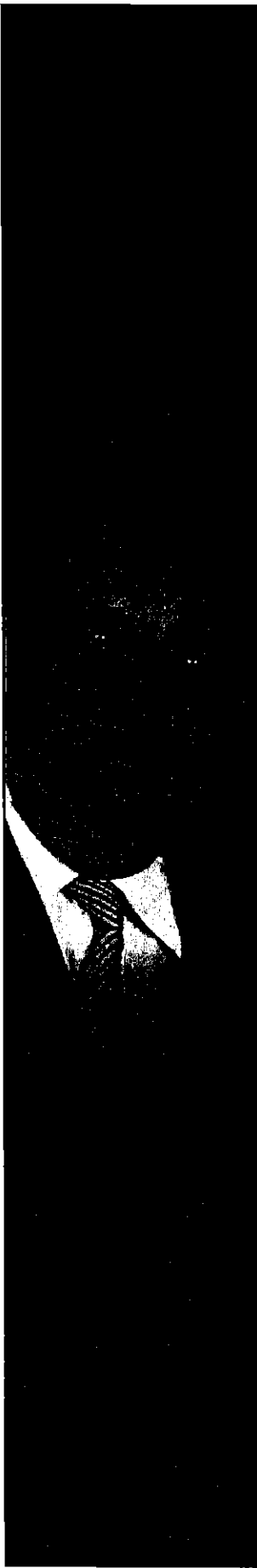
“O sertão é do tamanho do mundo”
João Guimarães Rosa

Este livro *Ensaio Históricos de Itacambira* é dedicado a todo o povo itacambirense que, direta ou indiretamente, contribuiu para que ele fosse editado.

A você que tem sede de conhecimento e viaja no mundo encantado das palavras, espero se deliciar nas páginas deste livro que traz a história de um povo e de sua cultura.

Antônio Neto da Silva
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO



DÁRIO TEIXEIRA COTRIM é baiano de Guanambi, nasceu no ano de 1949, e se radicou em Montes Claros há mais de 46 anos. Filho de Ezequias Manoel Cotrim e de dona Ida Teixeira Cotrim.

Advogado (pela Unimontes), Historiador, Jornalista, Articulista Político e Professor de Literatura e História. Ele é sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Belo Horizonte), sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, sócio correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador); sócio fundador da Academia Guanambiense de Letras, sócio correspondente da Academia Caetiteense de Letras, da Academia de Letras, Ciências e Artes de Várzea da Palma e da Academia Nevensense de Letras, Ciências e Artes (Anelca). Sócio efetivo da Academia Montesclareense de Letras. Também é sócio honorário da Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco (Aclecia) e da Academia Maçônica de Letras do Norte de Minas. Recebeu as Medalhas João Pinheiro e Israel Pinheiro, do IHGMG e a medalha Catrumano, em Matias Cardoso do governo do estado de Minas Gerais. Classificou-se em 1º lugar no "Concurso Internacional de Sonetos", pela Academia Divinopolitana de Letras, em 2005. Escreve em vários jornais de Montes Claros e região. É aposentado do Banco do Brasil. Foi Secretário de Cultura e Turismo da cidade de Rio Pardo de Minas e ex-diretor da Biblioteca Pública "Dr. Antônio Teixeira de Carvalho", de Montes Claros. Ele vem agora dedicando às pesquisas históricas do Norte de Minas. Publicou pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes o livro História Primitiva de Montes Claros. Nesta mesma linha publicou o livro História Primitiva de Guanambi e concluiu o livro Ensaio Histórico de Itacambira, além de mais de três dezenas de livros

com gêneros literários diversificados: cordel, teatro, crônicas, biografias, bibliografias, genealogia e a história regional. Em Guanambi recebeu da Câmara Municipal a Medalha Flávio David e participou de vernissages de artes plásticas pela Secretaria Municipal de Cultura. É Cidadão Honorário da cidade de Bocaiúva.

ÍNDICE

**PREFÁCIO - WANDERLINO ARRUDA -
11**

PROÊMIO - DÁRIO TEIXEIRA COTRIM - 17

CAPÍTULO I

DATA S PERTINENTE S E DADOS

ESTAT ÍSTICOS

- Isocronismo - 19
- Informações Preliminares - 20
- O que significa o nome "Itacambira"? - 21
- Os Símbolos do Município - 22
- Hino de Itacambira - 22
- Brasão do Município - 23
- Bandeira do Município - 25
- Mapa da Região de Itacambira - 26

CAPÍTULO II

HISTÓRIA PRIMITIVA DE ITACA MBIRA

- Na Distância do Tempo - 27
- As Entradas - 28
- Os Caminhos dos Bandeirantes - 28
- As Bandeiras - 29
- Fernão Dias Pais - 32
- O Sertanista Miguel Domingues - 34
- Estrada Real - 36
- Guerra dos Papudos - 37

ÍNDICE

- O que disse J. O. R. Miliet de Sant-Adolphe - 38
- Cronologia de Fernão Dias Pais - 39
- Os Índios Botocudos - 41

CAPÍTULO III O POVOAMENTO E A CRIAÇÃO DA VILA

- O Povoamento - 43
- Termos de Minas Gerais e o Regimento dos Dragões - 44
- Criação da Freguesia - 45

CAPÍTULO IV A MISTERIOSA LA GOA DO VUPABUÇU

- A Lagoa do Vupabuçu - 49
- Carta de Dom João Antônio Pimenta - 50
- Carta Topográfica da Lagoa do Vupabuçu - 55

CAPÍTULO V A RELIGIOSIDADE DE UM POVO

- Igreja de Santo Antônio de Itacambira - 57
- Os Padres Pioneiros - 60
- Os Padres Progressistas - 62
- 300 Anos de Evangelização - 63
- Relato do Padre José Ozanan - 65
- A Joia de Itacambira - 68

CAPÍTULO VI AS MÚMIAS DE ITACA MBIRA

- Um Enigma do Tempo - 69
- Crônicas no Tempo - 72
- Mortos Esquecidos: João Valle Maurício - 74
- O Mistério de Itacambira: Ramiro Lage - 76

CAPÍTULO VII CULTURA E TURISMO

- Nossa Literatura - 81
- Pequena Antologia Poética - 82
- Artes Plásticas - 92
- Os Artesãos de Itacambira - 93
- Turismo em Itacambira - 93
- Na Rota do Conhecimento - 93

- Mapa do Ecoturismo de Itacambira - 95

CAPÍTULO VIII A LENDA DO VUPABUÇU

- A mãe d'água Uiara - 97
- A Lenda do Santo Antônio Aparecido - 100
- O Crime da Malacacheta - 101

CAPÍTULO IX COSTUMES E TRADIÇÕES

- A Festa do Divino Espírito Santo - 103
- Folia de Reis - 105

CAPÍTULO X CURIOSIDADES INTERESSANTES

- O Batizado de Diadorim - 107
- Intendente Câmara - 109
- Pedra da Ursa - 110
- A Natureza Caprichosa - 112
- Lapa do Bugre - 113
- Fogo Simbólico - 114

CAPÍTULO XI REGISTROS POLÍTICOS

- A Iniciação Política - 117
- Instalação do Município de Itacambira - 120
- Galeria dos Prefeitos - 122
- Câmara Municipal de Itacambira - 125
- Formação da Primeira Câmara Municipal de Itacambira - 125
- Formação da Atual Câmara Municipal de Itacambira - 126
- Pequena Biografia de Geraldo Maier Bicalho - 126

CAPÍTULO XII ANOTAÇÕES ANTIGAS

- Documentos da Igreja - 127

AGRADECIMENTOS - 132

BIBLIOGRAFIA - 133

PREFÁCIO

*"Dentro da pedra já existe uma obra de arte,
eu apenas tiro o excesso de mármore".
Michelangelo*

Como pintor, como fotógrafo, como poeta, olhos e ouvidos abertos para belezas do mundo, será que tenho uma maneira especial para descrever Itacambira? A quantas anda a minha sensibilidade histórica - sempre apaixonada pela mineiridade do Norte - para sentir de alma e coração, todos os encantos com que Itacambira vive? Quantas visitas tenho de fazer, quantas idas e quantas vindas tenho que gastar para sorver tudo de belo que deve estar lá desde o tempo de criação, das tentativas, dos sonhos de ver contemplar esmeraldas? Como evocar os mesmos sentimentos que deve ter tido Fernão Dias ao contemplar o fulgir de luzes da Serra Resplandecente? Perguntas e mais perguntas, buscas infinitas de imponderáveis levezas, junção e colorido do que pôde ou não pôde a Natureza esculpir e detalhar cores... Um dos clichês mais produzidos pelo cinema, em antigos filmes de faroeste, são as pequeninas cidades do interior, todas quase sempre vivendo mais paz do que guerra, uma espécie de santa inocência. Cachorro "quentando" sol, sino da igreja badalando amanheceres, fiéis caminhando para os cultos, meninos jogando bolas de pano e se lavando em repuxos, donos de vendas vendendo e tomando notas. Ainda mais: cowboys jogando damas, velhas vitrolas tocando Oh Suzana, as portas dos bares num abre e fecha de nunca terminar. Que saudades de um passado bonito e gostoso tão e tão distante do pisca-piscar e dos barulhos da vida moderna! Comparando passado e presente, acredito que é por isso que Itacambira é um lugar que vale a pena, que o ir lá e apreciar tudo tem a maior razão para quem gosta da vida e do viver. Itacambira é o retrato do passado com moldura do presente: linda, charmosa, colorida, quase inocente. Um paraíso para quem sabe ouvir e imaginar, ver e sentir.





Wanderlino
Arruda, mineiro
de São João do
Paraíso, reside
em Montes
Claros desde
1951.
Graduação em
Letras e Direito,
pósgraduação
em Linguística,
Semântica e
Literatura
Brasileira.
Algum tempo de
política
(presidente da
Câmara
Municipal e
Secretário da
Cultura), muitos
anos de
bancário, muitos
na construção
civil, sempre no
magistério. Onze
livros, inclusive
dois e-books
(poesias e
crônicas).
Atividades em
várias
instituições: no
Instituto
Histórico e
Geográfico de
Montes Claros:
presidente; na
Academia
Montesclarensis
de Letras: vice-

De uma coisa eu sei: lá em Itacambira, Gabriel Garcia Marquez jamais conseguiria escrever Cem Anos de Solidão. Do alto dos mais de mil metros acima do nível do mar, não há restrições de vistas e de pensamentos. É como se fosse o topo do mundo, lá fora e lá longe toda a beleza de existências, todos os azuis das serras e dos morros de velho e novo Testamentos. Itacambira tem figuras interessantíssimas de pedras, tudo desenhado para uma destinação histórica, sem gênese nem apocalipse. É tudo ou muito mais de um proporcionar de fantástica experiência no cotidiano e no sempre. Falar de Itacambira - só Deus sabe - é um modo de saborear frases e dedos de prosa, repicar vivências mais que verossímeis, longe e perto do quase normal, do incrível e do mágico. Mil e um, dois e três mil, muitos momentos de amor! Se fosse eu em vez de Dário Cotrim, o autor da história e das estórias de Itacambira - quem sabe muito mais poeta que historiador - escreveria tudo diferente, tendo e vivendo sonhos personalíssimos para explicar o mundo de encantos. Por meio de imagens, maior parte delas mais do que poéticas, tentaria encontrar uma perfeição interiorana ainda maior do que a natureza é capaz de criar ou construir. Meu trabalho seria produzir frases, desenhar ideias, sonhar todos os sonhos possíveis e impossíveis para dar aos leitores a sensação de estar colorindo pinturas com as cores do próprio tempo. Cotrim - que já alcança situações de maestria da história - ao contrário, é outro tipo de pesquisador. Seriamente em cima de documentos, é o escrivão competente de escrituras do fielmente acontecido. Ele não tem compromissos com o dia-a-dia político, com as vaidades dos que governam ou formam opiniões. Escreve dentro do real, marcado sempre pelo acontecido, sem ferir e sem apresentar tintas do que não existiu ou não existirá. Sempre real, sempre justo com os textos que vieram antes dele, observa grafias, realça destaques. Seus mapas são desenhados por viajantes ávidos

residente; das novidades e das belezas do sertão
no Banco do mineiro e norte-mineiro. Muitos dos seus
Brasil, textos têm a fé de ofício de amigos nossos
treinamento de da escrita montes-clarense, entre eles os
pessoal; no escritores Artur Jardim de Castro Gomes,
Rotary Simeão Ribeiro Pires, João Valle Maurício
International, e o
formador de jornalista Fernando Zuba. Diferente de
administradores; Cotrim, eu não, tentaria muito mais do que
na Fundação a verdade, talvez até mais do que muito...

Rotária

Brasileira, Da sala de jantar de Nana e José Edson, ela
coordenador pintora, professora, poeta do bordar e
regional, cozinhar, ele ex-prefeito da cidade,
webmaster de enquanto Dário Cotrim e eles conversam,
vários sites e levanto-me e saio de câmara em punho,
blogs. para captar todo um mundo de belezas,
frente a frente com a Serra Resplandecente.
Não falo nem explico nada, isolo-me e só
vejo a montanha verde, que está, ou
continua numa beleza de eternidade. Bato
uma, bato duas, bato vinte ou trinta fotos,
um clicar de doce emoção. Coisa boa é
câmera não ter mais filmes e você ficar à
vontade para bater todas as fotografias do
mundo. Ainda do lado de dentro, comose
fosse um alpendre, mudo muitas vezes de
posição e decido sobre as imagens que
quero ter no agora e no depois. Ganhando o
espaço externo, desço um, desço dois,
desço todos os degraus, até encontrar a
maior visão da superfície de verde e de
brilhos. Quase não dá para economizar
cliques, porque tudo é bonito demais numa
paisagem que os bandeirantes viram e que
até hoje alumia a história. Nem posso
imaginar como tem sido cada amanhecer e
cada boquinha da noite para aquelas almas
sedentas de beleza da imensidão de Brasil,
aliás, mais do que
isso, da elegância e da majestade destas
inesquecíveis paisagens mineiras.

Voltando da deliciosa visão que só um
gosto de sonhos pode permitir, Nana, a
dona da casa, mesa posta, descobre a toalha
para nos oferecer, como que para marcar
nossa visita, dois presentes de dar muita
água na boca: em pratos porcelanados, eis

o mais suave dos requeijões, cremoso, macio, desejável até para quem não tem fome, e uma quase transparente marmelada, exatamente do colorido daquelas que minha mãe fazia em São João do Paraíso, tão tecidamente fina que pode ser saboreada de garfo ou de colher. Acolhimento nota dez, a que o baiano mais mineiro que existe, Dário Teixeira Cotrim, e eu tivemos até que antecipar agradecimentos. Delícia das delícias. Requeijão e marmelada, casados ou não, formam uma parceria para a mais requintada sobremesa, coisa de agradar ao mais exigente dos deuses. Para nós, a visão e o sabor foram mais do que um iluminar de chuvinhas, busca-pés e rojões numa noite de São João!

Em Itacambira, benção da mais fina flor mineiramente virgem, mágica de onde evolui a terra e começa o céu - a beleza é tricotada com requintes de amor tanto pelo vento como pelo sol, pela brisa e pela lua. Em termos de história é como se a vidinha interiorana nunca mudasse, bastando o sentimento

de modéstia em cada nesga de tempo. Na praça, o coreto e o engenho, um bem pertinho do outro, quem sabe temerosos de jamais encontrar o futuro. Os dois, testemunhas de um passado não calculável em duração de séculos, conservam a preciosidade da madeira lavrada a demãos de enxó e em alisamentos de plainas. Cada foto representa doces liames a unir tantos que devem ter sido os tempos e os contratempos, beleza de filtros e peneiras de saudades. Tudo quase genuinamente bíblico. Com certeza o sempre lembrado Fernando Pessoa - vendo e contemplando - poderia até dizer que "tudo vale a pena quando a alma não é pequena".

No geral um muito admirar, muito a ser levado em consideração. A paisagem rica de matizes, os horizontes de muita amplitude, a antiguidade do chegar e do sair dos bandeirantes, o cuidado de Fernão

Dias em organizar a posse e a segurança das terras, deixando homens e mulheres em situação família. Admirável a abertura de estradas, a fundação dos garimpos, os princípios religiosos que até hoje sacralizam as convivências. Roceiros, lavradores, criadores de gado, faiscadores de ouro, garimpeiros do verde-azul de preciosas pedras, - toda uma gama de trabalho honesto - representaram o progresso inicial e o apetite de beleza do sempre. Para um conhecimento mais preciso, importante ler e analisar o texto do bispo D. João Antônio Pimenta, que viveu por lá o bom tempo de um ano, e a carta de encômios magnificamente escrita pelo Monsenhor José Ozanan, nos idos de 1980. Poucas vezes, pude ver e sentir uma religiosidade tão pura como a vivida até hoje em Itacambira. Pergunte isso a Jorge Ponciano e ao padre Jorge Luís Hugrey.

Tecendo este prefácio para o livro de Dário Cotrim, acredito com a mais justa modéstia de quem trata a situação com um carinho quase santificante e um entusiasmo que só pode sentir alguém gerado e nascido no interior de Minas, esta Minas Gerais, território e nação que nunca faltaram à brasilidade de tudo que há de melhor no mundo. Cada palavra - sentida e trabalhada - é, espero, uma contemplação, uma viagem literária, um fio de poesia pessoal e coletiva. Chego a acreditar que todos os meus leitores - também leitores do livro de Cotrim - estarão convictos de que, estando ou vivendo em Itacambira, poderemos sempre vivenciar um deslumbrar de sonhos, um alvoreçar de sentimentos, um magnético agradecer a Deus a permissão para tanta grandeza e tanta majestade. Falando no sério ou no fantástico, posso afirmar que a felicidade não é propriamente uma estação à qual chegaremos, mas uma agradabilíssima forma de ser e viajar.

Mil vezes os mais sinceros agradecimentos, a você, historiador Dário Teixeira Cotrim,

por permitir essa grandiosa visão do real, do humanamente sensível e da encantadoramente poética história de Itacambira! Que este álbum histórico seja o mais legítimo documentário e fonte de pesquisas aqui e alhures, para alunos e para mestres de todos os graus e degraus do ensino, da escola primária até a universidade. Que as academias e institutos históricos vejam o seu trabalho como a mais legítima prestação de serviços ao Saber e à Cultura!

Deo gratias!

PROÊMIO

"A verdadeira viagem se faz na memória"
Marcel Proust

Apresentamos nesta despretensiosa obra, que intitulamos de Ensaio Histórico de Itacambira, os fatos históricos mais remotos da cidade. Trata-se, pois, esta meritória iniciativa somente em preservar a memória dos movimentos entradistas e exploratórios na Serra Resplandecente que resultaram na criação do primeiro centro de povoamento: a freguesia de Santo Antônio do Itacambiruçu da Serra do Grão Mogol.

Nota-se que os fatos históricos foram pesquisados e analisados, criteriosamente, possibilitando que este resgate sirva de base para o estudo da história da região do Norte de Minas, quicá do Brasil. Por isso, o nosso objetivo é o de disseminar a história antiga da cidade de Itacambira para estudantes, historiadores e para todos aqueles que gostam de saber sobre o passado misterioso da terra e do encantamento de sua gente. Será assim porque a história estuda o pretérito com o objetivo único de explicar o presente, portanto, qualquer achega será bem-vinda para o complemento do que desejamos construir.

Para a melhor compreensão deste nosso modesto trabalho de pesquisa, no tempo e no espaço, foram acrescentados

PROÊMIO

aos seus textos, fotografias e várias notas explicativas. Também crônicas e depoimentos (cartas) sempre no sentido rigoroso dos fatos e com o intuito apenas de dar notícias extraídas da reduzida e valiosa bibliografia desde o século XVI até o momento, aparecendo em posição de relevo as obras dos mais sédulos informantes da nossa história: do padre Fernão Cardim (Tratado da Terra e Gente do Brasil) até ilustres historiadores montesclarenses: Simeão Ribeiro Pires, Hermes de Paula, Urbino Vianna e tantos outros.

É importante esclarecer, ainda, aos nossos leitores que o nosso desejo de escrever sobre a cidade de Fernão Dias Pais se prende na gênese e na evolução dos fatos, enigmáticos ou não, ainda que sem exposição clara e devida da ciência. Portanto, na trajetória do tempo real, desde os primórdios da colonização - século XVI - até os dias de hoje, muitos foram os livros escritos com a finalidade de registrar as mais variadas sinopses inerentes à história dos municípios brasileiros. Itacambira não escapou à regra e em razão disso continuamos neste caminho, de tempo trilhado e sabido, apresentando com subido orgulho os Ensaio Históricos de Itacambira.



CAPÍTULO I

DATAS PERTINENTES E DADOS ESTATÍSTICOS

ISOCRONISMO

1681. Fernão Dias Pais chega à região de Itacambira e descobre as pedras verdes na Lagoa do Vupabuçu. Também neste ano ele morre, a caminho do Sumidouro;

1701. 13 de fevereiro - Baltazar de Moraes é nomeado para explorar a região das esmeraldas;

1702. 15 de março - Antônio Soares Ferreira faz diligências para

descobrir as esmeraldas anunciadas por Fernão Dias Pais;

1707. Provável início da construção da Igreja de Santo Antônio de Pádua, em Itacambira;

1718. Felisbello Freire anota que o bandeirante paulista Sebastião Raposo comandou uma expedição que passou em Itacambira;

1823. 23 de março - Alvará de Criação da Freguesia de Itacambira;

1840. 03 de maio - Lei Nº 184 - Elevação à paróquia o curato de Santo Antônio do Gorutuba com o nome de Santo Antônio do Itacambirussu da Serra do Grão Mogol;

1868. 22 de julho - Lei Nº 1575 - É extinta a freguesia de Itacambira;

1911. 30 de agosto - Lei Nº 556 - Data da criação do Distrito de Itacambira;

1923. 07 de setembro - Lei Nº 843 - É oficializado o nome de Freguesia de Itacambira;

1962. 30 de dezembro - Lei Nº 2764 - Data da criação do Município de Itacambira;

1963. Primeiro de março - Data da instalação do Município de Itacambira;

1998. 30 de julho - A Igreja de Santo Antônio de Pádua, de Itacambira, teve sua inscrição lançada no Livro II, do Tombo de Belas Artes.

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Localização: No alto Jequitinhonha, na serra do Espinhaço.

Limites: Ao norte com o município de Grão Mogol, ao sul com o município de Bocaiúva e Guaraciama, ao leste com o município de Botumirim e ao oeste com o município de Juramento.

Área do Município: 1.788.445 km² (IBGE)

Latitude e Longitude: 17° 03' 54" S 43° 18' 32" O

População: 4.988 hab. (IBGE)

Densidade populacional: 2,5 hab/km²

Altitude: 1.048 metros

Temperatura média: 18,5°C

Bioma: Cerrado (IBGE)

Principais atividades econômicas: agricultura de subsistência, pecuária, mineração e reflorestamento.

Distância de Itacambira para Belo Horizonte: 509 quilômetros.

Distância de Itacambira para Montes Claros: 94 quilômetros.

*OBS: Felisbello Freire, no seu influente livro História Territorial do Brasil, escreve **Tacambira**, conforme página 158. Vejamos: "Pela parte do sertão se acha o mesmo continente povoado com as minas do rio de Contas, minas do **Tacambira**, Serro Frio e Minas Gerais, ao redor dos quaes e por entre ellas se achão povoados muitos currais de gado".*

O QUE SIGNIFICA O NOME "ITACAMBIRA"?

O historiador Teodoro Fernandes Sampaio, no seu influente livro Vocabulário Geográfico Brasileiro, anotou o nome de Itacambira da seguinte forma: corr. Itá-acambira, o forçado de ferro; o compasso, a tenaz. Pois bem, neste mesmo estudo ele fez referencia às palavras Itabira com o seu significado: itabira,

c. a pedra levantada ou empinada. Tanto em Teodoro Sampaio como no livro o Dicionário da Língua Tupi (Chamada língua geral dos indígenas do Brasil), de Gonçalves Dias, que: itá = pedra, caá = mato e bira = empinado. Portanto Itacambira = pedra levantada, ou empinada, no meio do mato, o que não condiz com a explicação inicial de Teodoro Sampaio.

Itacambira (melhor Tucambira) na opinião de Urbino Vianna em Bandeiras e Sertanistas Baianos. Página 52. Tucambira corr. Tucã-mbyra, a pele de tucano. Entretanto, este não é o caso nosso, pois é sabido da pedra que sai do mato o que dá origem ao nome de Itacambira.

OS SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO

Os símbolos que representam o município de Itacambira são: o Hino, a Bandeira e o Brasão do Município. Esses símbolos retratam a história antiga e, também, as características que traduzem seus elementos mais expressivos como sua identidade, suas riquezas, seus costumes e suas tradições.

HINO DE ITACA MBIRA

Cá, no alto, bem distante,
Entre serras, onde nasceu,
Esta cidade pequenina
Que nos deixa perto do céu

A brisa que aqui passa
Nos traz perfumes agradáveis,
De seus campos, de suas flores,
De prados aqui tão saudáveis.

É nosso lar, nosso ninho,
Cheio de amor e bondade.
Onde oferece carinho
Aconchego e fraternidade...

Ó terra encantadora!
Das brilhantes serranias.
Da singeleza de seu povo
Das glórias de Fernão Dias.

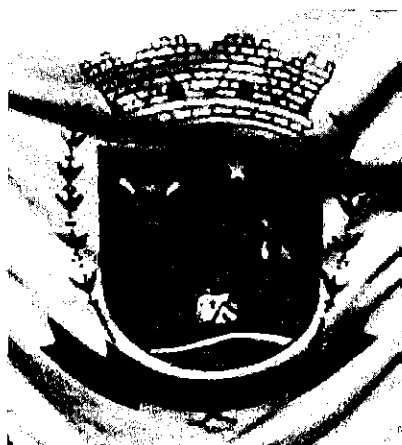
Aos benfeitores desta terra
Cantemos louvores mil.
Sejam lembrados para sempre
Na história do meu Brasil.

Ó terra encantadora!
Das brilhantes serranias.
Da singeleza de seu povo
Das glórias de Fernão Dias.

Letra de: Nana Leão

Música: Maria Aurita Mendes Bicalho

BRASÃO DO MUNICÍPIO



O Brasão do município de Itacambira é composto das seguintes representações: na sua parte externa encimada pela Coroa Mural com seis torres em argente porque é sede do município. A cor prata do mural das torres significa a paz e a prosperidade. O escudo no estilo português está emoldurado pelos lados, dextra e a sinistra, por duas hastes de café, riqueza da região na sua agricultura. Na sustentação uma faixa vermelha com os dizeres: **1-03 - ITACAMBIRA - 1963**. O nome do município e a data de sua instalação.

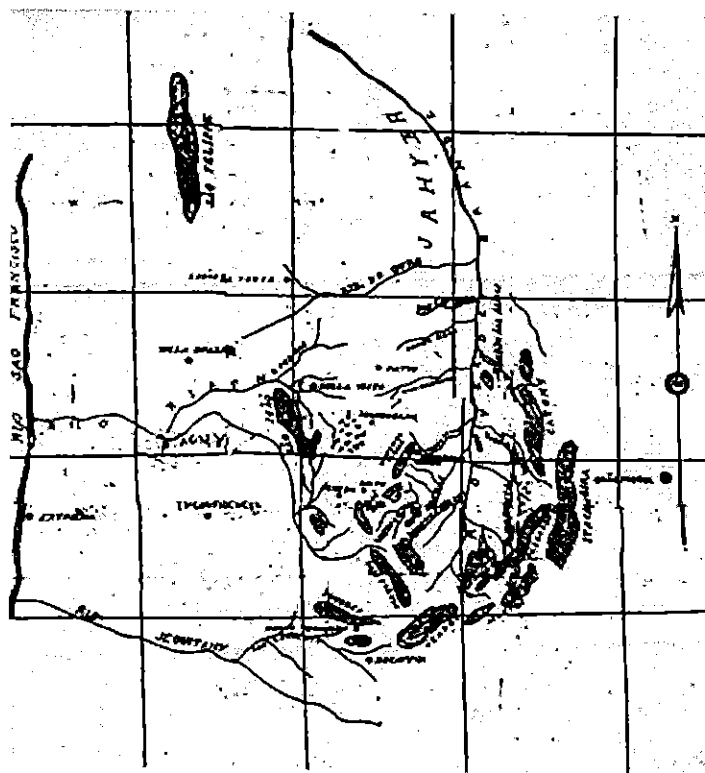
O escudo, em estilo português, é dividido em três partes: Duas partes superiores formando uma cortina de cor vermelha, que retrata o sangue derramado dos destemidos homens que aqui chegaram ao final do século XVII. Do lado esquerdo um tambor, utensílio usado pelos gentios nesses tempos primários. Na parte direita, no alto, há uma estrela prata de cinco pontas que é o símbolo de ascendência do município. Abaixo, uma cruz em amarelo que representa a fé cristã do seu povo. Na terceira parte do escudo, vemos na parte inferior um debuxo branco, serpenteada, cortando o escudo de ponta a ponta. Trata-se esse risco do rio Itacambiruçu que revela a hidrografia da região. No alto veem-se o azul de Nossa Senhora e o verde que representa a vegetação dos nossos campos, na figura da Serra Resplandecente. Ao centro a cabeça do boi, numa alusão à pecuária, atividade rural que faz parte da riqueza do nosso povo.

BANDEIRA DO MUNICÍPIO

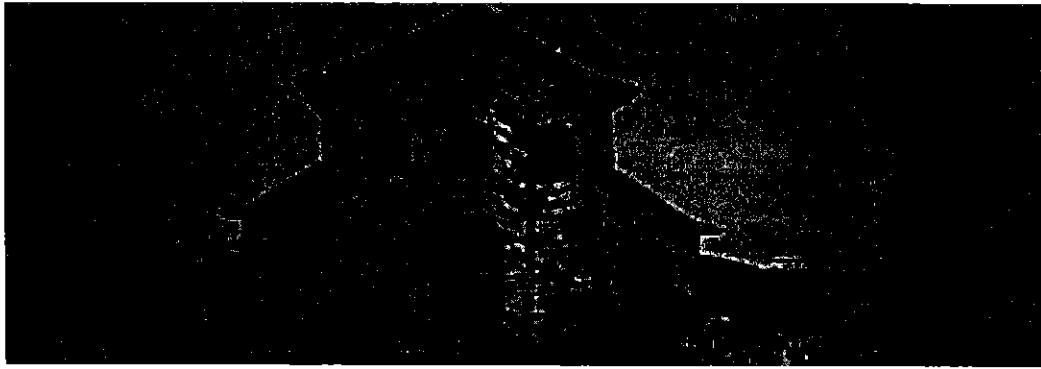


Bandeira do Município de Itacambira é representada por três cores: o verde que retrata a mata, o azul que simboliza o céu e a cor branca que representa a paz e a prosperidade. No centro da Bandeira o Brasão do Município.

MAPA DA REGIÃO DE ITACAMBIRA



Desenho do Historiador Urbino de Sousa Vianna
Encarte do Livro "Montes Claros: Breves Apontamentos
Históricos, Geográficos e Descritivos"



CAPÍTULO II

HISTÓRIA PRIMITIVA DE ITACA MBIRA

NA DISTÂNCIA DO TEMPO

Na chegada de Pedro Álvares Cabral e sua numerosíssima comitiva, em Porto Seguro (hoje Cabrália), o escrivão Pero Vaz de Caminha já relatava em sua Carta ao Rei o que dissera um dos dois silvícolas apresentados por Afonso Lopes ao capitão Cabral. “Um deles pôs olho no colar do capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que, nos dizendo que ali havia ouro...”. (1) A partir desse momento os portugueses sabiam que a terra era promissora e certamente que havia uma quantidade considerável de ouro e prata. Ainda no primeiro momento sugeriram as lendas sobre as pedras verdes: as esmeraldas que já eram conhecidas dos indígenas brasileiros.

|1) Os
|Caminhos do
|Ouro
|e a Estrada
|Real. Antônio
|Gilberto Costa.
|Belo
|Horizonte.
|Editora
|UFMG.
|2005.

(2) Tratado Também as esmeraldas passaram a ser assunto corriqueiro escrito do Brasil no Tratado Descritivo do Brasil em 1587, trabalho de em 1587. Gabriel pesquisa de Gabriel Soares de Souza. “Em algumas partes Soares pesquisa do sertão da Bahia se acham esmeraldas mui limpas e de (1540-1 honesto tamanho, as quais nascem dentro em cristal, e como rasiliana. Crescem muito, arrebenta o cristal; e os índios quando as 1987. Capitulo dentro nele, põem-lhe o fogo para fazerem CXCVC de maneira que lhe possam tirar as esmeraldas de Em que se declara dentro... (2). Nota-se que naquela época todo esse território o nascimento das pertencia à Província da Bahia e, por isso Itacambira esmeraldas e era considerado sertão da Bahia. afiras.

Página 350.

A história de Itacambira começa na distância do tempo, com um fato inusitado que ocorreu com o bandeirante paulista, Fernão Dias Pais, contraindo febre às margens da Lagoa do Vupabuçu, desassossegando os impávidos portugueses que até, então, andavam em busca de fortuna.

(3) SAMPAIO.

Teodoro

AS ENTRADAS

Fernandes. O Tupi

na Geografia Outra vez, na distância do tempo, notícias das “Pedras Nacional. Páginas Verdes”, as esmeraldas cintilantes da Serra Resplandecente,

125/391. chegam aos ouvidos dos bandeirantes paulistas e, em poucos
"Corruptela de meses, uma legião de aventureiros se forma em grupos para
Yupaba-ocu, quer lançar na selva virgem das minas gerais, ao encontro da
que dizer: a Lagoa Lagoa do Vupabuçu (3). Assim, iniciava-se o povoamento
Grande. da região de Itacambira.

Alternativa:

Upabuçu,
Vupabuçu.

OS CAMINHOS DOS BANDEIRANTES

Diferentemente das Entradas, os Bandeirantes usaram e abusaram dos leitos dos rios para penetrarem-se na região do

hinterland brasileiro. Pelos rios eles chegavam nos lugares mais distantes, ligando o sul com o norte e o oeste com o leste. O Rio São Francisco, por exemplo, foi o mais importante caminho para o sucesso das Entradas e Bandeiras. Aliás, mesmo depois da febre do ouro, o Rio São Francisco continuava sendo o mais procurado pelos colonizadores e por isso ele foi batizado com o nome do Rio da Unidade Nacional pelos estudiosos e pesquisadores da nossa história. Por outro lado, os morros, as serras e todos ou quaisquer sinais físicos da terra eram utilizados pelo homem para a sua orientação. A Serra Resplandecente e a Lagoa do Vupabuçu indicavam o lugar onde estariam escondidas as pedras verdes.

Escreve Vicente Tapajós que *"assim como o ouro, também a caça aos índios era uma necessidade, ou antes, imposição do desejo de obter fortuna"*. Em Itacambira viviam os índios botocudos. Muitos desses nativos foram preados por Matias Cardoso de Almeida e seu cunhado Antônio Gonçalves Figueira e vendidos como escravos para os fazendeiros paulistas. Como escreve Capistrano de Abreu: *"Homens munidos de armas de fogo atacavam selvagens que se defendem com arco e flechas..."*.



O Garimpeiro

AS BANDEIRAS

Cala-se a estranha voz. Dorme de novo tudo
Agora, a deslizar pelo arvoredo mudo,
Como um choro de prata algente o luar escorre.
E sereno, feliz, no maternal regaço
Da terra, sob a paz estrelada do espaço,
Fernão Dias Pais Leme os olhos cerra. E morre.
(O Caçador de Esmeraldas - Olavo Bilac)

(4) AS ENTRADAS Mas, antes mesmo da chegada de Fernão Dias Pais, outros - tinham a finalidade bandeirantes passaram por aqui no comando de várias de expandir o expedições para o reconhecimento do interior da terra território, eram brasílica, fazendo relatos e informando à Corte, supostas financiadas pelos minas de pedras preciosas ou metais nobres (ouro e prata)

cofres públicos e nos cascalhos dos grandes rios. Enquanto isso, a Vila de São Vicente era a porta de entrada do sertão paulista, onde o governo colonial em os bandeirantes fizeram grandes investidas pelo interior da nome da coroa, ou província, aprisionando índios e descobrindo riquezas. seja, eram Também conquistaram o oeste, ultrapassando o expedições Tratado de Madrid, um acordo político entre Portugal organizadas e Espanha. pelo governo de Portugal.

(5) Bandeiras e sertanistas Baianos. Urbino Vianna. Página 138.

(6) Revista do Instituto Histórico Brasileiro, pag. 67. Parte I, pag. 76, Senhor de engenho no Caípe, Gabriel Soares, pag. 37.

Por outro lado, a Vila de Porto Seguro (Cabrália) oferecia aventureiros uma boa acolhida. As grandes pedras verdes das selvas virgens, ao longo dos rios, eram constantes que as Entradas(4) enfrentavam. "Orville Derby assinalou o esforço baiano nesses movimentos como fator importante da civilização brasileira, chegou à conclusão de que as minas de Caeté e Itacambira, ou Tucambira, na região chamada Serro Frio, foram primeiramente, descobertas pelo lado da Bahia e não de São Paulo". (5)

Segundo o historiador Luís de Brito, o sertanista Sebastião Fernandes Tourinho foi o descobridor das esmeraldas na Serra Resplandecente, na região de Itacambira. Disse-nos que "largou ele em canoas de Porto Seguro, alcançou e subiu o Rio Doce (que os índios chamavam Mandij), e explorou as margens do sul, voltando com alvissareiras notícias de pedras verdes". É a história das esmeraldas que começa. Na verdade, o sertanista Tourinho somente trouxe para conhecimento do povo, uma lenda que incomodou os bandeirantes paulistas. Ainda, assim, outros sertanistas investiram na conquista das esmeraldas. É sabido que desde Marcos de Azevedo, cujo roteiro das esmeraldas os jesuítas já conhecia, em 1611, até quando apareceu o bandeirante Fernão Dias Pais(6).

Diferentemente das Entradas, na Vila de São Paulo criou-se as Bandeiras. A denominação "Bandeira", segundo o historiador Pedro Calmon, veio do nome da unidade militar batalhão, ou do grupo armado do exército recomposto por Carlos V. Em outras palavras, D. Francisco Manuel de Melo nos ensina que "repartida a gente em partes desiguais, a que ora chamamos hostes, ora bandeiras". (7)

(7) *Epanáforas de Várias Histórias*, pag. 176, Lisboa, 1676, *Arcaísmo luso, tem a palavra a acepção que lhe dava Antônio Vieira na Anua da Província do Brasil, 1625: "bandeira nossa com mechas caladas"; Frei Vicente do*


A história registra que a primeira Bandeira foi a do capitão-mor de São Vicente, Jerônimo Leitão, de 1585. Nesta época importava-se muito mais em aprisionar índios, escravizando-os para o trabalho braçal, do que mesmo encontrar ouro ou pedras preciosas. Prear índios - assim como fez o jovem Antônio Gonçalves Figueira - era uma missão lucrativa e

tinha o apoio das autoridades competentes. Nesta linha de raciocínio, podemos dizer que foram muitos os temíveis homens que se aventuraram pelos caminhos sinuosos das matas virgens. É verdade que nos rastros desses sertanistas plantaram-se vilas e povoados, contribuindo para o povoamento do grande sertão, haja vista que entre as províncias de São Paulo e Bahia as terras eram ignotas e vastas, além do mais o perigo dos animais selvagens, sempre em exposição, afastavam os viandantes do percurso normal. Os gentios e as intempéries, outros perigos eminentes que eram enfrentados com coragem e determinação.

O Brasil já havia passado por várias invasões. Os holandeses no nordeste e os franceses no Rio de Janeiro. Tudo isso indicava a necessidade dos brasileiros de se penetrarem pelo interior para a tomada definitiva da posse. Os paulistas tinham a consciência dessa conquista. Talvez, o custo alto de uma expedição fosse uma barreira, mas nunca deixou de ser impedimento para eles. Nada era incomum a vida dos bandeirantes nas selvas.

NOTA: O ouro FERNÃO DIAS PAIS (8)

sempre foi uma preocupação dos portugueses e as esmeraldas, por sua vez, uma



obsessão constante.

Assinatura do Caçador de Esmeraldas sem o Leme que às vezes lhe emprestam

Em 1570, Pero de Magalhães

de Gandavo registrava

que "certos índios davam novas de umas pedras verdes, que havia numa serra muitas léguas pela terra a dentro". Gabriel Soares revelava em sua obra que "alguns homens tinham ido à serra das Esmeraldas". Também o historiador baiano Frei Vicente do Salvador,

Pois bem, de posse da Carta Patente expedida em 20 de outubro de 1672, põe-se a caminho, no dia 21 de julho de 1674, o destemido bandeirante Fernão Dias Pais com a sua bandeira, da Capitania de São Vicente de Piratininga para a mata bruta do imenso sertão mineiro, como logo a mataria o malsinava. Numa carta-advertência, antes da partida para o sertão mineiro, Fernão Dias Pais disse: "E para isso deixei em Tucambira cinquenta aves e doze porcos alavancos e marronis, milho bastante do ano passado em casa e uma roça para colher com cinco negros e duas negras e a tenda armada, para com a chegada de dom Rodrigo e nova ordem que trouxer ter ali mantimentos para ir ter com o capitão José de Castilho à minha roça onde este ficou com a obrigação de a plantar de novo". (Eduardo Canabrava. **Roteiro das Esmeraldas**. Rio de Janeiro. José Olympio. 1979. Página 89).

em

Desta mataria são troncos gigantescos que marcavam as picadas por onde os silvícolas andavam; são os buritis com

1627, informava os
essa serra: seus leques abertos num aceno de puro desespero; são os
“Sabemos em cipós retorcidos e fracos, e galhos secos dos parasitas
certo haver uma horripilantes que transformam tudo isso num inferno verde.
serra na capitania
do Espírito Santo
em que estão
metidas muitas
esmeraldas”.

(8) Fernão Dias
Pais (Leme - às
vezes empregado,
mas não é o
correto, isso não
obstante o seu pai
chamar-se Pedro
Dias Leme), na
posse da provisão
ou carta patente
expedida em 20 de
outubro

Fernão Dias Pais venceu todas essas barreiras naturais até a de 1672, pelo
região de Itacambira! Governador Geral

Era fato comum, por onde passavam alguma expedição Mendonça, pela
exploradora que, sempre ficavam pessoas em determinado qual lhe foram
lugar, para plantar e colher os mantimentos. Assim, esses conferidas as
lugares tornaram-se, com o passar do tempo, povoados e prerrogativas do
vilas. Portanto, foi uma determinação de Fernão Dias Pais a estilo e o título de
permanência do capitão José de Castilho e alguns servos, Governador das
para guardar as minas descobertas e cuidar das roças. Assim, Esmeraldas,
o lugar escolhido para plantar o povoado foi na parte mais organizou a
alta da serra de Itacambira com o objetivo claro e bandeira da qual,
sacramentado de fugir dos efeitos das epidemias que entre outros
assolavam nas baixadas dos rios e lagoas. O capitão José de paulistas de
Castilho era um elemento estranho à comitiva de Fernão merecimento e
Dias Pais. Este já estava na região de Itacambira há muito importância
tempo e por isso foi chamado por Fernão Dias para guardar faziam parte:
as minas descobertas e cuidar das roças. Matias Cardoso, o

Com as supostas esmeraldas em um embornal de couro, o
destemido Fernão Dias Pais parte com a sua comitiva para o dos potentados,
Sumidouro e Sabarabussu. Aos poucos a paisagem da Serra como Ajudante e
Resplandecente ia ficando cada vez mais longe, longe até Chefe - sucessor
que desapareceu de uma vez por todas. de Fernão Dias;
Manoel de Borba
Gato e Garcia

Desapareceu também Fernão Dias Pais.

Contava, então, o Governador das Esmeraldas já com setenta e três anos de idade quando veio a falecer nas margens do Rio das Velhas.

- *“Esmeraldas!... Gritou alucinado o ancião... Esmeraldas!... E sentiu um calafrio - o primeiro sintoma da febre que o vitimaria poucas léguas adiante, às margens do rio das Velhas...”* (9)

Rodrigues, este filho e aquele genro do Governador das Esmeraldas; e Antônio Gonçalves Figueira, cuja individualidade se liga intimamente à nossa narrativa” (Urbino Vianna).

(9) Hermes Augusto de Paula. Montes Claros sua História, sua Gente e seus Costumes - Parte I. Montes Claros. Ed. Unimontes. 2007. Página 4.

Depois da morte de Fernão Dias Pais, o seu filho Garcia Rodrigues foi ao encontro de D. Rodrigues Castel Blanco, com um embornal contendo pedras verdes, dizendo ser as esmeraldas fruto dos sonhos de seu pai e um recado: *“E assim mesmo me disse mandasse em nome de Sua Alteza tomar posse das pedreiras e de umas roças de milho e feijão que o defunto seu pai tinha no Sumidouro e Tucambira e matos e pedrarias, o qual, em nome do dito Senhor enviou pessoas suficientes a replantar e cuidar das ditas roças, até quando viesse ordem de Sua Alteza”*. (Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 1924. páginas 161/2).



O Bandeirante

Na pesquisa feita por João Valle Alves de Souza, no seu artigo *“Luzes e Sombras Sobre a História e a Cultura do Vale do Jequitinhonha”*, publicado no livro *“Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas”*, ele disse que *“a ocupação inicial de Minas Novas se deu por volta de 1726, sob a denominação de Minas Novas do Araçuaí. Em dois de outubro de 1730. Era criada a Vila de Minas Novas, que foi identificada por Saint-Hilaire pela denominação de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí, ou Vila do Fanado. Entretanto, já nos primeiros anos do século XVIII, algumas expedições desbravam a porção alta do Espinhaço: Serro, em 1703; Itacambira, em 1704”*.

O SERTANI STA MIGUEL DOMINGUES

Na "História Média de Minas Gerais", do historiador Diogo de Vasconcelos registra que o capitão Miguel Domingues e um grupo de garimpeiros paulistas descobriram riquezas em Itacambira, onde passou a morar na região, iniciando assim o povoamento do lugar. Ainda conta Mário Leite no seu influente livro "Paulistas e Mineiros - Plantadores de Cidades" que "... a desenvolvida localidade de Montes Claros tem a sua origem

ligada à atuação dos sertanistas Miguel Domingues, que deixara as suas lavras de Ouro Preto e Antônio Gonçalves Figueira que abriu um caminho, nessas paragens, desde o ribeirão do Vieira até o São Francisco...".

No meu livro "História Primitiva de Montes Claros", fiz a seguinte anotação: sabemos por isso mesmo que o ardiloso sertanista Miguel Domingos estabeleceu-se nas montanhas de Itacambira em companhia de uma enorme famulagem, toda ela procedente da província de São Vicente de Piratininga.



Guerra dos Papudos

Em resumo, notamos que durante a procura do ouro em Itacambira houve, entre esses fâmulos de Miguel Domingues e os garimpeiros baianos, moradores daquele local, uma verdadeira disputa pelo metal amarelo. A arrogância e as desavenças se tornavam de grandes proporções, tudo isto, com o perigo iminente para todos ali residentes de se envolverem em constantes rixas. A tradição, sob a ameaça da justiça, dá-nos um espelho enigmático do que realmente possa ter acontecido naquele lugar.

Os pugilatos no meio das ruas do pequeno povoado de Itacambira eram frequentes e tudo isso acontecia devido à rudeza de Miguel Domingues, pois todos "... viram nele um usurpador de glórias e vantagens obtidas à custa de canseiras e sacrifícios alheios..." pois, ele crava ali a triste figura do trustee, fazendo de Itacambira uma sociedade açambarcadora, onde era suprimida a concorrência, admitindo à força, os preços convenientes aos seus interesses pessoais.

Daí a pouco veio a expulsão total dos paulistas (Guerra dos Papudos(10)).

Isso tudo ocorreu em virtude da cúpida ganância e do ódio dos forasteiros. Ora, a expulsão dos paulistas aconteceu com a explosão da Guerra dos Papudos, movimento criado sob

(10) É verdade que nas minas a lei dos mais fortes sempre vigorava com absoluta precisão. "Manda quem pode, obedece quem tem juízo" era esta a maneira dos mais ricos e poderosos sobre a camada dos aventureiros mais fracos. Na Guerra dos Emboabas, que aconteceu no de 1709, os portugueses saíram vitoriosos e expulsaram os paulistas das terras do ouro. Foi uma contenda horrível, onde muitos paulistas morreram no Ca-

pão da Traição, no rio das Mortes. Aqui, Itacambira, aconteceu Guerra Papudos, as lideranças daqueles que lhe quiseram impedir a mineração do ouro naquele lugar. Entravam em conflito os interesses de alguns moradores da vila com os dos homens da tropa de Miguel Domingues. O historiador Diogo de Vasconcelos disse que as minas de Itacambira foram manifestadas pelos "papudos".

luta sangüinária entre os paulistas e os baianos. Novamente os paulistas foram derrotados e expulsos da região. Por ser um tanto constrangedor e, em parte, ainda pendente de confirmação, mas o refúgio foi a saída honrosa e imediata dos impertinentes paulistas "desta sorte foi que alguns daqueles valentes exploradores, atravessando o rio Verde e a extensão de terras então inabitadas vieram ter casualmente à Fazenda de Montes Claros"(11)

que este fato aconteceu por duas vezes. Em consequência dessa luta, o sertanista Miguel Domingues e seus homens foram para a fazenda Montes Claros, de José Lopes de Carvalho. Há aqui mais um engano que cumpre desfazer, pois nos parece que não foi tão casual assim a presença dos homens de Miguel Domingues aqui na Vila de Montes Claros de Formigas, como afirma o desembargador, doutor Antônio Augusto Veloso. É significativo registrar que o atual proprietário da fazenda dos Montes Claros, na época da chegada do capitão Miguel Domingues, era o alferes José Lopes de Carvalho, também oriundo daquele depósito natural de minérios nas vizinhanças de Itacambira, portanto, um velho conhecido desta corja de homens selváticos.

ESTRADA REAL

11) *Antologia da Academia Montesclarensis de Letras. Hermes Augusto de Paula in Desembargador Antônio Augusto Veloso página 122.*

Não obstante a região de Itacambira ter sido visitada pelos baianos, como afirmou Urbino de Sousa Vianna, no seu comentário do livro "Bandeiras e Sertanistas Baianos", como se segue: "Chegou à conclusão de que as minas de Caeté e Itacambira (aliás, Tucambira), na região chamado Serro Frio, foram, primeiramente, descobertas pelo lado da Bahia e não pelo lado de

São Paulo após da questão, podemos afirmar que a Estrada Real, onde passava o ouro, não beneficiou Itacambira, tendo em vista a sua posição geográfica: do lado direito, vinha-se do Tijuco para Minas Novas, fazenda da Vacaria e o sítio de São Romão (Salvador Cardoso de Sá) e, finalmente, para o sertão da Bahia (Tranqueira - na Chapada Diamantina). Pelo lado esquerdo, do Tijuco havia várias ramificações que dava até a Barra do Rio das Velhas (Guaicui) e, também, a vila de Montes Claros de Formigas.



Dá para frente o caminho era o Rio São Francisco. Portanto, entende-se que a Vila de Itacambira ficava numa região montanhosa, de difícil penetração e isolada do acesso da Estrada Real. Nem por isso, permaneceu isenta da ação devastadora dos garimpeiros de Miguel Domingues.

GUERRA DOS PAPUDOS

O que aconteceu com a Guerra dos papudos, no nosso modesto entendimento, foi uma estúpida invasão coletiva e descomedida dos baianos na região de Itacambira, onde os homens do capitão Miguel Domingues lavravam a terra em um silêncio absoluto. Essa plausível agitação dos baianos baseia-se, de algum modo, à própria ansiedade de recuperar a posse perdida das terras do sertão dos Cataguases. Porque tudo aquilo ali era território da Bahia.

Os paulistas, sendo efetivamente descobertos, como diz Diogo de Vasconcelos: "foram assaltados por um bando de mestiços denominados de papudos, semibárbaros, provenientes do Rio de Contas, e por estes intimados a darem de mão os serviços, sob o pretexto de ser aquele distrito pertencente à Bahia e não aos paulistas...".

Fernão Dias Paes Leme (1608-1681) nasce provavelmente na vila de São Paulo do Piratininga, descendente dos primeiros povoadores da capitania de São Vicente. A partir de 1638 desbrava os sertões dos atuais estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, chegando ao Uruguai. Em 1661 fixa-se nas margens do rio Tietê, perto da vila de Parnaíba, e administra uma aldeia com

cerca de 5 mil índios De principio, ousaram viver em paz aqueles dois grupos de mineradores, mas os homens do capitão Miguel Domingues, escravizados. Em julho de 1674 foram por eles - os papudos - expulsos daquelas terras. Como quer que seja, este episódio ficou conhecido pelo nome de Guerra dos Papudos! O QUE DISSE J. O. R. MILIET DE SAINT-ADOLPHE Na excelente obra *Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Império do Brazil*, de Miliet de Saint-Adolphe, do ano de 1845, foi registrado nas páginas 505/6 que a Freguesia da Província de Borba Gato e os Minas Gerais - Itacambira - (ficava) a 22 léguas ao noroeste da cidade de Minas-Novas, 90 pouco mais ou menos ao nordeste da cidade d'Ouro Preto, e 12 ao norte da vila de José Dias Pais. Formigas. Teve principio esta povoação em 1698, tempo em que uma bandeira de paulistas comandada por Miguel Domingues, entranharam-se nas matas, se estabeleceu entre as montanhas escabrosas que fazem ao sul do rio Itacambira. Os companheiros de Miguel Domingues foram expulsos d'aquela sitio por outros paulistas, a que os primeiros puseram o nome de Papudos. No cabo de muitos anos de continuas rixas, ficando os Papudos senhores das minas que só foram conhecidas no governo em 1707, edificaram uma Igreja da invocação de Santo Antônio, que não teve título de paróquia senão passados trinta anos. O

Itacambira), e por termo Freguesia de Itacambira, que dizem ser de 40 léguas mais de sete anos de comprimento e quase outro tanto da largura, encerra tão o bandeirante somente uma população de 8.000 habitantes mineiros e explora os vales criadores de gado.

dos rios das

Mortes,

Paraopeba, das

Velhas, Araçuaí e

Jequitinhonha.

Encontra as

turmalinas, que

pela cor verde

confunde com

esmeraldas. Morre

de malária perto

do Sumidouro, ao

retornar a São

Paulo.

CRONOLOGIA DE FERNÃO DIAS PAIS

1608: Nasce em São Paulo, Brasil.

1626: Assume seu primeiro posto de trabalho como fiscal de vendas da Câmara Municipal.

1638: Participa na Bandeira de Raposo Tavares no Sul do Brasil.

1640: Fernão Dias defende a expulsão dos jesuítas.

1644 a 1646: Parte em nova Bandeira, desta vez no sertão.

1650: Empenha-se na construção do Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

1651: É eleito juiz ordinário.

1653: Promove a reconciliação entre paulistas e jesuítas.

1661: Volta ao sertão em busca de índios, para depois vendê-los.

1665: Retorna a São Paulo com mais de 4 mil índios; não conseguindo vendê-los, passa a administrá-los numa aldeia às margens do Rio Tietê.

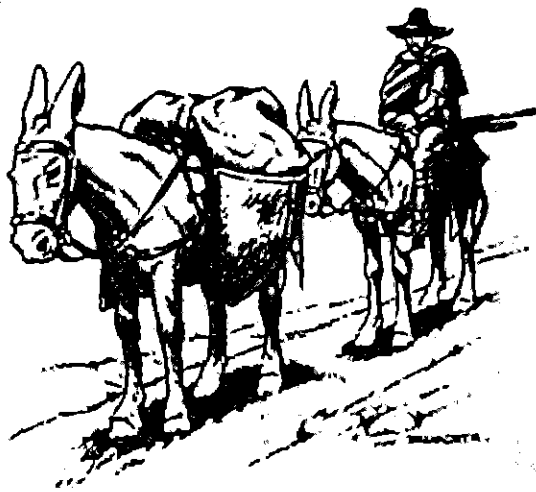
1671: Recebe recomendação do governador para descobrir esmeraldas.

1672: Começa os preparativos da sua expedição.

1674: Parte com 674 homens à caça de ouro e esmeraldas.

1681: Entre cascalho descobre o primeiro lote de pedras verdes no Vupabuçu. Morre de febre no meio da mata rumo ao Sumidouro

Eduardo Bueno, em seu livro "história do Brasil" definiu muito bem a importância e a ação desses homens: "Em apenas três décadas - as primeiras do século XVII - os bandeirantes e seus mamelucos podem ter matado ou escravizado cerca de 500 mil índios, destruindo mais de cinquenta reduções jesuíticas nas regiões do Guaíra, do Itatim e do Tape".



O Mercador

NOTA: Durante a volta de expedição de Fernão Dias Pais, de Itacambira para o Sumidouro, novamente houve um princípio de desassossego contra as ordens do comandante. Alertado por uma índia Fernão Dias faz uma reprimenda aos desordeiros, jurando-os castigo idêntico ao imposto ao seu filho bastardo José Dias: a forca. Em vista disso, a região ficou conhecida com o

"Desde que saí de Serra Nova, quase não descansei. cheguei em São Félix, achei logo frete inteirado para Maracá. Ai tampei a tropa de sal e ia para casa. Mas no Gavião soube que nas Lavras do Mucugê, sal e toucinho estão bons. Então troquei um bocado de sal por toucinho e aqui vou eu..."
(Maria Dusá - Lindolfo Rocha)

nome de
'juramento'
topônimo que foi
emprestado para
denominar a
cidade

OS ÍNDIOS BOTOCUDOS(12)

Os índios da região de Itacambira não foram empecilhos para o arranchamento dos paulistas em volta da Lagoa do Vupabuçu. Se eles não ajudavam em nada, também não atrapalhavam. Viviam sempre à distância dos agrupamentos. Eram, por assim dizer, de uma rudeza inconfundível, preguiçosos e vingativos. Matias Cardoso de Almeida e Antônio Gonçalves Figueira eram sabidamente preadores de índios. Entretanto, essa prática foi usada em outros lugares - principalmente no nordeste quando Figueira voltou com 700 índios aprisionados - mas isso não aconteceu na região de Itacambira, pelo menos não há registros nesse sentido.

Perlustrando a região de Itacambira, os cientistas Spix e Martius anotaram, com detalhes, as principais características dos índios Botocudos, os que habitam a região. Vejamos: *"Quando, no dia seguinte, cavalgamos pelo cerrado tabuleiro, no declive gradual da chapada, em caminho para o principal lugar do termo de Minas Novas, a Vila de Bom Sucesso ou do Fanado, fomos subitamente surpreendidos por um bando de índios nus, homens e mulheres, que vinham em completo silêncio pela estrada. Eram da tribo dos Botocudos antropófagos. Como todos os índios que havíamos visto até agora, eram também estes de cor de canela clara, de altura mediana, estatura baixa, pescoço curto, olhos pequenos, nariz curto achatado e lábios grossos. O cabelo negro brilhante, escorrido, caía em melenas revoltas em alguns; a maioria deles trazia-o raspado em volta da cabeça, até uma polegada acima das orelhas"*.

Ainda conta Spix e Martius que presenciaram *"o mais revoltante aspecto de uma mulher (índia) a qual tinha os braços, pernas e seios cobertos de feridas sangrentas e inchados e andava*

NOTA: Durante o retorno da expedição de Fernão Dias Pais, entre Itacambira e Juramento, há a Serra do Decamão. Segundo o historiador Simeão Ribeiro Pires, esse nome originouse das dificuldades dela ser transposta pelos homens da comitiva. Haja vista que os elementos que avançavam tinham que dar a mão aos que vinham atrás, carregando suprimentos e armas.

(12) Botocudo é uma denominação que os colonizadores portugueses utilizavam para identificar o conjunto de índios que usavam botoques labiais e auriculares.



vacilante atrás da horda. Ela fora surpreendida pelo marido no ato de infidelidade; este no acesso de ciúme, paixão tão dominante entre os índios, havia-a marrada a uma árvore, travessando-a de flechadas, e agora, abandonada, ela acompanhava, como mal o podia, o bando, já arrependida do passo em falso”.



CAPÍTULO III

“As terras virgens que se estendem bem p’ra lá das serranias de Grão-

O POVOAMENTO E A CRIAÇÃO DA VILA

O POVOAMENTO

Como já dissemos no parágrafo anterior, a cidade de Itacambira foi encravada no topo da serra do Espinhaço como celeiro e guarnição para o distrito das Esmeraldas. Notícias advindas dos registros históricos falam que no ano de 1698, quando o capitão Miguel Domingues, em companhia de um grupo de paulistas chegou à região para promover a garimpagem da terra na esperança de encontrar as famosas pedras verdes de que tanto falavam os componentes da expedição de Fernão Dias Pais.

Porém, escreve Simeão Ribeiro Pires que a cidade de Itacambira teve início com a criação de *“uma feitoria, um reduto fortificado e com roças, a fim de manter a sobrevivência. Algo inteiramente semelhante aos atuais apoios logísticos de sustentação, nos avanços e retornos de suas incursões exploratórias”*.

Mogol, nunca dantes taládas pelos aventureiros dos séculos anteriores à procura das sonhadas pedras verdes e nem pelas bandeiras que desceram das plagas paulistanas a cata de esmeraldas, eram descritas com as cores mais dispare e quebradas da terra portuguesa, como a seara alcatifada de diamantes e ouro!”

(Grão Mogol: de Portugal a Portugal, de Mário Martins de Freitas. P. 9).

Há documentos no Arquivo Público Mineiro, que datam de 13 de fevereiro de 1701 sobre a nomeação de Baltazar de Moraes para a provisão da região. Do mesmo modo, em 15 de março de 1702 lê-se em documento do mesmo Arquivo Público Mineiro que “o guarda-mor Antônio Soares Ferreira fez exatíssima diligências por descobrir novas minas e explorando com todo zelo e cuidado do serviço de S. Majestade, de que Deus guarde, todo este sertão do Serro Frio e Tucambira, não só pelos lucros (...) vinha para essas partes tão distantes, a descobrir estas novas minas, como com efeito descobriu, à sua custa, com grande trabalho e perda de sua fazenda (...) e o acompanhou seu filho João Soares Ferreira, e o capitão Manoel Correia Arzão, o que eu escrivão certifico e sei, por também acompanhar ao dito guarda-mor...” (1)

(1) Revista do Arquivo Público Mineiro, volume VII, páginas 939/40.

TERMO DE MINAS NOVAS E O REGIMENTO DOS DRAGÕES

No ano de 1812 o Termo de Minas Novas tinha a sede na

Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Fanado. Faziam parte deste termo as seguintes freguesias: Santa Cruz da Chapada, Nossa Senhora da Conceição de Água Suja, Nossa Senhora da Conceição do Sururiú, São Domingos e Nossa Senhora do Rio Pardo. Do mesmo modo os arraiais de Itacambira, Barreiras, São João, Araçuaí, Nossa Senhora da Penha e Piedade. Assim, também, como os povoados de Brejo das Almas, Cabeceiras do Rio Verde, Serra do Encantado, Serra Branca, Conceição, Santo Antônio do Gorutuba, Prata, Olhos d'Água e Maravilha. Neste mesmo termo, o Regimento dos Dragões de Minas, estavam destacados uns 36 homens no serviço do diamante da Serra de Santo Antônio, em Simão Vieira, Passagem da Bahia e Tocaios.

Nas anotações de Dona Concórdia Luzia Ribeiro encontramos a seguinte afirmativa: *“Era tão intensa a movimentação no Arraial de Santo Antônio de Itacambira, que somente o Destacamento dos Dragões (Reais de Minas - de Portugal), para policiar o mercado do ouro, era composto de oitocentos soldados”*. Consta também que foi em Itacambira a criação dos primeiros Dragões de Minas Gerais - hoje chamado Dragões da Independência. Tanto que até o ano de 1709 não existia nenhuma referência sobre esse policiamento nas minas. Somente na data de 18 de janeiro de 1719, é que foram criadas duas Companhias de Dragões para a guarda das minas, por D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Nota constante do livro *“Crônica da Polícia Militar de Minas”*, de Geraldo Tito Silveira, (página 35).

A povoação devia servir para centralizar a administração das minas de Rio de Contas e Itacambira e as que se descobrirem...”.
(Felisbello Freire)

CRIAÇÃO DA FREGUESIA

A freguesia foi criada com o nome de Santo Antônio do Itacambiruçu, por Alvará de 23 de março de 1823. Entretanto, a regalia deste feito foi tornado sem efeito, voltando tudo a estaca zero. Em consonância com a Lei nº 184, de três de abril de 1840, que a elevou curato de Santo Antônio do Gorutuba, modificou o nome do povoado, passando a se chamar freguesia de Santo Antônio do Itacambiruçu da Serra do Grão Mogol. Sabe-se que as dificuldades religiosas ficaram mais presentes na rotina dos mineradores. Nota-se que essa lei foi modificada, passando o povoado a chamar-se Santo Antônio do Bom Retiro, município de Grão Mogol.

Também nesta época os mineradores levantaram uma pequena

capela, tendo como padroeiro o milagroso Santo Antônio. Na concepção de muitos historiadores, a presença de uma simples capela já era o bastante para iniciar um núcleo habitado

cional. A cidade de Itacambira nasceu exatamente assim, sob a proteção de Santo Antônio e se desenvolveu com a mineração. A Guerra dos Papudos não foi suficiente para atravancar o surgimento da vila.

A partir da data que a região passou a ser palmilhado por homens e tropas, com a abertura de estradas e caminhos para melhor facilitar o comércio dos mineradores e os recebimentos de mantimentos para o abastecimento da população do povoado. O caminho mais importante foi aberto por Antônio Gonçalves Figueira, de sua fazenda Brejo Grande a Tranqueira, na Chapada Diamantina (Bahia).

NOTA: O Pico de Itacambira teve um papel de um verdadeiro farol a orientar bandeirantes e sertanistas, bem como milhares de mineradores que para ali acorreram na fase áurea de mineração do ouro e dos diamantes. (Simeão Ribeiro Pires)

Conseqüentemente outros caminhos foram surgindo naturalmente. Durante a viagem do sertanista Quaresma Delgado, em 1730, os caminhos que indicavam o destino ao povoado de Itacambira (que estava no Roteiro de Quaresma conforme cópia do manuscrito nº 346, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a rubrica Index de Várias Notícias), foram descritos através dos tempos por vários historiadores. Vejamos:

A Tocambira 3 e ½.

Do Brejinho seguindo a estrada em distância de meia légoa se mete a estrada em outra, que vem das Minas Geraes, Rio Verde, e outraz partez. Daqui ao riixo do Tamanduá hum legoa e meya, deste a serra do Tombadouro meya legoa, e daqui abaxo a Tocambira meya legoa; desde a Vacaria athe este Tomadouro vem correndo uma corda de serras, que aqui vem fazer ponta. He esta Tocambira situada nesta baxa, rodeada com um cordão de serras desde o sueste athé o Norte, e p.^a o Nordeste, e tudo já são montes de subir, e descer, nordeste Sudueste, corre o Rio por onde se está mina-

rando, e tem este a nascente da serra do sudueste, tem (2) Foi exatamente bastante cazas, couzas de quinze ou vinte. &. (Urbino neste mesmo ano Vianna. Bandeira e Sertanistas Baianos. Página 199). que o bandeirante Antônio

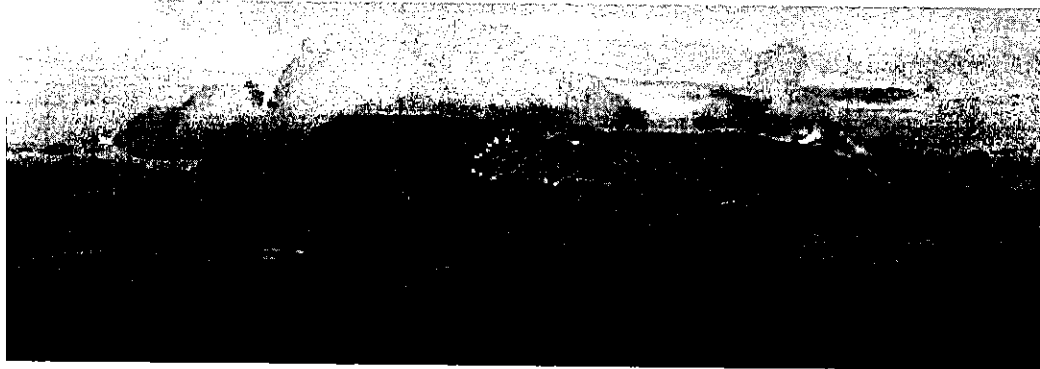
Também o historiador Felisbello Freira registra que, em Gonçalves 1718 um bandeirante paulista - o coronel Sebastião Raposo - Figueira retornou no comando de uma expedição numerosíssima, veio de São para a região,

Paulo para as cabeceiras do Rio de Contas passando por Itacambira. Pois, naquela época, já se utilizava do caminho de Itacambira para se chegar até a Chapada Diamantina.

“Duas estradas de comunicação já ligava a Bahia a São Paulo, que se bifurcavam, justamente nessas cabeceiras, (lugar chamado Tranqueira, na opinião de Antonil e que localizamos em Criolo) para seguir, uma pelo S. Francisco e outra pelo Espigão do Espinhaço até o Rio Verde Grande e suas cabeceiras, Itacambira e Rio das Velhas”. (Felisbello Freire. História Territorial do Brazil. Página 156).

É certo que a povoação de Itacambira aconteceu no ano de 1707. (2) Aliás, muitas coisas aconteceram nesta região durante o início do século XVIII. A criação dos currais de gado vacum e o início da mineração nas serras e nos rios do Vale do Jequitinhonha e do Rio Pardo. Nota-se que o ouro foi uma preocupação constante dos portugueses, mas as esmeraldas foram uma obsessão sem controle, onde muitos perderam a vida na esperança de alcançar as pedras verdes.

solicitando e obtendo por Alvará de 12 de abril de 1707, uma sesmaria de légua e meia de largura por três léguas de comprimento. Nessa sesmaria foi criada a fazenda dos Montes Claros de Formigas.



CAPÍTULO IV

A MISTERIOSA LA GOA DO VUPABUÇU

Para o norte inclinando a lombada brumosa
Entre os nateiros jaz a serra misteriosa;
A azul Vupabuçu beija-lhe as verdes faldas,
E águas crespas, galgando abismos e barrancos,
Atulhados de prata, umedecem-lhe os flancos,
Em cujos socavões dormem as esmeraldas.

(Caçador de Esmeraldas - Olavo Bilac)

A LA GOA ENCANTADA

Em verdade, a continuarem os mistérios das pedras verdes e dos corpos mumificados, a cidade de Itacambira terá a sorte trágica da impaciência humana sobre os enigmas do seu



Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865- 1918) foi poeta e jornalista brasileiro. Escreveu a letra do hino à Bandeira brasileira. É membro fundador da Academia

passado glorioso. Ora, diante desses descabros, há quem se engane supondo que a verdadeira razão cabalística dos fatos reside em narrativas inacabadas.

tras. Foi um dos principais representantes do Movimento Parnasiano que valorizou o cuidado formal do poema, em busca de palavras raras, rimas ricas e rigidez das regras da composição poética. morreu

A lenda das pedras verdes, as esmeraldas descobertas por Fernão Dias Pais, ainda resiste ao tempo. A Lagoa encantada do Vupabussu, agora jaz no encantamento dos fatos. Por onde ele faz várias revelações sobre a existência da lagoa. Não se sabe ao certo o quanto de verdade existe no seu texto, mas é sabido do seu grau de conhecimento sobre a geografia e a história da terra mineira. Portanto, a Lagoa do Vupabussu foi encontrada, o que não aconteceu com as pedras verdes.

Olavo Bilac no Rio de Janeiro, no dia 28 de

CARTA DE D. JOÃO ANTÔNIO PIMENTA (1)

dezembro de 1918. Escreveu o poema O Caçador de Esmeraldas, em 1902.

(Wikipédia)

(1) PIRES. Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas. Belo Horizonte. 1979. Páginas 71/75.*

Venho dar a V. Excia. uma notícia que será, por certo, muito agradável: a descoberta da prova real de ser Itacambira. Como V. Excia afirma como segurança, de perfeito conhecedor do nosso passado histórico, em sua obra magistral História Antiga de Minas Gerais, o local da mina de supostas esmeraldas descobertas por Antônio Dias Adorno ou, talvez, por Sebastião Fernandes Tourinho, reconhecida e descrita por Marcos de Azevedo Coutinho e novamente descoberta, depois de perdida por muitos anos, no deserto pelo super-homem Fernão Dias Pais, depois de heroicos sacrifícios. Uma objeção séria se levanta contra essa opinião, aliás, a mais comum: a não existência, ali, de formosa lagoa Vupabussu e principal característica do sítio descrito. Conhecedor do lugar e bem certo de que em toda a bacia de Itacam-

bira não há lagoa alguma que mereça, também eu me deixei dominar pela dúvida, apesar da ocorrência de outros sinais distintivos do local histórico.

Tendo passado, há mais de um ano, uma temporada em Itacambira, em tratamento de saúde, nessa ocasião tive que perlustrar, a cavalo, em passeio higiênico num local denominado Vargem Grande, situado a cinco quilômetros mais ou menos, do velho arraial; e impressionou-me a forma de grande lagoa que tinha a várzea, toda coberta de um lençol de areia.

Examinando-a com cuidado, pude verificar que, de fato, era uma lagoa obstruída por enorme quantidade de areia, chamado



Dom João Antônio Pimenta nasceu no Arraial de Capelinha, hoje chamado

derivada de grandes serviços de mineração, que em tempos remotos se efetuaram nas margens dos córregos que confluíram para a dita lagoa.

Além do areal, em forma de grande lagoa, de três quilômetros de comprimentos sobre um de largura, outros sinais existem da antiga, entre os quais os seguintes:

1º - O alagamento de toda a várzea nas grandes cheias dos córregos, elevando-se as águas a um metro de altura, com dois vincos abertos por elas nos barrancos da margem esquerda, encostados à serra.

2º - O espraiamento das águas de um córrego que por esta causa tomou o nome de Espraiado. Corria ele antigamente para a lagoa; tendo-se ela, porém, obstruído pelas areias das lavras, as águas do córrego ficaram ao nível do arraial, derramando-se em parte dele em demanda do ribeirão Sujo, que era o principal tributário, ou melhor, o principal fator da lagoa.

3º O nome deste ribeirão cujas águas são hoje de cor natural, bem claramente manifesta a grande quantidade de terra e areia, por que ele foi arrastado nos tempos da exploração das lavras, no decurso do Século XVIII.

4º - A existência de duas lagoinhas na várzea, uma na parte superior do arraial e a outra no inferior; como se vê da carta topográfica respectiva. O areal figura na carta com o nome de areão.

5º - Por estes fundamentos, fui levado a crer que se tratava, sem a menor dúvida, da histórica lagoa Vupabussu; e experimentei (por que não dizê-lo?) uma alegria tanto parecida com a de Arquimedes, e como ele exclamei: Eureka... Minha convicção arraigou-se ainda profundamente, com as seguintes considerações:

1º - A lagoa, como proficientemente afirma V. Excia., devia estar além de Itacambira (obra citada 2 ed. Pág. 41) e a várzea para quem vem de sudeste, da barra do Itamarandiba, está precisamente um pouco além (uma légua mais ou menos) do pico de Santana, que se ostenta altaneiro e majestoso, no meio da bacia do Itacambira, destacando da

ja. Em 1897, foi removido para a Freguesia de Piedade e, em 1889, foi ocupar a Freguesia de Teófilo Otoni. Nessa ocasião, Dom João foi agraciado com o título de Camareiro Secretário Supra-Numerário do Papa Leão XIII. No dia 21 de fevereiro de 1906, ele foi escolhido como Bispo Coadjutor da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a sede titular

simplesmente de Capelinha, um município de Minas Gerais. Após os estudos feitos em Minas Novas e mais tarde no Colégio do Caraça, matriculou-se em outubro de 1879 no curso de Teologia do Seminário de Diamantina e foi ordenado sacerdote no dia 10 de julho de 1883. Foi nomeado vigário de Capelinha em 1892 e passou a residir em Águia Boa com o fim de construir uma igre

da Pentacomia a cordilheira, cercado de matos, com todos os característicos manifestados pela palavra Itacambira, segundo a interpretação de V. Excia., isto é ita, pedra, cão, mato, bir, foi ordenado bispo pontuda: pedra pontuda que sai do mato.

em Barreiras a 20

de junho de 1906 Os índios, que na denominação de cada lugar e de cada coisa, como V. Excia bem disse à página 84, se inspiraram sempre nos seus sinais característicos, não podiam dar a esta e, no dia 8 de abrupta montanha nome mais apropriado que o de setembro, fez sua Itacambira.

entrada solene em

Porto Alegre. Seu

lema de vida

episcopal era SUB

UMBRA

ALARUM

TUARUM (Sob a

sombra de tuas

asas). Durante os

cinco anos

incompletos que

passou no Rio

Grande do Sul,

Dom João Antônio

Pimenta fez a

visita canônica a

toda a Diocese,

cujos limites eram

os mesmos do

estado.

Convém acrescentar que é junto dela que passa o córrego que tomou o nome de Itacambira, e na segunda metade do seu curso o de Itacambirussu - Itacambira grande.

2º - Uma garganta situada na extremidade superior da várzea tem o nome de Bocaina Encantada, epiteto este que se comunicou à serra da qual ela faz parte. Como se sabe, a lagoa Vupabussu era tida também por encantada.

3º - O ribeirão Sujo e os outros córregos que desaguavam na lagoa, deslizavam-se por entre florestas virgens, arrastando cada um deles para a lagoa, grande quantidade de folhas e de detritos vegetais e animais. Isto explica a erupção de epidemias que sacrificou grande parte da expedição Fernão Dias Pais e impediu a continuação da exploração.

4º - Em Itacambira é endêmica uma febre de mau caráter (tifo ou paratifo) que se tem manifestado periodicamente, e

Em 7 de março de 1911, pela bula Commisum

Humilitati

Nostrae, de São

Pio X, Dom

Pimenta foi

nomeado bispo da

nova diocese de

Montes Claros.

Em 7 de outubro

de 1911, Dom

João chegava

solenemente à

nova cidade

episcopal. Na

Diocese de Montes

Claros, Dom João

organizou a

ainda há pouco vitimou toda uma família dentro do arraial. Câmara
Revolvido pelos exploradores o grande depósito de germes Eclesiástica com
existentes na lagoa era natural a explosão de epidemias. todo o aparelho
necessário, criou

5º - A colocação do arraial a pouca distância e a cavaleiro da quatro novas
atual Vargem Grande, na extremidade superior de um freguesias: Santa
espigão, que partindo do sopé da serra vem morrer na dita Cruz de Morrinhos
várzea, está de perfeito acordo com os ditames da razão e da em 18 de
grande experiência do chefe da bandeira que lhe devia dezembro de 1913,
aconselhar aquele lugar como mais apropriado para seguro São Sebastião de
abrigo das pessoas por ele deixadas para zelarem pelo Bela Vista, em 28
tesouro existente nas águas pestilenciais da lagoa. Abrigo de janeiro de 1914,
seguro, por estar fora do foco de infecção, em lugar alto o São João do
muito arejado e em ótimas condições de defesa contra Paraíso, em 10 de
ataques de índios. novembro de 1914
e Nossa Senhora
da Extrema, em 8
de outubro de
1919 e
reorganizou quatro
freguesias:
Sant'Ana de Vila
Brasília, Brejo das
Almas, Santo
Antônio de
Gorutuba e
Bocaiúva.

O primeiro bispo
da Diocese de
Montes Claros
reforçou o clero
diocesano com a
entrada de 13
sacerdotes, sendo
seis portugueses,
três italianos, três
belgas e

leituum polonês.
Em 1914, mandou
construir o Palácio
Diocesano. A
instalação de uma
capela episcopal,
intitulada Nossa
Senhora de
Lourdes, numa
dependência do
palácio, foi outra
obra de Dom João

6º - *Os fâcies da zona circunjacentes à Vargem Grande, principalmente na parte superior do ribeirão Sujo, é precisamente igual ao descrito por Marcos de Azevedo Coutinho, citado por Claudio Manoel da Costa, Fundamento Histórico do seu poema 'Vila Rica' e por V. Excia a página 41 de sua louvada obra, isto é, um terreno de formação aparentemente vulcânica, fortemente acidentado e revolto, sulcado de profundas crostas e socavões.*

7º - *Da Vargem Grande, se avistam, a leste, em distância*

Antônio Pimenta *aproximadamente de três léguas, as serras da Pedra na região. Dom Pintada e de São Gil da cordilheira do Espinhaço, mais João chamou para conhecidas 'in loco' por cordilheira do Grão Mogol.*

atuarem em sua diocese os padres *Estas duas serras, quando verberadas pelo sol da tarde, redentoristas e os desprendem reflexos de mica. É possível que nos tempos anteriores fossem ainda maiores estes reflexos, e daí o nome instituiu os retiros Resplandecente, dado a esta parte da cordilheira pela espirituais para o expedição.*

clero na sede da diocese e projetou *A imaginação popular, prodigiosamente fértil e deu início à nova amplificador, se encarregou de aumentar os resplendores catedral. Dom da serra, e de revesti-la dos encantos da lenda.*

João Antônio

Pimenta morreu *NOTA: Estas duas serras são tão unidas que podem ser com 83 anos, e consideradas, perfeitamente, como sendo uma só.*

está sepultado na cripta da Catedral *De tudo quanto levo dito, ressalta com brilhos mais reais e Metropolitana mais intensos que os da Serra Resplandecente, com brilhos Nossa Senhora de indubitável certeza e evidência que a Vargem Grande é o Aparecida de local antigamente ocupado pela lagoa Vupabussu.*

Montes Claros.

(Wikipédia) *Com a comunicação desta descoberta feita a V. Excia. em Dom João Pimenta primeira mão tenho em vista homenagear a um dos mais morou na casa de profundos, mais conscienciosos e mais verídicos Dona Claudovina historiadores da Terra Mineira, a cujo critério histórico se Noronha Neves deve em grande parte, esta descoberta, como para ela fluiu Leão, não pouco a leituum*

em Itacambira, durante um ano.

ra do Capítulo IV, nº 4, primeira edição da História Antiga de Minas Gerais.

Cui honore, honore.

Digne-se V. Excia aceitar este tributo de justiça, este preito de respeito e culto cívico a um dos beneméritos de nossa terra natal, a querida Minas, este testemunho do mais alto apreço e estima do seu admirador, João, bispo de Montes Claros.

CARTA TOPOGRÁFICA DA LAGOA DO VUPABUÇU

A região de Itacambira foi retratada pelo engenheiro Arthur Jardim de Castro Gomes numa Carta Topográfica, mostrando as suas posições planimétricas e altimétricas do relevo. O trabalho foi uma solicitação do historiador Simeão Ribeiro Pires, para compor explicações sobre a Lagoa do Vupabuçu

no
seu influente livro "Raízes de Minas".



Carta Topográfica da região de Itacambira - Serra Resplandecente e dos contornos da antiga Lagoa do Vupabuçu, de autoria do engenheiro Arthur Jardim de Castro Gomes.



CAPÍTULO

(1) *A Igreja Matriz
de Santo Antônio
V foi tombada pelo*

A RELIGIOSIDADE DE UM POVO

IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DE ITACA MBIRA (1)

“A História da Arte não é apenas uma história de obras, mas também de homens. As obras de arte falam de seus autores, dão a conhecer o seu íntimo e revelam o contributo original que eles oferecem à história da cultura” (Carta do Papa João Paulo II aos Artistas - Paulinas - 1999 - pág. 8).

Nós sabemos e não é novidade que a primeira Igreja de Itacambira foi apenas uma pequena capela, construída no ano 1707. Com a descoberta do ouro na região, nos anos posteriores - possivelmente no ano de 1813 - facultou-se aos moradores a oportunidade de se construir um templo maior, para nele agradecer, pela abundância, em riquezas oferecidas pela natureza mãe/terra. Não há registros, mas devia ter sido construído o novo templo no mesmo lugar de antes, haja vista que assim era a tradição da época

Tombada pelo Instituto Estadual

do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, a Igreja revela em seu interior um altar mor com características icas, compondo um conjunto encontrado em nenhum outro lugar. Seu estilo mourisco com detalhes em treliças formando um grande trono.

“Santo Antônio nasceu em Lisboa (Portugal) em 1192, foi batizado com o nome de Fernando que mais tarde trocaria por Antônio. Era filho de pais ilustres: Martinho de Bulhões, cavaleiro do rei Afonso II de Portugal e Maria, aparentada com Failo I, o quarto rei das Astúrias”.

É certo que esse novo templo foi dedicado a Santo Antônio. Em alguns documentos da Igreja encontramos o registro de Santo Antônio de Pádua, o que poderia ter sido no início da mineração, pois havia ali somente portugueses e a tradição fazia colocar-se o nome “de Pádua” (a cidade de Pádua, já debilitado pela doença, entregou a alma a Deus no dia 13 de junho de 1231, quando tinha apenas 39 anos). Com o passar dos tempos, os brasileiros da gema passaram a dizer tão somente “Santo Antônio”, sem lhe designar o epíteto “de Pádua”.

Observa-se também a presença de aspectos chineses, o que tem intrigado os especialistas, uma vez que, até hoje não é possível

lepha. Com homologação do ato em 30 de julho de 1998, a igreja teve sua inscrição lançada no Livro II, do Tombo das belas Artes, no Livro III, do Tombo Histórico e no Livro IV, das Artes Aplicadas.

Conforme o Jornal do Brasil, a cidade de Itacambira tem a única Igreja, em todo país, que possui o altar-mor em forma

saber se tal de pagode chinês. Em vista disso, é comum àqueles que trabalho foi visitam o templo acreditarem que ele teria sido construído realizado por um por um carpinteiro naval. Sylvio de Vasconcellos escreveu artesão da um artigo no Bandeira de Fernão Dias, ou se é de responsabilidade de alguma ordem religiosa que se estabeleceu no local ao longo dos séculos XVIII e XIX.

(Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros. Marta Verônica Vasconcelos Leite. Montes Claros. Editora Millennium/ Cotrim. 2010. Página 127.)

jornal Diário de Minas (Belo Horizonte), em 12 de agosto de 1956, “Um Altar Excepcional”, em que defende a posição de que “se trata de um altar muitíssimo interessante e valioso a atestar a variedade e a extrema riqueza de nossa arte colonial”.

Foi, certamente, durante a parição de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho - de 29 de agosto de 1730 - que os sertanejos de Itacambira, entusiasmados com a beleza das Igrejas do ciclo do ouro, importaram a mão de obra especializada para o refazimento do altar da Igreja, tanto no estilo clássico como nas formas do engenho e da arte que o escultor absorveu das influências do “pagode chinês” tão distante. Pode-se dizer que se trata de uma obra ímpar, sem similares nas Igrejas de Minas Gerais. A riqueza de detalhes é impressionante, pois ocorre em todo conjunto com as minúcias no recorte da madeira e a harmonia de cores, tanto na nave central como nas colunas laterais. No centro, no alto, a imagem de Santo Antônio que zela pela conservação do templo e dos seus peregrinos.

Na avaliação do jornalista Girleno Alencar, o engenheiro e historiador Geraldo Afonso Gomes é o maior pesquisador sobre Itacambira e fez questão de buscar informações sobre sua cidade natal no Museu Ultramarino, em Lisboa. *“O altar da Igreja de Santo Antônio - disse ele - é do estilo Barroco Oriental, pois como Portugal criou colônias no Oriente, como Macau, trouxe artistas daquela parte do mundo para construir igrejas em suas áreas de influência. Isso deixou a matriz de Itacambira com a prerrogativa de ser a única no Brasil a ter um altar construído com base na cultura oriental”.*

No ano de 1813, acredita-se que esta data se trata da reconstrução da Igreja, a paróquia de Santo Antônio de Itacambira pertencia ao bispado da Bahia. Já no século XIX ela passou a pertencer a Diocese de Diamantina e por algum tempo a

matriz de Itacambira foi sede das paróquias de Montes Claros de Formigas, Serra do Gram Mogor (Grão Mogol) e Brejo das Almas (Francisco Sá).

(2) *Frei Clemente de Adorno visita a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Rio Pardo de Minas, em 1793. Ele foi envenenado a mando de Maria da Rosária, de Tremedal (Monte Azul). Morreu na fazenda São Bartolomeu, em 1806, e foi enterrado na Igreja de Rio Pardo de Minas. (Frei Clemente de Adorno: o missionário de Deus. Dário Teixeira Cotrim. Rio Pardo de Minas. 1999).*

OS PADRES PIONEIROS

No princípio da colonização do interior brasileiro, os padres portugueses foram a grande sensação daquele momento. As missões dos tempos de outrora tinham um caráter evangelizador, principalmente com relação aos gentios. É sabido que o Frei Clemente de Adorno(2) - o missionário de Deus - esteve em Itacambira e região, no período de 1799 a 1803 com a missão de evangelizar os índios e levar a palavra sagrada aos fiéis da Igreja Católica. Na prática, os padres pioneiros sabiam das dificuldades que iriam enfrentar, mas nunca desanimavam da tarefa de servir ao Senhor.

1752-1772	-	O padre Jeronimo Macedo Portugal
1772-1774	-	O padre Felipe Santiago Rocha
1775	-	O padre José da Costa Guimarães
1776	-	O padre Diogo Torres Barbosa
1814-1831	-	O padre Euzébio Antônio dos Santos
1836-1837	-	Os padres Marcos Matias e João dos Santos Coimbra
1872	-	O frei Francisco da Cunha Cabral
1876-1894	-	O padre Domingos Moura dos Santos
1886 (11/05) a 1892(02/07)	-	O padre Domingos Pimenta de Figueiredo;
1891	-	O padre Domingos Pimenta de Figueiredo
1892	-	O padre José de Carvalho

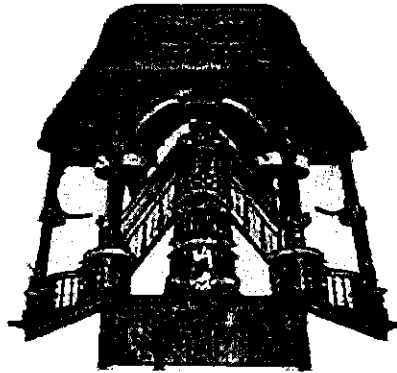
1894 - O padre Hermógenes Genésio de Almeida

1895 (11/08) - Padre Domingos Moreira dos Santos
 1897 (22/08) - José Pimenta de Carvalho
 1897 (22/08) - voltou o Pe. Domingos Pimenta de Figueiredo. 1899 - O padre José Francisco de Carvalho, até 07/09/1899. 1899 até 1905 - Volta o Pe. Domingos Pimenta de Figueiredo. 1905 - O padre Carneiro
 1905-1911 - Novamente o padre Domingos Pimenta de Figueiredo até 1911
 1911-1912 - O padre Marcos que faleceu em Itacambira.
 1912-1913 - O padre Bento para fazer as Festas do Sacramento. 1913-1920 - O padre Manoel Francisco Calado, que passou a residir em Itacambira, no Sobradão de Joaquim Ferreira Leal, até 1920. 1920-1921 - O padre Sidônio que ficou por tempos intercalados até o ano de 1921.
 1920 - O padre Manoel Antônio Luiz
 1921 - O padre Salustiano Francisco dos Santos, até 1944.
 1921-1929 - O padre Augusto Prudêncio da Silva que visitava constantemente a paróquia de Santo Antônio de Pádua.
 1944 - O padre Sebastião Geraldo de Queiroz. Depois deste passou a frequentar a freguesia os padres da ordem premonstratenses: o padre Alderico e cônego Augustinho.
 1950 (15/08) - O cônego Gilberto M. Krauser, que ficou em Itacambira até 1952.
 1952 - O padre Oswaldo Simões, até 1966.

OS PADRES PROGRESSISTAS

Era necessário uma transformação radical na Igreja Católica. Uma renovação nos seus conceitos para que a Igreja pudesse sobreviver, o que chamamos de “era da tecnologia”, sem o retrocesso das cicatrizes do passado. Aliás, todo o processo de desenvolvimento foi benéfico para a população e a Igreja Católica teve um papel fundamental em todos os sentidos, zelando de maneira corajosa e firme, o seu rebanho. Assim, os padres progressistas se empenharam na criatividade e no dinamismo de suas atividades religiosas. A cidade de Itacambira ainda vive esse momento com grande furor.

Padre José Gabriel
 Padre José Osanan de Almeida Maia
 Padre Geraldo Majela de Castro
 Padre Domício de Melo Rocha
 Padre Antônio Brígido de Lima
 Padre Samuel de Jesus Duarte
 Padre Honório de Andrade
 Padre Ailson Bessa Cavalcante
 Padre Gilmar Soares Martins (Padre Mazinho)
 Padre Jorge Luís Hugrey



Altar-mor da Igreja de Itacambira

300 ANOS DE EVANGELIZAÇÃO

Maria da Consolação Leão Ferreira (Nana Leão)

1 - A LENDA DA MÃE D'ÁGUA : IARA

Nas serras gerais, bem no interior do Brasil,
Onde os índios Botocudos habitavam
Existia ali uma lagoa Vupabuçu e uma lenda
Da Iara Mãe d'Água que os gentios tanto amavam.
Conta a lenda que a sereia possuía
Cabelos longos cor de esmeraldas.
Tinha um palácio de pedras preciosas
No fundo da linda lagoa encantada.

Na verdade trata-se de um apelo individual às autoridades competentes sobre a recuperação do maior bem da cidade

2 - A EXPEDIÇÃO DE FERNÃO DIAS PAIS
No correr do tempo, no século XVII
Pelas pedras verdes os portugueses foram atraídos.
Organizando as expedições das Bandeiras
De São Paulo, para Minas, partem destemidos.
Fernão Dias Pais (Leme), o grande chefe
Da formosa e gloriosa expedição.



Claudovina
Noronha Neves
Leão

PEDIDO DE SOCORRO

Foram encaminhadas para as autoridades competentes, quatro correspondências solicitando a intervenção imediata do poder público na preservação da Igreja Santo Antônio de Itacambira. Todas as correspondências tiveram data de nove de fevereiro de 2004 e foram assinadas por Claudovina Noronha Neves Leão.

Itacambira; a Rumo à lagoa, na Serra Resplandecente
Igreja Santo Coloca toda sua bravura e ambição.
Antônio de Pádua. A bandeira entre a cruz e a Espada
As Conduzia também missionários da oração
correspondências Para ensinar e transmitir os bons costumes
foram Aos povos que não tinham o sinal de Cristo.

direcionadas ao
ministro da **3 - FERNÃO DIAS PAIS**
cultura, Gilberto

Gil; ao Tomando posse da terra, Fernão Dias
governador do Regressa a São Paulo, junto ao Governador,
Estado de Minas Ao invés de levar as esmeraldas tão sonhadas
Gerais, Aécio Carrega consigo turmalinas sem valor.
Neves; ao Instituto Parte deixando as minas sob o comando
Estadual do De um tal de José de Castilho.
Patrimônio E adiante do milagre da fé
Histórico e A catequese foi tomando maior brilho.

Artístico de Minas
Gerais e ao Dr. **4 - A IGREJA DE SANTO ANTÔNIO**
Fabiano de Paula,

superintendente Em 1707, para maior vivência cristã,
Regional de Minas No pé da serra é erguida uma capela.
Gerais, no sentido Em honra de Santo Antônio glorioso
que fossem E no trono colocar sua imagem bela!
tomadas as
devidas
providências para
a recuperação do
templo.

Infelizmente nada
foi feito naquele
momento que
pudesse suavizar o
sofrimento dos
fiéis da paróquia.
Entretanto o
restaure do imóvel
foi feito no ano
(...) sob a
supervisão do
Instituto Estadual
do Patrimônio
Histórico e
Artístico de Minas
Gerais.

A partir desse tempo, então,
Veio surgindo uma grande devoção.
Festas de Santo Antônio e do Divino
Motivo de grande confraternização.
Por muito tempo a nossa Igreja Matriz
É irmã de muitas outras igrejas.
Grão Mogol, Montes Claros, Francisco Sá
Mostrando com humildade a sua realiza.
Em 1813 a Igreja é elevada a Paróquia
Para mais fé, mais vida e unidade.
Levando o povo a ser Igreja Gente
E as capelas a serem comunidades...

RELATO DO PADRE JOSÉ OZANAN

A Boa Nova proclamei com alegria.
Deus vem a nós, Ele nos salva a nos recria.
E o deserto vai florir e se alegrar
Da terra seca, flores, frutos vão brotar...

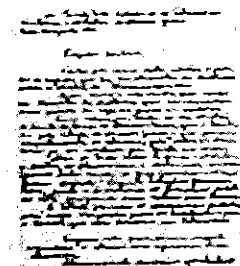
A minha passagem pela paróquia de Santo Antônio em Itacambira, da Semana Santa de 1978 a julho de 1986, foi uma experiência riquíssima e consoladora na minha vida de padre.

Quando na Quinta-feira Santa ali cheguei, não imaginava nem de longe, o que iria acontecer. Tinha uma certeza: a graça de Deus sempre nos precede. Isto pude experimentar quando em 1975 ali estive com o Dom Geraldo Majela de Castro, então padre Geraldo, para iniciarmos o culto dominical e começar um trabalho de organização de comunidade.

Em resumo, trata-se da Matriz de Santo Antônio de Itacambira, que é tombada pelo estado de Minas Gerais e que precisa urgentemente de atenção, pelo seu valor histórico como já foi relatado por carta em

Naquela época pudemos perceber no povo um desejo de participação e organização. Devido à situação geográfica, na serra e sem boas vias de acesso, Itacambira estava isolada, parada no tempo, mas vivendo um passado mais glorioso que o presente.

Num primeiro momento me vi mais envolvido com os trabalhos de reforma da Igreja-templo, iniciado pelo padre José Gabriel, de Carbonita, e os problemas daí derivados. Numa cidade onde a gente percebia profundas divisões, tentamos aproximar as pessoas através do Encontro de Casais com Cristo e seus pequenos grupos. De início alguns casais fizeram o encontro em Montes Claros, depois



AO INSTITUTO
ESTADUAL DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DE
MINAS
GERAIS – BELO
HORIZONTE/ MG
Prezados Senhores,
Venho por meio
desta, relatar o
pedido de ajuda
que fiz ao Ministro
da Cultura sobre a
Matriz de
Itacambira-MG.
Em anexo vão
cartas que recebi do
Ministro da
Cultura que
encaminhou meu
pedido de ajuda
para
os senhores.

Além de todo o valor histórico e artístico, a Matriz de Itacambira é destacada na obra "Grande Sertão – Veredas", de João Guimarães Rosa. O recém criado "Circuito Turístico Guimarães Rosa, junto à Secretária de Turismo do Estado propondo um roteiro para Itacambira. O estado precário de conservação da Matriz será uma vergonha para os habitantes e para o Brasil, que não conserva seu patrimônio. Esperando providência urgente agradeço a atenção com esperança de ser atendida.

montamos um Encontro em Itacambira, houve frutos, mas infelizmente não foi possível ir muito longe. Em 1980 tivemos em Juramento a 1ª Assembleia de Comunidade de Base, com a participação de Itacambira. Daí pra frente as coisas foram mudando. Vieram as missões pregadas pelos Padres Redentoristas, numa linha nova, procurando fortalecer os grupos de base.

Também a presença na pastoral das Irmãs Carmelitas da Divina Providência que mais tarde iriam residir por dois anos em Itacambira, foi outra dádiva de Deus.

Em Itacambira e no interior, a catequese foi se organizando e grupos de jovens foram criados, os grupos de reflexão se multiplicando. Aconteciam Encontros das Comunidades, dos seus líderes, dos coordenadores de grupos, plenários etc.

Na linha das comunidades de base, refletíamos a fé, mas procurávamos uma interação entre a fé e a vida. Refletíamos sobre a Igreja, sacramentos, organizamos cursinhos bíblicos, mas também estudávamos a responsabilidade do cristão na sua vida social, política profissional. As pessoas foram então se organizando não só em nível de Igreja, mas também como comunidade humana. O seu desejo de participação era trazido em atos participativos e comunitários.

Deus recriava o seu povo! Flores brotavam, frutos amadureciam! Era uma floração colhida na alegria do anúncio da Boa Nova.

Hoje o D. Geraldo Majela de Castro, nosso Bispo Diocesano é quem atende a Paróquia, fazendo às vezes de pároco, devido a falta de padres na nossa Diocese. Continua ele o trabalho de comunidades, que se multiplicam cada vez mais. Assim o Evangelho é anunciado aos pobres do Reino, que se tornam instrumento e sinal da salvação de Deus!

Deixei em Itacambira muitos e grandes amigos, que trago sempre presente no meu coração e nas minhas orações. Deus me é testemunha de quanto amei e amo aquele povo. Amei a todos, sem exclusão de nenhum. Por todos entreguei a minha vida por oito anos de trabalho pastoral, até quando tive que ir para Roma, continuar meus estudos. Aqui deixo

meu agradecimento sincero, que virá a público, a todos os meus ex-paroquianos e, sobretudo, aos meus irmãos e amigos de Itacambira. Que Deus os abençoe a todos por tudo que recebi de vocês, e “Ele que é rico em misericórdia, e de quem procede todo bem e toda a graça, abençoe a todos com toda a sorte de bênçãos espirituais”. Assim seja! Padre José Ozanan.

A JOIA DE ITACA MBIRA(3)

A idade da Igreja Matriz de Santo Antônio (Itacambira – Minas Gerais) não pode ser definida com exatidão, mas supõe-se que sua construção teve início durante a primeira metade do século XVIII, pois já neste período a paróquia encontrava-se construída, e pertencente ao bispado da Bahia. Existem alguns livros remanescentes do arquivo paroquial, entre os quais o mais antigo – um Registro de Batizado, datado de 1751.

(3) *Juliana Quech e Tatiana Domingues – restauradoras da Igreja de Santo Antônio. (Informativo Paroquial. Ano 1 – nº 1 – outubro de 2008).*

O estilo de sua construção é o colonial português, típico da época. Suas paredes internas são de taipa de pilão e as externas são de pau-a-pique. Por dentro, sua estrutura não segue o padrão normal do período, que contém nave, presbitério e capela-mor. Aqui encontramos uma nave única e largos corredores. Mas é no altar que percebemos sua maior riqueza. Ao entrar na Igreja nos deparamos com a grandiosidade de seu trono, que não apresenta um estilo específico, e possui características da arquitetura oriental, não se tem registro no Brasil de nada semelhante, o que lhe confere uma exclusividade que se torna digna de ser chamada “A Joia de Itacambira”. Sua peculiaridade do tratamento técnico merece atenção especial, pois se distancia dos modelos eruditos. Trata-se de uma estrutura arquitetural em três dimensões, que avança sobre o interior da Igreja, e chega a simular a existência de presbitério e capela-mor.

Por toda sua composição observa-se intensa decoração por detalhes extremamente bem feitos, de bons encaixes e acabamento técnico, denunciando a habilidade e a perícia de seu autor, que infelizmente não se tem registro de quem seja.



CAPÍTULO VI AS MÚMIAS DE ITACAMBIRA

UM ENIGMA DO TEMPO

As múmias de Itacambira são, até hoje, misteriosas. Não temos ainda um estudo realizado por técnicos competentes para explicar a origem dos corpos mumificados que se encontram no porão da Igreja de Santo Antônio de Itacambira. Várias foram as tentativas de elucidação dos fatos por historiadores da região e alhures. Dentre eles podemos citar os engenheiros Simeão Ribeiro Pires e Arthur Jardim de Castro Gomes. Não menos importante, também o escritor João Valle Maurício, que elaborou textos e mais textos tentando justificar a existência daqueles corpos amontoados debaixo dos assoalhos da Igreja. (1)

Disse o jornalista Fernando Zuba, do jornal Hoje em Dia, que um mistério imerso na bruma do tempo intriga os moradores da cidade de Itacambira. Na década de 1950, o rompimento do piso de madeira da velha e tricentenária Igreja de Santo Antônio, revelou a existência de um porão onde foi encontrado mais de uma centena de corpos mumificados de homens, mulheres e crianças. Disse mais Fernando Zuba que durante anos, historiadores, pesquisadores, estudantes e habitantes da própria cidade e de regiões vizinhas, ancorados em rumores de que os corpos mumificados seriam removidos do local para pesquisas científicas, acabaram por danificar as peças. O que sobrou continua sob o assoalho da igreja, mas como um amontoado de ossos humanos desconexos, incluindo mais de cem crânios.

(1) *Defensor da tese de que os mortos teriam sido vítimas de um choque armado entre bandeirantes e garimpeiros - pois quase todos os corpos apresentam perfurações no crânio, talvez provocado por armas de fogo - admite que as múmias podem ter sido enterradas em uma situação de emergência.*
(Jornal do Brasil).

Atendendo solicitação dos jornalistas do Jornal do Brasil, Maurício Pessoa e Waldemar Sabino, o Dr. João Valle Maurício disse-nos que “as múmias tanto podem ser de bandeirantes como de antigos habitantes do povoado”. Com relação aos componentes da expedição de Fernão Dias Pais, descartamos essa possibilidade, haja vista que nem existia ainda a Igreja onde pudessem efetuar os sepultamentos dos cadáveres. Entretanto, com a invasão dos paulistas no início do século XVIII, provocando a “Guerra dos Papudos” na disputa das minas encontradas, pode, sim, centenas de cadáveres serem depositados no porão da Igreja de Santo Antônio, construída provavelmente no ano de 1707.
(2)

(2) *“Ainda Sem Estudo o Mistério das Múmias de Itacambira”*. Jornal do Brasil. Texto dos jornalistas Maurício Pessoa e Waldemar Sabino

Analisando o que disse o Dr. João Valle Maurício: *“Consegui licença do arcebispo de Montes Claros e me deparei com cerca de trezentos cadáveres. Os corpos apresentavam boas condições de conservação no tecido facial e os genitais ainda perfeitos e alguns ainda tinham restos de roupa e de sapatos”*.

- “O respeito às coisas da Igreja” - contou o Dr. Maurício. *“Impediu-me de tocá-los”. “Eles encontravam amontoados em uma aparente vala como se tivessem sido ali despejados. Indaguei o mais que pude das pessoas do lugar, procurei os moradores mais antigos entre os quais o Senhor Neném Bicalho. Disse-me ele que seu avô, quando ele ainda era criança, já falava sobre a existência dos corpos o que assegura pelo menos 150 anos as múmias”*. (3)

(3) *Entrevista com o doutor João Valle Maurício. Montes Claros - MG.*

A história nos conta que, através do tempo, as Igrejas serviram para enterrar pessoas. Eram elas cemitérios. A Igreja de Santo Antônio de Itacambira, a exemplo das outras existentes no interior do país, certamente que foi utilizada com esse mesmo objetivo. Não obstante essa nossa afirmação, é sabido também que nas imediações dos templos religiosos a existência de cemitérios em sua volta era fato comum. Assim aconteceu com a Catedral Nossa Senhora Aparecida, de Montes Claros, onde foi demolido o Cemitério Católico que no passado ocupava um quarteirão inteiro em frente à Praça da Catedral.

Muitas histórias sobre a mumificação dos cadáveres da Igreja de Santo Antônio de Itacambira foram catalogadas pelo historiador Simeão Ribeiro Pires. Algumas delas estão transcritas no seu livro “Serra geral: Diamantes, Garimpeiros e Escravos” e, que agora façamos ilustrar este nosso trabalho uma dessas histórias, de um ilustre informante, que assim relatou:

- Era até comum e de mau gosto, há muitos e muitos anos, serem retirados alguns corpos dos porões, então abertos por ocasiões das serenatas, de grandes libações alcoólicas, e colocados de pé, encostados às portas de entrada de algumas residências.

Na manhã seguinte recebiam os moradores o abraço das múmias (cadáveres mumificados) que se desequilibravam para o interior, ao serem abertas as portas bem em cima dos desprevenidos madrugadores.

Ao longe, pelas frestas de portas e janelas, os autores da deplorável brincadeira mortuária não se continham as risadas. (4)

“Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. E foi assim que um dia, o professor Arthur Vale Campos, da cidade

de Grão Mogol, fez a seguinte observação: - “Desde menino, contava meu velho pai, que um antigo vigário de Itacambira, há mais de cem anos, objetivando embelezar a porta de entrada do templo, principalmente para as

(4) Serra Geral: *realizações de festas, resolveu demolir um velho cemitério ali existente. Em tal ocasião foram encontrados os corpos Diamantes, Garimpeiros e mumificados e foram recolhidos ao porão da Igreja de Escravos. Simeão Santo Antônio de Itacambira”. (5).*
Ribeiro Pires.
Página 120.

Numa conclusão lógica, a Revista Ciência Hoje - número 3, novembro/dezembro de 1982 - registrou que as múmias retiradas dos porões úmidos e escuros da Igreja de Santo Antônio de Itacambira estão agora em merecido destaque de cunho científico, pois elas jazem no Museu da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Aliás, lugar melhor não havia de existir para a conservação e preservação dos cadáveres. Hoje somos testemunhas oculares do respeito e da conscientização do povo itacambirenses com as suas lendas e tradições. A memória do grande bandeirante Fernão Dias Pais é cultuada como sendo o fundador da cidade de Itacambira, o que a isso somente faz justiça por perلustrar o brilho do horizonte outrora perdido.

(5) Serra Geral: *Antônio de Itacambira estão agora em merecido destaque de cunho científico, pois elas jazem no Museu da Fundação Diamantes, Garimpeiros e Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Aliás, lugar melhor não Escravos. Simeão havia de existir para a conservação e preservação dos Ribeiro Pires. cadáveres. Hoje somos testemunhas oculares do respeito e da conscientização do povo itacambirenses com as suas lendas e tradições. A memória do grande bandeirante Fernão Dias Pais é cultuada como sendo o fundador da cidade de Itacambira, o que a isso somente faz justiça por perلustrar o brilho do horizonte outrora perdido.*
Página 121.

CRÔNICAS NO TEMPO

Para ilustrar e, ao mesmo tempo, enriquecer esse nosso trabalho sobre a história primitiva de Itacambira, vamos reproduzir neste Capítulo duas crônicas sobre o misterioso caso das

múmias que estão sob o assoalho da velha Igreja de Santo Antônio, de Itacambira. A primeira traz assinatura do médico

Academia Mineira não exerce certamente sobre eles sua completa ação de de Letras e ex- voragem, que faz consumir em poucos anos os corpos que presidente da recebe e que realmente a ela pertencem.

Academia
Montesclarenses de
Letras. Maurício
tem os seguintes

Verificamos que os ossos não são só de adultos. Muitos são de livros adolescentes, encontrando no meio deles um braço quase em publicados: perfeito estado. Em face de tudo isto nós permanecemos na Grotão, hipótese: Taipoca,

1 - Foram enterrados em outro lugar e para ali levados posteriormente? Não é possível porque então não existiriam restos de pele, músculo e cartilagens e os ossos mostrariam os estragos da terra,

2 - Foram colocados ali aos poucos, à medida que iam morrendo? Não é possível porque a população não toleraria tal e o mau cheiro seria insuportável.

3 - Como se explica tão grande número de mortos para um lugar onde a população era, e ainda é, muito pequena? 4 - Duas pessoas das mais velhas da região (com idade de 84 anos) não sabem da procedência daqueles corpos. Ninguém conhece a história deles. Deduz-se, assim, que os mesmos ali estão pelo menos há mais de 70 anos. E ainda com pele?

5 - Será que algo era juntado aos corpos para impedir a putrefação? Alguns entendidos já disseram que aqueles corpos são resultados de conflitos entre soldados e garimpeiros, quando os primeiros iam fazer cobrança de impostos aos segundos.

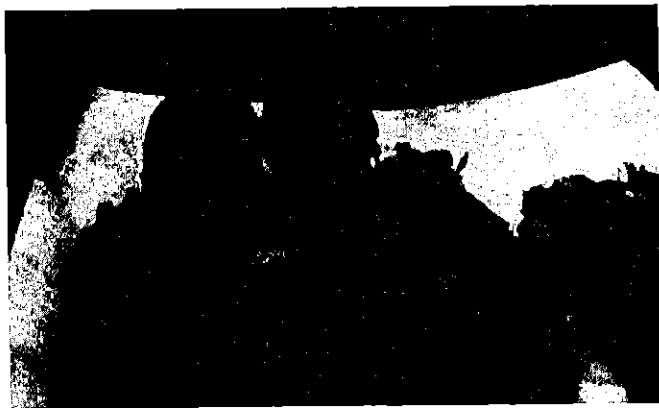
Quem sabe algo sobre aquela multidão esquecida? Quem sabe se naquele amontoado de corpos, sem história e sem origem conhecida, não estarão muitos heróis dos caçadores de esmeraldas? Muitos beneméritos da civilização sertaneja? Quem sabe?

Pássaro na
Tempestade,
Rua do Vai
Quem
Quer, Janelas do
Sobrado e
Beco da Vaca.
Morreu o poeta
no dia 23 de
março de
2000.

(Wikipédia)

(6) João Valle
Maurício.
Revista Acaiaca.
Belo Horizonte.
Agosto de 1953.

Páginas
136/7.



O MISTÉRIO DE ITACA MBIRA (7)

Ramiro Lage

(7) *Ramiro Lage. Revista Acaiaca. Belo Horizonte. Agosto de 1953. Páginas 138/40.* Sem vocação "Sherloquista", sem pretensões a oráculo, apaixonado que sou por tudo ligado à História do Brasil, tive a minha atenção despertada pela última interrogação formulada pelo ilustre pesquisador Dr. João Valle Maurício, em seu substancioso artigo "Mortos Esquecidos".

No emaranhado do mistério, no terreno das hipóteses, sem provas concretas que, no caso, só um minucioso exame de laboratório poderá nos fornecer, não pretendo mais que pene-

trar na densa treva com um pequenino lume da intuição. Para isto consultei a história, rebusquei alfarrábios, recorri à memória, fiz tudo enfim, visando convergir a atenção dos leitores para a hipótese de serem os "Mortos Esquecidos" de Itacambira os destroços de uma bandeira ou de um grupo de aventureiros, vítima de uma cilada dos índios Tapuias, que dominavam aquela região no tempo da colonização mineira.

Ligando os fatos, farei uma ligeira digressão, recordando uma magnífica excursão que fiz às margens do Araguaia, em Goiás, no ano de 1947, satisfazendo inteiramente ao meu espírito de aventura, ao desejo que sempre tive de conhecer de perto àqueles que primeiro habitaram o solo pátrio. Instruído por amigos que já haviam entrado em contato com os índios civilizados das aldeias do S.P.I. (Serviço de Proteção aos Índios), munido, não de armas, mas, de presentes que eles mais gostam, (cachaça, fumo, cachimbos, isqueiros, espelhos, bijuterias, etc.) em menos de uma semana consegui captar inteiramente a simpatia e a confiança dos nativos das tribos Xerens e Carajás que, sob as vistas do S.P.I., ali já vivem como gente, trabalhando, produzindo, aumentando a prole, num exemplo dignificante dos ensinamentos cristãos. Naquelas paragens encontrei-me

"A matéria putrefaciente de alguns desses corpos não foi digerida pela terra por causa do solo arenoso, extremamente rico em mica branca e por certo outros elementos químicos, os quais tornaram impossível a ação das bactérias pertinentes". (Leonardo Álvares da Silva Campos - *O Mistério das Múmias de Itacambira. Jornal Hoje em*

com um paulista, mais ousado do que eu, que se embrenhou *Dia. Belo*
um pouco mais pelas florestas de Mato Grosso, trazendo, em *Horizonte*).
sua bagagem de aventureiro, objetos e curiosidades que não
consegui nas aldeias dos Xerens e Carajás. Dentre as coisas
que mais despertaram a minha atenção, lembro-me ter visto
um jaburu (ave aquática) morto e dissecado, de tal modo
pousado numa forquilha que, à primeira vista, parecia estar
vivo. Intrigado com o fato e sem uma explicação satisfatória
do colega de aventuras, indaguei de Noromenquá, um dos
mais velhos dos Carajás, em linguagem que ele pudesse
compreender: como índio faz para secar jaburu inteiro? E o
velho pescador respondeu-me prontamente: "*Irmão branco
não sabe? - Índio manda flecha untada de curare e o bicho
para o voo com qualquer estocadinha...
Índio apanha, abre no papo, limpa, enche de paina e jaburu
seca depressa*".

Naquele instante eu havia aprendido mais um segredo sobre
a curiosa vida dos selvagens, com seus usos e costumes tão
diversos dos nossos. Até então sabia eu que o curare é um
veneno violento por eles extraído de planta da flora
brasileira e que mata ao contato do mais ligeiro ferimento,
causando paralisia total e imediata do sistema nervoso.
Acrescentei aos meus apontamentos que o curare possui
também propriedade mumificantes, tornando o cadáver, cuja
vida ele ceifou, inatacável por qualquer espécie de verme
destruidor.

Reunindo os dados, de novo, em busca do fio da meada, ao
ler atentamente a "*Monografia Histórica, Geográfica e
Descritiva de Montes Claros*", de Urbino Vianna (páginas
36 a 38) encontrei Itacambira no roteiro do bandeirante
Antônio Gonçalves Figueira, o mesmo que antes havia
acompanhado Fernão Dias Pais Leme às formosas terras do
Vupabuçu e que agora vinha em companhia de Matias
Cardoso, seguindo a mesma rota, rumo à lendária Serra
Resplandecente. Partiram eles das margens do São Francisco
e, após devassarem o sertão bravio, fundaram na primeira
década do século XVIII as fazendas de Jaíba, Olhos d'Água
e Montes Claros. Entre os inúmeros obstáculos que
venceram, fala-nos Urbino Vianna dos combates e conquista
final das tribos da raça Tapuia, "*que dominavam as margens
da Vargem Grande e seus afluentes da região Gorutubana*".
Pela narrativa do historiador não se pode duvidar dos
violentos choques havidos entre os bandeirantes invasores e
os nativos Tapias - que defendiam por todos os meios a
terra que

lhes serviu de berço. E tudo me faz acreditar que os mais sérios combates foram travados na localidade de Itacambira ou em suas imediações, onde se encontra a Serra Resplandecente tão cobiçada pelos antigos "caçadores de esmeraldas".

Baseado apenas em minhas anotações sobre a vida dos índios, sem nada poder afirmar por absoluta falta de provas, creio intuitivamente na hipótese de serem os "Mortos Esquecidos", de Itacambira os destroços de uma bandeira ou grupo de aventureiros.

E então os mortos em combate ou envenenados à traição? Esta última forma se me assegura mais viável, por um forte motivo: os índios, com inferioridade em armas, temiam os bacamartes dos brancos e evitavam sempre a luta em campo aberto. Quando, levados pela fúria, arremessavam-se contra os invasores, em luta desigual, o faziam munidos de borduna, uma espécie de cabo de machado feito de madeira pesada, (jacarandá, braúna, etc.) deixando em frangalhos a presa que acertavam. No caso de Itacambira os crânios e demais ossos estão íntegros, perfeitos, como constatou o ilustre médico Dr. João Valle Maurício.

Formulo então a hipótese de ter algum pajé (curandeiro e conselheiro indígena) da raça Tapuia se utilizando do curare - como foi dito, veneno violento com propriedades mumificantes - adicionando-o em alta dose a água ou alimentos de algumas dezenas de brancos que houvesse escravizado a sua tribo, matando-os incontinenti. Os remanescentes do grupo, salvos, talvez, pela ausência temporária, em caçadas, etc., ao chegar, não tiveram calma para sepultar os seus companheiros de jornada e, deixando-os guardados para sempre sob o assoalho da secular Igreja, fugiram apavorados ante a extensão do sinistro.

Todavia, no terreno das hipóteses, na profundidade do enigma, acreditando intuitivamente, considero racional a interrogação de Dr. João Valle Maurício: "*Quem sabe algo sobre aquela multidão esquecida?*" - Ninguém. O que realmente existe em Itacambira não é um fato comum de fácil explicação. Trata-se de um mistério insondável, desses que desafiam a argúcia dos homens e que só a Deus é dado saber.



CAPÍTULO CULTURA E TURISMO

NOSSA LITERATURA

A arte literária aflora com o desejo de se manifestar nas letras para cantar e encantar as emoções de um grande amor, ou as belezas sem fim da natureza dadivosa. Apesar de para tanto ser preciso importar ideias, podemos afirmar, com a devida segurança, que a região de Itacambira sempre inspirou aos seus poetas a composição de versos e de crônicas, haja vista a sua riqueza cultural, religiosa e histórica. Em vista disso, estamos publicando neste capítulo algumas produções de artistas da terra. De modo geral, as nossas tradições e os nossos costumes têm muito de alhures, o que não poderia ser diferente. Entretanto, as nossas raízes fincadas ao pé da Serra Resplandecente, ou naufragadas nas águas verdes da Lagoa do Vupabuçu, somente enriquece a nossa literatura.

(1) O poema “Itacambira” é uma homenagem do Dr. Milton Leão Coelho, falecido no dia 26 de dezembro

VII 2002, aos 92 anos de idade, à sua cidade natal. Ele foi o primeiro itacambirenses a formar em medicina, em 1940. Além de ter sido um grande médico, o Dr. Milton Leão Coelho foi um grande intelectual e poliglota, e levou sempre no coração o nome de sua terra. A estrada que liga Itacambira a Montes Claros foi construída numa força tarefa do Dr. Milton Leão Coelho e a população de Itacambira

PEQUENA ANTOLOGIA POÉTICA

ITACAMBIRA(1)

Milton Leão Coelho



Milton Leão
Coelho

*Minha Terra, tu és assim...
Toda cheia de Belezas,
És um paraíso, enfim...
Disso temos a certeza*

*Quando à noite, lua clara,
Se no dia, sol ardente,
No horizonte se depara
A Serra Resplandecente.*

com a prefeitura
de Montes Claros
(Capitão Enéas
Mineiro de Souza)
e o Governo do
Estado (Milton
Soares Campos).

*Itacambira, querida
Quero ver tuas montanhas,
Quero ter uma guarida
Encerrada em tuas entranhas.*

*Contemplando a serra histórica
A compor teu horizonte,
Há de ver que lá, heroica,
Imagem do bandeirante!*

*Fernão Dias das Bandeiras...
O destino e uma mentira,
Descobriram, altaneiras,
As serras de Itacambira.*

ITACAMBIRA SEUS MISTÉRIOS E BELEZAS

Maria da Consolação Leão Ferreira (Nana Leão)

*É para seus filhos a terra predileta
Envolvida em segredos, sonhos e magias,
Seus cantos, lendas, histórias encantadas,
Encheram nossa infância de riso e fantasias.*

*Algo fúnebre, triste, alegre e engraçado
A sua história relata coisas misteriosas,
Da Lagoa Vupabuçu, índios e bandeirantes,
Do assoalho da Igreja, múmias assombrosas.*

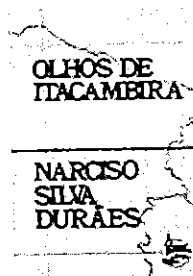
*Seu folclore é muito rico, basta uma pesquisa
Muitas lendas e verdades da escravidão.
Cantigas de ninar, danças, brincadeiras de roda,*



Nana Leão

Cultura que merece carinho, estudo e atenção.

*A natureza é um ninho cercado de montanhas
Que exala suave perfume em tardes primaveris.
É lugar aconchegante, belo e privilegiado,
Um dos mais lindos, em todo nosso país.*



QUARTET OS DE ITACA MBIRA (2)

Narciso Silva Durães

“Sertão é todo mundo, mas Porque se ergue uma noite
Itacambira é só ali Nos paredões atalaia.
nos meridianos 42 Vigílias acesas de pedra
e 43 - graus Oeste. Das serras de Itacambira.
Está tudo lá
fantasiado As caravanas do inferno
de mistério: a Vão na planura do chão
gendarmaria Jazigos, sinos de pedra
medievalesca, o Das serras de Itacambira.
acicate apontado
para a lua, os Noite veloz do sertão
artesãos, os As armaduras perdidas,
ciganos, os que Perfil de lobo na rua
morreram mais de Da noite de Itacambira.
uma vez, as aves
noturnas espetadas E se reparte em metais
na moreia,, os No dorso lilás da montanha
estandardtes Noite, retinas da urze
estendidos ao Girando no meu coração.
longo das serras...
Enigmas que Nada além dos guerreiros
ninguém quer Cegados de sabre e rubis
decifrar”. Narciso Que o mais nicho deserto
Silva Durães Vazio cevado de nada.

*(2) Narciso Silva
Durães, poeta da
cidade de Salinas,*

ITACAMBIRA (3)

Rodrigo Bicalho Teixeira

*escreveu um livro
com o título
“Olhos de
Itacambira”. Não*

Para a minha Itacambira
Para os amigos de outrora
Companheiros do menino
Para aquelas montanhas
Pedra pontuda que sai do chão.

Para os barrancos, bananeiras,
Para a escola e brincadeiras
Caminho e alvo, desde então
Pedra cismada, presa na mão.

Para o lugar natural
Para as minhas palmeiras
Para os caminhos sem solidão
Pedra pontuda que prende atenção.

Para todos os seus quintais
Para o frio que aquece
No meu coração
Pedra pontuda que me tira do chão.

*são poemas sobre
a cidade, mas
sobre a região de
Itacambira,
principalmente a
Serra de
Itacambira.
Vajamos apenas
duas trovas do
poema "Quartetos
de Itacambira":*



*Rodrigo Bicalho
Teixeira*

*(3) Poema do
itacambiramg.
blogspot.com.br*

ITACA MBIRA DE ENCANTAR (4)

Eliane R. Silva (Vicky)



Eliane Vicky

(4) Poema do
itacambi-
ramg.blogspot.com.br

Itacambira...
Você é um doce vício
Um belo vilarejo que tem casas e tem pomar,
Lugar...
Onde o povo é conhecido
E tudo é tão bonito e bom pra gente se alegrar
Ah!

Itacambira é uma donzela,
Bela, idosa e formosa de encantar.
Tem samambaias nas varandas
E sempre vivas a enfeitar todo lugar.
Todo dia,
Se na Matriz o sino tocar,
É convidando o povo para vir junto rezar.
Aqui
É terra do cristal e povo muito unido
E das águas a rolarem

Ah!

Itacambira é uma donzela,
Bela, idosa e formosa de encantar.
Tem samambaias nas varandas
E sempre vivas a enfeitar todo lugar.

Nosso passado...
É tão encantador
Que até o Fernão Dias veio aqui se arranchar.
A olhar...

E ver tanta beleza, a emoção me deixa,
Com vontade de chorar
Ah!

Itacambira é uma donzela,
Bela, idosa e formosa de encantar.
Tem samambaias nas varandas
E sempre vivas a enfeitar todo lugar.
Tem samambaias nas varandas
E sempre vivas a enfeitar todo lugar.
Tem samambaias nas varandas
E sempre vivas a enfeitar todo lugar.

BANDA DE MÚSICA

*Em Itacambira, no ano de
1899, conta dona
Concórdia*

*Luzia Ribeiro, que havia
uma banda de música
para animar as festas
religiosas, sociais e
cívicas de tempos em
tempos. Nas suas
notações encontramos os
nomes dos seguintes
músicos: Juca, Teófilo,
Antônio Borges,
Ezequias, Manoel Veloso,
Arthur Campos, Tônico,
Xisto, Alfredo Caldeira,
Tônico Fernandes e Folô
de Marcolina. Depois de
um tempo estagnado, a
banda de Música teve o
apoio
do senhor Daniel
Fonseca,
egresso da região de
Cristália.*

ITACAMBIRA

Delma Lúcia de Jesus

Nas asas leves dos sonhos
Nossa cidade percorremos.
Suas lendas, seus costumes,
Seus tesouros conhecemos.



Delma Lúcia de
Jesus

Suas verdes florestas...
Que beleza de sonhar!

Escondem tantos segredos
Que o povo teima em contar.

É o rio Encantado?
Corre sereno para o mar...
Suas águas - que beleza!
Para os casais namorar.

Cidade pequena e dadivosa
É tão bela de natureza
Premiando a região
Com tanta e tanta beleza!

E que dizer das relíquias
Que aqui guardou o passado.
Sua Igreja, suas festas,
E o Santo Antônio consagrado.

Como esquecer as grandezas
Das serranias floridas?
É o viver sem alegria
Das serras coloridas!

Sempre sorri tão gentil
Essa gente hospitaleira.
É um retrato em cores vivas
Desta terra brasileira.

Salve cidade natal
Salve cidade do amor.
Fundada por Fernão Dias
Diamante encantador!

ITACAMBIRA, MINHA TERRA

Maria Izabel Noronha



Maria Izabel
Noronha

Minha terra é grande e bela
Tem montes e serras mil
E nela que se tanto revela
As belezas do meu Brasil.

Minha terra tem perfumes
Que nem posso descrever.
E há milhões de vagalumes
Que a ilumina com prazer.

Minha terra é um encanto
Por muitos, desconhecida.
É um prazeroso recanto

Minha terra é minha vida!

SONETO PARA ITACAMBIRA

Dário Teixeira Cotrim

Ao longe, a serra Santana, altaneira,
Anunciava a expedição paulista,
De onde o brilho claro logo se avista,
Na descoberta da pedra primeira.

São as pedras verdes - disse o Figueira:
Belas turmalinas de uma conquista
De Fernão Dias, ao grupo miguelista,
Na ambição de uma luta sem fronteira.

Então, surge a pedra do meio do mato,
Co'a beleza incomum da macambira,
E o som estridente de um artefato...

Eureka! São as esmeraldas - suspira
O velho bandeirante estupefato!
São as pedras verdes do Itacambira!

*Nesta tela nós
podemos observar
a presença da
Lenda do
Vupabuçu (Iara), o
índio da família
dos botocudos, o
garimpeiro à
procura das
esmeraldas, a
figura ímpar do
bandeirante
Fernão Dias Pais,
o artesanato do
barro, a Serra
Resplandecente, a
Festa de Santo
Antônio
(padroeiro), a
Festa do Divino
Espírito Santo e ao
centro a Igreja
Matriz de Santo
Antônio de Pádua.
(Tela da artista
plástica Nana*



Dário Teixeira Cotrim

Dário Teixeira Cotrim escreveu um rosário de sonetos, intitulado "Gurungas", sobre a história antiga de municípios baianos e nortemineiros. (veja biografia na página 6, deste livro)

ARTES PLÁSTICAS

A natural artes plásticas de Itacambira é muito bela! A questão, porém, não era e não é tão simplesmente de beleza, mas da existência inquestionável da beleza natural. Nesse caso, os artistas itacambirenses são uns privilegiados e, a sua pintura, em telas, objetos diversos e em panos, retrata com fidelidade as cenas históricas da cidade. É como se fosse uma via sacra em cada ponto do tempo em cada esquina do espaço.

Leão)



OS ARTE SÃOS DE ITACAMBIRA

João de Deus - Trabalhos em pedras;

Édima Alves - Bordados em pano;

Júlio Maria de Oliveira - Trabalhos com sempre vivas;

Justino Meira - Trabalhos com sempre vivas;

Dimas Gomes - Trabalho com madeira;

Eliane Silva - Trabalhos manuais diversos;

Glória Bicalho - Artista Plástico;

Nana Leão - Artista Plástico.

TURISMO EM ITACAMBIRA

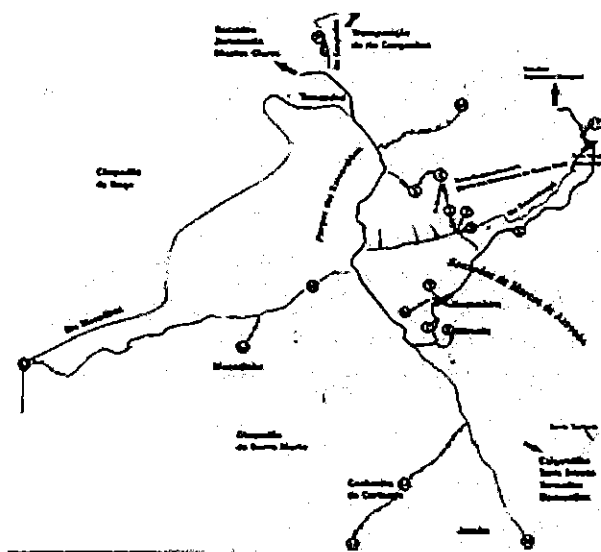
A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) tem definido que o coturismo é um “*segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas*”. Por isso, há quem afirme - o que não é improvável - que, com a descoberta das esmeraldas por Fernão Dias Pais, descobriram-se, também, a beleza e o encanto das serras resplandcentes e das águas do Encantado, Itacambiruçu, Macaúbas e Congonhas.

NA ROTA DO CONHECIMENTO

ITACAMBIRA tem o seu vasto território limitando-se com os municípios de Bocaiúva, Guaraciama, Botumirim, Juramento e Grão Mogol. Além de sua história antiga, que é rica

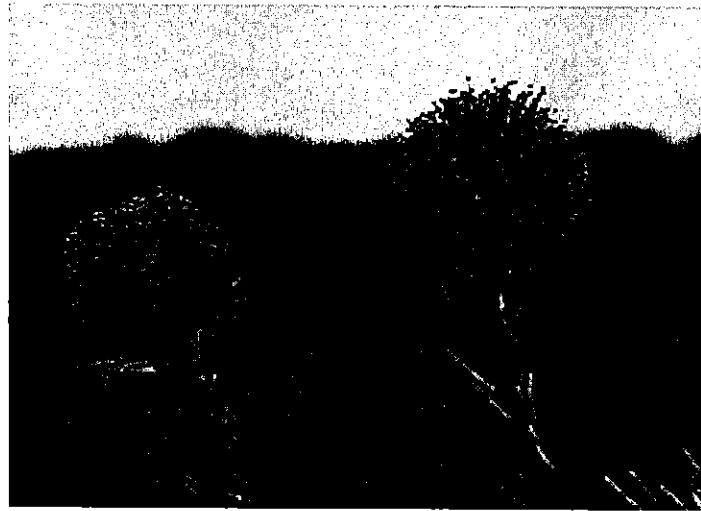
em acontecimentos, pode-se notar a beleza inconfundível do cerrado que envolve seus baixios e seus campos naturais dos alcantis das serras. Há diversos pontos que indicam a generosidade da natureza, onde as pessoas podem observar o encanto das montanhas, a quietude das piscinas naturais, o cantar ininterrupto dos rios e das belas cachoeiras e os atalhos que serpenteiam pelos barrancos. Também a solidão dos desenhos rupestres que envolvem as paredes pedregosas das inúmeras grutas que habitam nas serras. Na vastidão do Chapadão da Onça a vegetação rasteira é a predominante (o cerrado). Do mesmo modo isso acontece com o Chapadão do Burro Morto, onde flores silvestres, em multicores, florescem pelos campos ao sabor dos ventos uivantes. De qualquer modo, na beleza da flora é importante a apreciação dos *casadinhos-pepalântus* que enfeitam com singular boniteza as margens dos indolentes rios e os pedregulhos salpicados em volta das exuberantes cachoeiras. A Serra de Santana e a Serra Resplandecente são os exemplos de extrema importância para a cidade, entretanto, não menos importante é a Pedra de Itacambira que vem avultando, com rara beleza, aos olhos dos visitantes assim que eles chegam a poucos quilômetros da cidade. Ainda fazem parte desse conjunto de beleza, os campos de sempre-vivas nos caminhos para Macaúbas e nos alagados dos caminhos para o Curiango.

Itacambira: uma cidade que nasceu à sombra de uma pedra pontuda, no meio do mato, sem medo de ser feliz. Do alto da montanha, as poucas casas colmadas de palhas reverenciam, com ternura, o encontro das águas do Itacambiruçu. Ela é misteriosa! É fascinante! É fantástica! É Itacambira a esmeralda do grande sertão - veredas do norte-mineiro.



Legenda:

- 1 - Rio Encantado (cachoeiras, piscinas naturais) 4. Km
- 2 - Serra Resplandecente (das Esmeraldas de Fernão Dias) 4 km
- 3 - Pinturas Rupestres. 4 km + 2 km
- 4 - Grotta da Senhora. 4 km + 3 km.
- 5 - Mirante de Santa Luzia. 12 km + 2 km.
- 6 - Fazenda Água Limpa. 6 km.
- 7 - Cachoeira da Boca da Serra. 1 km - Mirante
- 8 - Mirante do Gavião. 2 km
- 9 - Cascatinha do Macuco. 2 km
- 10 - Passagem do Curral. 4 km.
- 11 - Piscinas naturais de Água Preta. 10 km.
- 12 - Cachoeiras e Piscinas naturais de Mocozinho. 12 km.
- 13 - Rio Macaúba. (Piscinas Naturais) 23 km.
- 14 - Cachoeira do Curiango. 7 km.
- 15 - Cachoeira do Capão do Negro. 12 km.
- 16 - Cachoeira do Jacuba. 18 km.
- 17 - Encontro das águas do Itacambiruçu. 11 km
- 18 - Cachoeira de Jerobá. 13 km.



Lagoa do Vupabuçu

CAPÍTULO
A LENDA DO VUPABUÇU E OUTRAS

VIII

A MÃE D'ÁGUA UIARA

A lenda de Uiara é conhecida em todo território brasileiro. Nos estudos realizados sobre a existência de Uiara ou Iara mostram que tudo aconteceu no Amazonas. Diz, ainda, a lenda, que antes de se tornar uma sereia, Uiara era uma belíssima índia. Ela se destacava entre as demais, por ser a mais bela, e conseqüentemente despertava a inveja de alguns da tribo, especialmente a de seus irmãos homens, que não se conformavam. O pai de Uiara era o pajé e a admirava em tudo o que ela fazia contribuindo ainda mais para a revolta de seus irmãos. Tomados pela inveja e pelo ciúme, os seus irmãos decidiram matá-la. Porém o esquema foi descoberto e ela, então, os mata para não morrer. O seu pai, para vingar a morte dos filhos ordena que

Uiara seja encontrada e morta. Assim aconteceu e ela foi encontrada e morta e jogada depois nas águas do rio Negro. Assim, o seu espírito esteve em todos os lugares, inclusive

na Lagoa do Vupabuçu, em Itacambira - Minas Gerais.

Desde então Uiara permanecia nas águas da Lagoa do Vupabuçu atraindo os garimpeiros de maneira irresistível e os matando. Acredita-se que em cada fase da lua, Uiara aparecia com escamas diferentes e adorava deitar-se sobre bancos de areia nos rios para brincar com as pedrinhas verdes. Também de acordo com a lenda, era vista penteando seus longos cabelos com um pente de ouro, mirando-se no espelho das águas cristalinas.

Na versão do confrade Jorge Lasmar - no seu livro Grão Mogol - a lenda de Uiara, a mãe d'água rezava assim:

A mãe d'água (Uiara ou Iara) habitava as águas na lagoa do Vupabuçu. O seu canto seduzia os guerreiros. Nas noites em que no céu vagava a lua cheia (cairê), Uiara subia à tona d'água e cantava. O seu canto era tão doce e suave que atraía os guerreiros. E a Uiara então estendia os braços para o guerreiro, e o guerreiro afundava no lago e não voltava mais. Nesse tempo os pataxós pediram ao deus da guerra (Macaxera) que salvasse os guerreiros. O deus da guerra mandou que Uiara dormisse, mas que os pataxós velassem o seu sono e sua vida. Os seus cabelos eram verdes do limo das águas, que borda o fundo dos lagos. E, muitos longos os seus cabelos entraram pela terra e, como eram d'água, em contato com a terra, viraram pedra. E o Macaxera disse: "*A vida de Uiara está em seus cabelos. Um fio a menos será um dia de vida que se perca. Quem arrancar as pedras verdes terá arrancado o sono, ou a vida da mãe d'água. Os pataxós serão os guardadores do seu sono. E, se a Uiara acordar, ou morrer, uma grande desgraça pesará sobre vós!*"

Segundo a lenda o bandeirante Fernão Dias não acreditava em lendas e nem em coisas do outro mundo. Catou as pedras verdes que representavam os cabelos de Uiara. Hoje não temos mais a lenda da bela sereia Uiara. Pior, não temos também a encantada Lagoa do Vupabuçu, talvez esteja aí a desgraça anunciada por Macaxera. Entretanto, temos na memória os relatos dos faiscadores do ouro, os moços que um dia cederam aos encantos da tentadora sereia e morreram afogados de paixão.

*Iara s. f. (1886) 1 -
ETN m. q. MÃE
D'ÁGUA. 2 -
ETIM. Tupi Yara.
"Senhora";
segundo a
mitologia
indígena, sereia
dos rios e dos
lagos: mãe
d'água.
(Dicionário
Houaiss da Língua
Portuguesa.
Editora Objetiva.*



A LENDA DO SANTO ANTÔNIO APARECIDO

Cada comunidade tem a sua história para contar a respeito do seu padroeiro. Itacambira também tem a sua. Conta que certa vez, ainda na época de Fernão Dias Pais, foi construída uma pequenina capela ao lado da Lagoa do Vupabuçu para abrigar a milagrosa imagem de Santo Antônio. “Entretanto, todas as noites a imagem fugia, sendo reencontrada no dia seguinte no local de sua primeira aparição. Em face de tal insistência, o bandeirante aceitou trocar as proximidades da lagoa pela colina escolhida pelo santo, onde foi construída a Matriz, em torno da qual cresceu o povoado, hoje a cidade de Itacambira” (1). Nota-se que a imagem de Santo Antônio, o padroeiro de Itacambira, tem estilo barroco e certamente foi trazida de Portugal. A imagem de Santo Antônio segura uma cruz na mão direita e na mão esquerda ele sustenta um livro aberto onde o menino Jesus permanece em pé com os bracinhos esticados. Sabe-se que esta imagem do menino foi subtraída por algum devoto e depois recolocada no mesmo lugar.

(1) revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros. Marta Verônica Vasconcelos Leite. Montes Claros. Editora Millennium/Cotrim. 2010. Página 124.

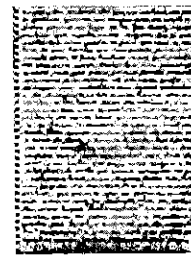


O CRIME DE MALACACHETA

Conta dona Concórdia Luzia Ribeiro, em seu Caderno de Anotações, que certa vez ela foi passear na casa do Sr. José Muniz e ouviu dele uma interessante história sobre uma árvore, onde havia uma gaiola de ferro pendurada e dentro dela uma cabeça de um homem. Era a cabeça do “Assassino de Malacacheta” tendo por sua vítima uma menina-moça bela e inocente. Foi um crime praticado com requintes de crueldades. Naquela época, expor ao público a cabeça de algum malfeitor era comum, para servir como exemplo as outras pessoas de que o crime não compensa. Dizia o Sr. José Muniz para dona Concórdia que *“Certa vez, num domingo, quando os pais da menina-moça foram para o arraial assistir missa, eles deixaram-na sozinha em sua casa. Nisso apareceu um indivíduo com más intenções e a menina-moça então negou ceder-lhe a sua honra. Ai, ele a matou e cortou os seus seios. O assassino foi capturado ainda com um <pote> onde estavam pedaços dos seios da menina-moça, comendo-os. No local do crime sempre aconteciam os jogos de bola e se chamava Malacacheta. Tornou-se um lugar mal-assombrado. Todo mundo evitava em passar ali desde as seis da tarde e durante a noite. Com o passar dos anos, esse medo da população desapareceu. As árvores foram cortadas e enfim tudo se modificou”*. Histórias como essas, de crimes hediondos, foram constantes nos tempos de antanho. Todas essas histórias fazem parte do folclore da cidade e enriquecem, sobremaneira, as tradições e os costumes do lugar.



Concórdia Luzia
Ribeiro



Cópia do Caderno de Anotações de D. Concórdia Luzia Ribeiro, cedida por Maria Izabel Noronha.



Rei e Rainha: Francisco Bicalho Filho e sua esposa Edima Alves

CAPÍTULO COSTUMES E TRADIÇÕES

IX

A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Conta a história que a Festa do Divino Espírito Santo teve origem nas celebrações religiosas realizadas em Portugal no início do século XIV, nas quais a terceira pessoa da Santíssima

Trindade era festejada com banquetes coletivos e a distribuição de esmolas entre os pobres. Uma tradição, que ainda hoje acontece nas cidades brasileiras e também portuguesas. Nota-se que a tradição, desde o ano de 1321, quando sob a proteção da Rainha Santa Isabel, de Portugal e Aragão, teve início a celebração do Divino Espírito Santo, com promessa da rainha de peregrinar o mundo com uma cópia da coroa e uma pomba no alto da coroa, que é o símbolo do Divino Espírito Santo, tendo como objetivo as pazes entre o seu esposo, o rei D. Dinis, com o seu filho legítimo, D. Afonso, herdeiro do trono.

Essas celebrações passaram a acontecer cinquenta dias depois da Páscoa, quando se comemora o dia de Pentecostes. O Espírito Santo desceu do céu sobre a Virgem Maria e sobre os apóstolos de Cristo, sob a forma de línguas com o fogo como consta do Novo Testamento. É importante verificar que a tradição portuguesa encontrou terreno fértil para florescer em diversas partes do solo brasileiro. Em vista disso, em todo o Norte de Minas, em particular a cidade de Itacambira, as Festas do Divino Espírito Santo acontecem sob o entusiasmo alegórico do estandarte e da fé arrebatadora de um povo crente e temente a Deus! Portanto, é uma festa santa dedicada e cultuada ao Divino Espírito Santo. Também é uma das mais antigas manifestações religiosas difundidas e praticadas pelo catolicismo popular.



Zé Maria de Galdino e sua esposa D. Maria

FOLIA DE REIS

Também conta a história que a tradição das festas das Falias de Reis veio para o Brasil por volta do ano de 1534 e foi trazido pelos jesuítas portugueses e servindo como instrumento de catequização dos índios e, posteriormente dos escravos. As comemorações iniciam com o nascimento do Menino Jesus - 25 de dezembro - e encerram-se com a visitação dos Reis Magos - seis de janeiro - representados por Melchior, Baltasar e Gaspar. Não obstante terem sido os portugueses os responsáveis pela introdução destes festejos no Brasil, ainda no período da colonização, sabe-se, entretanto, que eles têm origem na Espanha e aconteciam em toda Península Ibérica. As manifestações



natalinas ganharam força nas cidades interioranas. Este é o

caso de Itacambira, onde o seu povo celebra com fé e participa com entusiasmo, das evoluções que as Folias de Reis proporcionam para o espírito e a alma.



Folia de Reis



Pedra da Ursa

CAPÍTULO CURIOSIDADES INTERESSANTES

X

O BATIZADO DE DIADORIM

A história de Diadorim, no romance Grande Sertão – Veredas, de João Guimarães Rosa, revela que a cidade de Itacambira figurou nas idas e vindas do autor no imenso Norte de Minas. O mesmo não acontecendo com a cidade de Bocaiúva, fato este que entristeceu o ilustre historiador Antônio César Drummond Amorim. Numa pesquisa inédita “Diadorim pode ter vivido em Bocaiúva”, Drummond



*João Guimarães
Rosa nasceu em
Cordisburgo (MG)*

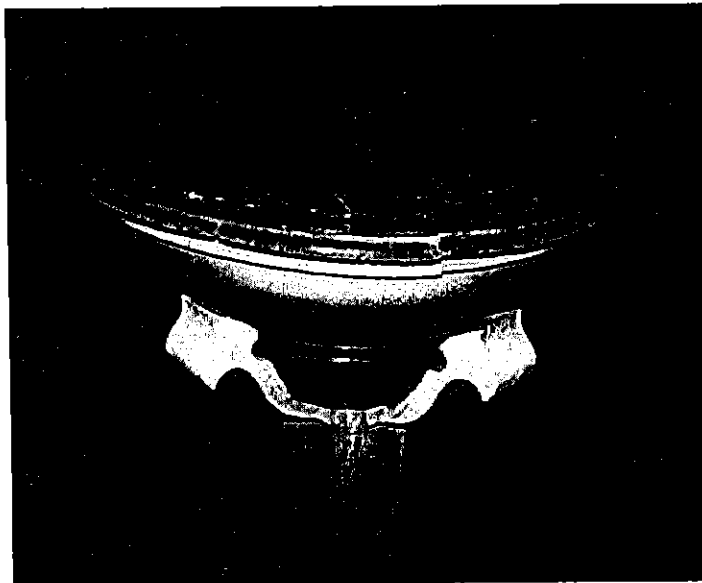
Amorim relata com muita propriedade, a possibilidade de Diadorim ter nascido na região de Itacambira, e deve ser por isso mesmo que ele (a) foi batizado (a) na Matriz de Santo Antônio de Pádua, desta cidade. Nota-se bem que, em relação ao batistério de Diadorim, o próprio escritor de Grande Sertão – Veredas, Guimarães Rosa,

a 27 de junho de 1908 e era o primeiro dos seis filhos de D. Francisca (Chiquitinha) Guimarães Rosa e de Florduardo Pinto Rosa, mais

denuncia que a página do acento batismal fora arrancada do livro, assim como está registrado no texto abaixo. Vejamos:

“Aonde fui, a um lugar, nos gerais de Lassance. Os-Porcos. Assim lá estivemos. A todos eu perguntei, em toda porta bati; triste pouco foi o que me resultaram. O que pensei encontrar: alguma velha, ou um velho, que da história soubessem – dela lembrados quando tinha sido menina – e então a razão rastraz de minhas coisas haviam de poder me expor, muito mundo. Isso não achamos. Rumamos daí então para bem longe reato: Juramento, o Peixe-Crú, Terra Branca e Capela, a Capelinha-do-Chumbo. Só um leteiro achei. Este papel, que eu trouxe – batistério. Da matriz

conhecido por “seu Fulô” comerciante, juiz-de-paz, caçador de onças e contador de estórias. Guimarães Rosa escreveu o influente livro “Grande Sertão – Veredas”, onde relata o batizado de Diadorim.



Pia batismal da Igreja de Santo Antônio, de Itacambira, onde foi batizado(a) Diadorim (Maria Deodorina da Fé Battancourt Marins). Personagem central do livro “Grande Sertão - Veredas”, de João Guimarães Rosa.



de Itacambira, onde tem tantos mortos enterrados. Lá ela foi levada à pia. Lá registrada, assim. Em um 11 de setembro de 1800 e tantos... O senhor lê. De Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins – que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gozo de amor... Reze o senhor por essa minha alma. O senhor acha que a vida é tristonha?" (Grande Sertão-Veredas – João Guimarães Rosa).

Difícil é entender o motivo desse ato impensado. Tudo pode nos levar a crer que se trata de uma história de ficção, sendo, entretanto, improdutivo elaborar uma nova pesquisa nos livros da Igreja, à procura de outras informações. De qualquer sorte, o fato relatado no romance de João Guimarães Rosa já é o bastante para eternizar a cidade de Itacambira no cenário literário brasileiro. Mas, por outro lado, o escritor Guimarães Rosa tinha consciência da existência dos cadáveres no porão da Igreja Matriz de Itacambira, tanto é vero que ele cita no mesmo texto que "da Matriz de Itacambira, onde tem tantos mortos enterrados", numa alusão às múmias que ali se encontram há mais de uma centena de anos.

INTENDENTE CÂMARA

Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt Aguiar e Sá (1) e (2), filho de Francisca Antônia Xavier de Bettencourt e Sá e do tenente Bernardino Rodrigues Cardoso, nasceu na região do Val, município de Grão Mogol, em Minas Gerais e foi batizado na Igreja de Santo Antônio de Itacambira, por volta de 1764. Um dos filhos mais ilustres do Norte de Minas. Ele estudou na Europa - Universidade de Coimbra - onde foi colega de José Bonifácio, o Patriarca da Independência. Em 1790, pelo Decreto Lei de 17 de fevereiro de 1790, foi o escolhido

O Intendente Câmara nasceu, segundo a ficha escolar fornecida pela Universidade de Coimbra, em Vila Nova da Rainha de Caeté, freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, capitania de Minas Gerais, e foi batizado aos 23 dias do mês de julho de 1758, sendo padrinhos o tenente João Furtado Leite e dona Coleta Rosa; mas a certidão de batismo extraída a seu pedido em 1827 diz ter sido batizado na Matriz de Santo Antônio de Itacambira, comarca eclesiástica das Minas Novas do Araçuaí, aos 26 dias do mês de abril

de 1764, sendo pelo governo de sua Majestade para fazer uma viagem à padrinho o Europa (Juntamente com José Bonifácio) com o objetivo de Reverendo Doutor conhecer o progresso das ciências aplicáveis em Portugal. Albano Pereira Tendo em vista o seu trabalho. O Intendente Câmara faleceu Coelho. Esta na cidade do Salvador, no dia 13 de dezembro de 1835. certidão foi

passada no
próprio
requerimento de
Câmara, quer, ao
formulá-lo,
declarou ser
nascido e batizado
na referida Vila de
Santo Antônio da
Itacambira. Foram
seus pais o
Tenente
Bernardino
Rodrigues
Cardoso e dona
Francisca Antônia
Xavier de
Bitencourt e Sá.

PAROQUIA DE SANTO ANTONIO DE ITACAMBIRA —
DIOCESE DE NITERÓI CLAROS
CERTIDÃO DE BATISMO

CERTIDÃO que no Dia de Anunciação de Nossa Senhora, da Vila de Itacambira,

o Pároco Sr. M. ... encontrou de seus registros

Ano de 18... de Abril de ... do ano da república e 64

na Igreja Capela de Itacambira

o Sr. Sr. Francisco de Almeida ...

Nasceu em ... de ... de ... do ano da Nossa Senhora

Juan Carlos de ... legitimo

de ...

de ...

Padres e Padrinhos: ...

Dr. Joaquim ...

O Pároco Sr. ...

Feito em ...

Ytambira 24 de agosto de 1933.

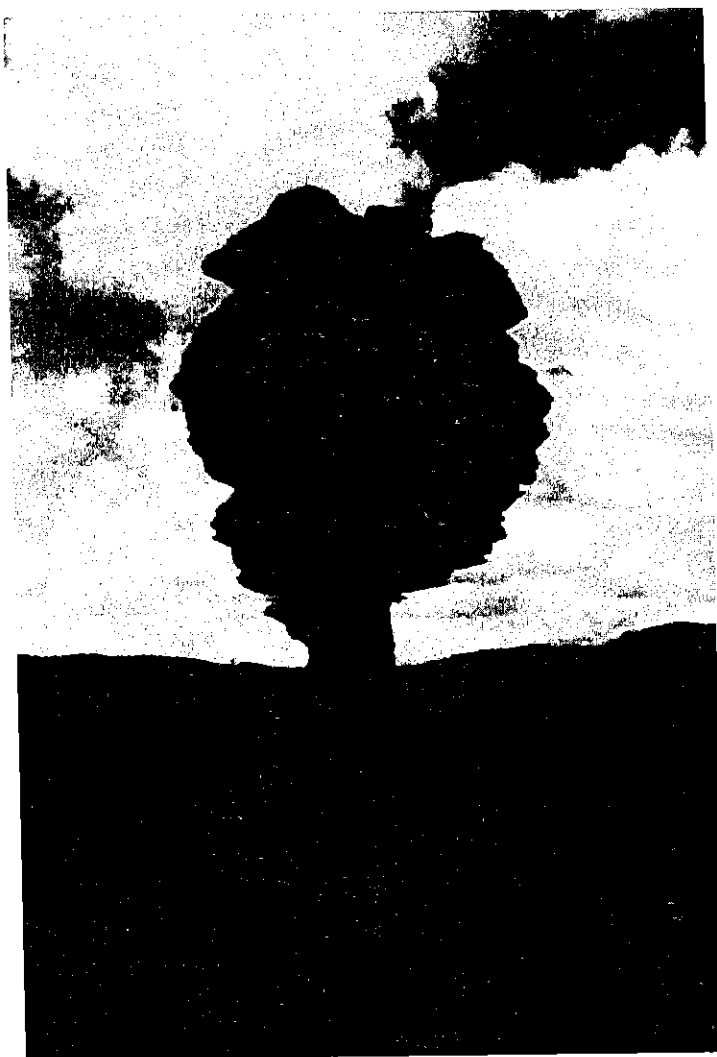
O Sr. Sr. ...

PEDRA DA URSA

A natureza tem o poder de esculpir nas montanhas rochosas, as mais diversas formas de esculturas para a apreciação e o deleite das pessoas. A Pedra da Ursa, por exemplo, uma dádiva

(1) Mário Martins
de Freitas
assinalou que o
Intendente
Câmara foi o
construtor do
primeiro forno
para fundir ferro
no Brasil. Isso
aconteceu no ano
de 1815, no Morro
de Gaspar Soares,
no Serro (MG).

natural para o povo de Itacambira, um privilégio sem precedentes que a mãe natureza, gentilmente, presenteou a comunidade de Itacambira e todo o Norte de Minas.



(2) Joaquim Felício dos Santos nos informou que o Intendente Câmara foi o primeiro brasileiro nomeado para o cargo de Intendente dos Diamantes, no Distrito Diamantino, no Tijuco, hoje cidade de Diamantina.

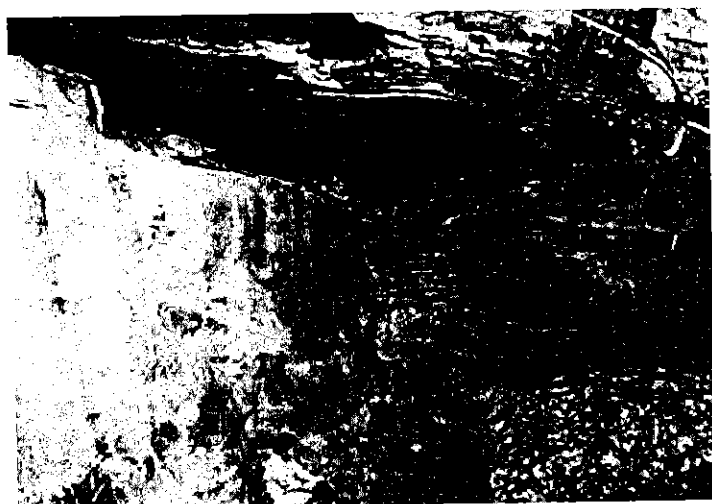
A NATUREZA CAPRICHOSA

É muito interessante como a natureza é caprichosa nas coisas que ela faz em Itacambira. Aqui nesta foto, numa palmeira há uma casa de cupim dando sustentação para a construção das casas do pássaro João-de-Barro. Um edifício de cinco andares que causa admiração nas pessoas, pois a harmonia da natureza é impressionante neste caso: a velha palmeira, o bloco do cupim e as casas do João-de-Barro, três elementos de viva beleza que encantam a natureza da região. A lenda conta que a fêmea do João-de-Barro ajuda-o na construção do ninho, porém quando o macho percebe que a sua namorada tem um novo companheiro, ele tampa a abertura da casa fechando-a para sempre.



LA PA DO BUGRE

Os sítios arqueológicos do município de Itacambira, com pinturas rupestres que foram cadastrados e registrados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional são em número de cinco. O Abrigo da Serra do Macuco e o Abrigo da Serra do Tuituberaba são os dois mais importantes. Temos ainda na Serra Resplandecente, outros três sítios, sobressaindo o da Lapa do Bugre que fica na encosta da referida serra.

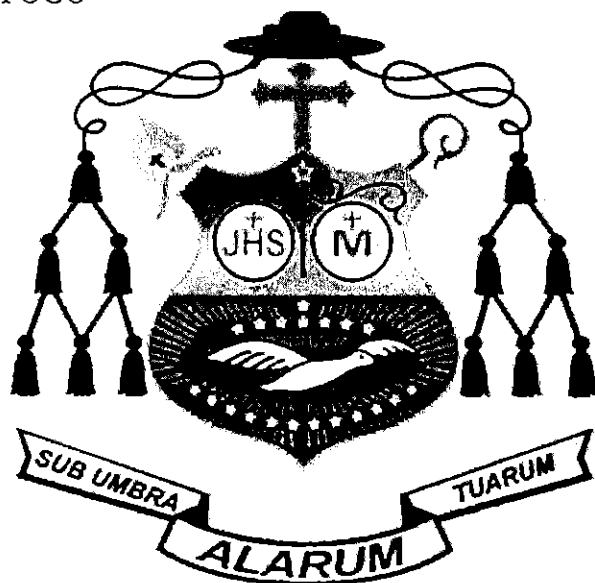


Lapa do Bugre - Foto: Edvaldo Magalhães Filho

“Ao recuarmos ainda mais no passado, deparamo-nos com uma expressiva arte parietal na Lapa do Bugre, um abrigo plantado num afloramento de quartzito isolado da Serra Resplandecente e a leste desta, sendo o conjunto parte da Serra Geral” (O Homem na Pré-História. Leonardo Alvares da Silva Campos. Belo Horizonte. 1983. Página 191).

FOGO

SIMBÓLICO



Dom Luís Victor Sartori (4º bispo de Montes Claros - 1952 a 1956). Foi também grande propulsor da fé e do progresso na cidade: reorganizou a Obra das Vocações Sacerdotais; instalou o Seminário Menor; apoiou a Ação Católica, bem como a criação da diocese de Januária; atuou juntos aos poderes públicos para a iluminação da cidade, por meio da

e rumou para a Serra Resplandecente, de encontro com os socavões de Marcos de Azevedo, na esperança de realizar o sonho das esmeraldas.

Portanto, o Fogo Simbólico representa a arrojada atitude de ambição, intrepidez e coragem de um homem já senil e que resolve enfrentar os perigos iminentes, pelo sertão adentro,

Para homenagear o grande feito de Fernão Dias Pais, o desbravador dos sertões norte-mineiros, o povo itacambirenses, num gesto de carinho, amor e gratidão, organizou a mais importante maratona da história de Itacambira com a corrida do Fogo Simbólico até a cidade de Porto Alegre - Rio Grande do Sul. Tudo isso aconteceu sob a supervisão do eminente bispo de Montes Claros, Dom Luiz Victor Sartori. O tempo nos conta que, partindo da "famigerada" cidade de Itacambira, no dia 12 de agosto de 1954, o Fogo Simbólico percorreu o caminho palmilhado por Fernão Dias Pais, de volta a São Paulo até a fronteira com o Uruguai. Foi nos pampas gaúchos que o bandeirante paulista iniciava a sua peregrinação em busca do ouro e das pedras preciosas. Entretanto, ele retrocedeu esse caminho

Companhia energética de Minas Gerais. Foi transferido para a diocese de Santa Maria- RS.

removendo com incrível estoicismo os grandes obstáculos que se opunham a sua marcha na procura das pedras verdes (as Esmeraldas), pedras essas existentes nas entranhas da Lagoa do Vupabuçu e que não passavam de simples turmalinas.

*Observação: A
palavras
<famigerada>
empregada
neste texto tem o
significado de
"muita fama,
notável,
célebre,
famígero",
conforme o
Dicionário
Houaiss da
Língua
Portuguesa, de
Antônio Houaiss.*



CAPÍTULO REGISTROS POLÍTICOS

XI

A INICIAÇÃO POLÍTICA

Há muito que o distrito de Itacambira já anunciava a sua condição de independência política e econômica. Por se tratar de uma região ainda inexplorada na agropecuária, não obstante a exploração das riquezas das pedras verdes, tanto o rebanho bovino como a plantação do café necessitavam de maior cuidado dos seus governantes. Desse modo, a sua elevação à condição de cidade lhe possibilitaria palmilhar os caminhos do progresso, com vivas esperanças de um novo amanhecer.

Sabe-se que a exploração do ouro e dos diamantes muito pouco contribuiu para o desenvolvimento da vila de Itacambira. O "quinto do ouro" imposto devido à coroa ia para o governo e os lucros com a comercialização das riquezas ficavam

em poder dos forasteiros, que promoviam a evasão de divisas. Nada era aplicado em benefício da população que já sofria com a invasão do “barbeiro”, causando-lhe a doença do coração – embora fosse uma doença desconhecida antes mesmo do médico sanitaria Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (1878-1934) anunciar a sua descoberta no final do século XIX.

Do ponto de vista político-econômico, Itacambira permaneceu inerte no tempo e, por muito tempo.

Enquanto isso, o aspecto físico do terreno era benevolente com os garimpeiros, por outro lado prejudicava a criação de currais de gado. O ciclo do ouro e do couro, que em certas regiões andavam de mãos dadas, aqui isso não acontecia. Nem mesmo a pequena agricultura de subsistência sobrevivia com a necessidade da ocasião. Apenas o plantio de café dava sinais de uma boa safra. O milho e a mandioca foram heranças dos índios.

Por sua vez, o município de Grão Mogol centralizava a atenção do mercado do ouro e do diamante. Não muito distante, a vila do Tijuco (Diamantina) agia da mesma maneira, assim como a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Fanado (Minas Novas). Nesse triângulo de caminhos e cruzamentos, Itacambira sucumbiu-se através dos tempos. Disse o historiador Vicente Tapajós que “a criação de gado foi uma das razões da penetração no interior e exerceu, na economia nacional, papel de importância, notadamente como meio de locomoção e de transporte”. Em razão disso, o sertanista Antônio Gonçalves Figueira tinha essa visão de comércio. Abriu a estrada até Pitangui, outra estrada até o Rio São Francisco e a Estrada Real da fazenda Brejo Grande – região de Grão Mogol – passando pela fazenda do São Romão até Tranqueira, na Chapada Diamantina – Bahia.

Agora, com o limiar de novos tempos, Itacambira sentiu a necessidade de andar com as próprias pernas. Libertou-se de Grão Mogol por Decreto Lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1963, num esforço gigantesco do seu filho Geraldo Maier Bicalho.

Todo processo de emancipação do município aconteceu de forma civilizada. Assim, no dia primeiro de março do ano seguinte foi instalado o município com a criação da Câmara Municipal e em seguida a eleição do primeiro mandatário da nova cidade. Antes, porém, na pessoa do servidor Lúcio Marcos Benquerer – indicado intendente – a cidade de

“Tive em Itacambira, como intendente, em 1963, uma experiência memorável. Cursando Sociologia na época, e naturalmente fascinado pelos ensinamentos

Itacambira começava a dar os seus primeiros passos.



acadêmicos, tive a aventura de testemunhar e viver, ainda que pelo curto período de seis meses, o encontro da teoria com a realidade político-social de nossa região e de Itacambira em particular. Foi um período inesquecível e de grande aprendizagem". (Depoimento de Lúcio Mauro Benquerer cedido por Maria Izabel Noronha)

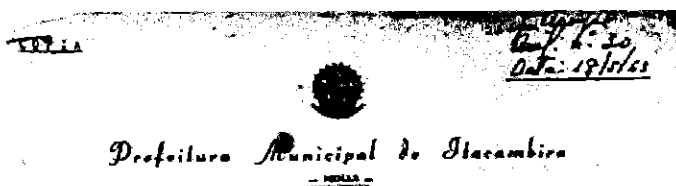
INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITACAMBIRA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITACAMBIRA

A primeiro de março de 1963, a partir das 11(onze) horas, no edifício destinado ao funcionamento da Prefeitura Municipal, realizou-se a sessão solene de instalação do Município de Itacambira, criado nos termos dos artigos da Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Declarando aberta a sessão o Sr. Intendente, após compor a mesa, proferiu, em voz clara e pausada, as seguintes palavras: "Em virtude dos poderes que me foram outorgados, declaro instalado o Município de Itacambira, com jurisdição sobre as circunscrições que têm por sede esta localidade, que ora recebe os foros de cidade, com a competência e atribuições que a lei confere e determina". A seguir colocou franca a palavra, dela fazendo uso o jovem Milton Leão Coelho Filho, proferiu brilhante e entusiástica saudação ao povo itacambirano, afirmando em sua oração: "que estando convicto, o povo com a sua união, seu trabalho e seu desprendimento, faria desta terra histórica um município próspero". A seguir, usou da palavra o senhor Intendente, saudando os presentes e concitando a todos os itacambiranos a cerrarem fileiras em prol do programa da jovem cidade.

Afirmando que Itacambira, sendo uma cidade que surgia, poderia ser comparada a uma construção de um prédio e que cada um em particular, deveria contribuir com sua parcela de sacrifício, carregando um tijolo para essa construção. Frisou que estamos incrustados numa região subdesenvolvida e desamparada, vivendo uma grave conjuntura social, político e econômico, praticando uma política de bons costumes e de confiança no futuro. Ninguém mais fazendo uso da palavra, o senhor Intendente deu por encerrada a sessão de

que, para constar, eu Maria do Socorro Bicalho, funcionando como secretária ad-hoc, lavrei a presente ata e a li ao termo da sessão. Lúcio Marcos Bemquerer - Intendente.



ATA DA Sessão Solene de Instalação do Município de Itacambira

A primeira de março de 1963, a partir das 11 horas, no edifício destinado ao funcionamento da Prefeitura Municipal, realizou-se a sessão solene de instalação do Município de Itacambira, criada nos termos dos artigos da Lei nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. Distinguido aberto a grande e sr. Intendente, após um - por a mesa, proferiu, em voz alta e pausada, as seguintes palavras: "Em virtude das palavras que se foram pronunciadas, declarem-se instalado o Município de Itacambira, com jurisdição sobre as diversas regiões que têm por sede esta localidade, que tem sede no nome da cidade, com a competência e atribuições que a lei confere a ele. A seguir colou-se flama a palavra, dada flama um - e jovem Milton Leão Galvão Filho, que, representando o seu progenitor, sr. Milton Leão Galvão, proferiu belhíssimo e entusiasmante - mensagem ao povo itacambirano, afirmando em sua oração: "que todos de corvato, e seja em a sua união, seu trabalho e sua disposição, seria desta terra herdeiros um município próspero". A seguir, tomou da palavra o sr. Intendente, dizendo os seguintes - cumprimentos a todos os itacambiranos e esposas filadras em prol do progresso da jovem cidade, dizendo que Itacambira, sendo uma cidade que surgia, poderia ser comparada a uma construção de um prédio e que cada um em particular, deveria contribuir com sua parcela de sacrifício, carregando um tijolo para essa construção. Frisou que estamos incrustados numa região sub-desenvolvida e desamparada, vivendo uma grave conjuntura social, político e econômico, que só se dará ser superada com o esforço conjunto de todos, praticando uma política de bons costumes e de confiança no futuro. Ninguém mais falando em voz alta, e sr. Intendente deu por encerrada a sessão, de q.º, para constar, eu Maria do Socorro Bicalho, funcionando como secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata e a li ao término da sessão.

Lúcio Marcos Bemquerer
 Lúcio Marcos Bemquerer - Intendente
 (SOMENTE EM VÁRIAS EXEMPLARES)

GALERIA DOS PREFEITOS

A cidade de Itacambira foi criada pela Lei nº 2764, de 30 de dezembro de 1962 e a sua instalação, como município autônomo, ocorreu em primeiro de março de 1963. A

emancipação de Itacambira teve a participação decisiva de Geraldo Maier Bicalho, que na época era prefeito da cidade de Grão Mogol. Depois de instalado o município, foi nomeado como seu intendente o jornalista Lúcio Marcos Benquerer, que esteve no comando das decisões políticas da cidade durante os meses de março a agosto de 1963. Com o impedimento de Geraldo Maier Bicalho, foi proclamado prefeito de Itacambira, seu vice -prefeito José Ferreira do Amaral, e em vista disso foi realizada nova eleição, somente para escolher o novo vice-prefeito, que teve o nome de Domício Santos Bicalho vitorioso nas urnas. Portanto, o primeiro prefeito de Itacambira, eleito pelo voto direto, foi José Ferreira do Amaral, que governou o município no período de 1963 a 1966.

Galeria dos Prefeitos







CÂMARA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA

Os registros da composição do poder legislativo do município ficaram prejudicados, tendo em vista a inexistência de documentação para a comprovação das pesquisas necessárias, o que dificultou, sobremaneira, a nossa investida na coleta de dados e fatos sobre o assunto adrede proposto. Entretanto, foi possível o registro da formação da primeira Câmara de Vereadores, conforme documentação assinada por Oto Ribeiro e Silva e fornecida por Antônio Amaro Bicalho.

FORMAÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA

PODER EXECUTIVO: 1963-1966

Prefeito: José Ferreira Amaral

Vice-prefeito: Domício Santos Bicalho

PODER LEGISLATIVO: 1963-1966

Maria do Socorro Bicalho

José Ferreira da Silva

Alfredo Antônio Oliveira

Maria Izabel Bicalho Noronha
Nelson Ferreira Oliveira
José Pedro dos Santos
Sadi Santos Bicalho
Davisdson Ferreira Leal
José Felizardo Bicalho

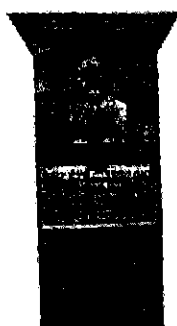
FORMAÇÃO ATUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA

PODER EXECUTIVO: 2013 - 2016

Prefeito: José Francisco Ferreira
Vice-prefeito: João Manoel Ribeiro

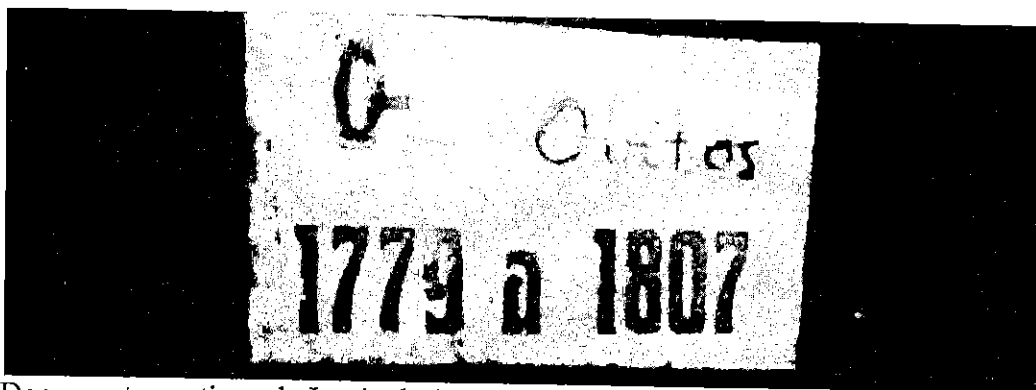
PODER LEGISLATIVO: 2013 - 2016

Presidente – José Leão Coelho Sobrinho
Vice-presidente – Pedro Henrique Barbosa
Antônio Júlio de Oliveira
Eder Fabricio Caetano Campos
Eliomar Cardoso Oliveira
Geraldo Claudinei Barbosa Soares
João Cardoso dos Santos
José Gilmar Ferreira
Sebastião Marcelo da Silva



PEQUENA BIOGRAFIA DE GERALDO MAIER BICALHO

Geraldo Maier Bicalho nasceu na cidade de Itacambira/MG, no dia 29 de julho de 1920. Ele era filho de Francisco Circuncisão Bicalho e de dona Maria do Rosário Bicalho. Casou-se com dona Ruth Matos Bicalho e tiveram 14 filhos. Foi prefeito das cidades de Grão Mogol e Itacambira. Batalhou incansavelmente para realizar a emancipação política e econômica de sua terra natal. Num preito de gratidão, foi erigido um marco na Praça da Matriz com os seguintes dizeres: “GERALDO MAIER BICALHO – HOMENAGEM A ESTE LÍDER POLÍTICO”, na administração de Mariano Augusto Barbosa. Geraldo Maier Bicalho faleceu em 22 de novembro de 1994.



Documentos antigos da Igreja de Itacambira

CAPÍTULO
ANOTAÇÕES ANTIGAS

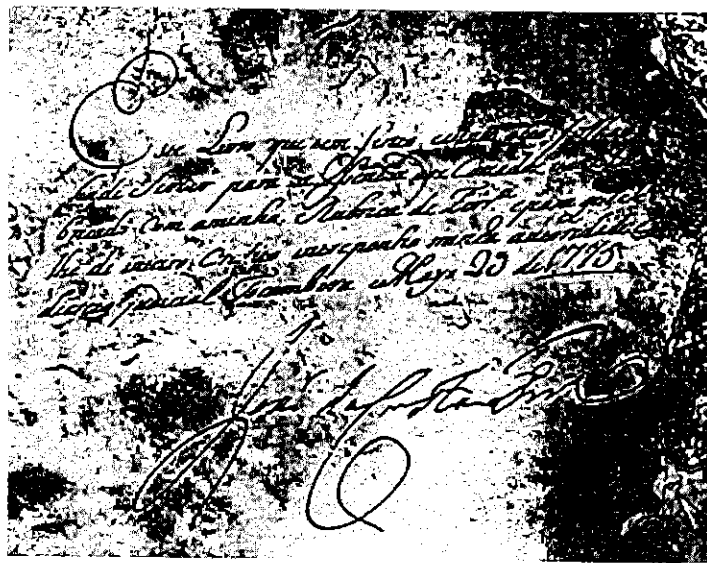
XII

DOCUMENTOS DA IGREJA

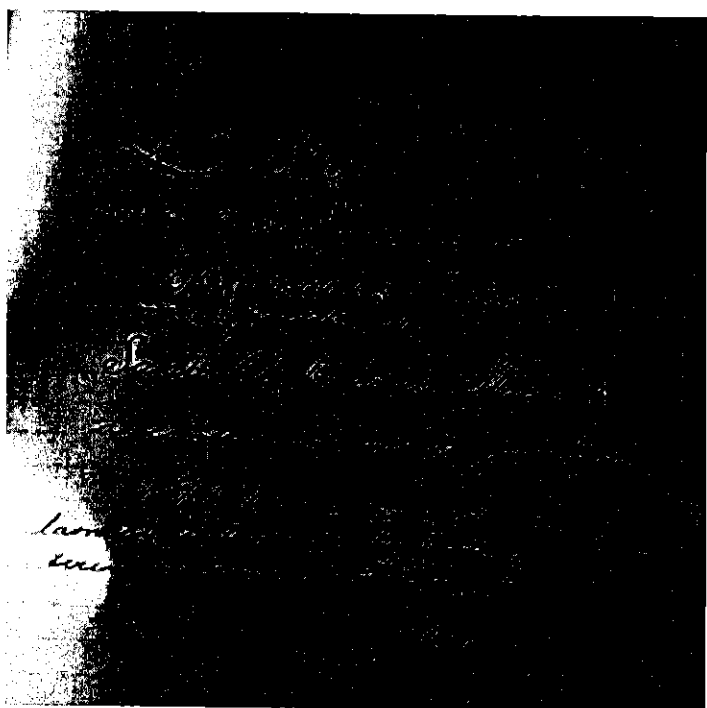
No presente livro, que contém noventa e oito folhas, serão registradas as pessoas sepultadas no cemitério desta freguesia de Santo Antônio de Itacambira, por mim numeradas e rubricadas.
Itacambira, 10 de janeiro de 1899.
Vigário José Francisco de Carvalho.

No presente livro que contém noventa e oito folhas, serão registradas as pessoas sepultadas no cemitério desta freguesia de Santo Antônio que foram por mim numeradas e rubricadas. Itacambira 10 de janeiro de 1899. Vigário José Francisco de Carvalho.

Este livro que tem cento noventa e oito folhas há de servir para (...) dos casados vai rubricado com a minha rubrica de Ferr^a e para que se lhe dê maior crédito, uso e ponho a minha autoridade (...) judicial. Tocambira, maio de 1775.



LIVRO para apontamentos de Batizados feitos na paróquia de Santo Antônio de Itacambira a começar no mês de junho de 1914. Serão neste mesmo livro lavrados os Termos dos Batizados que se fizerem nos anos 1915 e seguintes. Padre Callado.



FOLHA DE
ROSTO DO
TERMO DE
ABERTURA

- Devidamente
comissionado por
Exmo. Sr. Bispo
Diocesano, faço a
abertura do
presente livro que
servirá para nele
serem transcritos
todos documentos
respeitantes à

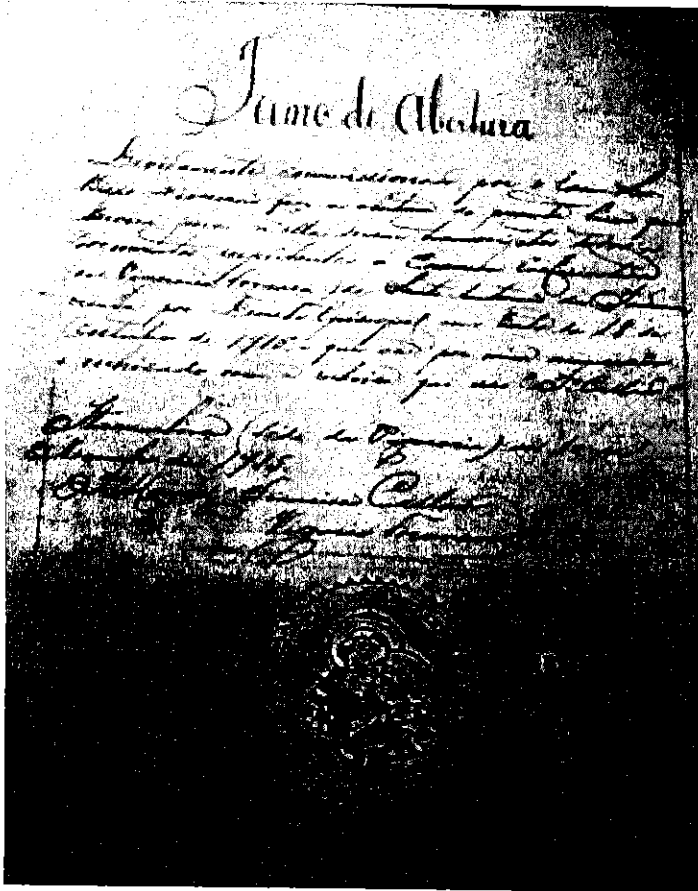
Comarca
Eclesiástica (ou
Vigararia

Foraneo) de Santo
Antônio de Pádua,
criada por
Decreto Episcopal
com data de 18 de
outubro de 1915 e
que vão por mim
numerada e

rubricada com a
rubrica que uso
"Pe. Callado"

Itacambira, (sede
da Vigararia) aos
10 de novembro de
1915. Padre

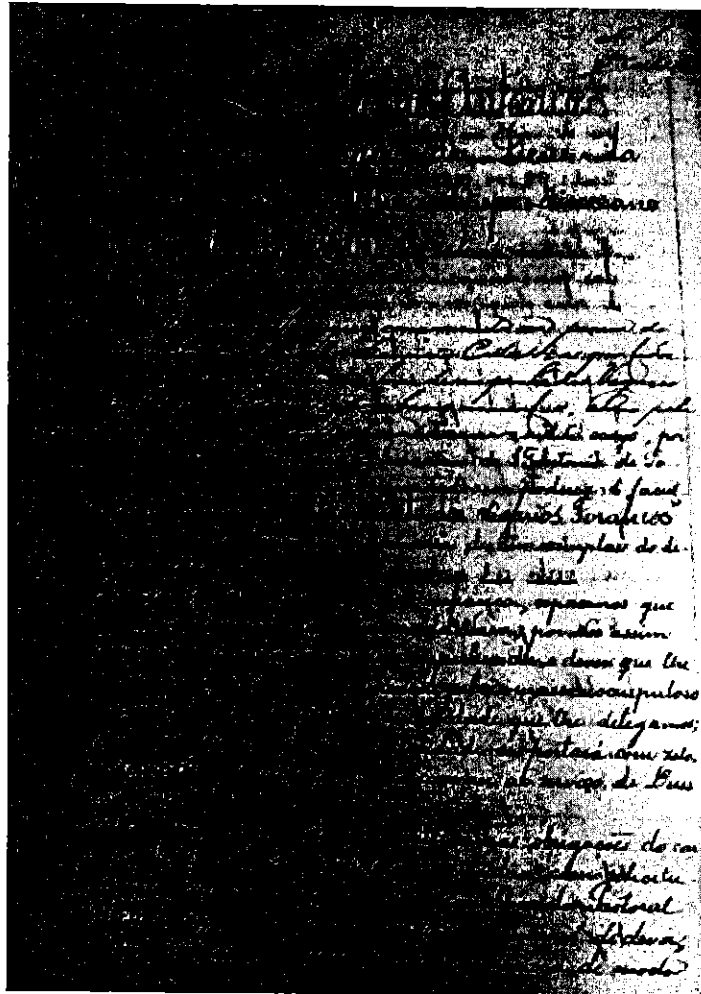
Manoel Francisco
Callado. Vigário
Foraneo.



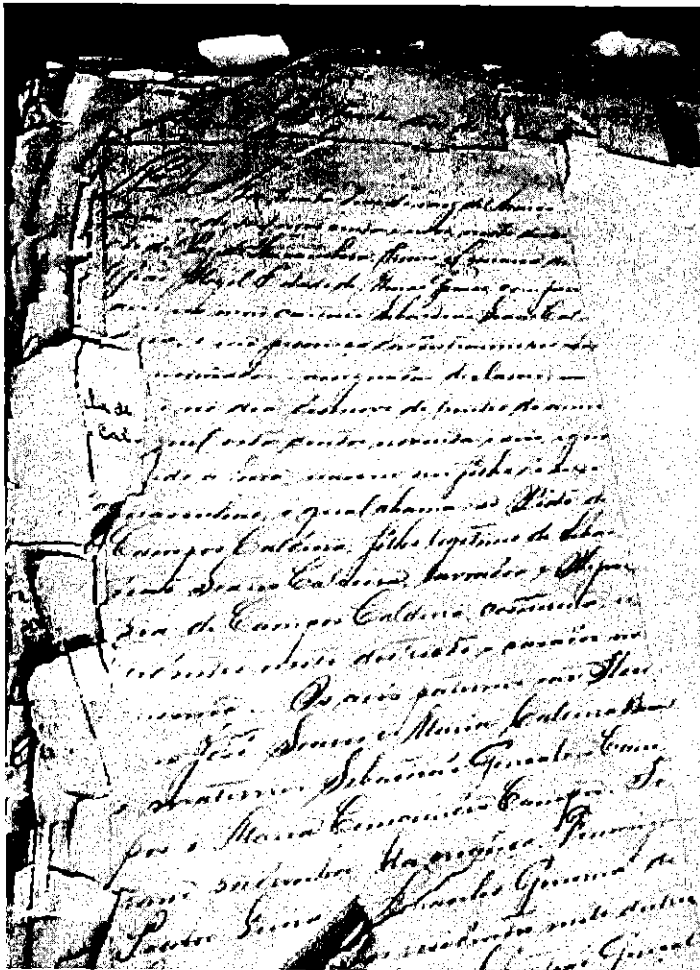
OBS: Nota-se que
neste documento
foi colocado como
sendo Paróquia de
Santo

Antônio de Pádua.
Aliás, há muitos
documentos nos
livros da Coleção
do Tombo da
Igreja, com esta
denominação:

FAC-SIMILE -
DOCUMENTO Nº
1 DA IGREJA DE
SANTO ANTÔNIO
DE PÁDUA
Dom João Antônio
Pimenta, por
mercê de Deus e
da Santa Sé
Apostólica, Bispo
Diocesano de
Montes Claros,
etc... Fazemos
saber que
concorrendo na
pessoa do Ver. Sr.
Padre Manoel
Francisco
Callado, as
qualidades
requeridas para o
bom desempenho
da vigararia da
Vara, havemos por
bem nomeá-lo
como pela
presente o
nomeamos para
exercer o dito
cargo, por três
anos, na comarca
eclesiástica de
Santo Antônio de
Pádua, para o que
lhe concedemos
todos os poderes e
faculdades
constantes do
"Regimento dos
Vigários
Foraneos" desta
diocese, fazendo
lhe uma remesse
do dito Regimento.
Dando-lhe esta
prova de nossa
confiança,



esperamos que o
Vigário Foraneo,
digo, Vigário da
Vara, por nós
assim nomeado e
depu



Alfarrábios da Igreja
Santo Antônio de Pádua de Itacambira - Minas Gerais

tado, saberá
empreender o
dever que lhe
incumbe de zelar
por sua pessoa,
pelo
mais escrupuloso e
exemplar
procedimento, a
autoridade que lhe
delegamos e que,
no exercício desta
autoridade se
portará com zelo,
moderação e
prudência, como
convém ao serviço
de Deus e ao
Nosso.

Tenha sempre em
vista que, entre
outras obrigações
do cargo que lhe é
conferido, saberá a
de velar, com
solicitude, para
que as
determinações e
conselhos da
Pastoral coletiva
sejam postas em
prática, como é de
dever

de em sua comarca;
para o que
concorrerá de
modo...

OBS; Também
neste documento
foi registrado o

nome de Santo
Antônio de Pádua.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este modesto trabalho sobre a história de Itacambira, solicitamos dos distintos leitores as desculpas pelas deficiências e pelos problemas que o enfeiam. Os senões e os deslizos gráficos também podem ocorrer e, quanto ao conteúdo, seria de lastimar muito mais, não fosse a providencial colaboração de Antônio Neto da Silva, Ilma Ramalho Ferreira, Vanusa Alves da Costa Ramalho, Wanderlino Arruda e Antônio Amaro Bicalho, na doação dos mais variados documentos e de sucessivos depoimentos sobre a trajetória da comunidade. Pessoas essas a quem reiteramos mais de uma vez, a expressão sincera do nosso profundo agradecimento.

“Sit finis libri, non finis quaerendi”

BIBLIOGRAFIA
FONTES DE PESQUISAS E CRÉDITOS
DAS FOTOGRAFIAS

LIVROS

BARBOSA. Waldemar de Almeida – *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Itatiaia. 1995.

BELMONTE. Benedito Bastos Barreto – *No Tempo dos Bandeirantes*. São Paulo. 4ª Ed. Melhoramentos.

BILAC. Olavo – *O Caçador de Esmeraldas*. Poesias. São Paulo. Ediouro. 1978.

CALMON. Pedro – *História do Brasil*. 7 volumes. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1971.

CAMPOS. Leonardo Álvares da Silva – *O Homem na Pré-História*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1983.

CARDIM. Padre Fernão – *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo. Ed. Nacional. 1978.

COSTA. Antônio Gilberto – *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2005.

COTRIM. Dário Teixeira – *Ensaio Histórico do Distrito de Serra Nova, Município de Rio Pardo de Minas*. Rio Pardo de Minas. 2000.

ARQUIVO
MUSEU
ESTADUAL
DE
HISTÓRIA
E
ARQUEOLOGIA
DE
MINAS
GERAIS

COTRIM. Dário Teixeira – *História Primitiva de Montes Claros*. Montes Claros. Unimontes. 2002.

COTRIM. Dário Teixeira – *Sinalações Rupestres*. Montes Claros. A Sinneta. 2005.

DIAS. Gonçalves – *Dicionário da Língua Tupi (Chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil)*. 1ª edição 1858 e 2ª edição 1970. Rio de Janeiro. Livraria São José. 1970.

DURÃES. Narciso Silva – *Olhos de Itacambira*. Poesia. Belo Horizonte. Arte Quintal. 1986.

FAGUNDES. Giselle e MARTINS. Nahílson. *Capítulos Sertanejos*. Montes Claros. Formato. 2002.

FERREIRA. Delson Gonçalves – *O Aleijadinho*. Belo Horizonte. Trona Editora. 2001.

FREIRE. Felisbello – *História Territorial do Brasil*. 1º e 2º volumes. Salvador. Instituto geográfico e Histórico da Bahia. 1998.

FREITAS. Mário Martins – *Grão Mogol: de Portugal a Portugal*. Romance. Rio de Janeiro. 1940.

HOLANDA. Sérgio Buarque de – *Raízes do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

LASMAR. Jorge e VASQUES. Terezinha – *Grão Mogol*. Belo Horizonte. Santa Clara Editora. 2005.

MARTINS. Nahílson e FAGUNDES. Giselle - *Capítulos Sertanejos*. Montes Claros. Formato. 2002.

MILIET de Saint-Adolphe. J. O. R - *Diccionario Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brazil*. 1845.

PAULA. Hermes Augusto de. *Montes Claros sua História, sua Gente e seus Costumes*. 3 volumes. Montes Claros. Ed. Unimontes. 2007.

PIRES. Simeão Ribeiro – Raízes de Minas. Montes Claros. 1979. Páginas 71/75.

PIRES. Simeão Ribeiro – Serra Geral: *Diamantes, Garimpeiros e Escravos*. Belo Horizonte. Cuatiara. 1999.

ROSA. João Guimarães – *Grande Sertão: Veredas*. Romance. Nova Fronteira. 1979.

SALVADOR. Frei Vicente do – *História do Brasil 1500 – 1627*. Belo Horizonte. Itatiaia. 1982 (Livraria Amadeu)

SAMPAIO. Teodoro Fernandes – *Vocabulário Geográfico Brasileiro*. (cópia xerox).

SANTOS. Délio Freitas dos – *Câmara Municipal de São Paulo*. (oferta do vereador Aurelino Soares de Andrade) 1998.

SANTOS. Márcio – *Estradas Reais*. Belo Horizonte. Editora Estrada Real. 2001.

SILVA. Eliane Rodrigues da – *Itacambira, uma Lenda*. Dossiê. Apostilha da Biblioteca Pública Municipal Concórdia Luzia Ribeiro. Itacambira. 2002.

SILVEIRA. Geraldo Tito – *O Padre Velho*, Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1971. Páginas 82/83.

SILVEIRA. Geraldo Tito da – *Crônica da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1981.

SOUSA. Gabriel Soares de – *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo. Brasiliana. Volume 117. 1987.

SPIX. Johann Baptist von – *Viagem Pelo Brasil (1817 – 1820)*. Volume 2. Belo Horizonte. Itatiaia. 1981.

TAPAJÓS. Vicente – *História do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1965.

ARQUIVO GERAL DE HISTÓRIA

VASCONCELOS. Diogo de – *História Antiga de Minas Gerais*. V 1 e 2. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1948.

VASQUES. Terezinha e LASMAR. Jorge – *Grão Mogol*. Belo Horizonte. Santa Clara Editora. 2005.

VIANNA. Urbino - *Bandeiras e Sertanistas Baianos*. São Paulo. Companhia Editorial Nacional. 1935.

PANFLETOS

Festa de Santo Antônio e do Divino. Arquidiocese de Montes Claros. Paroquia Santo Antônio. Itacambira – MG. 2008. VII Festa Cultural Itacambira. Prefeitura Municipal de Itacambira. 2013.

DOCUMENTOS

Carta do Padre José Ozanan
Cópia da Carta de D. João Antônio Pimenta – Bispo de
Montes Claros – MG.
Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Itacambira
(Lucídio)

REVISTA

Revista Acaiaca. Belo Horizonte. Agosto de 1953.

JORNAIS

Diário de Montes Claros. Montes Claros, quarta-feira, 31 de maio de 1978. Miguel Domingues, fundador de Montes Claros. Leonardo Campos.

Diário de Minas. Belo Horizonte. 12 de Agosto de 1956.

Hoje em Dia. Prefeitura Busca Apoio para Construir Casa da Cultura e Reconstruir os Esqueletos. Fernando Zuba.

Hoje em Dia. Município à caça de R\$ 1 milhão para salvar Igreja. Girleno Alencar.

Informativo Paroquial. Ano I – nº 1 – outubro de 2008. Padre Honório Andrade

Informativo Pastoral – Comunidade São José. Município de Itacambira. Setembro de 2008. 3ª edição. Padre Honório Andrade.

Impresso	na	oficina	da
GRÁFICA	EDITORA	MILLENNIUM	LTDA.
Rua Pires	e	Albuquerque,	173 - Centro
39.400-057	-	Montes	Claros - MG
E-mail:			mileniograf@viamoc.com.br
Site:			www.mileniograf.com.br
Telefax: (38) 3221-6790			

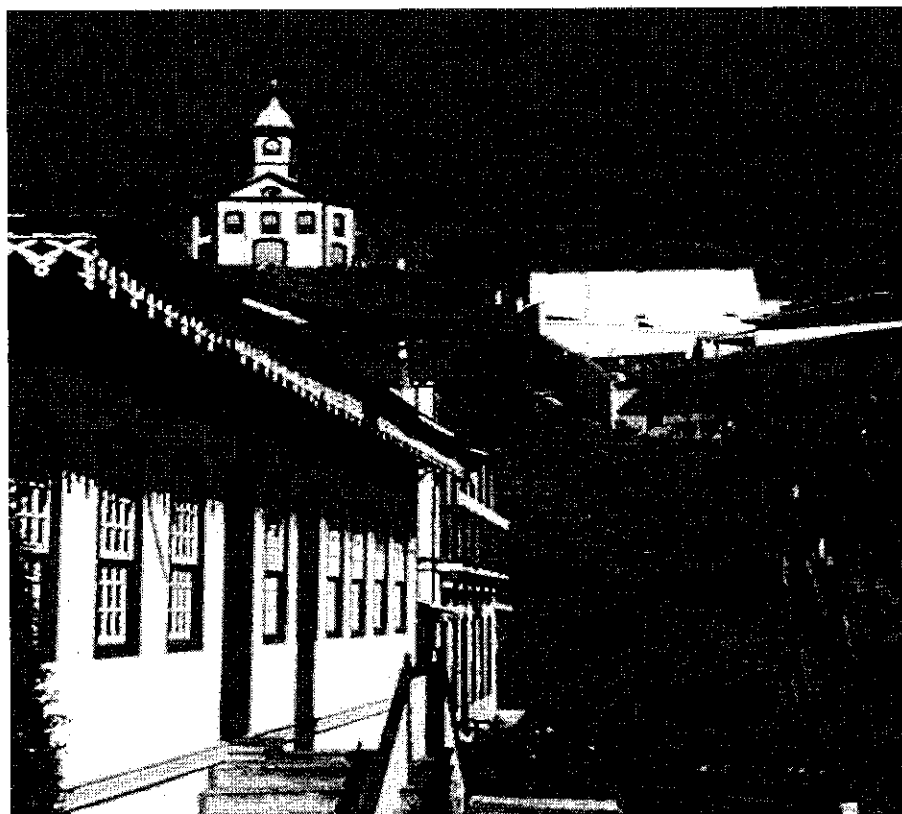
Famosa pelo queijo artesanal, Serro, no Vale do Jequitinhonha, comemora o tricentenário

Cidade histórica resgata caixa enterrada aos pés da escada da Igreja de Nossa Senhora do Carmo

compartilhar: [Facebook](#) [Google+](#) [Twitter](#)

postado em 01/02/2014 06:00 / atualizado em 01/02/2014 07:51

[Gustavo Werneck](#)



(foto: Arquivo EM - 3/9/76)

Os primeiros habitantes, os índios botocudos, chamavam a região de Ibi-ti-ruí ou Ivituruí, que na língua deles significava "serra dos ventos frios". Daí veio o nome Serro Frio e mais tarde Serro, uma das cidades coloniais mais importantes de Minas, primeira a ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), terra do queijo artesanal famoso e de personagens ilustres, entre eles o republicano Teófilo Otoni, o ex-governador de Minas João Pinheiro, maestro Lobo de Mesquita e escultor Mestre Valentim. Localizado no Vale do Jequitinhonha e expoente da Trilha dos Diamantes, na Estrada Real, o Serro comemorou, na quarta-feira, 300 anos de elevação dos seus primitivos arraiais a Vila do Príncipe, ato assinado em 29 de janeiro de 1714 pelo governador da Capitania de Minas de Ouro e São Paulo, dom Braz Balthazar da Silveira.

"Bem antes da elevação a vila, em 1702, os bandeirantes Antonio Soares Ferreira e seu filho João Soares fundaram dois arraiais – o de Baixo, que segue o Ribeirão do Lucas, e o de Cima, em direção ao Córrego dos Quatro Vinténs", conta a historiadora Zara Simões, nascida e criada no Serro. "Depois os dois arraiais se uniram e formaram a Vila do Príncipe, homenagem ao príncipe português dom José I, nascido naquele ano. À categoria de cidade, só chegou em 6 de março de 1838, por lei provincial."

Apaixonada pelo patrimônio cultural da cidade, Zara participou de dois momentos simbólicos da terra natal. Em 29 de janeiro de 1975, adolescente, ela assistiu ao início de uma campanha para preservar o conjunto artístico e conscientizar a população local. E mais: viu quando foi enterrado, aos pés da escadaria da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, uma caixa com documentos da época (jornais, artigos, um deles publicado no Estado de Minas, manuscritos, crônicas e outros registros) que só seria aberta na solenidade comemorativa do tricentenário.

Na manhã de quarta-feira, a historiadora presenciou o novo momento e comparou o período de quase quatro décadas. "Em meados dos anos 1970, o Serro estava muito esquecido, talvez pela distância da capital. Prédios antigos degradados, assim como as igrejas. Com o passar do tempo e o abandono das estradas de acesso a situação melhorou um pouco. Mas, hoje, sinto a necessidade de atenção para conservação do acervo, principalmente o casario. Estamos perdendo muitos documentos relevantes e é bom lembrar que a cidade foi fundada pelo Iphan há 76 anos", afirma Zara. O êxodo dos jovens na consequência deve ser peça fundamental para a professora, certa de que "em algum momento, mais distantes da história local".

A comarca do Serro foi instituída pela coroa portuguesa em 1720 e, segundo a historiadora, de extensão extensa que era, fazia divisa com os estados da Bahia e Espírito Santo. "Municípios como Montes Claros, no Norte de Minas, e Governador Valadares, no Leste, são filhos do Serro." Seis anos antes, foram criadas as três comarcas pioneiras, representando a primeira divisão administrativa e jurídica da Capitania de Minas: Rio das Mortes (sede na Vila de São João del-Rei, hoje São João del-Rei), Rio das Velhas (sede na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, atual Sabará) e Vila Rica (sede em Vila Rica, atual Ouro Preto).

OURO E DIAMANTES No início do século 18, a expedição chefiada por Antonio Soares Ferreira descobriu as jazidas de ouro. Conforme as pesquisas, vários ranchos foram erguidos nas proximidades dos córregos, dando origem à formação dos arraiais que, mais tarde, originaram o povoado do Serro. Como a exploração foi desordenada, foi criado o cargo de superintendente das minas de ouro, ocupado pelo sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas e Araújo.

Muita gente foi chegando, o lugar cresceu e, na sequência, os mineradores descobriram lavras de diamante na região onde hoje estão os distritos serranos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras e a cidade de Diamantina, antigo Arraial do Tejuco. Muitas foram as restrições impostas à exploração de ouro na comarca, após o descobrimento dos diamantes. Em 1725, é determinada a criação da Casa de Fundição, para onde toda a produção aurífera da região passou a ser encaminhada. Apesar de todas as regras impostas, muitos aventureiros ganharam com o contrabando de ouro e diamante. De positivo, a vila passou a difundir cultura e civilização e grande número de exploradores, artistas, políticos e religiosos foi viver lá.

Como houve o apogeu, ocorreu o declínio. As minas foram exploradas exaustivamente durante quase 100 anos e, no início do século 19, com a decadência da mineração, somente alguns exploradores, encorajados pelo governo, conseguiam arcar com os altos custos de produção. A maioria da população foi viver, então, da pecuária e agricultura de subsistência, atividades dificultadas pela localização geográfica da vila. "Os tropeiros têm grande importância nesse novo ciclo de desenvolvimento da região", destaca a professora de história.

Enquanto
recebeu
Houve
pessoas
houve
Santo à B
ano de 1
da ext
Espírito
ser Salvador
Espírito
recuperou
da Capitania
Bahia em 1
proclamação
do Brasil, e
1822, o se
para província
assim até
República
novembro o
transformou
Espírito San

Até 2005 o Serro foi conhecido com o nome de Arraial do Tejuco.

Arraial do Tejuco

2014 - 1451000000

Principio Traslado Le n.º 34 1-359-361

Escritura pública de compra y venta.

D. Maximiano María de Silva de S. Corinto

Pequeño Barahona

La ALBAM, quanto esta pública escritura
de compra y venta, que vos miso
y cinco días de mes de febrero de año de
Nuestro Señor de Noventa y Nueve años de Jesús Christo
de mis noventa y siete años, miso citado
de Montes Claros, en Santo Casa de Caridad
con un tabellion publico, adiante nombrado
a Chamaboyun, ahí acordaron y presentes de
un lado, como vendedor D. Maximiano María
de Silva, vecino de finca Cypriano de Carina
y de otro lado, como comprador D. Corinto
Pequeño Barahona, ambos residentes en este
distrito, recordados por miso y por testigos
muchos adiante convalidados por los propios
de que fue hecho, de que Dios es, y presentados
por misos testigos, y recordados, que
se acha doctores en uso y gozo de sus
facultades mentales e intelectuales
de modo a mi parecer e de los testimonios
reperidos, que en miso acordaron,
declararon que en mis noventa y siete
(1917) de una parte e espontanea voluntad
venden a S. Corinto Pequeño Barahona
una parte de tierras de cinco mil seis (5000)
de avallados, en finca denominada "El
Lencino" más distrito e una parte de sus
terras con otros en miso y
quedo, siendo a parte de tierras como aca
Mammuel de cuenta (W) al mismo...



Espírito Santo (estado)

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

O **Espírito Santo** é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na região Sudeste. Faz fronteira com o oceano Atlântico a leste, com a Bahia ao norte, com Minas Gerais a oeste e noroeste e com o estado do Rio de Janeiro ao sul. Sua área é de 46 095,583 km². É o quarto menor estado do Brasil, maior apenas que Sergipe, Alagoas e Rio de Janeiro.^[5] Sua capital é o município de Vitória, e sua cidade mais populosa, o município da Serra. O Espírito Santo é, ao lado de Santa Catarina, um dos únicos entre os estados do Brasil no qual a capital não é a maior cidade. Outros importantes municípios são Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus e Vila Velha. O gentílico do estado é capixaba ou espírito-santense.^[5]

Em 1535, os colonizadores portugueses chegaram na Capitania do Espírito Santo e desembarcaram na região da Prainha. Naquela época, teve início a construção do primeiro povoado que recebeu o nome de Vila do Espírito Santo. Por causa dos índios terem atacado a Vila do Espírito Santo, o líder Vasco Fernandes Coutinho fundou outra vila, naquela vez em uma das ilhas. Esta vila passou a ser chamada de Vila Nova do Espírito Santo, atual Vitória. Enquanto isso, a antiga recebeu o nome de Vila Velha. Houve um tempo, que poucas pessoas conhecem, em que houve a anexação do Espírito Santo à Bahia. Isso ocorreu no ano de 1715. Então, a capital da extinta Capitania do Espírito Santo passou a ser Salvador.^[6] A Capitania do Espírito Santo somente recuperou sua autonomia da Capitania da Bahia em 1809. Com a proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, o seu *status* foi alterado para província, permanecendo assim

Estado do Espírito Santo



(Bandeira)



(Brasão)

Lema: *Trabalha e Confia*

Hino: *Hino do Espírito Santo*

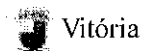
Gentílico: *capixaba, espírito-santense*



Localização

- Região	Sudeste
- Estados limítrofes	Bahia (a nordeste), Minas Gerais (a oeste) e Rio de Janeiro (sul)
- Mesorregiões	4
- Microrregiões	13
- Municípios	78

Capital



Vitória

Governo

- Governador(a)	Paulo Hartung (PMDB)
- Vice-governador(a)	César Colnago (PSDB)
- Deputados federais	10

até a Proclamação da República Brasileira, em 15 de novembro de 1889, quando se transformou no atual estado do Espírito Santo.

Atualmente, a capital Vitória é um importante porto exportador de minério de ferro. Na agricultura, merecem destaque os seguintes produtos econômicos: o café, arroz, cacau, cana-de-açúcar, feijão, frutas e milho. Na pecuária, há criação de gado de corte e leiteiro. Na indústria, são fabricados produtos alimentícios, madeira, celulose, têxteis, móveis e siderurgia.^[6] O estado também possui festas famosas. Entre elas podemos citar: a Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante, a Festa da Penha em Vila Velha e o Festival de Arte e Música de Alegre. O Vital (carnaval fora de época, em novembro) foi extinto.^[6]

O nome do estado é uma denominação dada pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho que ali desembarcou em 1535, num domingo dedicado ao Espírito Santo.^[7] Como curiosidade dessa etimologia, merece destaque o Convento de Nossa Senhora da Penha, símbolo da religiosidade capixaba que abriga em seu acervo a tela mais antiga da América Latina, a imagem de Nossa Senhora das Alegrias.^[8]

Índice

- 1 Etimologia
- 2 História
 - 2.1 Período pré-cabralino
 - 2.2 Colonização europeia
 - 2.3 Esmeraldas
 - 2.4 Independência do Brasil
 - 2.5 Século XIX
 - 2.6 Séculos XX e XXI
- 3 Geografia
 - 3.1 Relevo
 - 3.2 Clima
 - 3.3 Vegetação e hidrografia
 - 3.4 Litoral
 - 3.5 Ecologia
- 4 Demografia
 - 4.1 Religião

- Deputados estaduais	30
- Senadores	Rose de Freitas (PMDB) Magno Malta (PR) Ricardo Ferraço (PSDB)

Área

- Total	46 095,583 km² (23º) ^[1]
---------	-------------------------------------

População

- Estimativa	2015
- Densidade	3 929 911 hab. (14º) ^[2] 85,26 hab./km² (7º)

Economia

- PIB	2012
- PIB per capita	R\$107.329.000.000 (11º) R\$29.996 (4º)

Indicadores

- Esper. de vida	2008 ^[3]
- Mort. infantil	77,1 anos (4º) 12%o nasc. (5º)
- Analfabetismo	7,52% (9º)
- IDH (2010)	0,740 (7º) – alto ^[4]

Fuso horário

UTC−03:00

Clima

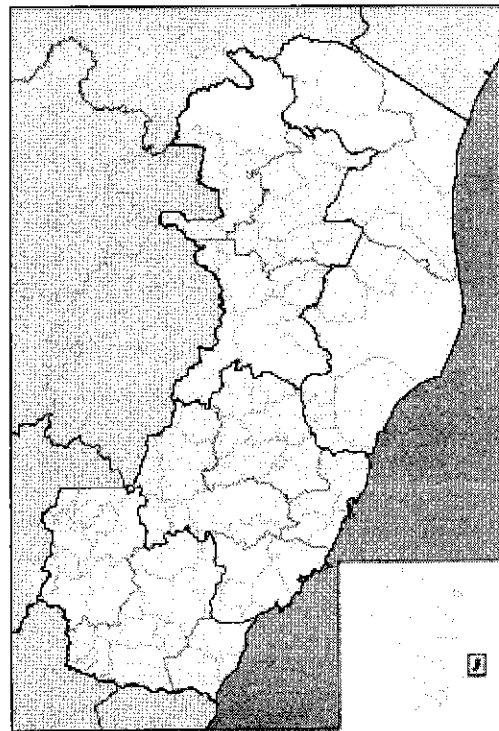
tropical de altitude, Tropical
Cwa, Cwb, Aw

Cód. ISO 3166-2

BR-ES

Site governamental

<http://www.es.gov.br>



- 4.2 Etnias
- 4.3 Municípios mais populosos
- 4.4 Problemas atuais
- 5 Governo e política
- 6 Subdivisões
 - 6.1 Mesorregiões
 - 6.2 Microrregiões e municípios
 - 6.3 Regiões administrativas
- 7 Economia
 - 7.1 Setores
 - 7.2 Petróleo
- 8 Infraestrutura
 - 8.1 Saúde
 - 8.2 Energia
 - 8.3 Educação
 - 8.4 Comunicações
 - 8.5 Transportes
 - 8.6 Segurança pública
- 9 Cultura
 - 9.1 Instituições culturais
 - 9.2 Monumentos
 - 9.3 Folclore
 - 9.4 Pontos turísticos
 - 9.5 Festivais
 - 9.6 Esportes
 - 9.7 Feriados
- 10 Ver também
- 11 Referências
 - 11.1 Bibliografia
- 12 Ligações externas

● Etimologia

Em junho de 1534 foram concedidas cinquenta léguas de litoral entre os rios Mucuri e Itapemirim. A concessão foi feita pelo rei de Portugal Dom João III entregando o lote da capitania ao veterano das Índias. Vasco Fernandes Coutinho, um português, desembarcou no território da capitania, a 23 de maio de 1535, e deu o nome ao futuro estado por ser domingo do Espírito Santo. No mesmo dia foi fundada uma vila, denominada pelo donatário como Vila do Espírito Santo (atual cidade de Vila Velha).^[9] Em 1535, a vila deu o nome à capitania, à província em 1822 e ao estado (1889).^[10] Tal fato ocorreu 35 anos após o Descobrimento do Brasil, conforme tenha sido explicado que a capitania hereditária foi um dos estados mais antigos do Brasil.^[9]

Os habitantes naturais do estado do Espírito Santo são denominados *capixabas* (ou *espírito-santenses*). O gentílico foi dado aos futuros cidadãos do Espírito Santo devido às roças de milho que ficavam na ilha de Vitória. As roças de milho pertenciam aos índios, os primeiros habitantes da região quando os portugueses aí chegaram. Tudo leva a crer que a referida assertiva intelectual ajuda a evitar a confusão do nome da unidade federativa brasileira com o nome da terceira pessoa da Santíssima Trindade.^[11]

História

Período pré-cabralino

Inicialmente, a região era habitada por diversas tribos indígenas,^[12] todas pertencentes ao tronco Tupi; as tribos do interior eram chamadas de Botocudos,^[12] sendo-lhes atribuído comportamento hostil e belicoso, além da prática de antropofagia.^[13] No litoral, as tribos também eram hostis, porém de hábitos um pouco diferentes.^[12]

Na região Sul do actual estado e na região da serra do Caparaó, as tribos não eram hostis,^[12] e o seu nome deriva de seu hábito de levar os visitantes para "ouvir o silêncio" da Serra do Castelo.^[12] As demais tribos eram os aimorés e os goitacás.^[12]



Família de índios botocudos

Colonização europeia

Em 23 de maio de 1535, o fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, veterano das campanhas da África e da Índia, aportou em terras da capitania, que lhe destinara o rei D. João III.^[14] Como era um domingão do Espírito Santo, chamou de vila do Espírito Santo a povoação que mandou construir nas terras que lhe couberam: cinquenta léguas de costa, entre os rios Mucuri e Itapemirim,^[15] com outro tanto de largo, sertão adentro, a partir do ponto em que terminava, ao norte, o quinhão concedido a Pero de Campos Tourinho, donatário da capitania de Porto Seguro.^[16] A Vila do Espírito Santo é hoje a cidade de Vila Velha.^[17] Ainda em 1535, a vila passou à capitania, em 1822 província e em 1889 a estado.



José de Anchieta (1534-1597).

A fixação da vila foi uma história de lutas, pois os índios não entregaram aos portugueses, sem resistência, suas roças e malocas. Recuaram até a floresta, onde se concentraram para iniciar uma luta de guerrilhas que se prolongou, com pequenas tréguas, até meados do século XVII.^[16] Foi assim das mais duras a empresa cometida a Vasco Fernandes Coutinho. Para o patriarca do Espírito Santo a capitania foi um prêmio que se transformou em castigo; teve de empenhar todos os haveres para conservar sua vila; acabou por morrer pobre e desvalido.^[16]

Além da insubmissão dos indígenas, o donatário teve de enfrentar as dissensões entre os portugueses. A seus companheiros Jorge de Meneses e Duarte Lemos concedera extensas sesmarias, usando os poderes que recebera juntamente com a carta de doação. Com isso, criou dois rivais implacáveis.^[16]

Duarte de Lemos fundou Vitória — chamada de Vila Nova — na ilha de Santo Antônio, em posição estratégica, mais vantajosa que Vila Velha para a defesa contra os constantes ataques dos silvícolas. Para lá se transferiu a sede da capitania. À mesma época, chegaram os missionários jesuítas, empenhados na catequese, o que provocou choques com os colonos, que preferiam a dominação do gentio pela escravidão. A presença do padre José de Anchieta deu um sentido muito especial à ação dos padres da Companhia de Jesus em terras do Espírito Santo. Desde 1561, Anchieta elegera para seu refúgio a aldeia de Reritiba, de onde teve de se afastar constantemente, em virtude de seus encargos, ora em São Paulo, no Rio de Janeiro

ou na Bahia. Dois poemas escreveu ele em Reritiba: "*De Beata Virgine dei Marte Maria*" ("Da Santa Virgem Maria Mãe de Deus") e "*De gestis Mendi de Saa*" ("Dos feitos de Mem de Sá"). Neste último, está descrita a epopeia de uma esquadra enviada da Bahia por Mem de Sá, governador-geral do Brasil, em socorro a Vasco Fernandes Coutinho e sua gente, que estavam sob cerco dos tamoios na ilha de Vitória. A maior força dos gentios estava concentrada numa aldeia fortificada junto ao rio Cricaré. Ali ocorreu a batalha decisiva, em 22 de maio de 1558. Os portugueses, embora vitoriosos, sofreram pesadas baixas. Entre os mortos estavam o próprio filho de Mem de Sá, Fernão de Sá, que comandava a esquadra; e dois filhos de Caramuru (Diogo Álvares Correia) com a índia Paraguaçu.^[18]

A posição estratégica da capitania, dada a proximidade com o Rio de Janeiro, ocasionou algumas tentativas estrangeiras de invasão. Em 1592, os capixabas rechaçaram uma investida dos ingleses, sob o comando de Thomas Cavendish. Em 1625, o donatário Francisco de Aguiar Coutinho enfrentou a primeira investida dos holandeses, comandados por Pieter Pieterszoon Heyn,^[18] luta em que se destacou a heroína capixaba Maria Ortiz.^[19] Em 1640, com sete navios, os holandeses atacaram novamente o Espírito Santo, sob o comando do coronel Koin. Conseguiram desembarcar 400 homens, mas foram repelidos pelo capitão-mor João Dias Guedes e não se firmaram em Vitória. Atacam então Vila Velha, de onde foram também rechaçados. O governo colonial, diante de tão repetidos ataques, resolveu destacar para Vitória quarenta infantes da tropa regular.^[18] Nessa oportunidade a capitania progride e Koin captura duas naus carregadas de açúcar que, atingidas pelo fogo de terra, ficam com a carga quase toda avariada.^[18]



Thomas Cavendish (1555-1592)

O esgotamento da população, que nos primeiros tempos, por diversas vezes, ameaçara desertar a capitania, bem como a incapacidade de dar seguimento a sua incipiente agricultura, denunciavam a fraqueza dos alicerces em que se baseava a colonização local. Também aí os recursos particulares revelaram-se insuficientes para manter empresa tão árdua e onerosa.^[18]

Em 1627, morreu o donatário Francisco de Aguiar Coutinho, cujo sucessor, Ambrósio de Aguiar Coutinho, não se interessou pelo senhorio e continuou como governador nos Açores. Sucederam-se os capitães-mores, com frequentes e sérias divergências entre eles e os oficiais da câmara. Ao atingir a maioridade, em 1667, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, último descendente do primeiro donatário, conseguiu a nomeação para capitão-mor de Antônio Mendes de Figueiredo, governante operoso e estimado. Em 1674 efetuou-se a compra do território ao último donatário da família Câmara Coutinho pelo fidalgo baiano Francisco Gil de Araújo, por quarenta mil cruzados, transação confirmada por carta régia de 18 de março de 1675.^[18]

Esmeraldas

No governo do novo donatário, o comércio e a lavoura se desenvolveram, mas foi totalmente frustrado o motivo principal da compra da capitania: o descobrimento das "pedras verdes" — as esmeraldas. Essa busca começara por iniciativa do governo-geral. As expedições iniciais, denominadas por alguns historiadores "ciclo espírito-santense", incluem-se na categoria das entradas.^[20] Na verdade, o ciclo limitou-se a poucas expedições relevantes, cuja importância está menos nos resultados obtidos, do que na dinamização do interesse pela área e em um maior conhecimento do interior. Entre as mais destacadas, contam-se as de Diogo Martins Cão (1596), Marcos de Azeredo (1611) e Agostinho Barbalho de Bezerra



Escultura de Fernão Dias Pais, exposta no Museu Paulista.

(1664), que vasculharam as imediações do rio Doce. Francisco Gil de Araújo fundou a vila de Nossa Senhora de Guarapari e construiu os fortes do Monte do Carmo e de São Francisco Xavier; o de São João, encontrado em ruínas, foi reconstruído.^[20]

Gil de Araújo promoveu 14 entradas através do rio Doce, dirigidas à serra das Esmeraldas, as quais podem ter travado contato com os paulistas de Fernão Dias Pais. Da grande atividade e do vultoso emprego de capital realizados por Francisco Gil não resultou qualquer descoberta metalífera, embora se tenham produzido alguns frutos na valorização das terras, pelo estabelecimento de povoadores e criação de novos engenhos.^[20] Os lucros, de qualquer modo, não compensaram o investimento feito. Seu filho e herdeiro, talvez por esse motivo, preferiu conservar-se ausente do senhorio e, por morte deste, a capitania tornou-se devoluta, sendo vendida à coroa por Cosme Rolim de Moura, primo do último donatário. Em consequência, ficou o Espírito Santo submetido à jurisdição da Bahia, e seu governo sempre a cargo de displicentes capitães-mores.^[20]

Durante o século XVIII ainda perdurou o interesse pela mineração, reanimado pela descoberta de Antônio Rodrigues Arzão de pequena quantidade de ouro no rio Doce, em 1692. Seguiram-se numerosas entradas, dando início à abertura do caminho para as Minas Gerais, enquanto as jazidas do Castelo e outras atraíam moradores de capitânicas vizinhas.^[20] Assistiu-se a um novo impulso de conquista e ocupação do interior, e as concessões de sesmarias favoreceram a fixação dos colonos mais empreendedores. O movimento desperrou a atenção das autoridades baianas, e acabou prejudicado pelos cuidados do monopólio real e receio de invasão estrangeira às Minas Gerais a partir do Espírito Santo. Tomaram-se então medidas para fortificar melhor a capitania, enquanto por ordem do rei ficou proibido o prosseguimento das explorações. Impediu-se a abertura de entradas para as minas. A capitania defendia-se de surpresas marítimas e ficava isolada pelas defesas naturais: florestas cerradas e selvagens inimigos.^[20] A colonização, portanto, continuou sem maiores progressos, embora em 1741 fosse criada a comarca de Vitória, que abrangia São Salvador de Campos e São João da Barra. Em 1747 o ouvidor Manuel Nunes Macedo assim descrevia a situação de Vitória:^[20]

“ Aqui não há cadeia nem Casa de Câmara, por terem caído de todo e não cuidarem os meus antecessores na sua reedificação (...) pois a Câmara não tem rendimento algum. ”

— Manuel Nunes Macedo.

É certo que a obstinação dos mineradores e as melhorias efetuadas no sistema de defesa acabaram por diminuir o rigor das proibições e, em 1758, de acordo com ordem régia, abriu-se um caminho para as minas e estabeleceu-se um posto de quitação na vila de Campos.^[20]

Em 1797, o regente D. João dirigiu-se ao governador da Bahia nesses termos:

“ Sendo-me devido em particular o réanimar a quase extinta capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores, fui servido nomear para a mesma governador particular, que ora vos fica subalterno, e escolher um nome de conhecidas luzes e préstimo na pessoa do capitão-de-fragata Antônio Pires da Silva Pontes.^[21] ”

— Dom João VI.

O novo governador assumiu o cargo em 29 de março de 1800. A obra de recuperação teve como objetivo principal melhores comunicações com a de Minas Gerais. Em 8 de outubro do mesmo ano, Silva Pontes assinou o auto, conjuntamente com o representante do governo de Minas, que regulou a cobrança de impostos entre as duas capitanias. Interessou-se também pela navegação do rio Doce, por abertura de estradas, pela ampliação dos cultivos e pelo povoamento da terra.^[20] Em 1810 a capitania tornou-se autônoma em relação à Bahia, e passou a depender diretamente do governo-geral. Governou na época Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, que não se afastou do programa de Silva Pontes. Deu o nome de Linhares às antigas ruínas da aldeia de Coutins.^[20]

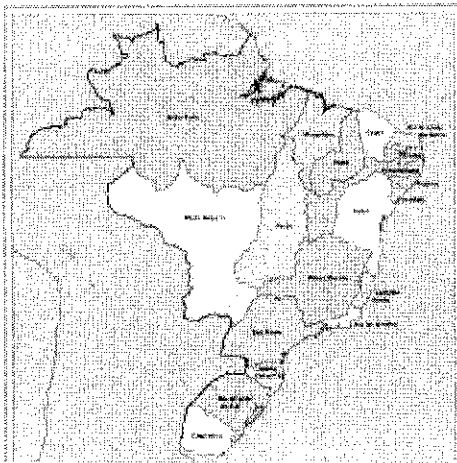


Dom João VI.

O período colonial encerrou-se sob melhores auspícios, sobretudo em função da diligência de Francisco Alberto Rubim, nomeado governador em 1812. Rubim foi o autor da "*Memória estatística da capitania do Espírito Santo*", realizada em 1817, na qual afirmou haver na época na capitania 24.587 habitantes, seis vilas, oito povoados e oito freguesias. Consolidara-se a ocupação do território e ampliara-se a base demográfica. Em face das dificuldades enfrentadas, esses dados revelam um progresso nada desprezível.^[22]

Em 20 de março de 1820 foi empossado como governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, a quem coube enfrentar os dias agitados da independência e passar a administração à junta do governo provisório. Antes mesmo de promulgada a constituição do império, foi nomeado presidente da província o ouvidor Inácio Acióli de Vasconcelos.^[22]

Independência do Brasil



Províncias imperiais do Brasil em 1822.

Durante o movimento de independência, em março e abril de 1821, ocorreram várias comoções políticas no Espírito Santo, enquanto se procedia à escolha de seus representantes às cortes de Lisboa. Após a proclamação da autonomia brasileira, foi dado total apoio à nova realidade política, e em 1º de outubro de 1822, reconhecido imediatamente D. Pedro na condição de imperador do Brasil.^[22]

O governo provincial enfrentou séria crise econômica nos primeiros anos da década de 1820, ocasionada pelo estrangulamento da produção agrícola em razão da prolongada estiagem. Mesmo assim, iniciou a cultura cafeeira. Para tanto, incentivou o aproveitamento de terras por colonos estrangeiros, o que se deu simultaneamente à chegada de fazendeiros fluminenses, mineiros e paulistas.^[22] A exemplo das demais províncias do sul, no Espírito Santo essa experiência colonizadora baseou-se na pequena propriedade agrícola, que logo se estendeu ao longo da

zona serrana central, em contraste com as áreas do sul daquela região, onde predominava a grande propriedade.^[22]

Em 1846 fundou-se a colônia de Santa Isabel (Campinho) com imigrantes alemães de Hunsrück e em 1855 uma sociedade particular — depois encampada pelo governo — criou a colônia do Rio Novo com famílias suíças, alemãs, holandesas e portuguesas. Entre 1856 e 1862 houve considerável afluência de imigrantes alemães para a colônia de Santa Leopoldina, que tinha por sede o porto de Cachoeiro de Itapemirim, no rio Itapemirim, a cinquenta quilômetros da foz, no sul do estado.^[22] Rapidamente as antigas áreas de

pastoreio pontilharam-se de pequenos estabelecimentos agrícolas, que demonstraram grande força expansiva. As colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, por exemplo, criaram desdobramentos através de todo o planalto, entre os rios Jucu e Santa Maria, e mais tarde atravessaram o rio Doce.^[22]

No processo de colonização enfrentaram os imigrantes, a par de outras dificuldades, o sério problema indígena na região do rio Doce. Malgrado os esforços de aldeamento e as tentativas de utilização de sua mão-de-obra, sucediam-se os choques com os colonos,^[22] e chegou mesmo a verificar-se grave contenda entre índios e moradores de Cachoeiro de Itapemirim,^[22] como elevado número de mortos e feridos, em 1825. Duas décadas depois, o comendador e futuro barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, ainda tentou organizar um grande aldeamento à base de terras devolutas.^[22]

Século XIX

Os canaviais haviam sido substituídos pelos cafeeiros. Ainda não tinha sido fundada nenhuma usina. Os engenhos centrais pouco a pouco desapareciam. Além de fazendeiros capixabas, que passam a cultivar o café, vieram também, com o mesmo propósito, fluminenses, mineiros e até paulistas, como o barão de Itapemirim.^[22]

Graças ao trabalho profícuo desses colonos, quando se aboliu a escravidão dos negros — o que derrocou as grandes fazendas, de imediato ou não — a economia do Espírito Santo resistiu e proporcionou aos seus presidentes, depois de proclamada a república, os meios necessários para empreendimentos como a construção de estradas de ferro, expansão do ensino e organização de planos urbanos, com Muniz Freire; instalação de água, luz, esgoto, bondes elétricos, de um parque industrial, de uma usina elétrica e de uma usina de açúcar em Cachoeiro de Itapemirim e na vila de Itapemirim, de uma fazenda-modelo em Cariacica, além de reforma da instrução pública e construção de grupos escolares e de pontes entre Vitória e o litoral e Colatina e o norte do rio Doce. Essas e outras obras foram realizadas com recursos provenientes sobretudo do café produzido pelas colônias de imigrantes europeus organizadas desde a monarquia.^[22]

Com a irradiação ferroviária que o café suscitou em meados do século XIX, o Espírito Santo beneficiou-se da rede de leitos, cujo centro estava em Campos dos Goitacases e que estabelecia comunicações entre duas importantes áreas cafeeiras: a Zona da Mata, em Minas, e o sul capixaba. Apesar de situada fora da região de cultivo, a cidade de Vitória foi a que mais progrediu sob o surto daquela lavoura, e já em 1879 processaram-se os primeiros estudos destinados à construção do porto, que deveria escoar toda a produção da província. Atendendo às novas exigências, em meados do século começou a funcionar a imprensa capixaba,^{[22][23]} com a circulação do jornal *O Correio da Vitória*,^[23] de propriedade de Pedro Antônio de Azeredo,^[23] a partir de 1849.^[23]

Em 1850 a configuração territorial do Espírito Santo já assinalava a existência de dez municípios: Vitória, Serra, Nova Almeida, Linhares, São Mateus, Espírito Santo, Guarapari, Benevente (hoje Anchieta) e Itapemirim.^[23] Pouco antes a província perdera parte de suas terras, em virtude da desanexação de Campos dos Goitacases e São João da Barra, restituídas ao Rio de Janeiro em 1832.^[23]



Imigrantes alemães e luxemburgueses na colônia Santa Leopoldina na província do Espírito Santo, 1875

No final do século XIX, os capixabas, sobretudo a intelectualidade, aderiram ao movimento abolicionista. A exemplo do que aconteceu nas demais províncias, surgiram associações ligadas à emancipação, como a Sociedade Abolicionista do Espírito Santo (1869) ao lado de acirrada campanha jornalística e parlamentar. No próprio edifício da Câmara Municipal de Vitória fundou-se uma sociedade libertadora (1883). Durante a propaganda, evocava-se a crueldade dos castigos infligidos aos escravos, como sucedera após a insurreição de cerca de 200 negros no distrito de Queimados, em 1849.^[23]

A abolição da escravatura, no entanto, conduziu os grandes proprietários à ruína, em virtude da privação da tradicional mão-de-obra. Assim, com o advento da república, o primeiro governador do estado não encontrou condições materiais para levar a efeito os planos preconizados pela propaganda republicana. As finanças da antiga província encontravam-se exauridas.^[23]

Ainda no final do século XIX, coincidindo com a fixação da constituição estadual (1891 e 1892), o governador eleito recorreu a reformas e incentivos econômicos que deram novo impulso ao estado. A fim de assegurar uma receita mais sólida, levantou empréstimos externos, que favoreceram a lavoura cafeeira e permitiram maiores investimentos agrícolas. O Espírito Santo obteve assim uma arrecadação cinco vezes mais alta que a da antiga província. Efetuou-se o saneamento de Vitória e em 1895 foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, entre Porto de Argolas e Jabaeté.^[23]

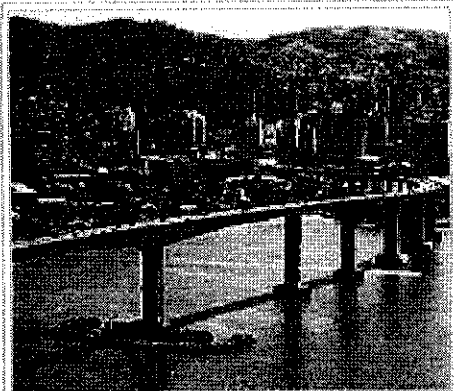
Séculos XX e XXI

A ocupação do norte do Espírito Santo só começou nas primeiras décadas do século XX, e ganhou novo impulso depois da construção da ponte de Colatina sobre o rio Doce, inaugurada em 1928. A economia capixaba contou com a migração de contingentes do sul e do centro do país para aquela área, e assim firmou-se o cultivo do café, que respondeu por 95% da receita em 1903. Durante a primeira guerra mundial, o porto de Vitória figurava como o segundo grande exportador nacional.^[23]

Com a Revolução de 1930 assumiu a direção do estado, na qualidade de interventor, João Punaro Bley, mantido pelo Estado Novo até 1943, e sob cuja administração se iniciaram obras para ampliar o porto de Vitória e para construção de cais de minério, este arrendado em 1942 pela Companhia Vale do Rio Doce. No governo de Jones dos Santos Neves, em 1945, foi criada a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), primeira iniciativa referente ao ensino superior no estado.^[23] Para ampliar a exportação de minério de ferro oriundo de Minas Gerais, a Companhia Vale do Rio Doce construiu o porto de Tubarão, em Vitória, com capacidade para estocar um milhão de toneladas de minério, receber navios de até cem mil toneladas e carregá-los a um ritmo de seis mil toneladas por hora. As obras foram iniciadas em 1966 e terminadas em tempo recorde. Situado dez quilômetros ao norte da capital, é um dos maiores portos de minério do mundo. Com a transferência para Tubarão da maior parte da exportação de minério de ferro, o porto de Vitória ficou liberado para outras aplicações.^[23]

Com a instalação de Tubarão a região foi dotada de uma infraestrutura que propiciou o surgimento de um novo complexo industrial, do qual faz parte uma usina de pelletização de minério de ferro, com capacidade de produção de dois milhões de toneladas anuais.^[23] Inaugurada em 1976, entrou em atividade em 29 de novembro de 1983, dez anos depois de iniciadas as obras, a Usina Siderúrgica de Tubarão, que representou um investimento total de três bilhões de dólares. A fase foi marcada por um intenso esforço de industrialização promovido pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), mais tarde transformada no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). No início da década de 70 foi criado o FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento para Atividades Portuárias) que consistia de um incentivo financeiro para a instalação de empresas importadoras, incentivando as atividades portuárias.

Instalaram-se fábricas de café solúvel, massas alimentícias, chocolates, azulejos e conservas de frutas, e aprovaram-se projetos para a implantação de fábricas de laticínios, calçados, material elétrico, óleos comestíveis e sucos cítricos.^[23]



Vista da Terceira Ponte, entre Vitória e Vila Velha

Em novembro de 2007, é inaugurada a expansão da siderúrgica Arcelor Mittal Tubarão (ex-Companhia Siderúrgica de Tubarão) para ampliar a produção anual de placas de aço de 5 milhões para 7,5 milhões de toneladas.^[24] O estado é o maior produtor de placas de aço do país.^[25]

Em abril de 2008, a Polícia Federal realiza a Operação Auxílio-Sufrágio, que desmantela uma quadrilha especializada em fraudes contra a Previdência Social no estado.^[26] O deputado estadual Wolmar Campostrini (PDT) é acusado de ser líder do esquema.^[27] Por causa de trâmites burocráticos, as investigações ainda não foram concluídas e Campostrini mantém o cargo.^[27] Em outubro do mesmo ano, o prefeito da capital, João Coser (PT) é reeleito em

primeiro turno.^[28] Em 2010, Renato Casagrande (PSB) é eleito governador no primeiro turno, com 82,3% dos votos.^[29] Em 2014, Paulo Hartung^{[30][31]} (PMDB)^{[30][32]} foi eleito governador do estado e César Colnago^{[31][33]} (PSDB)^[31] eleito vice-governador.

A partir de 2006, a precariedade dos presídios passou a ser noticiada, pois provocou rebeliões, assassinatos e até esquitejamentos (na Casa de Custódia de Viana); em 2009, presos são mantidos em contêineres de aço, sem ventilação adequada, por falta de celas.^[34] Em março de 2010, essa situação é discutida em um painel na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.^[35] Cumprindo parcialmente compromissos assumidos, o governo desativa as celas metálicas e demole a Casa de Custódia de Viana, em maio de 2010.^[36] Em outubro, sete penitenciárias foram vistoriadas por uma comissão liderada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e da Ordem dos Advogados do Brasil.^[25] O relatório, a ser entregue à Procuradoria Geral da República, sugere providências urgentes e intervenção federal no sistema penitenciário do estado.^[25]

Geografia

O estado do Espírito Santo ocupa uma área de 46 095,583 km² no litoral do Brasil, localiza-se a oeste do Meridiano de Greenwich e a sul da Linha do Equador e com fuso horário de menos três horas em relação à hora mundial GMT. No Brasil, o estado faz parte da região Sudeste, fazendo divisa com os estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. O estado é banhado pelo oceano Atlântico.^[37]

Cerca de 40% do território do estado encontra-se em uma faixa de planície,^[38] porém a variação das altitudes é bem grande. O relevo apresenta-se dividido em duas regiões distintas: A Baixada Espírito-Santense e a Serra do Castelo, na qual fica o Pico da Bandeira com 2.892 m, na serra de Caparaó.^[39] Seu clima predominante é o tropical de Altitude do tipo Cwb.^[40] O bioma (domínio morfoclimático) do estado são



O Pico da Bandeira, com 2 891 metros de altitude, é o ponto culminante do estado



Caixa com documentos e jornais foi enterrada há 40 anos e reaberta na quarta-feira (foto: Prefeitura do Serro/divulgação)

SAIBA MAIS: PRIMEIRAS VILAS

A descoberta do ouro atraiu gente de todo canto para a região das minas e gerou uma terra sem lei nos arraiais mineiros, no século 17 e no início do 18. Verdadeira desordem se instalou, pois não havia autoridades e o governo estava distante. Para normatizar administrativamente os lugarejos, o então governador da Capitania das Minas de Ouro e São Paulo, Antônio de Albuquerque, criou, em 1711, as primeiras vilas, que, depois, passaram a funcionar como cabeça de comarca. Até 1716, foram sete: Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Caeté, Serro e Pitangui. A nova condição deu às vilas uma série de avanços políticos e administrativos, como a formação da câmara de vereadores, o chamado Senado da Câmara. Segundo pesquisadores, nem todos deixaram de ser arraiais por decisão espontânea de Portugal. Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei e Serro foram os únicos povoados que chegaram à condição de vila por decisão da coroa portuguesa. Alguns povoados, como Pitangui, foram elevados por pedidos dos paulistas que estavam na região. A solicitação, no entanto, não implicava resposta positiva, já que o governador da capitania poderia aprová-lo ou não.

LINHA DO TEMPO

1702 –Antonio Soares Ferreira e seu filho João Soares fundam dois arraiais

1714 – É criada a Vila do Príncipe, com a união dos arraiais, pelo governador da Capitania dom Braz Balthazar da Silveira

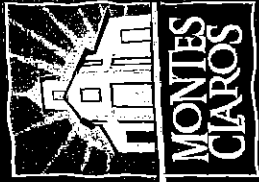
1720 –Vila do Príncipe se torna sede da Comarca do Serro Frio. Índios botocudos chamavam a região de Ibi-ti-ruí ou Ivituruí, que significa "serra dos ventos frios"

1838 –Em 6 de março, a Vila do Príncipe –nome era uma homenagem ao príncipe português dom José I – é elevada à categoria de cidade por lei provincial

1938 – Em 8 de abril, Serro se torna a primeira cidade do país tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

1975 – Em 29 de janeiro, começa campanha para preservar o patrimônio cultural. Urna com documentos é enterrada aos pés da escadaria da Igreja de Nossa Senhora do Carmo

2014 –Em 29 de janeiro, cidade comemora 300 anos de elevação a vila. Urna é aberta e documentos serão restaurados e expostos em museu.



Coleção Sesquicentenária

História Primitiva de Montes Claros

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

... (text obscured by high contrast)

Copyright © : Universidade Estadual de Montes Claros
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

REITOR
Paulo César Gonçalves de Almeida

VICE-REITOR
João dos Reis Canela

**DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMACOES**
Ghiliano Vieira Mota

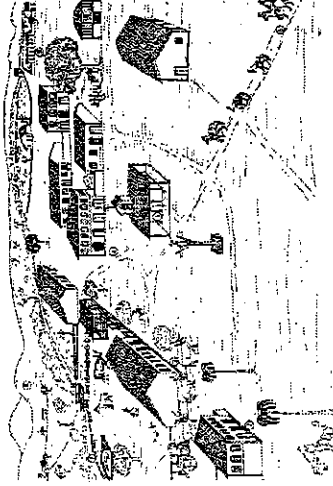
**COORDENADOR DA IMPRENSA
UNIVERSITARIA**
Humberto Velloso Reis

COORDENADORA DA COLEÇÃO
Marta Verônica Vasconcelos

ARTE DA CAPA
Sânzio Mendonça Henriques

DIGITALIZAÇÃO E IMPRESSÃO
Imprensa Universitária

FOTO DA CAPA
Acervo DP/DOR Unimontes
Acervo Arquivo Público Municipal



Catálogo: Divisão de Biblioteca Central Professor Antônio Jorge - Unimontes.
Ficha Catalográfica:

Coleção Sesquicentemária / coordenadora Marta Verônica Vasconcelos. – Montes Claros : Unimontes, 2007.
16 v. : il.

Conteúdo: v. 1. Montes Claros sua história sua gente seus costumes / Hermes Augusto de Paula - pt. I -- v. 2. Montes Claros sua história sua gente seus costumes -- pt. II / Hermes Augusto de Paula - v. 3. Montes Claros sua história sua gente seus costumes -- pt. III / Hermes Augusto de Paula -- v. 4. Efemérides montesclarenses -- pt. I / Nelson Vianna -- v. 5. Efemérides montesclarenses -- pt. II / Nelson Vianna -- v. 6. Montes Claros : breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos / Urbino de Sousa Vianna -- v. 7. Foiceiros e vaqueiros / Nelson Vianna -- v. 8. Janela do sobrado: memórias / João Valle Maurício -- v. 9. Montes Claros era assim ... / Ruth Tupinambá Graca -- v. 10. Rebenata boi / Cândido Canela -- v. 11. Quarenta anos de sertão / Mauro Moreira -- v. 12. Raízes de Minas / Simeão Ribeiro Pires -- v. 13. Serões Montesclarenses / Nelson Vianna -- v. 14. A Memória do sobrado / Cyro dos Anjos -- v. 15. História primitiva de Montes Claros / Diário Teixeira Cotrim -- v. 16. Nelson o personagem (Matéria de jornal) / Haroldo Lívio.

Edição comemorativa reunindo obras de grandes escritores mineiros, elaborada especialmente para celebrar os 150 anos de Montes Claros.
ISBN - 978-85-7739-028-1 (Coleção completa)
ISBN - 978-85-7739-043-4 (Obra individual)

1. Montes Claros (MG) – História. I. Vasconcelos, Marta Verônica. II. Título.

CDD – 981.51

Catálogo: Maria Gorete J. C. Cordteiro CRB6-1.932 e Silvana Souto Lunardi CRB6-1.751

2007
Proibida a reprodução total ou parcial. Os infratores serão processados na forma da lei.
EDITORA UNIMONTES
Campus Universidade Prof. Darcy Ribeiro - 4th
Cidade Pádua, 126 - CEP 39401-089 - Montes Claros (MG) - e-mail: editoria@unimontes.br - Fone Fax: (035) 3229-8221

HISTÓRIA PRIMITIVA DE MONTES CLAROS

e outros aspectos históricos do Médio São Francisco

Copirraite © : Universidade Estadual de Montes Claros

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

REITOR

Paulo César Gonçalves de Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Adherbal Murtá de Almeida
Georgino Jorge de Souza
Maria Cleonice Souto de Freitas

VICE-REITORA

Tânia Maria Maia Fialho

Reivaldo Canela
Rosivaldo Antônio Gonçalves

**DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÕES**

Giulliano Vieira Mota

Sívio Fernando Guimarães de Carvalho
Wanderlino Arruda

CRIAÇÃO/ IMPRESSÃO/MONTAGEM

Imprensa Universitária/ Unimontes

**COORDENADOR DA IMPRENSA
UNIVERSITÁRIA**

Humberto Velloso Reis

DIAGRAMAÇÃO/ LEIUAITE DA CAPA

Maria Rodrigues Mendes

REVISÃO

Júlia Maria Lima Coltrim
Waldir de Pinho Velloso

FOTOGRAFIA DA CAPA

Ramon Lima Coltrim - Monumento dos
Bandeirantes em Rto de Contas - Bahia.

Catálogo

Divisão de Biblioteca Central "Professor Antônio-Jorge" - Unimontes.

C845h

Cotrim, Dário Teixeira, 1949-

História primitiva de Montes Claros e outros aspectos
históricos do Médio São Francisco / Dário Teixeira Cotrim.
- Montes Claros : Unimontes, 2002.
260 p.

ISBN: 85-87786-56-3

1. Montes Claros (MG) – História. 2. Montes Claros (MG)
- Civilização. 3. Montes Claros (MG) – Geografia histórica. 4.
Montes Claros (MG) – Família – História. 5. Montes Claros
(MG) - Descrição. I. Título.

CDD – 981.51

2003

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDITORA UNIMONTES

Campus Universitário "Prof. Darcy Ribeiro" - s/n

Cx. Postal: 126 - CEP: 39401-089 - Montes Claros (MG) -

e-mail: editora@unimontes.br - Fone/ Fax: (38) 3229-8221

Folha 3

UNIMONTES
ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA
DOS EDITORES UNIVERSITÁRIOS

À excelsa memória do saudoso mestre e confrade
Dr. Simeão Ribeiro Pires
é dedicado este modesto trabalho

Outrossim, às figuras luminares da **Academia
Montes-Clarense de Letras**, que honram as nossas letras,
em especial os acadêmicos:

Amelina Chaves

Dr. Wanderlino Arruda

Professora Yvonne de Oliveira Silveira

In memoriam, aos eternos historiadores de Montes Claros:
Desembargador Antônio Augusto Velloso
Dr. Artur Jardim de Castro Gomes
Poeta Cândido Simões Canela

Dr. Cyro Versiani dos Anjos

Dr. Darcy Ribeiro da Silveira

Dr. Henrique de Oliva Brasil

Dr. Hermes Augusto de Paula

Dr. Nelson Washington Vianna

Dr. João Valle Maurício

Dr. José Gonçalves de Ujhôa

Dr. Urbino de Sousa Viana

e ainda ao saudoso vaqueiro de **Grande Sertão: Veredas**,
de João Guimarães Rosa,
Manuel Nardi - Manuelzão

À Júlia, Leandro, Ramon, Marcel e Matheus
dedicamos também estes alinhavos históricos de Montes
Claros, cidade em que nasceram.

Capítulo – 3

Segunda digressão – A importância do rio São Francisco para a colonização do interior do Brasil – Gabriel Soares de Sousa – Descoberta do rio São Francisco – Os primeiros currais de gado vacum, no vale do São Francisco, criados pelos colonizadores do interior brasileiro.....

Capítulo – 4

A Guerra dos Sete Anos – Os combates aos índios no Nordeste brasileiro por Antônio Gonçalves Figueira – O mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida na margem do rio Jaguaripe – Algumas notas sobre os índios brasileiros – O sertão de Euclides da Cunha – Os sertanistas Pedro Barbosa Leal e Pedro Leolino Mariz na província da Bahia..... 43

Capítulo – 5

O Padre Antônio Filgueiras, de Jacobina, se junta à campanha contra os índios no Nordeste – Outras notícias sobre a Guerra aos Bárbaros ou a Guerra dos Sete Anos – Os primeiros bandeirantes paulistas na região do Norte de Minas (Montes Claros) e Bahia 63

Capítulo – 6

Terceira digressão – A misteriosa serra do Sabarabuçu – O caminho das minas pelo grande vale do rio Paraíba – Outros caminhos de Minas pelo alto da serra da Mantiqueira que também levavam às minas dos gerais..... 75

Capítulo – 7

Fernão Dias Paes e as pedras verdes dos seus sonhos – Matias Cardoso de Almeida e o Coronel Antônio Gonçalves Figueira abandonam Fernão Dias na região do Paraopeba – Onde teria morrido o grande bandeirante Fernão Dias? – Fernão Dias em Esmeraldas ordena que o seu filho seja enforcado. Morre Fernão Dias Paes na barra do rio das Velhas, em Guaiçuí. A misteriosa lagoa do Vupubuçu, em Itacambira, descrita por Dom João Antônio Pimenta, primeiro Bispo de Montes Claros..... 79

Capítulo – 8

Antônio Gonçalves Figueira: um covarde ou um deserdado? – O Coronel Antônio Gonçalves Figueira na região do Sumidouro – Quilombo de Palmares é destruído por Domingos Jorge Velho – Antônio Gonçalves Figueira e o Coronel João Amaro Maciel Parente no Nordeste – Sesmaria de 80 léguas doada ao mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida..... 91

Capítulo – 9

Quarta digressão – As sesmarias – Alvará de 12 de abril de 1707 – Fazenda dos Montes Claros – O Alferes José Lopes de Carvalho – Antônio Gonçalves Figueira mais uma vez no Norte de Minas – Fundação da Fazenda Brejo Grande – André Gonçalves Figueira – Criação da Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José – O Padre Teotônio Gomes de Azevedo no povoado do Cruzeiro..... 97

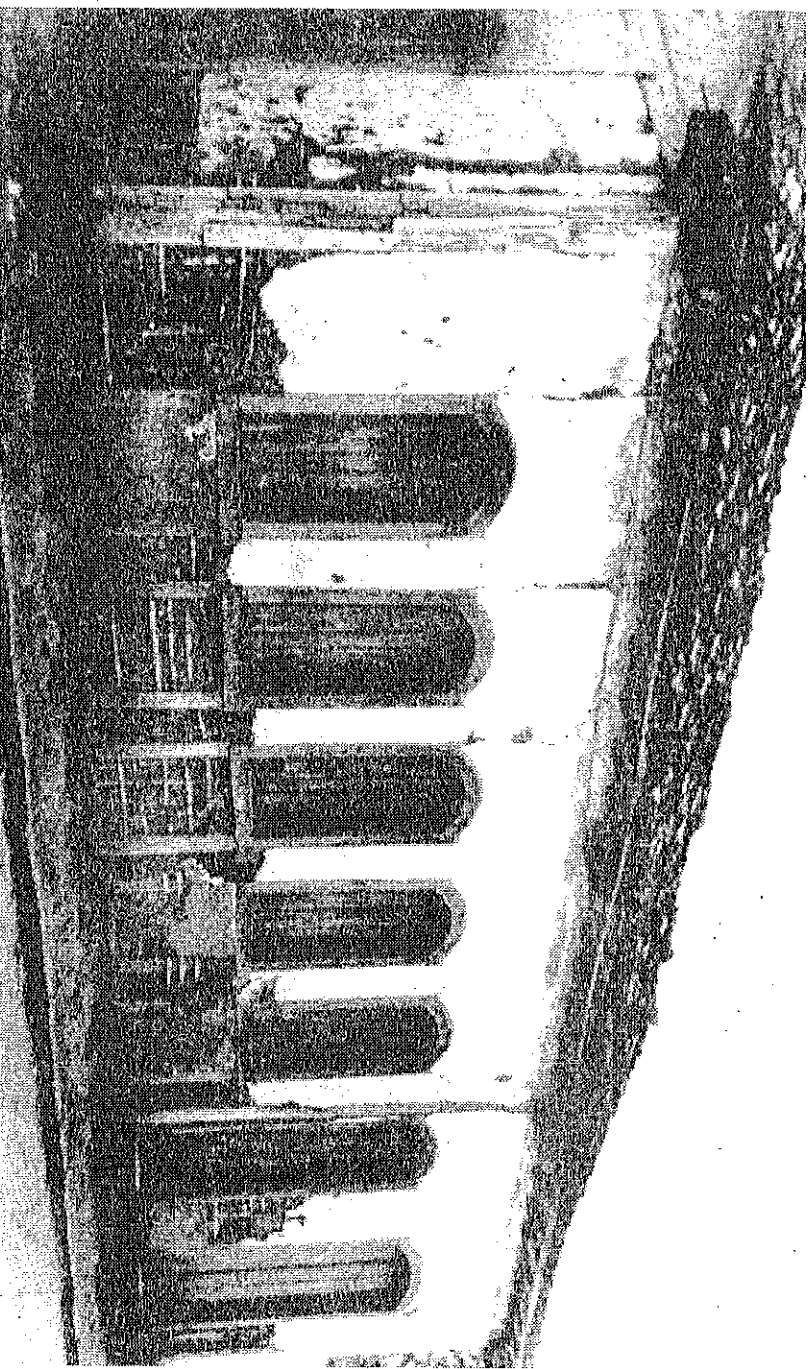
Capítulo – 10

O sertanista Miguel Domingos é tido como um dos fundadores de Montes Claros – José Lopes de Carvalho, o real fundador de Montes Claros – A Guerra dos Papudos em Itacarambi – O nome de Montes Claros – A Passagem das Formigas – Dízimos pagos à Província da Bahia por ordem de Manuel Nunes Viana – Baianos descobrem ouro em Minas Gerais.....113

Capítulo – 11

A fazenda Brejo das Carnaúbas, de Pedro Leolino Mariz – Criação do distrito de Minas Novas do Fanado – Comarca de Serro Frio – Os limites com a Província da Bahia – O Conde de Assumar contra os desmandos do rei no Manuel Nunes Viana – É proibida a fabricação da aguardente na zona de mineração – Ainda os limites com a Província da Bahia – O gado no sertão mineiro.....127

Capítulo – 12	145
A pacificação dos índios tapuia no alto rio Pardo – Criação da fazenda Brejo Grande, por Antônio Gonçalves Figueira – Há, ainda, outras fazendas com o nome de Brejo Grande – O Coronel Figueira na bacia do rio Verde Grande e do rio Gortuba – A expedição de Spinoza/Navarro esteve perambulando a região de Montes Claros.....	
Capítulo – 13	159
Quem era Antônio Gonçalves Figueira? – Fatos que atestam o início de Montes Claros – Histórico documental sobre a doação do patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros – Os coronéis do primeiro período político de Montes Claros – A princesinha que ficou no sertão.....	
Vila de Formigas, ou Vila de Montes Claros de Formigas.....	171
OS INTENDENTES DA PRIMEIRA FASE ADMINISTRATIVA DE MONTES CLAROS.....	175
1 - José Pinheiro Neves.....	175
2 - Filipe Pereira Carvalho.....	190
3 - Antônio Gonçalves Chaves.....	210
4 - Carlos José Versiani.....	219
Montes Claros O porque deste belíssimo topônimo.....	227
Conclusão	231
Montes Claros, "o coração robusto do sertão mineiro".....	231
Isocronismo - Datas paralelas.....	233
Elucidário - De verbetes toponímicos.....	237
Bibliografia.....	249



Casa de Dona Eva Bárbara Teixeira de Carvalho, construída pelo Afonso José Lopes de Carvalho, daí o nome de "Casa de Dona Eva", e da rua, onde a mesma estava situada

Os passos contínuos da história costumam atropelar o tempo. E as pessoas que nele vivem. Para que não se fique à margem da história, há duas opções: ou se vivencia a história ou a estuda com profundidade, quando referente a um tempo que impede a presença física do interessado - o tempo pretérito. A visita do escritor Dário Teixeira Cotrim ao passado é recheada de detalhes. E essas tornam o histórico próprio para ser freqüentado com a fluidez própria dos sábios. No presente livro, a história da cidade de Montes Claros é revisitada e minuciosamente analisada por Dário Teixeira Cotrim, que a narra desde os primeiros matizes até o dia e o ato em que ela se tornou cidade, a cidade de Montes Claros. Destarte, este livro narra toda a história inicial da região somente habitada pelos indígenas, depois região colonizada pelo europeu, passando pela Fazenda dos Montes Claros e chegando ao Arraial das Formigas. E, como já dito, no ato em que nasce a cidade com essa feição e com história conhecida, o livro deixa o registro para o que já se encontra escrito alhures. Sim. De fato, a história montes-clarense já se encontra descrita em livros elogiáveis. Mas, trata-se da história que tem início na data da emancipação política da cidade. Em se tratando, porém, a descrição dos primeiros momentos, o presente *HISTÓRIA PRIMITIVA DE MONTES CLAROS*, mais do que o primeiro, é o único. E suficiente. Não há dúvidas de que pesquisar a história é tarefa para quem tem fôlego e vocação de verdadeiro historiador, dedicação sacerdotal e paciência de monge. Dário Teixeira Cotrim reúne todas estas boas características - e ainda as soma a várias e boas outras - e produz um livro de pesquisa histórica por excelência. Um livro que, mesmo não tendo o objetivo ou pretensão de revolucionar a história de Montes Claros, certamente trará muitas reflexões e mudança de conceitos.

Waldir de Pinho Veloso
Advogado, Professor e Escritor.
Membro da Academia Montes-Clarense de Letras

Os Montes Claros Primitivos

Mais um livro do historiador e poeta Dário Teixeira Cotrim. O baiano em foco tem tudo para ser um tipo humano bem construído, uma vez que o ideal de um ser humano é que ele seja uma mistura, uma combinação equilibrada de prosa e verso, de realismo e poesia, de história e utopia. É a espécie do ser humano que ele é.

Concentremos-nos no historiador que consegue transformar seus versos em prosa, sua poesia em realidade, sua utopia em história. Para um historiador autêntico, um Cornélio Nepos, uma Zoraide Guerra, um Caio Júlio César, um Hermes de Paula, um Tito Lívio, um Simeão Ribeiro Pires, uma Dona Yvonne, uma Zezé Colares, um Haroldo Lívio, um Geraldo Tito Silveira, um Nelson Viana, escrever a história é trazer o ontem para hoje, na tentativa nem sempre utópica de construir um amanhã melhor. Historiador de verdade é aquele que traz para o hoje as esperanças de ontem, apresentando-nos o presente como consequência do passado, fazendo-nos prever um futuro que seja consequência do presente. Ser historiador é confirmar a tese de que é no sacudir da carroça que as abóboras se acomodam. É função dos Cotrims da vida apresentar-nos uma história que na sua autenticidade seja uma verdadeira mestra da vida, capaz de transformar cada um de nós em alunos autênticos, cuja vida seja uma síntese feliz decorrente dos choques das antíteses felizes contra as teses infelizes. Sabemos que o conhecimento disto, sua aplicação no dia a dia da vida, é o miolo da história, o roteiro feliz para uma vida de céu nas inseguranças da terra.

Nos milhões de séculos que constituem a existência do mundo, sempre houve filósofos que o planejaram e engenheiros que o construíram. E se não fossem os historiadores que o acompanharam e no-lo descreveram no desenrolar de sua construção, na harmonia de seus planos, no horror de suas guerras, na sucessão de seus fatos, nos tropeços de suas caminhadas, tudo se reduziria a quê?

Partindo da análise do seu último livro de história, através de cujas páginas Dário Teixeira Cotrim nos torna possível caminhar cheios de saudade pelas antigas fazendas, ouvindo o berro das vacas, agradecendo a generosidade dos Gonçalves Figueira, dos Manuéis Nunes Viana, dos José Lopes de Carvalho, torna-se possível para nós, hoje, erguer os olhos para o céu e tecer louvores a São José e a Nossa Senhora por terem eles nos recebido, desde 1674 até hoje, com suas bênçãos e com seus favores na porta acolhedora e sempre aberta da igreja Matriz que eles começaram a construir para nós e que ainda hoje constitui o coração de nossa querida Montes Claros, naquele tempo, das Formigas e hoje de todos e de cada um de nós.

*Cônego Adherbal Murtha de Almeida
Academia Montes-Clarensense de Letras*

Algumas Palavras Sobre o Livro 'História Primitiva de Montes Claros'

Caro Doutor Dário Cotrim,

Quanto à historiografia sobre os sertões da Bahia e Minas Gerais, além de repetitiva, ela é contraditória, fundamentada em crônicas coloniais, geralmente resultantes de relatos orais, sem distinguir os fatos da imaginação do narrador, confundindo ficção com realidade. Arrisca-se trabalhar com essas fontes sem o recurso da hermenêutica, o que não significa que não tenham méritos. Nos últimos anos do Alto Sertão da Bahia e o Norte de Minas têm sido objeto do interesse da pesquisa universitária. Já se produziram várias teses, dissertações e monografias de pós-graduação em História, fundamentadas em fontes primárias e com recursos teórico-metodológico novos (...) E apenas para justificar a leitura que fiz dos seus trabalhos, faço-lhe algumas notas:

O morgado Guedes de Brito não recebeu quinhão no Médio São Francisco, onde as terras permaneceram alodiais. Os Guedes de Brito e a sucessora Casa da Ponte, vincularam a ele apenas terras no Norte da Bahia.

Sobre Brejo dos Padres e Cural dos Padres, verifique suas fontes porque, tratando-se de homizio de jesuítas, seria uma novidade historiográfica.

A toponímia sertaneja é muito repetida. Canabrava, Gameleira, Santana, Mocambo, Olhos d'Água, são tão frequentes quanto Brejo Grande. Isto permitia que alguém tivesse mais de uma

fazenda com os nomes idênticos, fato freqüentemente encontrado em inventários pós-morte de fazendeiros sertanejos. Documentos e até registros de cronistas dão conta de que Brejo Grande, nas cabeceiras do rio das Rãs, fora uma das primeiras fazendas do Médio São Francisco.

Deve-se levar em conta que, embora a documentação sobre a matéria seja escassa, os efeitos da Guerra dos Emboabas repercutiram no Alto Sertão da Bahia. Estêvão Pinheiro de Azevedo, aliado de Manuel Nunes Viana, deslocou de suas fazendas nas nascentes do rio Verde Grande para Caetitê e até adquiriu terra – Queimada e Pau Preto – com o régulo do rio das Velhas. No alto Paraguaçu, proximidade da atual cidade de Itaberaba.

*Dr. Erivaldo Fagundes Neves
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Salvador – Bahia, 17 de maio de 2002*

Prefácio

É o sonho de manter viva a memória que nos obriga a conservar e a desenvolver facetas individuais e sociais, que em primeira e última análise se delineiam em história. O saber ouvir se transforma no saber ler e, alfabetizado, o homem se impõe como quase dono da eternidade. Lendo, somos conterâneos de Abraão, de Isac e de Jacó. Lendo, vivemos e convivemos com Sócrates, Vergílio, Dante, Machado de Assis. Daí, a importância fundamental da leitura, da pesquisa documental, da moderna busca na Internet, tudo um batear de passado formador do presente-futuro. A curiosidade aqui não mata o gato, revive-o, reinventa-o em clonagem de saudades. E que bom!

É com o prazer sempre renovado que leio Dário Teixeira Cotrim nesta primitiva história de Montes Claros, iluminada com sóis *calientes* e luas *seresteiros* dos dias e noites vividos entre os anos de 1674 a 1857, exatamente antes de tudo que foi fixado pelo texto de Hermes de Paula, até agora o mais sério interessado da parte moderna de nossa história, nossas gentes e costumes. Leio Cotrim com olhos de admiração e profundo sentimento de respeito, vivendo e valorizando o seu gênio minerador validado pelos muitos documentos que ele apensa a essa sua primeira história de Montes Claros. Leitura de catarse, porque dela gratificação e altivo intelectuais e espirituais há muito almeijados. *Deo gratias!*

Sempre agradável percorrer as trilhas do morgado Antônio Guedes de Brito, do mestre-de-campo Matias Cardoso, do criador de gado e Alferes José Lopes de Carvalho. Importante o

saber sobre façanhas de Fernão Dias com todos os sonhos de descobrir esmeraldas e duríssima disciplina no dominar índios e companheiros de jornada, a ponto de enforcar o próprio filho em terras da cidade de Esmeraldas. Valiosa a confirmação da morte do bandeirante na barra do rio das Velhas, no Guaicuí, quem sabe até sepultado na igreja de pedra que serviu de pódio para inflamado discurso do tribuno Simeão Ribeiro Pires. É doce saber que foi aqui, na Praça da Matriz, o pólo irradiador de tudo que somos e queremos ser.

"... o sertão não tem janelas, nem portas. E a regra é assim:
ou o senhor bendito governa o sertão ou o sertão maldito vos governa...".
Guimarães Rosa

Marca importante do "Grande Sertão: Veredas", no dizer de Guimarães; "Coração Robusto do Sertão Mineiro", na oratória de Francisco Sá, Montes Claros lhe agradece, Dário Teixeira Cotrim, por tudo que Você informa, por tudo que Você indaga, por todos os fios dessa gostosa tessitura de bens históricos a nós oferecida. Em linguagem descontraída, os jovens poderão dizer que Você é demais... No dizer de nossa experiência e testemunho, um justo e oportuno desejo: tenha longa vida, Cotrim, para escrever muito, escrever sempre, escrever apaixonadamente como só um baiano de Guanambi sabe fazer!

Wanderlino Arruda*
Academia Montes-Clarense de Letras

(*) O Professor Wanderlino Arruda também prefaciou o primeiro livro do autor desta obra – *A Casa Grande de Mãe-Véia e outras poesias*, em 1985.

Prolegômenos aos Estudos da História Primitiva de Montes Claros

E OUTROS ASPECTOS HISTÓRICOS
DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

"No Brasil, não precisamos de história;
precisamos de documentos..."

Capistrano de Abreu

Carta de 17 de maio de 1920, a João Lúcio de
Azevedo. Seção de Manuscrito
da Biblioteca Nacional

Muito pouco nós saberíamos a respeito dos currais de gado deste *grande sertão-veredas* sem as fontes de estudos dos arquivos históricos de Portugal e dos da Bahia. Aliás, poucos elucidativos também. Por isso mesmo é que ainda há muita controvérsia sobre as datas e os fatos inerentes à história dos primeiros tempos da velha fazenda dos *Montes Claros*, de Antônio Gonçalves Figueira.

Os currais de gado que estavam no *Caminho Real*, desde o vale do rio das Velhas até o recôncavo baiano, têm a sua história *tradicional* e também a sua *nova-história* repleta de opulentos desdobramentos históricos, todos fantásticos, e que ainda agora nos dá alvíssaras por este singelo trabalho de pesquisa histórica.

Apresentamos aqui alguns questionamentos, como, também, alguns fatos asseverativos que vão, ao longo destes despreziosos e modestos escritos, desenvolver temas polêmicos que para uns serão assuntos delicados e melindrosos de se tratar e, para outros,

fantasistas ou então uma simples e imaginosa descoberta de um problema já comum a todos nós, tais como estes indicados abaixo:

I - A saga do Coronel Antônio Gonçalves Figueira, desde 1674, o responsável pela criação dos *currais do Figueira*, em 1707 e, conseqüentemente, até a criação da cidade de Montes Claros, em 3 de julho de 1857.

II - A importância de Manuel Nunes Viana, não só para o vale do rio São Francisco quando da criação dos currais de gado em Carinhanha, o que é inquestionável e merece sobremaneira um estudo à parte, como também para todo o Estado de Minas Gerais.

III - A importância do próprio rio São Francisco como "*fator precípua da existência do Brasil*", na colocação bem lembrada do escritor Geraldo Rocha, e que também tem sido tema de vários livros e apostilhas, na atualidade.

IV - Os *currais dos Filgueiras*, de 1690, do Padre Antônio Filgueiras, que situavam nas nascentes do rio das Rãs, na Bahia, como afirmava ANDRÉ JOÃO ANTONIL. Currais esses que estavam postos no roteiro da *Estrada Real* que levava à cidade da Bahia. A existência desses currais de gado merece agora muito mais atenção por parte de novos pesquisadores, em vista da confusão existente com os currais do Figueira nas nascentes do rio Pacuí e do ribeirão do Vieira.

Considerando acima as achegas à história primitiva de Montes Claros, isso para o período em estudo de 1674 até 1857, ainda assim há outros temas versados que formam a essência de nossa narração e que bem merecem ser melhores qualificados, catalogados e, muito mais, documentados nos estudos da mediana historiografia montes-clarense. Como todas as pessoas fazem história o tempo todo e em todos os lugares, por isso mesmo é que o ajustamento dos primeiros ensinamentos, principalmente nas conferências proferidas sobre o nosso passado, de qualquer forma, tem propósitos de retornar o tempo pretérito para o momento

presente. Quer dizer, historiar nos diversos tempos e espaços para o entendimento do mundo ou do momento em que vivemos.

A bem dizer, assim é a nossa intenção ao iniciarmos aqui este compendioso trabalho de pesquisa. Queremos, pois, entender as anotações de ANDRÉ JOÃO ANTONIL e as de URBINO VIANA sobre os supostos currais de gado que foram postos nas margens do rio São Francisco, preferencialmente aqueles do Coronel Antônio Gonçalves Figueira e os do Padre Antônio Filgueiras, porque...

... partindo da Cidade da Bahia, a primeira pousada é na Cachoeira, da Cachoeira vão à Aldeia de Santo Antônio de João Amaro e dali à Tranqueira. Aqui se divide o caminho: e tomando-o à mão direita, vão aos **Currais dos Filgueiras** logo à nascente do rio das Rãs. Daí partam ao Curral do Coronel Antônio Vieira Lima e deste Curral vão ao Arraial de Mathias Cardoso... (**Cultura e Opulência do Brasil por Suas Minas e Drogas**, de André João Antonil. Lisboa/Portugal 1711).

Assim, ANDRÉ JOÃO ANTONIL¹ quando cita os *currais dos Filgueiras*, no seu livro **Cultura e Opulência do Brasil...**, na verdade estava querendo informar a existência dos currais de gado de propriedade do Padre Antônio Filgueiras, situados na Bahia. Já por outro lado, o ilustre historiador baiano, Doutor URBINO VIANA, nos informava a existência de uma "... zona conhecida pelo [nome] dos 'currais do Figueira', e que ficava nas nascentes do rio Verde e cabeceiras do Pacuí..."²

(1) Antonil tem o nome de batismo de João Antônio Adreôni, jesuíta natural de Florença (Itália) e falecido em Lisboa (Portugal) no ano de 1716. Em 1711, escreveu o livro **Cultura e Opulência do Brasil por suas Minas e Drogas**.

(2) **Bandeiras e Sertanistas Baianos** - Urbino Viana. Página 61.

Eram esses currais de gado os pertencentes ao "jovem desabusado",³ Coronel Antônio Gonçalves Figueira, localizados na província de Minas Gerais dos Cataguases.⁴

(3) "jovem desabusado" modo carinhoso que o Dr. Hermes de Paula trata o coronel Antônio Gonçalves Figueira, no seu primoroso livro: **Montes Claros - sua história, sua gente e seus costumes**. Segundo o deputado Manoel Novaes, o historiador Taunay cognominava Antônio Gonçalves Figueira de 'O Grande Bandeirante da Bacia do São Francisco'.

(4) O documento mais antigo que registra o nome **Minas Gerais dos Cataguazes** é o da provisão de 17 de abril de 1701. Este nome foi dado à província de Minas Gerais pelo então Governador de São Paulo, o Senhor Artur de Sá.

Conquanto não haja provas, há conclusões dedutivas de vários roteiros entre esses currais e as zonas mineiras. É certo que as diferenças que ora observamos entre as notícias históricas sobre os roteiros dos bois e dos currais de gado, durante os séculos XVII e XVIII, ainda se confundem nos emaranhados dos livros já bastante vasculhados por nós.

Como se verá no texto apropriado, um outro caso que muito nos fascina é o da localização exata dos limites de domínio das terras pelas províncias da *Baya de todos los Sanctos* e de *Minas Gerais dos Cataguazes*, isso no princípio do século XVI. Durante este século e o XVII deduz-se do exposto de que nada ali era motivo de preocupação dos governadores. Sucedia-se deste modo até quando descobriram o ouro nos gerais das minas. Depois disso a história é outra. Naquela época eram contratos, cartas, recados, ofícios, avisos, bandos, e de vez em quando, um livro manuscrito, documentos que atestavam a legalidade de seus domínios. Era uma quantidade infinita de informações que deveriam dizer ao certo por onde o limite das duas

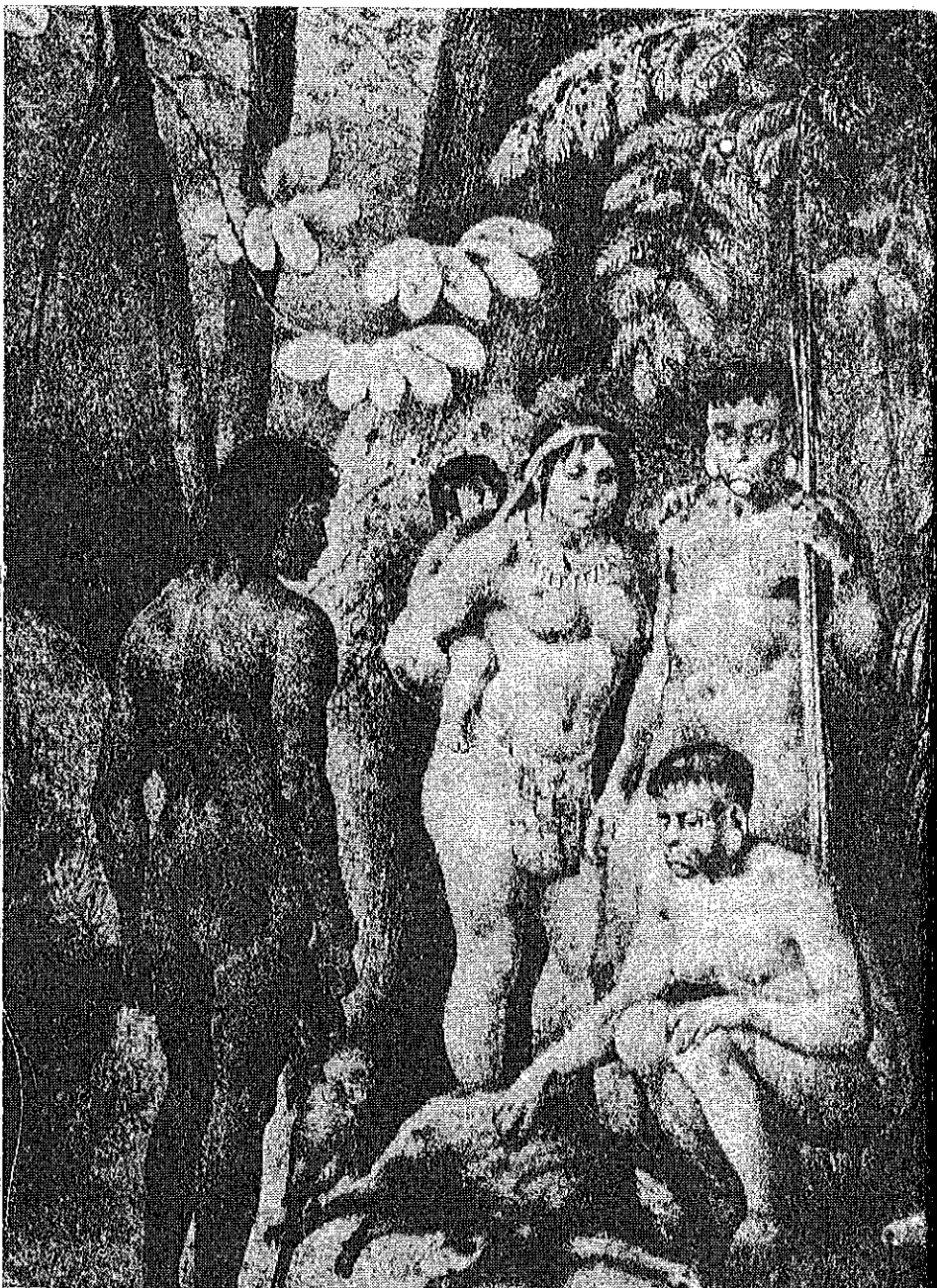
províncias passava. No entanto, essa contenda durou quase dois séculos de história.

Também poderíamos dizer que outras indagações ainda continuam pelo espaço e pelo tempo. É possível que a mais importante delas, para os montes-clarenses, fosse quem de fato seria o responsável pela criação da cidade de Montes Claros: talvez o Coronel Antônio Gonçalves Figueira ou se o Alferes José Lopes de Carvalho. É muito difícil responder a tudo isso sem pomenorizar-se da análise histórica local e de um detido exame de todas as circunstâncias que cercam esses assuntos — polêmicos e fascinantes! Talvez houvesse até um terceiro nome atribuído à fundação da cidade de Montes Claros: o de Miguel Domingos, por exemplo, o que não acreditamos.

Mas se em vez de falarmos aqui apenas em *Gonçalves Figueira* e/ou *José Lopes de Carvalho*, seria, realmente, incompreensível que a história da Bahia e, em especial, dos heróis baianos, deixasse passar no olvido a verdadeira figura daquele que conquistou o bruto sertão de nossa terra. Isto porque: "... o sertão não tem janelas, nem portas. E a regra é assim: ou o senhor bendito governa o sertão; ou o sertão maldito vos governa..."⁵ Então, o bendito Senhor mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito governou o *grande sertão-veredas*, que imputamos ao mestre das letras JOÃO GUIMARÃES ROSA.

(5) **Grande Sertão: Veredas**. Guimarães Rosa.

Assinatura do "Caçador de Esmeraldas" sem o Leme que às vezes lhe emprestam



Família de índios Botocudos

Capítulo 1

Primeira digressão – Os Garcias D'Ávila – O morgado Antônio Guedes de Brito – Primeiras notícias sobre a sesmaria das cento e sessenta léguas da Casa da Ponte – O rio São Francisco e a sua importância no cenário nacional – O homem do campo e o seu ambiente – O emboaba Manuel Nunes Viana, procurador de Isabel Guedes de Brito – Diogo Álvares Correia, o Caramuru.

Por tudo isso é que registraremos aqui neste modesto trabalho, mesmo que sejam em pequenas pinceladas, algumas notas sobre a memória deste grande vulto brasileiro, o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, ele que foi um dos mais representativos da nossa história, para o goáudio maior de todos nós baianos.

A propósito dessa singular homenagem, para a história antiga da Bahia pesam de fato em importância duas grandes famílias: a dos Ávilas (de Garcia d'Ávila, o fundador da Casa da Torre) e a dos Guedes de Brito (de Antônio Guedes de Brito, o instituidor da Casa da Ponte). Dominavam essas famílias as margens do baixo e do médio São Francisco. Pelo lado esquerdo, os Ávilas, e, pelo lado direito, os Guedes de Brito, famílias essas que lançaram as boas sementes do trabalho no solo fértil do Brasil e as quais vêm produzindo bons frutos até os dias de hoje.

Se a lição de casa nos dá modos, nada mais justo do que começarmos com uma reprimenda a nós mesmos, quiçá pela ousadia de querermos fazer uma narrativa histórica da verdejante cidade de Montes Claros, na esperança de “... *compreendermos a diversidade de formas como homens e mulheres viveram e pensaram suas vidas e a de suas sociedades, em diversos tempos e espaços...*”. Por tudo isso, e longe de sermos petulantes aos olhos deste povo, estamos evidentemente fazendo História. Pensando assim, iniciamos aqui os primeiros rabiscos da História

Primitiva de Montes Claros e de outros aspectos históricos do médio São Francisco.

E, como a História vem estabelecer entre nós o *diálogo crítico*, vamos por isso mesmo analisar aqui uma exposição de idéias escrita pelo historiador DIOGO VASCONCELOS. Vejamos então: diz o ilustre historiador nos seus sábios ensinamentos que “o *morgado Antônio Guedes de Pinto, descobridor do rio São Francisco, recebeu do rei em remuneração aquele enorme trato de terras que por sua morte ficaram pertencendo à sua filha Isabel...*”.¹ DIOGO VASCONCELOS ao citar “...*Antônio Guedes de Pinto...*” como sendo o “...*descobridor do rio São Francisco...*”, poderia de certo modo querer nos dizer “...o primeiro explorador do rio São Francisco...” e, quanto ao nome *Pinto* em vez de *Brito*, ao que tudo parece, seria apenas um erro gráfico, já que em outros capítulos, deste mesmo livro, ele registra várias vezes o nome *Brito*.

(1) **História Antiga de Minas Gerais** – Diogo de Vasconcelos. Página 48.

Para este nosso estudo, saber dos importantes feitos dos Guedes de Brito, da família dos Figueiras, de Nunes Viana e de tantos outros adventícios ambiciosos, nos interessa por simples convicção somente as suas trajetórias de riquezas e de enobrecimentos sociais e históricos. São esses feitos tais e tão relevantes acontecimentos históricos, constantes dos primeiros séculos da civilização brasileira, que fizeram desencadear pelo lado direito do rio São Francisco os mais sangrentos conflitos contra os nativos e que resultaram nas maiores conquistas de terras em áreas devolutas, especialmente a grande massa de terra não arroteada que formava a sesmaria das 160 léguas do *morgado* Antônio Guedes de Brito.

A notícia sobre a origem da sesmaria da Casa da Ponte esbarra em várias interpretações históricas, pertinentes aos mais variados historiadores de Minas/Bahia. SALOMÃO DE VASCONCELOS, por exemplo, defende a tese *em erro* quando ANTONIL diz que os limites desta sesmaria estariam localizados nas nascentes do rio das Velhas. Registra que

... o engano de Antonil é palpável e insustentável. Basta dizer que o ilustre jesuíta leva o latifúndio do mestre-de-campo Guedes de Brito do Morro do Chapéu, na Bahia, até às nascentes do rio das Velhas, em Minas...²

Daí, então, seriam 160 léguas e não 150 como quer entender SALOMÃO, que esses limites terminariam na Barra do Guaicui. Por outro lado, o nosso saudoso SIMEÃO RIBEIRO PIRES defende a distância de 160 léguas e ainda demonstra em seu livro **Raízes de Minas**, com detalhes, os pontos precisos desta sua afirmação. Informa que o *Morro do Chapéu* citado por ANTONIL fica na região mais ao Norte da Bahia, onde está hoje localizada a cidade do mesmo nome.

(2) **Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais**. Nos Caminhos da História de Salomão de Vasconcelos. Volume VI, Belo Horizonte. Página 200. 1959.

Em carta recebida do Doutor ERIVALDO FAGUNDES NEVES, datada de 17 de maio de 2002, ele nos informa o seguinte:

... o *morgado* Guedes de Brito não recebeu quinhão no Médio São Francisco, onde as terras permaneceram alodiais. Os Guedes de Brito e a sucessora Casa da Ponte vincularam a eles apenas terras do Norte da Bahia...

Ainda confirma o Professor ERIVALDO FAGUNDES NEVES

... no que diz respeito à sesmaria, todos se equivocaram, porque Antônio Guedes de Brito conquistou à bala, as terras da margem direita do São Francisco, na Bahia e nascentes dos rios Pardo e das Velhas, expulsando os índios que as habitavam, ocupando-as parcialmente com fazendas de gado. Embora tentasse insistentemente, pleiteando ressarcimento de gastos nas lutas contra os holandeses na Bahia e Pernambuco, o governo colonial nunca lhe concedeu terras nessas regiões...³

(3) **Sucessão Dominial e Escravidão na Pecuária do rio das Rãs** – Erivaldo Fagundes Neves. *Sittietibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*. Ano I, n. 1 jul/dez 1982. Feira de Santana/Bahia.

A este respeito, também manifestaram os historiadores FELTE BEZERRA⁴ e FELISBELLO FREIRE⁵, sobre a localização da sesmaria onde o governo Real concedeu, ao mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, conforme nos diz a carta de 28 de abril de 1609. Portanto, apenas nas cabeceiras do rio Real, foram doados lotes de terras ao mestre de campo Antônio Guedes de Brito com as vizinhanças de Belchior Dias Moreira. Vejamos:

(4) **Investigações Histórica-Geográficas de Sergipe** – Felte Bezerra. Rio de Janeiro. 1952- página 58.

(5) **História Territorial do Brasil** – Felisbello Freire, página 28.

Entre as nascentes do rio Real e rio Paragoay no Sertão, e limite do caminho para onde passou Cristovam de Barros, indo a guerra do gentio do Sergipe, nos limites acima e campos de Jabeiry seis léguas de terras, a saber:

da testada de Belchior Dias Caramuru para o norte ou nordeste, e rumo que melhor lhe convier tanta terra como a do dito Caramurú, que são três léguas e correndo na mesma largura até encontrar o rio Paragoay que são seis léguas mais ou menos, ficando do lado do sul encostado à terra do mesmo Belchior; partindo com ela onde acabar da parte do nascente outras dez léguas, partindo ao lado do sul com poças do Rio Real e ruma que divisa à capitania da Baía com a de Sergipe; e pelo norte ou nordeste toda as terras que houver até encontrar o rio Paragoay na mesma largura do lado do poente parte com o dito Belchior com todas as agoas, pontes, enseadas, pastos, vargens e matos que houver...”
(**História Territorial do Brasil** – Felisbello Freire, página 28).

Entretanto, notamos no esboço de SALOMÃO DE VASCONCELOS a localização do *Morro do Chapéu* na serra das Almas, quase na divisa da Bahia com Minas Gerais, tendo ainda como referência o leito do rio das Rãs até o centenário arraial de Parateca, às margens do rio São Francisco. TAUNAY, por sua vez, limita dizer também, na parte Sul, até à foz do rio das Velhas, em Barra do Guaicuí sem entrar em minúcias.

NOTA: “Morro do Chapéu, o pico mais alto do Estado da Bahia, com 1.500 metros...”, e que fica no município de Jacaracy (**Jacaraci, ontem e hoje** – Zoraide Guerra David). Recentes descobertas registram que as maiores elevações do Estado da Bahia encontram-se na Chapada Diamantina, tendo como ponto culminante, com 2.033 metros, o pico dos Barbados, localizado entre os municípios de Abaíra e Rio dos Pires. Por um longo tempo, pensou-se que o pico das Almas, com 1.958 metros, situado entre os municípios de Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, fosse o mais alto da Bahia. Ainda existe o pico do Itobira, com 1.970 metros. (**Bahia Roteiros** - número 5 – Rio de Contas)

Vê-se, pois, que não há do outro lado do rio São Francisco quase nenhuma fonte da história primitiva sobre a fazenda dos *Montes Claros*. Muito pouco se tem ali a nos acrescer em fornecimento de dados, pois foge integralmente dos intentos referentes a este trabalho. Porém, está claro que não se pretende excluí-lo por quaisquer prejuízos na formação de uma coletânea similar, isto porque, os currais de gado postos daquele lado do rio chegaram ao exagero em quantidade e qualidade para a sua época.

Para se explicar as causas desse feito histórico, dois são os agentes possíveis: o **homem**, que era um grupo formado por pessoas com características bem diversas, uma mistura de cultura dos *degradados*, considerados os piores elementos daquela época (aqueles que aceitavam a troca de suas penas pelo exílio no Brasil), e a influência cultural dos *índios e negros*, populações essas que advinham de civilizações atrasadas e medíocres. No princípio da nossa colonização não havia o casamento religioso de homens brancos por falta de mulheres brancas. Os portugueses juntavam-se maritalmente com as calorosas negras e as cândidas e afáveis cunhãs índias, formando desde então, os troncos das primeiras famílias brasileiras. Neste sentido pode-se dizer que era assim porque as...

... mulheres casadas ou as moças brancas casadouras não parecem ter existido absolutamente no Brasil, nos primeiros trinta e sete anos de sua existência como Colônia... (**Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus**. Georg Friederici. Página 124).

NOTA: "Ainda no Governo de Tomé de Sousa, a pedido do Padre Manuel da Nóbrega, muito preocupado com a virtude dos colonos jovens chegou um carregamento de órfãs de boa linhagem enviadas pela piedosa rainha Dona Catarina. Ficaram conhecidas como as 'órfãs da rainha' ou 'donzelas da rainha'. Casaram-se em boas condições. Daí em diante era só procriar. A raça baiana, iniciada por Caramuru e suas caboclas, estava com o futuro garantido..." (**Beabá da Bahia** – José Valadares. Salvador - Bahia. Página 27).

Para concluir, devemos reparar que "... com relação às mulheres, a conveniência era que elas ficassem no Brasil...", assim afirma RODOLFO GARCIA e, ainda registra em seu livro **Ensaio Sobre a História Política e Administrativa do Brasil** a existência do

... alvará de 10 de março de 1723 e das provisões de 14 de abril desse ano e 20 de fevereiro do ano seguinte determinava que as mulheres não pudessem voltar do Brasil sem permissão do rei...

No mesmo quadro social, o outro agente influente era o **ambiente**, teatro que concedeu a esses grupos humanos a prática de castigos cruéis e de crimes bárbaros e inexplicáveis. Foi exemplo disso os métodos punitivos empregados por Manuel Nunes Viana contra a ordeira população ribeirinha do grande rio São Francisco, isso por corolário da população. Além disso, ainda criou nas minas dos gerais, em maior escala no distrito de Pitangui, por iniciativa do mesmo Manuel Nunes Viana, a figura do **motim**.

... Feu de Carvalho estuda muito bem como, a partir do levantamento sob a chefia de Manuel Nunes Viana, sob a complacência régia, ficou imputado, em Minas, o uso dos motins, de tal forma que, por qualquer motivo, levantava-se contra o povo e a Câmara contra o governador ou contra o ouvidor ou qualquer outra autoridade...⁶

(6) **Câmaras Municipais** – Waldemar de Almeida Barbosa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Volume XI. Belo Horizonte, 1964, página 125.

Era uma época em que os representantes do povo dependiam dos *castigos*, entre outras panacéias semelhantes, para impor a sua autoridade no social sertanejo. Tudo indica que o *morgado* Antônio Guedes de Brito, e o Alferes José Lopes de Carvalho

foram considerados as raras exceções, porque, para a sociedade em que viviam, eles sempre se apresentavam como sendo pessoas dignas e corajosas, que lutavam por um ideal que à época era tido e havido de modo correto.⁷ Não obstante aprisionar os índios e contra tais, lutarem arduamente para poder conquistá-los, esses homens nunca chegaram "...à circunstância bárbara e repugnante de ter Bartolomeu Bueno trazido como troféu da vitória [em Palmares] 3.900 pares de orelhas tiradas dos negros destruídos e mortos...".⁸ Tudo isto vem manifestar que a afirmação do ser humano perante a sociedade em que viveu foi obtida com elevados custos, como se pode vê.

(7) Havia uma decisão de uma junta de teólogos que autorizava os combates contra os índios tapuia no Nordeste, portanto esses combates eram considerados 'justos' pela Corte, até porque os nativos lutavam a favor dos holandeses, no Pernambuco, e contra as forças portuguesas.

(8) **Os Africanos no Brasil** – Nina Rodrigues. Página 164.

Hoje não devemos arredar a idéia de escrever alguns dados biográficos sobre esses ilustres homens públicos, aqueles que ainda figuram na galeria de *grandes vultos* dos brasileiros insígnies: o *morgado* Antônio Guedes de Brito, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira, o Alferes José Lopes de Carvalho e, da mesma forma, o sertanista Miguel Domingos, pois são estes, em escala decrescente, considerados os primeiros vultos responsáveis pela história antiga da cidade de Montes Claros.

O *morgado* Antônio Guedes de Brito⁹ é tido como um dos mais

(9) "... a gente da Casa da Ponte, já em Portugal, mandava liquidar as propriedades do vale do São Francisco; os descendentes de Garcia d'Ávila não voltaram mais ao sertão..." (**Ribeira do São Francisco** – M. Cavalcante Proença, página 97).

ilustres filhos da Bahia. Evocar-lhe a memória é um grato dever de todos nós. Senhor de engenho e dos currais de gado explorou ativamente a indústria do mascavo e do couro, e por tudo isso contribuiu muito para o desenvolvimento econômico e social da Bahia e Norte de Minas.

Porque, segundo a unanimidade dos que se têm ocupado com os assuntos genealógicos, ele teria nascido entre os anos de 1626/7, uma vez que fora batizado no dia 13 de fevereiro de 1627. Era filho de Antônio de Brito Correia e de Dona Maria Guedes Correia. E não deve ser inteiramente fortuito dizer que a sua descendência genealógica viesse dos Guedes de Brito de Apolônia Álvares, filha de Catarina Álvares – a índia Paraguaçu – e de Diogo Álvares Correia – o Caramuru. (v. em *Jaboatão, catálogo genealógico*).

NOTA: Diogo Álvares Correia, o Caramuru, foi naufrago de uma embarcação francesa. Em 1510 já estava na Bahia e vivia com os índios, dos quais até conseguiu ajuda para o corte do pau-brasil que os franceses vinham recolher, e para auxílio às embarcações portuguesas a caminho da Índia. E assim foi útil na criação da cidade de Salvador, em 1549, pois indicou a Tomé de Sousa o sítio em que deveria ser edificada e que foi sede do estabelecido Governo-Geral do Brasil. Falece Caramuru no dia cinco de outubro de 1557.

O primeiro problema que atraiu a nossa atenção foi a contribuição política e social dos Guedes de Brito e, acima de tudo, dos membros da família dos Gonçalves Figueira dado ao povoamento do vale do rio São Francisco. No que tange à zona de criação de gado, foi de uma proficiência inigualável, porque "... misturando-se aos índios da região, formara-se desde essas épocas, o tipo característico do homem de São Francisco, geralmente denominado **baiano**, e reconhecível ainda hoje onde

quer que se o encontre...".¹⁰ Por ocasião do ano de 1681 liderou o morgado Antônio Guedes de Brito, sem farpas aceradas, uma importante expedição com a qual desbaratou bandoleiros e índios do curso médio do rio São Francisco até a barra do rio das Velhas.

(10) **A Capitania das Minas Gerais** – Augusto de Lima Júnior, página 49.

Depois de uma existência sempre dedicada para o bem comum, faleceu o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito no fim do ano de 1692,¹¹ antes dos aprestos da expedição organizada pelo Coronel João Amaro Maciel Parente. Nos últimos instantes de sua vida, Antônio Guedes de Brito externou toda a sua veneração pela terra do seu berço natal, a querida Bahia, que amou profundamente e que honrou com primazia de modo a poder ser, hoje, justamente, considerado um dos seus filhos ilustres.

(11) O historiador montes-clarense e nosso confrade e Professor, Doutor Simeão Ribeiro Pires registrou no seu livro **Raízes de Minas** que Antônio Guedes de Brito faleceu entre 1692 e 1695.

NOTA: Em 1692, os sertões mineiros eram chamados pelos paulistas de "Minas de Cataguás"⁽¹¹⁾, a região compreendia entre Cachoeira do Campo, Ouro Preto e Mariana onde primeiro se encontraram ouro..." (**História de Minas Gerais** – Wagner Ribeiro. Página 9). Segundo Fernão Cardim, o nome Cataguá, pelo abanheenga, seria caa-etá-guar, que quer referir-se aos índios dos confins de Minas com Bahia e Espírito Santo.

Capítulo 2

A pacificação dos Índios no Nordeste brasileiro – Morre o morgado Antônio Guedes de Brito – O sertanista João Amaro Maciel Parente parte para a conquista dos índios no Nordeste – O mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida na campanha contra os índios tapuia – O Padre Antônio Filgueiras cria os "Currais dos Filgueiras", na Bahia.

Depois dessa primeira digressão, voltamos ao assunto mestre da primeira parte deste trabalho: a pacificação dos índios no Ceará e no Rio Grande do Norte, na chamada *guerra aos bárbaros*. Era essa dolorosa incumbência de responsabilidade do sertanista João Amaro Maciel Parente. Por isso mesmo o escolhido para ser o comandante dessa diligência foi o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, cognominado "*... de maior e mais famoso caudilho da época...*", e conhecido de João Amaro Maciel Parente.

Com efeito, era o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida um homem público dos mais conspícuos do país, possuía a nobreza e a fidalguia dos cavalheiros nobres. Aliado a um profundo sentimento patriótico, foi um exemplo de honradez, conquistando o apreço dos que o conheciam, pelos seus atos de coragem e de bravura.

Também as presenças do Coronel Figueira e do Padre Antônio Filgueiras, figuras essas que são, entre outras, os personagens centrais do tema deste nosso modesto ensaio.

Esses bravos sertanistas iniciaram logo a criação dos primeiros currais de gado do agrossertão brasileiro. Aliás, sendo escassa a circulação de pessoas moradoras da região, e no afã de fazer das novas terras a futura morada no campo, era natural que todas essas famílias buscassem, no próprio seio familiar, a conquista e

o apreço de suas necessidades de consumo. Aí se concentravam, na firme união paternal, o fortalecimento das forças naturais e a vontade do trabalho vinculado aos processos de exploração da terra.

Determinando o tempo em que há de plantar, essas famílias também utilizaram os métodos rudimentares de que se valiam os nossos índios em suas plantações "... até os rituais indígenas ligados à arte venatória..." foram de certa forma apreciados pelo homem branco, assim afirma SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.

O falecimento prematuro de Antônio Guedes de Brito e o metódico abandono de suas terras por parte de sua filha Isabel Guedes de Brito e de seu genro Antônio Caetano Pimentel fizeram com que retornasse à desordem e também a manifestada anarquia àquelas paragens, fatos estes que tiveram como agravante a chegada do destemido *emboaba*, Manuel Nunes Viana, que deixava as lides de suas fazendas de *Jequitaiá* e da *Tabua*, na bacia do rio *Jequitaiá*, para assentar novos currais de gado na foz do rio *Carinhanha*, do seu lado esquerdo, já na província pernambucana.

Depois de um longo período de estagnação, reacendeu-se a rebelião dos índios *tapuia*, em 1687, assim chamada de a guerra aos bárbaros no Rio Grande do Norte e Ceará. Nos anos de 1671/4, Estêvão Baião, que sempre saía vencedor nas lutas contra os *tapuia* na Bahia, varreu todo o Recôncavo e a grande parte da zona do rio *Paraguaçu*. O seu filho, João Amaro, já combatia os índios no alto rio das Contas até o vale do rio São Francisco.

Os destemidos índios naquele intervalo de tempo tomavam novos rumos e se organizaram no Nordeste com o apoio dos holandeses em Pernambuco, tendo ainda entre eles os valorosos índios anaí " ... e mais cabilda...", *kariri* e *pimenteira* numa confederação no

Rio Grande e Ceará, bem maior do que a dos *tapuia*, na Bahia, quando lamentamos que tenham permanecido tão longamente aferradas, as lutas no Nordeste brasileiro. Sabe-se, contudo, que esses índios eram possuidores de um sentimento lusópho imposto pela raia da periculosidade dos povos holandeses, os invasores do rio das *capivaras* (*capibara-y-be*).

É preciso saber que Bernardo Vieira Ravesco foi quem lembrou, nessa oportunidade, ao Arcebispo da Bahia, o Frei Manuel da Ressurreição, o apelo aos paulistas. Logo depois dos primeiros contatos com os paulistas, integrou-se a este grupo o veterano da entrada de 1674, João Amaro Maciel Parente, acompanhado do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida e de Manuel Álvares de Moraes Navarro.

Daí por diante, esses homens, inauditos aventureiros, embrenharam-se "... pelo sertão, chamados por ordem deste governo da Capitania de São Vicente ao Rio São Francisco, trazendo mais de 100 homens brancos com seus oficiais..."¹ que se estabeleceram

... numa base de abastecimento e concentração no meio da estrada a ser percorrida, para o que logo despachou parte de sua gente com ordem de estacionar em um ponto qualquer à margem do rio São Francisco, onde fizesse plantações e aguardasse a sua chegada para o prosseguimento da marcha..."²

(1) **História do Brasil**. Pedro Calmon. Volume III. Página 867.

(2) **Respingos Históricos** - Domingos Antônio Teixeira. Página 29.

Depois de cerradas lutas contra os destemidos bandoleiros na ilha de *Guaíbas* (no município da Vila Risonha de São Romão),

o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida foi para o *Arraial de Baixo*,³ próximo à foz do rio Verde Grande, aguardar a chegada dos remanescentes da caravana que vinham dos campos do *Planalto de Piratininga*, sob o comando do corajoso e decidido Coronel Figueira.

(3) Primeiro povoado fundado por Matias Cardoso de Almeida. Este povoado, que ficava a pouca distância de Morrinhos, foi destruído pelas enchentes do rio São Francisco.

NOTA: Diogo de Vasconcelos registra em seu livro *História Média de Minas Gerais*, página 31, a seguinte nota: "O coronel João Amaro foi um dos que vieram para as Minas e estabeleceu-se no Guará-Piranga a pouca distância, rio abaixo do arraial, em cuja matriz foi sepultado no dia seguinte ao seu falecimento, sucedido em sua fazenda no dia dois de fevereiro de 1721...". Guará-Piranga hoje se chama Piranga que quer dizer: vermelho, corado, rubro. Passou a paróquia de Guarapiranga por alvará de 16-II-1724 e Distrito de Piranga desmembrado da vila de Mariana conforme Lei 202 de 1-IV-1841.



Índio Botocudo

Capítulo 3

Segunda digressão – A importância do rio São Francisco para a colonização do interior do Brasil – Gabriel Soares de Sousa – Descoberta do rio São Francisco – Os primeiros currais de gado vacum, no Vale do São Francisco, criados pelos colonizadores do interior brasileiro.

Na segunda digressão deste trabalho, chamamos à atenção dos prezados leitores, de quanta coisa é merecedora aqui de consideração: o rio São Francisco, por exemplo, também apelidado carinhosamente de Velho Chico, talvez fosse da maior importância ainda para a nossa Montes Claros, do que mesmo para as suas cidades ribeirinhas.

Lembram-se quando, no início desta dissertação, citamos uma afirmativa do erudito escritor, Doutor GERALDO ROCHA, dizendo que o rio São Francisco é, pois, um fator precípua da existência do Brasil? Pois é. Diz GABRIEL SOARES DE SOUSA que "... muito havia que dizer do rio São Francisco, se lhe couber fazê-lo neste lugar, do qual se não pode escrever aqui o que se deve dizer dele, porque será escurecer tudo o que temos dito...". Isso quer dizer que naquela época ainda não se sabia quase nada a respeito da importância deste rio. Luís de Brito de Almeida, Governador da província pernambucana, ordenou que Bastião Álvares averiguasse o sumidouro deste grande rio. Entretanto, foi João Coelho de Sousa o sertanejo que concluiu esta jornada, chegando a mais de cem léguas acima do dito sumidouro.

Como se tem visto, o Velho Chico, exatamente pela excelente posição geográfica que ostenta, tem importantes e justas denominações: o Nilo Brasileiro, o rio da Unidade Nacional e também rio da Integração Nacional, como reconhecimento à sua relevante contribuição dado ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

... A este rio chama o gentio o Pará, o qual é mui nomeado entre todas as noções das quais foi sempre muito povoado, e tivera, uns com outras sobre os seus sítios grandes guerras, por ser a terra muito fértil pelas suas ribeiras, e por acharem nele grande pescaria....¹

Exatamente por integrar as regiões no seu todo ele é considerado o Grande Caminho da Civilização Brasileira.

(1) Tratado Descritivo do Brasil em 1587, Gabriel Soares de Sousa, página 63. (Edição 1987).

Eras virão em que os povos correrão em chusma sobre ribanceiras; estes altos barrancos cortados tão a prumo, e tão formosamente fingindo cais, serão um dia decorados de frutíferos jardins; numerosas povoações branquejarão por estas ribeiras; vozes alegres retumbarão onde hoje só reina um profundo silêncio, de vez em quando somente interrompido de feios roncões de tigres ou de agudos gemidos de tristonhas aves que aqui bordejam; tu serás, ó formoso rio São Francisco, verdadeiramente o *coelo gratissimus amnis*... (Memórias Sobre a Capitania de Minas Gerais - José Vieira do Couto. 1801).

Eis aqui alguns dados históricos sobre o rio São Francisco. Não entraremos, contudo, em minuciosos detalhes para não alongarmos nesta dissertação.

O rio São Francisco foi descoberto no dia quatro de outubro de 1501, por André Gonçalves, que era comandante da primeira expedição exploradora do Brasil e da qual fazia parte o navegador florentino Américo Vespúcio que fez várias viagens ao novo mundo. Este rio "... Sanfrancisco está em dez graus e meyo, o qual entra no mar com tanta fúria que vinte legoas

por elle correm as suas agoas..."² Desta forma registrou-se o cronista português Pêro de Magalhães Gândavo em seu *Tratado da Província do Brasil*, quando aqui esteve em visita, no ano de 1572.

(2) *Tratado da Província do Brasil* - Pêro de Magalhães Gândavo. Página 73. *Fac-simile* de 1572. Nasceu o cronista Pêro de Magalhães Gândavo na cidade de Braga/Portugal(?) e morreu em 1576.

O rio São Francisco nasce na serra da Canastra, no Sul de Minas Gerais, no divisor das águas das bacias continentais dos rios Prata (Paraná) e Amazônia (Tocantins). Percorre 2.700 quilômetros até a altura da Barra, na Bahia.

Pesquisando o livro **Memórias do São Francisco**, do Deputado MANOEL CAVALCANTE DE NOVAES, encontramos ali registrados que o rio São Francisco "foi descoberto pelos navegadores lusitanos Américo Vespúcio e João da Nova"³, informações com as quais não concordamos, até porque o navegador Américo Vespúcio era italiano e, não, português.

(3) **Memórias do São Francisco** - Manoel Novaes - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Brasília, outubro de 1989, página 15.

Foi através do grande vale do rio São Francisco que se iniciou o povoamento do interior do Brasil. Também

... por ocasião da descoberta do ouro e do desenvolvimento da mineração no século XVIII já o vale do São Francisco se achava repleto de gado, com

várias vilas florescentes e aldeamentos protetores instalados para reduzir os silvícolas...⁴

(4) **O Rio São Francisco** - Geraldo Rocha. *Brasiliana*. P. 15.

Pelo rio São Francisco subiram os nortistas, que recebiam o nome genérico de baianos. Vinham tangendo o gado, o que era negociado com qualquer uma outra espécie de mercadoria.

Há muito que referir sobre o rio São Francisco, com que o homem dele serviu, desde os primeiros momentos de suas conquistas ao derrotar os indígenas, até os dias de hoje.

O fato, no entanto, nos permite afirmar que, a criação dos currais de gado em suas margens veio solidificar a posse de suas águas pelo homem branco. O rio São Francisco foi o maior aliado dos bandeirantes no combate aos nativos na guerra aos bárbaros.



Índia Botocudo

Capítulo 4

Guerra dos Sete Anos – Os combates aos índios no Nordeste brasileiro por Antônio Gonçalves Figueira – O mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida na margem do rio Jaguaripe – Algumas notas sobre os índios brasileiros – O sertão de Euclides da Cunha. Os sertanistas Pedro Barbosa Leal e Pedro Leolino Mariz.

Após essas lembranças sobre o *Velho Chico*, estão outra vez em suas margens as nossas narrativas sobre este trabalho, ainda que, com poucos haveres. Do *Arraial de Baixo*, na margem direita do São Francisco, partem os paulistas em busca dos grupos indígenas no agrossertão do Nordeste brasileiro. Como já dissemos em páginas anteriores, também participou dessa custosa diligência o coronel Antônio Gonçalves Figueira, ele que era um dos mais incansáveis sertanistas daqueles árduos tempos. Figueira enfrentou as lutas mais aceras com o seu talento e com a sua coragem, ação de que nos deu provas nos prélios em que tomou parte.

Vimos, pois, não há dúvida, como eram veementes os paulistas nos movimentos das expedições. Não nos parece que estejamos sacando a participação dessa diligência, no período setenial da guerra aos bárbaros, o Padre Antônio Filgueiras que, mesmo como Capelão da expedição, tudo nos leva a crer que ele não tivesse permanecido com as mãos abanando durante todo esse tempo. Era também, por assim dizer, um *velho desabusado*, tendo em vista a idade bem mais avançada da do Coronel Antônio Gonçalves Figueira.

Com quase dois anos de espera para o combate contra os índios *tapuia*, o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida fora se estabelecer na barra do rio Jaguaripe.

E acresce o fato significativo de que, no ano de 1692 "... os paulistas começaram a desertar, queixando-se Matias Cardoso da falta de socorros...".¹ Mesmo em seus melhores momentos revela nas palavras de Moraes Navarro ao próprio Matias Cardoso de Almeida que fora forçado a retirar-se, também, para o Ceará. Portanto, era isso o que se verificava em particular na chamada "guerra dos sete anos".

(1) **História do Brasil**. Pedro Calmon. Volume III. Página 867.

Tanto quanto sabemos do assunto, não nos consta já tivesse tentado essa expedição um outro motivo senão o de pacificar as populações indígenas do Nordeste brasileiro, tornando-as de gentes amansadas. Mas, a vida apoquentada desses índios subitamente mudava de direção e eles logo se encontravam prisioneiros e escravizados. Seja lá como for, ainda nestes sertões dos currais de Minas Gerais não se conhece indício de que inspirassem aos índios escravos a se organizarem em rebeliões, quer de caráter religioso, quer de caráter político, o que no começo do século XVII, assim ocorreram com os negros e os índios do litoral brasileiro e também os das minas escravocratas.

Um primeiro ponto pode ficar desde já liquidado. Os índios *botocudo*,² que habitavam, principalmente, a região Norte de Minas Gerais e que pertenciam a um tronco indígena absolutamente selvagem, foram dizimados sumariamente. O

(2) "As tribus mais conhecidas e mais numerosas dos aborígenes do Brasil são as dos Aimorés: hoje chamados Botocudos, dos Purís, Patachós, Coroados, Camacuãs, Caiapós, Tamoios, Cumanchos, Machacarís, Chauantes, Camecrãs, Xerentes, Guaicurús, e Guaranis...". (**Dez Anos no Brasil** - Carl Seidler - página 129).

destino cruel os arrebatou de suas terras e por isso eles preferiram a morte a ser um povo oprimido pelos grilhões da escravidão.

Feita esta breve explanação em torno dos índios *botocudo*, retornaremos à expedição do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida e do Coronel Antônio Gonçalves Figueira, já posicionada no vale do rio Jaguaripe.

A luta da *guerra aos bárbaros* contra os índios *tapuia* no Ceará e no Rio Grande do Norte iniciou-se em novembro de 1693 e, em abril de 1694 parecia que ela tivesse chegando ao fim. Neste setênio não se pode, com efeito, avaliar o horror com que passaram os índios com a falta de meios de defesa eficazes contra os ataques dos bandeirantes paulistas.

E assim, uns após outros, os magotes de nativos eram feitos prisioneiros e ficavam confinados nas fazendas de gado do Nordeste. Ali apresentava como sendo uma zona propícia para os conluios entre os senhores de grande séquito. Tudo isso era muito perigoso, pois a insídia, às vezes, era paga com a própria vida porque os índios, em seu estado selvagem, eram bastante vingativos.

Nesses entrementes, entre umas e outras tarefas diminutas, o Coronel Figueira reunia os animais da expedição para uma longa e penosa viagem de novos combates. Tinha, pois, sob o seu comando o controle rígido dos depósitos de gêneros alimentícios (das vitualhas), além das munições, apetrechos necessários para resistência de choque contra a força inimiga.

Durante a dolorosa marcha, tanto na ida como na do retorno, a tropa alimária seguia sempre na frente do pelotão. O caminho do Nordeste era penoso para os animais que, tendo o sol cáustico

presente na caatinga, em certos trechos fazia com que a tropa desviasse da rota, léguas e mais léguas, em busca de água para os animais. Portanto, era natural algum retardamento no percurso que realizava.

Nesse longo caminho do sertão, onde há formações arbóreas e arbustivas/xerófilas, as que caracterizam a nossa caatinga tomando-a agreste por excelência, apresenta para o homem rural um quadro de lutas e de sofrimentos. Por isso fica mais difícil o deslocamento das tropas sertanejas pelas suas entranhas. Além de tudo isso, nós pensamos que "... o sertão é um paraíso..."³, pois assim nos dizia o mestre EUCLIDES DA CUNHA, em seus ensinamentos de vida.

(3) **Os Sertões** - Euclides da Cunha

A ambição de participar na luta de pacificação dos índios deixava alguns membros do grupo, principalmente o Padre Antônio Figueiras, com mais obrigação de cuidar dos seus protegidos - os índios. Como quer que seja, era preciso uma luta sempre permanente que permitisse a organização préstito dos nativos apresados por todo aquele percurso. A diligência do Coronel Figueira, na condução do bando, sem dúvida foi a mais notável dentre todas as outras. O mestre-de-campo Matias Cardoso sabia que, nem ele e nem um outro qualquer, tinha a precisa instrução para o cargo de comandar a tropa. A liderança é algo natural do ser humano. Não era necessário o uso da violência para impor ordens. Era preciso apenas não macular o brio e nem a honra daqueles destemidos homens, mas...

... na verdade [os bandeirantes] eram homens cruéis, animalizados pela cobiça de riqueza, pela ganância do ouro, homens que matavam os botocudo e diziam que

eles não tinham alma, os aprisionavam as centenas e os vendiam como escravos... (**Memória de uma Aroeira** - Luís Pires Filho. Montes Claros. 1994. Página 10).

Não sabemos quantos índios *tapuia* foram apresados nesta conquista, mas é certo que o seu número não deveria ter sido pequeno. A propósito disso indaga o Senhor ANTÔNIO FERREIRA CABRAL, no seu livro **O Sertão Norte-Mineiro**, o seguinte:

... como teriam ele [Antônio Gonçalves Figueira] e o Matias trazido selvagens, aos milhares, transpondo rios, serras, matas, expondo-os ao sol e à chuva? - E como alimentar tanta gente nas selvas?...

Não há dúvida de que nos momentos mais cruciantes da fome e da sede assoladora, os atingidos não ofereciam a eles as condições necessárias de uma sobrevivência imediata e, por isso mesmo, deduzimos que foram os pousos das grandes fazendas de gado, aqueles que já tinham sido trilhados por Francisco Dias de Ávila, o sucessor do Padre Antônio Pereira e senhor da Torre, onde os paulistas conseguiram o charque em abundância (a carne seca) e a água boa de beber.

Era comum a troca das azêmolas cansadas.

O almocreve que tinha as suas bestas de carga nestas condições, trocava-as por outras repousadas nas sedes das grandes fazendas. Os bandeirantes agiam desta forma, em nome da Corte Real sem constrangimento algum. Certamente que, para os donos de fazendas e sítios, este ato era para eles um momento de muita ufanía e de muita alegria, pois, durante várias gerações, os mais moços diziam e repetiam com elevado conceito de si próprios da generosidade de seus antecedentes.

Nem mesmo o estímulo de riqueza e nem o da ganância, assim parece, permitiu ao Coronel Figueira a obtenção de resultados negativos durante o bom combate. Sabemos que o prêmio recebido por ele foi de uma leva considerável de índios (700 elementos em média) no mais baixo grau de cultura, de modo que eles não foram expostos para ser vendidos no mercado negro da escravidão.⁴ Sendo diversificada a sua atividade na fazenda ele preferiu os afazeres desses nativos em suas propriedades. Como quer que seja, muitos deles fugiram para a floresta em busca da liberdade.

(4) Mandou El-Rei em 1692 que os tapuia aprisionados e vendidos como escravos fossem restituídos à liberdade. (**Documentos Históricos XXXIII**, página 344).

Sabemos, também, que a maior importância para o desenvolvimento da região foi a identidade do índio no lidar com o gado. Por uma reação singular, os nativos apresados não aceitavam fazer serviços pesados. Tinham, pois, uma prodigiosa natureza que não lhes exigia maiores sacrifícios na busca de alimentos e do que mais precisasse para se sustentar e sustentar os seus familiares.

Na primeira centúria do século XVIII (com certeza, isso era anterior a 1715) "... também Matias Cardoso e o seu cunhado Antônio Gonçalves Figueira, marcaram presença nos Sertões do rio Pardo...".⁵ Aliás, foi exatamente nessa região onde o Coronel Figueira fundou o seu primeiro curral de gado (a fazenda Brejo Grande). Por isso mesmo, vale aqui uma observação: nos documentos referentes aos atos de vida do Coronel Antônio

(5) **Serra Geral, diamantes, garimpeiros e escravos**. Simeão Ribeiro Pires. Página 228.

Gonçalves Figueira, aprendemos que ele nunca fora um garimpeiro ardoroso. Mas, o que sabemos é ser ele um exímio predador de índios e também um criador de currais de gado. Assim, a vida verdadeira e vigorosa de Antônio Gonçalves Figueira estava fora dos muros da mineração, pois era da agropecuária que ele gostava e por ela dedicou parte de sua vida nos currais da fazenda dos *Montes Claros*.

Dizia NELSON VIANA que

... os fazendeiros, embora 'senhores de baração e cutelo', eram pacatos e bondosos e, nos imensos domínios que governavam, jamais abusavam da sua quase onipotência contra os seus humildes agregados...⁶

(6) **Foiceiros e Vaqueiros** – Nelson Viana. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956, página 27.

Com a abertura dos caminhos do sertão para a zona aurífera e o intercâmbio mais acessível entre os latifundiários verificam que, desde então, o emprego da palavra *agregados* passava para um estado superior: o do *jagunço*, o que caracterizava desde então todos os fâmulos existentes. Isso acontecia numa tentativa dos fazendeiros mostrarem-se muito mais poderosos perante os seus vizinhos. Assim, define WILSON LINS: "... o jagunço é o homem que, sem abandonar o seu roçado ou o seu curral de bois de cria, participa de lutas armadas ao lado de amigos ricos ou pobres...".⁷ Mas a figura do *jagunço* na fazenda dos *Montes Claros* só veio aparecer mesmo, muito depois de Antônio Gonçalves Figueira.

(7) **O Médio São Francisco – Uma Sociedade de Pastores e Guerreiros**. Wilson Lins. Salvador: Livraria Progresso, 1960, página 136.





À primeira vista, nota-se que o Coronel Figueira evitava a todo custo exercer um comportamento desumano contra os nativos escravizados. Parte deles teria ficado na fazenda *Brejo Grande*, enquanto alguns remanescentes teriam vindo para a fazenda dos *Montes Claros* e vizinhanças do rio Verde Grande. Ora, humanidade certamente não acontecia, até porque a sua religiosidade era quase que ignorada. Entendia-se que, por isso mesmo pouco lhe importava, perante a sociedade em que vivia, o tratamento dado aos seus escravos.

Ainda restaria a construção de uma capela na sua fazenda, já que a igreja de taipa dali havia há muito tempo sido desmoronada. Entretanto "... aqui não ágio a fé católica..."⁸ definia desse modo FELISBELO FREIRE. Também afirmava URBINO VIANNA

... de um modo geral, sim, a fé católica que em muitos pontos foi à causa precípua no movimento civilizador, em verdade, na zona colonizada por Gonçalves Figueira, seus companheiros de sesmarias e os que se lhes vieram agregar posteriormente, não serviu de motivo ao povoamento...⁹

do sertão do São Francisco.

(8) *História Territorial do Brazil* – Felisbello Freire. Página 82

(9) *Monografia Histórica de Montes Claros* – Urbino Viana. Pág. 43.

Não era para admirar, mas nem mesmo a construção da capela aconteceu, porque ele nunca dava importância de um dia reconstruí-la. O que lhe importava era o aprazível cheiro do estreme do gado misturado com o da terra molhada; era o som do berrante na condução do gado; era o chiar das alpercatas de

couro cru pisando o chão socado; era o chapéu de couro derreado no pescoço e o aconchego do gibão, também de couro, contra a agressiva vegetação catingueira do sertão, além do zorraguear de um trançado chicote de couro no aboiado do ocaso.

Os jesuítas eram tratados pelos nativos de *homens bons*, já que os defendiam da cólera dos predadores e também dos temidos atos ribaldos dos capitães-do-mato, os caçadores de negros fugitivos. Esse procedimento que os índios dispensava no tratamento aos jesuítas atribuía-se dos nativos (*pataxó*) do alto rio das *Ourinas* ou *Patipe* (Pardo), como também dos aborígenes que habitavam os vastos campos do *Planalto de Piratininga*, em São Paulo. Estes últimos foram catequizados pelos jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega.

Os *currais dos Filgueiras*, do Padre Antônio Filgueiras, foram considerados redutos de proteção dos nativos como em nenhum outro lugar do sertão. Os índios *pataxó*, oriundos do *Vale das Tabocas*, os que já tinham sido expulsos do alto rio Pardo e Gavião, espalharam-se pelas nascentes dos rios das Rãs, das Contas e do Paraguaçu e tiveram a proteção dos padres jesuítas residentes ali. Bem disse SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA que os portugueses "... confundindo-se com o gentio principal da costa, cujas terras ocuparam, ou repelindo-o para o sertão..."¹⁰

(10) *Caminhos e Fronteiras* – Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1957.

Registramos apenas dois deles pela atuação voluntária que dedicaram aos abnegados da sorte. O Frei Justino de Monsavite, na zona da *mesopotâmia* do rio das Rãs, que dedicou toda a sua vida em bem servir à causa dos pobres e, o Frei Clemente de

Adorno – o missionário de Deus - no alto rio Pardo, que foi envenenado a mando de Dona Maria do Rosário Pereira, na *Vila Boa Vista de Tremedal*, hoje a cidade mineira de Monte Azul, porque ele defendia galhardamente os bons costumes e a moral. São nomes que, embora mais de dois séculos volvidos, continuam redivivos em nossa memória, atestando o valor e a coragem daqueles homens imbuídos de fé.

“Os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo informações que se têm tomado dos índios muito antigos, foram os tapuia...” (**Tratado Descritivo do Brasil**, de 1587, Gabriel Soares de Sousa. Brasiliense. Página 299).

O apresamento dos povos pré-cabralinos serviu de motivo aos aventureiros paulistanos para se arrisarem por lugares impregnados de mais índios selvagens. O rio São Francisco era o caminho dos andeijos paulistas. “*Há muitos Patachós no Brasil e em muitos lugares não são mais tão rudes e ferozes como no Mucuri...*”,¹¹ onde eles revelavam o seu verdadeiro instinto de canibalismo.

(11) “... o ministro de estado, conde de Linhares, se viu obrigado a dar a ordem cruel para que se fuzilasse como um bicho do mato todo o botocudo que se avistasse...” (**Dez Anos no Brasil**. Carl Seidler. Página 137).

O rio das Rãs sempre foi o afluente do São Francisco escolhido pelo presbítero. Nos brejos de suas margens foram instaladas diversas fazendas de criar gado. Algumas dessas fazendas ficavam próximas a *Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité*. As mais importantes foram: a fazenda *Brejo dos Padres* que fica no lado oposto da serra do *Refúgio* e a fazenda *Hospício*, localizada no caminho real. Segundo nos informava o Senhor EZEQUIAS MANOEL COTRIM, que “*ali era esconderijo dos padres de Caetité...*”. Os topônimos atestam essa nossa ilação, não

obstante discordar do fato o eminente historiador baiano Doutor ERIVALDO FAGUNDES NEVES.

Os *botocudo*,¹² sempre apareciam em grandes bandos e ocupavam a região norte da província de Minas Gerais, de onde eles pervagavam. Os mais rudes e os mais ferozes habitavam também a região do Mucuri, na Bahia.

(12) “Os botocudo distinguem-se de todos os outros índios pelos pedaços de madeira que usam no lábio inferior e nas orelhas, donde o nome que lhes deram os portugueses, bem como os que lhes dão outros povos...” (**Viagem Pitoresca Através do Brasil** – João Maurício Rugendas. Página 86).

Eram freqüentes, no vale do São Francisco, os ataques às fazendas de gado pelos índios *botocudo*.

... De modo que de nenhum modo deve a gente fiar-se as suas promessas feitas com as mais solenes garantias, pois não é raro que se aproximem das fazendas com os mais inequívocos sinais de paz para atraírem os moradores para fora de suas casas. Implacavelmente paga com a vida a sua imprudência...¹³

(13) **Dez Anos no Brasil**. Carl Seidler página 137.

O curioso é que, também não raro, os índios já escravizados tinham tratamento diferenciados dos negros, não obstante a isso a população negra ter sido bastante reduzida nas fazendas de criar. Tal qual os índios, os negros, por sua vez, também revoltavam contra a falta de liberdade. E, ao mesmo tempo, havia freqüentes massacres contra os seus senhores e os seus familiares. A exemplo disso temos aqui o caso de Joaquim Nagô, vítima do primeiro *garroteamento* em Montes Claros de Formigas, tendo em vista ter ele assassinado o seu *senhor*.

É de se notar que, no tempo colonial, os negros *bantos* trouxeram para a zona do Distrito Diamantino o *vissungo* e as inúmeras crendices ligadas ao boi. Para o sertão dos currais de gado, principalmente para aqueles situados ao longo do rio São Francisco, a incidência dessas crendices foi maior. O *bumba-meu-boi*, por exemplo, compreende uma dessas crendices que até hoje são cultuadas pelo sertanejo. Acresce entre as práticas e as superstições que “... os chifres de boi, enfiados nas cercas das roças e hortas, preservam-nas contra o mau olhado e coisa feita. Plantadores há que fincam ao longo dos canteiros ou no meio das roças compridas varas com chifres enfiados...”¹⁴

(14) **O Negro e o Garimpo em Minas Gerais.** Aires da Mata Machado Filho. Página 63.

NOTA: “Em 1538, Jorge Lopes Bixorda – que em São Vicente fora almoxarife – conduziu à Cidade do Salvador o primeiro carregamento de negros...” (**Breve História da Formação Econômica do Brasil** – Eduardo Tourinho).

Não só no litoral baiano, mas também nos currais de gado do sertão mineiro, o negro valia cerca de dezenove bois. Portanto, para cuidar do gado era muito mais econômico o trabalho escravo dos índios (servo fácil e barato) do que importar negros da África. Em verdade “... quer nos trabalhos dos garimpos ou dos currais de gado, a colaboração dos escravos era fundamental...”¹⁵

(15) **Serra Geral, diamantes, garimpeiros e escravos.** Simeão Ribeiro Pires, página 44.

Entretanto, nas fazendas com engenho de cana-de-açúcar, principalmente as do litoral, os negros eram os braços e as pernas

do seu senhor.¹⁶ Em vista de não ser permitido criar *gado de corte* nas fazendas litorâneas, os grandes currais de gado vieram acontecer apenas no interior do país. Com a descoberta do ouro, na província de *Minas Gerais dos Cataguazes*, muitos dos negros que serviam os engenhos das fazendas litorâneas foram vendidos para as minas auríferas, do interior, por preços bastante compensadores.

(16) Diz Eduardo Tourinho que “... a esses escravos chamou Antonil de pés e mãos do Senhor de Engenho...”. (**Breve História da Formação Econômica do Brasil** – Eduardo Tourinho, página 26).

Antes do mais, consta ainda que nesta ocasião os currais de gado do interior não tinham cercas e nem limites definidos. O trabalho de pastorear o gado era realizado em campo aberto onde o vaqueiro recebia o vento gélido contra o próprio corpo. Os índios gostavam disso e deve ser por isso mesmo que eles tornaram-se hábeis vaqueiros.

É porque as fazendas, e os currais de gado se situam onde há largueza de campo, e água sempre manante de rios, ou lagoas, e por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio São Francisco, na do rio das Velhas; **na do rio das Rãs, na do rio Verde [Grande];** na do rio Paramirim; na do rio Jacuípe; na do rio Pojuca; na do rio Enhambuque, na do rio Itapicuru; na do rio Real, na do rio Vazabarriz, na do rio Sergipe, e de outros rios em os quais, por informação tomada de vários que correrão ele o sertão, estão atualmente de quinhentos Currais... (**Cultura e Opulência do Brasil por suas Minas e Drogas** – André João Antonil – Lisboa/Portugal. 1711).

Como já afirmamos, nesses currais sem cercas e sem vaquejadores definidos, do vale do São Francisco, os índios tornaram-se peritos

em vigiar o gado. O capim ingênito e a salinidade dos lambedores que existiam aos *montes* eram tudo de que os animais necessitavam para sobreviver e também se multiplicarem. Os fartos lambedores, ou terrenos salinosos do vale do São Francisco foram os responsáveis pela introdução do gado em toda esta região, uma vez que a metrópole "... proibiu que as ágoas salgadas se fizessem secar, para com isso obter o sal, em prejuízo das marinhas de Setúbal, da Averca ou da Figueira...".¹⁷

(17) *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagem, o visconde de Porto Seguro.

NOTA: As primeiras proibições de extração do sal no Brasil datam-se de 1665.

... No Vale do Rio São Francisco, apareceram os barreiros salgados que poupavam aos criadores as elevadas despesas com o produto [sal]... (**História Econômica do Brasil (1500/1820)** - Roberto C. Simonsen. Página 179).

Os animais pastavam livremente pelas imensas mangas (nativas) dos catingais nos ribeirinhos existentes daqui. "... os habitantes dessa região triste, cuidavam principalmente da criação de gado *vacum* e *cavalar*...".¹⁸ A importância do gado era da maior relevância para a sobrevivência familiar.

(18) **Através da Bahia** - Von Spix e Von Martius - tradução do Dr. Manuel A. Pirajá da Silva.

Do boi tudo era devido, principalmente o couro curtido (sola) e o *couro-em-cabelo* dos curtumes primitivos, produtos que tinham as mais variadas utilidades para os moradores do campo.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a boracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as buacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de atemo era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz... (**Capítulos da História Colonial** - João Capistrano de Abreu. Página 146).

Igual idéia é esposada por Gilvandro Simas, como se vê a seguir:

Os vaqueiros sanfranciscanos, a exemplo dos seus colegas das caatingas no Nordeste, usam o indumento inteiramente feito de couro com que enfrentam os espinhos e os emaranhados da vegetação agreste desta região, durante as suas longas cavalgadas em busca das reses desgarradas nas imensas planuras do vale...". (**Expedição ao Sudoeste da Bahia**. Revista Brasileira de Geografia. Gilvandro Simas Pereira. Outubro / dezembro de 1946. Ano VII. Número 4. Página 30).

Sob este aspecto, o homem ocupado com a fazenda de criar se sentia feliz em merecer algum dia o nome de *vaqueiro*, *criador de gado* ou *homem de fazenda*. São esses os títulos honoríficos mais significativos entre aqueles que estão nas funções administrativas dos currais de gado. Sob este último aspecto, e como é lógico, nos currais de gado do sertão o título de *boiadeiro* se encaixa mais para o dono do gado e não para aqueles que labutam com as boiamas.

Você me chama boiadeiro/ boiadeiro eu não sou não/ eu sou tocador de boi/ boiadeiro é o meu patrão... (Aboio - Grupo de Serestas 'João Chaves', de Montes Claros).

Quanto às questões sociais inseridas neste trabalho, é verdade que elas não serão despercebidas por nós. Diz, com uma admirável e singular propriedade, o escritor EUCLIDES DA CUNHA, no seu livro **Os Sertões**, que o vaqueiro do São Francisco “*fez-se homem, quase sem ter sido criança...*”. Dessa perspectiva nos é fácil perceber as mudanças sociais no comportamento dos homens dos currais de gado, aqueles chamados simplesmente de *baianos*. Também não foi por acaso que o próprio EUCLIDES DA CUNHA afirmava que “*o sertanejo é, antes de tudo, um forte!*...”, o que concordamos.

Pelo exposto acima, notamos ainda que não havia coerência nas atitudes dos homens do campo, principalmente aqueles que queriam investir no solo semi-árido brasileiro. Primordialmente, necessário seria para o bruto sertão, o seu povoamento, o que, só depois de muitos anos isto veio aqui acontecer.

Conforme vimos, na região dos currais de gado, o que ocorria era mesmo

o seu despovoamento, matando o gentio, massacrando o mais que podiam os livres filhos e donos da terra. Plantando currais pelo vale adentro, o explorador branco substituíra, por boiadas, as tribos que encontravam no seu caminho....¹⁹

(19) **O Médio São Francisco** – Wilson Lins. Página 12.

Não menos estranho era que a escravidão dos índios estivesse amparada por uma Carta Régia de 1570, sem, contudo estabelecer-se esta lei o direito de dizimá-los, o que de fato não ocorria. O bandeirante paulista sabia de um detalhe importante que o pior inimigo do índio era o próprio índio e desse detalhe eles utilizavam em seus expedientes para aprisioná-los. Segundo J. F. ALMEIDA PRADO, os índios, como o resto dos homens,

mostravam pronunciada inclinação para as lutas fratricidas. Um insignificante incidente podia separar grupos da mesma tribo, tornando-os inimigos irreconciliáveis. O gênio vindita dos aborígenes não deixava que eles percebessem que, na maioria das represálias entre eles, o que ocorria ali era a destruição de sua própria raça.

De qualquer modo, houve uma inversão de raça e costumes com as descobertas das minas de ouro na capitania de São Paulo e Minas, depois de separada do Rio de Janeiro, em 1693. Estima-se nos velhos *livros de navegação*, em cálculos aproximados, que de 1705 a 1750, mais de dez mil pessoas deixavam anualmente as terras portuguesas em busca das zonas diamantíferas do Brasil. A situação se tornou insuportável depois de novas descobertas de ouro no distrito de Serro Frio e na província da Bahia.

Vimos que, no litoral, a aliança dos *Tupiniquim* com o homem branco foi relativamente fácil em virtude das guerras com os *Tupinambá*. Entre eles pairava a idéia de conquista. Na tentativa de recuperar a confiança dos franceses, os *tupinambá* forçavam os outros nativos a abandonar aquela região. Também no sertão dos currais de gado, o mesmo fenômeno acontecia, pois a presença desses índios era considerada uma ameaça para a sobrevivência dos nativos aqui já estabelecidos. Mesmo assim, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA ainda afirmava no seu livro **Raízes do Brasil** que,

sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam que renunciar a muito dos seus hábitos hereditários...

e foi em realidade o que aconteceu na região da fazenda dos *Montes Claros*.

A questão de saber dos escravos e dos índios eleva-se de culpa a consciência humana, por este, ou outro ato anti-social. A terra que era dos índios, com seus *terres e haveres*, está hoje em poder dos brancos. Confirma-se então, com todas as veras, as palavras do escritor SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA que, "... a terra de lavoura deixa então de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e de riqueza...". Descontentes, os brancos precisavam granjeá-la para criar vilas, freguesias e povoados.

Então, durante a conquista do sertão baiano, falou-se muito do Coronel Pedro Barbosa Leal, que aventara Dom Vasco Fernandes César de Menezes da criação da *Vila de Santo Antônio de Jacobina* (1722) e da de *Minas do Rio de Contas* (1724) além de mandar abrir o caminho dessas vilas para as minas Jacobinenses.

Foi o Coronel Pedro Barbosa Leal o vexilário que iniciou a exploração do ouro das minas jacobinenses, e, no fim do século XVII, votou, com a ajuda de índios amansados, a procurar insistentemente as minas de prata descritas por Belchior Dias Moréia.

Também ressaltava, naquela época, a presença do mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz que foi uma das figuras mais brilhantes do seu tempo. Fundou o mestre-de-campo Leolino Mariz a real fazenda *Brejo das Carnaibas*, na zona da *mesopotâmia*, situada na *Vila de Beija-flor*, hoje o dinâmico município de Guanambi. Já nesta época, os índios *pataxó* que viviam nas aldeias do *Barro Branco*, do *Vale das Tabocas*, e em toda a grande extensão dos terrenos ribeirinhos, tinham, desde então, o desvelo dos *currais dos Filgueiras*.

O êxodo dessas povoações indígenas que tiveram as suas origens na zona do *Sertão da Ressaca* foi sistematicamente continuado. O *Sertão da Ressaca* era uma faixa de terra continuada entre o rio

das Contas e o rio Pardo. Tinha ainda na parte oeste o divisor das águas na serra das Almas e, na parte leste, a densa Mata Atlântica.

Depois de algum tempo de sua estada, na real fazenda *Brejo das Carnaibas*, na *Vila Nova do Príncipe de Santana de Caetité*,

o Coronel Pedro Leobino de Mariz, [que era] superintendente das Minas Novas, diligente explorador de salitre em **Montes Claros**, sertanejo famoso, informava em 1759 que emboaba se chamava quem não era paulista...²⁰

(20) **Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil** – Capistrano de Abreu. Página 276.

Morreu o Coronel Pedro Leolino Mariz no ano de 1763.

Também aqui, nesta citação de CAPISTRANO DE ABREU, podemos verificar que foi registrado o nome deste sertanista de *Leobino*; no entanto, o correto seria *Leolino*. No tempo de suas visitas na região de Montes Claros, em busca do salitre, era residente na fazenda dos *Montes Claros* o paulista Manuel Ângelo Figueira, filho do Coronel Antônio Gonçalves Figueira.

Não foi o Coronel Antônio Gonçalves Figueira o único paulista nefasto aos índios.

Os forasteiros Sebastião Pinheiro Raposo e Antônio de Almeida Lara, que vieram para a luta contra os índios no Nordeste brasileiro e também na guerra contra os africanos aquilombados, foram, além de predadores de índios, os legítimos descobridores das minas de ouro do rio das Contas, no interior da Bahia.

Entre estas entradas do sertão fez uma Antônio Dias Adorno a qual encomendou o governador que

trabalhasse por descobrir algumas minas, o qual entrou pelo **rio das Contas**, que é da capitania dos Ilhéus, e, seguindo a sua corrente que vem de mui longe, rodeou grande parte do sertão, onde achou esmeraldas e outras pedras preciosas, de que trouxe as amostras e o governador as mandou ao reino onde, examinadas pelos lapidários, as acharam muito boas. Mas nem por isso se mandou a elas, sinal que haviam lá ido a buscar peças que pedras, e assim trouxeram sete mil almas dos gentios topiguaéns... (**História do Brasil 1500 – 1627**, de Frei Vicente do Salvador. Belo Horizonte: Itatiaia, [19—], PÁG. 181).

A maioria desses homens descobridores do ouro na província da Bahia saía de São Paulo. Entre os forasteiros da Bahia encontravam-se muitos gajos lá do velho mundo, como é o caso aqui de Antônio Dias Adorno. Entretanto, em 1721 a política colonial portuguesa proibiu todas as atividades de mineração na província da Bahia.



Índia Botocudo

Capítulo 5

O Padre Antônio Filgueiras, de Jacobina, se junta à campanha contra os índios no Nordeste – Outras notícias sobre a Guerra aos Bárbaros, ou a Guerra dos Sete Anos – Os primeiros bandeirantes paulistas na região do Norte de Minas (Montes Claros) e Bahia.

Ora, e o beligerante Padre Antônio Filgueiras, de quem tanto falamos neste trabalho, quem seria ele, afinal?

Bem, não se sabe ao certo muita coisa a seu respeito. Entretanto, o ilustre historiador Doutor FELISBELO FREIRE, cita indiscriminadamente o nome *Filgueiras* em sua obra **História Territorial do Brazil**. Há, todavia, informações que se confundem na história do tempo, surgindo daí muitas dúvidas no entender de sua trajetória. O que não há é uma incerteza sobre a sua existência nos sertões baianos. Ele que “*foi capelão da Bandeira de Fernão Dias...*”,¹ poderia ser paulista, já que quase todos os bandeirantes eram oriundos daquela província.

(1) **Monografia Histórica de Montes Claros** – Urbino Viana. Pág. 37.

É provável que ele fosse um bom garimpeiro.

Portanto, antes mesmo da morte de Dom Fernão Dias Paes, ocorrida no ano de 1681, a expedição se desfez e o Padre Antônio Filgueiras já havia seguido para as minas da região da *Vila de Santo Antônio de Jacobina*, e por lá viveria uma boa temporada na esperança de colher algumas pepitas de ouro. A progênie dos *Filgueiras* não poderia nunca ser confundida com a da procedência dos *Gonçalves Figueira*, a da sesmaria dos *Gatas*, na bacia rio Verde.

Talvez o enleio produzido entre o nome próprio do sertanista, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira e o do Padre de Jacobina, Vigário Antônio Filgueiras, tivesse a sua origem nos assinalamentos de FELISBELO FREIRE, quando ele assim registrava no seu livro *História Territorial do Brazil*, a seguinte afirmativa no sentido de que o

... terceiro movimento que deu resultado à colonização das cabeceiras do rio Pardo, Doce, das Velhas e no alto São Francisco, foi operado por Matias Cardoso, **Antônio Filgueiras**, [Coronel Manoel] Hinojosa e outros, depois que vencerão os índios de Jaguaribé e Assú, no Ceará e Rio Grande do Norte...²

(2) *História Territorial do Brazil* – Felisbello Freire. *Fac-simile* da edição de 1890, página 57.

No primeiro quartel do século passado, o mestre URBINO VIANA já nos alertava para este fato, dizendo que o nome correto do sertanista paulista seria *Figueira* e, não, *Filgueiras*. Para ilustrar melhor a respeito da confusão do nome do Coronel Figueira com o do Vigário, anotamos o que diz o historiador DOMINGOS ANTÔNIO TEIXEIRA: “A última conquista do sertão foi feita por Antônio **Gomes Figueira**, cunhado de Mathias Cardoso...”³ Nota-se que aqui aparece o sobrenome *Gomes* para no lugar de *Gonçalves*. Distorção igual a esta talvez se explicará o modo pelo qual os historiadores se baralham no momento de consignar os fatos históricos em suas monografias.

(3) *Respingos Históricos* – Domingos Antônio Teixeira. Página 33.

Diz ainda o nosso mestre, Doutor URBINO VIANA, que o Coronel Antônio Gonçalves Figueira e o Padre Antônio Filgueiras estive-

ram juntos na guerra contra os índios no Nordeste brasileiro. Pois bem, em 1690 o Padre Antônio Filgueiras permaneceria na bacia do rio das Contas, Paraguaçu e Rãs, onde criou os *Currais dos Filgueiras* nas nascentes do rio Carnaíba de Fora e Carnaíba de Dentro, afluentes do rio das Rãs. Enquanto isso, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira assentava os seus currais de gado na fazenda *Brejo Grande*, em Vacaria, no município de Grão-Mogol, que à época pertencia à província da Bahia.

O Coronel Antônio Gonçalves Figueira era cunhado de Matias Cardoso de Almeida. Em vista disso, admitimos erro nas anotações do erudito historiador FELISBELO FREIRE, tantas vezes questionadas pelo ilustre Doutor URBINO VIANA.

É evidente que o Padre Antônio Filgueiras não voltou para o *Sumidouro* com os outros membros da *bandeira paulista*, como querem alguns historiadores. De *Porteiras*, próximo à *Barra do Guaicuí* (no *Julgado da Barra do Rio das Velhas*) ele seguiu, descendo o rio São Francisco, até as *Malhadas do Porto de Santa Cruz*, ou *Biguara*, e dali partiria, por caminho de terra, para a região da Chapada Diamantina com destino às minas da *Vila de Santo Antônio de Jacobina*.

Recebia o Padre Antônio Filgueiras, por Alvará de 10 de setembro 1681⁴, dez léguas de terras entre o rio Paraguaçu e as cabeceiras do rio das Contas.

(4) Obtém uma sesmaria de 40 léguas, o Sargento-Mor Francisco Ramos, Cônego Domingos Vieira de Lima, Manoel de Oliveira Porto e o Vigário de Jacobina, Antônio Filgueiras, as quais começam da barra do Sincorá até as cabeceiras do Paraguaçu, seguindo sua direção e de norte a sul, em rumo do rio de Contas (*História Territorial do Brazil* – Felisbello Freire, página 49).

Em visita ao Arquivo Público de Rio de Contas, em 07/02/2003, localizamos nos registros históricos daquela cidade o nome do vigário de Jacobina como sendo "... o Padre Antônio Gonçalves Filgueiras, um dos seus primeiros colonizadores...". Felizmente, este engano não foi repetido pela historiadora JULIETA TRINDADE SOARES, pois ela que não inscreveu no seu trabalho o sobrenome "Gonçalves".

Os primórdios de sua colonização [da cidade de Rio de Contas] datam de 1681, quando o sargento-mor Francisco Ramos, tendo por companheiros o Cônego Domingos Vieira Lima, Manoel de Oliveira Porto e o **vigário Antônio Filgueiras**, recebeu a incumbência de explorar e colonizar a região compreendida entre a Serra do Sincorá e as cabeceiras do rio Paraguaçu. Para esse empreendimento cada um recebeu só dez léguas de terra... (**Rio de Contas e a Igreja de Sant'Ana** – Julieta Trindade Soares. 1997).

O trabalho de proteção desse missionário de Deus aos índios da Chapada Diamantina foi decisivo por todos os ângulos deste glorioso torrão baiano e o seu resultado teve um brilhantismo singular. Soube ele realizar uma duradoura obra social que o credenciou ao justo aplauso dos nativos e a admiração dos seus conterrâneos e amigos. Quando se é levado a cremos em suas atitudes, sem incorrer na pecha da história, essas notas são de grande valia para este modesto noticiário.

Registramos ainda que em fins de 1690, ao boníssimo Padre de Jacobina, Vigário Antônio Filgueiras também lhe foi concedido uma outra sesmaria nas margens do rio Pardo e do rio Doce, onde a colonização descamba para a região das minas em detrimento do *grande sertão* – *veredas!*

Já nos fins do século XVII alarga-se grandemente sua influência que vai até o rio Pardo e o rio Doce, em

cujas cabeceiras, pelo Alvará de dois de março de 1690, obtém uma sesmaria de oitenta léguas, para si e dezenove companheiros. O Tenente-General Matias Cardoso de Almeida, com a obrigação de colonizar as datas concedidas no prazo de cinco anos. São os companheiros da concessão: Domingos Soares de Albuquerque, Manuel Soares Ferreira, João Cardoso de Almeida, Domingos Pires de Carvalho, Matias Furtado, Matias de Albuquerque, José de Albuquerque, Domingos de Figueiredo Calheiros, Pedro de Andrade Pereira, Francisco de Lima Pinto, **Vigário Antônio Filgueiras**, Manuel de Aguiar da Costa, Francisco Martins Pereira, Cristóvão Barbosa Vilasboas, Francisco Teixeira Cabral, Matias Rodrigues, Salvador Cardoso [de Sá], João de Almeida e Domingos Escoreio... (**Bandeiras e Sertanistas Baianos** – Urbino Viana. Página 73).

NOTA: O Padre Antônio Filgueiras deixou a expedição de Dom Fernão Dias Paes antes de abril de 1681 e, só em setembro do mesmo ano, foi que ele veio receber a sesmaria de terras na província da Bahia. Portanto, confirma-se que os currais dos Filgueiras foram postos nas nascentes do rio das Rãs no ano de 1690, nesta sesmaria, antes de sua participação na expedição de João Amaro e Matias Cardoso, no Nordeste do Brasil, em companhia de Antônio Gonçalves Figueira, no período de 1691 a 1697.

No princípio de 1691, o Padre Antônio Filgueiras já se encontrava novamente nas *Malhadas do Porto de Santa Cruz*,⁵ no rio São Francisco, em companhia do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida e do Coronel Figueira. A missão desta expedi-

(5) Por sugestão do Frei Clemente de Adorno, da cidade de Rio Pardo de Minas, o nome da Vila de Malhada passaria a ser Malhadas do Porto de Santa Cruz, pois era uma época em que o arraial estava sendo tratado pelo nome pejorativo de Biguara, o que queria dizer uma coisa sem importância.

ção, como já temos ciência, era a de pacificar os índios rebelados no Nordeste brasileiro. Disse, pois, DIOGO DE VASCONCELOS que "tinham até padres aventureiros que se incorporavam às comitivas para certificarem como justas as causas do cativo...". Pois foi nessa ocasião que o Padre Antônio Filgueiras incorporou-se à comitiva de João Amaro e consigo, levou para o sertão nordestino um fio de esperança aos índios rebelados. Isso porque ele sabia e apostava no sucesso dos cometimentos dessa expedição. Supunha-se que o Padre Antônio Filgueiras tenha trilhado as mesmas picadas dos caminhos dos Ávilas (Francisco Dias de Ávila) e dos Guedes de Brito.

Cabe esclarecer que bem antes mesmo de embarcar-se nesta nova empreitada, durante a guerra dos sete anos (de 1691 a 1697), ou a guerra dos bárbaros, contra os índios tapuia no Rio Grande do Norte e Ceará, o Padre Antônio Filgueiras já teria assentado os currais dos Filgueiras, nas cabeceiras do rio das Rãs, onde possuía uma sesmaria desde 1681. Eram esses currais dos Filgueiras os pontos de confluência nas estradas das tropas viajeiras, e localizavam-se na região Sudoeste da província baiana, alguns quilômetros de Tranqueira. A construção da sede desta nova fazenda, acredita-se, tenha sido um miserável tugúrio de taipa de sebe que parecia muito mais um ponto de abrigo aos tropeiros, aqueles que utilizavam o acesso da Estrada Real, do que mesmo um suntuoso casarão-de-fazenda, com sótão, engenho e curral, como era o costume das construções nesta parte do sertão.

Verifica-se, pois, que a notícia primeira do Padre Antônio Filgueiras se diz da época em que os bandeirantes paulistas transitavam por este sertão. Aliás, desde a centúria anterior, se fizeram muitas entradas pelo vale, algumas delas por sugestão do governador da província de Pernambuco, Luís de Brito de Almeida.

Mais uma vez é noticiado o presença do padre Antônio Filgueiras, no sertão são-franciscano. Dizem que...

... por aqui passaram, durante os dez primeiros anos de vida do Monge [Francisco Mendonça Mar] na Gruta [da Lapa] Matias Cardoso [de Almeida], seu lugar-tenente, o Padre Antônio Filgueiras, João Amaro Maciel, Domingos Jorge Velho, Bartolomeu Bueno Filho, Domingos Rodrigues do Prado, os irmãos Bicudos, etc, todos com as suas bandeiras, que largavam as armas das mãos para ficarem de mãos postas. (**Livro do Devoto do Bom Jesus da Lapa**).

Com efeito, aqui temos duas notícias do Padre Antônio Filgueiras: a primeira delas nos dá ciência de sua presença na empreitada do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida e, a segunda, pelo fato de ele residir próximo à mesopotâmia do rio das Rãs é que ele sempre esteve presente nas festas de agosto, no Santuário de Voto do Senhor Bom Jesus da Lapa e de Nossa Senhora da Soledade.

Não parece absurdo não relacionar o nome do Coronel Antônio Gonçalves Figueira na lista dos sesmeiros entregue ao mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida? Sim, mas isso é compreensível, porque é certo que o Coronel Figueira já estivesse instalado na sua fazenda Brejo Grande, às margens do rio Vacaria, importante afluente do rio Jequitinhonha.

No que diz respeito ao mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, preferira viver às margens do rio São Francisco donde, com a ajuda de seu filho Januário Cardoso, fundou o povoado de Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos. E é de crer que perto dali já existiam alguns miseráveis tugúrios cobertos de palmas acaçapadas.

Mas não é preciso ir tão longe na história do tempo, pois é curioso notar-se que a recente criação da província de Minas Gerais dos Cataguases outorgava ao governador o início da distribuição de *cartas de sesmarias* para quem quisesse se fixar no interior. Nesse sentido pode-se dizer que

... o antigo bandeirante e preador de índios, Antônio Gonçalves Figueira, conhecedor desta região na sua vida campeira, solicitou e obteve três cartas de sesmaria: uma na região do Jaíba, outra nas cabeceiras do rio Verde e outra no rio Vieira, no lugar que recebeu a denominação de Montes Claros de Formiga...⁶

(6) **Revista Nossa História** – Montes Claros. Ano I – número 2 novembro de 2000. Página 16. Editor responsável: Dimas Lúcio Fulgêncio.

Os escopos de fazendeiro, do Coronel Figueira, eram meramente teóricos, pois tinha planos políticos, ideais esses que só foram realizados quando de sua volta à *Capitania de São Vicente de Piratininga*.

Isso nos põe diante de outro problema essencial e crucial, sem ser abordado como deveria: o desejo político do Coronel Antônio Gonçalves Figueira, o que não pode ocorrer sem a felonía aos seus parentes, entre os quais os vínculos e as insídias da terra se achavam associados por sentimentos e deveres. Nas regiões onde apresentavam as lezírias, aproveitava-se para iniciar ali as primeiras lavouras de subsistência. Assim também o Padre Filgueiras determinava aos seus seguidores, mostrando a eles a necessidade do trabalho no campo.

Todavia, é salutar verificarmos, com valimento, o que nos adverte o eminente historiador URBINO VIANA sobre as notícias inconsistentes e desordenadas que existem entre o trajeto político administrativo do

Padre Antônio Filgueiras e do Coronel Antônio Gonçalves Figueira. Ainda, assim, o historiador MÁRCIO SANTOS nos diz que

... tendo em vista as diversas grafias dadas ao nome do sertanista, preferiu-se neste estudo [o dele] seguir a opção de Urbino Viana, que estudou cuidadosamente o movimento de ocupação da região das Minas Gerais por exploradores vindo do Norte da colônia...⁷

(7) **Estradas Reais** – Márcio Santos. Página 128. Diz Urbino Viana: "Antônio Gonçalves Figueira, é esta a grafia e, não, Filgueiras, pois vimos-la em a escritura de venda da fazenda dos Montes Claros".

Eis aqui, portanto, o que diz a advertência do mestre URBINO VIANA:

...o nome do primeiro proprietário da Fazenda dos Montes Claros não deve ser confundido com o do Vigário de Jacobina, Padre **Antônio Filgueiras**, a quem foram concedidas, por alvará de 10 de setembro de 1681, de dez léguas de terras entre o rio Paraguaçu e cabeceiras do rio de Contas...⁸

(8) **Monografia Histórica de Montes Claros** – Urbino Viana, p. 37.

Pois bem, analisando com minudência a hidrografia contida do mapa do Estado da Bahia, perceberemos que as cabeceiras do rio das Contas ficam muito próximas das nascentes do rio das Rãs. E, se levarmos em conta de que se tratava de 10 léguas de terras, fica mais evidente ainda que os *currais dos Filgueiras* são continuados ou, que eles faziam parte de um único lote de terra naquela região baiana.

Os currais dos *Figueiras* foram criados durante o ano de 1690, segundo afirmativa do historiador URBINO VIANA, não obstante ele mesmo ter-nos dito sobre a existência do Alvará de 10 de setembro de 1681, que dava posse ao Padrê Antônio Figueiras de um lote de terras. Não se quer com isso dizer que se tratava de um mesmo lote de terra. Mas, por outro lado, nem de longe duvidamos que sim.

Do bondoso Padre Antônio Figueiras, sobre quem não conseguimos obter melhores informações para a feitura deste trabalho, pode-se presumir, salvo melhor explicação, que veio a falecer provavelmente entre os anos de 1714/6. Apesar das nossas limitações insanáveis, sabemos, entretanto, que era o caridoso e amado Padre Antônio Figueiras, na concepção do termo, um homem justo e de alma santa, que soube honrar a sua terra pela cultura, pelo trabalho, pela honestidade, enfim pelo seu caráter puro e íntegro. Deve ter falecido o Vigário Antônio Figueiras pelo menos nonagenário.

Do outro lado, cumpre-nos lembrar que a lenta marcha dos brutais bandeirantes paulistas iniciou-se, ora imbicando-se pela mata densa das florestas, ora contornando-se as serras para depois galgar os alcantis das montanhas e se fixar nas planuras do imenso vale do São Francisco. Assim eles construíram dezenas de currais de gado, e em torno dos quais nasciam os primeiros vilarejos e humildes povoados. A *Vila de Montes Claros de Formigas* é fato real deste episódio. Aqui o Alferes José Lopes de Carvalho construiu um casarão barreado e alguns ranchos dispersos e ainda uma igreja de pau-a-pique, tudo primitivo, tendo ao fundo do casarão um curral para a ordenha.

Muitos paulistas se afazendaram também nessa zona: Domingos Barbosa Calheiros, Brás Rodrigues Arcão, Estêvão Baião Parente, **Matias Cardoso de Almeida** – **Senhor da Casa das Pedras** – à criação de gado,

mais de cem famílias paulistas – com o decorrer do tempo – fixaram-se às bordas do rio das Velhas e do São Francisco... (Eduardo Tourinho. **Breve História da Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Pongeti, 1962, pág. 17).

Curioso e interessante o tratamento – *Senhor da Casa das Pedras* – dado a Matias Cardoso de Almeida por EDUARDO TOURINHO. Sabemos, no curso da história, que todas as suntuosas construções eram feitas o massame com cal, ou com óleo de baleia nas construções mais próximas do litoral, e pedras, principalmente nos templos religiosos.

Assim, sendo, havia na região de Januária, à borda do rio São Francisco, uma fazenda chamada *Pedras de Maria da Cruz*, antigo *Sítio das Pedras de Baixo*, que era de propriedade do Capitão Salvador Cardoso de Oliveira e de Dona Maria da Cruz, os pais de Pedro Cardoso de Oliveira e descendentes de Matias Cardoso de Almeida. Fatos esses que poderiam ter algum relacionamento com o apelido em questão. Também o velho guerreiro Matias Cardoso de Oliveira, o tio de Pedro Cardoso de Oliveira, fora conhecido como sendo o *Senhor do Urucuia*.

NOTA: “Na devassa feita pelo Governo, três nomes foram apontados como cabeças da sedição de 1738: Maria da Cruz, seu filho Pedro Cardoso e Domingos do Prado Oliveira. Este último fugiu de Minas e escapou de ser punido, Maria da Cruz e Pedro Cardoso caíram numa cilada armada pelas autoridades de então. Disseram a Maria da Cruz e Pedro Cardoso que os dois precisavam viajar até São Romão a fim de prestarem um rápido depoimento. Aceito o ‘convite’ eles seguiram escoltados por soldados e só na viagem ficaram sabendo que estavam sendo levados presos para Vila Rica. Em Vila Rica, mãe e filho se separaram. Pedro Cardoso foi degredado e Maria da Cruz ficou presa durante pouco tempo e logo foi libertada...”. (Renato Scapolatempore - **Jornal Hoje em Dia** – História de Saias - Belo Horizonte, Domingo, 19/12/1999).

A verdade é que, naqueles tempos, a fim de remediar o reconhecimento dos nossos valores, na luta da colonização em busca da independência, diz então BRASILIANO BRÁS que "*Domingos do Prado Oliveira, Dona Maria da Cruz, Pedro Cardoso de Oliveira, André Gonçalves Figueira e seus companheiros, foram sem dúvida os precursores da Inconfidência Mineira...*".⁹ Pode-se supor que a idéia de independência nasceu nas beiradas do rio São Francisco.

(9) **São Francisco nos Caminhos da História** – Brasiliano Brás. Belo Horizonte, Lemi, 1977.



Índio Botocudo

Capítulo 6

Terceira digressão – A misteriosa serra do Sabarabuçu – O caminho das minas pelo grande vale do rio Paraíba – Outros caminhos pelo alto da serra da Mantiqueira que também levavam às minas das gerais.

Retrocedendo um pouco ao tempo, façamos aqui uma outra digressão nesta descuidada **História Primitiva de Montes Claros** para podermos compreender, um pouco mais, os mistérios advindos da serra do Sabarabuçu, desde a época das pedras verdes até o início do seu povoamento pelos papalvices dos baianos e, posteriormente, a invasão sumária dos bandeirantes paulistas.

Quase o mesmo pode-se dizer de outros assuntos, entretanto, faz-se necessário agora dar curso diferenciado a narrativa costumeira sobre os caminhos do sertão.

Por volta de 1572, quando Dom Francisco de Sousa acreditava que o melhor caminho para se chegar à serra Sabarabuçu seria ter como ponto de partida os campos do *Planalto de Piratininga*, hoje a metrópole paulista, da *Capitania de São Vicente de Piratininga*. Por isso mesmo foi organizada uma *entrada* sob o comando do leigo bandeirante André de Leão para seguir em busca desta famigerada serra.

CURIOSIDADE: Sabarabuçu – ant. **Tabará-boçu**, que significa pedra reluzente grande, ou cristal grande, que também se entende como serra resplandecente, lugar lendário entre os colonos do primeiro século da conquista. Eis o que, a respeito, nos diz o historiador Gândavo. "A esta capitania de Porto Seguro chegaram certos índios do sertão a dar novas de umas pedras verdes, que havia numa serra muitas léguas pela terra dentro e traziam algumas delas por amostras, as quais eram esmeraldas, mas não de muito preço, e os mesmos

Índios diziam que daquelas havia muitas e que esta serra era mui formosa e resplandecente..." Esta serra resplandecente que o gentio em sua língua chamava **Itaberabuçu**, transformada com corrupção em **Taberabuçu** e mais geralmente em **Sabarabuçu**, vai ser, por todo o século seguinte, o alvo das mais arrojadas expedições sertanejas. (**Vocabulário Geográfico Brasileiro** – Teodoro Sampaio. Página 310).

Durante os estudos realizados pelo ilustre historiador ORVILLE DERBY, interpretando o difícil roteiro deixado pelo holandês *Wilhem Joost ten Glymmer*, participante dessa *entrada*, foi localizado nas pesquisas o caminho que iniciava pelo vale do rio Paraíba, passando pelo alto da serra da Mantiqueira, depois pela extensa bacia do Rio das Mortes, em especial no Porto Real de Tomé Portes Del-Rei, e, finalmente, às cabeceiras do rio São Francisco, na serra da Canastra. Essa *entrada* foi ocorrida nos anos de 1601/2 e deixava marcado o traço principal do caminho "... já existente pelos quais se comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos de uma mesma tribo..."¹ e que seria, algumas décadas depois, seguido pelo Coronel Figueira na *bandeira* de Fernão Dias Paes. São muitas e variadas as evidências que dão rumo certo aos roteiros apresentados.

(1) **Roteiro das Primeiras Bandeiras Paulistas** – Orville Derby – Revista do Instituto Histórico de São Paulo. Volume IV. São Paulo – 1899, página 343.

Ainda assim essa *entrada* não obteve nenhum sucesso.

Embora adentrando os caminhos dos sertões, pensavam eles ter alcançado a misteriosa serra do Sabarabuçu, o que não aconteceu. Entretanto, com o sentimento de solidariedade ao grupo que carece de ânimo pela derrota, *Glymmer* relata assim as cau-

sas desprimorosas do insucesso: "... *demo-nos pressa em arrepiar carreira, de medo desses bárbaros e por nos escassearem os víveres, ficando por explorar o metal por cuja causa havíamos sido mandados...*"²

(2) **Na Capitania de São Vicente**. Washington Luís. Livraria Martins Editora. São Paulo. 1956

Cabe advertir que, a conquista do sertão norte-mineiro consolidou-se com a presença de Fernão Dias Paes. Seria talvez excessivo presumir que somente a Fernão é que foram atribuídas todas as vantagens desta conquista sertaneja. No sertão remoto, o risco perene das sezões - febre palustre e malária - era uma constante, e Fernão Dias pagou muito caro tamanha ousadia. Vejamos a seguir.



Índio Botocudo



Negro e negra numa fazenda

Capítulo 7

Fernão Dias Paes e as pedras verdes dos seus sonhos – Matias Cardoso de Almeida e o Coronel Antônio Gonçalves Figueira abandonam Fernão Dias na região do Paraopeba – Onde teria morrido o grande bandeirante paulista Fernão Dias? – Fernão Dias, em Esmeraldas, ordena que o seu filho seja enforcado. Morre Fernão Dias Paes na barra do rio das Velhas, em Guaicuf. A misteriosa lagoa do Vupabuçu, em Itacambira, descrita por Dom João Antônio Pimenta, primeiro Bispo de Montes Claros.

Pois bem, de posse da Carta Patente expedida em 20 de outubro de 1672, põe-se a caminho, no dia 21 de julho de 1674, Dom Fernão Dias Paes com a sua *bandeira*, da *Capitania de São Vicente do Piratininga* para a mata bruta do imenso sertão mineiro, como logo a mataria o malsinava.

Desta mataria são troncos gigantescos que marcavam as picadas por aonde os silvícolas andavam; são os buritis com os seus leques abertos num aceno de puro desespero; são os cipós retorcidos, são galhos secos e gravetos espinhentos por todos os lugares e lados, além dos parasitas horripilantes que transformam todo isso num *inferno verde*. O interessante é

que Matias Cardoso de Almeida precedeu Fernão Dias Pais, Governador das Esmeraldas, a fim de fazer plantações e iniciar criações destinadas ao sustento e alimentação da expedição comandada pelo mais notável dos bandeirantes paulistas de todos os tempos...¹

(1) *A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais* – Miguel Costa Filho. Pág. 37.

Dessa *bandeira* faziam parte outros paulistas: o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida que era sucessor imediato de Dom Fernão Dias Paes; Manuel de Borba Gato e o ardor dos

neófitos Garcia Rodrigues e José Dias Paes e uns outros tantos além do Coronel Antônio Gonçalves Figueira, *jovem desabusado* que iria encetar o rumo da história primitiva de *Montes Claros de Formigas*.

Era preciso descobrir as esmeraldas!...

Tal ocorrência motivou a vinda dos paulistas ao sertão de *Rodelas*, da *Ressaca* e do *Tingui*, na Bahia e também em todo Norte de Minas Gerais. Sabiam eles das dificuldades que iriam enfrentar por quase todo esse tempo.

... A esperança de novos descobrimentos fortaleceu-se com os primeiros e raros indícios, e vários decretos de 1670 a 1694 davam grandes promessas aos descobridores, a títulos de nobreza e uma das três ordens de cavalaria, afora outras vantagens...²

(2) História do Brasil – João Ribeiro

Explica-se dessa forma que o bandeirismo ofensivo iniciou-se nos campos do *Planalto de Piratininga*, nas décadas iniciais do seiscentismo e trilhando em primeiro lugar as capoeiras marginais do alto rio São Francisco. O insigne historiador paulista, FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO, no seu alumiado *Dicionário de Bandeiras e Sertanistas do Brasil*, assevera que o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Siqueira rumou pelos ásperos sertões, buscando o rio das Velhas e que faleceu em lugar ignorado no ano de 1695. Diz ainda o historiador e professor mineiro Doutor BASÍLIO DE MAGALHÃES que o mesmo Bartolomeu Bueno da Siqueira procurava os sertões de Pitangui de onde, algum tempo depois, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira abriu caminho de sua fazenda dos *Montes Claros* para lá com o intuito de vender o gado para as minas daquela região.

Assim, foram meses de caminhada por estreitos trilhos e sinuosas veredas com as suas ladeiras íngremes e, também, pelos descampados dos grandes cerrados por onde o perigo era sempre constante, isso sem falar da presença dos silvícolas e das incômodas doenças – febre palustre e outras — que tanto apavoravam os bravos expedicionários. Em suma, dos feitos menos discutíveis e de proporções econômicas das mais rentáveis foi sem dúvida o relevante serviço prestado ao sofrido homem do campo, em constituir, de uma só vez, um sertão povoado em criações. Assim, a esperança fincava setas nos sertões dos *Montes Claros de Formigas*, anunciando o nascedouro da vila de Nossa Senhora da Conceição e São José.

Mas, sertanejar era preciso...

Ora, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira chegou para o sertão dos *Montes Claros de Formigas*, pela primeira vez, já no fim do ano de 1674, como participante da caravana de Dom Fernão Dias Paes. Com o relativo fracasso desta caravana, pois faltavam mantimentos e recursos bélicos - pólvora, arco e flechas - para que pudesse enfrentar os perigos da mata, o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida e o seu fiel companheiro, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira, "... deixaram Fernão Dias [Paes] nas margens do Paraopeba e através do Sertão, onde passaram sofrimentos inúmeros, chegaram a S. Paulo, dois anos depois..."³ Também o Padre Antônio Filgueiras abandonou a expedição neste mesmo tempo e lugar, seguindo destino à comarca de *Santo Antônio de Jacobina*, no setentrão baiano. Com isso, acreditamos, naturalmente, que a sesmaria dos *currais dos Filgueiras* fora doada nesta mesma ocasião ao Padre Antônio Filgueiras.

(3) *Monografia Histórica de Montes Claros*. Urbino Viana. Página 35.

Segundo o historiador PAULO SETÚBAL, a conversa do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida com Dom Fernão Dias Paes se passou como se segue abaixo:

Matias Cardoso fixou o Governador nos olhos. O sertanista irradiava ares bravios. Havia nos seus modos, firme decisão.

— D. Fernão! Tenho a vos falar assunto grave.

— Que há, meu amigo?

— Eu vou deixar a bandeira, D. Fernão. Retiro-me com os homens que me restam

— Vós, Matias Cardoso?

— Eu, D. Fernão! Que quereis? Já não tenho fé. Esmeralda é coisa que não há. Os trabalhos, bem sabeis, têm sido cruéis. As canseiras muitas. Para quê? Só para D. Rodrigo de Castel Blanco aparecer aí, enfeitar-se com os nossos trabalhos, tirar para si glórias e mercês...

— Estais louco!

— Não estou louco, D. Fernão; não! Vereis ainda o fim disto. Mas não é isso o principal. O ponto é outro: os meus homens morreram quase todos. Só me ficaram aí uns tantos arcos dos mais finos que botei na entrada. Eu desanimei. Não continuo mais na aventura.

Tempos depois, o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, ainda em companhia de Coronel Antônio Gonçalves Figueira, declarava, no início do ano de 1688, que: "... depois de assistir seis anos com o dito Governador se retirou com licença sua a livrar a vida do período em que se achava gravemente enfermo...".⁴ Assim, o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida omitia, propositadamente, a questão da falta de investimentos da fracassada expedição e dava uma quinada para escapar de sua decisão.

(4) **História do Brasil**. Pedro Calmon, página 782, volume III.

Mesmo tendo mostrado uma larga experiência e muita determinação no comando de seus pares, o fato é que a malograda expedição de Dom Fernão Dias Paes se desfez em fragmentos desorientados. O fim era uma questão de tempo.

Apesar de seus méritos de estrategista, como prova de que as tendências coletivas sempre acabam por sobrepujar as individuais, não deteve Dom Fernão Dias Paes de continuar em sua companhia o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira, o Padre Antônio Filgueiras e tantos outros que sonhavam um dia com a tal riqueza, *mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho*.

É claro que o destemido *Governador das Esmeraldas*, Dom Fernão Dias Paes, não se entregava facilmente à sorte da sofrida desgraça de então. Passou, entretanto, a meditar um meio de esquivar-se daquela situação em que se achava embetessado. Finalmente chegam os recursos solicitados por ele, os que foram mandados por sua dedicada esposa, Dona Maria Garcia Rodrigues Betim. Não foi suficiente o ânimo vindo de terras distantes e o desconsolo da *bandeira* era quase total e um tanto repugnante.

Com efeito, a expedição de Dom Fernão Dias Paes achava-se no sertão mineiro há cerca de oito anos. Então, e só então, é que

Fernão Dias, no delírio, ergue-se com ímpeto: salta! Mas o esforço é demasiado. O velho cai. Cai de borco no chão, pesadamente. Cai com a sacola das esmeraldas. Está agarrado a elas com fúria, freneticamente, como se quisesse afincá-las dentro do coração! - Morto!...⁵

(5) **A Bandeira de Fernão Dias**. Paulo Setúbal. 1971.

... dia virá, devastador de sertões, em que o Brasil gritará alto a tua glória! Dia virá, homem de ferro, em que

as gerações sentirão, nítido, a epopéia da tua jornada! Dia virá em que os homens compreenderão, em toda a sua grandeza, a formidável obra de desbravamento que realizaste! Foste tu, bandeirante intrépido, que rompes-te os matos, que atolaste a terra, que venceste os morros, que vadeaste as águas, que abriste picadas, que levantaste acampamentos no ermo, que ergueste cidades: foste tu, paulista de raça, foste tu que subjugaste o sertão! Pouco importa que as tuas pedras não fossem verdadeiras. Sim, tu não descobriste as esmeraldas: tu fizestes mais, Fernão Dias Paes Leme: tu descobriste o Brasil" (**A Bandeira de Fernão Dias** - Paulo Setúbal, Edição Saraiva. Coleção Jabuti. 1971).

SEPVLTURA DE FERNÃO DIAS PAES LEME GOVERNADOR DAS ESMERALDAS NASCIDO em 1608 e FALLECIDO em 1681 e DE SUA MULHER MARIA GARCIA BETIM FALLECIDA em 1691. GRANDES BEMFEITORES DESTA ABBADIA PARA ESTE JAZIGO LHES TRASLADOV OS RESTOS MORTAES. A GRATIDÃO BENEDICTINA. AGOSTO 1922. (EPITÁFIO DO TÚMULO DE FERNÃO DIAS PAES NO INTERIOR DA IGREJA DE SÃO BENTO).

Mais tarde, contrariando o pensamento do admirável mestre SIMEÃO RIBEIRO PIRES, nós encontramos em JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES esta notícia sobre a morte de Dom Fernão Dias Paes, e a transcrevemos para cá como se segue: "... [Fernão Dias] morreria de febre, no Sumidouro, perto de Sabará, na região onde duzentos e poucos anos depois se ergueria Belo Horizonte..."⁶

(6) **História de Minas Gerais**. João Camilo Oliveira Torres. Pág. 116.

Nenhuma temeridade haveria, portanto, de esclarecermos o que diz Doutor SIMEÃO RIBEIRO PIRES: "...ora, o rio das Velhas já

era conhecido antes de Fernão Dias, e junto ao mesmo, certamente na região [da Barra] de Guaicuí, veio a falecer o intrépido bandeirante..."⁷ Os debates da demarcação exata, onde teria sido sepultado o corpo de Fernão Dias Paes, deixaram de ser inanes. As margens do rio das Velhas na sua desembocadura com o rio São Francisco, ou na Barra do Guaicuí,⁸ passam a ser lindeiro a capela da Barra, toda construída com pedras, sob a invocação do Senhor do Matozinhos, ainda existente naquele local. Há, aqui, duas observações a fazer: esta igreja foi construída "... numa planície sobre a confluência do rio, que lhe dá o nome, e o danifica com suas cheias..."⁹ e a utilização de pedras na sua construção, se neste local não havia fartura de pedras, somente se fez pelo fato de erguê-la em local inadequado para tanto.

(7) **Raízes de Minas**. Simeão Ribeiro Pires. Página 80. Nesta região de Guaicuí, que se chamava Barra do Rio das Velhas, existe uma Igreja de Pedra que, segundo a lenda, o bandeirante Fernão Dias Paes poderia ter sido enterrado ali. "... Integra-se à arquitetura dessa Igreja de Pedra, em Barra do Guaicuí, uma árvore que exprime o desafio da vida..." (Revista Rotária. Rotary Club de Pirapora-Praia - Pirapora, Minas Gerais).

(8) Barra do Guaicuí - fundada em 1679, por Manuel da Borba Gato, componente da bandeira de Fernão Dias Paes. Em 1893, registra Álvaro da Silveira no seu livro **Geografia do Estado de Minas Gerais** que a Barra do Guaicuí foi estudada para ser a capital do Estado, o que aconteceu com a vila de Curral d'El Rey.

(9) **Corografia Brasileira** - Aires de Casal - fac-simile da edição de 1817, página 398. Rio de Janeiro - 1948.

Concluimos que a disposição de construir a *Capela do Senhor do Matozinhos*, distante meia légua do arraial de Porteiros, no lugar onde, provavelmente foi sepultado o bandeirante Fernão Dias Paes, ocorreu no seio da população em

vista do sucesso de sua empreitada com o *Caçador de Esmeraldas*. Por isso mesmo era preciso santificar a gloriosa *alma* de Fernão Dias Paes.

O erudito historiador SALOMÃO DE VASCONCELOS nos diz que

... depois de [Fernão Dias Paes] morto, ainda o perseguiram as calamidades, tendo padecido naufrágio no rio das Velhas e sendo o corpo encontrado muito dias depois, a diligência do filho, Garcia Rodrigues...

Foi, portanto, na Barra do Guaicuí o lugar onde teriam sepultado os restos mortais do grande bandeirante Fernão Dias Paes. A data daquela construção de pedras onde ergueria a exuberante capela dedicada ao *Senhor de Matozinhos*, na barra do rio das Velhas, é posterior à morte do bandeirante, por isso mesmo acreditamos que a sua construção, naquele lugar específico, se deu em função de preservar ali a sua memória.

"Mas num desvão da mata, uma tarde, ao sol posto. Pára. Um frio livor se lhe espalha no rosto... É a febre! O Vencedor não passará dali! Na terra que venceu há de cair vencido: É a febre: é a morte! E o herói, trôpego e envelhecido, Roto, e sem forças, cai junto do Guaicuí..."

(Do livro de poesias *O Caçador de Esmeraldas, Episódio da Epopéia Sertanista no XVII Século* – Olavo Bilac).

Já à primeira vista e no rigor da documentação, com efeito, diz aqui o atribiliário Dom Rodrigo de Castelo Branco, em documento de oito de outubro de 1681 a seguinte nota: "... *certifico em como ao Arraial de Paraopeba me chegou Garcia Rodrigues, filho legítimo do Governador Fernão Dias Paes, já defunto, e me trouxe a manifestar umas Pedras Verdes transparentes, dizendo ser esmeraldas e que o dito seu pai havia falecido longas jorna-*

das antes deste Arraial..."¹⁰ Ironicamente dizia Dom Rodrigo Castelo Branco: "...*nada más que unas pedritas berves...*"¹¹ Mas, essa observação de Dom Rodrigo não teve a aprovação de Borba Gato que, pouco tempo depois, mandou um seu criado assassiná-lo nas imediações da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.

(10) Documento firmado por Dom Rodrigo de Castelo Branco em 8 de outubro de 1681.

(11) ALMEIDA, Lúcia Machado de – *Passeio a Sabará* – Livraria Martins e Editora, 2ª edição, São Paulo, página 14.

Sobre o *Governador das Esmeraldas* concluímos, no entanto, o que diz SIMEÃO RIBEIRO PIRES: "... *certamente em setembro de 1681, nas margens do rio das Velhas, falece de febre, Fernão Dias Paes, juntamente com cerca de trinta escravos...*"¹²

(12) *Serra Geral, diamantes, garimpeiros e escravos*. Simeão Ribeiro Pires. Página 104.

Naturalmente que dessa maneira também entendemos.

Nesse caso, muitos serão os pontos que mereceriam apresentar em evidência clara, pois isso permitiria estabelecer da melhor forma as respostas para as dúvidas de que agora nos preocupam.

As pedras verdes que estavam sendo entregues por Garcia Rodrigues para Dom Rodrigo de Castelo Branco foram encontradas por Fernão Dias Paes na misteriosa lagoa do *Vupabuçu*, em Itacambira, como afirma DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, o primeiro Bispo da Diocese de Montes Claros, em carta dirigida ao eminente historiador DIOGO DE VASCONCELOS, no ano de 1926.

Como se lê, DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, escreveu que

... o local da mina de supostas esmeraldas descobertas por Antônio Dias Adorno ou, talvez, por Sebastião Fernandes Tourinho, reconhecida e descrita por Marcos de Azeredo Coutinho e novamente descoberta, depois de perdida por muitos anos, no deserto pelo super-homem Fernão Dias Paes, depois de heróicos sacrifícios...

Ainda conclui que

... de tudo quanto devo dito, ressalta com brilhos mais reais e mais intensos que os da serra Resplandecentes, com brilhos de indubitável certeza e evidência, que a Vargem Grande é o local antigamente ocupado pela lagoa Vupabuçu...

NOTA: Teodoro Sampaio explica que os nomes Upabuçu, Vupabuçu, Vupabussu querem dizer o mesmo que "lagoa grande". Era também esta lagoa grande conhecida, na lenda brasileira, pelo nome de "Lagoa Encantada".

É de se notar, outrossim, na afirmação do atrabiliário Dom Rodrigo de Castelo Branco que o intrépido bandeirante e futuro "... governador das esmeraldas...", teria morrido quando de sua "... volta ao Sumidouro, no Rio das Velhas, desamparado e sem confissão, entre 27 de março a 26 de junho de 1681...".¹³

(13) **História do Brasil.** Pedro Calmon, página 780. Volume III. Simeão Ribeiro Pires diz que o óbito de Fernão Dias Paes ocorreu em setembro de 1681.

Pois, é preciso deixar bem claro que, saindo da região montanhosa, da encantada lagoa do Vupabuçu, atravessando uma mata fechada, onde é hoje a região de *Juramento*, lugar em

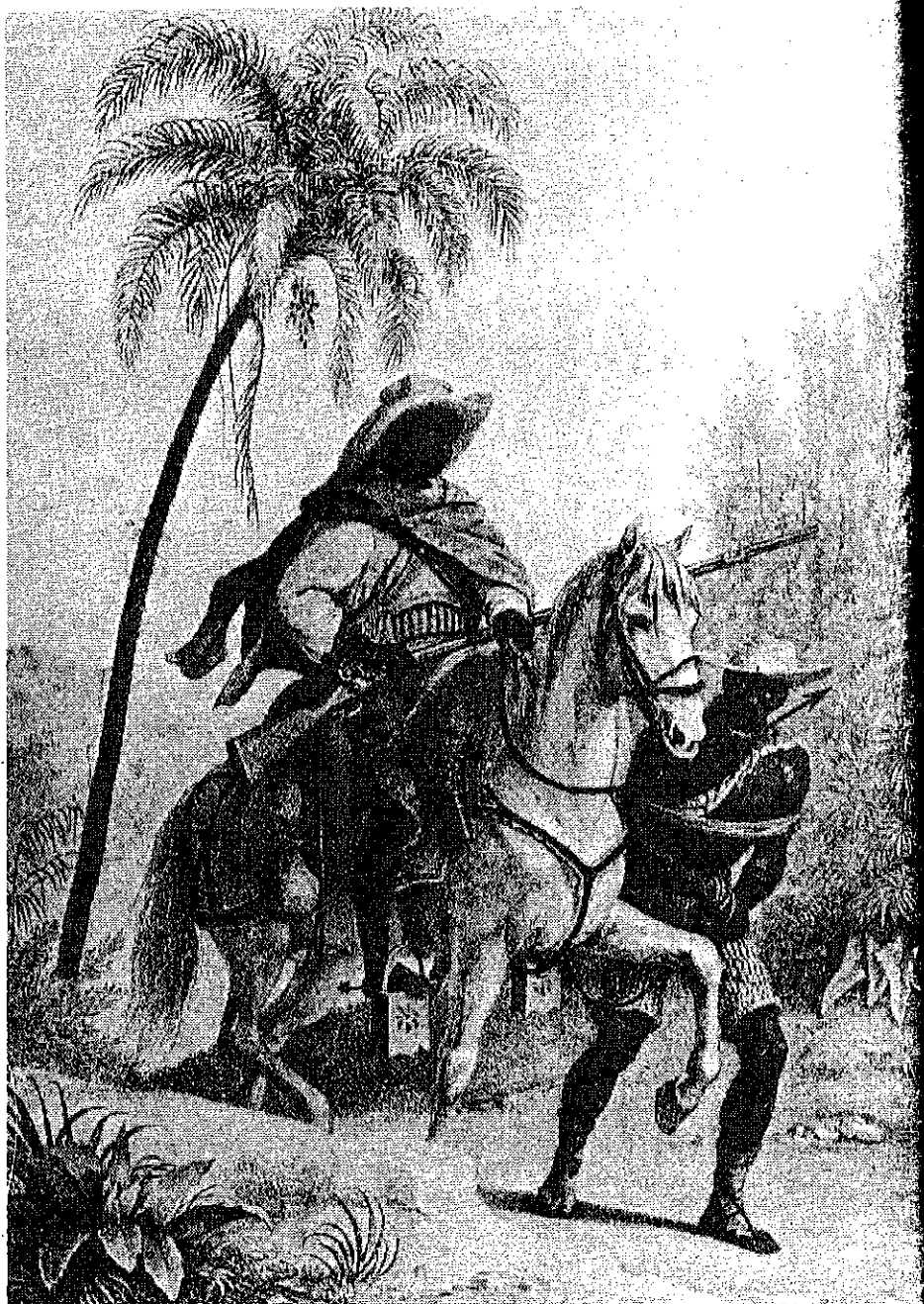
que se acredita ter feito o juramento para castigar quem ousasse se rebelar contra a expedição com destino à *Barra do Guaicuí*, o velho Dom Fernão Dias Paes já se encontrava muito adoentado não tendo, portanto, condições sequer de seguir viagem pela selva bruta até a região da *Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará* (perto do Sumidouro).

NOTA: Em Esmeraldas, município próximo a Belo Horizonte, enquanto descansava às margens de um rio, José Dias Paes, filho de Fernão Dias reclamou novamente do sistema. Para manter a sua palavra, ali mesmo o próprio filho foi morto. (**Essência da Filosofia do Direito.** Waldir de Pinho Veloso. No prelo).

"Numa rebelião [Fernão Dias Paes] deu um duro exemplo de enforcar na primeira árvore um seu filho natural que surpreendera entre os rebeldes. Com este castigo, a que a sua rudeza emprestava estranha autoridade todos voltaram à obediência..." (**História do Brasil** – João Ribeiro, Livraria Francisco Alves, página 234).

Embora o duro exemplo já tivesse sido patente aos outros membros do grupo, onde Fernão Dias Paes teria "... decretado a morte do próprio filho [José Dias Paes], quando este quis se amotinar..."¹⁴ contra a expedição, sabemos que em certa distância de Itacambira, fora necessário uma parada para que os expedicionários viessem prometer, solenemente, fidelidade ao Governador das Esmeraldas. É discutível, mas há muitas versões a este respeito, que este juramento teria ocorrido no lugar onde é hoje o distrito de Juramento e que, logo depois, ali seria parte dos currais de Antônio Gonçalves Figueira.

(14) **O Vale dos Boqueirões, História do Vale do Jequitinhonha** – Luís Santiago. Volume I, página 225.



Capitão-do-Mato

Capítulo 8

Antônio Gonçalves Figueira: um covarde ou um deserdado? – O Coronel Antônio Gonçalves Figueira na região do Sumidouro – Quilombo de Palmares é destruído por Domingos Jorge Velho – Antônio Gonçalves Figueira e o Coronel João Amaro Maciel Parente no Nordeste – Sesmaria de oitenta léguas doada ao mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida.

Logo após este pequeno retrospecto histórico sobre o bandeirismo paulista, nos defrontamos, de novo, com a narrativa sobre o Coronel Antônio Gonçalves Figueira que, por ter desamparado a *bandeira* de Dom Fernão Dias Paes, nestas circunstâncias, indagamos a nós mesmo se ele seria considerado um homem covarde ou um deserdado da sorte.

Claro que não seria considerado um deserdado da sorte e nem um pusilânime convicto, haja vista que ele era um fiel escudeiro de Matias Cardoso de Almeida e não de Dom Fernão Dias Paes, razão pela qual acompanhou os passos de Matias Cardoso de Almeida. Além do mais, ainda havia entre Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira os laços de parentesco, pois o primeiro era casado com a irmã, Dona Inês Gonçalves. Obviamente que o próprio Coronel Figueira gostaria de ter continuado neste inóspito sertão adentro, na companhia dos *bandeirantes*. Entretanto, o que mais lhe fascinava era a criação de gado e não a busca incessante das maravilhosas pedras verdes. Por isso mesmo ele foi ser senhor de escravos, dono de numerosos rebanhos e de pastagens a sumir de vistas.

Entre os anos de 1688 a 1689, é certo que o Coronel Figueira encontrava-se no *Sumidouro*, em busca do *Planalto de Piratininga*. Enquanto isso, o mestre-de-campo Mathias Cardoso de Almeida, já no *Planalto de Piratininga*, em companhia do empedernido Domingos Jorge Velho, elaborava os planos para

duas novas expedições ao sertão: uma que deveria pacificar os índios no Nordeste açucareiro e a outra que viesse a destruir o Quilombo de Palmares, na província das Alagoas.

Então, a propósito desta questão, por aonde teria andado o Coronel Antônio Gonçalves Figueira neste ano de 1690?

Em princípio, se não é tão verdadeiro dizer-se que seguiu para a sua terra natal, suponhamos que ele estivesse, de certo modo, nos campos do Planalto de Piratininga, da Capitania de São Vicente de Piratininga. Como de fato, ali estava ele.

A isso cumpre acrescentar que ao tomar conhecimento dos preparativos dessas expedições que seriam comandadas por João Amaro, Matias Cardoso e Domingos Jorge Velho, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira se apresenta para fazer parte de uma dessas novas missões...

... Enquanto Domingos Jorge Velho seguia para o Norte do Brasil por via marítima, tomou Matias Cardoso o caminho do sertão de São Francisco em meados de 1690, servindo-se para etapas, dos pousos fundados por Fernão Dias e mais além pelos de Guedes de Brito... (A Capitania de Minas Gerais – Augusto de Lima Júnior. Página 51).

Sobre isso mesmo, é evidente que o Coronel Figueira teria aguardado ansioso uma nova oportunidade para voltar ao sertão das minas gerais. Pois, dele eram as mesmas ânsias e os mesmos modos inquietos de um visionário febril e afoito. Passara-se algum tempo quando, mais que de repente, "... os homens ousados largavam os verdes campos de Piratininga e entravam pelo Embaú, atravessando rios..."¹ à procura do médio São Francis-

(1) **História de Minas Gerais.** João Camilo Oliveira Torres. Pág. 117.

co. Isto ocorreu "... em 1691, [quando] parte João Amaro de São Paulo à frente de mais 600 homens. O Alferes Antônio Gonçalves Figueira é o guia da tropa..."² Enquanto isso ocorria na Capitania de São Vicente de Piratininga, o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida já aguardava, no recém-criado arraial de Baixo, a chegada desta caravana, que estava sob o comando do "...Coronel João Amaro, e viera por outra rota..."³

(2) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes de Paula. Página 5.

(3) **História e Desenvolvimento de Montes Claros** – Henrique de Oliva Brasil. Página 23.

Esse encontro se deu no ano de 1692, nas margens do rio São Francisco. Dali por diante, o comando da expedição passou a ser do Coronel João Amaro Maciel Parente, porque ele conhecia de cor e salteado os caminhos e os atalhos que deveriam ser percorridos pelos expedicionários até o Nordeste açucareiro.

João Amaro Maciel Parente era filho do mestre-de-campo Estêvão Ribeiro Baião Parente e de Dona Maria Antunes, tendo ele acompanhado o seu pai no cargo de *governador das armas*, na conquista do sertão baiano.

NOTA: Estêvão Ribeiro Baião Parente foi chamado à Bahia pelo Governador Alexandre de Sousa Freire (1671) para receber a patente de Capitão-mor e Governador da Conquista. Atacou e exterminou os jê da serra do Orobó à do Sincorá. Em recompensa, foi nomeado Capitão-mor da vila de Santo Antônio da Conquista (antiga aldeia dos cochos), depois chamada Vila de João Amaro por causa de João Amaro Maciel Parente.

Enquanto isso, o Padre Antônio Filgueiras já se juntava novamente com o mestre-de-campo Matias Cardoso, por volta de

1690. Note bem, caríssimo leitor, que esta data é anterior à da saída da caravana do Coronel João Amaro, da *Capitania de São Vicente de Piratininga*, para a *Capitania das Serras das Minas Gerais*, isso em torno de quase um ano.

Poderíamos deter-nos por aqui a nossa fala sobre os *currais dos Filgueiras*, pois não ensejam mais dúvidas quanto aos benefícios que foram direcionados às outras fazendas do sertão baiano e das do sertão do *Tingui Pernambucano*⁴ da serra do Ramalho até à fazenda dos *Montes Claros*, na região do rio Verde Grande.

(4) O Sertão do Tingui fica localizado na parte sul do Sertão de Rodelas (Bahia), abrangendo toda a região de Carinhanha e Serra do Ramalho. Tingui (ty-gui), abusto da família das leguminosas, que lançada à água doce tem a propriedade de matar o peixe. Também o seu sumo foi muito utilizado para a obtenção de sabão em bola.

Saindo de *Tranqueira* rumo às barrancas do rio São Francisco “... lá vai o tropeiro, com suas alpercatas de romper léguas. Lá vai ele varando distância. No chão e no tempo...”⁵ não obstante afirmar SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA que nas longas jornadas, os bandeirantes e cabos de tropa andassem freqüentemente descalços. Nesse sentido, do caminho para o São Francisco somente os *currais dos Filgueiras* apresentavam *pousos* aos tropeiros viandantes. É certo que foi apenas uma questão de tempo e logo depois a imensa região da vila de Palmas de Monte Alto e da vila do Príncipe de Santana de Caetitê se encontravam totalmente afazendada.

(5) **Na Venda de Meu Pai**. Luís de Paula Ferreira. Página 101.

A saudosa historiadora HELENA LIMA SANTOS registrou, com lhanza, no seu livro: “*Caetitê pequenina e ilustre*” que

... às Bandeiras Paulistas se deve a colonização da região, tendo elas chegado com a expedição de Matias Cardoso de Almeida, que vindo por terra, em 1690, obteve para si e mais 18⁶ companheiros, uma sesmaria de 80 léguas de terras nas cabeceiras do rio das Rãs, com a obrigação de colonizá-la no prazo de cinco anos. Destes companheiros, ficou conhecido na região, o **Padre Antônio Filgueiras**, que se estabeleceu na bacia dos rios Camaíba de Dentro e Camaíba de Fora, afluentes do rio das Rãs, os currais dos Filgueiras, como eram conhecidos nos roteiros...

(6) Enquanto a saudosa escritora e professora Helena Lima Santos registrava em seu livro “*Caetitê pequenina e ilustre*”, na página 17, “**para si e mais 18 companheiros**”, o historiador Urbino Viana, na página 73 do seu livro “*Bandeiras e Sertanistas Baianos*”, traz “**para si e mais 19 companheiros**”. Ainda assim o nome de Antônio Gonçalves Figueira não aparece na lista elaborada por Urbino Viana, até porque o Coronel Figueira já se encontrava na sua fazenda **Brejo Grande**, na margem do rio Vacaria (Grão-Mogol), no momento de distribuir as datas concedidas. Observa-se, entretanto, que o cônego Nilton Caetano de Angelis nos informa “**para Matias Cardoso de Almeida, Antônio Gonçalves Figueira e mais 19 companheiros**”. Por outro lado, Felisbela Freire diz que “**foram 20 os companheiros de Matias Cardoso [de Almeida] que obtiveram a sesmaria**”. Deduzimos que a falta notada era mesmo a do Coronel Antônio Gonçalves Figueira.

assinalados por ANDRÉ JOÃO ANTONIL no seu livro “*Cultura e Opulência do Brasil por suas e Minas e Drogas*”, escrito no ano de 1711. A palavra *drogas*, aqui empregado por ANTONIL tem o significado de *lavoura*, ou as plantações de grãos - arroz, milho e feijão - nas roças.

NOTA: O nome **Tranqueira** vem significar a “... estanca para cercar ou fortificar; trincheira; porteira; tapume ou coivara velha no meio da mata...” (**Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**, de Francisco da Silveira Bueno).



CAMPOS NAS MARGENS DO RIO DAS VELHAS
(Província de Minas Gerais)

Capítulo 9

Quarta digressão – As sesmarias de Matias Cardoso de Almeida – Alvará de 12 de abril de 1707 – Fazenda dos Montes Claros – O Alferes José Lopes de Carvalho – Antônio Gonçalves Figueira mais uma vez no Norte de Minas – Fundação da fazenda Brejo Grande – André Gonçalves Figueira – Criação da Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José – O Padre Teotônio Gomes de Azevedo no povoado do Cruzeiro.

Vamos abrir aqui uma nova digressão para podermos explicar melhor esta faixa de terras das oitenta léguas, do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida e a das cento e sessenta léguas do morgado Antônio Guedes de Brito, mesmo que sejam em rápidas pinceladas. Essas oitenta léguas de Matias Cardoso de Almeida eram em quadrado, por isso elas iniciavam nas cabeceiras dos rios Paraguaçu, das Contas e das Rãs, percorria o rio Pardo e o rio Jequitinhonha indo até onde o rio Doce procura o mar. Pela parte oeste, abrangia esta sesmaria às cabeceiras do rio Verde e, no rumo ao norte, ela seguia margeando o rio São Francisco para o seu ponto de partida.

A importância maior para nós, neste caso, é a posição da fazenda *Olhos d'Água* - no município de Bocaiúva - que pertencia ao Coronel Antônio Gonçalves Figueira, sendo a mais extrema, ao sudoeste da sesmaria de Matias Cardoso de Almeida, em relação às outras fazendas dos seus outros companheiros.

Para a formação desta breve resenha histórica é preciso deixar consignado aqui alguns dados da dominação dos bandeirantes paulistas nesta região e, sob o ponto de vista da lógica, da sesmaria de Matias Cardoso de Almeida que continha, certamente, oitenta léguas de terras. Disso não há dúvida. Entretanto, devido a confusão que existe entre os *currais dos Filgueiras*

com os currais de Figueira, podemos avaliar que os primeiros desses currais de gado se localizam na província da Bahia e os outros – *Montes Claros e Jaíba* – que tinham os seus limites nas nascentes do rio Verde Grande próximo à fazenda *Olhos d'Água*, no *Curato do Senhor do Bonfim de Macaúbas*, hoje a aprazível cidade de Bocaiúva.

E assim, em tais conjeturas, FELISBELO FREIRE cita em sua obra ***História Territorial do Brasil***, as ditas *80 léguas em quadrado*. Em se tratando de uma área em quadrado, justifica, então, que as terras recebidas por Matias Cardoso de Almeida fossem até a bacia do rio Doce, como também a fazenda *Brejo Grande*, de Antônio Gonçalves Figueira, nas margens brejosas do Vaca-ria, afluente do rio Jequitinhonha, ficasse, também, incluída dentro dessa imensa faixa de terra.

Verificado a quase exatidão da distância da sesmaria de Matias Cardoso de Almeida, podemos, no entanto, dizer que esta faixa de terra era, na sua maior parte, localizada entre o rio São Francisco e o rio Verde Grande e, daí, até as margens do rio das Rãs, com a mesma projeção em direção às cabeceiras do rio das Contas, rio Paraguaçu, rio Pardo, rio Jequitinhonha e a curva alongada do rio Doce, como já assinalamos no início deste capítulo.

Portanto, em linha reta poderemos visualizar que as oitenta léguas poder-se-iam iniciar desde as nascentes do rio das Rãs até as cabeceiras do rio Verde Grande, em Bocaiúva. Imaginemos, então, uma distância de 480 quilômetros do sertão baiano rumo aos cerrados do Norte de Minas Gerais.

Ora, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira foi, depois, se alojar nas margens do rio Verde Grande, exatamente em suas nascentes, donde fundara a fazenda *Olhos D'água*.

É bem compreensível que em seguida, por alvará de 12 de abril

de 1707, o Coronel Figueira solicitou e obteve para si “... uma sesmaria de légua e meia de largo por três de comprimento...”¹ A sesmaria do coronel Antônio Gonçalves Figueira ficava nas vertentes do rio Verde e do Pacuí, nas terras dos campos tanatinga, onde ele fundou a fazenda *dos Montes Claros*. Na verdade, a localização exata da fazenda *dos Montes Claros* era as margens do rio Vieira.

(1) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes de Paula.

Pois bem, não obstante as informações do renomado historiador, doutor FELISBELO FREIRE, na sua obra ***História Territorial do Brasil***, neste mesmo alvará de 12 de abril de 1707, também foram concedidos outras três sesmarias: uma para o Capitão Pedro Nunes de Siqueira, a que localizava também nas vertentes do rio Verde e do Pacuí e “... onde acabava a dada a Antônio Gonçalves Figueira...”; a outra conferida ao Capitão Manuel Afonso de Siqueira “... de onde acabava a de Miguel Gonçalves, que também serve de ponto de partida para a de João Gonçalves Figueira...” o proprietário da última sesmaria de uma série de três que foram previamente outorgadas aos Figueiras.

Chegando Figueira às margens do rio Verde, vendo a fertilidade das terras, pastagens nativas, onde até o sal gratuito aparecia nas baixadas salobras dos barreiros, sentiu que ali era o sonho dos bandeirantes, mas com a agricultura e principalmente a pecuária, que até hoje é o expoente máximo da economia desta região. Ali ele plantou a Fazenda dos Montes Claros. (**Montes Claros Era Assim...** – Rute Tupinambá Graça. Página 11).

Nessas condições, mais apropriado local não se poderia encontrar para a instalação da futura sede da fazenda *dos Montes Cla-*

ros. "Esta cidade [de Montes Claros] nasceu no rastro dos bandeirantes. O caminheiro Gonçalves Figueira gostou da terra e resolveu parar para cuidar do gado..."² Nesse sentido nem poderia, muito bem, o coronel Figueira dá-se por satisfeito ali na *Passagem das Formigas*, à beira do rio Vieira. E ele não se deu por aliviado não, pois outros aspectos, de interesse coletivos, relativos à introdução do gado, aconteceram e por isso ele ainda iniciou alguns trabalhos na fazenda da *Jaíba*, depois de ter investido parte de suas economias na fazenda *Olhos d'água*, e de criar o primeiro engenho de cana-de-açúcar na sua primitiva fazenda *Brejo Grande*, em Vacaria, distrito de Grão Mogol.

(2) *Janela do Sobrado* – João Vale Maurício. Montes Claros. Pág. 15.

Parece-nos fora de dúvida que a localização da fazenda dos *Montes Claros*, pelo que sabemos, ficava nas vizinhanças do rio Vieira, afluente responsável pelo marulho da torrente do Verde Grande, conforme documentos existentes. Existia ali nos campos das terras tanatingas um local que ficou denominado de *Passagem das Formigas*. Veremos, mais adiante, notícias sobre este assunto.

Sabemos que quando da volta da pacificação dos índios no Nordeste brasileiro, luta que durou um setênio, Antônio Gonçalves Figueira trouxe para si cerca de 700 índios aprisionados. Todos esses *timbira* foram distribuídos em suas propriedades e, aos poucos, muitos deles fugiam, ganhando a liberdade nas verdes matas das vizinhanças.

Esses índios abrigavam-se em aldeias mansuetas.

Acreditamos que a venda das propriedades do Coronel Antônio Gonçalves Figueira foi realizada em decorrência da falta de mão-de-obra para cuidar do gado. Os braços escravos dos negros convergiam para

a região da mineração, por isso era muito caro para ser aplicado nas lavouras e na criação do gado. Na fazenda dos *Montes Claros*, onde ele morava, os seus negócios não apresentavam solidez. Os caminhos do gado lhe proporcionaram rendas que eram usadas apenas no sustento de sua família, pois nunca dava para cobrir algumas despesas das outras propriedades.

Quando se avulomou a população das Gerais, e o comércio cresceu de valor em gêneros alimentícios, em gado principalmente, o Capitão que já tinha aberto um caminho ligando Montes Claros a Tranqueira, encruzilhada do que vinha da Bahia para o S. Francisco, prolongou a linha de Montes Claros ao rio das Velhas, encurtando com esta o itinerário, que ia do Sabará à mesma cidade... (*História Média de Minas Gerais* – Diogo de Vasconcelos, página 55).

Convicto de sua vontade de voltar à *Vila de Todos os Santos*, em São Paulo, terra onde viviam os seus parentes, deixava o Coronel Figueira desanimado e triste. Ele não era mais aquele *jovem desabusado* de quando aqui chegou. Outro motivo deve ser ao certo o sentir da vida, mas que este moço, valente e vigoroso, deveria ter aportado aqui com ódio no coração, isso sim, deveria.

Ao oposto do que sucedeu, quantas decepções não lhe reservava ainda na peregrinação da velhice? Nem mesmo a abertura das estradas e nem os minguados lucros obtidos no comércio de gêneros alimentícios serviram para aquietá-lo nas suas terras da fazenda dos *Montes Claros*.

Com o correr do tempo, as primeiras providências tomadas pelo Coronel Figueira, antes de sua retirada, foi a venda das fazendas *Jaíba*, *Olhos d'Água* e *Boa Vista* para o lhano sertanista Estêvão Pinheiro de Azevedo que, depois de comprar essas propriedades, criou um dos *milhores sítios* da Bahia: o sítio de *Caetité Velho*.

... o nome de Estêvão Pinheiro [de Azevedo] aparece associado aos de pessoas vinculadas ao bandeirante Matias Cardoso de Almeida e outros pioneiros da ocupação do Sudoeste baiano e Norte mineiro... (**Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** – Erivaldo Fagundes Neves).

De modo que a fazenda dos *Montes Claros* ficava sob a administração do seu filho Manuel Ângelo Figueira. É sabido que nesta época estava muito difícil de administrar as terras, que ora apresentavam-se em total abandono, sem nenhum benefício ou investimento. Basta recordar daquela fatura de escravos, o que já não existia mais. Também o rebanho de gado já não apresentava satisfatoriamente os seus desejos. A renda da fazenda dos *Montes Claros*, que se fazia somente na venda de novinhos, agora estava deficitária. A agricultura sempre foi a de subsistência e não havia ali o engenho que pudesse produzir a cachaça ou a rapadura. O desinteresse era total para sua conservação.

A fazenda do *Brejo Grande*, na região do rio *Peixe Bravo*, afluente do Vacaria, há muito que já havia sido vendida para o Coronel Geraldo Domingues. Era ali onde havia o engenho de fabricar açúcar, movido por animais. Tendo em vista que a estrada mais curta para a Bahia passava por lá, houve um período de absoluta fatura de produtos agrícolas e de pequenos objetos manufaturados, os quais eram comercializados entre os tropeiros que faziam o percurso das minas para a região de Tranqueira, na Bahia, e/ou vice-versa.

NOTA: O escritor M. M. de Freitas, que escreveu o romance “**Grão-Mogol, de Portugal a Portugal**”, registrando a chegada dos portugueses Manuel Garção, que se instalou em terras de Grão-Mogol a fazenda Vacaria, e de seu compatriota Joaquim Pimentel, o dono da fazenda Forquilha, também nas margens deste mesmo rio. A história aqui acontece na metade do

século XVIII, destacando o romance proibido de Maria das Dores com Carlos Albano e o sofrimento dos escravos (índios e negros) nas lides das lavouras. Acreditamos que essas propriedades sejam desmembradas da fazenda Brejo Grande à época dos descendentes do Coronel Geraldo Domingues, isso não obstante o registro do autor que diz assim: “... as terras virgens que se estendem bem p’ra lá das serranias de Grão-Mogol, nunca dantes taladas pelos aventureiros dos séculos anteriores à procura das sonhadas pedras verdes e nem pelas bandeiras que desceram das plagas paulistanas à cata de esmeraldas...”.

Devemos reconhecer, ademais, que seria uma grande ingratidão deixar os parentes e os amigos, principalmente os seus “... irmãos e cunhados, os quais se afazendaram aqui no Norte de Minas, adquiriram sesmarias e fizeram grandes fortunas...”³ E realmente foi. A venda repentina da fazenda dos *Montes Claros*, feita pelos herdeiros do Coronel Figueira, como quer que seja, foi acima de tudo um ato de renúncia e abandono, mas que, de certa forma veio acelerar ainda mais o desenvolvimento da região com o início do seu povoamento.

(3) – **Bandeiras e Sertanistas Bahianos** – Urbino Viana. 1935

... Assim, pois, Antônio Gonçalves Figueira, favorecendo o comércio com amplas vias de comunicações, lançou as bases sólidas do nosso município, merecendo, sem favor, o título de fundador da cidade de Montes Claros... (**Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes de Paula).

Com o propósito de amainar a repercussão de sua saída para São Paulo, o Coronel Figueira

... entregou a fazenda para o filho André Gonçalves Figueira, que, posteriormente, fora deportado para An-

gola, por ter participado, ou melhor, chefiado um motim contra a administração pública de Martim Mendonça, por causa das cobranças dos quintos..."⁴

(4) *Montes Claros de Ontem e Hoje*. Yvonne Silveira e Zezé Colares. Página 22

Desde então, a posse da fazenda dos *Montes Claros*, com todo o seu pardieiro, ficou para o Sargento-Mor Manuel Ângelo Figueira, o primogênito do Coronel Figueira.

Depois disso, a fazenda dos *Montes Claros* foi vendida para o Alferes José Lopes de Carvalho, com todos os seus *terres e haveres*, o que, de imediato, foi transferida a sua sede para um lugar bem mais amplo e muito mais bonito. Como se vê, foi cuidadoso o lugar escolhido para a construção da nova sede da fazenda, que passou a ficar bem mais próxima da *Passagem das Formigas*.

Diz, com muita propriedade, o ilustríssimo historiador mineiro BERNARDO JOAQUIM DA SILVA GUIMARÃES que

... as vivendas dos fazendeiros são comumente construções toscas e singelas, ainda que cômodas e vastas, Mas em compensação a situação delas é quase sempre aprazível e pitoresca, ao pé de algum suave lançante, ouvindo o marulho da torrente, que corre à sombra dos buritis, e olhando ao longe pelos descampados espigões..."⁵

(5) *História e Tradições da Província de Minas Gerais* – Bernardo Guimarães – páginas 29/30.

Neste primeiro quadro, o escritor BERNARDO GUIMARÃES traçou a nova sede da fazenda do Alferes José Lopes de Carvalho e, ain-

da complementava ele dizendo que

... em frente à casa há sempre um vasto curral ou terreiro, em torno do qual estão o engenho, o moinho, o paiol e mais outros acessórios da fazenda. Por detrás se estende um vasto pomar, um verdadeiro bosque sombrio e perfumoso, onde a laranjeira, o mamoeiro, o jaracatiá, as bananeiras e coqueiros de diversas espécies crescem promiscuamente e cruzam suas ramagens em uma outra abóbada cheia de fresquidão, de murmúrios e perfumes..."⁶

(6) *Ibidem*.

Este seria o retrato de uma época. Época em que foi construída a casa do Alferes José Lopes de Carvalho. Sabemos que esta morada existiu há bem pouco tempo e foi residência de Dona Eva Bárbara Teixeira de Carvalho.

Por ser um fervoroso católico, o Alferes José Lopes de Carvalho, no ditoso dia 19 de junho de 1769, "... entendeu dever levantar para comodidade sua e de seus vizinhos..."⁷ uma modesta capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e São José, tendo como filial o *Curato de Nosso Senhor do Bonfim de Macaúbas*, atual cidade de Bocaiúva.⁸

(7) *Monografia Histórica de Montes Claros* – Urbino Viana. Pág. 51.

(8) Segundo o Senhor Romeu Barcelos Costa, o Reverendo Cônego Maurício Gaspar afirmou em artigo publicado pelo Santuário do Senhor do Bonfim, que em 1738 já havia uma pequena ermida onde se invocava a imagem do Nosso Senhor do Bonfim, havendo também documentos como registro de um batizado feito em 1745, de uma filha de escravos. (*Bocaiúva: Sociedade e Espaço* - Eliane Maria Fernandes Ribeiro).

Em torno desta ermida, serôdia, foi surgindo algumas unidades de casas barreadas, dando assim a forma de uma praça inacabada, com três lados. Algumas dessas vivendas foram refociladas por forasteiros. Todavia, as primeiras delas aqui construídas eram todas formadas por...

... quatro balaustradas de bordão enterrado na terra, amarradas uma às outras com guita do mato, formam uma espécie de toscos tabiques a que eles, depois de tudo coberto de barro amassado em água, chamam pomposamente – as paredes! Estas, em princípio lisas, estalam em milhares de bocados, ao fim de poucos dias de sol esbraseador. O teto é formado também com bordões ou paus estreitos de cajueiro, que depois cobrem de capim!... (O Negro e o Garimpo em Minas Gerais - Aires da Mata Machado Filho, página 58).

Mais tarde, em 1817, comentaria AUGUSTE DE SAINT-HILARIE que nos dois lados desta praça balizavam-se duas estradas: o caminho para a *Vila de Santo Antônio do Tijuco* (Diamantina) e *Vila do Príncipe* (Serro) e a outra estrada com destino a *Tranqueira*, tendo a sua passagem na antiga fazenda *Brejo Grande*, em *Vacaria*, fazenda *São Romão* e nos *currais dos Filgueiras*, já em território baiano.

A eminente Professora YVONNE DE OLIVEIRA SILVEIRA sempre procurou atribuir a existência de dois povoados,⁹ na fazenda dos *Montes Claros*, durante a época do Coronel Figueira, sendo o

(9) ... O primeiro [povoado], sem nome específico, surgiu na sede da fazenda no tempo do Alferes Antônio Gonçalves Figueira, que desenvolveu nela a pecuária e, para alcançar mercado para o gado, construiu estrada para *Tranqueira*, na *Bahia* e para o rio *São Francisco*. Mais tarde, procurou ligar-se ao rio das *Velhas* e também a *Pitangui*. *Formigas* foi o segundo povoado da fazenda *Montes Claros*... (*Montes Claros de Ontem e de Hoje*. Yvonne Silveira e Zezé Colares, página 22).

primeiro povoado na antiga sede da fazenda, onde também havia uma vetusta ermidinha e que já havia sido desmoronada à época da negociação - ou venda - e, o segundo povoado, na *Passagem das Formigas de Baixo*, onde fora construída uma capelinha num suave escampo. Entretanto, será ilusório pretender documentar a existência dos dois povoados, pois todos os vestígios do primeiro povoado nunca foram localizados.

O que se sabe a este respeito é que, algum tempo depois, em terras do boníssimo Padre Teotônio Gomes de Azevedo, iniciava ali um pequeno e venturoso povoado que fora batizado com o nome de *Cruzeiro*. Mas, infelizmente, com o triste episódio da varíola, ou *bexiga-preta*, mais da metade de sua população veio a falecer e o restante foi então morar na vila de *Formigas*, que já existia ali próximo da *Passagem das Formigas*. Com a intrusão cada vez maior de pessoas forâneas, a *Passagem das Formigas* ganhava corpo de arraial.

Assim, o antigo povoado do *Cruzeiro* foi aos poucos desaparecendo. As suas vivendas ficaram reduzidas a restos de paredes enegrecidos e, somente os alicerces da vetusta ermida, em companhia de algumas sepulturas e túmulos, foram sendo aos poucos cobertos pelos matos. Apenas o velho *Cruzeiro*, de madeira de lei, permaneceu solitariamente por um bom tempo ali, assinalando o lugar onde um dia houvera um pequeno e próspero povoado.

Outros detalhes sobre o povoado do *Cruzeiro*, criação do Padre Teotônio Gomes de Azevedo, serão descritos mais adiante.

Não foi mero acaso que em 18 de junho de 1769, o Alferes José Lopes de Carvalho solicitou, ou suplicou, como quer a Igreja, do Visitador-Geral do Alto Sertão de Minas Novas e Arassuahy, o Reverendo Doutor Silvestre da Silva Carvalho, autorização para construir uma capela na nova sede de sua fazenda dos *Montes*

Claros, que ficava à beirã da *Passagem das Formigas de Baixo*. Vejamos na seqüência, ainda que bastante fragmentada, uma pequena reprodução deste documento que autorizava a doação do terreno e das novilhas ferradas: "... a qual terra declarada he a que faço a duação e **noventa** novilhas ferradas para o rendimento da ditta capela...". (**De Padre Chaves a Padre Dudu** - Hermes de Paula. Páginas 9/10. Belo Horizonte. 1982).

NOTA: Parece que houve um engano na transcrição deste documento quanto à quantidade de "... **noventa novilhas**...", até porque o Doutor Hermes de Paula nos afirma que "... dos **cinquentas novilhas** ferradas não se tem notícias, desapareceram no tempo e no espaço...".

Não convinha que aqui se fizessem grandes edifícios.

Mas, mesmo assim, com a autorização nas mãos para construir a supradita capela, o bravo Alferes José Lopes de Carvalho providenciou desde logo o início das obras da capelinha. "Com o passar dos anos, a igreja fez nascer, em definitivo, a praça...", dizia categoricamente o nosso saudoso mestre, Doutor Simeão Ribeiro Pires. Afloram-se logo em seguida algumas casas barreadas em torno de uma plausível lagoa.¹⁰ E, assim, o pequeno povoado da fazenda *dos Montes Claros*, desde o seu nascedouro, em volta da capelinha construída pelo Alferes José Lopes de Carvalho, tomou o nome de *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São José das Formigas de Montes Claros*.

(10) Esta lagoa é hoje a praça de Esportes. No dia 25 de maio de 1944, o Governador Benedito Valadares inaugura, na cidade de Montes Claros, a Praça de Esportes, situada no Prado Oswaldo Cruz (**Efemérides Montes-clarenses** - Nelson Viana. Página 266).

A essa fidelidade religiosa, no dia seguinte da doação do

patrimônio, o Alferes José Lopes de Carvalho solicitou e obteve do Visitador Silvestre da Silva Carvalho, para si e demais pessoas de sua família, o direito à sepultura no altar-mor da capela que iria construir.

E a primeira ermida, construía pelo Coronel Antônio Gonçalves Figueira, fora ela erigida em homenagem qual padroeiro? Pois sabemos que *Nossa Senhora da Conceição e São José* eram os santos de devoção do Alferes José Lopes de Carvalho. Eis aí uma questão a ser pesquisada com mais minudência. Entretanto, sabemos, também, que o Coronel Antônio Gonçalves Figueira era originário da vila de *Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém*, da província de São Paulo de Piratininga.

Desde as nossas primeiras manifestações sobre este assunto entendemos haver, na *Passagem das Formigas de Cima*, apenas as ruínas da primeira sede da antiga fazenda *dos Montes Claros*, já sem a existência da vetusta ermida. Embora, alguns autores contemporâneos afirmem o contrário, o nosso entendimento é claro e conclusivo para esse fato, haja vista que o total abandono que apresentava a fazenda *dos Montes Claros*, naquela época, seria impossível agora localizar resíduos daquele templo de fé.

Seja como for, o novo proprietário desprezou de vez a velha sede da fazenda. Ao oposto do que sucedeu, já na *Passagem das Formigas de Baixo*, foi providenciada a construção de uma nova sede da fazenda e também de uma singela capelinha, de onde, realmente, se deu o início do pequeno povoado dos Montes Claros.

É curioso notar-se a variedade dos primeiros estudos toponímicos da cidade de Montes Claros. Registramos apenas os que encontramos nos documentos pesquisados para a elaboração deste trabalho. Vejamos:

- Arraial de Formigas de Cima
- Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas.
- Vila de Montes Claros de Formigas
- Vila de Formigas dos Montes Claros
- Cidade de Montes Claros

A VILA DE MONTES CLAROS DE FORMIGAS

Formigas. Villa, posto que pequena, agradável e mercantil da província de Minas-Geraes, na comarca de Jequitinhonha, 80 legoas ao nordeste da cidade d'Ouro Preto, e 20 a oeste-noroeste da cidade de Minas-Novas, outrora villa do Fanado. Teve origem em 1698 pelo mesmo teor que a povoação de Itacambira. Os que para ali vierão residir edificarão uma capella a São José que foi largos annos filial da freguezia de Itacambira. Porem como os arredores de Formigas fossem mais amenos que os da paróquia, foi aquella povoação augmentando progressivamente no decurso do século passado, e tornou-se essencialmente mercantil, quando se abrirão varias estradas para facilitar as communicações entre a cidade da Bahia e as villas do Fanado e de São Romão, então simples freguezia: até que uma lei da assembléia geral, de 13 de outubro de 1831, lhe conferiu o título de villa com o nome de Formigas-de-Montes-Claros, assignalando-lhe por districto os termos da freguezia de Barra-das-Velhas, Contendas, Formigas e Morrinhos, e com tudo só no anno seguinte obteve a sua igreja o título de parochia, por decreto de 14 de julho, com invocação de N. S. da Conceição, dando-lhe por filiaes as de Bom-Fim e de Macaúba. A Villa de Formigas consta mais de 200 casas telhadas, as mais d'ellas terreas, e tem uma praça assaz espaçosa e oblonga, no topo da qual se vê a igreja parochial situada um pouco obliquamente. Os habitantes d'esta villa dão-se em geral ao commercio de gado, couro, pelletaria, que ve-

dem na cidade da Bahia, o salitre que levão para a cidade d'Ouro Preto, é às vezes para a do Rio de Janeiro. Por lei provincial, de 15 de Março de 1840, acha-se o districto d'esta villa augmentando com a povoação do Coração de Jesus, que andava anexo ao de São Romão. (**Diccionario Geográfico Histórico e Descriptivo do Império do Brazil.** J. O. R. Milliet de Saint-Adolfhe. Pariz. 1845).

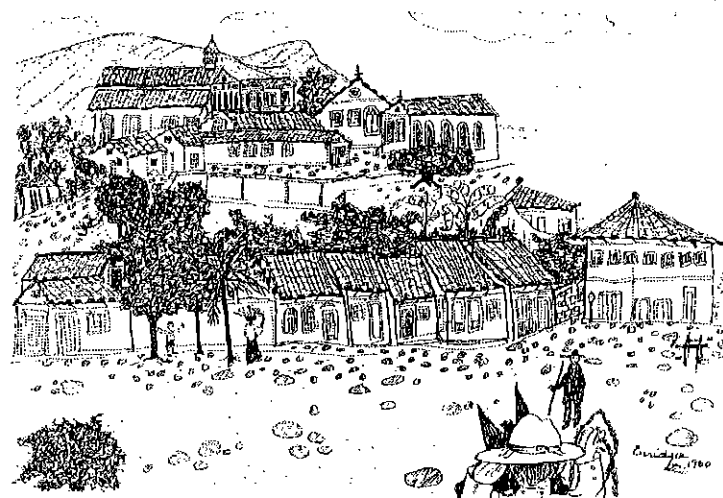
Portanto, pelo Decreto Imperial do dia 13 de outubro de 1831, o *Povoado de Formigas* passou a ser uma vila, desmembrado do município de Serro Frio, com autonomia e com o significativo nome de *Vila de Formigas dos Montes Claros*,

... e a Vila de Formigas, já com seu patrimônio próprio em virtude da doação que lhe fizera José Lopes de Carvalho, em 18 de junho de 1769,¹¹ instalou sua primeira escola pública em 18 de novembro de 1830 e deu posse à sua primeira Câmara em 16 de outubro de 1832.¹²

(11) No dia 19 de junho de 1769 é feita a doação do patrimônio de légua e meia de terra de comprimento, por uma légua de largo, e mais cinqüenta novilhas ferradas, à capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, na fazenda dos Montes Claros, pelo Alferes José Lopes de Carvalho. Essas terras foram adquiridas pelo doador aos herdeiros de Antônio Gonçalves Figueira, a 27 de setembro de 1768. Antônio Gonçalves Figueira por sua vez, obteve-as pelo Alvará de 12 de abril de 1707. – Notificamos aos senhores leitores que a data correta da doação das terras é dezoito e não dezoito como aparece no texto do discurso do Dr. José Nunes Mourão.

(12) Parte do discurso pronunciado pelo Dr. José Nunes Mourão, na reunião solene da Câmara Municipal de Montes Claros, realizada no dia quatro de julho de 1957, comemorativa do primeiro centenário de criação do município.

Os membros eleitos para a primeira Câmara Municipal foram: **José Pinheiro Neves**, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal/Prefeito; **Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho**, **Luís de Araújo Abreu**, **Antônio Xavier de Mendonça**, **Francisco Vaz Mourão** e **Joaquim José Marques**.



Montes Claros antiga

Capítulo 10

O sertanista Miguel Domingos é tido como um dos fundadores de Montes Claros – José Lopes de Carvalho, o real fundador de Montes Claros – A Guerra dos Papudos em Itacambira – O nome de Montes Claros – Passagem das Formigas – Dízimos pagos à Província da Bahia por ordem de Manuel Nunes Viana – Baianos descobrem ouro em Minas Gerais.

Não admira, assim, que retrocedendo as narrativas até o início do ano de 1707, localizamos notícias do astuto Miguel Domingos, contemporâneo do Coronel Figueira, que teria vindo para esta região, também do *Planalto de Piratininga*, com muitos de seus homens, em busca de ouro e das esmeraldas.

É provável que o sertanista Miguel Domingos tivesse chegado em Itacambira por volta de 1698, pouco depois da descoberta do ouro, pelos baianos, o que veio acontecer nos anos de 1693 e 1695. Também é provável que o nome correto deste sertanista fosse Miguel Domingues, pois o historiador Luís SANTIAGO, no seu livro *O Vale dos Boqueirões*, diz que "... o Capitão Miguel Domingues, acompanhado por paulistas, chega a Itacambira...". Isso implica na associação de membros da família dos Domingues já residentes na região.

Numa primeira etapa do seu itinerário, fixou-se Miguel Domingos em *Santo Antônio do Itacambiruçu da Serra do Grão-Mogol*, atual Itacambira e, tempos depois, nos *currais do Figueira*. Sobre esse curioso detalhe afirma o ilustre historiador MARIO LEITE no seu excelente livro *Paulistas e Mineiros – Plantadores de Cidades* que,

... a desenvolvida localidade do Norte (Montes Claros)

tem a sua origem ligada à atuação dos sertanistas Miguel Domingos que deixara as suas lavras de Ouro Preto e Antônio Gonçalves Figueira que abriu um caminho, nessas paragens, desde o ribeirão, do Vieira até o São Francisco...

Até aqui, em nada se confirma a criação da *Vila de Montes Claros de Formigas* pelo sertanista paulista Miguel Domingos que, parece lícito dizer, era um *cabra manhoso capaz de mamar em onça pintada*. Então, toda essa razão é muito mais do que suficiente para se desfazer da crença de MÁRIO LEITE, sobre a origem da *Vila dos Montes Claros de Formigas*.

Mas, ainda assim, um fato aparentemente sem nenhuma importância veio dar grande relevo a essa controvérsia versão sobre quem teria fundado a cidade de Montes Claros. Do mesmo rol de paulistas, esbarramos no nome do Alferes José Lopes de Carvalho, o novo proprietário da fazenda *dos Montes Claros*.

Sabemos, por isso mesmo, que o ardiloso sertanista Miguel Domingos estabeleceu-se nas montanhas auríferas de *Itacambira* em companhia de uma enorme famulagem, toda ela procedente da *Província de São Vicente de Piratininga*.

Em resumo, notamos que durante a procura do ouro em *Itacambira* houve, entre esses fâmulos de Miguel Domingos e os garimpeiros baianos, moradores daquele local, uma verdadeira disputa pelo metal amarelado. A arrogância e as desavenças tornavam-se de grandes proporções, tudo isto, com o iminente perigo a todos ali residentes de se envolverem em constantes rixas. A tradição, sob a ameaça da justiça, dá-nos um espelho enigmático do que realmente possa ter acontecido naquele lugar.

Os pugilatos no meio das ruas eram freqüentes e tudo isso acontecia devido à rudeza de Miguel Domingos, pois todos "... *viam nele um usurpador de glórias e vantagens obtidas à custa de canseiras e sacrifícios alheios...*", pois ele criava ali a triste figura do *truste*, fazendo de *Itacambira* uma sociedade açambarcadora, onde era suprimida a concorrência, admitindo à força, os preços convenientes aos seus interesses pessoais.

Daí a pouco veio à expulsão total dos paulistas.

Isso tudo ocorreu em virtude da cúpida ganância e do ódio dos forasteiros. Ora, a expulsão dos paulistas aconteceu com a explosão da *Guerra dos Papudos*, movimento criado sob as lideranças daqueles que lhes quisessem impedir a mineração do ouro naquele lugar. Entravam em conflito os interesses de alguns moradores da vila com os dos homens da tropa de Miguel Domingos.

Pode ser um tanto constrangedor e, em parte, ainda pendente de confirmação, mas o refúgio foi a saída honrosa e imediata dos impertinentes paulistas "... *desta sorte foi que alguns daquelles valentes exploradores, atravessando o rio Verde e a extensão de terras então inabitadas vieram ter casualmente à Fazenda de Montes Claros...*"¹ Há aqui mais um engano que cumpre desfazer, pois nos parece que não foi tão casual assim a presença dos homens de Miguel Domingos aqui na *Vila de Montes Claros de Formiga*, como afirma o desembargador, doutor ANTÔNIO AUGUSTO VELOSO.

(1) **Antologia da Academia Montes-clarense de Letras.** Hemes Augusto de Paula in Desembargador Antônio Augusto Veloso. Página 122.

NOTA: Neste texto do Desembargador Antônio Augusto Veloso, notamos o emprego da palavra 'casualmente'. É bom que se diga, pelo que sabemos, muitas foram as circunstâncias que levaram Miguel Domingos e o seu grupo a deixarem as minas de *Itacambira*, por isso a sua vinda para a fazenda *Montes Claros* poderia ter sido assim tão propositadamente.

Percebeu-se com decepção, sem dúvida, o sertanista Miguel Domingos, no entanto, o languescimento do seu coevo "... Antônio Gonçalves Figueira [que] já não mais estava aqui, pois vendera suas fazendas e retornara a São Paulo com sólida fortuna..."² mas, ainda assim, era morador daqui um outro velho conhecido seu, o Alferes José Lopes de Carvalho.

(2) **Jornal do Norte** de 13 e 14 de agosto de 1994. Artigo assinado por Leonardo Álvares da Silva Campos.

É certo que, a venda despudorada da fazenda dos Montes Claros para o Alferes José Lopes de Carvalho já teria ocorrido cerca de alguns anos antes da chegada aqui de Miguel Domingos, isso em 1768. Fundamentando nas preciosas informações do ilustre historiador, MÁRIO LEITE, compreendemos efetivamente que, com a chegada dos homens ligados ao sertanista Miguel Domingos, nos currais do Figueira, eles logo dirigiram rumo ao arraial das Formigas, que naquela época, já possuía a sua ermida, além de algumas casas que formava uma vasta praça em sua volta.

Houve quem aludisse, e talvez com justiça, mas não acreditamos que o banido sertanista "... Miguel Domingos e seus seguidores cuidaram então de edificar a povoação com o primeiro volume de construções abrigando a todos e respectivos familiares..."³

(3) **Jornal do Norte** de 13 e 14 de agosto de 1994. Artigo assinado por Leonardo Álvares da Silva Campos

O que aconteceu, no nosso modesto entendimento, foi uma estúpida invasão coletiva e descomedida dos baianos na região de Itacambira, onde os homens do Capitão Miguel Domingos lavravam a terra em um silêncio absoluto. Essa plausível agitação dos baianos baseava-se, de algum modo, à própria ansiedade

de recuperar a posse perdida das terras do sertão dos cataguases. Porque tudo aquilo ali era território da Bahia.

Os paulistas, sendo efetivamente descobertos, como diz DIOGO DE VASCONCELOS,

... foram assaltados por um bando de mestiços denominados papudos, semibárbaros, provenientes do rio de Contas, e por estes intimados a darem de mão os serviços, sob o pretexto de ser aquele distrito pertencente à Bahia e não aos paulistas...

De princípio, ousaram viver em paz aqueles dois grupos de mineradores, mas os homens do capitão Miguel Domingos, não acatando as determinações impostas pelos invasores, foram por eles – papudos – expulsos daquelas terras. Como quer que seja, este episódio ficou conhecido pelo nome de guerra dos papudos.

NOTA: "... Não tardou que centenas, milhares de pessoas se abalassem para as novas minas [do Mucugê]. A maioria daqueles mesmos aventureiros, parentes e aderentes que desceram do Tijuca (atual Diamantina) e do Grão-Mogol, juntavam-se agora, outros tantos das mais diversas procedências, na pracata, no lombo dos burros, nos carros-de-bois gementes, de todo jeito, enfim – com os mesmos utensílios e os mesmos instrumentos de trabalho – as bateias, os carumbés, as enxadas, os frincheiros, os ralos, os cavadores, a Lafonché a tiracolo ou a Fogo-Central na cintura..." (Jagunços e Heróis – Walfrido Moraes. 5ª. Edição. Página 34). Portanto não só os baianos chegavam aqui para as minas diamantíferas do Grão-Mogol, muitos mineiros daqui também foram para as minas da Chapada Diamantina, na Bahia.

Não custa crer que durante as longas contendas entre eles, era necessário preparar uma fuga em massa daquela região. Adiantam algumas opiniões, que daí partiram, em pequenos grupos, o Capitão Miguel Domingos e todos os seus seguidores para a região da fazenda dos Montes Claros.

É significativo registrar aqui que o atual proprietário da fazenda dos *Montes Claros*, na época da chegada do Capitão Miguel Domingos, era o Alferes José Lopes de Carvalho, também oriundo daquele depósito natural de minérios nas vizinhanças de Itacambira, portanto, um velho conhecido desta corja de homens maus.

Não obstante as diferenças de entendimento do assunto em pauta, ainda encontramos no **Anuário de Minas** o que escreveu o Professor FLORIANO LOPES DE OLIVEIRA, a respeito da fundação da cidade de Montes Claros. Ele assim se explica:

... embora não existam dados exatos da fundação desta cidade, presumi-se ter sido fundada no século XVIII. Das povoações auríferas das vizinhanças de Itacambira, pelo meado do ano de 1707, alguns mineiros, tendo sido expulsos das minerações da dita serra, por contendas entre companheiros, acompanharam o sertanejo Miguel Domingos e vieram estabelecer-se nestas paragens próximo à fazenda dos Montes Claros, à qual deu o nome à povoação em seguida fundada. Depois de algumas habitações ali erigidas, o proprietário Alferes José Lopes da Costa,⁴ pediu permissão para construir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, sendo-lhe concedida a tal permissão...⁵

(4) Alguns historiadores, inclusive o Doutor Antônio Augusto Veloso, têm escrito **José Lopes da Costa**. Entretanto, garante o ilustre historiador baiano, Professor Urbino Viana que o nome correto é **José Lopes de Carvalho**.

(5) **Anuário de Minas** - Floriano Lopes de Oliveira.

Também o Desembargador, Doutor ANTÔNIO AUGUSTO VELOSO, no seu emergente livro de história **Monografia Histórica de**

Montes Claros, registrou o seguinte: "... não existem dados exactos pelos quais se possa precisar a época em que para este lugar vieram os primeiros povoadores pela maior parte oriundos do vizinho povoado de Itacambira..."⁶

(6) **Monografia de Montes Claros**. Antônio Augusto Veloso. Edição Independente.

Ao analisarmos, então, quando diz o Doutor ANTÔNIO AUGUSTO VELOSO "... pela maior parte...", esta afirmação nos dá idéia de que ali já existia uma pequena concentração urbana quando da chegada inesperada dos rudes homens do sertanista Miguel Domingos, tanto assim que TOBIAS LEAL TUPINAMBÁ registrou na sua admirável obra narrativa **Monografia Histórico-Corográfica de Montes Claros**, o que aqui se segue:

... os exploradores, alguns refugiados das minas auríferas e diamantinas, do vizinho distrito de Itacambira, município de Grão-Mogol, devido a brigas originadas por interesses e ambições; derrotados que foram, se investiram para a bacia do rio São Francisco, ganhando o vale do rio Verde Grande e começando nesta data a intensificar o povoamento já iniciado...

Nota-se bem, que eles apenas vieram "... intensificar o povoamento já iniciado..."

No dia a dia dos moradores da vila de *Montes Claros de Formigas*, não permanecia sopitado o espírito progressista do seu povo. Aqui se tornou um foco irradiador de audazes sertanistas que penetravam nos sertões para conquistar índios e fundar currais de gado.

O belíssimo topônimo *Montes Claros*, que já era o nome da antiga fazenda do Coronel Figueira, veio acontecer no dia três

de julho de 1857, em consequência da elevação da vila de *Nossa Senhora da Conceição e São José das Formigas* para denominar a cidade. Como já dissemos, este nome foi uma homenagem aos saudosos tempos dos currais de gado, tempos da fazenda dos *Montes Claros*, tempos do Coronel Figueira. Já o nome *Formigas* se deu em decorrência da *Passagem das Formigas de Baixo*, lugar onde o Alferes José Lopes de Carvalho mandou construir a nova sede da fazenda dos *Montes Claros*. Era natural que aqui existissem, e que ainda existam em grande quantidade, os formigueiros que nos causa espanto e, talvez, perplexidade pela forma como apresentam nos campos e na cidade.

O tempo determinante para a instalação da gloriosa *Vila de Montes Claros de Formigas* foi de um ano e três dias, ou seja, de 13-X-1831 a 16-X-1832.

Não seria de bom tamanho que o Alferes José Lopes de Carvalho fosse o responsável pela criação da cidade de Montes Claros? Sim, seria o mais lógico, porque

... de fato, a primeira residência levantada dentro da hoje denominada zona urbana e que seria a semente da futura povoação, foi a do Alferes José Lopes de Carvalho, no ano e graça de 1768, logo após a aquisição por ele feita da fazenda...⁷

(7) **Serões Montes-clarenses.** Nelson Viana. Página 140.

Mas a memória histórica nos conta que o mentor dessa idéia fora o Coronel Antônio Gonçalves Figueira, isso em virtude de que "... se fez comunicar ainda com Pitangui e o Serro, transformando a sua fazenda no maior centro comercial de gado do Norte de Minas e Sul da Bahia, de onde ia toda carne que ali-

mentava as minas...";⁸ daí fizeram dele o legítimo fundador de Montes Claros.

(8) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes.** Hermes de Paula.

Montes Claros foi percorrida por Espinosa em 1553, mas o seu verdadeiro fundador foi Antônio Gonçalves Figueira, da expedição de Fernão Dias, em 1675... (**Minas Gerais** – Wagner Ribeiro. Página 187).

Acresce que, nesta informação faltou ainda a WAGNER RIBEIRO, como faltara a tantos outros, fundamentos para tamanho disparate histórico sobre Montes Claros. Ora, ao estudarmos com particular atenção os documentos existentes, verificamos que nem sempre coube ao Coronel Antônio Gonçalves Figueira o rótulo de fundador da *Vila de Montes Claros de Formigas*. Também nunca pertenceu ao sertanista Miguel Domingos este mesmo epíteto. Se algum mérito existe, este sim, é o do Alferes José Lopes de Carvalho que doou partes de suas terras para a construção da capela e de algumas choupanas barreadas em sua volta, além de construir a primeira residência na zona urbana.⁹

(9) A casa de Dona Eva Bárbara Teixeira de Carvalho.

E por que esse nome *Passagem das Formigas*?

Segundo a lenda ainda vigente nestes sertões de Montes Claros, dizem que, em épocas remotas, um forte temporal derrubou uma grande árvore que estava em uma das margens das belás e encantadoras corredeiras do ribeirão do Vieira, formando, naquele instante, uma pequena travessia, ou pinguela, sobre o seu leito. Assim sendo, as *formigas* passavam livremente de um lado

para o outro. O constante frenesi daqueles minúsculos insetos (himenópteros), chamou logo a atenção dos transeuntes que usavam aquela pinguela, por isso mesmo batizaram o local com o nome de "Passagem das Formigas".

CURIOSIDADE: Diz o artigo 144 do Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas que "... todos os moradores desta Villa, e seo termo, em cujos prédios houver **formigueiros**, são obrigados a extinguil-os, principiando pelos mais nocivos, e chegando ao conhecimento do Fiscal, que alguém é negligente no cumprimento deste dever, o advertirá, e não sendo atendida a advertência, será multado o contraventor com 2\$000 réis de multa e o **formigueiro** será extinto às suas custas. Fora das povoações o fazendeiro só é obrigado a tirar anualmente, e nos meses de agosto a setembro, um **formigueiro** por cada quatro pessoas de serviço que tiver...". (Código de Posturas de sete de junho de 1858)

Depois de algum tempo, criou-se uma outra pinguela que ficou denominado de *Passagem das Formigas de Cima*, enquanto que, a antiga passagem ganhou o diferencial "de Baixo".

Salientemos desde logo que não foi apenas o Coronel Figueira que se instalou fazendas no vale do São Francisco. Não resta dúvida que muitos de seus parentes conquistaram terras e fundaram fazendas ao longo deste vale. Sabemos também que o "... sertanista baiano conquistou o território, amainou o ânimo de algumas tribos de índios, das quais fez aliadas, fundou engenhos e fazendas de criar...",¹⁰ e são tantos e tais que, ao fim de um rápido exame, poderíamos enumerar dezenas deles no médio São Francisco.

(10) **A Capitania de Minas Gerais** – Augusto de Lima Júnior, página 50.

É importante salientar ainda que a área das fazendas dos *Montes Claros*, *Olhos d'Água* e *Jaíba*, fazia parte da sesmaria das oitenta léguas de Matias Cardoso de Almeida e que foi colonizada pelo Coronel Gonçalves Figueira. Era com exatidão os domínios da província da Bahia (Casa da Ponte), pois o seu limite sul, ainda que imaginário, iniciava desde o desaguadouro do rio das Velhas, passando pelo arraial de Porteiras,¹¹ até a *Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí* (nas minas novas do Fanado) e daí ao litoral pelas margens esquerda do rio Doce.

(11) "Meia légua arredado fica o Arraial de Porteiras ornado com uma capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso [e Almas], e outra [dedicada a Nossa Senhora] do Rosário: nele reside o vigário e a justiça por ser lugar sadio..." (**Corografia Brasílica** – Aires de Casal. *Fac-simile* da edição de 1817).

NOTA: A paróquia da Barra do rio das Velhas e da vila do Fanado com outras da comarca pertencem ao Arcebispado da Bahia (**Corografia Brasílica** – Aires Casal. *Fac-simile* da edição de 1817). Simeão Ribeiro em seu livro "**Raízes de Minas**", registra que Teodoro Sampaio já numa profecia secular declarava que as igrejas do arraial de Porteiras iriam desaparecer. Em 1985 visitamos o arraial de Porteiras (eu, Ramon Lima Cotrim, Ildeu Braúna e Luís Carlos Novaes) e constatamos que das igrejas restam somente algumas ruínas.

De fato real isso acontecia por imposição de Manuel Nunes Viana, para que os dízimos (impostos) não fossem cobrados em favor da província de Minas Gerais.

"... achando-se pres,¹⁰ o M.e de Campo Manoel Nunes Vianna, lhe foi ditto pello d.º Sr. q.e em observancia das ordens q.e tinha de S. Mag.^{de} que Deos g.e devia procurar conservar a jurisdição e patrimônio real em virtude de q.e declarava a elle d.º M.e de Campo se não devia entremeter em fazer dilig.^a algúa a favor dos

aforam.^{tos} que pretendia lhe pagassem os moradores da Barra do Rio das Velhas d. M.^a Guedes de Brito, como donataria das d.^{as} terras, e por este termo se obrigou o d.o Manoel Nunes Vianna, a não cobrar cousa alguma dos d.^{os} aforam.^{tos}...” (Termo que fez Manuel Nunes Viana em 18 de outubro de 1718 – Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano II, Fascículo 2º – Ouro Preto – página 392, abril a junho de 1897).

Podia muito bem ser assim, mas por direito, já que estavam em incessante litígio os limites das duas províncias, a sua jurisdição era a da província de Minas Gerais dos Cataguases, isso se levarmos em conta as influências sofridas com a sua aproximação com o distrito do Rio das Velhas e também o menor percurso com a Vila Rica (Ouro Preto), em relação à cidade da Bahia de Todos os Santos.

Presentemente, talvez seja por isso mesmo que muitos dos nossos pesquisadores se confundem com os Currais dos Filgueiras como sendo propriedades do sertanista paulista Coronel Antônio Gonçalves Figueira. Nas anotações do ilustre historiador, Doutor ERIVALDO FAGUNDES NEVES, no seu influente livro “Uma Comunidade Sertaneja da Sesmaria ao Minifúndio”, ele descreve que “Antônio Gonçalves Figueira, cunhado de Matias Cardoso, que depois de instalar currais nas cabeceiras do rio das Rãs, na Bahia, transferiu-se para a fazenda Montes Claros em Minas Gerais”. Parece que o ilustre historiador não teve acesso a admirável obra do mestre URBINO VIANA, intitulada “Monografia História de Montes Claros”. Por isso mesmo ele incorreu no costumeiro erro, aquele já perpetrado por outros pesquisadores.

Bastou o descobrimento do ouro para que as entradas baianas se avolumassem nas minas gerais. Entretanto, tudo isso come-

çou no “... arraial do Tijuco, junto da Serra da Lapa, fundado junto da lavra de Jerônimo Correia, natural da Bahia e aí estabelecido desde 1713...”¹² E, lentamente, em seguida, nas lavras velhas, descobertas por Lucas de Freitas em 1714, foi criado o arraial da Vila do Príncipe que seria mais tarde a capital da comarca do Serro Frio. Por fim, a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, ou Vila de São Pedro do Fanado, que foi criada em 1727, pelo paulista Sebastião Leme do Prado.

(12) Augusto Lima Júnior IN Serra Geral, diamantes, garimpeiros e escravos. Simeão Ribeiro Pires. Página 23.

Quem teria sido mais importante para a região afazendada dos claros montes, os paulistas ou os baianos?

É curioso verificar que os paulistas foram muito mais objetivos nas suas investidas, principalmente na cata de pedras preciosas. Tal noção, derivada talvez da observação das riquezas auferidas por eles. Por outro lado, notamos que os baianos¹³ sempre foram os primeiros a fincar pé neste torrão dos claros montes, eram, por assim dizer, os mais sossegados. Entretanto, eles também foram dominados pelos paulistas que os escravizavam assim como procederam com os índios e os negros nos currais de gado. Deve ser por isso mesmo que os papudos, oriundos do Rio de Contas, não aceitaram conviver com os homens de Miguel Domingos, em boa vizinhança.

(13) Aqui, o uso da palavra baiano é empregado na denominação de todo o povo nordestino.



**Igreja Matriz de Nossa Senhora e São José de
Montes Claros das Formigas**

Capítulo 11

A fazenda Brejo das Carnaibas de Pedro Leolino Mariz – Criação do distrito de Minas Novas do Fanado – Comarca de Serro Frio – Os limites com a Província da Bahia – O Conde de Assumar contra os desmandos do reinol Manuel Nunes Viana – É proibida a fabricação da aguardente na zona de mineração – Ainda os limites com a Província da Bahia – O gado no sertão mineiro.

O mestre-de-campo, Coronel Pedro Leolino Mariz,¹ criou a real fazenda *Brejo das Carnaibas*, por arrendamento dos Guedes de Brito², em 1720, e que situava entre os rios Carnaíba de Dentro e Carnaíba de Fora, numa região denominada de *mesopotâmia do sertão*. Era, também, esta fazenda Brejo das Carnaibas, uma pequena parte de terras desmembrada dos *currais dos Filgueiras*.

(1) O Coronel Pedro Leolino Mariz, superintendente das Minas Novas, diligente explorador de salitre em Montes Claros, sertanista famoso, informava em 1759 que emboaba se chamava quem não era paulista (**Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil** – J. Capistrano de Abreu).

(2) “Matias João da Costa, natural de Travassos, termo da vila de Montalegre, arcebispado de Braga, extremo norte de Portugal, limite com a Galícia espanhola, filho de Vicente Gonçalves Branco e sua mulher Maria João. Estabeleceu-se na fazenda Brejo das Carnaibas, que se estendia por partes dos atuais municípios de Guanambi, Matina e Igaporã. Antes dele, esse latifúndio pertencera, também por arrendamento dos Guedes de Brito, ao mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz, depois superintendente de Minas Novas, a quem Matias se vinculava” (**História de Família: origens portuguesas de grupos de consangüinidade do Alto Sertão da Bahia** – Erivaldo Fagundes Neves. Página 11).

Diz FELISBELO FREIRE que “... em 1726 o Coronel Pedro Leolino Mariz, com os índios das aldeias do Saí e Jacobina, ia examinar

as descobertas de Antônio Carlos Pinto...".³ Era função do Coronel Leolino Mariz mapear as descobertas de ouro em toda a província da Bahia.

(3) **História Territorial do Brasil** – Felisbelo Freire – página 196.

Já nos primeiros tempos da introdução do gado, nesta região até o rio das Rãs, isso por volta do ano de 1728, foi solicitado, pelo Vice-rei da Bahia, Dom Vasco Fernandes César de Menezes, a presença do mestre de campo Pedro Leolino Mariz para administrar as novas descobertas de ouro na *Vila de São Pedro do Fanado*.

Também o sertanista Sebastião Senret, no ano de 1737, conquistou os índios remanescentes do vale do Jequitinhonha e os pataxó do alto rio Pardo, quando facilitou a exploração das *Minas do Fanado* por Pedro Leolino Mariz, em 1752 e do Padre Albano Pereira Coelho, em busca das esmeraldas anunciadas por Fernão Dias Paes.

Consta ainda que era o Coronel Pedro Leolino Mariz, a ressabida pessoa indicada pela Corte para administrar os grandes empreendimentos da época. É mais do que provável que isso ocorresse devido às experiências que ele já tivera adquirido em outras jornadas a serviço da mesma Corte.

Ora, se era esta *Vila do Fanado* pertencente à província da Bahia, e que tinha por comarca a de *Santo Antônio de Jacobina*, certamente que os empreendimentos dali causavam desgostos aos paulistas. Portanto, maior interesse em explorar as novas minas partia dos nordestinos que passaram a ter divergências constantes com os invasores paulistas. Daí resultaram alguns conflitos como o dos *emboabas*, em Caeté e a *guerra dos papudos* em Itacambira, lastimoso fato que já abordamos no capítulo anterior.

NOTA: Esse Capitão de Cavalos, Belchior dos Reis, da fazenda Ribeirão, foi o Capitão de Dragões cujas tropas conseguiram vencer a Domingos Dias do Prado e a um seu irmão que, juntamente com Sebastião Leme, o descobridor das minas de Araçuaí e Fanado ou Minas Novas, se sublevaram, assassinando o superintendente Dr. Pedro Leolino Mariz, conforme escreve Porto Seguro. Ainda sobre o sertanista Pedro Leolino Mariz, encontramos na excelente obra **Memórias do Distrito Diamantino**, de Joaquim Felício dos Santos o registro de "... o Mestre-de-Campo **Pedro de Lino Moraes**, intendente e comissário dos diamantes de todo o distrito de Minas Novas do Fanado...". É interessante notar que Felisbelo Freire escreve o nome de **Pedro Leonino Mariz**, enquanto João Felício dos Santos escreve Pedro de Lino Moraes.

Por estranho que pareça, a febre do ouro fazia com que os *emboabas* direcionassem mais para o Norte do país e, na corrida de novas descobertas, o povoamento expandia-se pelo imenso sertão dos cataguases. Ninguém duvida, pois não há nenhum exagero em dizer-se que a proibição da chegada de novas famílias na grande área aurífera do *Distrito Diamantino*, na Bahia, também contribuiu para o efeito de povoar o alto Jequitinhonha, em Grão-Mogol e do alto rio Pardo, acentuando as nascentes dos rios Preto e Traçadal, em Serra Nova. Nesta região de Serra Nova, entretanto, o seu povoamento foi bastante moroso, tendo em vista que as descobertas de ouro em Serra Nova aconteceram de maneira delongada.

Seja como for, não cabe aqui nenhuma dúvida de que os primeiros descobrimentos de ouro no setentrão mineiro ocorressem no rio do Fanado, em *Minas Novas*; depois na serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, em *Grão-Mogol*; nos cerros de *Itacambira* e, por último no distrito de *Nossa Senhora do Patrocínio de Serra Nova*, em Rio Pardo de Minas. Era imensa a invasão de paulistas em busca de riquezas. Enquanto isso, os currais de gado se multiplicavam no grande vale do São Francisco.

Aos poucos, os domínios da província de Minas Gerais se solidificavam e "... os descaminhos dos diamantes fizeram com que em 13 de maio de 1757 as Minas Novas do Fanado fossem incorporadas às Minas Gerais...";⁴ como também de toda a região da serra Geral, onde nasce o rio Pardo. O limite das duas províncias ficou estabelecido definitivamente no talvegue dos rios Verde Grande e Verde Pequeno.

(4) *Efemérides Mineiras*, número 4 – folhas 9/10.

A COMARCA DE SERRO FRIO

"Minas Gerais – Relativamente à raia com o Estado de Minas Gerais, pude apurar dos documentos compulsados que o território das Minas Novas do Fanado, com a villa de Arassuahy, pertenceu à comarca de Serro Frio da capitania de Minas, da qual foi desannexado para ser unido à Bahia, passando mais tarde a reincorporar-se à referida comarca de Serro frio, a quem dantes pertencera.

Já nos tempos coloniaes os ouvidores do Serro Frio e de Jacobina disputavam sobre os pontos até onde devia chegar a jurisdição de cada um delles, mas não encontrei solução dada pelo governo e estas dúvidas e conflictos de autoridades.

O rio Pardo, porém foi sempre o limite ou linha que divide o território da villa de Arassuahy do da villa do Rio de Contas pertencente à comarca de Jacobina na capitania da Bahia.

Em virtude do decreto que creou a comarca do rio Pardo e a uniu a Minas, seguiu-se uma questão resultante de haverem feito parte do território do rio Pardo as capellas de Santo Antônio da Barra e Conquista, o que deu motivo a uma discussão na Câmara dos Deputados e à resolução de que as Assembléias Provinciaes se deviam pronunciar sobre o assumpto.

Julgo que este pronunciamento nunca se fez, mas do que averigui me parece que a Bahia tem direito à encosta ou vertente septentrional do rio Pardo; em todo o caso por mais attentatoria que houvesse sido à Bahia a resolução as Assembléias Gerais que creou a comarca do Rio Pardo e a uniu a Minas, foi uma deliberação de corpo legislativo.

O que não merece, porém, contestação é que da boca do Rio Verde Grande e por este acima, da thalweg do rio Pequeno até as suas nascentes, vae a nossa fronteira com Minas, correndo e passando pela barra do rio Mosquito e Vallo Fundo até o Salto Grande do Jequitinhonha e me parece que tal divisória deve ser immediatamente fixada, ajustada a demarcada para evitar situações anormaes e influências de occasião". (*Geofísica Bahiana – Superficie, Limites e Aspecto Físico do Estado da Bahia*. Francisco da Conceição Menezes. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, número 61, 1935).

Estes limites da Bahia com a província de Minas Gerais são nos devidos termos do

... convênio assinado em 23 de agosto de 1919 e aprovado pela Assembléia Legislativa em 6 de agosto de 1921. A linha divisória segue os rios Carinhanha, Verde Grande, Verde Pequeno, a serra das Almas, o morro de Condeúba, Vala Fundo, de onde parte uma reta até o rio Mosquito, continuando daí até a Cachoeira do Salto Grande no rio Jequitinhonha. Para o sul, acompanha a serra dos Aimorés até a cachoeira de Santa Clara...⁵

(5) *História da Bahia*. Luís Henrique Dias Tavares. Página 96.

NOTA: A fronteira da Bahia e Minas Gerais permaneceu imprecisa até a assinatura do Decreto número 24.155, pelo Doutor Getúlio Vargas, em 23 de abril de 1934, o que aprovou definitivamente o Convênio celebrado entre aqueles dois Estados, em 5 de julho de 1920, e ainda o Acordo Complementar de 10 de agosto de 1930.

Enquanto isso, aqui nas grandes planícies do São Francisco o intercâmbio econômico ao longo da via fluvial permanecia com a exploração e o cultivo da terra. Uma grande parte desta primeira produção era sempre determinada para o consumo interno ou familiar. A escassez de alimentos havia nas zonas de mineração e, nas das fazendas dos currais de gado a fartura ali já era uma constante. E é possível que isso, evidentemente, motivou o sertanejo na conquista de outras terras e no apresamento de mais índios para as criações de fazendas e sítios com os seus currais de apascentar. Era lucro certo e fácil, porque: “ - *bicho que mija para trás... é que bota homem para frente...*”,⁶ dizia assim o saudoso confrade e mestre das letras, Doutor SIMEÃO RIBEIRO PIRES.

(6) **Raízes de Minas.** Simeão Ribeiro Pires. Página 68.

Todavia, é claro, que as características do garimpeiro são infinitamente diferentes das do fazendeiro. Porque aquele que vive à procura do ouro nos rios não produz quase nada para o seu sustento e nem para o de sua família. O garimpeiro estava sempre agredindo o meio ambiente, destruía a fauna e a flora, com extremo exagero. Ele nunca se preocupava com as conseqüências futuras. Mas, de regra, o fazendeiro agredia menos a natureza. Num ou noutro caso, acontecia a derrubada da mata sem algum critério. Por último, dá-se o encontro das duas espécies de povoamento: a dos criadores de gado (baianos) e a dos exploradores das minas de ouro (mineiros), consolidando-se a raça dos *baianeiros*.

De qualquer maneira, parece-nos que nas grandes áreas cultiváveis das minas não se plantasse a cana-de-açúcar e nem outro mantimento qualquer. Isso porque

... Dom Brás Baltasar da Silveira, que fazia apenas cinco meses que estava exercendo o cargo de Governador da Capitania de São Paulo e Minas, lançou um bando, aos 4 de fevereiro do dito ano [1714], ordenando que nenhuma pessoa, qualquer que fosse sua qualidade ou condição levantasse engenho nas terras da Comarca de Vila Rica...⁷

(7) **A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais** – Miguel Costa Filho, página 103. Rio de Janeiro – 1963.

Essa proibição afetou bruscamente não só os arredores de Vila Rica como também toda a província do ouro e, por que não dizer, da própria região dos currais de gado. A alegação do dito pregão se fundou no consumo exagerado da aguardente entre os escravos e que vinha prejudicando os trabalhos de extração do ouro.

Entretanto, praticava-se a isenção do dízimo sobre as canas destinadas ao fabrico da aguardente na Província de Goiás, que foi oficializada em 30 de maio de 1833 pelo então Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, o Senhor Cândido José de Araújo Viana, medida que prejudicava os engenhos do sertão mineiro.

É certo que, passado algum tempo da interdição, os pequenos engenhos de cana se multiplicaram nas fazendas de gado, constituindo, talvez, no maior e mais rico mercado de aguardente, rapadura e açúcar (mascavo) para a região das minas. Seja como for, a qualidade dos produtos ainda era muito questionável. Entretanto, tinha mercado garantido.

De qualquer modo, em outros tempos, nos sertões dos currais de gado, o sertanejo, que já cuidava do rebanho, como também das lavouras de subsistência, ainda assim, vinha armazenando o excesso dos produtos da roça nos grandes paióis ou nas diversas tulhas,

prevenindo com isso as necessidades advindas de épocas de escassez, o que não acontecia com os garimpeiros "... que cegos pela alucinante busca do ouro, esqueciam-se do abastecimento...".⁸ Sucede que ainda há o costume milenar das atuais queimadas, fato que necessita ser revisto pela nossa sociedade. No tempo em que SAINT-HILAIRE nos visitou, foi contundente em afirmar que "... os bárbaros processos agrícolas perduravam tais e quais eram no início da colonização...". Finalizando, o naturalista AUGUST FRANÇOIS CÉSAR PROUVENÇAL DE SAINT-HILAIRE sentenciou explicitamente que os agricultores estavam complementando a assustadora obra dos antigos mineradores: a funesta destruição das matas virgens. Dizia, entretanto, o escritor HERBERTO SALES que "... gente que não presta existe em toda parte...";⁹ e complementava a seguir "... que essa gente que não presta vive aqui exclusivamente em função da ânsia de enriquecer por qualquer forma, e, o que é pior ainda, às vezes enriquece...".¹⁰

(8) **Raízes de Minas** - Simeão Ribeiro. Página 90.

(9) **Cascalho** - Herberto Sales. Coleção Prestígio. Página 112.

(10) Idem.

O Coronel Gonçalves Figueira, Pedro Leolino Mariz e o emboaba Manuel Nunes Viana, tripé de sustentação da colonização brasileira, combateram em seguidas linhas de frente com características diferentes: os currais de gado foram incentivados pelo Coronel Gonçalves Figueira; nas minas de ouro, o mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz revelou-se nelas um arrojado administrador e nos ribeirinhos *san-franciscanos* teve Manuel Nunes Viana o sabor amargo dos seus desmandos, pois ali imperava o alvo-roço do medo num terrorismo sem precedentes.

A Bahia começava por onde terminava Minas Gerais. Por isso mesmo, usaremos novamente de uma outra digressão para tratar, mais uma vez, deste importante assunto: os limites das duas províncias.

Acontece que não sabemos ao certo e nem de modo exato a que lugares localizavam-se esses imaginários limites. De maneira geral, referem alguns historiadores que esta questão de limites fronteiriços entre essas duas províncias esbarra-se desde o início das grandes sesmarias. Até onde terminava a sesmaria de Antônio Guedes de Brito, nas nascentes do rio das Velhas, ou o rio do Vainhu,¹¹ seria considerado território baiano. É possível que desta mesma forma, os domínios pernambucanos ultrapassariam o limite do rio Carinhonha, e poderiam terminar na região da *Vila Risonha de São Romão*. Dessa forma também pensava o historiador DOMINGOS ANTÔNIO TEIXEIRA.

(11) Trata-se de denominação pioneira, dada pelos baianos ao rio Pará, na região de Pitangui. (**Raízes de Minas** - Simeão Ribeiro. Página 52).

O Conde de Assumar arquitetava uma perseguição, obstinada, contrária à presença de Manuel Nunes Viana e do seu labrusco primo Manuel Rodrigues Soares, conhecido como um tabaréu mazorrado. Isso teria início quando Nunes Viana assumisse o controle das terras de Dona Isabel Guedes de Brito. Portanto, o Conde de Assumar principiava escrever para todas as lideranças vivendas no rio das Velhas, algumas até simpatizantes do próprio Manuel Nunes Viana, solicitando "... subordinação da região ao Governo das Minas...", pois discordava o governador que a região da barra do rio das Velhas fizesse parte da Comarca da Vila de Cachoeira, na Província da Bahia, "... e remete cópias das cartas de S. Majestade sobre as quais se verifica que os limites das Minas vão até a Barra do Rio das Velhas..." (Códice número 11, Revista do Arquivo Público Mineiro).

"Mas, Sua Majestade, por ordem de 16 de março de 1720, delegara plenos poderes ao Conde Assumar para que ele estabeleces-

se os limites de Minas Gerais por onde lhe parecesse mais conveniente". (**O Campo da Garça** – Raimundo Lima. Página 26).

Poderia parecer que não lhe sobejasse das lidas geridas nas funções administrativas do rio das Velhas e do rio São Francisco, por isso mesmo, o reinol Manuel Nunes Viana que, na condição de *Governador do Rio São Francisco*, proibiu ali a pesca e a salga de peixe, desde a desembocadura do rio Carinhanha até a barra do Guaicuí - no rio das Velhas - para que pudesse servir os mineiros desses produtos. Num átimo

...o Conde de Assumar temia que Manuel Nunes Viana impedisse a entrada do gado na região das minas. Temia tal medida que em sua opinião era 'o sítio pela fome'. Nunes Viana poderia facilmente fazê-lo, pois, já espalhava editais pela região dos currais determinando que não mais se engordasse gado na região para as minas...¹²

(12) **O Campo da Garça** – Raimundo Lima. Edições Cuatiara. Belo Horizonte. Página 17. 1998.

Entendia o governador do São Francisco, Manuel Nunes Viana, que o território baiano ia além das nascentes do rio das velhas, ficando, portanto, a fazenda dos *Montes Claros*, vinculada à província da Bahia sem nenhuma contestação.

Este procurador, visando a separar o sertão do Governo das Minas e incorporá-lo ao Vice-Reinado da Bahia, publicou editais por todo este distrito da Barra do Rio das Velhas proibindo pagar os dízimos (impostos) ao governo mineiro, bem como vedando o envio de gado para as Minas... (**Nos tempos do Padre Corvelo** – Geraldo de Souza, página 101).

Disse, durante esse decurso de tempo, o Conde de Assumar que "... *nem a jurisdição da Barra do Rio das Velhas pertence à Bahia*".¹³ Mas, o Padre Antônio Corvelo que era vigário colado por ordem do governo da Bahia no *Arraial de Morrinhos* (atual Matias Cardoso), isso no ano de 1714, fazia a "*cobra de conhecimentos em boys e vacas como é estilo no Certão*",¹⁴ uma vez que na província de Minas Gerais essa cobrança era feito em oitavas de ouro e era o que acontecia em *Guaicuí e Porteiras*, na barra do rio das Velhas. Em seguida, o Padre Antônio Corvelo traiu a confiança do governo baiano e passou a defender os interesses da província de Minas Gerais, em *Santo Antônio da Estrada* (Curvelo), *Porteiras* e *Campo da Garça* (Corinto).

(13) Trecho da carta do Conde de Assumar (D. Pedro de Almeida) ao Ouvidor-Geral do rio das Velhas sobre os limites com a Bahia (Livro II folhas 58 v. Secretaria de Colonização - **Arquivo Público de Minas Gerais** - Belo Horizonte/MG).

(14) Ibid. à anotação anterior.

NOTA: "Portanto, houve vários atritos, envolvendo o Governador da Capitania de Minas Gerais e Manuel Nunes Viana e seus seguidores, inclusive o Padre Antônio Corvelo de Ávila. Revela acentuar que, posteriormente, o Padre Corvelo abandonou Manuel Nunes Viana aliando-se ao Conde de Assumar, em troca de algumas sesmarias próximas de Curvelo..." (**O Campo da Garça** – Raimundo Lima).

Para nós, não há, pois, motivo algum de dúvida sobre os domínios da Bahia, evidentemente, se basearmos nas informações da carta que o Governador da Bahia, Dom João de Lencastre, que também detinha o título de Governador-Geral do Brasil, enviara em setembro de 1700, ao nobre Governador da *Província do Rio de Janeiro*, Dom Artur de Sá Menezes, nós compreenderíamos melhor sobre os domínios dessas terras. Vejamos:

Amigo e Senhor meu

Agora tive notícias de que algumas pessoas que andam no descobrimento das Minas de Ouro dos Sertões de São Paulo, determinaram passar às que entende haver nos desta capitania geral da Bahia, o que não creio, sendo Vossa Senhoria quem governa essa do Rio de Janeiro, mas porque poderão dizer-lhe que sua jurisdição compreende até os ditos sertões me parece advertir a Vossa Senhoria, como seu amigo, que o rio Verde, o Doce, o Pardo, o das Velhas e as cabeceiras do Espírito Santo estão no distrito da Bahia, para que Vossa Senhoria evite pelo caminho que melhor lhe parecer, que de nenhuma sorte excedam as pessoas que andarem nos ditos descobrimentos, por ordem que tenho de Sua Majestade, que Deus guarde, e eu, como tão ambicioso do Serviço do dito Senhor, lhe quero fazer mais este; e no caso de alguns descobridores que intrometam a passar a este sertão os hei de mandar prender e castigar, pois Vossa Senhoria o não estranhará o fazê-lo eu assim, pois entendo que devemos conversar e defender o que Sua Majestade nos tem entregado.

Fio eu do acerto com que Vossa Senhoria se há em tudo que lhe toca sobre nesta matéria de maneira que tenha eu muito que lhe agradecer, e evitar qualquer ocasião de ventilar jurisdições, quando eu desejô, sem prejuízo da deste Governo Geral, ampliar muito a de Vossa Senhoria, como Vossa Senhoria o tem até agora experimentado.

Bahia e Setembro de 1700. Dom João de Lencastre.

(Documentos Históricos da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/RJ, Volume XI, 281/282).

Porque, de fato, alguns dos primeiros currais de gado da Bahia foram implantados em terras da sesmaria do Conde da Ponte, de Antônio Guedes de Brito, terras essas que ficavam à direita

do rio São Francisco, onde “... os herdeiros do mestre-de-campo Antônio Guedes possuem desde o Morro do Chapéu até à nascente do rio das Velhas, 160 léguas...”¹⁵

(15) **Cultura e Opulência do Brasil por suas Minas e Drogas** – André João Antonil, Lisboa/Portugal. Publicado no ano de 1711.

Antônio Guedes de Brito “... obteve um mundo: 160 léguas de terras contínuas, desde o Morro do Chapéu (hoje cidade ao Norte da Bahia) até a nasença do rio das Velhas (Ouro Preto)”¹⁶ Seria então toda esta faixa de terra, das cento e sessenta léguas, de domínio da província baiana? Sim, acaso seja melhor não tirarmos nenhuma outra conclusão por enquanto, pois, até que isso se dê...

(16) **De Guedes de Brito à Casa da Ponte em Minas Gerais**, Simeão Ribeiro Pires – **Vínculo**, Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da F.U.N.M. Montes Claros, março de 1973.

... no dia 20 de abril de 1763 [quando] é criado o Julgado da Barra do Rio das Velhas, ficando em seu território o do atual município de **Montes Claros** que, antes, era parte integrante da Capitania da Bahia... (**Efemérides Montes-clarenses**. Nelson Viana. Página 201).

No romance **Maleita**, de LÚCIO CARDOSO, é parte da narrativa o seguinte diálogo: “Desde que Pirapora passou a grau mais elevado, o Coronel Tibúrcio Pedreira passou a se interessar pela vida da nova cidade. Morava então em Guaicuí, termo de Bocaiúva, comarca de Montes Claros...”

Veja ainda:

Deve-se a esforços da Bahia, o desbravamento das terras centrais e das regiões do hoje Nordeste de Minas

Gerais, de que os bandeirantes paulistas e mineiros vieram aproveitar as riquezas do Serro Frio e Itacambira, então pertencentes à Bahia e descobertos pelos bandeirantes baianos que abriram a penosa estrada para aquelas regiões, no sentido de melhor ser conduzido o ouro e melhor ser administrada a justiça... (**Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité** – Pedro Celestino da Silva. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, número 58. Página 93. 1932).

Isso se evidencia claramente que o município de Montes Claros já tivesse feito parte do território baiano. Em suma, era o que pretendia Manuel Nunes Viana. E, nem por isso mesmo se explica, com a morte prematura do Conde da Ponte, o morgado Antônio Guedes de Brito, que parte de suas terras devesse pertencer à província de Minas Gerais. Os costumes introduzidos nesses currais de gado eram claramente baianos. Os vaqueiros; o conduzir das boiadas; as tropas; o arroz-tropeiro; os *pousos* dos caminhos e as *vendias* dos arraiais e vilas; as festas religiosas como os batizados, casamentos, os santos e os seus dias santificados. Tudo isto é a Bahia!

Em síntese, os dados de que dispomos são pobres para aprofundarmos nessa análise. Apesar disso, encontramos na memória da sessão da *Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas*, de 23 de julho de 1836, documento que atesta a preocupação do Presidente da Província de Minas Gerais no que seria necessário para modificar os limites desta província com a da Bahia. O assunto fora tratado da seguinte maneira:

... quanto à portaria de V. Exma., Senhor Presidente da Província, datada de 25 de junho vertente, que determina em virtude do aviso da Secretaria do Estado dos Negócios do Império que esta Câmara informe, na parte que lhe toca, se os limites desta Província e as

demaís do Império são susceptíveis de alteração, é de que se responda a S. Excia que a Câmara só é reconhecedora dos limites deste Província com a Bahia, e neste não se reconhece necessidade alguma da alteração já pelas proporcionadas distâncias, costumes e hábitos do povo daquela, diametralmente opostos aos desta, já finalmente, pelo contentamento que mostram todos estes comprovincianos de pertencerem a Minas Gerais, se conservando divididos e interdictos da maneira que se acham... (**Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Vianna, página 365).

Note bem que a invasão dos paulistas não só alargou os limites do território brasileiro para o Oeste, além do *Tratado de Tordesilhas*, como também criou uma nova capitania nas veredas das minas, empurrando os limites finais da sesmaria do Conde da Ponte para mais ao Norte. Novos costumes foram introduzidos nos currais de gado e, com o apresamento dos índios, os paulistas adquiriram supremacia sobre os baianos. Estava decretada a existência da *Província de Minas Gerais dos Cataguases* até o rio Verde Pequeno.

É curioso observar que tudo começou quando

... em 1694 retrocedeu Matias Cardoso com suas tropas e estabeleceu-se com fazendas nos antigos pousos onde deixara agregados seus, distribuindo terras a seus lugares-tenentes, povoando e domando vasta região no norte mineiro...¹⁷

(17) **A Capitania das Minas Gerais** – Augusto de Lima Júnior, pág. 51.

Convém, notar, também, que os baianos estabeleceram-se nesta região bem antes das primeiras descobertas de ouro. Até porque, foram esses mesmos baianos que descobriram os pri-

meiros focos de ouro das Minas Gerais. Os portugueses e os paulistas eram senhores absolutos, os donos das minas e dos currais de gado. Os imigrantes nordestinos (gente pernambucana e baiana), os índios preados e a criadagem permaneciam ali como seus agregados e escravos. Nas minas escravocratas foi o elemento negro legalizado para o trabalho servil gratuito. Com a invasão de portugueses nas minas de ouro, nasce então a figura do *emboaba*,¹⁸ a união de todas as raças contra o império paulista.

(18) Emboaba, alcunha dada pelos descendentes dos bandeirantes paulistas, principalmente na região das minas, nos tempos coloniais, aos portugueses e brasileiros de outras procedências, que estavam no sertão em busca das minas de ouro e de pedras preciosas e, por extensão, aos portugueses em geral.

Sabemos que a criação do gado no território brasileiro iniciou-se no Governo de Tomé de Sousa, sendo que as "... primeiras vacas que foram para a Bahia, escreve Gabriel Soares, levaram-se de Cabo Verde e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição que parem cada ano...".¹⁹ Estando o litoral do país liberado apenas para a criação de animais nos serviços de engenhos, as boiadas seguiam o caminho do interior. Os primeiros trilhos iniciavam-se no baixo rio São Francisco, de onde o gado, lentamente, estava sendo tangido para a região do médio São Francisco, até *Guaicuí*,²⁰ na barra do rio das Velhas.

(19) **História do Brasil** – Pedro Calmon. III volume.

(20) Um ramo da raça goianá, tendo descido para nosso território, estabeleceu-se no rio, que por isso se ficou chamado Uaimii, alterado para Guaíchuí, querendo dizer: "rio das velhas tribos".

Desde de muito antes da expedição da guerra aos *tapuia*, sob o comando de Matias Cardoso de Almeida e do Coronel Figueira que o gado já estava presente nos currais do Nordeste e seguia firme pelas terras alvissareiras do médio São Francisco, principalmente, pelo seu lado esquerdo.

Desde logo admitimos que no propósito de distribuir o gado *vacum* nos currais expostos nos ribeirinhos, devido à qualidade das pastagens e a existência de salinas à flor da terra, estava Francisco Dias de Ávila, filho de Diogo Dias e sua mulher Isabel de Ávila, neto de Garcia de Ávila, homem de notável espírito público e inquebrantável caráter, prestou relevantes serviços durante a introdução do gado nas margens brumosas do São Francisco.

Apesar de tamanhos contratempos, a guerra contra os *acroá* deu a Francisco Dias de Ávila sesmarias nas margens do São Francisco, onde os bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso fundaram as primeiras cinqüenta fazendas de criar gado, isso durante os anos de 1671 a 1674.

Ficamos, pois, na crença de que a campanha de pacificação dos índios *tapuia*, na região do Nordeste brasileiro, atingiria os objetivos propostos por João Amaro e Matias Cardoso de Almeida. Era o início do ano de 1694 quando alguns paulistas retornaram ao sertão com uma considerável quantidade de índios apressados e com a ajuda desses índios eles fundaram um sem-número de fazendas de criar.



Meio de transporte

Capítulo 12

A pacificação dos índios tapuia no alto rio Pardo – Criação da fazenda Brejo Grande, por Antônio Gonçalves Figueira – Há, ainda, outras fazendas com o nome de Brejo Grande – O Coronel Figueira na bacia do rio Verde Grande e Gortuba – A expedição de Spinosa/Navarro esteve perlustrando a região de Montes Claros.

Após a empreitada com Coronel João Amaro e Matias Cardoso de Almeida

... quando nos fins do século XVII terminada a campanha de pacificação dos indígenas sublevados do Rio Grande e S. Francisco, Antônio Gonçalves Figueira se tornou de bandeirante um povoador de terras, dentre as situações que criara – Jayba, Olhos d'Água, Brejo Grande e Montes Claros – esta última foi a que lhe mereceu maior cuidado e mais particular atenção...¹

(1) **Municípios - Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais.** Lei número 843, de 7 de setembro de 1923.

Aconteceu a pacificação aos índios tapuia "...primeiramente na bacia do rio Pardo...",² conforme há registro em um pequeno mapa da capitania de Minas Gerais. Em torno dessa afirmativa, encontramos notícias da fazenda *Brejo Grande*, de Antônio Gonçalves Figueira, na região do rio Vacaria, pois não se pode fugir dessa conclusão.

(2) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes Augusto de Paula – Montes Claros.

Além das fazendas já pesquisadas, a de *Brejo Grande* só fora localizada nos estudos de pesquisas

... tardiamente, na segunda metade do século XVIII, [é que] vamos encontrá-la, longe, aliás, da zona em que se afazendeu Antônio Gonçalves Figueira, digamos, em que se afazendaram os irmãos Figueiras, cunhados de Matias Cardoso de Almeida e da progênie dos Gaias...³

(3) **A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais** – Miguel Costa Filho. Pág. 51.

NOTA: Gaia era o sobrenome da família do pai de Antônio Gonçalves Figueira, originado da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, na Província de Piratininga (São Paulo).

Merece de assinalar ainda as contradições que se observam nessas afirmações sobre a localização exata da fazenda *Brejo Grande*. Isso, no entanto, sem discordar das localizações de outras tantas fazendas que foram criadas ao longo do estirão do rio Verde Grande e de seus inúmeros tributários.

Por aonde teria andado o Coronel Antônio Gonçalves Figueira todo este tempo?

Diz o ilustre historiador DIOGO DE VASCONCELOS que a expedição de Matias Cardoso de Almeida e do *desabusado* Coronel Antônio Gonçalves Figueira

... pôs-se em movimento atravessou a serra e deu princípio à guerra em meado de novembro de 1693. Em 25 de abril de 1694, os índios, desanimados, pediram paz, e o tenente-coronel suspendeu as hostilidades...

Na realidade, é verdadeiro que os combates ali continuaram e que durariam alguns anos mais adiante.

A luta durou alguns anos e se estendeu a Pernambuco e ao Ceará, terminando num feito decisivo do Capitão

Antônio Gonçalves Figueira que destroçou os caiapó às margens do Jaguaribe... (**São Francisco, nos caminhos da história**. Brasiliense Brás. Página 42).

Entretanto, notícias dão conta de que o Coronel Antônio Gonçalves Figueira continuava em combate com os índios *caiapó*, da família dos *tapuia* até no ano de 1697, e, "... num feito decisivo, destroçou os caiapó, que se tinham refugiados nas margens do Jaguaribe, do Ceará (em 1697)...",⁴ o que tratou logo de cercá-los e de reduzi-los à escravidão.

(4) **História Média de Minas Gerais**. Diogo de Vasconcelos. Página 30.

ANTÔNIO GONÇALVES FIGUEIRA

Antônio Gonçalves Figueira sempre fiel a Matias Cardoso [Almeida], o acompanhou nessas expedições, como anteriormente o havia feito com Fernão Dias [Paes].

Figueira, terminado o movimento pacificador dos infelizes selvagens, (abril de 1697), e verificado o lucro na partilha, que foi de setecentos escravos, se foi estabelecer em **Brejo Grande**, onde plantou cana-de-açúcar e assentou o primeiro engenho que se viu nessas paragens.

Porém a idéia fixa do sertanista – descobertas de minas metálicas e de pedras preciosas – como só aconteceu àqueles que se enveredam pela vida aventureira do mineiro, não se abandona a este que se tornou em lavrador, e o faz demandar o norte, devassando as regiões incultas do vale do São Francisco, que mais próximas lhe estavam, conquistando as tribos ali localizadas e assim o sertão do rio Verde, se aproximando desta arte das faladas serras do Vapabuçu, descobertas pelo Governador das Esmeraldas.

Fundou então, nos últimos dias de século XVII, ou que é mais provável – na primeira década do XVIII, as fazendas de Jaíba, Olhos d'Água e Montes Claros. (**Monografia Histórica de Montes Claros** – Urbino Viana, páginas 36/8).

De tudo que lemos, ainda registra URBINO VIANA que a fazenda *Brejo Grande* não se refere àquela localizada na região de Ituaçu, na Bahia, no caminho que passava por *Tranqueira* – perto de *Paramirim das Creolas* – conforme roteiro de ANTONIL. Realmente, em Ituaçu havia uma fazenda com o nome de *Brejo Grande*, mas que não tinha nenhuma relação com a fazenda *Brejo Grande* do Coronel Gonçalves Figueira.

Na parte baiana de seu roteiro, Quaresma alude a alguns engenhos de cana que fabricam aguardentes e rapaduras e algumas formas de açúcar, além de três engenhos, dos quais refere os nomes dos respectivos proprietários e localidades. Por outro lado, só uma vez aparece o nome de **Brejo Grande**, dado a um lugar por onde passou Quaresma Delgado, indo de Jacobina ao Rio das Contas, portanto na Bahia, muito longe do território mineiro... (**A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais** – Miguel Costa Filho. Página 51).

Ora, com os recursos que dispunha e na medida de sua capacidade de relatar minuciosamente os fatos, o erudito historiador Doutor URBINO VIANA nos legou uma empolgante e ingênua narrativa, na qual expõe sobre os assuntos aqui em questão, e ainda nos diz que "... Antônio Gonçalves, em sua fazenda *Brejo Grande*, levantou o primeiro engenho de açúcar que se viu naquelas paragens e abriu, pelo ribeiro do Jequitai, a estrada de São Francisco..."⁵ e depois acrescenta ainda que "...existe, en-

(5) **Bandeiras e Sertanistas Baianos** – Urbino Viana, página 62.

tre o rio das Velhas e Jequitai uma fazenda com esse nome [*Brejo Grande*] e que nos últimos anos pertenceu ao Coronel Cipriano de Medeiros Lima, falecido a 21 de dezembro de 1891, como Barão de Jequitai..."⁶ não sendo, portanto a mesma fazenda do Coronel Gonçalves Figueira.

(6) **Monografia Histórica de Montes Claros** – Urbino Viana, páginas 37/38. Nota-se que Simeão Ribeiro Pires ainda diz no seu livro "**Serra Geral, diamantes, garimpeiros e escravos**" que Cipriano de Medeiros Lima possuía vinte e cinco fazendas e era considerado o maior fazendeiro da região norte-mineira. Dentre elas, está a fazenda **Brejo Grande**, no município de Jequitai, hoje pertencente à Belga-Mineira.

O ilustre historiador, Doutor HERMES AUGUSTO DE PAULA, nos afirma em sua obra **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**, que o Coronel Gonçalves Figueira teria ido, inicialmente, para o Norte de Minas e lá "... fundou, na bacia do rio Pardo, a fazenda *Brejo Grande*, onde instalou o primeiro engenho de cana do Sertão...". Então, com relação o que diz MÁRCIO SANTOS, ela ficava na cidade de São João da Ponte. Ora, acreditamos que não, pois a localização correta da fazenda *Brejo Grande*, como vamos encontrar mais adiante, era que ficava entre os rios *Peixe Bravo* e *Vacaria*.

O rio *Peixe Bravo* nasce no distrito de Serra Nova e é um importante afluente do rio *Vacaria*, que, por sua vez, vai engrossar o *Jequitinhonha*. Sendo assim, a região vasculhada por Fernão Dias Paes tinha muito a ver com o seguimento do roteiro da passagem do rio *Peixe Bravo* e que já era do conhecimento do Coronel Antônio Gonçalves Figueira.

Nesse sentido, pode-se dizer que do arraial da Serra do Grão-Mogol à fazenda da *Bemposta*, dos irmãos Antônio, Francisco e Manuel

Dias, em Serra Nova, passava-se pela fazenda *Brejo Grande*, a que pertencia ao Coronel Antônio Gonçalves Figueira. Idêntica era a situação de Serra Nova para o sítio de Caetitê, na província da Bahia, que direcionava pela fazenda de *São Romão*, do capitão-mor Salvador Cardoso de Sá⁷. Notamos, no entanto, com algumas alterações, que não lhe afetasse essencialmente o traçado inicial do sítio de *Caetitê Velho* que se dirigia daí para a fazenda de São Félix, próximo a Cachoeira.

(7) Capitão-mor Salvador Cardoso de Sá fez parte do grupo que recebeu terras das oitenta léguas do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, em 1690. Acredita-se até que ele fosse um aparentado do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida. Segundo o Cônego Newton Caetano de Angelis, no seu livro **Efemérides Rio-pardenses**, "nesta leva encontrava-se o bandeirante paulista Antônio Luís dos Passos" que criou os currais de gado na barra do rio Preto com o rio Pardo, em 1698, o que depois deu origem à cidade de Rio Pardo de Minas.

Desde que saí de **Serra Nova** [distrito de Rio Pardo de Minas], quase não descansei. Cheguei em São Félix, achei logo frete inteirado para Maracá. Aí tampei a tropa de sal. E aí para casa. Mas no Gavião, soube que na Lavra do Mucugê, sal e toucinho estão bons. Então troquei um bocado de sal por toucinho e aqui vou eu... (Maria Dusá – Lindolfo Rocha).

NOTA: Lindolfo Rocha nasceu em Grão-Mogol e viveu sempre na Bahia. Publicou contos e ensaios e até um poemeto de propaganda antiescravagista em 1886.

Este roteiro foi explorado pelos tropeiros, que aludimos ainda pertencente à família bandeirante. Portanto, a fazenda *Brejo Grande* foi o mais importante pouso dos tropeiros entre as minas das gerais e os currais de gado do sertão baiano.

De modo geral, o MÁRCIO SANTOS tinha bons motivos para fundamentar a sua opinião sobre a real localização da fazenda *Brejo Grande*, do Coronel Gonçalves Figueira, em São João da Ponte. Primeiro porque esta fazenda "... foi transferida ao senhor da Tabua, Manuel Nunes Viana..."⁸ e, depois, é merecedor de assinalar o que se observa. A localização da fazenda *Brejo Grande*, nestas condições, segue a mesma reta perpendicular, à margem direita do rio São Francisco, em referência às outras fazendas do Coronel Gonçalves Figueira. Mas não foi esta fazenda, a que diz MÁRCIO SANTOS, transferida para Manuel Nunes Viana. É certo que há uma fazenda em São João da Ponte, com o nome de *Brejo Grande*, entretanto, ela não é e nunca foi de Antônio Gonçalves Figueira.

(8) A fazenda Tabua, de Manuel Nunes Viana, ficava localizada onde é hoje o município de Joaquim Felício, nas margens do rio Jequitá. (**Bandeiras e Sertanistas Baianos**. Urbino Vianna).

NOTA: A fazenda *Brejo Grande* que fora vendida para Manuel Nunes Viana ficava ao lado esquerdo do rio São Francisco. "... Gonçalves Figueira foi companheiro de Matias Cardoso nas guerras ao gentio do norte, e, na sua volta estabeleceu fazenda de canna no rio Japoré, na margem esquerda do S. Francisco, chamando-a **Brejo Grande do Figueira**, que depois foi transferida ao senhor de Tabua Manuel Nunes Viana...". Diz, entretanto, Miguel Costa Filho: "... é uma hipótese plausível, mas o autor de Montes Claros (Urbino Vianna), por sua vez, também não nos aponta a fonte em que se baseou, não nos fornece nenhum indício da veracidade de sua informação...".

Vejamos o que diz então MÁRCIO SANTOS no paradoxo de tal situação:

Antônio Gonçalves Figueira, por seu turno, estabeleceu-se inicialmente no *Brejo Grande* (*São João da Ponte/MG), onde instalou o primeiro engenho de cana-de-açúcar daquelas paragens. Daí passou ao sertão do rio Verde Grande, onde fundou as fazendas de gado denomi-

nadas Jaíba, Montes Claros e Olhos'água (*Bocaiúva/MG). Construiu, partindo desta região inóspita, estrada para o rio São Francisco e, quando se descobriram às minas de ouro, abriu caminho a que veio a sair em Pitangui, para vender o seu gado (**Estradas Reais** - Márcio Santos).

NOTA: A fazenda do Brejo Grande, localizada no município de São João da Ponte, citada aqui por Márcio Santos, também não corresponde com a mesma fazenda do Brejo Grande descrita várias vezes nos roteiros da Bahia como sendo a de Antônio Gonçalves Figueira. Hoje, esta fazenda do Brejo Grande, em São João da Ponte, transformou-se no atual Distrito de **Olímpio Campos**. Ali, ainda se conserva, nos paredões de pedras sobrepostas, uma bela paisagem, dádiva oferecida pela natureza através da ação do tempo.

Destarte, numa rápida conversa com o Doutor LUÍS DE PAULA FERREIRA, aparentado que é do Coronel Gonçalves Figueira, afirmava-nos que a primitiva fazenda do *Brejo Grande* do Coronel Antônio Gonçalves Figueira realmente se localizava no alto da serra Geral, Norte de Minas, na região do alto rio Pardo, corroborando assim com as informações do historiador MIGUEL COSTA FILHO, no seu livro **A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais**.

Segue adiante uma outra definição sobre a localização da fazenda *Brejo Grande*. Essa de maior importância ainda. Vejamos:

... Antônio Gonçalves Figueira fundou as fazendas Montes Claros (hoje cidade), Brejo Grande, Jaíba e Olhos d'Água. Em **Brejo Grande** (município de Grão-Mogol), conforme descobrimos em velhos mapas do Arquivo Ultramarino de Lisboa, levantou-se o primeiro engenho de cana de Minas Gerais...”

(9) **Serra Geral, diamantes, garimpeiros e escravos**. Simeão Ribeiro Pires. Página 228

Mais uma vez depositamos crédito nas informações de MIGUEL COSTA FILHO, quando ele fala da região de *Vacaria*.

Considerando que Grão-Mogol, no ano de 1781, já era vila com o nome *Arraial da Serra*, é certo que os seus limites iam, rumo norte, até a divisa do *Distrito de Rio Pardo da Casa da Ponte*. Sob este mesmo aspecto, parece que podemos perfeitamente entender que a fazenda *Brejo Grande* estaria no rio *Vacaria*, entre as suas margens e as do rio *Peixe Bravo*, no município de Grão-Mogol, descartando, uma vez por todas, a idéia da fazenda *Rio-pardinho*, no alto rio Pardo. Aliás, este erro nós o cometemos ao elaborarmos o livro **Breves Notas Sobre a Origem do Município de Guanambi**,

Em vista disso, nos arquivos da Biblioteca Nacional, na Seção de Iconografia (arc. 23.4,2), o pesquisador MIGUEL COSTA FILHO localizou outras notícias, muito mais animadoras ainda, sobre a real localização da fazenda *Brejo Grande*. Vejamos, pois...

... esse Brejo Grande que figura no Mapa Topográfico e Hidrográfico da Capitania de Minas Gerais, de autor e data desconhecidos, no caminho mais oriental que ligava a Capitania da Bahia àquela outra, abaixo do rio *Vacaria* e, nesta ordem, antes de Boa Vista, Santo Antônio, Santa Quitéria, Tocabiruçu, (Itacambiruçu?), Isidoro e o Arraial de Tocambira, isto é Itacambira, hoje distrito do Município de Grão-Mogol... (**A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais** - Miguel Costa Filho. Página 51).

Atingimos, finalmente, um ponto coerente com as nossas expectativas. No roteiro de Quaresma é mencionada a existência de uma engenhoca de açúcar, a única em toda a zona mineira que fora percorrida por ele, e que pertencia naquela

época ao atilado Coronel Geraldo Domingues.¹⁰ Essa engenhoca ficava na fazenda *Brejo Grande* num caminho a dois quilômetros da estrada de quem vinha do riacho *Peixe Bravo*, na fazenda *Passagem do Peixe Bravo* à *Tapera da Vacaria*. Um interessante elo entre as informações da fazenda *Brejo Grande* se alastra pelos estudos que realizamos. Diz ainda FELISBELO FREIRE que

... margeando esse rio [rio Pardo], atravessando o rio Preto, depois de passar por algumas fazendas de gado e, acompanhando a serra do Grão-Mogol, chegava-se ao rio **Peixe Branco**, perto do qual existia uma engenhoca de assucar do coronel Geraldo Domingues e ao rio da Vacaria...¹¹

(10) O Coronel Geraldo Domingues "que foi o potentado em Serro Frio" conforme palavras do Cônego Newton Caetano de Angelis, era ainda irmão do Coronel Antônio Luís dos Passos, o fundador da cidade de Rio Pardo de Minas.

(11) **História Territorial do Brasil** – Felisbello Freire, página 86. Nota-se que nesta informação de Felisbello Freire foi o rio Peixe Bravo indicado indevidamente com o nome de **Peixe Branco**.

de onde partia uma estrada para as cabeceiras do rio Verde e que ia chegar até a fazenda dos *Montes Claros*, de Antônio Gonçalves Figueira.

Não é, pois, muito difícil de localizar o sítio em que houve esse engenho, a nordeste da região em que se estabeleceu, muito antes, Antônio Gonçalves Figueira. Este, como sabemos, fundou fazendas em terras do atual município de Montes Claros, tendo uma delas dado o seu nome a esse comuna, de que foi o embrião. A engenhoca de Geraldo Domingues estava situada em terras que hoje pertencem ao município de Grão-Mogol... (**A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais** – Miguel Costa Filho. Página 50).

Com efeito, temos como certo o ano de 1697, depois dos combates aos índios *caiapó*, no Ceará e Rio Grande do Norte, para a criação desta afortunada fazenda, com a sua engenhoca, e, dela, a abertura de uma estrada até o pouso de *Tranqueira*, na Bahia. Também que o Coronel Figueira combateu, no alto rio Pardo, os índios *rubicundo* da família dos *tapuia*, e "... além da primeira fazenda em terras altas do *Itapicuru*, veio depois fundar a do *Brejo Grande*, na qual estabeleceu o primeiro engenho de moer cana que houve no sertão..."¹⁰ Nesta região, a atonia dos proprietários das fazendas era que prejudicava os constantes ataques dos índios *tapuia* do alto rio Pardo. Com autorização do Vice-Rei João de Lencastre (1694-1702), o estóico Coronel Figueira tratou de organizar uma pequena expedição para pôr fim, de uma vez por todas, às investidas desses índios e "... dar sossego ao país..."

(10) **História Média de Minas Gerais**. Diogo Vasconcelos. Página 54.

O Coronel Gonçalves Figueira, para completar o seu plano de pacificação, ocupou também os territórios do rio Verde Grande e parte do rio *Gorutuba*. Essa situação engendra, naturalmente, porque a região do vale do rio *Gorutuba* ainda não era habitada ao tempo em que o Coronel Antônio Gonçalves Figueira assentou ali as suas fazendas, afora os acobreados *botocudo*.

Em 1817, AIRES DE CASAL registrava em seu trabalho, **Corografia Brasilica**, a parte física da região de toda a bacia do rio Verde Grande, sendo que já havia ali inúmeras fazendas de criar gado vacum, pois esta é a realidade que se deve ter em mente na descrição de CASAL. Diz ele:

O rio Verde, que he caudalouzo, e atravessa certões extensos povoados de gado vacum, riqueza de muitos

fazendeiros ou criadores, que vivem dispersos, principia na vizinhança da porção meridional da serra do Gram Mogor. Depois de largo espaço contra o Norte recolhe pela margem direita o rio Guaratúba, que principia na proximidade da porção septentrional na mesma serra do Mogor, e traz consigo o Pacuhy, que sahe da serra Branca, e une-se-lhe pelo lado oriental, Coisa de tres léguas abaixo da fóz do Guaratúba sahe o rio Verde Pequeno, que vem do morro do Chapéu, porção da serra das Almas procurando o Poente, e fazendo a divizão septentrional da Província. Nesta paragem já o rio Verde Grande corre ao Occidente ou com pouco differença, e continúa o mesmo rumo athé se encorporar com o de S. Francisco, cujos pescados lhe sam comuns, e aos que os engrossam. Todos correm por terrenos agrestes, que jamais serão bem povoados...". (**Corografia Brasileira** - Aires de Casal, *faç-simile* da edição de 1817. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1945).

Bem disse o historiador URBINO VIANA: "Foi dali que o Coronel Figueira saiu para estabelecer-se nas margens do rio Verde Grande...", onde se instalou, na vertente do rio Pacuí, o seu sítio *Montes Claros*, que só depois de algum tempo foi que teve as suas terras legalizadas pelo Alvará de 12 de abril de 1707. Por tudo isso "... não só os irmãos de Figueira, como muitos outros paulistas que se afazendando concorreram para o desenvolvimento desta zona - passagem obrigatória dos comboios que da Bahia procuravam as Minas, ou de São Paulo que varavam em busca das descobertas auríferas do Rio de Contas...",¹¹ na Bahia.

(11) **Municípios - Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais**, Lei Número 843, de 7 de setembro de 1923).

Por fim, era esse o objetivo maior do Coronel Gonçalves Figueira em completar o seu plano de pacificação com os nativos e implantar as fazendas de criar gado. Além disso, é preciso consi-

derar a questão de outro ângulo. Será que o Coronel Gonçalves Figueira voltaria a procurar as difas esmeraldas de Fernão Dias Paes? Não. Nunca mais ele se preocuparia com as pedras verdes do *Sabarabuçu*.

Em todas as suas fazendas, ele criava o gado, inclusive na fazenda de *Brejo Grande*, onde tinha o engenho de cana.

..., as três fazendas por ele estabelecidas naquele trecho de nossa pátria eram fazendas de criação, eram fazendas de gado. Não consta que nenhuma delas tivesse engenho, uma simples engenhoca que fosse, de açúcar, de rapadura ou aguardente...¹²

(12) **A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais** - Miguel Costa Filho. Página 48.

No roteiro da *Vila de São Pedro do Fanado*, com destino à *Bahia de Todos os Santos*, avulta-se depois da *Passagem da Areia*, a antiga fazenda de *São Romão*,¹³ do capitão-mor Salvador Cardoso de Sá, como ponto exato de convergência para *Tranqueira* e também para a Cidade da Bahia (Salvador/BA). Como veremos mais adiante, era por essa região que passava a estrada mais curta para *Tranqueira*, na Bahia.

(13) A fazenda de *São Romão* era de propriedade do Capitão-Mor Salvador Cardoso de Sá, e localiza-se nas proximidades do rio *Passagem da Arreia*, afluente do rio *Pardo*, em *Rio Pardo de Minas*.

As dificuldades que os rios apresentavam na travessia do gado fizeram com que os sertanistas procurassem pelas regiões mais altas. Isso aconteceu com os caminhos por aonde passava o gado. O roteiro da fazenda *São Romão* foi o mais utilizado para levar o gado das fazendas do rio das Rãs, na Bahia, para a região das minas gerais, na província mineira.

Nesta estrada ficava o *Curral de Pedras*, da fazenda *Passagem do Peixe Bravo*, dos antecedentes de José da Costa. Era parada obrigatória para o gado, pois havia pastos e água em abundância, sem falar no cercado de pedras que dava abrigo ao rebanho, com total segurança. Mais adiante, no rumo norte à procura da estrada da Bahia, ficava a fazenda *Brejo Grande*, de quem tanto falamos neste trabalho.

Em 1720, por carta régia, o Rei de Portugal mandou abrir uma estrada da Bahia para as minas, encarregando-se dessa tarefa Antônio Gonçalves Figueira. Não se tratava, porém, como querem alguns historiadores, de abrir o primeiro caminho de ligação da Bahia com as Gerais, mas, sim, de estabelecer um caminho mais curto (**O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII** – Malfada P. Zemella).

No Governo de Dom Duarte da Costa, ao chegar-se nos meados do ano de 1553, a expedição Spinosa/Navarro esteve perambulando os claros montes de Montes Claros. Disse o Padre Navarro, em uma de suas cartas, que tivesse passado por "... *uma serra mui grande, que corre de norte para o meio dia e nella achamos rochas mui altas de pedra mármore...*"¹⁴ Os expedicionários de Francisco Bruzza de Spinosa tinham alcançado parte do rio Verde, depois às nascentes do rio Guavinipã, rio Jequitaiá e rio São Francisco. "... *estavam na região de Montes Claros, mas não se estabeleceram no local...*"¹⁵

(14) **Monografia Histórica de Montes Claros** – Urbino Viana. Pág. 27.

(15) **Montes Claros de Ontem e de Hoje**. Yvonne de Oliveira Silveira e Zezé Colares. Página 21.

Capítulo 13

Quem era Antônio Gonçalves Figueira? – Fatos que atestam o início de Montes Claros – Histórico documental sobre a doação do patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros – Os coronéis do primeiro período político de Montes Claros – A princesinha que ficou no sertão.

Nas lembranças históricas sobre *Montes Claros de Formigas*, foi o bravo Coronel Antônio Gonçalves Figueira, o primeiro a assentar a sua morada na fazenda dos *Montes Claros*, nestas paragens dos campos das terras tanatingas, que ficavam nas vertentes do rio Verde Grande e do rio Pacuí, orladas de forragens ingêntas favoráveis à criação do gado.

Era Antônio Gonçalves Figueira filho primogênito do Coronel Manoel Afonso Gaia e de Dona Maria Gonçalves Figueira, natural da *Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém*, de aonde partiram os primeiros descobridores e povoadores das Minas do Carmo e Sabará.

De uma distância sem-fim, vinha o Coronel Gonçalves Figueira vasculhando as vastíssimas colinas das serras de Santo Antônio de Itaçambirucu, em Grão-Mogol, à procura de ribeirões límpidos e horizontes desembaçados, de onde pudesse avistar os montes claros do *ribeirão do Vieira*.

Ai, ele encontrou o *ribeirão do Vieira*.

O que parecia que a eternidade seria o limite, não aconteceu. Havia, depois de longo tempo, um desinteresse total do Coronel Gonçalves Figueira em continuar morando nas terras das margens do *ribeirão do Vieira*. Terras essas, localizadas entre duas vertentes de águas límpidas. Ali mesmo

onde o gado perdeu-se pela macega ao longo dos brejais distantes.

Percebe-se que neste intervalo de tempo "... quando ainda se encontrava em plena atividade, a morte, que a todos espreita e a ninguém avisa, colheu o bravo sertanista..."¹ Aqui, o Coronel Antônio Gonçalves Figueira vivia sem a companhia de sua esposa Dona Isabel Ribeiro de Aguiar, pois ela morava em terras paulistas. O cansaço físico e a solidão talvez contribuíram muito para que ele tomasse a decisão de vender todas as suas propriedades no vale do rio Verde.

(1) **O Padre Velho.** Geraldo Tito Silveira, página 32.

NOTA: Antônio Gonçalves Figueira nasceu na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, na Província de Piratininga (São Paulo).

Relacionamos abaixo os nomes dos filhos do Coronel Antônio Gonçalves Figueira, na seguinte ordem:

Filhos legítimos (do Coronel Figueira com Dona Isabel):

Manoel Ângelo Figueira,
Francisca Ângela Xavier da Silva,
Maria Inácia da Silva,
Miguel Gonçalves Pereira,
José Antônio Gonçalves Figueira,
Córdula Maria de Jesus

Filhos bastardos (do Coronel Figueira):

André Gonçalves Figueira
Domingas Maria de Jesus
Rita Maria de Jesus.

O seu filho André Gonçalves Figueira, diz o historiador DIOGO DE VASCONCELOS, nasceu fora do casamento, juntamente com outras duas irmãs: *Domingas Maria de Jesus e Rita Maria de Jesus.*

Como já foi observado, na parte relativa à história, são de valor e de exatidão muito desiguais, as crônicas e as notícias que dessas diferentes fases possuímos. Quem lê essas obras sabe que a nossa tradição é bastante conclusiva: Montes Claros se deve a Antônio Gonçalves Figueira a sua fundação, haja vista que foi ele o primeiro a penetrar pelas brenhas virgens de nossa terra e aqui se estabelecer com a sua estreme família numa pequena moradia. É assim que pensam alguns montes-clarenses, devido aos antigos ensinamentos obtidos nas salas de aula e durante as festividades cívicas de sua independência.

Há maneiras de saber, de pensar e de entender os escritos que revelam, de modo irrefutável, um entendimento de amizade a Montes Claros. Pois, é esta manifestação de apreço e de carinho, mais ou menos consistente na complexidade da razão de cada um de nós, que faz nascer, no cerne de nossa alma, uma grande admiração por essa terra.

Conhecida a importância de reparos na nossa história, o que vem acontecendo em grande escala, fica evidente a existência de interesses em cultuar nomes e razões de ser no passado. Isto por questões filosóficas, quer por motivos políticos ou pessoais. É certo que o rumo da história tem desviado sua rota costumeira.

Faltam documentos para escrever a história primitiva de Montes Claros, por isso seria ridículo estudar a sua antiga trajetória sem ao menos consultar os registros da Bahia. Ora, a história-mãe da Bahia está ligada a todas as narrativas de monografias de municípios do Norte de Minas e estados do Nordeste.

E, assim sendo, apuramos dois fatos que atestam o início de Montes Claros. O primeiro deles é a existência do velho arraial do *Cruzeiro*, que tinha domínio total do boníssimo Padre Teotônio

Gomes de Azevedo² e que ficava bem próximo à fazenda dos Montes Claros na Vila de Montes Claros de Formigas. Com a epidemia da varíola, matando mais da metade de sua população, inclusive o próprio Padre Teotônio Gomes de Azevedo, as pessoas do arraial do *Cruzeiro*, fugindo da peste avassaladora, mudaram-se, incontinentemente, para a Vila de Montes Claros de Formigas, "... que passou a progredir mais rapidamente, se tornado ponto de tropeiro, que antes preferiam *Cruzeiro*..."³ E o outro fato foi a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, pelo fazendeiro Alferes José Lopes de Carvalho em sua propriedade, conforme solicitação despachada em 18 de junho de 1769.

(2) O Padre Teotônio Gomes de Azevedo, que era irmão do Comendador Domingos Gomes de Azevedo (fundador do arraial do Gentio – atual distrito de Cerafina/Guanambi-Bahia) e tio do Cônego Sabino Gomes de Azevedo e de Joaquim Venâncio de Azevedo, intendente de Caetité (**O Distrito de Paz do Gentio e a história sucinta de sua decadência** – Dário Teixeira Cotrim).

(3) **Montes Claros de Ontem e de Hoje** – Yvonne Silveira e Zezé Colares. Página 22.

NOTA: No dia 20 de julho de 1835, chegavam à Vila de Montes Claros de Formigas as duas primeiras lâminas de pus vacínico contra as varíolas ou bexigas (**Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Viana, página 358).

CURIOSIDADE: O Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros, datado de 7 de junho de 1858, diz no seu Capítulo 2º sobre alguns preservativos de enfermidades. No artigo 77, convém o seguinte: "É proibido a entrada de qualquer pessoa com bexigas, ou qualquer enfermidade contagiosa nesta vila, e povoações do Termo. Quando aconteça entrar alguém neste estado, se fará logo sair da povoação, e não lhe será permitido residir ou demorar-se nas estradas públicas. Para a pontual execução deste artigo, os Fiscais se corresponderão com as diversas Câmaras. Os infratores sofrerão a multa de 8\$000 réis, e prisão por um dia; e a de prisão não pode

recair sobre o enfermo. Por infrator também se entende o que foi conduzido o enfermo e o oculta." Ainda no artigo 78 diz o Código de Posturas: "As pessoas que morrerem de bexigas não serão enterradas em povoado – pena do artigo antecedente."

Por isso, em vez de discutir o assunto de modo polêmico, apresentaremos nossas concordâncias de que "... as estradas mandadas construir pelo Capitão Antônio Gonçalves Figueira facilitaram a vinda de novos aventureiros seduzidos pelo comércio do gado..."⁴ e, por ilação, o que nos revelou notar, nessas evocações, foi o início do desenvolvimento da vila em torno de uma capela e, em seguida, o aparecimento de uma pequena feira livre.

(4) **O Padre Velho** – Geraldo Tito da Silveira, página 32.

Formigas é um dos pontos principais da parte oriental do Sertão e faz-se aí um comércio importante de gado, salitre, couros e peles. O gado bovino e os cavalos vendem-se para a Bahia; o salitre vai para o Rio de Janeiro e para Vila Rica e finalmente parte dos couros se consome no comércio local no empacotamento do salitre, e outra parte se envia a Minas Novas, onde se fabricam sacos especiais para levar algodão. Quanto às peles, os próprios arredores de Formiga pouco fornece atualmente: os mercadores da região, que com elas comerciavam, obtêm-nos nos arredores do São Francisco. Os artigos de fabricação européia, os vinhos, etc., que se vendem em Formigas para o consumo do próprio distrito e de uma parte do Sertão, vêm principalmente da Bahia, porque é essa praça que a região fornece maior quantidade de mercadorias. Importam-se também vários objetos europeus do Rio de Janeiro, em troca de salitre, e de Santa Luzia lugar de entreposto,

em troca de peles... (August François César Provençal de Saint-Hilaire).

NOTA: O naturalista francês August François César Provençal de Saint-Hilaire chegou no arraial de Montes Claros de Formigas no dia 2 de agosto de 1817, no dia seguinte (domingo) ele assistia, na praça da Matriz, uma procissão em honra à Virgem Maria.

A constituição do patrimônio para a criação da capela foi feita pelo próprio Alferes José Lopes de Carvalho, em terreno de sua propriedade legalmente adquirido do Tenente Manuel Ângelo Figueira e de sua mãe, Dona Isabel Ribeiro de Aguiar, viúva do Coronel Antônio Gonçalves Figueira. Era o Alferes José Lopes de Carvalho casado, em primeiras núpcias, com Dona Inácia Pereira Leal, e que faleceu sem deixar filhos. Casou José Lopes de Carvalho em segundas núpcias com Dona Maria Francisca Caetana de Campos, que sobreviveu ao Alferes e também não lhe deu nenhum filho. Portanto, o benemérito instituidor do patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José e fundador da *Vila de Montes Claros de Formigas*, morreu sem deixar descendente.

A gestação começou em julho de 1769, quando José Lopes de Carvalho requereu licença para a construção de uma capela na Fazenda dos Montes Claros. E o largo se formou em volta da capela, dando origem à comunidade... (Hermes de Paula, em depoimento à Revista 'Montes Claros em Foco', ano XII, número 36, de agosto de 1979).

Assim, José Lopes de Carvalho – bem alegre – faz levantar no largo à frente de sua casa, na estrada da Passagem, a primeira Capela da Fazenda dos Montes Claros. Era no ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1769 quando ele fez a doação de légua e

meia por uma de largo de terras de sua fazenda, com cinquenta novilhas. E escravos, certamente para cuidá-las... (Arthur Jardim de Castro Gomes).

Era natural, pois não haveria mais dúvidas sobre o desenvolvimento e posterior independência administrativa e política da vila de Montes Claros de Formigas. Houvera, sim, dois princípios razoáveis que contribuíram, de ordem fundamental, para o emancipamento desta vila sertaneja. O primeiro ocorreu com a doação das terras à Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José pelo Alferes José Lopes de Carvalho e, o segundo, foi a emergente construção de uma *intendência* (ou mercado de negócios), em 1831, por José Gonçalves Pereira Branco, que solidificava duma vez a grandeza dos filhos desta terra.

Essa intendência garantia a permanência dos tropeiros na Vila e, certamente, a presença desses tropeiros, no vai-e-vem dos logradouros públicos, fortalecia de maneira substancial o poder de revenda dos produtos oriundos da Corte Real.

Portanto, estamos convictos de que, se outros méritos não os tivesse, bastaria a doação dessas terras, além dos cinquenta novilhos ferrados, que foram empregados na ajuda da construção de uma modesta ermida, para que o Alferes José Lopes de Carvalho fosse reconhecido como sendo o autêntico fundador da *Vila de Montes Claros de Formigas*, depois de alguns anos, transformada nesta querida, dinâmica e belíssima cidade de Montes Claros, e que é hoje venerada excessivamente por todos nós.

HISTÓRICO DOCUMENTAL SOBRE A DOAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CAPELLA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E SÃO JOSÉ DE MONTES CLAROS

A fls. 114 e 115 v. do Livro 3 do antigo e extinto Julgado da Barra do Rio das Velhas, encontra-se a cópia autêntica da escriptura de doação do patrimônio da

Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, da fazenda de Montes Claros, feita pelo alferes José Lopes de Carvalho e trasladada pelo Tabeliam Público do Judicial e Notas, Francisco Miguel da Silva:

Lançamento de uma escriptura de Patrimônio feito a Capella de Nossa Senhora da Conceição e São José da Fazenda dos Montes Claros, cujo o seu theor de verbo adverbium é o seguinte: "Saibam quanto este público instrumento de lançamento de uma escriptura de Patrimônio ou como em direito melhor nome e lugar haja virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e setenta e quatro annos aos seis dias do mez de setembro do ditto anno nesta fazenda de Montes Claros deste distrito da Barra do Rio das Velhas, comarca de Villa do Príncipe do Serro Frio em pausada de mim tabeliam ao diente nominado e sendo ahi appareceu prezente o Alferes José Lopes de Carvalho, morador nesta mesma fazenda e pessoa reconhecida de mim tabeliam pello próprio de que tracto e por elle me foi dado uma escriptura do patrimonio da Capella de Nossa Senhora da Conceição e São José passada no juízo eclesiástico da Visiça geral pedindo-me lhe lançasse nesta nota ao que eu tabeliam satisfiz em razão do meu officio e hé tudo que a deante segue:

§ Escripura do Patrimônio para a nova Capella que quer erigir a Alferes José Lopes de Carvalho com a invocação de Nossa Senhora da Conceição e São José:

Saibam quantos este público instrumento de escriptura do Patrimônio virem em como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e sessenta e nove annos aos dizenove dias do mez de junho do ditto anno neste arraial da Capella do Senhor do Bonfim, Freguezia de Santo Antônio de Itacambira comarca de Villa de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Arrasuay, deste arcebispado da Bahia em caza de rezidência do reverendo doutor Sylvestre da

Silva Carvalho, estando em ato de vizita onde eu secretario de vizita de seu cargo ao diente nomeado me achava presente e sendo ahi apresentado uma petição do alferes José Lopes de Carvalho morador na mesma freguezia de Santo Antônio de Itacambira com o despacho do doutor reverendo cujo theor é o seguinte:

Diz alferes José Lopes de Carvalho, morador neste freguezia de Santo Antônio de Itacambira que ele supplicante se acha morando nas suas fazenda dos Montes Claros, distante da Matriz da ditto freguezia vinte léguas mais ou menos e com familia grande como também nesta vizinhança de homens casados com bastantes familias; e por que não podendo pela ditto distancia satisfazer o Culto do Divino nem commodamente lhe podem administrar os Sacramentos aos doentes não só pelas distancias mas ainda em tempo de Ágoas pelos rios que impedem muitos dias a passagem; quer ele supplicante erigir uma Capella com a invocação de Nossa Senhora da Conceição e São José ficando esta sujeita ao Ordinário e como a não pode fazer sem primeiro fazer o Patrimônio para sustentação da ditto Capella quer ele supplicante que Vossa Mercê lhe mande lavrar escriptura do Patrimônio".

Ouvido o Coadjuntor, padre Francisco de Medeiros Cabral, afirmou ser verdade o alegado e o visitador mandou que se fizesse o Patrimônio em bens livres e desembaraçados. 061

Em cumprimento ao despacho supra do reverendíssimo senhor doutor Visitador geral certifico que tudo o que o supplicante alega em sua petição hé verdade e elle sem dúvida tem bens livres e desembaraçados em que pode fazer o Patrimônio que alega Ita In Verbo Sacerdotis. [Curato de Macahúbas e de junho dezoito de mil setecentos e sessenta e nove o coadjuntor Francisco Medeiros Cabral — "a cuja informação deferiu o Reverendo Coadjuntor faça o ditto patrimonio sendo em bens livres e desembaraçados.

Capella do Bonfim dezenove de junho de mil setecentos e sessenta e nove. Visitador Carvalho. "E não se continha mais em ditta petição-informação e despacho e logo apareceu o ditto alféres José Lopes de Carvalho morador na ditta freguezia de Santo Antônio de Itacambira e por mim secretário reconhecido e por ele me foi ditto que elle duava e com efeito tinha duado para o Patrimônio da nova Capella de Nossa Senhora da Conceição e S. José, que queria erigir légua e meia de terra por cumprido por uma de largura na fazenda Mucambinho do riacho chamado Melancias até a estrada que vai do Mucambinho para as Formigas da parte do Nascente pela Vargem do Cintra abaixo feixando o riacho que vem das Melancias e do poente estrema o Riacho Grande e do Norte serve o ditto riacho das Melancias ou Lages e da parte Sul lhe serve de estrema a ditta estrada vao do Mucambinho para Formigas a qual terra é declarada e de que faço a duação cinquenta novilhas ferradas para o rendimento da ditta Capella, digo da mesma capela a qual há de ficar dentro das mesmas terras as quais terras declara ele duador debaixo de juramento aos Santos Evangelhos são livres e desimpedidos e que sem constrangimento de pessoa algum mas sim de sua livre vontade faz a ditta duação e patrimônio para a ditta Capella e obriga por sua pessoa e bens a fazer boa e ditta duação e se sujeita às justças Eclesiásticas para lhe poderem tomar conta dos dittos bens e rendimentos para a ditta Capella desonerando-se de outro qualquer privilégio que haja ou possa ter o que tudo acima declara assigna se junto com o Reverendo Doutor Visitador e eu **Pe. Teotônio Gomes de Azevedo** secretário da visita que o escrevi.

O visitador Silvestre da Silva Carvalho

José Lopes de Carvalho".

(*Efemérides Montes-clarenses* – Nelson Viana – páginas 437/8/9/40)

A Legião da Guarda Nacional exercia forte peso nos interesses do município. Era, por assim dizer, uma incorporação de homens dos mais influentes na política do município em relação ao governo provincial. Sempre que necessário, era requisitada pelo Presidente da Câmara para intermediar situações de extrema delicadeza. A Legião Guarda Nacional fez história em *Montes Claros de Formigas*.

Relação dos cidadãos que tomaram posse no Posto de Coronel Chefe da Legião da Guarda Nacional do Município de *Montes Claros de Formigas*, prestando solenemente, juramento perante o presidente da Câmara Municipal, no período de 1833 a 1857.

- 1 - Francisco Vaz Mourão – 20-VIII-1833
- 2 - Joaquim José Azevedo – 30-IX-1833
- 3 - José Bento de Andrade – 30-IX-1833
- 4 - José Pinheiro Neves – 04-X-1838
- 5 - Pedro José Versiâni – 01-IV-1840
- 6 - José da Silva Souto – 30-VI-1840
- 7 - Francisco José de Sá – 04-XI-1845
- 8 - Lázaro da Rocha Queirós – 29-VIII-1848
- 9 - José Antônio Vieira Versiâni – 11-III-1849

NOTA: A citação no intróito deste trabalho foi reproduzida do livro **A Pesquisa Histórica no Brasil**, de José Honório Rodrigues.

A PRINCESINHA QUE FICOU NO SERTÃO⁵

(5) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermès de Paula.

Em 1828, mais ou menos, pois a tradição não precisa a data, vivia na Corte Imperial uma mucama, cuja filhinha era loura e de olhos azuis, era muito mimada e adorada pelo nosso primei-

ro Imperador. A Imperatriz Leopoldina descobriu desde logo a paternidade daquela criança e providenciou deportá-la para Angola (África), mas Dom Pedro I, avisado em tempo, enviou a mucama e sua filha-princesinha ao Sargento-Mor do Tejuco com mil e uma recomendações.

Mais tarde, grassando ali na região de Diamantina uma epidemia de varíola, ambas vieram para o Arraial de Formigas de Montes Claros, fugindo do terrível mal, e foram as duas endereçadas, ao diligente Sargento-Mor Gerônimo Xavier de Sousa, daqui de Formigas, que providenciou morada para as duas. De nada valeu a fuga; a menina já partira do arraial do Tijuco com a doença incubada, falecendo dias depois.

Nessa ocasião, o Sargento-Mor Gerônimo revelou ao Padre Feliciano Fernandes de Aguiar o segredo vindo da Corte Imperial, e que imediatamente ordenou fosse sepultado o corpo da nossa princesinha junto ao primitivo altar-mor da vetusta capela de José Lopes de Carvalho, onde está hoje a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José. A mucama sobreviveu à filha e casou-se em seguida com o caridoso Sargento-Mor Gerônimo Xavier de Sousa.

Obs A

Vila de Formigas

OU VILA DE MONTES CLAROS DE FORMIGAS

O vasto território, onde está assentada a progressista cidade de Montes Claros, pertencia, em outros tempos, ao Julgado da Barra do Rio das Velhas, este que foi criado no dia 20 de abril de 1673.

Mas, ainda assim, por Alvará de 12 de abril de 1707, é criada a sesmaria da fazenda dos *Montes Claros* por Antônio Gonçalves Figueira, em terreno que fazia parte do Julgado supracitado, até o dia seis de abril de 1714, data em que foi criada a Comarca do Rio das Velhas. Então, a fazenda dos Montes Claros passou a integrar o distrito recém-criado.

E, efetivamente, daí por diante, com a criação da Comarca do Rio São Francisco, em 3 de junho de 1820, o dilatado território da povoação da *Vila de Montes Claros de Formigas* é anexado a essa novel comarca o que antes era parte do distrito de Serro Frio. A propósito desta questão, diga-se de passagem que isso se implicava de modo global e que, nesse ambiente, o município da *Vila de Montes Claros de Formigas* passaria a pertencer à Capitania da Bahia.

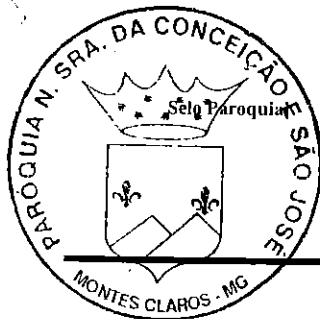
A *Vila de Montes Claros de Formigas* foi criada em consonância com a Lei de 13 de outubro de 1831, quando foi desmembrado do distrito de Serro Frio.

Para melhor conhecimento dos leitores, transcrevemos a seguir, a referida lei, onde, na sua cláusula nona, aparece o nome da *Povoação de Formigas*.

LE
"A
Pe
se
Le

Pe Antônio
Gonçalves
Blanco

Pr
pr
e
S
se
Ti
Ti
p
e
C
r
M
C
r
C
S
l
C



PARÓQUIA DE Nossa Senhora da Conceição e São José
Arquidiocese de Montes Claros

Certifico que, conforme assento no livro 1865/1871 sob o n° 104v, consta o casamento de
Antônio Pereira de Araújo e Caetano Xavier de O'
celebrado aos 23 de junho de 1865, perante o celebrante, Padre
Antônio Gonçalves Chaves, e as testemunhas
Antônio Pereira de Araújo e Joaquim Pereira de
Araújo
Ele, filho de Manoel Pereira de Araújo e de Clara
Antônia Pereira, nascido em - aos - de
- de -; com 21 anos de idade
Ela, filha de Maria Mequelina Perpetua de Jesus e de -
-, nascida em - aos - de
- de -; com 23 anos de idade
Montes Claros, 18 de novembro de 2009

Pe Kennedy dos Santos Silva
Pároco Pe. Kennedy dos Santos Silva
PÁROCO

Ouro Fino e Caldas.

Oitava: A Povoação das Lavras do Funil, compreendendo no seu Termo a Freguezia do mesmo nome e a das Dores do Pantano e dividindo com os Termos das Villas de São José e de São João d'El-Rei pelo rio Grande até a Freguezia de Carrancas.

Nona: **A Povoação de Formigas**, na Comarca do Serro Frio, compreendendo seu Termo, a capella do mesmo nome a do Bonfim, e Contendas, e as Freguezias da Barra do rio das Velhas e Morrinhos.

(1) Dr. Carlos José Versiani ainda governou o município de Montes Claros, na sua segunda fase, de 1858/1868 e 1869/1894.



José Pinheiro Neves

Os intendententes da primeira fase administrativa de Montes Claros

JOSÉ PINHEIRO NEVES

Primeiro Agente Executivo da Vila de Montes Claros de Formigas 1832/1835

Apesar dos nossos esforços, não conseguimos apurar a origem do Coronel José Pinheiro Neves, primeiro Presidente da Câmara Municipal da Vila de Formigas.

É certo que o Coronel Pinheiro já era morador antigo nessas paragens em 1815, pois neste ano vemo-lo servir de padrinho de vários batizados e casamentos. Pulso firme, assim que assumiu a direção do jovem município, imprimiu na Câmara um ambiente de trabalho e responsabilidade entre os vereadores.

Pela leitura do primeiro livro das atas da nossa edilidade, verificamos a extraordinária atuação do Coronel Pinheiro. Sofreu uma campanha tremenda por parte de adversário perigoso e poderoso – Coronel Francisco Vaz Mourão. Nem por isso se abateu.

Emprestou quantias vultuosas para os primeiros empreendimentos municipais. Organizou toda a engrenagem administrativa e legislativa da vila. E foi eleito Vice-Presidente da Câmara no segundo quadriênio.

Nessa ocasião projetou a planta da vila para evitar seu crescimento desordenado. Foi nomeado Coronel Chefe da Legislação da Guarda Nacional a 4 de outubro de 1838, tendo sido também Presidente do sétimo Círculo Literário. No fim do primeiro governo e durante o segundo, a política se caracterizou pela violência; a princípio com palavras, acabando finalmente com tentativa de assassinio, quando

a 14 de abril de 1839; às oito horas da noite, alvejaram de emboscada o Coronel Pinheiro.

Pondo termo às lutas, para evitar acontecimento ainda mais grave, o Coronel Pinheiro Neves mudou-se para Diamantina, onde, em setembro desse mesmo ano, já era jurado.

Voltou aqui mais uma ou duas vezes a fim de se defender de acusações injustas, tramadas na sua ausência por adversários. Sendo a última em 1841, daí em diante não tivemos mais notícias suas. Possivelmente não deixou descendentes em nosso meio; pelo menos não tem sido fácil identificá-los. Parece-nos até que não era casado, pois nos batizados e casamentos (vinte e tantos), nos quais o vimos como padrinho, a madrinha não se repetiu uma só vez.

Hermes de Paula

No historismo dos fatos, caberia apenas registrar aqui a exposição das ações mais relevantes dessas quatro primeiras administrações de Montes Claros. Assim

... a instalação [do distrito de Montes Claros de Formigas] teve lugar a 16 de outubro de 1832, sendo que a sua primeira Câmara foi constituída dos seguintes cidadãos: José Pinheiro Neves, presidente; Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, Luís de Araújo Abreu, Antônio Xavier de Mendonça, Francisco Vaz Mourão e Joaquim José Marques, que substituiu o vereador José Fernandes Pereira Correia, excusado de tomar assento por ser cunhado do Sr. Xavier de Mendonça...¹

(1) Do Suplemento 'Municípios - Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais'. Lei número 843, de 7 de setembro de 1923.

Em outras palavras, era preciso considerar que a formação da primeira Câmara de Vereadores, para dirigir os rumos do legislativo no município, parecia de maior relevância ainda.

Todavia, seria um tanto ilusório pretender documentar aqui todos os atos e fatos do legislativo e do executivo nos seus primeiros tempos políticos, embora alguns autores insistem em afirmar isso, ao contrário.

FRAGMENTO DA ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS DA PRIMEIRA ELEIÇÃO DE VEREADORES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE MONTES CLAROS DE FORMIGAS, DE 23 DE JULHO DE 1832.

"... que hão de Formar a Câmara Municipal da nova Villa de Formigas. Foram obtidos os seguintes resultados: José Pinheiro Neves, 470 votos; Francisco Vaz Morão, 424; Pedro José Versiâni, 345; Antônio Xavier de Mendonça, 271; Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, 204; Luís de Araújo Abreu, 172; João José Fernandes, 132; Joaquim José de Azevedo, 108; Padre Feliciano Fernandes de Aguiar, 96; Antônio de Magalhães Cunha, 93; José Antônio de Almeida Saraiva, 90; José Joaquim Marques, 86; Alberto Cassimiro de Azeredo Pereira, 82; Padre Antônio Teixeira de Carvalho, 80; e inúmeros outros menos votados. O primeiro Presidente de Câmara Municipal da Villa de Montes Claros de Formigas, foi o Coronel José Pinheiro Neves, o mais votado; Vice-Presidente, Coronel Francisco Vaz Morão, o imediato em votos. Serviu como Presidente da Câmara, na apuração dos votos, João Nepomuceno de Almeida, secretariado por Antônio Teixeira Otóni..." (Efemérides Montes-clarenses - Nelson Viana. Página 364).

Nos anais da Câmara do Legislativo Municipal, está consignado que o Coronel José Pinheiro Neves foi o primeiro Presidente da edilidade da Vila de Montes Claros de Formigas e também o seu

primeiro Agente Executivo municipal, cargo este, equivalente ao de prefeito municipal.

Tomou posse como Agente Executivo municipal o Coronel José Pinheiro Neves, após a instalação da *Vila de Montes Claros de Formigas*, que se deu no dia 16 de outubro de 1832. Antes, porém, era aprovada, pela Lei Mineira de 14 de julho de 1832 a criação da *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros de Formigas*, que teve como seu primeiro vigário, residente nesta paróquia, o Padre Ambrósio Caldeira Brant, empossado no dia 21 de outubro de 1834.

Era o glorioso dia 16 de outubro de 1832.

Conta o ilustre historiador, Doutor HERMES AUGUSTO DE PAULA que

... às quatro horas da madrugada uma salva de vinte e um tiros saudou a população. O sino dobrou em repicos.. Mais cedo do que de costume o Largo da Igreja foi se povoando de fisionomias alegres, esperando o grande momento – a posse da primeira Câmara Municipal.

É que pela lei de 13 de outubro de 1831 o arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José fora elevado a vila – Vila de Montes Claros de Formigas. A eleição já se realizara, não havendo morrido e nem feridos na apuração. E havia chegado o grande dia da posse, da emancipação política e administrativa.

– Agora, sim, somos senhores dos nossos narizes – disse o Padre Ambrósio Caldeira Brant, ao passar para celebrar a missa, que seria assistida pela Câmara eleita, pelas autoridades e pelo povo em geral, em ação de graças.

Após a missa, realizou-se uma sessão solene. A casinha da Câmara não cabia um terço dos que desejavam entrar; o aperto era medonho; ninguém passava, mas... repentinamente surgiu, entre o povo, a figura venerável do Coronel José Pinheiro Neves. Todos os olhares acompanharam-no com admiração respeito e (por que

não dizer?) uma pontinha de inveja – era ele o grande chefe, o Presidente eleito, o primeiro Presidente da vila...

Vinha à frente de outros cidadãos também sisudos. Os vereadores entraram na sala principal o paço Municipal – e se dispuseram em torno de uma grande mesa. O silêncio se fez profundo. Padre Ambrósio entregou ao Coronel Pinheiro os Santos Evangelhos; este, com a dextra espalmada sobre o livro sagrado, falou de cor, compassadamente o juramento de cumprir o seu dever, colocando o bem coletivo acima do particular... Sendo acompanhado em voz alta por todos os vereadores.

Em seguida, fez o Coronel José Pinheiro Neves um pequeno discurso, expondo seu plano de governo.

O vereador Mourão, Vice-Presidente e adversário político do Presidente, falou também em nome da minoria. Seguiram-se vários assuntos.

Foi escrita e assinada a ata. Terminada a parte cerimoniosa, serviram-se aos presentes bebidas em profusão. À noite, todas as casas da vila se iluminaram, terminando o dia com um animadíssimo baile da residência do Coronel Pinheiro Neves, situada onde está hoje o Palácio Episcopal...²

(2) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes Augusto de Paula – páginas 18/9.

Se o prezado leitor deseja saber quais os procedimentos que deram lugar à confecção da primeira *Ata do Legislativo Formiguense*, nós a transcrevemos para aqui, da cópia autenticada que foi extraída do *Livro de Atas da Câmara Municipal*, para esta única finalidade. Naquela oportunidade, o Senhor José Bento de Andrade, atendendo solicitação do Presidente José Pinheiro Neves, lavrou este precioso documento, o que entendemos ser o *Registro de Nascimento da Vila de Montes Claros de Formigas*.

PRIMEIRA ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS DE FORMIGAS

"Aos dezesseis dias do mez de Outubro, de mil oitocentos e trinta e dous, undécimo da Independência, e do Império nesta Villa de Montes Claros de Formigas, a casa de sessões da Câmara; reunidos cinco Senhores Vereadores, Pinheiro, Abreu, Vieira, Mendonça e Mourão depois de prestados os juramentos da Lei, e declarada installada a Câmara, o senhor Presidente fez um discurso bem recebido, e declarou aberta a sessão; o senhor pediu a palavra, e recitou, outro discurso em que exprimio, seos patrióticos sentimentos; o mesmo Senhor leu um officio, dirigido à Câmara, pelo Senhor Vereador Fernandes, em que se excursava, de poder tomar assento na Câmara por sem cunhado do Vereador Mendonça na forma do Artigo vinte e tres do regimento das Câmaras Municipais, da Lei de primeiro de outubro de mil, e oitocentos e vinte e oito".

O Senhor Presidente, poz a matéria em discursão; foi aprovada a excusa do Senhor Vereador Fernandes.

O Senhor Vieira propoz que se nomeasse Secretário por escrutínio, foi aprovado, e procedendo se a escrutínio, obteve a pluralidade de votos, o cidadão José Bento do Andrade, que achando-se prezente prestou juramento na forma da Lei e foi impossado.

O Senhor Abreu propoz que constando por sua acta, a nomeação, de outros senhores Vereadores elle requeria que a Câmara fosse inteirada dos motivos de sua excusa.

O Senhor Presidente ordenou que o Secretário, apresentasse, e lesse hum officio do Senhor Vereador Versiani, em que excusava de excercer conjuntamente, os empregos, de Juiz de Paz, do seu Curato e de Vereador, e que se encarregava do primeiro. Sendo lido o officio, foi aprovada a excusa do Senhor Vereador.

O Senhor Morão propoz que se extraíssem, os diplomas, para com elles, se chamar por officio dous immediatos

em votos, para tomarem assento, e posse na Câmara, na falta dos dois senhores Vereadores impedido; foi aprovado.

O Senhor Abreu propoz que se nomeasse Fiscal, e Sup p.e. ao menso para esta villa.

O Senhor Presidente poz a matéria em discursão; foram eleitos os cidadãos, para Fiscal, Antônio Pereira da Silva Souto para supp. Inocêncio Ferreira de Oliveira.

O Senhor Xavier, quero dizer o Senhor Mendonça propoz a nomeação de um procurador, foi aprovado, e passando-se a nomeação sahio eleito o cidadão Gregório Caldeira Brantis.

O Senhor Morão propoz que o Presidente devia nomear as comissões necessárias para conhecerem suas atribuições; sendo aprovado o Senhor Presidente nomeou para a redação de Posturas, os Senhores, Morão, Abreu e Mendonça, para resposta de officios, os Senhores Abreu e Morão, para redacção de actas, os senhores Abreu e Mendonça, foi aprovado.

O Senhor Mourão que o Senhor Presidente marcasse as sessões ordinárias, a que deverão comparecer os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente designou para entrada, das Sessões ordinárias, para o anno proximo futuro, os dias de Janeiro, a vinte; de abril, a vinte; de julho, a vinte; de Outubro, a vinte; e assim venceo-se.

O Senhor Vieira propoz que se devia fazer participação da installação da Câmara ao Governo da provincia, e o mesmo a Regência, e Assembléia. Foi aprovado.

O Senhor Morão propoz que se determinasse ordenado ao Secretário; o mesmo Senhor arbitrou a quantia de cento e sincoenta mil réis, para o primeiro anno.

O Senhor Abreu pediu a palavra, e propoz que a referida quantia era desigual aos trabalhos, e subsistência de hum Secretário, e que conformando-se com o exemplo das demais Câmaras julgava proporcionada, a quantia de duzentos mil réis, para o primeiro anno; foi aprovado.

O Senhor Morão propoz, que se convidasse por uma circular, as demais Câmaras da Comarca para cooperarem sobre a manutenção da ordem, e autoridades leaes constituídas nestas Villa; entrando a matéria a discursão; foi aprovada.

Data e hora o senhor Prezidente deu por fixada a sessão.

O Prezidente, José Pinheiro Neves
Loureço Vieira de Azevedo Coutinho
Luís de Araújo Abreu
Antônio Xavier de Mendonça
Francisco Vaz Morão
O Secretário José Bento de Andrade".

NOTA: José Bento de Andrade secretariou a Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas até o dia 11 de março de 1835, quando foi substituído pelo Padre Filipe Pereira de Carvalho.

Residia o Agente Executivo da *Vila de Montes Claros de Formigas* num casarão situado no Largo da Matriz. Em épocas posteriores também residiu nesta mesma morada o Coronel Francisco Freire Fonseca, chefe político do município; os Juízes de Direito Doutor João Batista de Carvalho Drummond, Doutor Alfredo Abdon de Loiola e Doutor Antônio Augusto Ataíde; o Coronel Gregório Veloso e seu filho Doutor Antônio Augusto Veloso que depois o vendeu para a Diocese de Montes Claros, onde foi construído o Palácio Episcopal.

A bem dizer da verdade, durante os quatro períodos em que a *Vila de Montes Claros de Formigas* teve o seu destino direcionado sob as astúcias administrativas de seus ilustres intendentes, pouca coisa ali se realizou. É compreensível que, por outro lado, as obras da nova *Vila de Montes Claros de Formigas*, predispunham-se apenas aos gestos de extrema necessidade, que consistiam em

estabelecer conforto e total segurança para toda a população e nas suas objurgatórias contra o poder público.

Nesse primeiro período, que compreendia de 1832 a 1835, governava o município, o Sr. *José Pinheiro Neves*. Ele levou, como não podia deixar de acontecer, à conclusão todas as diminutas obras de infra-estrutura de que necessitava a vila, principalmente aquelas que estavam em processo de andamento, procurando, por certo, dinamizar uma nova faceta no desenvolvimento do recém-criado município de Montes Claros de Formigas. Parece-nos até desnecessário ressaltar aqui a preocupação contínua que os membros da primeira Câmara tiveram para com o arraial. As pequenas obras, também na sua zona rural, como reparação de estradas e construções de pontes de pouca extensão, marcaram decisivamente a ação positiva de seus governantes.

A implantação da industrialização de fundo de quintal ocorreu nos engenhos rapadureiros no início de 1714. É de se notar que todas

... as fábricas existentes no temo de Montes Claros eram em geral pequenas, quase sempre simples engenhocas movidas por bois; produziam rapadura e algum açúcar; poucas fabricavam aguardente para vender. Havia dificuldades na saída desses produtos; por isso a maioria desses engenhos ora produzia aguardente ora rapadura. A sua produção era tão pequena que o escorchante imposto de 20% sobre as águas-ardentes só rendeu no triênio de 1834-1836 a quantia de Rs. 58\$740, o que dá uma média de apenas Rs. 19\$580 por ano, apesar de não ser pequeno o número de engenhocas...³

(3) *A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais* – Miguel Costa Filho. Página 235.

Para normalizar a estocagem da farinha de mandioca, fora sugerido pelos edis da Câmara Municipal, em 26 de fevereiro de 1834, que todos os lavradores plantassem raízes tuberosas, vista a carência desse produto nos armazéns da Vila.

Em 1810, havia em todo o município da *Vila de Montes Claros de Formigas*, diz Gregório Caldeira Brant, um só engenho de grande porte (ou engenho movido por água), e este ficava na fazenda *Água Boa*,⁴ de propriedade do Coronel Pedro José Versiâni. Era tudo o que patenteava de melhor na indústria açucareira do município. Muito pouco, também, representavam a rapadura e seus derivados. A aguardente, de péssima qualidade, ainda assim era o produto de maior comercialização, pois circulava em larga escala nas regiões auríferas de Pitangui e em todo o Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio.

(4) A fazenda *Água Boa* (antiga fazenda Félix) era de propriedade de Félix Correia, que adquiriu sesmaria datada de 19 de agosto de 1701. Hoje a fazenda *Água Boa* fica no município de Bocaiúva.

Havia em 1885 cerca de 300 (trezentos) engenhos de cana em Montes Claros, segundo Antônio Augusto Veloso. Eram quase todos tangidos por força animal, poucos de moenda de ferro eram movidos por água...
(**A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais** – Miguel Costa Filho. Página 335).

Das muitas indústrias de Montes Claros de Formigas, a do *salitre* foi que mais prosperou. A extração do *salitre* era feita nas grutas calcárias existentes em toda a região. Há registro sobre o nascimento da indústria de *salitre*, que deu lugar à Portaria de 17 de agosto de 1822, pelo Secretário de Estado, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que regulamentava a extração deste produto.

URBINO VIANA confirma ainda que a Vila de Montes Claros de Formigas liderava na indústria da *renda-de-almofada* por meio de bilros e à mão, sendo que as linhas utilizadas na feitura das rendas eram extraídas da *roda-de-flar*. Também dizia URBINO VIANA que "... as famílias usam preparar doces e mandar vender às portas, em taboleiros, conduzidos por meninos..."⁵

(5) **Monografia Histórica de Montes Claros** – Urbino Viana – página 235.

De tradição secular, já havia, na *Vila de Montes Claros de Formigas*, a utilização da *Forca Pública*, obra de vital importância para conter a desordem e solidificar a segurança nas entranhas das acanhadas comunidades.

Nas pesquisas que efetuamos sobre este assunto, não encontramos a época em que a *Forca Pública* fora construída aqui na *Vila de Montes Claros de Formigas*, e nem subsídios para melhor desenvolver este trabalho. Somente se guardou nos arquivos o nome do seu construtor, que fora o *Guarda-Mor* João Batista Correia Machado.

A *Forca Pública* de Montes Claros de Formigas foi utilizada pela primeira vez no dia 30 de maio de 1836. Detalhes sobre este fato encontram-se nas anotações da gestão do Padre Filipe Pereira de Carvalho.

No princípio, na medida em que acelerava o progresso administrativo da Vila, algumas estradas vicinais e outros caminhos e veredas se tornavam importantes obras para as comunidades vizinhas, pois eram deles que vinham das rancharias de tropas os grupos alimárias e o tradicional carro-de-bois, veículo que transportava as diversas mercadorias de consumo e de outros bens, de lá para cá ou vice-versa.

Os tropeiros levam uma vida menos dura. Dois tropeiros e seis a sete burros (três com carga e outros com adestros) formam uma tropa. Essas tropas são alugadas pelos freiteiros aos viajantes... (**Mudança Social do Brasil** - Florestan Fernandes. Página 137).

A isso cumpre acrescentar, no entanto, que no dia 24 de julho de 1833 fora aberta uma nova estrada para a vila do Tijuco (Diamantina), por proposta imediata do Padre Joaquim Honorato de Azevedo Pereira. Necessário, pois, se fazia em encurtar as distâncias entre os povoados e as vilas vizinhas.

Com o decorrer do tempo, a abertura desta estrada veio incentivar, em 20 de janeiro de 1833, a criação da primeira Agência Postal dos Correios, da *Vila de Montes Claros de Formigas*. A criação da agência dos correios foi iniciativa dos vereadores Antônio Xavier de Mendonça e do Coronel Francisco Vaz Mourão, que tiveram o apoio incondicional do senhor Presidente, Coronel José Pinheiro Neves.

Em 28 de outubro deste mesmo ano é inaugurada a Agência Postal de primeira classe na *Vila de Montes Claros de Formigas*, decisão de suma importância para acelerar o desenvolvimento da Vila e região.

A agência dos correios teve as suas expensas de responsabilidade da Câmara Municipal, por consenso de todos os edis daquela casa. Entretanto, somente no decorrer de 1835 é que as funções de administrar os correios eram entregues ao Senhor José da Silva Souto, que também havia sido ainda designado para a função de Promotor Público do Município.

O vereador Antônio Xavier de Mendonça substituiu o Senhor José da Silva Souto à frente dos Correios e, com a sua morte, assumia o cargo de administrador da agência dos correios o Professor João Gualberto de Carvalho, já com o trabalho sendo remunerado.

Daqui da *Vila de Montes Claros de Formigas* partia o primeiro caminheiro, ou estafeta, levando as malas com as correspondências desta Vila para o arraial do Tijuco e Vila Rica, antigo arraial do Albuquerque.

Neste percurso realizado tivera momentos de grande desespero, haja vista os perigos dos animais ferozes que sempre estavam por perto. Ora o tempo chuvoso quando os rios vinham de beirada a beirada, ora o sol causticante, pois isso sempre contribuía para o cansaço físico do estafeta. O primeiro agente dos Correios em *Montes Claros de Formigas* foi o Senhor José Fernandes Pereira Correia.

Conta o historiador MANUEL ESTEVES, em seu livro **Grão-Mogol**, que o portador das malas dos correios para o Arraial da Serra de Santo Antônio de Gran-Mogor, termo das Minas Novas, também levava com ele "a crônica falada da *Vila de Montes Claros de Formigas*". Maior importância tinha a notícia dos fuxicos das santas beatas; o disse-me-disse das portas comerciais e, também os modos dos bate-papos nas sombras frescas dos gigantes tamboris, nos largos das Praças. E, principalmente, as últimas novidades dos feirantes dos dias de sábado. Esperava-se o estafeta como se espera o grande amor da vida!...

Mas, de certo modo, o otimismo infrene dos trabalhos na construção de estradas e as gradações de prestígio social sustentadas pela tradição fizeram com que o vereador Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho fosse nomeado para o cargo de Inspetor de Obras do Município.

Em 7 de janeiro de 1834, o Doutor Bernardino da Rocha Queirós é nomeado Juiz Municipal da *Vila de Montes Claros de Formigas*.

Por outro lado, eram iniciados os primeiros trabalhos da adaptação do prédio da Cadeia Pública da *Vila de Montes Claros de Formigas*

que ficava na casa do edil, o Coronel Francisco Vaz Mourão. Importante, além disso, era a construção de sua sede própria. O primeiro passo para que isso ocorresse, aconteceu no dia primeiro de dezembro de 1836, com a elaboração da sua planta-baixa, que "... teria noventa palmos de frente e oitenta de lados, salas para Câmara, Júri, Secretárias e Oratório. Cinco diferentes enxovias, xadrezes em cima e em baixo. Pátio e Torre de Frente...". A milícia municipal representava-se por pessoas de confiança do poder executivo. Dentre outras providências tomadas pelo intendente *José Pinheiro Neves*, registramos a criação da *Coletoria do Termo da Vila de Montes Claros de Formigas*, que sobreveio no dia 23 de janeiro de 1834. Nos primeiros tempos era seu titular o Sr. Gregório Caldeira Brant, tinha ainda como escrivão o Senhor Manuel Gonçalves Pires e, escrivão de órfão, o Senhor Eugênio de Sousa Terra.

Sabemos que a eficiência das medidas adotadas no primeiro plano político e administrativo da *Vila de Montes Claros de Formigas* foi repetida durante a gestão do Padre *Filipe Pereira de Carvalho*, fato que ocorreu no período de 1836 a 1839.

Nota-se que ainda assim,

... em 1818, chegava a Montes Claros, oficiando atos religiosos, o Padre Filipe Pereira de Carvalho. Desde o início demonstrou tratar-se de um homem culto. Como primeira atividade, passou a lecionar, além das matérias de curso primário, mais as de gramática latina. Na igreja oficiava como coadjutor do Padre Paulo Barbosa...⁶

(6) **História e Desenvolvimento de Montes Claros.** Henrique de Oliva Brasil, página 189. 1983.

É possível que as atividades iniciais desenvolvidas na Vila aproximou o Padre Filipe Pereira Carvalho da política. Disse NELSON VIANA que o

... Padre Filipe Pereira de Carvalho começa a aparecer nos arquivos da Municipalidade, como secretário da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, no ano da graça de 1835, após ter sido professor primário e coadjutor do Padre Capelão Paulo Antônio Barbosa...⁷

(7) **Serões Montes-clarenses.** Nelson Viana. Editora Itatiaia Ltda. Belo Horizonte, páginas 31/2.

NOTA: O Padre Filipe Pereira de Carvalho foi convidado pela Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, em 26 de junho de 1835, para ocupar a vaga de professor primário na Escola do Governo, em substituição ao mestre Luís José de Azevedo que fora considerado "sem aptidão e desleixado" para o cargo. A Escola do Governo estava, nesta ocasião, sob a direção do Professor Vicente José de Figueiredo.



Padre Filipe Pereira de Carvalho

FILIFE PEREIRA CARVALHO

Segundo Agente Executivo da
Vila de Montes Claros de Formigas
1836/1839

O Padre Filipe Pereira de Carvalho chegou ao arraial de Formigas em 1818, quando apareceu oficiando atos religiosos. Foi professor primário e de gramática latina. Em 1836 foi eleito presidente da Câmara da Vila pelo Partido Conservador, tendo como adversário o seu mui amigo Padre Chaves.

Exercendo antes as funções de secretário da Câmara, redigia as atas em português correto e caligrafia impecável. Fez uma administração sem alarde e respeitando os adversários.

Dizem que o Padre Filipe dormia freqüentemente de dia, mesmo nas reuniões festivas. Uma vez, como ele se atrasasse para a missa, o sacristão foi chamá-lo a casa, encontrando-o em pé, de frente ao espelho, com o rosto ensaboado, navalha na mão e... dormindo.

Entregando o governo para o seu sucessor, foi nomeado Juiz Municipal – cargo que exercia na ocasião da revolução liberal de 1942, quando teve ação enérgica e decisiva em favor da legalidade.

Lemos uma carta sua dirigida ao Coronel Pedro José Versiâni, pedindo providências militares rápidas para enfrentar os rebeldes.

Foi presidente do Sétimo Círculo Literário e vigário de contendas, hoje Brasília de Minas, para onde se transferiu definitivamente.

Hermes de Paula

O Padre Filipe Pereira Carvalho, eleito vereador, veio ocupar a Presidência da Câmara como sucessor imediato do Coronel José Pinheiro Neves. Era residente na *Chácara dos Bois*, onde mandou construir um sobradinho e lá passava horas agradáveis, não obstante as reclamações de Dona Maria Luciana da Cruz contra as danadas das cabritas que ele criava no seu pequeno sítio.

A medida inicial do governo do Padre Filipe ocorria desde o dia seis de fevereiro de 1836, independente da posse dos novos vereadores acontecer no dia sete de janeiro do ano seguinte. A medida do Padre Filipe instituía a numeração em todas as casas erigidas na vila. Essa medida veio acontecer com uma certa urgência, isso em consonância com os serviços dos Correios que já estavam em plena ascensão.

Ata de posse dos vereadores eleitos no ano de 1836 para o quadriênio de 1837 a 1841.

No dia 7 de janeiro de 1837 "... sob a presidência do Coronel José Pinheiro Neves, reuniu-se a Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas para que tomem posse e prestem juramento os novos vereadores eleitos para o quadriênio de 1837 a 1841: Padre Filipe Pereira de Carvalho, Coronel José Pinheiro Neves, Vigário Antônio Gonçalves Chaves, Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, José Antônio de Almeida Saraiva, João Durães Coutinho e Gregório Caldeira Brant. Cumpridas as formalidades regulamentares, o Coronel José Pinheiro Neves passou a presidência da Câmara ao Reverendo Filipe Pereira de Carvalho, como o mais votado, ficando ele, Pinheiro Neves, na Vice-Presidência...". (**Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Viana. Páginas 22/3).

Cada povo adotava os seus métodos próprios de viver.

O costume habitual e os laços de afinidade direta entre os moradores e os elementos da natureza são tão numerosos e tão bem ligados entre si, que não podia deixar haver nenhuma discepção entre ambos. A sua população, diz a acadêmica RUTH TUPINAMBÁ GRAÇA, "... era uma grande família, e os menos afortunados não se sentiam humilhados, porque pobres e ricos brincavam juntos e se misturavam na escola pública...", e a sua natureza, era a mais bela que existia.

Havia uma certa harmonia entre as populações das diversas camadas sociais da Vila de Formigas. Entretanto, este fato harmônico não acontecia com os pobres, no litoral brasileiro. Por lá, os senhores dos grandes engenhos e os coronéis do cacau se apresentavam como sendo parte da nobreza real. E a paisagem natural continua sendo uma das mais belas em todo o universo global.

Mesmo assim, alguns costumes nasceram por força de lei, ou talvez, ainda, pela necessidade de conter as inúmeras distorções existentes no seio da sociedade. Por exemplo: "... os moradores de dentro desta Vila são obrigados a ter branqueado as frentes de suas casas..."¹ Todo este processo rudimentar de pintar com tabatinga somente a frente das residências, nas zonas urbana e rural, perdurou-se até bem pouco tempo. Então, nesse ponto, ao menos, podemos considerar legítimas as características que são viventes nas rancharias de tropas pontilhadas pelos caminhos sem prejuízo para as moradas das vilas e povoados.

(1) **Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas**, de sete de junho de 1858."... As primeiras casas de Serra Nova foram feitas de enchimento e cobertas de capim (...) ainda há o costume de rebocar e pintar, a cal, somente a sua parte frontal..." (**Ensaio Histórico do Distrito de Serra Nova** – Dário Teixeira Cotrim – Editora A Penna - página 67 - 2000).

Percebendo o crescimento do arraial e a sua mutilação por parte de alguns homens de negócios que, sem nenhum escrúpulo, requeriam astuciosamente da Câmara Municipal as licenças para construir ou refocilar velhos casarões da vila, viu-se como necessária a criação do Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas.

Aqui, algumas irregularidades vinham acontecendo na preservação do passado histórico de nossa cidade. Algumas distorções, cometidas no decorrer do tempo, seriam fatores motivadores para prejudicar a harmonia visual do arraial no momento presente. Eram, portanto, necessárias medidas mais agressivas para combater os deslizes praticados pela banda podre da população *formiguense*, contra o patrimônio público do município.

Desde o episódio do negociante José Gonçalves Pereira Branco, em 1831, quando solicitou e construiu um prédio, entre a sua casa comercial e a Igreja da Matriz, uma comissão sob a supervisão do Vereador José Pinheiro Neves apresentou na sessão da Câmara Municipal a descrição do primeiro *Plano Diretor da Vila de Montes Claros de Formigas*, isso para inibir os inúmeros abusos praticados contra o patrimônio público. O que já era tempo.

Como já dissemos, é claro que a comissão criada pelo intendente, Padre Filipe Pereira de Carvalho, foi apresentada em ata oficial da 6ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, em 24 de abril de 1837. A bem dizer da verdade, registramos aqui o teor deste referido documento. Vejamos:

FRAGMENTO DA ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS DE FORMIGAS

"... O Senhor Pinheiro Neves, encarregado da Comissão da Planta desta Villa, apresentou a Planta pela maneira seguinte:

A planta da Villa, para se atender à comunidade pública, salubridade e elegância parece dever ser observada pela maneira seguinte: Será considerado praça, o espaço em frente à igreja Matriz thé onde nesta planta se designar e do lado Oeste thé a linha da rua do mesmo lado. De parte de Leste se permitirá edificar um quadrado com diversos edificios, a quem pretender, deixando um espaço de trinta palmos entre a rua que ora se acha ao lado da Matriz a Leste. Em frente a Matriz se tirará uma linha do canto da casa que principia a edificar Maria de Souza na travessa entre a mesma e Joaquim José da Fonseca Ruas, em direção a porta do negócio do Lessa no portal lá marcado ao Sul, para se formar um quadrângulo que fará frente a Matriz e limitará a praça. A rua da Praça, ao lado de Leste será conservada na mesma reta em que se acha de Sul a Norte, excepto nesta extremidade onde todos os edificios inclinam a Oeste a proporção que for reparando, o alinhador os fará recuar thé a altura da recta. Em frente a cadeia e casa da Câmara, em distância de cem pés correrá uma rua paralela de Leste a Oeste com a da praça em frente da Matriz, onde se permitirá edificar fazendo as casas frente coma cadeia e as dos cantos para as ruas a Leste e oeste.

Os fundos terminarão por um só muro no centro com os que só edificarem em frente da Matriz, em igual distância, e os Portões serão na frente excepto os dos lados, que fica ao arbitrio do proprietário. As ruas do lado deste Quadro terão a largura a de Oeste 22 pés: a de Leste 28 pés e que se deverá conservar com igualdade entre a parte da Cadeia que se vae construir e a mesma rua de Leste.

O Edifício da Cadeia guardará em sua frente principal Norte e o paralelo da linha em frente acima mencionada. A rua situada a Leste da Praça, e que chamão Direita conservará a seu mesmo alinhamento, excepto na sua extremidade Norte, que se farão recuar tanto

quanto affastar da recta, guardando o disposto no § 5º. A rua do Pedregulho será alinhada a Norte pela recta da casa de Pedro Prates, cortando na mesma em sua direção à Parte, e ao Sul conservará a mesma recta the encontrar as linhas das casas, e chácaras do Capitão José Joaquim Marques, o Vigário Chaves, e terá a largura de 25 pés.

A Cadeia e a Casa da Câmara ficará sem seus fundos, e lados separados de qualquer outro Edifício, na mesma distância, com que se separa da Rua do Leste.

A Matriz, considerada como deve ser, um Edifício público a vista do seu estado de ruína que ameaça mesmo por sua construção opposta, visto, e em tudo o mais as regras da Arte o que faz inutil toda e qualquer despeza em reparos, deverá ser construída de novo em diferente posição de Norte a Sul, mais ao lado do Oeste.

Nenhuma casa se levantará com menos de dez pés de alto do pavimento às linhas; as do sobrado terão as regras que lhe são próprias.

As travessas e Becos existentes se conservarão; outros se abrirão, se a commodidade pública o exigir.

Continuará a mesma comissão a Planta na extremidade, ou subúrbios da Villa.

Salla das sessões, aos 24 de Abril de 1837, assignados os senhores Carvalho, Pinheiro Neves e Saraiva; posto em discussão foi aprovado em todas as suas partes..." (Plano Diretor da Vila de Montes Claros de Formigas, autoria do coronel José Pinheiro Neves, inserida na Ata de 6ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas – do livro **Monografia Histórica de Montes Claros**, Urbino Vianna).

Explica-se que, a partir desta legislação, os moradores do arraial ficaram sujeitos à mais estrita fiscalização. Com efeito, essa bri-

lhante iniciativa do Intendente Filipe Pereira de Carvalho moralizava e estruturava um novo perfil para a comunidade florescente dos formigueses.

Antecedendo a esta guinada política, a Câmara Municipal dava posse para o cargo de Juiz de Paz da *Vila de Montes Claros de Formigas* aos Senhores Joaquim Pereira de Vasconcelos, João Durães Coutinho e Simeão Ribeiro da Silva. Isso, no dia nove de janeiro de 1837.

Os grandes centros de povoações exigiam aberturas de estradas. Aqui, também, foi assim. Aliás, existiram bem antes as estradas abertas por Antônio Gonçalves Figueira, uma para Pitangui e a outra para o rio São Francisco, sem falar no caminho novo para Tranqueira, na Bahia, que segundo Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, em 11 de julho de 1837 estaria, enfim, concluída.

Vejamos, então, sobre a conclusão desta estrada, nota de comunicação da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, que diz...

...estarem concluídas as [estradas] que se dirigem para a Bahia pela villa do Rio Pardo, bifurcando-se dali uma para Caetité e outra para Conquista.

Uma outra, pouco cultivada, paralelo a primeira é indo a Caetité, por Tremedal.

Uma terceira pelo São Francisco para a Bahia e Pernambuco... (*Monografia Histórica de Montes Claros* – Urbino Viana. Página 241).

Com efeito, a Câmara de Vereadores ainda realizou, em sessão extraordinária, na do dia três de fevereiro de 1838, um documento para oficializar a sua indignação contra a anarquia que

reinava na Província da Bahia. O pedido da convocação da sessão extraordinária foi feito pelo Juiz de Direito da Comarca local. Expediu-se o Presidente da Câmara, Padre Filipe Pereira de Carvalho, o seguinte ofício:

... a Câmara de Januária, comunicando-lhe que esta Câmara tem adherido a seus nobres sentimentos que viu enunciadas no nobre officio dirigido ao Dr. Juiz de Direito desta Comarca e lhe ofereceu sua cooperação...²

(2) Fragmento da Ata Extraordinária da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, de 3 de fevereiro de 1838.

O fato aqui se tratava do movimento baiano conhecido pelo nome de **Sabinada**, que teve o apoio das vilas de Santo Antônio de Jacobina, Vila de Rio de Contas e Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité.

Eis aqui um ponto crítico da *História Primitiva de Montes Claros*. Assim, pois, naquele mesmo tempo em que ainda a pouco se comemorava a liberdade de um povo, os negros amargavam os castigos recebidos e os preconceitos por parte da população.

Infelizmente, a *Vila de Montes Claros de Formigas* vivia enodada sob os desmandos da escravidão negra. Era necessário conter os abusos aos negros escravos e não escravos, por isso o Padre Filipe Pereira de Carvalho solicitava da Câmara Municipal medidas que regulamentassem o assunto. Era como se mexesse numa casa de maribondos...

Ora, o que se passou na Região de *Montes Claros de Formigas* com relação aos castigos e aos maus tratos, dispensados no tratamento vil dos negros, escravos ou não, foi, indubitavelmente, algo de muito terrível. Portanto a "... se julgar adotar castigos aos

cativos, o senhor pagará uma multa...”, a esse respeito, diz o Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas. Assim sendo, encontramos ainda no seu artigo 10, os seguintes dizeres:

... quando nestas Posturas se comunicar pena de palmadadas [ou palmatórias], serão dadas nesta Vila, na Cadeia; e fora da Vila, nos lugares designados para esse fim pelos Subdelegados, sendo o executor pago à custa do senhor do cativo...³

(3) *Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, de 7 de junho de 1858.*

Até acreditávamos que nos currais de gado e nas vilas agrícolas ocorresse menos perversidade que alhures. Mas, na prática, aqui também o infeliz escravo fora maltratado no corpo e descurado da alma. A maioria deles mourejava ao suor de seu rosto até o momento deplorável de se sucumbir como um miserável ser humano.

O judiciário da Comarca de Montes Claros de Formigas iniciou os seus trabalhos em primeiro de abril de 1835, fazendo realizar, com primazia, a primeira sessão do Conselho de Jurados, presidido pelo Dr. Jerônimo Máximo de Oliveira e Castro. É bastante possível que seja, desse momento único, o início de uma nova era na sociedade *formiguense*, devido às condições sociais que os dirigentes da vila acabara de submeter à população indefesa. É óbvio que as decepções do ser humano comum diante de sua classe dominadora, estereotipada em fatos corriqueiros de outras comunidades, poderiam criar um fato novo que viesse amealhar a ordeira população.

Pode-se assim dizer que, lamentavelmente, das cinzas do tráfico negreiro iria surgir em 30 de maio de 1836 o primeiro caso de enforcamento público na Vila de Montes Claros de Formigas. Este ato hediondo e bestial marcou sensivelmente a administração do Padre Filipe Pereira de Carvalho, que contrariado, devido seus princípios filosóficos, não concordava, mas acatava a determinação do Conselho de Jurados.

Assim, sem nenhuma formalidade aparente, foi levado ao patíbulo, em logradouro público, o infeliz escravo Joaquim Africano, conhecido por Joaquim Nagô, acusado de haver assassinado, a 22 de abril de 1835, o seu senhor Joaquim Antunes Ferreira, em São José do Gurutuba. O escravo Nagô foi submetido a julgamento no dia dois de setembro do mesmo ano, quando ele era declarado culpado e condenado à pena máxima da época, ou seja, a morte por enforcamento.

Seria o escravo Joaquim Nagô culpado ou inocente?

É curioso que no momento do

... cumprimento da sentença a corda se partiu, sendo emendada, novamente não resistiu ao reduzido peso daquele resto de corpo humano carcomido pela fome e maus tratos...

O carrasco, então, providenciou um laço forte de couro cru e o escravo foi, finalmente, executado sem piedade.

Diz a voz do povo que, em algum dia no tempo, no arraial do Tijuco, um desconhecido tropeiro confessaria a autoria do crime de São José do Gurutuba. Disse ele ter matado o fazendeiro Joaquim Antunes Ferreira somente para lhe roubar animais e couros.

De certa feita, na fazenda dos *Fonsecas*, na região dos *Veados*, "... um dos negros não se conteve ao receber uns açoites injustos..." e matou o seu senhor, Coronel Joaquim Alves e um pajem que o ajudava, a punhaladas. O criminoso foi preso e condenado à morte por enforcamento.

... o réu, no patíbulo, encarou seus irmãos de cativo e assim externou suas últimas palavras: trouxe-rou aqui pra inzemplo, proucês vê eu morrê e ficá com medo... Num fica cum medo não. Sinhô é ruim, mata Sinhô... In-antes de morrê eu quero cumê um pedacim de marmelada...⁴

(4) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes de Paula – página 387.

Foi, assim, a última ceia macabra e cômica ao mesmo tempo, que encerrou de uma vez por todas a prática dos enforcamentos na vila de *Montes Claros de Formigas*.

Localizava-se o cadafalso da *Força Pública* da *Vila de Montes Claros de Formigas*, em lugar plano com área própria da prefeitura, hoje uma via pública no centro da cidade - Rua Governador Valadares - e o ponto exato de sua localização estaria à frente da residência de número 66, de propriedade da família Maia.

De nenhum dos feitos, até então, fizera a funesta e horripilante influência do enforcamento de Joaquim Nagô, e outros, de deixar a população em tamanha perplexidade. "... Constando que foi uma acusação injusta, o escravo Joaquim Nagô passou a ser invocado em momentos difíceis e, dizem, sempre atende os aflitos..."⁵

(5) **Montes Claros de Ontem e de Hoje** – Yvonne de Oliveira Silveira e Zezé Colares. Página 31.

Com relação ao futuro promitente e duradouro da *Vila de Montes Claros de Formigas* pairavam, então, dúvidas sobre as execuções de condenados à morte, pois faltavam algozes para a função de *carrasco* no exercício de tão tétrico mister. Mas, no entanto, a lei exigia que os Ouvidores dos quatro distritos de Minas mandassem executar os negros condenados que estivessem à disposição da justiça.

... aos quatro ouvidores das comarcas de Ouro Preto, Sabará, Rio das Mortes e **Serro Frio**, insinuando a causa que havia, para se observar nessas Minas, com os negros, que se achavam presos, por matarem a seus Senhores, a lei que novamente foi ao Ouvidor de São Paulo, para o sentenciarem à morte... (Carta Régia de 24-II-1731, autorizando o governador das Minas Gerais a aplicar a pena de morte aos escravos condenados).

Para que a *Vila de Montes Claros de Formigas* pudesse dispor de outros melhoramentos na formação de subsistir e prosperar, valeram-se os *formiguenses* do braço escravo e dos indígenas. Entretanto, a Câmara Municipal já abandonava os serviços forçados dos escravos e partia para uma negociação duradoura em benefício de todos.

O serviço dos correios, por exemplo, que estava sob as expensas da Câmara Municipal, passava por diversas fases de aprimoramento na prestação das serventias.

Agora, as responsabilidades das tarefas eram divididas entre doze estafetas, a maioria, de negros. Disponibilizava a Câmara Municipal do valor de 200 réis por léguá caminhada pelos estafetas. Cada um deles caminhava por dia seis léguas de estradas.

Na forma da lei, resolveu-se que o estafeta dos correios dirigidos à Barra do Rio das Velhas passaria pelo arraial do Santuário do

Santíssimo Coração de Jesus; e o que se dirigisse à Vila de Januária passaria pelo arraial de Contendas. Isso já se apresentava como sendo uma medida de contenção de despesas.

Contudo, isso dá bem uma idéia da importância nas pequenas coisas realizadas para uma sociedade como a de Montes Claros de Formigas, que em certas virtudes merecem créditos. Enquanto o presidente do executivo, Padre Filipe Pereira de Carvalho modernizava os trabalhos dos correios, o governo provincial, por sua vez, desmoronava a ação exemplar das Comarcas do interior da Província de Minas Gerais.

Para este modo de entender ou de sentir foi que a Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas interpôs a sua autoridade contra a remoção do Dr. Jerônimo Máximo de Oliveira e Castro, que no dia 18 de fevereiro de 1839 fora afastado de suas funções na *Vila de Montes Claros de Formigas*, pois deveria ocupar dos trabalhos da Comarca de Jequitinhonha, onde haveria trabalho de monta, uma vez que aquela região passava por vários momentos de amotinados, em vista da sede do ouro e pedras preciosas estarem em seus melhores dias de produção.

Sobre o mesmo assunto é interessante saber que em 16 de março de 1839, numa reunião extraordinária da *Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas*, é apresentado pelo Intendente José Pinheiro Neves, um documento que exaltava as qualidades do magistrado, Dr. Jerônimo Máximo de Oliveira Castro e reclamava a sua permanência no seio da comunidade:

... reconhecido um magistrado imparcial, ilustrado com afinco ao systema que nos rege, que tem sabido conservar a Comarca em paz e tranqüilidade com o qual os habitantes se achão assas satisfeitos... (**Anais da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas** – José Pinheiro Neves, Intendente).

Outrossim, a *Vila de Montes Claros de Formigas* passava por períodos de longas e intermináveis crises políticas. O quadro apresentava acirradas demandas entre as duas facções dominadoras da política local. Agravou-se, entretanto, com o atentado contra o Vice-Presidente da Câmara, o Coronel José Pinheiro Neves, ocorrido no dia 14 de abril de 1839, quando

... cerca das 8,30 horas da noite, é consumado um atentado contra a vida do Coronel José Pinheiro Neves, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, com um tiro de emboscada que não o atingiu. A causa do referido atentado seria o acirramento das lutas políticas, na ocasião...

O fato foi comunicado ao Governo da Província que em medida administrativa ordenou, em oito de outubro de 1839, que fossem assentados oito praças da milícia, para a guarnição aqui da Vila de Formigas.

Em vista disso, teria sido o magistrado reconduzido ao seu cargo no dia oito de maio deste mesmo ano. Em oito de junho de 1842 acumulava ele também o cargo de Juiz de Órfãos do Termo de Montes Claros. Não se quer dizer que à vontade do povo em exigir a volta do magistrado iria acabar de uma vez por todas as brigas existentes. Mas era uma oportunidade de contornar os ânimos dos mais exaltados.

Nos primeiros dias de janeiro de 1837, a Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas comunicava que não devesse utilizar as vias públicas para o abate de animais destinados ao consumo e; indicou, para este fim, o curral de Manuel Florentino da Rocha. Apesar de todas essas precauções, a situação em nada se modificou que melhorasse o abate de animais.

A princípio houve uma concordância parcial dos açougueiros em não utilizar mais as vias públicas como matadouro, mas com o passar do tempo, esta atividade volta a acontecer nas mesmas praças e nas mesmas ruas públicas da vila, sem que nenhum fiscal tomasse qualquer providência no sentido de inibir tal procedimento.

Como seria de se esperar, no dia cinco de fevereiro de 1839 é que a *Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas* aprova a criação de um *Matadouro Público* e, também, de um respectivo *curral de gado*, nas adjacências da vila, para uso do referido *Matadouro Público*.

Quis o destino, no entanto, que este *Matadouro Público* ficasse instalado um pouco mais acima do local onde estava a *Forca Pública*. A cena era a das mais trágicas que se poderia imaginar. O berro do animal, expirando os últimos suspiros de vida, numa luta semelhante àquela visão de um corpo balouçante querendo desembaraçar-se de setorvo do suplício da estrangulação sumária.

Ora, são essas coincidências que geram na população o medo do sobrenatural. Mas, apesar de tudo, não era assim tão forte o indício de terror que se apresentava no seio do povo. Houve tempo em que os piores malfetores da vila foram-nos apresentados pelos crimes praticados. Porém, nunca, a *Forca Pública*, inibisse, totalmente, qualquer onda de violência patrocinada por esses maus coronéis.

No *Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formiga*, o seu artigo 66, vem determinar com expressividade que

... no caso de se concluir os matadouros públicos, ninguém poderá mais matar gado para consumo senão

neles, com assistência do Fiscal e arrematante das rendas. Que fará efetiva logo a cobrança do imposto de cabeça...

A data deste *Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas* é de 7-VI-1858, sendo que a lei que autorizava a construção do *Matadouro Público* era de 5-II-1839. Pasmados, porém, entendemos desapontados. Havia dezenove anos passados e o *Matadouro Público* ainda não estaria concluído. Não parece absurdo, mas, felizmente, a *Forca Pública* já vivia momentos de declínio.

Erigir uma capelinha dedicada a Nossa Senhora do Rosário talvez fosse a maneira mais acertada para indenizar os negros das injustiças que foram cometidas contra eles. Ao som daquelas vozes suplicantes, vindas de algum lugar, entendeu-se o Padre Feliciano Fernandes de Aguiar em construir a capelinha de Nossa Senhora do Rosário para redimir o sofrimento das almas-penadas.

Vimos, pois, que nos livros da Câmara Municipal, de 23 de abril de 1833, contém o registro de uma solicitação do terreno ao poder público, feito pelo Padre Feliciano Fernandes de Aguiar.

Em maio de 1839, no ano das grandes realizações, registramos aqui o início da construção da capelinha de Nossa Senhora do Rosário, por iniciativa de José Joaquim Marques. Ainda assim, verificamos, sobressaltados, que a construção deste pequeno templo teve, por princípio, as imediações da atual praça Capitão João Catôni Pereira da Costa, no antigo Bairro Rosário Velho. Enfim, transferida para a velha Rua do Jatobá, a qual passou a ser denominada Rua do Rosário e, que, atualmente, se chama Avenida Coronel Prates. Isso, entretanto, não quer dizer que houvesse descaso em levar adiante a construção da capelinha dedicada aos negros escravos. Até por que os trabalhos executa-

dos naquela obra foram somente de mãos escravas e eram realizados festivamente nas formas de seus ritmos e crenças.

... embora José Joaquim Marques, naquele tempo Juiz de Paz e agente dos Correios, tivesse a iniciativa de sua edificação, parece que esta mais se realizou com o auxílio e o trabalho dos pretos, escravos ou não, pelo que se deduz da leitura dos velhos arquivos... (**Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Viana, página 207).

NELSON VIANA nos informa ainda que a lenda em torno da capelinha de Nossa Senhora do Rosário se prende ao fato de

... no dia 16 de agosto de 1886, falecia no Largo da Soledade (Praça Doutor Carlos), aos 104 anos de idade, o escravo africano conhecido por Bernardo Coletor, assim apelidado porque recebia esmolas de outros escravos para a construção da Igrejinha do Rosário. Tinha prestígio entre os companheiros e foi Capitão no Terno Dançante de São Benedito...⁶

(6) **Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Viana, página 207.

Outras causas, além das econômicas, provocavam atrasos significativos nas conclusões das obras públicas. Mas, nas realizações de construções de departamentos públicos, superavam a expectativa de todos os moradores da Vila.

A propósito disso, a construção da *Cadeia Pública* já estava em andamento bem acelerado. Em 16 de abril de 1839 o ferreiro Manuel José Alves Ferreira fazia a entrega das grades da *Cadeia Pública* ao Intendente, Padre *Filipe Pereira de Carvalho*. Custaram essas grades, aos cofres públicos, cerca de 200 réis, que foram pagas pelo Juiz de Direito Interino, o Doutor Tertuliano

Alves Pires. Durante a construção da *Cadeia Pública*, foram vendidas ao Senhor Leandro Adolfo de Carvalho, pela quantia de Rs. 5\$000, as sobras de madeira e do massame não utilizado.

A *Cadeia Pública* estava sendo edificada na esquina do Largo da Matriz, com a atual Rua Simeão Ribeiro. João Durães Coutinho é nomeado Delegado de Polícia e Antônio Xavier de Mendonça toma posse no cargo de subdelegado.

Na visão do acadêmico CYRO DOS ANJOS, numa crônica em que ele dedicava aos seus amigos, os presos, disse que a cadeia ficava "oposta à Matriz, num dos lados maiores da Praça, a cadeia exibia no rés-do-chão os seus negros, úmidos e malcheirosos cárcere..."⁷ e complementava ainda que "na parte de cima da cadeia funcionava o Tribunal de Júri. Para o julgamento, os presos a ele tinham acesso por um alçapão em cuja abertura se lançava uma escada..."⁸

(7) **Explorações no Tempo** – Cyro dos Anjos. Memórias. Rio de Janeiro, março de 1963.

(8) Ibidem.

CURIOSIDADE: Lei número 951, de 6 de junho de 1858. Carta de Lei que autoriza o Governo da Província a mandar construir e reparar as Cadeias nela mencionada. Art. 1º - O Governo fica autorizado a despender com construções e reparos nas diversas Cadeias da Província às seguintes quantias. Parágrafo 1º - Com reparos da Cadeia de Montes Claros de Formigas, dois contos de réis. (**Índice da Coleção das Leis da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Tomo XXIV. Parte I, de 1858**).

Além dessas duas obras de grande vulto para a Vila, iniciava também a construção do *Cemitério Público da Vila*, estrutura que fora aprovada no dia 21 de julho de 1835, em sessão da Câmara Municipal.

A história antiga de Montes Claros de Formigas conta que

... no princípio, os cadáveres eram sepultados no local de agrado dos parentes. Depois da construção da capelinha de Nossa Senhora da Conceição e São José, logo após 1769, alguns mortos importantes foram enterrados no próprio interior da capela, outros em uma pequena área cercada ao redor do templo e ainda outros no Largo de Baixo...⁹

(9) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes de Paula – página 210.

A capelinha a que nos referimos, tinha junto de si um pequeno terreno que era considerado *campo-santo*. Era um quadrado de terras todo cercado de lascas de aroeira, e com uma cruz de pau, toscamente lavrada, enfiçada no meio do *campo-santo*. Era ali que os fazendeiros vizinhos à vila mandavam enterrar os seus defuntos.

Necessário se fazia a construção de um cemitério.

O lugar escolhido para a construção do *Cemitério Público da Vila* ficava na estrada que dava saída desta vila para a fazenda do *Ribeirão*. Ali, defronte, aos esteios levantados para a construção da Igreja do Rosário, estava deliberada, pelo poder público, o seu lugar para início de sua construção. A princípio, os trabalhos do referido *Cemitério* ocorreram no dia 12 de agosto de 1839 e por Decreto-Lei ficou estabelecido ainda que o *campo-santo* teria "... duzentos palmos quadrados, um portão grande na sua entrada e um nicho no fundo, um cruzeiro, devendo mais ser o muro fabricado de taipa, como melhor invenção fosse..."¹⁰

(10) **Código de Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas**, de 7 de junho de 1858.

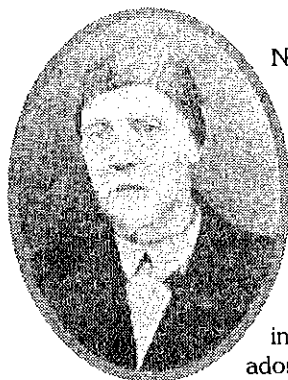
NOTA: Localiza-se o cemitério onde se formou o quarteirão compreendido pelas ruas Padre Augusto, Grão-Mogol, Coronel Joaquim Costa e Praça Pio II.

Em requerimento à Câmara Municipal, o Senhor Joaquim Pereira de Vasconcelos solicitava autorização para a construção de mais "... *hua Entendencia na frente das casas de negócio que tem na Rua Direita desta Villa...*", de propriedade de José Gonçalves Pereira Branco. Crescia o número de *intendências* na vila, portanto surgia a necessidade de se construir um grande Mercado Municipal. O comércio, na sua maior parte, era feito pelo sistema de *escambo*, sendo que os escravos e os selvagens (comandados e em prol de seus senhores) faziam a troca das mercadorias com os tropeiros.

Do ponto de vista prático, outros aspectos interessantes, relativos à conclusão dos trabalhos mais significativos para a Vila, foi a difusão de novos padrões culturais segmentadas neste segundo período administrativo. Começa o período administrativo do Cônego Antônio Gonçalves Chaves.

ANTÔNIO GONÇALVES CHAVES

Terceiro Agente Executivo da Vila de
Montes Claros de Formigas - 1841/1851



Nasceu o Cônego Antônio Gonçalves Chaves, em Minas Novas, no ano de 1803. Veio aqui passear quando estudante, e encantado com a terra, mal terminou o curso, para ela voltou definitivamente.

A primeiro de janeiro de 1835 tomou posse como vigário da nossa paróquia, aliás, o primeiro vigário. Logo ingressou na política, sendo eleito vereador, em 1836. Desde as primeiras sessões da Câmara, impressionou seus companheiros pela vivacidade e rapidez do raciocínio, tornando-se mesmo a cabeça pensante de nossa cidade.

Sobrecarregado com os afazeres sacerdotais, pretendeu renunciar ao cargo de vereador, mas, por unanimidade, a Câmara deu o seguinte despacho a requerimento: "A Câmara não pode aceitar sua demissão, ante que por tudo vem expor, espera que o ilustre colega por suas virtudes cívicas a ajude a levar avante a tarefa encetada – a felicidade pública, única glória que aspiramos com que os nossos conterrâneos têm depositado esperanças".

Essa prova de confiança deu gosto ao Padre Chaves que entrou de corpo e alma na política, chefiando os liberais, que estavam acéfalos com o afastamento do Coronel Vaz Mourão.

Em 1840, assumiu a presidência da Câmara, cargo para o qual foi eleito por dois quadriênios, tendo dirigido nossos destinos durante doze anos consecutivos. Apesar de Presidente da Câmara, foi eleito Deputado Provincial.

Além de vigário e político era também advogado, e como tal se fez respeitar.

Hermes de Paula

Nasceu o Cônego Antônio Gonçalves Chaves em Minas Novas em 1803 e

... tão logo se ordenou, foi nomeado vigário encomendado da Vila e Paróquia de Formigas, com provisão por dois anos. Em sessão da Câmara, presidida pelo Coronel José Pinheiro Neves, tomou posse de vigário da Freguesia a qual viria exercer cerca de 44 anos. Ao início de sua carreira sacerdotal, a Freguesia pertencia ao Arcebispado da Bahia. Ingressando na política, foi eleito vereador pelo Partido Liberal. Reeleito em 1840, coube-lhe a Presidência da Câmara, fora eleito Deputado Geral. Em todas as funções exercidas procurou empreender tudo que era possível em favor da comunidade que passou a pertencer...¹

(1) **História e Desenvolvimento de Montes Claros.** Henrique de Oliva Brasil. Montes Claros, página 189. 1983.

Eleitos em 1840, somente no ano seguinte os novos vereadores tomaram posse para o quadriênio de 1841 a 1845, conforme registro lavrado na Ata da Câmara, no dia sete de janeiro de 1841, como se segue abaixo:

Perante o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, o Reverendo Fellipe Pereira de Carvalho, tomam posse e prestam compromisso em sessão pública da Câmara Municipal, os novos vereadores eleitos para o quadriênio de 1841 a 1845: Reverendo Vigário Antônio Gonçalves Chaves, João Durães Coutinho, Joaquim Fereira da Costa, Padre Fellipe Pereira de Carvalho e Padre Ambrósio Caldeira Brant. O vereador eleito Capitão José Rodrigues Prates tomara posse a 9 de janeiro de 1841. Como Juiz de Paz da Vila tomou posse Antônio Xavier de Mendonça. O Vigário Antônio Gonçalves Chaves como o mais votado, ficou na presidência da Câmara (**Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Viana. Página 23).

A relativa diversificação dos recursos naturais e a implementação de um comércio mais atraente e dinâmico, das boticas (drogarias ou farmácias), com intenso combate a bexigas, moléstia contagiosa com referências já anotadas em páginas anteriores, foram considerados os fenômenos responsáveis pelo sucesso pleno do penúltimo período administrativo desta primeira fase da política de *Montes Claros de Formigas*. Como já explicamos, também foi este período mais longo que os outros dois anteriores.

Iniciava-se, festivamente, no ano de 1840 e terminava em 1851, acompanhado de regozijos religiosos e cortejos cívicos. Entre os atos cívicos ocorridos em Montes Claros de Formigas, podemos citar o da Sagração e Coroação do nosso Imperador Dom Pedro II, que ocorreu no dia 23 de maio de 1841 e, novamente, no dia sete de setembro deste mesmo ano.

Era o intendente da vila de *Montes Claros de Formigas*, nesta ditosa ocasião, o boníssimo Cônego Antônio Gonçalves Chaves, que ainda era um jovem ardoroso e um missionário de Deus, viera para cá, apenas para ficar um período de quase dois anos, em substituição ao pároco da vetusta *sé de palha*.

Na sessão da Câmara Municipal de 25 de julho de 1835, é solicitada, através dos edis da casa, ao Presidente da Província de Minas Gerais, a permanência do boníssimo Cônego Gonçalves Chaves na Vila "... para o bem das Almas e utilidade dos povos...". No que foram prontamente atendidos.

Por isso mesmo se evidencia, claramente, que o Intendente Gonçalves Chaves se empolgou em reconstruir a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, no Largo de Baixo desta Vila. O resultado positivo desta administração foi à distinção entre a Política e a Igreja, que fez com que o Cônego Gonçalves Chaves providenciasse a venda dos bens daquela congre-

gação para que ele pudesse arrecadar fundos necessários à reconstrução do glorioso templo.

Assim, o Cônego Chaves solicitava da Câmara Municipal, no dia 14 de julho de 1840, verba para iniciar os reparos do templo. Também solicitou e ainda conseguiu da edilidade da *Vila de Montes Claros de Formigas* uma autorização com essa finalidade. Agora, era só recuperar as paredes em ruínas, as quais começavam a desabar, estando em descoberto grande parte do telhado do velho templo, já todo empenado o madeiramento, também fora necessário, cuidado especial no trabalho de retirada dessas telhas, para que elas fossem reutilizadas. O Coronel Pedro José Versiâni esteve nomeado em 13 de junho de 1839 para orientar a demolição das ruínas da Igreja Matriz.

Mas, adiante, o Intendente Gonçalves Chaves solicita do Governo da Província de Minas Gerais, em 13 de julho de 1841, uma verba no valor de Rs. 1:600\$000 para o conserto total da Matriz da praça. Infelizmente, não temos notícias de que esse dinheiro chegasse às suas mãos.

No dia 15 de outubro de 1841, o Intendente Gonçalves Chaves inaugura uma ponte sobre o rio Vieira, na estrada desta Vila para a comunidade do *Cedro*. É certo que, em suas realizações, que não foram poucas. O orçamento para gastos, apenas no exercício de 1842 a 1843, com obras públicas era na ordem de 500\$000 (quinhentos mil réis) de um total de 1.220\$000 (um conto e duzentos e vinte mil réis).

Ainda neste ano de 1842, desencadeia em todo Norte de Minas o movimento da Revolução Libertária, com propósito de desestabilizar a monarquia brasileira. Disse Urbino Viana que

... melhor ocasião não podia aparecer que a Revolução Libertária de 42, fracassada mais pela traição do

que pela fraqueza, em a qual, era voz corrente, estava comprometido o vigário [Antônio Gonçalves] Chaves e não levaria muito estaria francamente em ação...”.

Certamente que o Presidente do Executivo de Montes Claros de Formigas estaria mesmo planejando a sua participação no seio desta *Revolução Libertária de 42*.

Com o Vigário Chaves estavam envolvidos mais dois elementos conservadores: o Doutor Jerônimo Máximo de Oliveira e Castro, Juiz de Direito da Comarca, e o Coronel Pedro José Versiani, Chefe de Guarda Nacional. Além desses homens, o também Padre Filipe Pereira de Carvalho, que na ocasião era Juiz Municipal, estava afinado com o movimento.

A Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, tendo que cumprir o seu dever de informar ao Governo da Província de Minas Gerais sobre os possíveis envolvidos na *Revolução Libertária de 42*, em Ata registrada, esclarecia os seguintes trópicos:

1 – O Dr. Jerônimo Máximo de Oliveira e Castro, atual Juiz de Direito desta Comarca, a par de uma dedicação a toda prova à causa da legalidade, apresentou uma prudência e circunspeção digna de louvor; ativo, previdente, benfazejo, ele ganhou a amizade geral de uma ocasião que em outros pontos da Província reinava a desconfiança. Este magistrado foi sem dúvida um garantidor da ordem.

2 – O Coronel Pedro José Versiani prestou os maiores serviços que dele se poderia esperar: reuniu a Guarda Nacional, foi assíduo, interessado no cumprimento deste dever, adiantou os soldos e sustentou um quartel à sua custa para depois haver dos cofres públicos, estabeleceu uma comunicação ativa com

as autoridades à expensa própria, fiscalizou e protegeu o sossego público quando podia sua autoridade e posição.

3 – O Guarda-Mor Gonçalo Chistovam Pereira, fazendeiro residente no distrito de Bonfim, prestou toda a sua influência para que a paz e a ordem se não alterassem, mandando sucessivamente para o arraial do Bonfim, ponto de reunião das forças, seus agregados, bem como igualmente sustentou um dos quartéis ali estabelecidos.

4 – O Reverendo vigário desta vila, Padre Antônio Gonçalves Chaves prestou relevantes serviços, já na qualidade de Presidente da Câmara, proclamando em geral aos habitantes do município, em especial dirigido aos mais influentes, apresentando-lhes o horror de uma revolução, a conveniência de manter a tranquilidade pública, exata obediência às leis e autoridades constituídas cujas doutrinas corroborou com palavras e exemplos na qualidade de pároco,

5 – O Reverendo Padre Filipe Pereira de Carvalho, atual Juiz Municipal deste termo, animado pelo zelo do bem público, empregando tão bem sua influência, de seus amigos e parentes para a manutenção da ordem.

6 – O Capitão Lázaro da Rocha Queirós, de Coração de Jesus, que foi o primeiro a comparecer com a Guarda Nacional, foi prender os rebeldes remanescentes da catástrofe do Medanha e que se refugiaram no Pé do Morro.

Concluindo aqui os fatos, buscamos as palavras sábias de ilustre HERMES AUGUSTO DE PAULA, quando diz que

... a firmeza de atitude da nossa gente repeliu a insinuação maliciosa dos rebeldes de Curvelo; cumpriu o com-

promisso com Diamantina, mandando forças armadas que entraram em combate, desmoralizando o inimigo; orientou, no sentido da legalidade, os vizinhos vacilantes; mobilizou a Guarda Nacional e manteve a ordem interna...²

(2) **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes Augusto de Paula. Páginas 20/1.

Também não faltou, por isso mesmo, o desejo de mudar o nome da *Vila de Formigas*. O que em estudo investigador, a mudança do nome *Formigas* para *Cidade de Montes Claros* já fora proposto desde o dia 26 de julho de 1844, na Câmara Municipal da *Vila de Montes Claros de Formigas* e aprovado, em virtude de haver uma outra vila com o mesmo nome de *Formiga*. Entretanto, à presente discussão em torno deste assunto só foi concluído no dia três de julho de 1857. Também no ano de 1844 houve novas eleições para vereadores.

Em 7 de janeiro de 1845, em sessão da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, sob a presidência do Reverendo Antônio Gonçalves Chaves, tomam posse e prestam juramento os novos vereadores eleitos que deverão servir no quadriênio de 1845 a 1849: Padre Antônio Teixeira de Carvalho, Capitão José Rodrigues Prates, Tenente Joaquim Ferreira da Costa, alferes Antônio Xavier de Mendonça, Alferes José Fernandes Pereira Correia, Vigário Antônio Gonçalves Chaves. Tomavam posse dos cargos de Juizes de Paz da Vila de Formigas, o Padre Antônio Teixeira de Carvalho, Antônio Pereira Salgado. Joaquim Alves Sarmiento e Tristão Pinheiro Freire. O vereador João Durães Coutinho tomava posse a 7 de julho de 1846. Continuou o Vigário Antônio Gonçalves Chaves como Presidente da Câmara. (**Efemérides Montes-clarenses**. Nelson Viana. Página 23).

Com tudo isso, a administração pública ocupava de remover das funções de Coletor das Rendas Municipais de Montes Claros de Formigas, o Senhor Gregório Caldeira Brant e, em seu lugar, o Intendente *Gonçalves Chaves* nomeava o cidadão Joaquim Ferreira da Costa com o aval do Capitão Joaquim Alves Sarmiento. Os funcionários públicos visavam, em primeiro lugar, obter vantagens para si mesmos, de modo que imperava a desonestidade e a anarquia no arraial.

Por outro lado, já na esfera da economia produtiva, é mesmo inegável a contribuição financeira que o governo do Intendente *Gonçalves Chaves* teve como mérito de haver introduzido e aclimatado a agricultura local. Fez-se neste período a distribuição das primeiras sementes de trigo que, no entanto, não teve o resultado esperado. No início, quase não eram cultivados cereais, amanhava-se apenas um pouco de trigo a fim de se ter farinha para as hóstias sagradas da comunhão. Uma exigência consuetudinária da igreja.

Ainda assim, foi possível incrementar a mecanização da lavoura de trigo. Pela primeira vez, usavam-se de arados de ferro, puxados por animais, para que pudessem tombar a terra. Na realidade, como é natural, expandiu-se o espírito de cultivador em toda a população do município.

Em 7 de janeiro de 1849, sob a presidência do Vigário Antônio Gonçalves Chaves, realiza-se a sessão da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas em que tomam posse e prestam juramento os novos vereadores que devem servir no quadriênio de 7 de janeiro de 1849 a 7 de janeiro de 1853: o Vigário Gonçalves Chaves, Capitão José Rodrigues Prates, Tenente-Coronel João Durães Coutinho, Padre Tiago de Siqueira, Capitão Joaquim Alves Sarmiento e Padre Antônio Teixeira de Carvalho. O vereador Tenente Joaquim Ferreira da Costa tomava posse

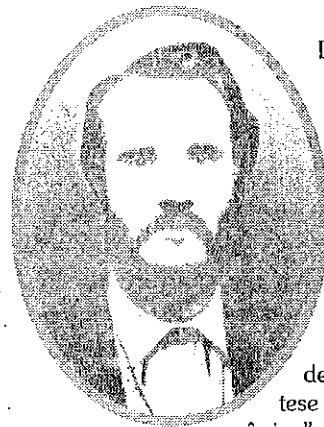
a 12 de janeiro de 1849; o Tenente-Coronel João Antônio Maria Versiâni, a 11 de setembro do mesmo ano, na vaga aberta com o falecimento do vereador Joaquim Alves Sarmento. O Vigário Chaves continuou na Presidência até 24 de janeiro de 1851 quando teve de deixar aquela função em virtude de comunicação feita pelo Juiz de Direito da Comarca, declarando haver incompatibilidade entre a dignidade de Pároco e o cargo de vereador. Assim, daquele dia em diante, a Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas foi presidida pelo seu Vice-Presidente, o Capitão José Rodrigues Prates... (**Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Viana, páginas 23/4).

Por isso, o Vigário Antônio Gonçalves Chaves preside a Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas pela última vez no dia 24 de janeiro de 1851, em virtude de uma determinação do Juiz de Direito da Comarca, que considerou incompatibilidade de cargo de vereador com o exercício de pároco. O magistrado baseou-se no aviso da Repartição do Estado dos Negócios do Império, datado de nove de julho de 1850. Com o afastamento de *Gonçalves Chaves*, a Câmara passou a ser presidida pelo Capitão José Rodrigues Prates.

Circundado então pelo mais amplo sistema de trabalho em conduzir os destinos políticos do município, ele é afastado do cargo de Intendente com o dever cumprido para dedicar-se exclusivamente à sua Igreja. Após o ocorrido, o velho sino badalava anunciando a volta do Cônego *Gonçalves Chaves* à velha Matriz lá da praça.

CARLOS JOSÉ VERSIÂNI

Último Agente Executivo da Vila de
Montes Claros de Formigas
1852/1857



Doutor Carlos José Versiâni nasceu na fazenda Santo Elói, no distrito do Bonfim de Montes Claros, hoje Bocaiúva, a 20 de dezembro de 1819. Era filho do Capitão Pedro José Versiâni e Dona Angélica Cláudia Pena. As primeiras letras, ele estudou em Montes Claros, fazendo o curso secundário no Caraça. Formou-se em 1845 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua tese tinha como título "A Simpatia Orgânica".

Veio clinicar na vila de Montes Claros de Formigas.

Casou-se Doutor Carlos com Dona Gabriela Gerturdes de Oliveira Cata-Preta, natural de Ouro Preto. Durante 58 anos, o Doutor Carlos clinicou em Montes Claros quase sem receber honorários.

Ingressou na política nas hostes do Partido Conservador. Em janeiro de 1853, sendo o segundo mais votado, assumiu a direção do nosso município com a desistência do vereador que alcançara maior número de votos – José Antônio de Almeida Saraiva. Foi reeleito sucessivamente até 1868, ficando à testa do município durante 16 anos consecutivos. Em 1868, empatou com o correligionário Justino Câmara, cabendo a este por sorte, a presidência da Câmara. Na primeira eleição republicana, novamente se candidatou ao posto máximo do município, apenas para, com o seu prestígio, assegurar a vitória do partido. Governou pouco tempo, passando o governo ao Vice-Presidente Celestino Soares da Cruz. Chefe político durante muito anos, era queri-

do por todos. Foi eleito Deputado Provincial e Geral em várias legislaturas.

Com o auxílio de Justino Câmara, fundou a Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros, sendo o seu primeiro provedor, cargo que exerceu durante muitos anos.

Foi professor de História Natural da Escola Normal, da qual foi o segundo diretor. O Doutor Carlos Versiâni faleceu aos 84 anos de idade, aos 17 de abril de 1906.

Hermes de Paula

Na última fase administrativa deste primeiro período político, a *Vila de Montes Claros de Formigas* teve como seu intendente a figura ímpar do médico **Dr. Carlos José Versiâni**, "... de memória imperecível e que os pósteros hão de venerar, como apóstolo da caridade, sacerdote da ciência e espírito altamente desinteressado e mobilíssimo carácter..."¹ Desde, então, para cá, iniciava o último período administrativo desta primeira fase política: de 1852 a 1857.

(1) *Municípios - Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais. Lei número 843, de 7 de setembro de 1923.*

Nasceu o Dr. Carlos José Versiâni a 20 de dezembro de 1819, na fazenda Santo Elói, que era propriedade de sua família. Era filho do Capitão Pedro José Versiâni e de Dona Angélica Cláudia Pena. Casou-se com Dona Gabriela Gertudes Cata-Preta de Oliveira. Formou-se em Medicina e depois prestou serviços médicos em Montes Claros durante os 58 anos de profissão. Atendia aos pobres de maneira exemplar e humanitária. O seu neto CYRO DOS ANJOS disse que "... de Luísa Velha, ouviu com frequência que ele não cobrava dos clientes, e ainda por cima lhes dava dinheiro para a compra de remédios...". Ingressou

na política pelo PC – Partido Conservador – pelo qual foi eleito Presidente da Câmara.

O Doutor Carlos José Versiâni descendia dos *Vircyanis*, família cujo chefe viera da Itália para as minas do Tijuco em meados do século XVIII.

Nesse período, o clamor político do povo *formiguense* era mais acirrado ainda. Dezenas de reuniões aconteciam simultaneamente com o objetivo de formar opinião para melhor desenvolver o comércio na Vila e em toda a região. A valorização do cidadão era uma constante na casa da Câmara Municipal, onde os vereadores advertiam a população que era preciso reagir contra as ordens da província estadual, principalmente aquelas que em nada contribuía para o desenvolvimento da região. Ora, esta vila de Montes Claros de Formigas era onde predominava a pecuária e apenas extraía-se daqui o *salitre*, como produto de exportação. Entretanto, muitas leis foram feitas beneficiando somente as regiões mineradoras, e o sertão bruto do cerrado era desprezado sumariamente.

Diante de tantas dificuldades, o comércio do algodão, de couros e animais vivos, constituiu, em verdade, o que se pode considerar o período pré-emancipatório de Montes Claros de Formigas. A fixação do homem no campo esbarrava-se no contraditório que se fazia na necessidade do desenvolvimento econômico da Vila. Para o ano de 1852, o orçamento aprovado pela Câmara Municipal foi no montante de 620\$000 (seiscentos e vinte mil réis) o que era muito pouco para cobrir todas as despesas fixas do poder público.

Chegava, mais uma vez, o momento de renovar os representantes do povo na Câmara de Vereadores. Assim, no dia 7 de janeiro de 1853...

... sob a presidência do Capitão José Rodrigues Prates, realiza-se a sessão da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, para que tomem posse e prestem juramento os novos vereadores que terão de servir no próximo quadriênio de 7 de janeiro de 1853 a 7 de janeiro de 1857; Doutor Carlos José Versiâni, Francisco José Pereira do Amaral, Gregório José Veloso, José Rodrigues Prates, Joaquim Ferreira da Costa, Cesário José da Mota e Antônio Teixeira de Carvalho. Embora o mais votado, não tomou posse o vereador José Antônio de Almeida Saraiva, por ser incompatível aquele cargo com o Escrivão de Órfãos; deixou também de empossar-se Simeão Ribeiro da Silva por ser Sub-delegado de Polícia, sendo substituído pelo suplente João Alves Maurício. Igualmente, não tomou posse o Coronel José Antônio Versiâni, por ser irmão do então Presidente da Câmara, Doutor Carlos Versiâni. (**Efemérides Montes-clarenses** – Nelson Viana página 24).

A inércia governamental revelou-se na população de Montes Claros um espírito de revolta na ânsia da liberdade.

Um dos projetos aprovado pela Câmara Municipal, em 14 de outubro de 1856, foi o da canalização de água beneficiada para população, principalmente os moradores da periferia, considerados os de baixa renda. Dizia o referido projeto:

... havendo uma subscrição particular angariando dinheiro para canalização d'água o doutor Carlos, presidente da Câmara, nomeou uma comissão mixta para cuidar do assunto: vereadores Gregório Veloso, Francisco José Pereira Amaral, e Antônio Pereira dos Anjos. Externos: Cônego Antônio Gonçalves Chaves, José Fernandes Pereira Correa e Justino Câmara... (**Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes** – Hermes Augusto de Paula – página 41).

Infelizmente este projeto ficou apenas no papel.

Sob a influência de um movimento de *independência* muito forte ocorrida na Vila e, à medida que a ocupação das terras circunvizinhas se consolidava com o desenvolvimento de culturas e da criação de gado, novas construções mais sólidas foram surgindo em Montes Claros de Formigas. As muitas casas de taipa, cobertas de capim ou palhas de coqueiro, bem depressa arruinaram-nas as intempéries. Desde, então, surgiu o adobe de barro e logo depois o tijolo queimado, ou alvenaria. Também as telhas, feitas nas coxas como diziam na época, vieram substituir o capim e as palhas de palmeiras.

Destarte, iniciava na pequena *Vila de Montes Claros de Formigas* o período dos sobrados com alpendres e das casas avarandadas. Isso aconteceu no Largo de Baixo, ou Praça da Matriz, depois umas casas modestas vieram formar o Largo de Cima, ou Praça do Mercado ou Soledade.

Por tudo isso era necessário um Plano de Governo de maior importância política e também social, em que todos os momentos pudessem vincular as questões internas para o bem do povo em geral. O poder legislativo, durante estes sete anos, espelhava-se à medida exata do domínio público na evolução setorial do comércio e da indústria, responsáveis pelo desenvolvimento da Vila.

O Intendente Dr. Carlos José Versiâni, na continuação do seu governo, pois esse extrapolava o período monárquico e adentrava-se no período republicano, entre os muitos benefícios oferecido à comunidade de Montes Claros, figura-se a Santa Casa de Caridade. Por isso, na praça que leva o seu nome, foi colocado uma herma em homenagem ao primeiro centenário de seu nascimento.

Há de se registrar aqui que foi no início do ano de 1857, quando uma forte crise detonava os diversos setores da administração pública, que a agência dos correios, que também passava

por uma série de transformações, sempre de cunho burocracial, recebia com festas a pessoa do Senhor Justino de Andrade Câmara para ocupar a sua repartição.

Pela Lei Provincial número 802, de três de julho de 1857, a *Vila de Montes Claros de Formigas* é elevada à categoria de *Cidade*, com a denominação de *Montes Claros*. Seria necessário lembrar que o Projeto de Lei da Câmara Municipal de 26 de julho de 1844, antes de mais nada, queria tanto a mudança do nome da Vila. Agora é, de fato, uma realidade duradoura. Vejamos:

LEI PROVINCIAL Nº 802, DE 3 DE JULHO DE 1857

O Doutor **JOAQUIM DELFINO RIBEIRO DA LUZ**, oficial da Ordem da Rosa, Vice-Presidente da Província de Minas Gerais:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu Sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º – Fica elevada a categoria de **Cidade** a **Vila de Montes Claros de Formigas** com a denominação de **Cidade de Montes Claros**.

Art. 2º – São revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e fação cumprir inteiramente como nela se contém.

O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais aos três do mês de julho do ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e sete, trigésimo sexto da independência e do Império.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz
Fortunado Carlos Meireles a fez”.

A Resolução de número 939, de 07 de junho de 1858, da Presidência da Província de Minas Gerais aprovava, sem restrição, as primeiras **Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros**, conforme sinopse abaixo:

CARLOS CARNEIRO DE CAMPOS, do Conselho de S. M. o Imperador, Senador do Império, Guarda Roupas da Câmara Imperial. Lente Jubilado da Faculdade de Direito de S. Paulo e Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, Decreta a Resolução seguinte: As Posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas, com 190 (cento e noventa) artigos e que levam as assinaturas de Carlos Carneiro de Campos e Antônio Cesário Brandão de Lima. Selada na Secretaria da Presidência da Província aos 28 de junho de 1859, por Manoel da Costa Fonseca e Registrada à folha 29 v. do Livro 5º de registro de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria da Presidência da Província de Minas Gerais, 18 de janeiro de 1858, por Joaquim Mariano Augusto Menezes. Nesta Secretaria da Presidência foi publicada a presente Resolução aos 26 de março de 1859. Manuel Costa da Fonseca. Impresso e revista nesta Secretaria por ordem da Presidência. Manuel da Costa Fonseca.

Montes Claros

O PORQUÊ DESTE BELÍSSIMO TOPÔNIMO

*"No sertão de Montes Claros
Zabelê piou chorando
Ai! agora saudade tá me matando..."
(domínio público)*

Disse a acadêmica MILENE ANTONIETA COUTINHO MAURÍCIO que por "... *falta de nuvens baixas ou serrações permitem ao observador alongar a vista em horizonte límpido, divisando nos morros e serras, a vegetação e outros acidentes com bastante claridade...*".¹ Por isso surgiu o nome de *Montes Claros* para esta bela e encantadora cidade do Norte de Minas.

(1) *As Mais Belas Modinhas* – Milena Antonieta Coutinho Maurício.

Mas o nome primitivo da fazenda do Coronel Antônio Gonçalves Figueira deve ser grafado como sendo fazenda dos Montes Claros, pois assim entendemos a origem *dos montes claros* como querem os filhos desta terra. Pode ser elucidativo, a este respeito, o nome fazenda Montes Claros se deduzirmos a sua origem em outros fatos. O ilustre historiador, Doutor URBINO VIANA sempre escrevia dos Montes-Claros, como veremos a seguir.

Para que possamos melhor entender essa matéria, transcrevermos para cá as palavras próprias de um outro ilustre historiador, Doutor HERMES DE PAULA, inseridas no seu livro *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes* (Volume I, página 6). Vejamos:

... Em homenagem à célebre batalha de Montes Claros, em Portugal, quando os portugueses bateram os espanhóis em 1665, afirmam uns. Outros querem que seja devido à aldeia do mesmo nome em Portugal. Dentre os que assim pensam, podemos citar o professor Arquimínio Altamirando Pires, o qual reforça a sua opinião com a seguinte informação, extraído por ele de velhos alfarrábios do Arquivo Público da Bahia, esparsos e sem autor: Montes Claros — uma das maiores fazenda do rio Verde — ligou o seu nome ao pequeno arraial das Formigas, às margens da estrada nova, em homenagem ao seu explorador — Mestre do Campo Antônio Gonçalves Figueira, filho da heróica cidade de Montes Claros, em Portugal e que faleceu aí mais tarde, com 68 anos.

Explica HERMES DE PAULA que, se Gonçalves Figueira fosse português, estaria de fato resolvido o problema, mas acontece que ele era paulista, de Santos, segundo nos informa Taques, Taunay, Aureliano Leite, Diogo de Vasconcelos e outros. Fica, portanto, o documento sem valor e a hipótese formulada, sem base para o que se quer descobrir sobre o assunto.

Desta forma foi manifestado o porquê do nome Montes Claros pelo experimentado historiador URBINO VIANA. Diz ele que a

... fazenda dos Montes-Claros ficou situada à margem do rio Verde Grande, próxima a montes formados de schistos calcareos, despidos de vegetação, e dos quaes a vista se pode alongar indefinida num horizonte límpido, estando os montes sempre claros, característica de onde proviu, dizem, o nome à Fazenda, servindo depois à cidade que, primitivamente, foi Vila de Montes Claros de Formigas. Montes Claros talvez recorde a celebre batalha entre portugueses e hespanhóes, que firmou a reconquista da independência de Portugal, liberto do julgo castelhano pelos heróis de 1640, cuja memória era recente entre homens de guerra...

Também entendemos e corroboramos com a definição da neófito acadêmica MILENE ANTONIETA COUTINHO MAURÍCIO que com esta afirmativa não fez mais do que repetir o que sempre disse os mestres HERMES DE PAULA e URBINO VIANA.

Sobre a visão panorâmica da cidade de Montes Claros, transcrevemos para cá o que diz o acadêmico AVAY MIRANDA no seu trabalho *A Sudene Começa em Minas*, o seguinte:

A cidade de Montes Claros fica localizada entre morros que estão sempre claros. A visão panorâmica dos arredores, além de agradável, é ampla e a atmosfera é desprovida de embaçamento, o que não acontece com outras cidades vizinhas. Entre as elevações que circundam a cidade destacam-se dois montes, denominados 'Dois Irmãos', que serviram de inspirações para o brasão de armas do município...

A cidade de Montes Claros está localizada aos 16° 43'31" de latitude sul e 43° 51'54" de longitude leste, abrangendo as bacias fluviais dos rios São Francisco, Verde Grande, Pacuí, São Lamberto, Traíras e Vieira além de vários de seus tributários.

Conclusão

"MONTES CLAROS, CORAÇÃO ROBUSTO
DO SERTÃO MINEIRO".(*)

Estamos agora, nem mais nem menos, tentando enfeixar estas *migalhas históricas*, dizendo apenas que elas ainda não foram concluídas, mas que na verdade, há muito mais o que documentar sobre a história primitiva de Montes Claros.

Era intuito nosso não tocar em biografias, como também não desvirtuar o assunto adrede proposto. Mas, isso não nos foi possível, pois tivemos que pincelar alguns dados sobre a vida exemplar dos ilustres homens que fundaram os primeiros currais de gado, como também as primeiras vilas e povoados.

Por outro lado, elaboramos sínteses sobre as questões citadas no seu conteúdo. Quem as lê, com o mínimo de atenção, percebe-se logo que registramos, aqui, não apenas trechos que se identificam com a idéia, mas também citações irrefutáveis no complemento dessas *migalhas históricas*.

Ora, o assunto que nos levou a iniciar este trabalho era apenas da criação dos currais de gado. Claro que seria melancólico sepultar as origens de nossa história, ainda por cima em se tratando dessa imensa faixa de terras da sesmaria afazendada do Coronel Antônio Gonçalves Figueira.

(*) Frase pronunciada por Francisco Sá, em Montes Claros, no dia 8 de junho de 1924.

A localização da fazenda *Brejo Grande* foi o que de melhor caracterizou este nosso trabalho. Necessário foram as informações do ilustre confrade Doutor Simeão Ribeiro Pires, em arquivos vasculhados em Portugal e do historiador Miguel Costa Filho, exposto no seu livro ***A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais***. Não é simples apresentar propósitos, mas é salutar a pesquisa para que possamos identificá-los no retrato geográfico de um ponto preciso de luz. A estes propósitos deixaremos aqui um outro ponto de vista: — quem deveria ostentar o título de fundador da cidade de Montes Claros? A tradição nos diz que é o Coronel Antônio Gonçalves Figueira, entretanto as conclusões apontam o nome do Alferes José Lopes de Carvalho.

Isocronismo

1500 – O Brasil é descoberto por Pedro Álvares Cabral, no dia 22 de abril.

1553 – A primeira expedição exploradora e colonizadora do interior do Brasil, organizada pelo Governador-Geral Tomé de Sousa e comandada por Francisco Bruzza de Spinosa e o Padre João de Aspilcueta Navarro, parte para o interior do país.

1557 – Hans Staden publica os originais do seu livro “Suas Viagens e Cativo entre os Índios do Brasil” na cidade de Marburg, na Alemanha. Esse trabalho descreve sobre os índios da nossa região.

1572 – Parte a ‘entrada’ de Sebastião Tourinho para o desconhecido sertão do Brasil. Esta expedição inicia da vila de Porto Seguro, na Bahia, com 400 expedicionários, com o objetivo de explorar o sertão do rio Jequitinhonha e também o do rio Doce.

1575 – Entrada de Antônio Dias Adorno pela vila de Caravelas e Mucuri que trouxe espécie de minerais e escravizou milhares de índios.

1587 – É escrito o primeiro documento sobre as terras do Brasil, por Gabriel Soares de Sousa que tem por título “Tratado Descritivo do Brasil”.

1674 – Ano que o Coronel Antônio Gonçalves Figueira veio para o sertão pela primeira vez. Isso ocorreu quando ele acompanhava Fernão Dias Paes.

1677 – Ano em que foi criado o primeiro arcebispado da província da Bahia. Dom Gaspar Barata de Mendonça, foi nomeado o primeiro Arcebispo.

1707 – 12 de abril. Antônio Gonçalves Figueira obtém Alvará para a criação da sesmaria de uma légua de largura e três léguas de comprimento nas margens do rio Vieira, afluente do rio Verde Grande.

1711 – João Antonil de André publica, em Portugal, o livro “Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas”, no qual fala sobre a criação dos currais de gado da região do São Francisco.

1720 – Criação da fazenda real Brejo das Carnaúbas, na Bahia, pelo mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz.

1757 – Neste ano, a vila de Minas Novas, que era parte da Província da Bahia, passou a pertencer à nova Província de Minas Gerais.

1785 – Em 5 de novembro, a fazenda Ribeirão faz patrimônio para uma capela de Nossa Senhora do Rosário, do Padre Teotônio Gomes de Azevedo, do povoado do Cruzeiro.

1802 – A 30 de abril, Dona Maria Francisca Caetana de Campos, viúva do Alferes José Lopes de Carvalho, vendeu as terras da fazenda de Montes Claros.

1805 – No dia 11 de setembro, recebia o genro José Guilherme de Prates Pimentel parte da fazenda Mocambinho, da viúva do Alferes José Lopes de Carvalho.

1817 – Aires de Casal escreve o livro “Corografia Brasília”, que cita a região onde seria edificada a futura vila de Montes Claros de Formigas.

1817 – 2 de agosto, chega em Montes Claros de Formigas o grande naturalista francês Augusto de Saint-Hilaire.

1831 – 13 de outubro é criada a Vila com sede na povoação de Formigas desmembrado do município de Serro.

1832 – 16 de outubro, era instalada a primeira sessão da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas.

1833 – Presta juramento e toma posse o primeiro Promotor de Justiça de Montes Claros, o Doutor Joaquim dos Santos Pereira, fato que ocorreu no dia 26 de setembro.

1834 – 22 de julho, o Doutor Jerônimo Máximo de Oliveira e Castro, natural de Ouro Preto, casado com Dona Mariana Versiani (filha do Coronel Pedro José Versiani) prestava juramento à Câmara, como o primeiro Juiz Municipal de Montes Claros de Formigas.

1835 – 25 de Julho, a “Câmara julga de necessidade para o bem das almas e utilidade dos povos, a permanência do Padre Chaves como vigário, pelo que pede a sua continuação ao governo...”.

1837 – 18 de agosto, criam-se em Montes Claros de Formigas diversas cadeiras de ensino primário, em acordo com a Lei Provincial de número 60.

1839 – Foi reconstruída, pela primeira vez, a capela de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros.

1846 – Novamente, a capela de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros sofre reforma na construção.

1857 – 3 de julho, pela Lei Provincial número 802, a Vila de Montes Claros de Formigas é elevada à categoria de Cidade, com a denominação de Montes Claros.

Elucidário

DE VERBETES TOPONÍMICOS

Aldeia de Santo Antônio de João Amaro - Atual distrito de João Amaro, do Estado da Bahia. Esta vila foi fundada por Estêvão Ribeiro Baião Parente. Paróquia de Santo Antônio de João Amaro.

Arraial de Baixo - Localidade que ficava bem às margens do rio São Francisco, perto da foz do rio Verde Grande, que foi utilizado pelos bandeirantes como ponto de apoio durante a guerra contra os índios no Nordeste. Este arraial foi destruído pelas enchentes do rio São Francisco. Na volta dos paulistas, tudo ali estava destruído, aí então eles criaram um outro arraial, mais no alto de um pequeno morro que foi batizado com o nome de Vila da Conceição de Morrinhos. Hoje é a cidade de Matias Cardoso.

Arraial de Formigas - Atual cidade de Montes Claros, em Minas Gerais. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e São José de Montes Claros.

Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas - nome da vila de Formigas de Montes Claros depois de transformada em curato. Ano de criação: 1831.

Barra do Rio das Velhas - hoje é a localidade da Barra do Guaicuí (Julgado da Barra do Rio das Velhas) no município de Várzea da Palma, em Minas Gerais, desde 12-XII-1953. A Barra do Guaicuí foi fundada por Manuel do Borba Gato, componente da bandeira de Fernão Dias Paes, no ano de 1679, segundo Miliet de Saint-Adolph.

Brejo Grande - a primeira fazenda do Coronel Antônio Gonçalves Figueira, que ficava no município de Grão-Mogol, perto da Tapera de Vacaria. Foi aqui que o Coronel Figueira construiu o primeiro engenho de cana-de-açúcar do interior do sertão. A fazenda Brejo Grande foi adquirida mais tarde pelo Cel. Geraldo Domingues. Ano de sua criação: 1697.

Brejos dos Padres - fazenda localizada na serra do Refúgio, em Caetité, na Bahia, onde os padres se esconderam para não serem enviados de volta para Portugal, conforme determinavam as leis editadas no velho mundo pelo então Marquês de Pombal.

Campos de Piratininga - a atual cidade de São Paulo, de onde os bandeirantes partiam em busca do ouro nas Minas Gerais.

Capitania das Serras de Minas Gerais - hoje é o Estado de Minas Gerais. Esta capitania foi criada em 1720, com sede em Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto.

Capitania de São Vicente de Piratininga - hoje é o Estado de São Paulo.

Capitania de São Paulo e Minas, criada em 1719 e com sede em Vila do Carmo, a atual cidade de Mariana.

Cidade da Bahia - cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia "... plantada à margem oriental da Bahia de Todos os Santos, a cidade do Salvador, primitiva capital do Brasil até o ano de 1763, completou em 1949 quatro séculos de existência...". Ano de criação da cidade do Salvador por Tomé de Sousa: 1549.

Conceição dos Morrinhos - a atual cidade de Matias Cardoso. Fundada por Matias Cardoso de Almeida, e onde o seu filho Januário Cardoso construiu a mais antiga igreja de Minas Gerais. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.

Curato de Brejo das Almas das Caatingas do Rio Verde - atual cidade de Francisco Sá, nome em homenagem ao seu filho ilustre Dr. Francisco Sá. Ano de criação: 1923. Foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-Lei número 88, de 30 de março de 1938.

Curato de Nosso Senhor do Bonfim de Macaúbas - Atual cidade de Bocaiúva/MG. Paróquia de Senhor do Bonfim. Ano de Criação: 1873. Duas datas atestam a sua elevação à categoria de cidade, sendo a primeira, a Lei de número 3.276, de 30 de outubro de 1884 e a segunda, Decreto-Lei de número 90, de 4 de junho de 1890. Também a cidade de Bocaiúva já teve o nome de Jequitaiá.

Currais de Figueira - currais de Antônio Gonçalves Figueira. Ano de criação: 1707, de onde surgiu a cidade de Montes Claros. Os currais do Figueira estavam nas fazendas de Montes Claros, Olhos d'Água, Jaíba e Brejo Grande.

Currais dos Filgueiras - os currais do Padre Antônio Filgueiras ficavam na Bahia entre as nascentes dos rios das Rãs e das Contas. Ano de criação: 1690.

Distrito de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde - distrito do município de Serro. Paróquia de São Gonçalo do Milho Verde.

Distrito de Rapaduras - atual cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais. Paróquia de Santo Antônio de Mato Verde. Ano de criação: 1953.

Distrito de São Gonçalo das Tabocas - atual cidade de Pirapora. (morada dos peixes) Paróquia do Bom Sucesso e Almas do Rio das Velhas. Ano de sua criação: 1911. A instalação do termo de cidade aconteceu no dia primeiro de janeiro de 1918.

Distrito de São Miguel do Jequitinhonha - o nome (yiki-tinhonha) é vocábulo da língua dos Botocudo e da atual cidade de Jequitinhonha. Paróquia de São Miguel do Jequitinhonha. Ano de criação: 1911. A instalação do termo, porém, foi feita no dia 15 de junho de 1917.

Distrito de Serra Branca - atual cidade de Porteirinha. Paróquia de São Joaquim de Porteirinha. Ano de criação: 1938.

Distrito do Tremedal - atual cidade de Monte Azul, em Minas Gerais. Paróquia de Nossa Senhora das Graças do Tremedal. Ano de sua criação: 1878. A categoria de cidade de Monte Azul ocorreu conforme Lei número 3.485, de 4 de outubro de 1887.

Estrada Real para Tranqueira - Tranqueira ficava em Creolas, na Bahia e tinha ainda a denominação de Crioulos.

Fazenda da Jahiba - região onde é hoje a cidade da Jaiba.

Fazenda da Tabua - Fazenda da Tabua, que ficava localizada no município de Joaquim Felício e era de propriedade de Manuel Nunes Viana.

Fazenda de Santo Antônio do Urubu - a atual cidade de Paratinga, nas margens do rio São Francisco. Paróquia de Santo Antônio do Urubu de Cima. O Conselho Ultramarino, em provisão de 2 de outubro, mandou erigir em Vila.

Fazenda Morro do Chapéu - nome da fazenda do morgado Antônio Guedes de Brito, no Norte da Bahia, próximo da Chapada Diamantina.

Freguesia de Santo Antônio de Jacobina - a atual cidade de Jacobina que fica na parte Norte da Bahia, onde foram descobertas as primeiras minas de ouro do Estado. Paróquia de Santo Antônio de Jacobina. Data de criação: 24 de julho de 1722.

Guaicuí - v. Barra do Rio das Velhas.

Guaíba - Guahyba: que quer dizer *na enseada*. Nome de uma ilha do rio São Francisco, em São Romão.

Hospício - Fazenda localizada nas margens do rio Carnaíba de Fora, em Caetité, na Bahia. Foi criada por volta de 1730, lugar onde alguns padres criavam o gado.

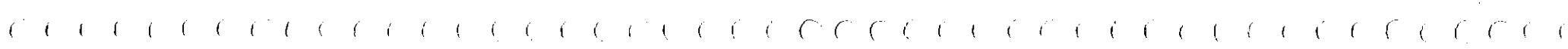
Juramento - Segundo consta a lenda, ainda que duvidosa, foi onde Fernão Dias Paes solicitou obediência à expedição. Ano de criação da cidade: 1953.

Lambedores - Barrancos onde o gado lambia a terra para aproveitar o sal e o ferro nela contidos.

Manga - Cercado onde o gado pastava. Origem do nome da cidade de Manga, em Minas Gerais, antiga Vila de São Caetano do Japoré. Paróquia de Santo Antônio de Manga. Ano de criação: 1923.

Mesopotâmia - Uma faixa de terras que fica entre os rios Carnaíba de Dentro e Carnaíba de Fora, e grande parte dela pertence ao município de Guanambi, na Bahia. Nesta região, estão os mais importantes casarões da época dos currais de gado. Nesta região passava a Estrada Real que dava na cidade da Bahia (Salvador).

Monte Alto - hoje cidade de Palmas de Monte Alto, na Bahia. Nessa região, estão localizados os mais importantes casarões da era colonial do Brasil, as fazendas Lameirão e Três Irmãos são exemplos da existência de tais habitações. Paróquia: de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens. Ano de criação: 1840.



Montes Claros - Nome de uma das primeiras fazendas do lugar, fundada por Antônio Gonçalves Figueira. Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, elevado a Vila por Decreto Imperial de 13-X-1831, que menciona apenas o topônimo de Formigas, compreende as capelas do mesmo nome, Bonfim e Contendas e as paróquias de Barra do Rio das Velhas e Morrinhos. Adquire, em 1836, o distrito de Olhos d'Água. Criada em 1839 a paróquia de Coração de Jesus; adquire no mesmo ano o distrito de Brejo das Almas e perde o Julgado da Barra do Rio das Velhas e a paróquia de Morrinhos (atual Matias Cardoso) Reincorpora, em 1846, ao seu território, o Julgado da Barra do Rio das Velhas (atual Guaicuí), foi revogada esta reincorporação por Lei número 334; de 1847, a mesma que incorpora ao município de Montes Claros o distrito de Santo Antônio de Itacambira, por sua vez sucessivamente desmembrado e reincorporado ao mesmo município que o perde, afinal, por Lei número 1.200, de 1864. Nome atual por Lei número 802, de 3 de julho de 1857, pela qual foi elevada a vila à categoria de cidade. Perde em 1873 as paróquias do Bonfim (atual Bocaiúva) e Olhos d'Água; adquire no mesmo ano o distrito de Extrema. Criado em 1875 o distrito de Jequitaiá e em 1877 a paróquia de Santo Antônio da Boa Vista. Adquire em 1881, pela Lei número 2810, o distrito de São João Batista da Terra Branca, que figura, não obstante, no município de Bocaiúva. Criado em 1884 a paróquia de São João da Ponte. Perde em 1890 as paróquias de Contendas (atual Brasília de Minas), São João da Ponte e Santo Antônio da Boa Vista. Criado em 1891 o distrito de Morrinhos (atual Miralza) e em 1911 o de Juramento; adquire neste mesmo ano o de Bela Vista. Perde em 1911 os distritos de Coração de Jesus, Extrema (atual Ibiaí) e Jequitaiá. Perde em 1923 o distrito de Brejo das Almas (atual Francisco Sá). É criado em 1943 os distritos de Santa Rosa de Lima, Patis e São Pedro da Garça. Criado em 1948 o distrito de São João da Vereda. Perde em 1953 o distrito de Juramento. Perde em 1962 o distrito de Mirabela (ex-Bela Vista) e Patis; criado no mesmo ano

os de Nova Esperança, Vila Nova de Minas e Ermidinha. (Toponímica de Minas Gerais, de Joaquim Ribeiro Costa).

Pacuhy - Rio dos Pacus. Pacu

Passagem das Formigas (de Cima) ou (de Baixo) - lugares de onde originou o nome da vila de Formigas de Montes Claros. (Nota-se que o nome correto vem no plural)

Porto do Salgado - atual cidade de Januária, fundada por Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso de Almeida. Também tinha o nome de Arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado. Paróquia de Nossa Senhora do Brejo do Amparo. Ano de criação: 1833. A categoria de cidade ocorreu conforme Lei número 1.039, de 7 de outubro de 1860.

Rio das Rãs - afluente do rio São Francisco conhecido como o rio dos currais de gado. Nasce em Caetité com o nome de Carnaíba de Fora e se forma o rio das Rãs quando este se junta com o rio Carnaíba de Dentro, distante do município de Guanambi.

Rio Jaguaribe, que percorre sul a norte no Estado do Ceará

Rio Paraopeba - (rio das águas rasas) afluente do rio São Francisco, de onde Matias Cardoso de Almeida e o Coronel Figueira teriam abandonado a expedição de Fernão Dias Paes. Cidade de Paraopeba, paróquia de Tabuleiro Grande.

Santo Antônio da Estrada - Atual cidade de Curvelo, em Minas Gerais. Paróquia de Santo Antônio do Curvelo. Ano de criação: 1831.

Santo Antônio do Itacambira - (ita-cambira = pedra pontuada que sai do mato) atual cidade de Itacambira/MG. Paróquia de Santo Antônio de Itacambira. Ano de criação: 1962.

Serra da Canastra - onde nasce o rio São Francisco, em Minas Gerais. Foi pela serra da Canastra que os paulistas penetraram para o interior da região das minas gerais, em busca de ouro e das pedras preciosas.

São José das Pedras dos Angicos - atual cidade de São Francisco e fica localizada nas margens do rio do mesmo nome. Foi elevada à cidade pela conforme Lei número 2.416, de 5-XI-1877.

Sítio da Malhada - A atual cidade ribeirinha de Malhada, fica localizada às margens direitas do rio São Francisco, no Estado da Bahia. Era ali um importante pouso de parada para as tropas sertanejas. A pedido do Frei Clemente de Adorno, foi sugerido o nome de Malhadas do Porto de Santa Cruz. O apelido de Malhada era Biguara.

Sítio do São Romão - fazenda do município de Rio Pardo de Minas. Era um pouso importante do caminho mais curto para a Bahia, aberto pelo Coronel Figueira. Esta fazenda era de propriedade do Capitão-Mor Salvador Cardoso de Sá, falecido no ano de 1755.

Sumidouro - lugar onde teria morrido Fernão Dias Paes, entretanto, este fato foi contestado por Simeão Ribeiro. A região do Sumidouro fica próximo a Sabará, onde hoje é a cidade de Belo Horizonte.

Vale das Tabocas - Lugar onde habitavam os índios pataxó e que ficava entre as serras de Monte Alto e das Almas. Neste local o vale é cortado pelo rio São Domingos, destacando-se a região do Mata Veado, no extremo Sudoeste da Bahia.

Velho Chico - Este é um dos apelidos carinhosos que o rio São Francisco recebe de toda a população ribeirinha

Vila da Inconfidência - atual cidade de Coração de Jesus, pela Lei número 1.035, de 20-IX-1928.

Vila de Albuquerque ou Vila-Rica - atual cidade de Ouro Preto. Paróquia de São Bartolomeu e Santo Antônio do Ouro Branco. Ano de criação: 1714.

Vila de Formigas de Montes Claros - nome atribuída à vila depois do ano de 1831. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e São José. Ano de criação: 1831.

Vila de Januária - atual cidade de Rio Pardo de Minas. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo. Ano de sua criação: 1831. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei número 1.887, de 15 de julho de 1872.

Vila de Lençóis do Rio Verde - atual cidade de Espinosa, nome em homenagem a Francisco Bruza de Espinosa. A data de sua instalação como cidade ocorreu em 18 de setembro de 1920.

Vila de Montes Claros de Formigas - outra forma de escrever o nome da Vila de Formigas de Montes Claros.

Vila de Nossa Senhora da Conceição do Jequitay - atual cidade de Jequitaiá (rio dos jequitais ou formigas urentes). Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Jequitaiá. Ano de sua criação: 1948.

Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui - (rio das crianças). Paróquia de Santana de São João Acima. Para onde foi aberta uma estrada por Antônio Gonçalves Figueira para que pudesse passar o gado. Ano de sua criação: 1715. Pitangui foi elevada à categoria de cidade pela Lei número 731, de 16 de maio de 1855.

Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí - atual cidade de Minas Novas. Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado. Ano de criação:

1730. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei de número 163, de 9 de março de 1840.

Vila de Santana de Contendas - nome da atual cidade de Brasília, depois Brasília de Minas, por Lei Número 843, de sete de setembro de 1923. Paróquia de Santana de Contendas. Ano de sua criação: 1890.

Vila do Beija-Flor - a atual cidade de Guanambi, Estado da Bahia. Sede da paróquia de Santo Antônio do Beija-flor. Data em que foi elevada à categoria de cidade: 14 de agosto de 1919. Porém, a instalação do município só veio acontecer no dia primeiro de janeiro de 1920. O Coronel Pedro Francisco de Moraes foi considerado o mais importante chefe político do município.

Vila do Príncipe - atual cidade de Serro, Estado de Minas Gerais. Topônimo originado da natureza montanhosa do lugar primitivamente denominado de Ibiti-rui. Vila criada em 29-I-1714.

Vila do Tijuco - atual cidade de Diamantina. Paróquia de Santo Antônio de Diamantina. Aqui nasceu a lendária Xica da Silva. A cidade de Diamantina é a mais importante do ciclo dos diamantes do Brasil. Recebeu a categoria de cidade pela Lei número 93, de 6 de março de 1838.

Vila Nova da Rainha de Caeté - (mata real ou mata virgem), atual cidade de Caeté/MG. Foi neste local que Manuel Nunes Viana liderou a guerra dos Emboabas, contra os paulistas. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei de número 1.258, de 25 de novembro de 1865.

Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité - atual cidade de Caetité, no Estado da Bahia. A terra da cultura e da sabedoria. Aqui nasceram os letrados Anísio Teixeira e Plínio de Lima. A vila foi criada em, 1803 e foi elevada à categoria de cidade no dia 5 de abril de 1810.

Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará - vila criada em 17-VII-1711, atual cidade de Sabará, em Minas Gerais. Sabará foi elevada à categoria de cidade pela Lei de número 93, de 6 de março de 1838.

Vila Rica (Ouro Preto) - V. Vila de Albuquerque.

Vila Risonha de São Romão - vila criada em 1745, é a atual cidade de São Romão, em Minas Gerais. Paróquia de São Romão. Foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-Lei de número 88, de 30 de março de 1938.

Bibliografia

I - Fontes Primárias - Livros

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**.
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. **Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**.
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

AMARAL, Luís. **As Américas Antes dos Europeus**. São Paulo:
Companhia Editora Nacional, 1946.

ANGELIS, Cônego Newton Caetano de. **Efemérides Rio pardenses**.
Rio Pardo de Minas: R&S Artes Gráficas de Salinas, 1998.

ANJOS, Cyro dos. **Explorações no Tempo - Memórias**. Rio de
Janeiro: José Olímpio, 1965.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por
Suas Drogas e Minas**. Fac-simile da primeira edição, de 1711.
Lisboa/Portugal. 1711.

ANTUNES JUNIOR, Daniel. **Lençóis do Rio Verde**. Crônicas do
meu Sertão. Belo Horizonte: Comunicação, 1977.

BRASIL, Henrique de Oliva. **História e Desenvolvimento de
Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1971.

BRÁS, Brasiliano. **São Francisco nos Caminhos da História**.
Belo Horizonte: Lemi, 1977.

DÁRIO TEIXEIRA COTRIM

CABRAL, Antônio Ferreira. **O Sertão Norte-Mineiro**. Montes Claros: Polígono, 1985.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. 7 (sete) volumes.

CARDIM, Padre Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

CASAL, Aires de. **Corografia Brasílica** – Fac-simile da edição de 1817. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

CÉSAR JUNIOR, Demosthenes. **Esplendidos Frutos de Uma Bandeira Venturosa**. Minas Novas em Escorço Histórico. Belo Horizonte: Lemi, 1970.

COSTA FILHO, Miguel. **A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

COTRIM, Dário Teixeira. **Breves Notas Sobre a Origem do Município de Guanambi**. Belo Horizonte: Plurarts, 2001.

_____. **Ensaio Histórico do Distrito de Serra Nova**. Rio Pardo de Minas: Rio Pardo, 2000.

_____. **Guanambi, aspectos históricos e genealógicos**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 19. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo: verso e reverso**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ELIAS JUNIOR, Alfredo. **Meio Século de Bandeirismo**. São Paulo: Brasiliense, 1948.

HISTÓRIA PRIMITIVA DE MONTES CLAROS

ESTEVES, Manuel. **Grão-Mogol**. 2. ed. Rio de Janeiro: São José, 1961.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil**. Secretaria do Estado da Bahia. Salvador, 1998.

FRIEDERICI, Georg. **Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.

GANDAVO, Pêro de Magalhães de. **Tratado da Província do Brasil**. Fac-simile da edição de 1576 (história da Província de Santa Cruz). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

GARCIA, Rodolfo. **Ensaio Sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500 – 1810)**. Prefácio de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

GRAÇA, Ruth Tupinambá. **Montes Claros era assim...** Montes Claros: Cultura, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. 11. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.

LEITE, Aurelino; SCANTIMBURGO, João de. **História da Municipalidade de São Paulo**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1976.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco**. 2. ed. Salvador: Progresso, [s. d.].

LOBO, R. Haddock. **História Econômica e Administrativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1971.

MAURÍCIO, João Vale. **Janela do Sobrado**. Montes Claros: Arapuim, 1992.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**. 5. ed. Salvador: Bahia, 1997.

NEVES, Antonino da Silva. **Corografia do Município da Boa Vista do Tremedal**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908.

_____. **Corografia do Município de Rio Pardo de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade da Sesmaria ao Minifúndio**. Feira de Santana: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

NOVAES, Manoel. **Memórias do São Francisco**. Brasília: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1989.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros, 1957.

_____. **De Padre Chaves a Padre Dudu**. Belo Horizonte, 1982.

PIRES FILHO, Luís. **Memória de uma Aroeira**. Montes Claros: Cedro, 1994.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979.

_____. **Serra Geral, diamantes, garimpeiros e escravos**. Belo Horizonte: Cuatiara, 2001.

PRADO, J. F. de Almeida. **Primeiros Povoadores do Brasil. 1500/1530**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

RIBEIRO, João. **História do Brasil** 19. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1966.

RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiúva, Sociedade e Espaço**. Belo Horizonte: Graphlivros, 1988.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco, Fator Precípua da Existência do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliiana, 1983.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. 7. ed. Tradução e notas de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Martins Editora, 1976.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil – 1500/1627**. São Paulo: Itatiaia, 1982.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Linceu Sagrado Coração, 1906.

_____. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Organizado por José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Vocabulário Geográfico Brasileiro**. São Paulo. [s. n. t.].

SAINT-ADOLPHE, J. O. R. Milliet de. **Dicionário Geográfico do Império do Brasil**. Paris: J. P. Allaud, 1845.

SANTOS, Márcio. **Estradas Reais**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité Pequena e Ilustre**. 2. ed. Brumado: Tribuna do Sertão, 1995.

SEIDLER, Carl. **Dez Anos no Brasil**. Tradução e notas do General Bertoldo Klinger. São Paulo: Martins, 1835.

SETÚBAL, Paulo. **A Bandeira de Fernão Dias**. São Paulo: Saraiva-MEC, 1971.

SOARES, Julieta Trindade. **Rio de Contas e a Igreja de Sant'Ana**. [s. l.], 1997.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil**, de 1587, v. 117. São Paulo: Brasiliiana, 1987.

DÁRIO TEIXEIRA COTRIM

SOUSA, Geraldo de. **Nos Tempos do Padre Corvelo**. Curvelo: [S. N.], 1995.

SILVEIRA, Yvonne de Oliveira; COLARES, Zezé. **Montes Claros de Ontem e de Hoje**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

STADEN, Hans. **Suas Viagens e Cativo entre os Índios do Brasil** (1557). 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

TAUNAY, Alfredo D'E.; ACCIOLI, Roberto B. **História Geral da Civilização Brasileira das Origens à Atualidade**. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Ática, 1987.

TEIXEIRA, Domingos Antônio. **Respingos Históricos** (História de Guanambi/Bahia). Salvador: Arembepe, 1991.

TEIXEIRA, Francisco M. P. DANTAS, José. **História do Brasil da Colônia à República**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1986.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. v. 1. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro. [s. d.].

TUPINAMBÁ, Tobias Leal. **Monografia Histórico-Corográfica de Montes Claros**. Montes Claros: Cultura, 1988.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

VELOSO, Ana de Sousa Melo. **Espinosa, Passado e Presente**. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1974.

VIANA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. **Monografia Histórica de Montes Claros**. Belo Horizonte: [s. n.], 1916.

HISTÓRIA PRIMITIVA DE MONTES CLAROS

VIANA, Nelson, **Efemérides Montes-clarenses**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964.

_____. **Serões Montes-clarenses**. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia, 1972.

VON MARTIUS, Von Spix. **Através da Bahia**. Tradução de Manoel A Pirajá da Silva. Salvador: Imprensa Oficial, 1916.

II – Fontes Primárias – Índices/Coleção de Leis

MACEDO, José Alves de. **História e Estória**. Coração de Jesus.

Índice da Coleção de Leis da Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais de 1858. Tomo XXIV Parte 1ª

Coleção de Leis da Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais de 1853 – Ouro Preto.

Coleção de Decisões do Governo do Império do Brasil de 1833. Rio de Janeiro, 1873.

III – Fontes Primárias – Revistas/Suplementos

A Corte Portuguesa no Brasil (1808-1821). Paula Porta. Saraiva, 1997.

Atlas Escolar Bahia – Espaço Geo-histórico e Cultural. João Pessoa/PB: Grafset, 2000.

A Sudene Começa em Minas – Avay Miranda. Montes Claros a Capital Mineira da Sudene, com apresentação de Orlando Ferreira Lima. 1971.

DÁRID TEIXEIRA COTRIM

Brasil 500 Anos - O Primeiro Século (Descobrimento). Projeto e Realização da Editora Ópera Gráfica – Diretor: Carlos Mann.

Câmara Municipal de São Paulo. Délio Freire dos Santos e José Eduardo Ramos Rodrigues. Ofertado ao autor deste trabalho por Aurelino Andrade.

História da Municipalidade de São Paulo. Aureliano Leite e João de Scantimburgo. Ofertado ao autor deste trabalho pelo dinâmico vereador de São Paulo (em São Miguel Paulista) o senhor Aurelino Andrade.

Os Arraiais e as Vilas nas Minas Gerais. Marco Antônio Silveira. 3. ed. [s. l.]: Atual, 1967.

Revista do Arquivo Público Mineiro – Direção e Redação de José Pedro Xavier da Veiga. Ano II, fascículo segundo – abril a junho de 1897. Ouro Preto. Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Revista do Arquivo Público Mineiro – Direção e Redação de Theophilo Feu de Carvalho. Ano XIX – 1921 – Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Revista Brasileira de Geografia. Ano VII. Outubro/dezembro de 1946. Número 4

Revistas Integração do Vale. Produção do acadêmico e jornalista João Martins. Guanambi/Bahia. Vários números

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – número 55, de 1929; número 58, de 1932; número 61, de 1935; número 69, de 1943; número 82, de 1958 a 1960 e número 83, de 1961 a 1967.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte. Volumes VI, de 1959; VIII, de 1961; XI, de 1964; XII, de 1966, XIV, de 1970, XVI, de 1975 e XVIII, de 1981.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei. Volume VI, de 1988, página 25, A Bacia do Rio das Mortes - Geraldo Guimarães.

Revista “Montes Claros em Foco” – Fundada em 1956 por Ataliba Machado (diversos números).

IV Congresso de História da Bahia – Anais volume I, Salvador. 2001. (**A Idéia de Conquista e o Sertão da Ressaca**, de Ruy H. A. Medeiros, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia).

Sucessão Dominial e Escravidão na Pecuária do Rio das Rãs – Erivaldo Fagundes Neves – Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana. Año I, número 1, jul/dez 1982.

Suplementos Minas Gerais – Ano de 1925 – Organizado por Victor Silveira. Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Vínculo – Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da F.U.N.M. Montes Claros, março de 1973. Ano I - Nº 1.

IV – Fontes Secundárias – Livros

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Sabará.** 2. ed. São Paulo: Martins, 1957.

AMADOR, Paulo. **Rei Branco, Rainha Negra** – Chica da Silva, a ousada mulher do velho Tejuco. Belo Horizonte: Lê, 1990.

BILAC, Olavo. **O Caçador de Esmeraldas.** Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1978

BIZERRA, Felte. **Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe.** Rio de Janeiro: Simões, 1952.

CARDOSO, Lúcio. **Maleita.** 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1953.

DÁRIO TEIXEIRA COTRIM

CHAVES, Amelina. **Jagunços e Coronéis**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1997.

COSTA, Luís Monteiro da. **Na Bahia Colonial**. Salvador: Progresso Ltda, 1958.

COTRIM, Dário Teixeira. **O Distrito de Paz do Gentio e a História Sucinta de sua Decadência**. Belo Horizonte: Plurarts, 1999.

_____. **Frei Clemente de Adorno** – o missionário de Deus. Rio Pardo de Minas: Rio Pardo, 1999.

DAVID, Zoraide Guerra. **Jacaracy, ontem e hoje**. Belo Horizonte: Pergaminho, 1999.

FALCÃO, Edgar de Cerqueira. **Excertos de História da Bahia**. Salvador: [s. n.], 1956

FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1961.

FREITAS, M. M. de. **Grão-Mogol** (de Portugal a Portugal). Rio de Janeiro: Intendência, 1940.

GOULART, José Alípio. **Da Palmatória ao Patíbulo** – Castigos de Escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Artes, 1965.

LIMA, Raimundo. **O Campo da Garça**, de João Tavares da Rocha a Ursulino Lima. v. 1. Belo Horizonte: Cuatiara, 1998.

MACEDO, Ubirajara Alves. **Retrospectiva Histórica e Geográfica do Município de Coração de Jesus**. Belo Horizonte: Plurarts, 1996.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O Negro e o Garimpo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

PIMENTA, Dermeval José. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Gorutuba** – O Padre e a Bala de Ouro. Belo Horizonte: Barvale, [s. d.].

PRADO, Cid. **Viagem à Bahia**. São Paulo: Martins, 1950.

ROOSEVELT, Theodoro. **Através do Sertão do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

SALES, Fernando. **Memória de Mucugê**. Salvador: Bahia, 1994.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, Almir Neves Pereira da. **Diamantina, Roteiro Turístico**. Rio de Janeiro: Acaiaca, 1957.

SOUSA, Antônio Loureiro de. **Baianos Ilustres**. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1979.

SILVEIRA, Geraldo Tito. **O Padre Velho**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

TOURINHO, Eduardo. **Breve História da Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1962.

VALADARES, José. **Beabá da Bahia** – Guia Turístico. Salvador: Progresso, 1951.

VASCONCELOS, Agripa. **Chica que Manda**. Belo Horizonte: Itatiaia, [s. d.].

ÁRIO TEIXEIRA COTRIM

– Jornais

Estado de Minas, Espetáculo/Artes Visuais – vários números – Belo Horizonte/MG.

Estado de Minas – Os sinos dobram por esta igreja - reportagem e José Geraldo Bandeira de Melo. Caderno 2 - Belo Horizonte/MG, 0. jun. 1979.

Olha do Cerrado – Órgão oficial da Associação dos Repentistas e betas Populares do Norte de Minas – Montes Claros/MG, ano IV, número 6, jan./fev. 1996.

Foje em Dia, Caderno de Reportagens, vários números – Belo Horizonte/MG.

Jornal do Norte, de 13 e 14 de ago. 1994. Reportagem de Leonardo Álvares da Silva Campos. Montes Claros/MG.

II – Dicionários

BUENO, Francisco da Silveira – **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME – Ministério da Educação e Cultura, [s. d.].

COOGAN/HOUAISS – **Enciclopédia e Dicionário Ilustrado**. Rio de Janeiro: Delta, [s. d.].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GALLESTERO, Maria Esmeralda; SOTO BALBÁS, Álvarez Marcial. **Dicionário Espanhol-Português e Português-Espanhol**. Rio de Janeiro: FTD, [s. d.].

DICIONÁRIO MICHAELIS, **Português – Inglês – Espanhol** internet - CD/ROM UOL

Publicações da Editora Unimontes



Livraria
Editora
Unimontes

Solicite aqui o seu livro Universitário:

Mais
Simples
rápido
barato

Para receber periodicamente informações sobre as nossas publicações e onde adquiri-las, basta preencher este cupom e enviá-lo à EDITORA UNIMONTES:

Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, s/n - Prédio da Biblioteca Central
- Montes Claros-MG - CEP: 39401-089 - C. Postal 126 -
Telefone:(38)3229-8221 Fax:(38)3229-8311

Nome:

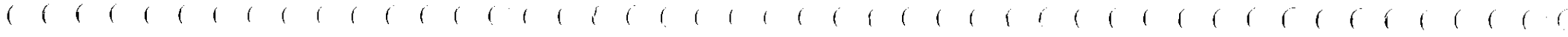
Endereço:

Cidade: Estado:

Fone: Fax: CEP:

e-mail:

Livro que o(a) atende:



Enquanto isso, a antiga recebeu o nome de Vila Velha. Houve um tempo, que poucas pessoas conhecem, em que houve a anexação do Espírito Santo à Bahia. Isso ocorreu no ano de 1715. Então, a capital da extinta Capitania do Espírito Santo passou a ser Salvador.^[6] A Capitania do Espírito Santo somente recuperou sua autonomia da Capitania da Bahia em 1809. Com a proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, o seu *status* foi alterado para província, permanecendo assim até a Proclamação da República Brasileira, em 15 de novembro de 1889, quando se transformou no atual estado do Espírito Santo.

A CHAVE
DE
QUARTEL GERAL

A Chave de Quartel Geral

Capa

Antônio Carlos de Campos Júnior

Mapa do Distrito dos Diamantes – Carta da Nova Lorena
Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas.1802. (adaptação).

Revisão

Mariza Mendes Nack Melzer

Antônio Lopes Caçado

Impressão, Diagramação e Acabamento: Gráfica e Editora Aquarius
Tel: (37) 3541-2201 - graficaedaquarius@gmail.com - Abaeté / MG

P659c PINTO, Valter Magalhães.
A chave de Quartel Geral / Valter Magalhães Pinto. -
Quartel Geral: 2014. 217 f. : il.

ISBN 978-85-919611-0-8

1. Quartel Geral. 2. Nova Lorena Diamantina. 3.
Quilombo. 4. Tiradentes. 5. Povoados. I. Título.

CDD - 981.51

CDU - 981 (815.1)

Agradecimento

Agradeço aos que lutaram
ao meu lado, aos que incentiva-
ram e apoiaram a publicação desta
obra.

Entrevistados

Abubakar Adelowo Bamgbade (nigeriano da tribo Yorubá)
Antônio Gomes do Nascimento (Terno Contra-Dança)
Belchior Gomes de Moura (morador de Quartel São João)
Claudinei Alves da Silva (Terno Catupé do Reco-Reco)
Eduarda de Laura (moradora mais antiga de Quartel Geral)
Ettore Deon Cardoso (membro de pesquisa de campo)
Fabio das Graças Oliveira Braga (filho de Jacyra Braga - descendete de Tiradentes)
Geralda Aparecida Alves (Terno Divino Espírito Santo)
Geraldo Antônio de Sousa (Terno Penachos ou Caboclos ou Congo Real - Guardas Penachos)
Isauro de Paula Aguiar (morador do Campo Alegre)
Jacira Braga (trineta de José Joaquim da Silva Xavier - Tiradentes)
José de Assis Teodoro (Terno Moçambique)
José Marciano Sobrinho (Terno Catupé Tamboril)
Lázaro Eloi de Araújo (morador mais antigo de Fragata)
Marcilene Campos Abreu Costa (descendente do Capitão Inácio de Oliveira Campos)
Maria Cândida de Jesus (D. Dica - genitora do autor)
Maria Elza Alexandre (Terno São Benedito)
Maria Madalena de Melo (Maria do Tonhão)
Maria Vaz (consanguínea do Tiradentes)
Marlene Silva de Araújo (membro especial de pesquisa de campo)
Mauricélio Alexandre (Terno Congo Vilão)
José Vanderlei da Silva (membro de pesquisa de campo)
Paulo Dias Barbosa (Padre administrador paroquial)
Simão Álvares da Silva (morador de Quartel Geral)
Vicente Bernardes (Terno Catupé do Reco-Reco)
Waldir Araújo de Sousa (morador de Quartel São João)

À minha filha,
Laura Petra.

APRESENTAÇÃO

Um livro permite que várias pessoas sonhem o mesmo sonho, além de mostrar a realidade histórica em um resumo, revelando o que aconteceu outrora. Embora a história de uma cidade não caiba em um livro, não podendo dar o devido peso a cada ano vivido, incluir evento e pessoas que fizeram parte de uma vida inteira; o que pode ser feito é ser fiel aos acontecimentos e à essência da trajetória.

A Chave de Quartel Geral joga um facho de luz no passado e descortina o período que foi trilhado pelos fugitivos, aventureiros e colonizadores, em razão das descobertas das pedras e metais preciosos, e esses testemunhos ainda existem em nossa região.

A obra não pretende preencher lacunas de estudos já realizados, nem oferecer interpretações alternativas sobre o fato histórico. Este livro surgiu do entendimento de que apesar da dedicação de diversos autores que descreveram parte da história de Quartel Geral, ainda permanecem mitos históricos sobre a sua formação e existência.

O eixo central da história consiste em descrever a formação e identidade de Quartel Geral inserida na Nova Lorena Diamantina, além de mostrar os costumes e tradições daqueles que viveram e vivem nesta região, por meio de fontes bibliográficas, iconográficas, entrevistas e exaustivo trabalho de campo.

É um direito público o saber da história do lugar e a construção de um povo.

Sandra Ferreira Alves

- S U M Á R I O -

PREFÁCIO	13
CAPÍTULO 1 - OCUPAÇÃO DA NOVA LORENA DIAMANTINA.....	15
1.1 - Quartel Geral inserido no Distrito dos Diamantes.....	16
1.2 - Roteiro da Picada para Goiás.....	23
1.3 - Diamantes no Brasil	30
1.4 - A Fiscalização da Nova Lorena Diamantina	32
CAPÍTULO 2 - QUILOMBO.....	35
2.1 - ORIGEM DOS ESCRAVOS NO BRASIL	36
2.2 - Quilombos	39
2.3 - Quilombos na Nova Lorena Diamantina e Campo Grande.....	42
2.4 - Quilombo da Pedra Menina	49
2.5 - Remanescentes Quilombolas em Quartel Geral-MG	53
CAPÍTULO 3 - TIRADENTES E QUARTEL GERAL.....	55
3.1 - Vida, Trabalho e Morte de Tiradentes	56
3.2 - Descendentes de Tiradentes	62
CAPÍTULO 4 - QUARTEL GERAL.....	67
4.1 - Origens do Primitivo Quartel dos Quartéis.....	68
4.2 - Nova Localização do Quartel dos Quartéis.....	77
4.3 - Início da Cidade de Quartel Geral	81
4.4 - Caracterização Física do Município de Quartel Geral	89
4.5 - Hidrografia da Área Urbana de Quartel Geral	91
4.5.1 - Lagoa	91
4.5.2 - Córrego Pedro Porfirio	95
4.5.3 - Córrego do Cafanjo	97
4.6 - Cotidiano da Gênese de Quartel Geral.....	99
4.7 - Educação	102
4.7.1 - Escola Pública Municipal	103
4.7.2 - Escola Pública Estadual.....	108
4.8 - Cemitérios	111

CAPÍTULO 5 - DISTRITO E POVOADOS DE QUARTEL GERAL.....	115
5.1 - Distrito Quartel São João	116
5.2 - Povoado do Araçá	120
5.3 - Povoado do Campo Alegre.....	122
5.4 - Povoado do Japão.....	124
5.5 - Povoado Pindaibas	125
5.6 - Povoado Veados	126
CAPÍTULO 6 - RELIGIÃO, FESTEJOS E TRADIÇÕES DE QUARTEL GERAL	127
6.1 - Histórico da Igreja Divino Espírito Santo	128
6.1.2 - Histórico da Igreja Testemunhas de Jeová	133
6.1.3 - Histórico da Igreja Pentecostal Deus é Amor.....	133
6.1.4 - Histórico da Igreja Congregação Cristã no Brasil.....	133
6.1.5 - Histórico da Igreja Assembléia de Deus	133
6.1.6 - Histórico da Igreja Assembléia de Deus Madureira	134
6.1.7 - Histórico da Igreja Batista Cristo Vive de Quartel Geral.....	134
6.1.8 - Histórico da Loja Maçônica Vigilantes do Quartel	134
6.2 - Festa do Divino.....	135
6.2.1 - Terno Divino Espírito Santo (Guarda Estrela da Guia)	138
6.3 - Festa do Rosário ou Congado	139
6.3.1 - Terno Congo Vilão (Guarda Congo Vilão)	144
6.3.2 - Terno Moçambique (Guarda Moçambique)	144
6.3.3 - Terno Contra-Dança (Guarda Contra-Dança).....	146
6.3.4 - Terno Catupé do Reco-Reco (Guarda Catupé do Reco-Reco)..	147
6.3.5 - Terno Catupé Tamboril (Guarda Catupé Tamboril).....	147
6.3.6 - Terno São Benedito (Guarda São Benedito).....	148
6.3.7 - Terno Penachos ou Caboclos, ou Congo Real (Guardas Penachos)	149
6.4 - Reisado ou Folia de Reis	150
6.5 - Tropeiros	152

CAPÍTULO 7 - TOPÔNIMOS E PONTOS TURÍSTICOS.....	153
7.1 - Fragata e Nau de guerra	154
7.2 - Morro do Capacete.....	156
7.3 - Morro Três Irmãos ou Três Morros	157
7.4 - Pedra Menina	159
7.5 - Rio Indaiá	161
7.6 - Serra da Saudade.....	163
7.7 - Tiros	163
7.8 - Cachoeira do Rosário.....	164
7.9 - Cachoeira Vêtu da Noiva	165
7.10 - Cachoeira Três Irmãos	166
7.11 - Cachoeira do São João	167
CAPÍTULO 8 - RECURSOS NATURAIS.....	169
8.1 - Carvão Vegetal.....	170
8.2 - Gás Natural	171
8.3 - Recursos Diversos	171
8.4 - Verdete.....	173
CAPÍTULO 9 - SESMARIAS.....	183
9.1 - Carta de Sesmaria concedida a Domingos de Britto.....	190
DOCUMENTOS	193
ANTIGOS.....	193
FIGURAS.....	205
BIBLIOGRAFIA	211

PREFÁCIO

Dediquei-me a escrever este livro com o escopo de resgatar e registrar a história, as origens, tradições e costumes do Município de Quartel Geral¹, palco de vários acontecimentos históricos, que estão sendo submergidos com o passar do tempo. O mundo de hoje move-se a tal velocidade que, no breve período de uma vida, ficamos inteiramente separados do mundo que conhecemos quando crianças e do atual. Mesmo que a novidade melhore o que a precedeu, a experiência continua sendo de traumático desenraizamento histórico, em razão do surgimento da sociedade de massa.

Outro motivo foi o gosto pelo lugar. Ser filho desta cidade trouxe-me a curiosidade e a instigação em pesquisar e relatar tais fatos, principalmente para a sociedade quartelense, como era, como é e arriscar como será no futuro esta terra que tem a cor verde e vermelha; pisoteada e fecundada na amálgama das três raças por meio de muitas lutas² em sua maioria uma luta muda, além dos sacrifícios em todos os níveis e escalas.

A obra possui o começo, mas não possui fim, ela é um fragmento espacial e temporal; por meio deste trabalho desprendido não se leva a cabo o assunto ora iniciado, no entanto, certamente é um farol para os sucessores, que possuirão maior vigor e tenacidade, pois o caminho que irão trilhar, certamente estará mais aplainado em virtude de seus antecessores.

“A grama desenha o verde
A árvore desenha o céu
O vento desenha a nuvem
A nuvem desenha o azul
A água desenha o rio
E o homem desenha o tempo
Na exatidão do sonho.”

Amílcar de Castro

¹ Notadamente o fragmento em questão não se resume entre o rio São Francisco e o rio Indaítá.

² A luta aqui não está estabelecida somente no campo da luta armada, mas sim a principal delas, a luta social.

CAPÍTULO 1
OCUPAÇÃO
DA NOVA LORENA
DIAMANTINA

1.1 - *Quartel Geral inserido no Distrito dos Diamantes*

A evolução urbana deve ser estudada sob diferentes aspectos: principalmente do ponto de vista geográfico e econômico, portanto, para entender o surgimento da cidade de Quartel Geral inserida na Nova Lorena¹ Diamantina, deve-se primeiramente analisar a evolução do lugar e do seu entorno, para compreender as etapas como formação, progressão, ritmo e as circunstâncias da transformação, ou seja, o resultado do trabalho do homem nesse espaço produtor e controlador das pedras preciosas.

A Nova Lorena Diamantina era conhecida pela alcunha de Sertão do Abaeté² e também como Sertão Diamantino. Estava compreendida nas seguintes coordenadas: Latitude entre 16 graus e meio até 20 e meio aproximadamente, e como comprimento setenta e duas léguas; a sua largura ao Norte, que se prolongava das cabeceiras do Paracatu até a sua foz, poderia ter mais de 60 léguas, daí percorria ao meio e ao mesmo tempo ia se estreitando até Bambuí, onde a sua extensão também em largura se espaça muito menos que para o lado Norte. Muitos rios e ribeirões cortavam e atravessavam a Nova Lorena Diamantina, destes havendo suas fontes e origens no Campo Grande³, outros cursos d'água nasciam fora dessa demarcação. Toda-via, todos atravessavam pela sua largura e fundiam suas águas com as do São Francisco, Bambuí, Indaiá, Borrachudo, Abaeté e Paracatu (RAPM, VOL XX 1924, p. 88).

Conforme o Mapa Distrito dos Diamantes - Carta da Nova Lorena Diamantina. CR.X.D. Villas Boas (1802), consta a região da Nova Lorena Diamantina delimitada da seguinte forma: confrontava

1 Nome dado à região diamantífera em homenagem ao então governador da Capitania das Minas, Bernardo José de Lorena, pelo Dr José Vieira Couto (cientista diamantinense), no ano de 1800, por ocasião do reconhecimento mineralógico no rio Indaiá e adjacências (RAPM Vol X, 1904).

2 Área que compreendia do rio São Francisco até o início do que é hoje o Triângulo Mineiro.

3 Campo Grande era a porção de terra que ficava fora do enclave fortificado da Milícia, ou seja, as terras que não pertenciam ao Distrito Diamantino do Indaiá.

com a margem esquerda do rio São Francisco de Assis⁴, ao Norte a região de Paracatu, a Oeste a Serra da Saudade e ao Sul o rio Bambuí.

Quanto à ocupação da cidade de Quartel Geral-MG ainda não se tem registros de nomeação de quem foi o pioneiro⁵, no entanto, pode-se atribuir que a ocupação aconteceu em razão do fluxo dos negros fugitivos, das expedições dos bárbaros bandeirantes⁶ e dos aborígenes. Enquanto o segundo grupo tinha como intuito desbravar o sertão⁷ em busca de aventura e valores, o primeiro grupo lutava pela sobrevivência da espécie.

Pode-se concluir que os primeiros a pisarem no solo do que hoje é chamado de Quartel Geral-MG foram os índios, seguidos dos negros fugitivos dos grilhões do homem branco, fato ocorrido no final do século XVII e início do século XVIII. Posteriormente vieram os garimpeiros⁸, acompanhados dos bandeirantes e por fim, os sesmeiros. Todo o processo de início de ocupação da Nova Lorena Diamantina levou dois séculos após o descobrimento do Brasil. A ocupação da região aconteceu em razão da união biológica, social e cultural das diferentes etnias, raças e povos e assim foi constituída a Nova Lorena Diamantina e o Quartel Geral-MG.

A origem étnica do povo da Nova Lorena Diamantina remete-se igualmente à miscigenação da Capitania de Minas Gerais⁹, a

4 Batizado por Américo Vespúcio, em razão de que no dia de sua descoberta, no dia 04 de outubro de 1501, era o dia de São Francisco de Assis. Antes do homem branco aparecer o rio era chamado pelos índios de Opará (rio-mar).

5 Há dificuldade em apontar o pioneiro, pois, esta região era ocupada pelos gentios e secundamente pelos quilombolas e em terceiro plano os fugitivos da justiça. Mais tarde essa área torna-se a "terra proibida" pela Coroa Portuguesa, local onde não poderia ser transitado sem a permissão Real. A ocupação aconteceu inicialmente de forma clandestina, não podendo mencionar nomes.

6 Homens integrantes das bandeiras (bando), que conduziam em sua bagagem, utensílios e alimentos durante suas jornadas, ou seja, armas, pólvora, chumbo de caça e sal, além da coragem no peito, em busca de aventuras e riquezas. Eles tinham como atividades: escravizar índios, capturar e matar negros fugitivos e como carro chefe embrenhar pelos sertões na tentativa de achar ouro e pedras preciosas. Também foram responsáveis pela ocupação e alargamento das fronteiras do Brasil.

7 Chamaram-se sertões as terras que ficavam no interior da Capitania de Minas desviadas das povoações das minas, e onde não existiam mineração. (RAPM Vol X, 1905, p. 111).

8 Aquele que vivia escondido nas gimpas das serras (o grimpeiro) para fugir do fisco. Mais tarde surge o termo garimpeiro.

9 Criada em 12 de setembro de 1720.

qual se deu particularmente por negros, índios puros¹⁰ (capturados de diversas partes do interior do continente), além do europeu. O povo mineiro é a amálgama das várias etnias, que ainda encontra-se residente na antiga e saudosa Nova Lorena Diamantina.

Cabe ressaltar que no Brasil não houve impérios indígenas, comparáveis àqueles localizados na América Central. Em nosso caso, eram grupos em sua grande maioria vivendo à margem da civilização contemporânea, em sistema de coleta, caça, pesca e às vezes agricultura sobre queimadas.

Os atores partícipes do povoamento na região da Nova Lorena Diamantina, inegavelmente foram os índios, os escravos fugidos, os diamantes e as bandeiras¹¹. As bandeiras realizaram infiltrações para o interior das Minas Gerais, inicialmente a comando de Martim Afonso. Mas além destas, também partiram aventureiros de São Paulo para a cabeceira do rio São Francisco de Assis (via terrestre), liderado por Brás Cubas e Luiz Martins no final do terceiro quartil do século XVI e posteriormente outras partiram da sétima Vila do Ouro¹², Pitangui-MG.

A incapacidade de resistência do índio às investidas do homem branco facilitou a disseminação dos colonizadores. Os índios primeiramente foram expulsos da Mata Atlântica, em virtude da exploração em todos os níveis, iniciada pela exploração do Pau-Brasil, seguida pela mineração e posteriormente a agropecuária. Muitos aborígenes que residiam na Mata Atlântica e litoral realizaram fugas utilizando o rio São Francisco como balizamento para adentrar no interior do continente. Esse rio foi responsável por balizar diversos aventureiros

10 Muitos desses índios já eram domesticados e/ou catequizados, embora resistentes na aculturação, estes participavam do dia-a-dia juntamente com os aventureiros, no labor e na guerra.

11 Eram formadas de pequenos grupos de reconhecimento em busca de alvos compensadores. Esses grupos realizavam ações de combate, sendo este combate rápido e violento. Os componentes das Bandeiras partiam em missões diversas e não tinham a certeza se voltariam à terra que os viu partir, resignados a contentar-se com pouco, em busca do sonho maior, o ouro, as pedras preciosas, a ambição nua e crua do homem civilizado que se tornou mais selvagem do que o próprio selvagem que habitava nas matas e nas serranias da Nova Lorena Diamantina.

12 Pitangui foi elevada a Vila no ano de 1715.

e fugitivos que estavam em movimento dirigindo-se para o interior do continente, alguns deles instalaram-se na vasta região da Nova Lorena Diamantina. Ela passou a ser a mãe acolhedora de muitos que buscavam o asilo em razão das políticas existentes no litoral.

O avanço dos aventureiros para o interior do continente era a válvula de escape dos excluídos da sociedade litorânea, eles já não mais podiam fazer parte das atividades sociais naquele lugar, seja por falta de pecúnia ou por problemas judiciais e familiares, assim sendo, homens, mulheres e crianças partiram em busca do (des)conhecido e da riqueza. Portanto, foram os primeiros a “invadir” e apropriarem-se das terras alheias as quais pertenciam aos indígenas¹³, os invasores não se detinham pelas dificuldades impostas pela natureza e nem tampouco pela hostilidade dos silvícolas. O intruso foi inexorável.

Cabe lembrar que os bandeirantes foram atores conflitantes na construção da história brasileira, ora esses desbravadores são considerados verdadeiros construtores da historicidade, nesse contexto o bandeirante é descrito como o conquistador e descobridor das minas de ouro e diamantes no sertão, ao mesmo tempo acusados de serem assassinos, brutos e cruéis, capturadores de índios e negros. Essa dualidade do personagem existia em razão da Milícia não conseguir realizar as devidas obrigações militares por falta de efetivo, ficando estas relegadas aos bandeirantes, de mantenedores da ordem, da captura dos escravos e outras obrigações mais (LIPPI, 1998).

A história coloca os bandeirantes como homens de botas longas, bem uniformizados, com penacho no chapéu, responsáveis por fundar povoados, plantar roças e terem percorridos caminhos antes só trilhados pelos índios. Também os coloca como sanguinários res-

13 Abaetés (habitantes da Lorena Diamantina, a Leste), Araxás (habitantes da terra onde se avista o Sol primeiro. Ficava além da Serra da Saudade, a Noroeste) Caiapós, (habitantes da Serra da Saudade, a Noroeste), Piraquaras (habitantes na margem direita do Alto do rio São Francisco), Tamaracaia, Tapuias, Índios que tinham a língua diferente da Tupi (habitavam a Nova Lorena Diamantina) e os Tupis, grande tribo que dominava vasto território em diversos estados brasileiros.

ponsáveis por matar crianças, velhos, nos diversos quilombos e aldeias indígenas, escravizar por dinheiro, principalmente índios¹⁴, que era um negócio lucrativo. Alguns desses homens aventureiros foram os que também produziram o desencaminhamento de certa quantidade de diamantes, ouro e pedras preciosas (SILVA, 2001).

Os bandeirantes transformaram-se em empresários de caça de pessoas, e os índios passaram a ser chamados de “ouro vermelho”. As viagens de caça ao índio e a procura de riquezas duravam até cinco anos. A maioria dos vestuários e calçados não podiam mais ser repostos, portanto, o tempo fazia com que estes se tornassem sujos de roupas dilaceradas e pés descalços. Eles tinham como arma de fogo os mosquetões e arcabuzes, e armas brancas como lanças, facões, arcos e flechas. Possuíam guias (índios domesticados) para desvendar os caminhos oficiais declarados pela Coroa, mas também existiam os caminhos clandestinos (varadouros), os quais eram usados pelos contrabandistas, aventureiros e escravos fugitivos em direção aos quilombos¹⁵. A utilização desses caminhos clandestinos causava medo e insegurança aos viajantes, os quais eram constantemente atacados pelos índios e quilombolas.

Ranchos foram construídos à beira das picadas e caminhos oficiais, com o intuito de prover logística aos viajantes. Uma tropa conseguia marchar aproximadamente 30 km/dia, conseqüentemente nessas paragens, iniciava-se um povoado, uma vila, e/ou cidade. As cidades do Centro-Oeste Mineiro ficam equidistantes aproximadamente a 30 km entre uma e outra (utilizando os antigos caminhos).

Os aventureiros não se detinham, o objetivo era alcançar a região diamantífera, fosse por caminhos oficiais e/ou clandestinos. Um dos caminhos oficiais passava pela região do córrego da Mar-

14 Somente em 06 de junho de 1755, que acaba definitivamente o cativeiro indígena no Brasil.

15 Locais onde os escravos fugitivos dos grilhões se concentravam, edificavam suas residências, cuidavam de suas plantações e viviam em comunidade, foram eles os primeiros garimpeiros do rio Indaiá, ocorrido na década de 1720 (HÜZA, 2003).

melada, o qual encontra-se nas coordenadas: S 19° 24' 30.2" e W 45° 66' 56.4". Parte desse caminho ainda pode ser visto, e trilhado, ele é conhecido como estrada arreal, ou estrada carreiro, ligando Quartel Geral-MG a Cedro do Abaeté-MG, povoado do Campo Alegre e Distrito do Quartel São João. Nas cercanias dessa dita passagem desenvolveu-se logística para esses caminhantes, vários casarios foram levantados, o fértil vale ali existente foi responsável pelo provimento de alimentação aos garimpeiros¹⁶ que trabalhavam nas calhas dos rios diamantíferos. A região da marmelada, além da proximidade de uma fonte de água potável e perene, e ponto estratégico agropecuário, era também área estrategicamente econômica. Ali eram realizadas compras, vendas e trocas de materiais e pedras preciosas. Uma região de abastecimento dos garimpos, além de mediar o Quartel Geral, órgão fiscalizador e a região diamantífera, que incluía os rios Indaiá, Borrachudo, Abaeté do Sul, Abaeté do Norte e ribeirões do Indaiazinho e Dos Tiros.

“Por entrevista feita a José Vanderlei da Silva, a área da Marmelada, após findar o garimpo, tornou-se uma importante região produtora de café. Os fazendeiros possuíam grande número de serviços e empregados, pois naquela época havia poucos proprietários de terras, imperava o latifúndio com muitos trabalhadores braçais. Nesse local havia igreja para atender a demanda religiosa dos moradores, a qual foi construída por um fazendeiro, como pagamento de uma promessa para que seu filho não fosse à guerra e o pedido foi atendido”. (Informação verbal)¹⁷.

O rio São Francisco também fazia parte dos caminhos que escoavam pessoas e materiais. Os traficantes de ouro e diamantes utilizavam o rio para fugirem das fiscalizações existentes nas estradas

16 A descrição do garimpeiro feita por Bernardo José Lorena em 1799 mostra que eles desempenhavam atividades próximas daquelas dos bandeirantes, sendo menos úteis aos interesses régios, eles eram considerados como vadios, formavam parte da grande camada da população mineira, chamada de arraiá-miúda. (COSTA, 1992).

17 Entrevista realizada pelo autor no dia 17 de julho de 2008, referente a povoação e produção agropecuária na região da Marmelada.

oficiais. Eles saíam do interior do continente, chegavam ao rio e colocavam as “mercadorias” em embarcações e desciam o rio até as proximidades do litoral. Em pontos estratégicos as desembarcavam para se livrarem das fiscalizações da Coroa no litoral. O contrabando do ouro e pedras preciosas era transportado escondido dentro de outras cargas menos valiosas, o fio condutor entre o litoral e o sertão era tão movimentado que surgiu ali uma horda de piratas de água doce, os quais saqueavam viajantes e comerciantes que trafegavam utilizando o rio São Francisco.

Assim foram trilhados os caminhos e percorridas as estradas que acessavam a Nova Lorena Diamantina, inicialmente por pessoas fugitivas e posteriormente por aventureiros. Se houvesse uma descoberta de pedras ou ouro em um determinado local, para ali havia uma corrida em busca do sucesso, da riqueza e/ou da realização pessoal.

1.2 - Roteiro da Picada para Goiás

Por volta da década de 1720 já existiam trilhas e caminhos, além do rio São Francisco, em direção ao rio Indaiá e à Vila do Paracatu. Na década de 1737, a Picada para Goiás encontrava-se em construção como caminho oficial da Coroa (CORRÊA, 1948).

Vários autores tentaram descrever esse caminho, com detalhes, talvez por falta de uma fonte iconográfica específica, a descrição sempre foi confusa e imprecisa. Após pesquisa no Mapa Distrito dos Diamantes – Carta da Nova Lorena Diamantina. CR.X.D. Villas Boas (1802), ela foi localizada neste documento em detalhes, a qual passo a descrevê-la geograficamente a partir do rio São Francisco.

Cabe ressaltar que a Picada para Goiás havia sido iniciada na Vila de Pitangui e parou na margem direita do rio São Francisco, portanto, a picada saía da Sétima Vila do Ouro, cruzava o rio Lambari e finalizava na Lagoa do Piracuíra¹⁸. Todavia, a Coroa Portuguesa tinha grande interesse em ligar as duas Vilas produtoras de ouro, Vila de Pitangui e Vila do Paracatu, e posteriormente adentrar para a Capitania de Goiás.

O ponto exato onde iniciou a Picada do Goiás era o lado oposto da Lagoa da Piracuíra (margem esquerda do São Francisco), ou seja, na fazenda de Amaro da Costa, Fazenda Santa Fé, esse ponto era o primeiro apoio aos viajantes do novo caminho, a légua zero da picada da margem esquerda do rio São Francisco.

Em pontos estratégicos da picada foram construídos arranchamentos, normalmente próximos a cursos d'água, para proverem logística aos usuários do caminho, mas se houvesse alguma sede de fazenda nos arredores dessa picada, seria o ponto de apoio e deixava-se de construir o rancho. A maioria desses pontos estavam distribuídos

¹⁸ É um vocábulo indígena (Tupi) que significa loca dos peixes, Pira = peixe e Quara ou Coara/Cuara = buraco cavidade, cova, loca, etc.

equidistantes cerca de cinco léguas¹⁹ ao longo do itinerário essa distância era o que se podia percorrer em um dia de viagem com muarens ou a pé, transportando carga. Esse novo caminho deveria obedecer uma direção “retilínea”, mas por imposição do terreno e estrutura de apoio mudanças de direção em relação ao eixo central da marcha aconteceram.

A partir da Fazenda Santa Fé, tomava-se a direção Oeste, caminhando por quatro léguas, depois virava-se para o Norte, atravessando o ribeirão Dos Porcos, na altura de cinco léguas acima de sua foz (no rio São Francisco), após o ribeirão percorria-se mais uma légua e encontrava-se a fazenda Cocaes. Partindo da fazenda Cocaes, tomava-se a direção Oeste percorrendo três léguas e meia para alcançar a nascente esquerda do ribeirão Veados. Após esse ponto virava-se para Noroeste e percorria-se mais uma légua até deparar com a fazenda do D'ávila, situada na nascente esquerda do ribeirão Veados. Da Fazenda do D'ávila continuava-se na direção Noroeste, seguindo o interflúvio (água vertente, ou cume do espigão) por uma légua e pouco, até atingir o Quartel da Milícia de nome Quartel São João (Distrito de Quartel Geral-MG). A partir da Sede desse Distrito, continuava-se na direção Noroeste por três léguas, cruzava-se o rio Indaiá na altura da foz do córrego Taboca.

Após cruzar o rio Indaiá, encontrava-se um arranchamento bem junto à margem esquerda, tomando-se a direção Noroeste em um sinuoso caminho por mais uma légua, deparava-se com outro arranchamento. Tomando-se a direção Norte, rumo ao morro Nau de Guerra, percorre-se mais meia légua, depara-se com outro arranchamento e novamente mais meia légua, outro arranchamento sendo este último localizado na nascente do ribeirão Indaiazinho. São três arranchamentos próximos entre si e sem nomes, a partir deste último arranchamento, permite-se ver o rio Borrachudo ao Norte ou em frente; e a Leste, está a nascente do ribeirão Indaiazinho. A Picada

¹⁹ Uma légua corresponde aproximadamente 7 km.

passava por entre esses dois cursos d'água, obedecendo ao sentido Nordeste, a partir do arranchamento localizado na nascente do Indaiazinho, segue-se a direção Nordeste e continua-se descendo entre a margem direita do rio Borrachudo, caminho localizado no interflúvio, o Indaiazinho passa a se distanciar da Picada. Após caminhar quatro léguas, chega-se a outro arranchamento próximo às margens do Borrachudo.

Toma-se a direção Norte para atravessar o rio Borrachudo e caminha-se uma légua e meia até atingir o topo da serra onde existe outro arranchamento. Após atingir o cume, toma-se a direção Noroeste para descer em direção ao ribeirão dos Tiros por duas léguas até atingir sua margem direita, atravessa-se este, tendo um socavação à esquerda, após o ribeirão Dos Tiros seguindo pela margem esquerda por quatro léguas até atingir a fazenda Ascensão, nas proximidades do Quartel da Milícia chamado Ascensão, junto ao rio Abaeté. Até este ponto, veio o Dr. José Vieira Couto acompanhado do Garimpeiro e traficante de pedras, Capitão Isidoro do Amorim Pereira, no ano de 1800 (RAPM).

Após o Quartel da Ascensão, segue-se a direção Leste, atravessa-se novamente o ribeirão dos Tiros, marchando mais uma légua e novamente vira-se para o Norte em direção ao rio Abaeté, tendo à direita o ribeirão Gentio, atravessa dois pequenos cursos d'água e caminha-se por três léguas até atingir um arranchamento localizado às margens do rio Abaeté e Foz do ribeirão Gentio. Seguindo em direção Nordeste atravessa-se o ribeirão Gentio e caminha-se por quatro léguas e meia até atingir o Quartel da Milícia de nome Cachoeira Bonita, esse local era o Paiol²⁰ Geral da Milícia da Nova Lorena Diamantina.

A partir do Quartel da Cachoeira Bonita toma-se a direção Norte e caminha-se mais uma légua deparando-se com um Arran-

²⁰ Local onde eram estocados os provimentos bélicos (chumbo, pólvora, armamentos etc.).

chamento, novamente toma-se a direção Nordeste, entre o rio Borrachudo e o rio Abaeté por mais sete léguas, para chegar ao Quartel da Cachoeira Mansa.

Após o Quartel da Cachoeira Mansa, continua-se na mesma direção para atingir outro Arranchamento distante duas léguas, seguindo na mesma direção por mais quatro léguas chega-se na fazenda do Felis, ou Telis, localizado na nascente de um afluente da margem direita do rio Abaeté, continuando na direção Nordeste por sete léguas, atravessa-se o rio Abaeté até chegar a uma fazenda.

Depois de atravessar o rio Abaeté seguindo em direção Noroeste por quatro léguas e meia até chegar à fazenda Três Barras, localizada na nascente do rio de mesmo nome, continuando na mesma direção por duas léguas e meia encontra-se a fazenda Capão. Permanecendo ainda no azimute Noroeste por mais três léguas e meia depara-se com um Destacamento na Serra dos Confins, chamado de Destacamento nas Serras dos Confins por ordem do Visconde de Barbacena, situado na fazenda de Domingos André – que também era chamado de Quartel do Novo Descoberto do Tempo do Visconde.

A partir do ponto acima descrito, atravessa-se na altura do médio rio Santo Antônio, rio Das Almas, rio Do Sono e logo imediatamente está a fazenda do rio Do Sono a seis léguas de caminhada do último Quartel mencionado. Seguindo na mesma direção, atravessando o rio Catinga, depois de uma légua chega-se na fazenda Das Almas, após percorrer um total de três léguas e meia a partir da fazenda do rio Do Sono. Continuando no mesmo sentido por mais cinco léguas chega-se na fazenda Vomitorio, por mais cinco léguas no mesmo sentido (Noroeste) chega-se à fazenda da Passagem do rio Escuro (Negro) e a partir desta mais sete léguas para chegar até ao Quartel de Santa Isabel. A partir deste ponto toma-se a Direção Norte por mais três léguas, é o destino final, ou seja, a Vila de Para-

catu, final da picada. Está traçado o caminho entre as Vilas do Outro, Pitangui e Paracatu.

A Picada do Goiás em direção geral foi o que é hoje a BR 262, parte da MG 176, flexionando para a cidade de Serra da Saudade-MG, seguindo o que era a “antiga 262”, virando para a direita no alto da Serra da Saudade, tomando a estrada de terra que vai direto para o Quartel São João, após passar por este Quartel, atravessa-se o rio Indaiá e segue-se o caminho aproveitando as águas vertentes até chegar a Paracatu.

Outra prova de que a Picada de Goiás passava em Quartel São João (Distrito de Quartel Geral), é um esboço gráfico apresentado pelo escritor Carlos Cunha Corrêa no livro Serra da Saudade (1948, p. 128).

É Corrêa (1948, p. 130) que afirma:

Consoante antiga tradição oral, confirmada pela já bastante citada ‘CARTA GEOG. de 1804’, esse trilho corria por Bom Despacho, *passagem* da Piraguara no São Francisco, varava o distrito de Estrela, Município de Dores do Indaiá, galgava a Serra da Saudade e descia por esta até ao Quartel São João, onde atravessava o Rio Andaiá, rumando para os serros da Fragata e Nau de Guerra, margeava o Ribeirão dos Tiros, da Galena (hoje Chumbo) e atingia o Paracatú. A não serem os trilhos rumo à Bahia, este era de Pitangui a Paracatu.

Em 19 de dezembro de 1800, o Dr José Vieira Couto lavra auto em Vila Rica, sobre o itinerário realizado a partir do rio São Francisco ao rio Abaeté por ocasião de sua expedição de reconhecimento na Nova Lorena Diamantina.

Existe outro itinerário mencionando novamente Quartel São João funcionando como posto fiscalizador, conforme descreve Couto²¹ (RAM, 1800 apud CORRÊA, 1948, p. 289-290).

Aqui (na fazenda S. Fé) nos demoramos nove dias esperando pela gente garimpeira que neste lugar devia incorporar-se conosco como sucedeu. (...) A nossa comitiva, já aqui muito engrossada com estes novos companheiros de viagem, principiou a desfilas, no dia 18 de maio muito cedo, pelas amenas chaás, de que é cercado este sitio de Amaro da Costa. (...); e desta maneira continuamos até ao sitio chamado Cocaes, quatro leguas adiante e onde pernoitamos.

O restante do itinerário foi descrito por Corrêa.

Da fazenda Cocais seguiu a caravana para a do Davila ou Santa Rosa, daqui para o Quartel de S. João, donde avisaram dois elevados picos, além do Rio Indaiá, a que deram os nomes de Nau de Guerra e Fragata, por lhes parecerem dois gigantescos navios parados em pleno mar... de verduras.

Transpostos o Indaiá, o Indaiazinho, o Borrachudo e o ribeirão dos Tiros, onde houve o Quartel do Assunção, atingiram o Abaeté, que foi demoradamente explorado e estudado (CORRÊA, 1948, p. 290).

Em diversos mapas antigos constante no livro, apresentam outros emaranhados de caminhos que cortavam a Nova Lorena Diamantina e Campo Grande, fazendo uma rede de comunicações entre as capelas, quartéis, ranchos, vilas, quilombos e com as Capitânicas de Goiás e Pernambuco.

21 Dr. José Vieira Couto, nas Memórias das Minas da Capitania de Minas Geraes, 'Itinerário do rio São Francisco ao rio Abaeté 1800'.

Nos mapas acima citados pode-se encontrar diversas picadas/estradas construídas e percorridas por Inácio Correia Pamplona, inclusive uma delas se referencia à outra Picada para Goiás, construída por ele mesmo, em direção ao Arraial do Rio das Velhas/Quilombo do Ambrósio e Vila do Paracatu, passando acima da nascente do Rio Indaiá. Ela possui várias ramificações passando por trás da Serra da Saudade em direção a vários quilombos os quais destruiu, ligando também algumas capelas (MAPAS REGIONAIS Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignacio Correya Pamplona, Regente Chefe da Legião, - ca. 1784).

A Picada para o Goiás, a qual saía de Pitangui, que passo a descrevê-la: partia da fazenda Santa Fé de propriedade do Capitão Amaro da Costa Guimarães, após caminhar três léguas em direção à fazenda Cocais, rumava em direção Norte, atravessava o ribeirão dos Porcos, atravessava também o ribeirão Veados e chegava ao ribeirão Pari²², precisamente duas léguas da sua nascente, local que situava o primitivo Quartel Geral, fortificação militar do século XVIII. Depois tomava a direção Noroeste, atravessava o ribeirão da Marmelada, juntava com outro caminho que partia da fortificação militar, Quartel de São João, esse caminho direcionava para o Quartel de Santa Ana (hoje Cedro do Abaeté-MG). Depois continuava na mesma direção até atravessar o rio Indaiá, ribeirão do Indaiazinho e juntava-se com a principal Picada para Goiás na altura de um arranchamento às margens do rio Borrachudo, este é o caminho que ligava os três mais importantes quartéis que guarneciam a Nova Lorena Diamantina, desenhados no Mapa do Distrito dos Diamantes - Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas (1802).

22 Este nome aparece em todos os documentos oficiais como exemplo na RAPM Volume XX de 1924 p. 11-15 e também no Mapa do Distrito dos Diamantes - Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas (1802). Hoje chamado de Parizinho.

1.3 - *Diamantes no Brasil*

A descoberta oficial de diamantes no Brasil ocorreu no primeiro quartil do século XVIII, na região de Diamantina-MG. Nesse período a Coroa não dispunha de um sistema definindo sobre a exploração, controle e comércio de gemas e em especial o cobiçado diamante. O garimpo era realizado livremente.

No ano de 1734, para diminuir o contrabando das pedras preciosas, a Coroa Portuguesa instituiu a distribuição de lavras, além de criar a Intendência dos Diamantes órgão responsável para controlar todo o fluxo de diamantes. No entanto, a fiscalização era dificultada pela falta de coordenação e controle por parte da Coroa nas vastas regiões diamantinas, o que levou a Coroa a proibir a garimpagem, portanto, fechou as lavras no ano de 1734, que ficaram fechadas até o ano de 1739.

Em 1739 as minas foram reabertas, nesse momento as lavras passaram a ser exploradas por particulares por meio de contratos junto à Coroa, essa modalidade foi usada até o ano de 1771. A partir dessa data a Coroa finda os contratos e passa ela mesma ser responsável pela exploração dos diamantes, cria-se o monopólio. Todavia, a Coroa cria a Real Extração dos Diamantes, na tentativa de controlar o recurso explorado, dirigida diretamente por funcionários régios. A Coroa dispunha de um corpo de normas para a exploração dos diamantes, consolidado em um regimento, o diamante passa a ser intitulado como propriedade da Real Fazenda, por meio do Regimento do Diamante, esse regimento ficou conhecido por Livro da Capa Verde, proibindo assim as atividades de extração, transporte e comércio por pessoas diferentes à Coroa, sendo o infrator considerado criminoso.

A Corte, após realizar uma pesquisa diamantina no alto do rio Indaiá, autoriza a Extração Régia de diamantes nessa área por meio do ato de 12 de julho de 1790. A partir dessa data, a região do

Indaiá e adjacência passa a ser terra proibida²³, a área que compreende a margem esquerda do rio São Francisco, desde a barra do rio Abaeté²⁴, passando por Paracatu, até ao Quartel Geral do Indaiá. Nesta área havia o aparato militar que contava com vários quartéis, registros, presídios e contagens, tudo voltado para interceptar o contrabando de pedras preciosas e ouro. O aparato militar nesta Demarcação Diamantina tinha como objetivo, impedir o livre acesso neste local, inclusive da população agrária, uma região tão esparsa e sem povoamento, local ideal para o contrabando²⁵, assaltos, formação de quilombos, e demais atividades ilícitas declaradas pela Coroa Portuguesa (CORRÊA, 1948).

²³ Essa área era policiada diuturnamente no período da garimpagem, mesmo assim havia o contrabando, sendo o contrabandista mais destacado, o Capitão Isidoro Amorim Pereira, que era um dos componentes do Quartel Geral. Foi nascido no ano de 1750 na Nova Lorena Diamantina, e ocupando o segundo lugar, João Furtado (FIUZA, 2003 p. 201 e 210).

²⁴ Abaeté era naquela época a região compreendida entre a margem esquerda do rio São Francisco até Paracatu e início do Triângulo Mineiro, a qual se confundia também com nome de sertão, ou Nova Lorena, esse rio nasce na Mata da Corda (RAPM).

²⁵ Os diamantes eram comercializados na clandestinidade com os holandeses e britânicos.

1.4 - A Fiscalização da Nova Lorena Diamantina

Segundo o Mapa CAPITANIA Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais (1804); Mapa CAPITANIA - Planta Geral da Capitania de Minas Geraes - ca. (1800); Mapa CAPTANIA - Theil der neuen Karte der Capitania Von Minas Gerais. Aufgenommen von W. Von Eschwege. (1821); Mapa DIVISÕES ADMINISTRATIVAS Mostrace neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e parte da Capitania de Minas Geraes con a deviza de ambas as Capitania por Joze Joaquim da Rocha. (1780); Mapa do Distrito dos Diamantes - Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas (1802); RAPM, Vol VI, Fascículo III e IV, Dez (1901 p. 846), mostram os seguintes quartéis que guarneciam a Nova Lorena Diamantina: Quartel Geral do Indaiá, situado no alto ribeirão Pari; Quartel do São João instalado entre as nascentes dos ribeirões da Marmelada e Veados, (hoje atual Distrito de Quartel Geral-MG), Quartel de Santa Anna edificado sobre o verdete (hoje Cedro do Abaeté-MG), Quartel Ascensão no Baixo córrego Tiros, próximo à margem direita do rio Abaeté do Sul, ou seja, entre o rio Abaeté do Sul e ribeirão dos Tiros, um Quartel localizado no médio rio Santo Antônio, sem identificação, Quartel da Vargem Bonita, situado na Margem esquerda do rio do Sono, sete léguas acima da foz do rio Santo Antônio, Quartel do Porto do Bezerra, na margem esquerda do rio Paracatu, abaixo quatro léguas da Foz do córrego Rico, Quartel dos Aragões, na Barra do rio Abaeté, Quartel da Cachoeira Mansa, situado na margem direita do Médio rio Abaeté, Quartel Olhos D'água situado distante mela légua a Noroeste de Paracatu; Quartel de Nazaré, situado a uma légua a Sudeste de Paracatu, Quartel de São Luiz, situado a duas léguas a Norte de Paracatu, Quartel de Santa Isabel, localizado ao Sul de Paracatu na Margem esquerda, no Médio rio do mesmo nome, a uma distância de duas léguas de Paracatu; Quartel de Santo Antônio, situado duas léguas ao Norte de Paracatu, Quartel do rio da Prata, localizado no Arraial do

mesmo nome, situado a Sudeste de Paracatu, Quartel dos Ferreiros (local onde ferravam os cavalos) na nascente do rio Abaeté; Quartel Pintores, situado na margem direita do Médio rio Indaiá, Quartel da Cachoeirinha na nascente do rio Indaiá. Havia também outro Quartel chamado de Cachoeira Bonita onde guardavam a munição e armamentos reserva, chamado de Paiol Geral localizado a Norte do Quartel Cachoeira Mansa. Existia também o Destacamento nas serras dos Confins por ordem do Visconde de Barbacena, situado na fazenda de Domingos André que também era chamado de Quartel do Novo Descoberto do Tempo do Visconde. Quartel de Santa Teresa, situado próximo ao rio de mesmo nome. Quartel do Bambuí, ao sul do Quartel da Cachoeirinha no Médio rio Bambuí, ficava no Campo Grande, fronteira com a Nova Lorena Diamantina.

Todos os quartéis foram construídos em lugares estratégicos, perto de caminhos, garimpos, em alta topografia para avistarem a grandes distâncias, enfim, a Nova Lorena Diamantina era quase um enclave fortificado que tinham a função de dar proteção ao garimpo, evitar o contrabando e dar segurança no transporte pela Estrada Real dos Diamantes até o destino final, Diamantina, Vila Rica e Rio de Janeiro.

O dispositivo da segurança acima mencionado obedecia a estratégia da defesa em circunferência para melhor proteger o acesso de pessoas e extravio dos recursos minerais, além de cobrar taxas sobre a circulação de qualquer mercadoria que saísse ou entrasse na Nova Lorena Diamantina. Essa região só teve povoamento e desenvolvimento econômico após o encerramento dos quartéis e suas rígidas fiscalizações na arrecadação dos impostos.

Apesar de todas as medidas repressivas, era muito difícil controlar o garimpo fora das áreas originalmente demarcadas pela Coroa Portuguesa. O vasto território diamantino facilitava o desvio da riqueza retirada dos diversos garimpos, levando-se em conta a dimensão apresentada na demarcação diamantina da Nova Lorena

Diamantina, aliado ao baixo número de fiscais e policiais existentes nos Registros, Quartéis e Presídios, a pouca logística dispensada a estes para realizarem as patrulhas de reconhecimento, percebe-se a incapacidade desses homens de cumprirem os interesses da Coroa, quanto à segurança e fiscalização da área.

A fiscalização preocupava-se primordialmente com o controle da produção, para que a oferta permanecesse controlada e os preços estáveis, e com a repressão à produção ilegal, ao extravio e ao contrabando, à população aglomerada em torno dos ribeirões diamantinos, cabia unicamente o direito de explorar as lavras exclusivamente auríferas.

Nesse contexto os garimpeiros clandestinos e traficantes de pedras, aos poucos, faziam seu trabalho de extração e desvio dos diamantes garimpados na extensa região da Nova Lorena Diamantina, ficando a Coroa inerte aos rendimentos diamantíferos e a Nova Lorena Diamantina a cada instante, ganhava novos visitantes e moradores que (des)construíam o cenário da época do Brasil Colonial.

CAPÍTULO 2

QUILOMBO

2.1 - ORIGEM DOS ESCRAVOS NO BRASIL

Os escravos que existiram no Brasil foram pessoas capturadas na África pelos próprios africanos (tribos rivais) e vendidos aos comerciantes de escravos, também africanos, e estes aos portugueses, que faziam o transporte da Costa Africana para a Colônia Portuguesa (Brasil). Esses escravos eram obrigados a trabalhar para o homem branco até a morte, pois, o escravo era tratado como propriedade.

Para a aquisição dos escravos na África utilizava-se vários tipos de "moedas", tais como: búzios, barras de ferro, algodão, lã, uísque, fumo, mercadorias manufaturadas, além da prata e ouro.

De cada 10 escravos que deixavam a Costa Oeste Africana, pelo menos três eram de Badagry-Nigéria. Estes oriundos na maioria da etnia Yorubá, das localidades de Oyo, incluindo Ilorin, Ogbomosho Ketu, Aiyetoro, Shaki, Abeokuta, Ilaro, Okeodan, Ipokia, Igbesa, Irewe, etc.

A Tabela abaixo mostra o total de escravos importados do Sul de Togo, Benin e Oeste da Nigéria entre os anos de 1676 a 1760. De todos os escravos vendidos na Costa Africana 24% eram de origem Nigeriana e a tribo que mais ofertou escravos foi a tribo Yorubá e Ogu, inclusive, a cultura e o povo Yorubá existem até os dias atuais na Bahia e Minas Gerais.

Ano	Pernambuco	Bahia
1676-1700	2.095	6.320
1701-1705	2.240	5.790
1706-1710	1.910	5.215
1711-1715	1.605	5.940
1716-1720	3.505	10.855
1721-1725	1.202	11.280

Ano	Pernambuco	Bahia
1726-1730	1.155	19.890
1731-1735	6.595	20.875
1736-1740	4.995	30.275
1741-1745	2.750	21.045
1746-1750	5.400	21.900
1751-1755	4.200	17.905
1756-1760	4.700	19.655
Total	63.575	196.945

Fonte: Adapted from the African Diaspora Archaeology Network September, 2007 Newsletter.

A cidade de Badagry localizada a Sudoeste da Nigéria, a qual faz fronteira com a República do Benin com o oceano Atlântico, consubstanciou-se em um dos mais importantes mercados de escravos do Oeste Africano. O museu localizado no antigo mercado de escravos impressiona aos visitantes em razão das barbáries cometidas naquela época, os escravos que de lá partiram, principalmente para o Brasil, para trabalhar como escravos nas plantações, garimpos, trabalhos domésticos e também para combaterem em frentes de guerras, deixaram seu lugar e seguiram para o além-mar sem suas honras, em virtude de terem sido distribuídos e perdido o vínculo com os seus ancestrais. Muitos cometiam suicídio assim que tinham a oportunidade de fazê-lo, diante de tanta tristeza, com a agravante de saber que não retornariam a ver a savana africana, seu povo, seu lugar.

O mercado de escravos de Badagry foi fundado em 1425, que ficava em frente a um lago que se comunica com o Oceano Atlântico. Nesse local realizava-se o embarque dos escravos em canoas até aos navios, onde eram lançados nos porões para fazerem a grande travessia entre os continentes.

Do Porto de Badagry saíram aproximadamente 550.000 escravos africanos. Ainda hoje esse local apresenta a história, por meio de materiais e relíquias sobre os escravos oriundos do Oeste Africano, lá existe uma herança muito forte de seus antepassados, onde o visitante tem um impacto e inquietude da real história sobre a escravatura, espelhada nos pequenos museus. Dentre os materiais lá existentes, os que mais chocam o visitante são os grilhões, os objetos que eram utilizados no transporte e os que eram utilizados na aplicação das penas. No museu ainda existem as celas onde eram colocadas até 40 pessoas em cada uma delas, para posteriormente serem comercializadas e levadas para as embarcações.

A partir do ano de 1830 até 1900, aproximadamente oito mil escravos libertos pela imposição das leis, abandonaram os postos da escravidão e retornaram ao continente africano, todavia, a Nigéria foi o país que teve o maior número de ex-escravos retornados.

2.2 - Quilombos

Os escravos no Brasil enfrentavam problemas diversificados tais como: os grilhões, as pesadas penas punitivas¹ e o serviço desumano. Diante desses problemas, os que conseguiam escapar do cativeiro fugiam em busca de proteção física, segurança para os familiares, igualdade social, liberdade e acesso as suas tradições, mas enfrentavam outro problema, os capitães do mato². Qual era a solução para todos os problemas? Formar quilombos, sendo eles construídos em locais não tão perto da civilização, mas não tão distantes para obterem a logística necessária à sobrevivência.

Quilombo na língua Congo (África) entende-se por ser o lugar para estar com Deus, na língua Banto (África) significa habitação, acampamento, floresta e guerreiro, para o homem branco significava rebeldia e crime.

A fuga dos escravos era sinônimo de quilombo, motivo pelo qual o Campo Grande e a Nova Lorena Diamantina eram mobilizados de negros aquilombados. A saber, o mais importante quilombo de Minas Gerais foi o Quilombo do Ambrósio, localizado ao longo da Serra da Saudade, composto por vários núcleos quilombolas.

Os quilombos existiram em grande número no Brasil, e principalmente na Nova Lorena Diamantina e Campo Grande, eles foram responsáveis por preservar a essência da cultura, tradições e costumes do povo africano. O Quilombo reconstruiu como era a vida dos africanos, nesses lugares era possível praticar livremente a agricultura, religião, artesanato, linguagem, culinária e lutas. Para nós brasileiros, o negro é a principal referência étnica e cultural brasileira. O Brasil é a

¹ Somente com a promulgação da primeira Constituição brasileira, de 25 de março de 1824, que aboliu as formas cruéis de castigo, inclusive para escravos.

² Era o chefe de um grupo armado que tinha como função, matar e capturar índios, negros fugitivos e clandestinos garimpeiros, a remuneração vinha da Coroa Portuguesa pelos trabalhos executados. Esse grupo tinha a seguinte hierarquia: Capitão mor do mato, Sargento mor do mato, Capitão-do-mato, Cabo do mato e Soldado do mato. O Cargo de Capitão do Mato foi criado no ano de 1722.

segunda maior nação de povos de matiz africana do planeta, sendo a primeira a Nigéria. Em Minas Gerais, no século XIX, era a Província brasileira com maior população negra, o número de escravos superava o número de pessoas brancas. Em 1845 a população "brasileira" era de 7,2 milhões pessoas, 3,1 milhões eram escravas, 1,3 milhões negras e mestiças livres e 2,1 milhões brancas.

Outro fator que contribuiu para a formação dos quilombos foi o garimpo clandestino, que viabilizava a aquisição de dinheiro para a compra da alforria de escravos, armas e outros materiais necessários na sobrevivência da comunidade quilombola. O produto oriundo do garimpo, ouro ou diamante, era um forte instrumento de barganha no comércio legal ou no clandestino, esses fatos alimentavam a existência dos quilombos.

Os quilombos não eram uma ilha, eles operavam em rede de informações, comércio e proteção, estavam ligados a pessoas nas vilas/cidades e funcionários da Coroa, inclusive de militares. Aos olhos da Coroa Portuguesa era o crime organizado colonial em operação, quilombolas e traficantes em ação contra a lei da Coroa Portuguesa, colocando os diamantes e ouro em circulação, proveniente de forma clandestina, em prejuízo para o erário português.

Quando a Milícia ou Capitães do mato encontravam um negro garimpando clandestinamente, este era preso e entregue a Real Fazenda da Coroa Portuguesa, para que ele fosse leiloado em praça pública, esta medida visava a não garimpagem clandestina, fosse ela praticada pelos quilombolas/negros fugitivos ou pelo homem branco que colocavam seus escravos a trabalharem no garimpo.

Lembremos que por meio da Carta Régia de 1741, o Rei de Portugal determinou que aos escravos fugitivos presos fossem marcados com ferro quente com a seguinte inscrição: "F" que significava fugitivo e esta marca era estampada nas costas do negro fugitivo.

Finalizando, o negro que fugisse pela segunda vez, de acordo com o mesmo documento, tinha suas orelhas decepadas.

Cabe ressaltar que somente em 1988, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que as autoridades brasileiras reconheceram a existência das comunidades quilombolas. Até então essas comunidades, cujos antepassados ajudaram a construir o Brasil estavam no limbo do esquecimento.

2.3 - Quilombos na Nova Lorena Diamantina e Campo Grande

O Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião – Inácio Correia Pamplona (1784) foi confeccionado de cabeça para baixo, ou seja, com o Norte invertido propositalmente para confundir o leigo leitor, o que aconteceu com muitos pesquisadores que utilizaram esse mapa anteriormente. Ele apresenta uma série de quilombos destruídos por essa Legião acima descrita, a Legião foi criada a mando de Luiz da Cunha Menezes, que tinha a seguinte composição: um Regimento de Cavalaria e outro de Infantaria e 14 Esquadras do Mato. Esse aparato militar destruiu sete quilombos na Nova Lorena Diamantina e Campo Grande, sendo este último lugar o que abrigava o maior número de quilombos. A última metade do século XVIII assistiu a carnificina praticada por esses militares sobre os quilombolas os quais estavam apenas lutando pela vida em liberdade, em razão do cansaço dos chicotes, pesados serviços e grilhões impostos pelo “civilizado homem branco”.

O Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona era um português com o cargo de contratador, pessoa responsável por fazer a coleta dos dízimos dos fiéis católicos para o Vaticano. O Governador Luís Diogo lhe concedeu o posto de Mestre de Campo e ao mesmo tempo lhe enviou para dizimar os índios e os quilombolas na Nova Lorena Diamantina e parte do Campo Grande, sobretudo destroçou parte dos famosos índios Araxás, destruiu quilombos, capturou índios e levantou capelas para o Vaticano (CORREA L. 1993. p. 15).

Assim foi acontecendo o surgimento e desaparecimento de vários quilombos na Nova Lorena Diamantina, parte da região que outrora estava sob o comando do Quartel Geral foi sendo transformada e adaptada para o homem branco fazer a exploração em todos os níveis.

É Fiúza (1988, p. 123; 2003 p. 82-89) que afirma:

O quilombo do Ambrósio iniciou-se por volta de 1720 e durou até a data de 1760, na Serra da Saudade, o qual era disposto em organização comunitária, ou seja, cada componente desempenhava sua função conforme suas capacidades laborais.

A RAPM Vol IX (1904, p. 835) relata a administração de Ambrósio sobre seus quilombos.

Todos trabalhavam com a igualdade para o centro, tanto ganhando o chefe, como qualquer trabalhador; obediência cega ao chefe que tinha o direito de vida ou de morte, o maior respeito possível para com as mulheres; casamento geral e obrigatório para os homens, para todos os rapazes, logo que se tornassem púberes, não podendo moça alguma casar-se antes dos dezesseis anos completos; castigo imediato para os criminosos, que eram processados sumariamente.

Ambrósio notadamente causava medo no homem branco, pois o quilombo era crescente e organizado como um Estado em pequenas proporções. Não raro era conhecido ou nominado como rei Ambrósio, indicando que este título fora oriundo da savana africana, terra de sua origem.

O quilombo do Ambrósio sofreu várias investidas por parte dos Capitães-do-mato, em razão do seu tamanho. Esse quilombo está registrado no Mapa abaixo descrito, o qual se encontrava próximo do Núcleo Religioso de número 43, não distante das margens do rio de Santa Tereza e do rio Das Onze Mil Virgens (MAPAS REGIONAIS Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignacio Correya Pamplona, Regente Chefe da Legião, – ca. 1784).

Um quilombo da proporção como era o do Ambrósio, não era ligeiro quando executava fuga, portanto, em uma determinada batalha, culminou com a captura de vários de seus integrantes, já os quilombos menores possuíam uma mobilidade maior na debandada; salvando-se de quase todos os ataques, o tamanho do quilombo influenciava e fazia parte da defesa.

De acordo com a RAM nº IX (1904, p. 830), D. Pedro I sancionou a Lei de 3 de setembro de 1759, expulsando os padres jesuítas do reino e de todas as possessões portuguesas. Muitos deles bateram em retirada para a Nova Lorena Diamantina, mais precisamente, onde havia vários fugitivos da lei, ou seja, foram parar nos seguintes topônimos: Serra da Mata da Corda, Serra da Canastra e Serra Parida, de sorte que encontraram o Ambrósio, o senhor dos quilombos com aproximadamente 2.000 quilombolas, dentre estes, haviam gentios, escravos fugidos do cativo e brancos foragidos da justiça. Os quilombos contavam com unidades defensivas, de reconhecimentos e logísticas espalhadas na região adjacente, estendendo por grande parte da área diamantífera, os quilombolas eram os negros fugitivos dos grilhões, da fome, das chibatas e da morte. Estes fatos aconteciam sob a tutela da igreja, pois, mesmo a igreja não sendo escravocrata declarada, ela permitia e também possuía seus escravos, conforme consta no apêndice deste livro.

Segundo Correa L. (1993, p. 25) no ano de 1746, um dos núcleos do quilombo Ambrosiano (Cristais) foi atacado pelo Capitão-do-Mato Manoel de Souza Portugal, cuja batalha durou por volta de sete horas, terminando com mais de 120 presos entre mulheres e crianças.

No ano de 1759 a tropa comandada pelo Bartolomeu Bueno do Prado invadiu um quilombo para destruir um dos núcleos do Quilombo do Ambrósio (Ibiá/Campos Altos-MG). A tropa atacante era de infantaria com 400 combatentes, sendo as companhias com 44 soldados cada, comandada por um Capitão do mato.

Registro de huma carta que escreveu o senhor José Antonio Freire de Andrade governador destas Minas aos officiaes da camara desta Villa do Príncipe e seu termo cuja he da forma e maneira seguinte:

O capitam Bertolomeu Bueno do Prado que vai em quatro mezes sahio desta villa com hum corpo de quatrocentos homens em direitura ao quilombo do campo grande me

deu parte que avendo dado em hum quilombo em dezeseis de setembro em hum citio chamado o Andaial aonde matou vinte e cinco negros e prendeu vinte e continuando a sua Jornada para a cerca da Marcella atacou outro quilombo aonde os que se puderam contar foram quarenta e nove o numero dos presos athe agora me parece não pasa de se senta o que participo a Vosas Mercedes para que fiquem a inteligencia do que rezultado desta deligencia para que vosas merces concorrerão com tanto zello Deus guarde a vosas merces Sam João de El Rey desassete de outubro de mil setecentos e cincoenta e nove. (Archivo da Camara Municipal da Villa do Principe hoje cidade do serro, APM Vol VIII p. 383 a 384; e F1 185 V.s do Livro 2º Registro de Cartas, Ordens e Bandos).

Os quilombolas rudemente armados foram massacrados de forma covarde, sob o ferro e fogo, com a experiente manabilidade do Capitão do Mato e com o interesse maior da pecúnia e fama. A pecúnia seria o "Tesouro de Ambrósio", pois, este povo já trabalhava na Calha Indaiana com a função de catapedra³ de diamantes nas barrancas dos rios diamantíferos desde a década de 1720. O segundo interesse era o de se tornar um "empresário da captura" mais capaz e respeitado dentre os contratados pela Coroa, ledo engano, sendo que o primeiro interesse não se realizou, pois o "Tesouro de Ambrósio" não foi encontrado e nem tampouco o segundo, pois, o resultado da captura não pagou as despesas, permanecendo o ônus para a contratante.

Cessado o sangrento e desleal combate, alguns conseguiram enveredar-se no vasto Campo Grande e salvar suas vidas e assim o quilombo volta a reagrupar e reorganizar na mesma área que atuava antes. As tropas não cessaram o trabalho e quilombo a quilombo todos foram destruídos: Quilombo da Mata da Chapada de número 30, outros sem nomeações de números 31, 32, 36, 37 e 38. Quilombos destruídos pelos Baianos de números 33, 34 e 39; Quilombo do

3 Atividade que mais tarde passou a ser conhecida como garimpeiro.

Andaial de número 35, Quilombo de número 42 na serra da Marcela. Quilombo do Ambrósio de número 43, etc. E assim quase todos os quilombos da Nova Lorena Diamantina foram sendo dizimados (MAPAS REGIONAIS Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignacio Correya Pamplona, Regente Chefe da Legião, - ca. 1784).

De acordo com a Revista Especial Nr 06 do Departamento de História da FAFICH/UFMG - Escravidão (1988), nos dois quilombos destruídos em 1759 por Bartolomeu Bueno do Prado, no Campo Grande, foi encontrado mantimentos e grandes roçarias para o ano futuro, certamente um dos núcleos do Quilombo do Ambrósio. Tal fato fornece provas de que determinados quilombos estavam muito bem estruturados e em atividade por longo período.

Bartolomeu Bueno do Prado, por ocasião da destruição de um dos quilombos no Campo Grande no ano de 1759, capturou adolescentes de aproximadamente 12 anos de idade, sendo estes nascidos no quilombo. Esse episódio demonstra o quão antigo eram os quilombos nas cercanias da Serra da Saudade (SCAPM CÓDICE 123, p. 130v e 131).

O caçador de quilombolas Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona, que capturou centenas de quilombolas na Nova Lorena Diamantina e Campo Grande, no final de uma das suas empreitadas voltou para Vila Rica com dezenas de presos negros e vários de pares de orelhas, para receber o devido valor em dinheiro, pago pela Coroa Portuguesa, por ter matado escravos fugitivos. Atacou também os índios Caiapós na região de Bambuí e serra da Marcela, ocorrido no ano de 1769 (BARBOSA, 1971).

Na região da Nova Lorena Diamantina e Campo Grande havia 30 Núcleos Religiosos, conforme consta no documento abaixo. O mais interessante é que os 13 quilombos destruídos pelo Inácio Correia Pamplona estavam situados próximos aos Núcleos Religiosos, embora estejam numerados, eles não obedecem a uma sequência nu-

mérica lógica, sendo esses com numerações aleatórias distribuídas no mapa o que evidencia que foram numerados de acordo com a criação desses prédios. O quilombo Ambrósio estava próximo a um Núcleo Religioso (BARBOSA, 1971); (MAPAS REGIONAIS Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignacio Correya Pamplona, Regente Chefe da Legião, - ca. 1784).

Os quilombos se multiplicaram na Nova Lorena Diamantina em razão de ser uma vasta região que sofria a dificuldade de policiamento, a abundância de pedras preciosas e ouro, a localização geográfica que facilitava o esconderijo nas serranias e, ao mesmo tempo, para se posicionar próximo das picadas ou caminhos oficiais para Paracatu e Goiás, além da propaganda realizada pelos quilombolas aos negros cativos que estavam no trabalho forçado, de que o quilombo era uma excelente alternativa de vida para as famílias que cresciam no decorrer dos anos.

Conforme a RAPM Volume VII (1902, p. 710) O Capitão Inácio de Oliveira Campos, marido de Joaquina do Pompéu⁴, destruiu um grande quilombo de negros fugidos nas matas da Serra Negra, apanhou mais de 50 negros entre eles muitos crioulos, os quais remeteu a seus senhores no Arraial de Paracatu.

Segundo (Fiúza 2003 p. 218) O Capitão Inácio de Oliveira Campos, Capitão-do-mato do Pompéu, atacou garimpos na Nova Lorena Diamantina, inclusive um deles pertencentes ao José de Sousa Coelho, todos foram saqueados e destruídos.

O Capitão Inácio deixou vários descendentes e muitos deles habitam ainda em Quartel Geral-MG, Marcilene Campos Abreu Costa (4ª geração) tem a posse de uma joia confeccionada em ouro amarelo, sendo um anel que se abre em três anéis, dois destes trazem dois corações, simbolizando o amor. Quando estes dois anéis se cru-

4 Cujo nome verdadeiro era: Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos. (Jornal Hoje em Dia, 2002, p. 01).

zam fechando, mostram uma figura de duas mãos se encontrando, significando a amizade, o compromisso e a benção de Deus e os três juntos simbolizam a Santíssima Trindade. Foi nesta perspectiva que foi confeccionada esta joia, ou seja, foi o que ela "Joaquina de Pompéu" recebeu de seu noivo como presente, a união de dois corações de duas pessoas que andaram de mãos dadas sobre a proteção do Divino.

2.4 - Quilombo da Pedra Menina

Próximo ao Morro Pedra Menina foi identificada por este autor, a existência de uma sede de Quilombo na cabeceira do córrego que faz divisa entre o Município de Quartel Geral-MG e Cedro do Abaeté-MG. Pedra Menina é o morro que faz frente para a baixa depressão SanFranciscana, direção da qual se aproximavam as patrulhas e as comitivas originárias do Quartel Geral, utilizando os Caminhos do Indaiá. Esse morro compunha a complexa rede de informação audiovisual daquela época, por se tratar de um dos pontos mais elevado da região, utilizado pelos observadores. Pedra Menina possui várias ravinas e talwegues ao seu redor, ou seja, a rede hídrica local é do tipo radial, o que dificultava sobremaneira a aproximação inimiga de modo rápido a surpreender este quilombo.

Ao longo da nascente que medeia a Pedra Menina e a nascente do córrego Caeté, divisa do Município de Quartel Geral-MG e Cedro do Abaeté-MG, foram identificados fragmentos de cerâmica confeccionada de barro cozido em fogo lento, evidenciando que havia naquela área uma cozinha comunitária. A cerâmica fazia parte da mobília dos quilombolas, servia para preparar as refeições da comunidade. O artefato servia também como depósito de água além de ser utilizada para realizar a guarda de carnes embebidas na gordura do próprio animal abatido, prolongando a validade do alimento.

Cabe lembrar que as plantações eram relegadas às mulheres e crianças, enquanto os homens cumpriam atividades de garimpo, caça, pesca e instruções específicas de luta para defender o quilombo.

Essa área adjacente ao Morro Pedra Menina necessita de uma pesquisa mais detalhada para que possam ser inventariados os bens remanescentes dos quilombolas, com realização de escavações para trazer à tona toda a história do Quilombo Pedra Menina.

O local que fora ocupado pelos quilombolas fica aproximadamente a 200 metros a Sudoeste do Morro Pedra Menina, nas Coordenadas 19° 12' 10.6" de latitude Sul e 045° 42' 51.1" de longitude Oeste. O quilombo foi construído em um local que atendia às várias necessidades dos quilombolas.



Foto do Morro Pedra Menina (2008) - Quilombo Pedra Menina.
Fonte: Valter Magalhães Pinto

O quilombo da Pedra Menina possuía valor estratégico na posição que ocupava, tinha o domínio da observação de toda a frente, em razão de contar com o ponto dominante, sem qualquer obstáculo visual que impedisse observar. O quilombo era protegido por diversas ravinas, impedindo que o inimigo mantivesse o impulso do ataque. E nesse local poderia ser duramente combatido, além do mais, essas ravinas eram reforçadas com obstáculos artificiais, as famosas paliçadas e fossos, confeccionados de bambu, madeiras, pedras e ao mesmo tempo reforçados com a utilização do fogo, flechas, chuços e algumas armas de fogo.

O quilombo tinha como segurança passiva o serviço de espia que era executado no topo da Pedra Menina. Esse Morro favorecia a

vigilância constante, ou seja, cada morador era um vigia em potencial, uma mulher, um velho e até mesmo uma criança poderiam auxiliar na constante vigilância. Uma vez rompida a segurança passiva, ou seja, quando era avistado o movimento do inimigo, os quilombolas facilmente bateriam em fuga sem ser presos. Essa área de defesa possui rotas de fuga com itinerários desenhados semelhantes a complexos labirintos⁵, o que favorecia aqueles que batiam em retirada, principalmente se ocorresse com pouca ou nenhuma luminosidade.

No ataque ao Quilombo da Pedra Menina, ordenado pelo capitão João Duarte de Faria, em 1768, foram mortos dois quilombolas, 'amarraram-se dez e uma cria. A expedição que destruiu este quilombo, 'deu repentinamente com o quilombo de dia e, estava cercado com um valo falso cheio de estrepes aonde caíram sete soldados e se maltrataram, suposto não houve morte, serviu de desordem para melhor poderem fugir os negros (REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FAFICH/UFMG 1988, P. 34-36).

O Quilombo da Pedra Menina possuía valor logístico: a proximidade da água, terras férteis para o plantio e pecuária, sortidas redes hídricas usadas para as pescarias, campos e matas virgens para as caçadas, e a proximidade do rio diamantífero.

Nesse Quilombo havia uma considerável quantidade de negros, portanto, a fazenda que hoje se encontra na cercania da Pedra Menina, leva o nome de fazenda da Mata Preta, lembrando a negritude humana que existia naquela época nas matas da redondeza da Pedra Menina.

Quartel Geral-MG e Cedro do Abaeté-MG compartilham uma área geográfica onde fora instalado um quilombo, o QUILOMBO DA PEDRA MENINA, que foi próspero e terminou os seus dias como os outros na região, destruído pelos Capitães do mató. Esses municípios são guardiões da história da Nova Lorena Diaman-

⁵ Ravinas, socavões, córregos, elevações íngremes e capoeiras.

tina e possuem uma valiosa relíquia histórica e cultural. Nós temos um patrimônio cultural e histórico em comum. Esse lugar deve ser inventariado, tombado e preservado pelos setores competentes.

2.5 - *Remanescentes Quilombolas em Quartel Geral-MG*

Os quilombolas e escravos da região da Nova Lorena Diamantina, após a abolição da escravidão, ocorrida no dia 13 de maio de 1888, começaram a procurar pelos recursos logísticos nas cidades e fixarem residências. Outros poucos ex-escravos permaneceram nas residências das grandes fazendas em razão do bom relacionamento com o homem branco.

Na cidade de Quartel Geral-MG foi fundado um núcleo de ex-quilombolas, ex-escravos e escravos libertos. Esse núcleo foi asentado na margem esquerda do córrego Cafanjo, um dos afluentes do ribeirão Pari (Parizinho). Naquela época ficava fora da mancha urbana do Arraial do Espírito Santo do Quartel Geral. Ocuparam o lugar em razão de estarem próximo à Fonte de água, próximos à Estrada que se dirigia(ge) para os Caminhos do Indaiá, além de manter determinada distância da comunidade branca.

De acordo com a história oral do Município de Quartel Geral-MG, em conjunto com a história oral dos próprios remanescentes Quilombolas, são unânimes em descreverem a criação do núcleo remanescente Quilombolas de Quartel Geral. Assim também são contadas as histórias de quando seus ancestrais foram escravos e fugitivos aquilombados nas matas Indaianas.

Hoje o Núcleo dos remanescentes Quilombolas é conhecido pela população quartelense como Cabeceira do Brejo, bem que este bairro merecia ser chamado de bairro do Quilombo. Eles se consideram como uma só família, sendo difícil o branco casar com algum membro da família, ou seja, eles casam entre si, andam sempre em grupos e se mantêm unidos em qualquer atividade que se façam presentes, seja no colégio, no trabalho ou festividades. Suas propriedades residenciais, praticamente não possuem separações, cercamentos ou obstáculos. Eles vivem em um sistema de comunidade, como vivem

as comunidades tribais D'África. Pode-se afirmar que esta comunidade é o resumo de parte do Continente Africano, um fragmento D'África em Quartel Geral-MG.

Esses Afro-descendentes são os guardiões das folias, dos Ternos Dançantes das festas do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário, que acontecem em Quartel Geral-MG, trazidos da Costa Africana, moçambiquenses, congueses e nigerianos que ali permanecem na Cabeceira do Brejo. Eles são destaques na região por lutarem pela manutenção de suas tradições, patrimônio e testemunho da resistência do negro que tanto sofreu em razão da opressão do branco, os quais mantiveram por anos a fio os costumes, a cultura e as tradições africanas, vivendo no mesmo lugar do primitivo núcleo dos ex-escravos e quilombolas.

Esses remanescentes quilombolas merecem ser inventariados cultural e historicamente pelo órgão competente. Eles são a prova do que aconteceu nos quilombos da Nova Lorena Diamantina e Campo Grande, para não serem esquecidos assim como ficaram por muitos anos esses irmãos de cor. Cabeceira do Brejo, tu és o reduto dos remanescentes quilombolas que habitavam a Nova Lorena Diamantina!

CAPÍTULO 3
TIRADENTES
E
QUARTEL GERAL

3.1 - Vida, Trabalho e Morte de Tiradentes

No dia 12 de novembro do ano de 1746, nasce no sítio do Pombal, às margens do rio Das Mortes, Termo da Vila de São João del-Rei, (hoje Tiradentes) na Capitania de Minas Gerais, Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes, o quarto de sete filhos. Aos nove anos de idade morre sua mãe, Antônia da Encarnação Xavier e aos 11 anos de idade morre seu pai, Domingos da Silva Santos. Tiradentes passa a ser educado por seu padrinho, com quem aprende o ofício de arrancar dentes e fazer curativos. Além desse trabalho também executava transporte de mercadorias entre o Rio de Janeiro e Bahia.

Para que haja melhor entendimento sobre a carreira militar de Tiradentes e a tropa que atuava em Minas Gerais, é necessário entender um breve histórico do embrionário militarismo no Brasil Colônia, o qual teve estreita ligação com a Nova Lorena Diamantina, uma vez que havia nesse local diversos quartéis da Milícia e militares realizando a fiscalização da “Terra Proibida”.

O militarismo no Brasil quando estava iniciando seus primeiros passos, era assim organizado: Ordenanças¹, Milícias, e Tropas de Linha². Para a formação das Milícias, os postos de soldados, graduados e os primeiros postos do oficialato, eram recrutados entre a população colonial, para o preenchimento do quadro de oficiais superiores e generais só concorriam os portugueses, sendo proibido aos brasileiros de ocuparem este quadro. Era uma medida de segurança para a Coroa Portuguesa. A Milícia era força auxiliar da Tropa de Linha e era a evolução das Ordenanças. Quanto às Ordenanças, era o serviço obrigatório entre os homens, os componentes desenvolviam suas atividades cotidianas, eram convocados para defender o territó-

1 Eram compostas por pessoas recrutadas, e presididas por capitães-mores, juizes e prefeitos que eram os comandantes. Estavam excluídos do recrutamento os menores de 18 e os maiores de 60 anos, os padres e os juizes. Tinham como objetivo manter a ordem pública.

2 As Tropas de Linha era o Exército de hoje, era a força regular e paga a serviço dos interesses da Metrópole.

rio colonial numa iminência de ataque estrangeiro, momento em que se armavam e equipavam-se por conta própria. Essa tropa era composta de Terços, cada Terço sob o comando de um mestre de campo. O terço correspondia a um regimento, cada regimento compunha-se de dez Companhias, tendo cada uma um capitão, um alferes, um sargento, quatro cabos e soldados. A Companhia era dividida em quatro esquadras de 25 homens. As Tropas de Linha vinham formadas da Europa, composta conforme a missão a desempenhar no Brasil (FELISBERTO, 1989).

Em razão da descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais e vários conflitos internos, o rei de Portugal, D. João V, fez partir para o Brasil um contingente de Dragões, constituídos de duas companhias para reprimir os conflitos e garantir a arrecadação do quinto. A primeira companhia tinha um efetivo de setenta e dois Dragões e a segunda, com sessenta e cinco Dragões.

Nove anos depois, uma terceira companhia, com oitenta e cinco Dragões juntou-se às primeiras fileiras, sendo todas dissolvidas por questões logísticas no ano de 1775. No mesmo ano, as três companhias foram substituídas criando-se o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, a primeira tropa paga pela Capitania de Minas e integrada por mineiros. Esta foi formada com oito companhias, seiscentos homens compunham a corporação, sendo 30 oficiais, 28 combatentes, um padre e um oficial médico, quinhentos e setenta praças entre sargentos³, furriéis⁴, cabos⁵, anseçadas⁶ e soldados⁷. Ti-

3 Do latim “servientes armorum”, serventes de armas, escudeiros ou cavaleiros de categoria inferior que, nos Exércitos medievais, serviam a pé ou a cavalo, como voluntários. No século XVI, criou-se o posto de sargento de batalha. Depois foi criado o posto de sargento-major ou sargento-mor (BENTO, 2000).

4 Também se diz forriél, do francês “fourrier, de fourrage” forragem. O encarregado da forragem nos antigos Esquadrões de Cavalaria (BENTO, 2000).

5 Do latim “caput”, cabeça, chefe (BENTO, 2000).

6 Do italiano “lança zpezzata” lança quebrada. O Posto data do Século XVI. O soldado de cavalaria degradado para a infantaria por qualquer motivo tinha sua lança quebrada, mas como era de categoria superior, continuava a ter situação distinta do comum das Praças da Arma em que era obrigado a servir. Em Portugal e no Brasil, este não fazia faxina, somente dava sentinela das Armas e nunca sentinela encoberta, substituindo o cabo nos seus impedimentos. A República conservou a graduação por algum tempo e, depois, foi abolida definitivamente.

7 De “assoldado”, aquele que recebe soldo (BENTO, 2000).

radentes que já era sargento no Esquadrão de Guarda dos Vice-Reis no Rio de Janeiro foi incluído na Sexta Companhia, no posto de alferes⁸, isto aconteceu no dia 1º de dezembro de 1775. Nos anos de 1780 e 1781 Tiradentes comanda o Quartel Geral de Sete Lagoas, assinando documentos, onde estes estão arquivados como Coleção da Casa dos Contos, Arquivo Nacional, sob o registro de nº 28 e 29, Cód. 226, fl 35-50v do APM (BARBOSA, 1971); (FELISBERTO, 1989).

Em 1780, Tiradentes em suas viagens pelo Norte da Capitania, mais precisamente na cidade de Todos os Santos, inicia-se na maçonaria, onde desta fazia parte vários padres, funcionários públicos, nobres e pessoas endinheiradas.

De acordo com a RAM Volume XV (1910 p. 40) a inconfidência fora dirigida pela maçonaria e que além do Tiradentes, quase todos os conjurados eram pedreiros livres. Por ocasião da remoção de Tiradentes da Bahia, este trazia instruções secretas da maçonaria para os patriotas de Minas. Tiradentes começou com seus ideais políticos em seu espírito, após fazer parte da maçonaria.

Deu-se nesta cidade (Tiradentes) um facto, digno de registro histórico, na epocha da Inconfidência Mineira, governando o Conde de Barbacena era Vigário desta Freguesia o Paulista Padre Carlos Toledo, que morava em uma grande casa de sua propriedade, ainda hoje bem conservada e pertencente a um particular.

Nessa casa celebravam-se várias sessões secretas com o fim de concertar-se o meio mais eficaz para, segundo a história proclamar-se a República em Minas, sendo criado capital (...).

A essas sessões assistia Tiradentes, que residia, em sua fazenda da Várzea do Marçal. Descoberta a conjuração,

⁸ Oficial que, outrora, levava a bandeira, a "alférema", alferes-mor, o oficial que conduzia a insígnia do Rei. Do latim "aquilla feris", o porta águia das Legiões Romanas, ou do árabe "alfaris", o porta-estandarte. É provável que, pela influência bizantina, a expressão romana tenha passado para os conquistadores muçulmanos da Península Ibérica, dos quais a herdaram os espanhóis e portugueses. Extinto em 1918 (BENTO, 2000).

pela denuncia dada pelo traidor Coronel Joaquim Silverio dos Reis, (...). É tradicional que, na casa, cujo tecto conserva ainda as pinturas primitivas constantes de lindos arabiscos, existia um altar erigido na sala do lado ocidental do prédio (destinado para officios religiosos) junto ao qual os conjurados que alhi se reuniam, juraram fidelidade à idéia por elles abraçada. É também tradicional que as actas das sessões e outros documentos importantes sobre a conjuração foram atiradas ao fogo, mal constara a descoberta da conjuração (RAPM Volume IV 1900 p. 94).

No ano de 1788 em Minas Gerais, Tiradentes e os conjurados reúnem-se na casa de campo, Chácara Cruzeiro, do Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade para discutirem as ideias. Além da separação de Portugal, os inconfidentes almejavam a separação entre a Igreja e o Estado, a instituição de uma República e a criação de uma casa de moeda, de fábricas, de escolas, de universidades e de hospitais, enfim, os planos revolucionários.

Em 10 de maio do ano de 1789 Tiradentes é preso no Rio de Janeiro e durante interrogatório Tiradentes declara solteiro, que possui quarenta e um anos de idade e confessa a conspiração e assume toda a responsabilidade, após 11 interrogatórios e várias acaresações. Após quase 3 anos de processos com duas devassas⁹, uma no Rio de Janeiro e outra em Minas. No dia 21 de outubro de 1791 concluem-se os interrogatórios. No dia 18 de abril de 1792 é lida a sentença condenatória de Tiradentes e no dia 21 de abril Tiradentes foi enforcado na cidade do Rio de Janeiro, seu corpo esquartejado, salgado e colocado em pontos estratégicos no Caminho Novo. Um dos membros foi colocado num poste na localidade de Cebolas, hoje Inconfidência, Distrito de Paraíba do Sul-RJ, outro no Sítio da Varginha, município de Conselheiro Lafaiete-MG, um terceiro em Borda do Campo, próximo a Barbacena-MG, mas o local exato não

⁹ Inquéritos, nesse caso figuravam 29 réus pronunciados.

é conhecido, também não é conhecido onde ficou o último membro. No dia 22 de abril do mesmo ano a cabeça fora conduzida para Vila Rica, colocada dentro de uma gaiola e hasteada no poste em frente ao Palácio dos Governadores (CORRÊA V., S/D).

Assim rezava a sentença de Tiradentes.

(...) seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica onde no lugar de mais público será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e Cebolas, onde o réu teve a suas infames práticas e os mais nos sítios de maiores povoação, até que o tempo também os conata, declaro o réu infame, e seus filhos e netos tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que viviam e Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo própria será avaliada e paga ao seu dono pelos bens confiscados e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu; (...) (Jornal do Grupo Inconfidência, Nr 125- Abril 2008, p. 30).

Portanto, as partes do corpo de Tiradentes não eram para serem removidos, ou seja, a ordem expressa da Coroa Portuguesa era: não remover a cabeça antes que o tempo a consumisse (CORRÊA V., S/D).

Tiradentes era militar de porte alto magro, com barbas grossas e grandes, que cresceram durante quase três anos, e que durante esse tempo não foi cortada. Subiu ao patíbulo de 24 degraus, vestido do longo camisolão, que eram obrigados a usarem aqueles que iriam morrer no patíbulo, de mãos algemadas e segurando o crucifixo (CORRÊA V., S/D).

Pode-se afirmar que a condenação cruel não lhe deu o direito à sepultura, e há grande evidência que diante desta situação a cabeça

do Tiradentes foi removida por pessoas vinculadas a ele, a maçonaria, para prestar a última homenagem ao irmão, o enterro, mesmo que fosse somente do membro superior.

A cabeça de Tiradentes, a qual estava exposta dentro de uma gaiola de ferro dependurada em poste em frente ao Palácio dos Governadores, em Vila Rica foi retirada 13 meses após a sua morte, no ano de 1793. Uma decisão tomada pela Loja Maçônica *Libertas Quae Sera Tamen*, com o intuito de realizar um enterro no modelo cristão. A arriscada operação foi realizada pelo Cônego Francisco de Assis Garcia (maçom). O Cônego também tinha o objetivo de aproximar-se da mãe do filho de Tiradentes – Eugênia –, por quem Cônego Assis tinha interesse, além de dar o destino para a cabeça do Tiradentes. Foi no início do mês de agosto do ano de 1793, o Cônego Francisco de Assis Garcia, Eugenia Joaquina da Silva¹⁰ e João de Almeida Beltrão, filho de Tiradentes, saíram de Vila Rica em direção a Quartel Geral. O nome do menino foi trocado para fugir da condenação hereditária, prevista na sentença condenatória de Tiradentes, “rebatizado” passou a usar o emprestado de João de Almeida Beltrão, da mesma maneira Eugênia usou o nome falso de Eugênia Maria de Jesus. Junto aos viajantes estava a cabeça do Tiradentes dentro de um odre de vinho. Os aventureiros chegaram em Pitangui no final do mês de setembro, partindo dali na primeira quinzena do mês de janeiro do ano de 1794. Chegando em Quartel Geral, dirigiram-se para a fazenda do Santiago localizada nas margens da lagoa do outro lado em relação ao Quartel Geral, local onde se encontrava um cemitério de garimpeiros e neste foi enterrada a cabeça do Tiradentes. (FIÚZA, 2003 e 2006).

¹⁰ Teria nascido em Vila Rica, vindo morar em Quartel Geral até a morte de seu amásio Cônego Francisco Assis Garcia e a morte do filho João de Almeida Beltrão depois mudou-se para Dolores do Indaiá, vindo a falecer em Dolores do Indaiá, (FIÚZA, 2003, p. 126).

3.2 - Descendentes de Tiradentes

Após a morte por enforcamento do Inconfidente, Eugênia refugiou-se na fazenda Santiago, tornando-se companheira do Cônego Francisco de Assis Garcia. Destarte, protegeu a descendência do Mártir Inconfidente, sua coragem abnegada preservou em segredo a verdadeira paternidade de seu filho, em virtude da sentença condenatória a Tiradentes e a seus descendentes. Mais tarde, seguindo a mesma carreira que seu pai exercera, João de Almeida Beltrão entrou para a Milícia em Vila Rica e foi destacado para servir no Forte Militar de Quartel Geral do Rio Indaiá, o qual ocupou o posto de Cabo Comandante do Destacamento desse local. Posteriormente casou-se com Maria Francisca da Silva, filha de um fazendeiro da região, tornando-se latifundiário, Quartel Geral viu crescer e florir o sangue de Tiradentes. João de Almeida Beltrão veio a falecer com aproximadamente 50 anos de idade em Quartel Geral (RAPM Vol IX p. 335-336).

João de Almeida Beltrão deixa uma prole com nove filhos, além de sua mãe que morreu mais tarde, na fazenda denominada Coqueiros no município adjacente a Quartel Geral-MG, Dolores do Indaiá-MG. Hoje ainda resta um galho da árvore genealógica de Tiradentes em Dolores do Indaiá (CORRÊA, 1948).

EUGÊNIA JOAQUINA DA SILVA e o seu filho JOÃO DE ALMEIDA BELTRÃO foram duas pessoas corajosas, de grande envergadura moral e social, em enfrentar a situação de ter seu namorado morto e esquartejado e criar seu filho às escondidas da perseguição social e judicial.

Razões sobejas tinha Eugênia de passar dias cheios de ansiedade e pavor, não fosse ser descoberta a paternidade do filho. Coando no coração, uma a uma, grandes mágoas, tinha que guardar rigoroso sigilo, mercê da caça contínua a todos os parentes do mártir da Independência (...) (...) Um dia hão de ser evocadas as horas de angústia inquietação, de travor e

sofrimentos, ecoadas à margem da lagoa do Quartel Geral do Indaiá, a que Eugênia ia estarecela confiar seu segredo da procedência de um filho que a todo instante lhe ativava a fisionomia do amante nunca esquecido (CORRÊA, 1948, p. 230).

A passagem do filho de Tiradentes e da mãe deste em Quartel Geral inicia-se na Fazenda do Santiago.

A fazenda do Santiago, no Quartel Geral, Município do Pitangui, sobre a margem esquerda do S. Francisco, e a margem norte da Lagoa do Quartel. Foi fundada, em princípios do século XVIII, pelo sertanista Hermones Santiago e tinha cerca de 6.000 alqueires de terrenos cultiváveis, era um vastíssimo latifúndio. Hermones era um foragido da justiça e, por isso, não requereu carta de sesmaria. (FIÚZA, 2006, p. 81).

“Por entrevista feita a Jacyra Braga, trineta de Tiradentes: a mãe de Eugênia tinha uma ferida na perna, Tiradentes era “curandeiro”, então passou a tratar o ferimento da mãe de Eugênia “assim os dois se conheceram, ela quis ser sua escrava como forma de pagamento, mas ele não aceitou a proposta, embora Eugênia fosse muito bonita, clara dos olhos azuis. Passou a viver com ela, no entanto permaneceram juntos somente seis meses. A história é muito importante viu, quando eles mataram o Tiradentes (...) Em Ouro Preto puseram a cabeça dele lá numa gaiola na rua principal (...) Quando foi numa noite escura e chuvosa, o Padre tinha um escravo mudo e surdo, o Padre mandou ele lá e roubou a gaiola, (...) o Padre pois ele arrumou um carro de boi e arrumou cinco barril de vinho pra levar ele para o Quartel Geral, de Ouro Preto pra lá. Dos cinco barris, tinha um com a tinta verde e a cabeça do Tiradentes estava dentro. É que ele veio e Eugênia Também veio com aquelas tordas antigas de couro que faziam nos carros de boi, aí chegou em Quartel Geral enterrou ele encostado na Lagoa”. (Informação verbal)¹¹

¹¹ Entrevista realizada pelo autor no dia 04 de julho de 2005, referente à vida, profissão, morte e descendentes de Tiradentes.

Jacyra Braga foi homenageada diversas vezes pela Loja Maçônica 14 de julho, Nr 1525, por ocasião dos aniversários da morte de seu trisavô, Tiradentes. Foi também homenageada diversas vezes pela Polícia Militar de Minas Gerais, inclusive com a Medalha do Tiradentes.

“Por entrevista feita a Jacyra Braga, trineta de Tiradentes; Tiradentes falava muito bem inglês e francês, porque ele tinha dois irmãos padres, então os padres ensinaram pra ele. Ele era de uma inteligência! Patriota! (...). Ele levava ouro daqui para o Rio e no caminho ele viu um negro amarrado e outro batendo, batendo de chicote, chegou lá bateu bastante no que estava batendo e soltou o negro. O que fez com que cada vez implicavam com ele, ele era muito humano, muito bom. Ele era vivido muito viajado. Ele controlava garimpos e também era maçom”. (Informação verbal)¹²

“Por entrevista feita a Maria Vaz, consanguínea de Tiradentes: o Tiradentes esteve na França, estudou lá, esteve nos Estados Unidos estudando a independência e aprendendo muita coisa. Ele era muito corajoso, muito animado. Os companheiros dele tanto que os incondidentes era gente da alta, desembargadores, médicos, advogados, ele estudou em Coimbra em Portugal”. (Informação verbal)¹³

“Por entrevista feita a Fabio das Graças Oliveira Braga, filho de Jacyra Braga: existe um Decreto Lei 952 de 1969, Decreto assinado pelos 3 Ministros Militares (em virtude da ausência do Presidente da República), dessa época, reconhecendo que Pedro de Almeida Beltrão, Maria e a Zoré, primos de Jacyra Braga, como Trinetos do Tiradentes. Em face do acima exposto eu reivindiquei o mesmo direito junto ao Ministério da Educação e foi negado, ao fundamento de que o João de Almeida Beltrão era filho do cadete¹⁴ José de Almeida

12 Entrevista realizada pelo autor no dia 04 de julho de 2005, referente à vida, profissão, morte e descendentes de Tiradentes.

13 Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de maio de 2005, referente à vida, profissão, morte e descendentes de Tiradentes.

14 Patente que o aluno da Academia Militar possui quando está em formação.

Beltrão, só que a minha mãe relatava de seu avô, o Belchior, que o Tiradentes era credor de 200 mil reis de um jovem cadete chamado José Pereira de Almeida Beltrão, e estando preso e sabendo que a tentativa de libertar o país seria punido com a pena de morte, e de seus descendentes até a terceira geração, então pediu ao cadete que fosse até a igreja do Pilar e lá reconhecesse a paternidade do filho dele que era o João, mediante o perdão da dívida, e os dois Párocos da cidade eram irmãos do Tiradentes e assim, o registro de batismo foi retificado. Esse José Pereira de Almeida Beltrão nunca, jamais teve os relatos históricos da nossa família de que ele tivesse qualquer envolvimento amoroso com a Eugênia; ela então para evitar que descobrissem a fraude, ou seja, que a paternidade do menino não era aquela e sim do Tiradentes, ela mudou-se junto com o tio do Cadete, Joaquim de Almeida Beltrão para a região de Quartel Geral do Indaiá. Após o filho ter crescido, assentou praça na Milícia Mineira. João casou, teve 9 filhos, dentre eles o Belchior que era avô de minha mãe e era o último filho, ele nasceu em 1825 e morreu no ano de 1925, conforme assento de óbito registrado na comarca de Pitangui-MG, lá consta que era analfabeto e declarou particularidade que era neto do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Minha mãe, em 1988, obteve também um reconhecimento Oficial de que ela e a sua irmã Rosa eram trinetas do Tiradentes. Mediante uma Ação Declaratória de Parentesco com Tiradentes, através do Decreto que reconhecia o parentesco como tal, eu provei que eram primos e descendentes da mesma árvore genealógica. A decisão judicial deu o reconhecimento de Jacyra como sendo trineta de Tiradentes, a ilustre descendência. Com direitos a pensão para ela, Rosa Braga, e para o Primo Belchior Beltrão Zica. Jacyra Braga veio a falecer aos 97 anos no dia 26 de janeiro de 2007”. (Informação verbal)¹⁵

Por Lei Nr 4.897 de 09 de dezembro de 1965, do Presidente da República, Tiradentes foi considerado Patrono das Polícias Militares.

15 Entrevista realizada pelo autor no dia 18 de julho de 2009, referente à vida, profissão, morte e descendentes de Tiradentes.

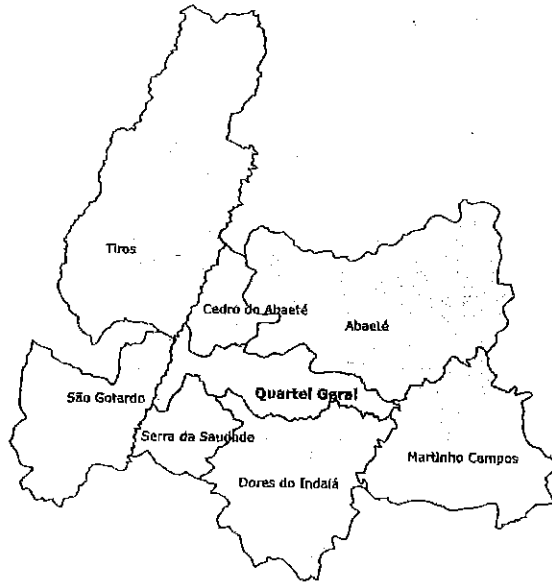
do Brasil, sendo também declarado Patrono Cívico da Nação Brasileira, cujo **DISTINTIVO "TIRADENTES"** encontra-se costurado na manga esquerda das peças de fardamento da Polícia Militar Mineira.

Portanto, Quartel Geral orgulha-se por ter dado guarida para o filho de Tiradentes. Seu sangue foi plantado, germinado e crescido neste local. A árvore genealógica do Mártir Mineiro foi enraizada em terras quartelenses e espalhou galhos além Quartel Geral-MG.

CAPÍTULO 4

QUARTEL GERAL

4.1 - Origens do Primitivo Quartel dos Quartéis



No princípio tudo era uma vasta região, onde índios andavam em suas posses, quando apareceu o negro fugitivo dos malditos ferros, da chibata e da pesada carga laboral impostos pelo homem branco. Esses forasteiros começaram a formação de pequenos agrupamentos no interior das matas, chamados mais tarde de quilombos. A procura dos quilombos veio o homem branco que trouxe a des(construção) da futura Nova Lorena Diamantina, terra protegida pela natureza, localizada entre os rios Indaiá e São Francisco.

Os moradores dos quilombos, os quilombolas, já faziam garimpo na Nova Lorena Diamantina, desde o ano de 1720. O garimpo ocorria de forma artesanal para construir colares e braceletes com intuito de enfeitarem seus corpos e raros utensílios e mais tarde como atividade comercial, os quilombolas eram especialistas na técnica de

encontrar diamantes no rio Indaiá, os quais eram chamados de catarpedras e mais tarde de garimpeiros.

No ano de 1749 um militar denuncia a existência de pedras preciosas no rio Indaiá, momento em que o D. Rodrigo José de Menezes envia uma carta aos Administradores da Real Extração Diamantina do Tijuco. Esta foi a primeira notícia substancial da existência das preciosas pedras no rio Indaiá. Outra denúncia é chegada até o Conde de Bobadela em 1779. (Cod. 230, Fl. 22, APM).

Cabe ressaltar que foi somente em 1786 que a Real Fazenda aprovou um levantamento na área para apurar as diversas denúncias que estavam ocorrendo naquele local. A partir desse momento a Coroa Portuguesa proibiu várias condutas na Nova Lorena Diamantina: a circulação de pessoas e materiais sem autorização, garimpar, ceder sesmaria, abrir estradas, funcionamento de casas de jóias e escolas, desempenho de ofícios de ourives.

Atenda-se, em primeiro lugar, que em 1786 se fez uma pesquisa oficial por peritos mandados do Tijuco¹ nas jazidas de diamantes da região chamado de - ABAETÉ -, que era vastíssima, indo desde o Rio São Francisco até o princípio do Triângulo Mineiro, como serve que, por ato régio de 12 de julho de 1790, foi o Governo de Minas autorizado pela metrópole a mandar fazer extração oficial de diamantes na região, dando-se começo aos trabalhos em 1791 por uma tropa de 200 trabalhadores sob o comando de Antônio José Alves Pereira (...) que essa exploração durou quatro anos, havendo sido suspensa, em 1795 por escassez de numerário, ali permanecendo, porém, o destacamento policial para impedir o contrabando (RAM XV, 1910 p. 62).

A notícia desses diamantes trouxe para os quilombos vários forasteiros, comércios ilegais e insegurança. Então, a Coroa Portuguesa fez estabelecer segurança no local com a construção de quartéis e envio de policiais para estas paragens. O primeiro quartel a ser cons-

¹ Local hoje conhecido como Diamantina, cidade onde nasceu o ex-presidente Juscelino Kubstchek.

truído na Nova Lorena Diamantina foi o Quartel Geral do Indaiá, este Quartel existiu como Quartel de tropas coloniais antes do ano de 1768. Mais tarde ele teve sob sua jurisdição quatro quartéis, o Quartel de São João, o Quartel dos Ferreiros (local onde eram executados os serviços de ferragens da tropa e materiais para a segurança), Quartel dos Aragões e o Quartel da Cachoeira Mansa, além de dois presídios, o de Santana e das Palmeiras (RAPM Vol VI Fascículo III e IV, 1901 p. 846).

No ano de 1768 fora mencionado o nome de Quartel Geral do Indaiá, como consta em carta produzida pelo Conde de Valadares, com data de 27 de julho de 1768, onde determina que o efetivo do Quartel do Indaiá fosse diminuído em um soldado, comprovando assim que Quartel Geral já existia anterior ao ano de 1768 (COD. 143, Fl. 116 APM).

A Milícia que mobiliava o Quartel Geral era uma tropa de pronto emprego, ou seja, a qualquer momento ela teria que atender solicitações de outros quartéis, administrar os quatro quartéis e dois presídios sob a sua jurisdição, além de ser também responsável por fazer as devidas identificações daqueles que trafegavam pelos Caminhos do Indaiá.

Segundo O Mapa DISTRITO DOS DIAMANTES - Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas (1802), o Quartel Geral está registrado como um forte militar com a denominação de Quartel Geral. Ele foi construído na margem esquerda do ribeirão Pari, a duas léguas abaixo da sua nascente, junto a uma lagoa, local diferente onde se situa hoje a cidade de Quartel Geral-MG.

Outro documento produzido dois anos mais tarde, o Mapa CAPITANIA - Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes (1804), mostra também o Quartel Geral como um forte militar na mesma localização acima descrita. Após vários estudos e trabalho de campo, ficou apontado que esse Quartel fora construído em um

terreno movimentado, local de comandamento, ideal para observar a circulação de pessoas por aquelas cercanias, seja na calha do córrego Fazendinha ou na calha do ribeirão Pari. Esse local está próximo às coordenadas 19° 16' 34.2" de latitude Sul e 45° 27' 24.6" a Oeste, altitude 657 m, próximo à antiga lagoa do ribeirão Pari. Estes dois mapas documentam e fornecem a prova cabal que o primitivo Quartel fora construído em local diferente onde hoje se encontra a sede da cidade de Quartel Geral- MG.

Nas proximidades onde fora construída essa fortificação, existem ainda sinais nítidos de um cercamento que funcionou como pasto para os animais que pertenciam à Milícia, com a finalidade de colocar os cavalos e muares para garantir a rapidez de ação dos militares, cujos animais poderiam ser arreados de maneira rápida. Esse pasto possui aproximadamente três alqueires, tem como área a parte baixa um espigão, circundado por um sistema de fosso², inicia nas coordenadas 19° 16' 33.3" de latitude Sul e 045° 27' 31.0" de longitude Oeste e 639 metros de altitude e finaliza nas coordenadas 19° 16' 32.2" de latitude Sul e 045° 27' 40.1" de longitude Oeste e 630 metros de altitude, esse cercamento comunica(va) com a lagoa de aproximadamente 150 metros de diâmetro, a qual faz parte do cercamento e fornecedora de água.

Esse fosso tinha uma particularidade: um de seus lados acompanha a linha topográfica do terreno e no seu final em direção ao curso d'água sofre um afunilamento, tornando assim uma armadilha para reunir os equinos e muares, sem que estes percebessem que estavam entrando em um beco sem saída, não tendo como mais voltar. Essa estratégia era para apanhar os animais velhacos e/ou em menor tempo.

2 Comumente conhecido na região de Quartel Geral-MG como valo, (fosso linear) medindo duas braças de largura e duas de profundidade, cercamento utilizado anterior ao arame, com a finalidade de fazer divisas das propriedades e cercamentos internos nas fazendas antigamente.

Esse local evidencia ser o descrito por FIÚZA (2007), no que tange à lagoa e ao cemitério dos garimpeiros, à lagoa pela sua grandeza e ao local do cemitério pela cor do solo existente nas proximidades. Todos os fatos acima descritos vêm a comprovar a existência da fortificação Quartel Geral às margens do ribeirão Pari, cabendo realizar uma pesquisa mais precisa para verificar a real localização do cemitério de garimpeiros que existiu outrora e se este for comprovado, cabe uma segunda análise que seria encontrar o local onde fora enterrada a cabeça do Mártir da Independência, Tiradentes.

Pode-se afirmar que esse forte militar Quartel Geral do Indaiá não localizava-se onde hoje se encontra a cidade de Quartel-MG, pelos motivos ditos anteriormente e pelos que se seguem:

De acordo com os mapas acima descritos a fortificação localizava-se no médio caminho que partia de Pitangui-MG, mais precisamente da fazenda Santa Fé (Picada para o Goiás) em direção ao rio Indaiá, passava pelo rio São Francisco, atravessava ribeirão dos Porcos, Veados, passava em uma estreita passagem do ribeirão Pari à cabeceira da lagoa localizada neste ribeirão, chegava no Alto do Topete (esta última descrição, hoje coincide com a divisa municipal, Abaeté-MG e Quartel Geral-MG), no Alto do Topete, fazia uma flexão para a esquerda em direção ao Quartel de Santana, (hoje Cedro do Abaeté-MG) e finalizava encontrando a Picada do Goiás que se direcionava para Paracatu, próximo ao rio Borrachudo. Portanto, Quartel Geral passou a ser o Quartel mais importante dos Quartéis, pois ocupava posição geográfica e estratégica privilegiada, na segurança, controle e coordenação das ações policiais da região. Ele passa a ter a sua importância como tropa militar e como centro de controle dos diamantes garimpados no rio Abaeté e rio Indaiá, irradiador de caminhos, comunicação e recursos logísticos, juntamente com o suporte das outras Organizações Militares.

A fortificação Quartel Geral fora construída com mais de 18 anos de antecedência da extração oficial do garimpo no rio Indaiá.

Destarte, fica confirmado que essa fortificação é a mais antiga construída na região, evidenciando que ele foi nominado primeiramente com o nome Quartel Geral do Abaeté, por estar situado na região que era conhecida como Sertão do Abaeté, que compreendia as terras localizadas entre o rio São Francisco e Serra da Saudade. Posteriormente o nome foi mudado para Quartel Geral do Indaiá, em razão da região onde fora construído possuir em demasia nos arredores da fortificação militar a palmeira INDAIÁ. Quando os viajantes estavam indo para a região da Nova Lorena Diamantina, principalmente quando vinham de Pitangui, cruzavam o ribeirão Veados para acessarem a fortificação Quartel Geral. Próximo a essa se deparavam com uma colônia de pés da palmeira INDAIÁ, portanto, esses viajantes se referiam a esse Quartel Geral ao Quartel Geral do INDAIÁ e assim ficou identificado por esse nome.

Todavia, o nome da Palmeira INDAIÁ vem do primitivo nome "INA-YÁ", nome criado pelo hibridismo indo-luso, ou seja, palavra formada pela língua tupi e portuguesa, "INA-YÁ" significa AMÊNDOA DURA, frutos da palmeira indaiá, a conhecida palmeira indígena. Com a chegada do homem branco este vocábulo passou a ter várias grafias e sons, tais como: Iadayaig, Andaial, Andaya, Andaia, Andaiá, a partir do ano 1800 foi mudado novamente a grafia e som para Indaiá (RAPM, Vol. XX p. 205).

Hoje ainda se pode encontrar pés dessa palmeira, nos arredores de onde fora o primitivo Quartel Geral, palmeira típica do cerrado, de pequeno porte, com grande abundância e representa a fertilidade do cerrado, além de ter dado guarida aos aventureiros daquela época, seja pela produção alimentícia, ou para cobrir com suas palmas o teto das singelas cabanas existentes naquele período, que originou o nome de Quartel Geral do INDAIÁ e também o nome que leva o rio diamantífero, o rio INDAIÁ.

A repetição do parágrafo abaixo, escrito no capítulo anterior tem a finalidade de comprovar que Eugênia e seu filho foram para

o primitivo Quartel Geral localizado no ribeirão Pari e não para o outro Quartel Geral, construído onde hoje é a cidade de Quartel Geral-MG, ou seja, existiram duas sedes do Quartel Geral.

Os aventureiros chegaram em Pitangui no final do mês de setembro, partindo dali na primeira quinzena do mês de janeiro do ano de 1794. Chegando em Quartel Geral, dirigiram para a Fazenda do Santiago localizada nas margens da lagoa do outro lado em relação ao Quartel Geral, local onde se encontrava um cemitério de garimpeiros, e neste local foi enterrada a cabeça do Tiradentes. "Na fazenda do Santiago, bem à vista da Lagoa, um cemiteriozinho abandonado, possivelmente um "sumitério" de garimpeiros do Indaiá (FIÚZA, 2003 p. 145; 2006, p. 68).

Sobre para onde foi a família de Tiradentes, quando este foi enforcado, é Barbosa (1971) quem afirma:

Para esse Quartel Geral foi levado, logo após a execução de Tiradentes, o filho ainda de colo, João de Almeida Beltrão que, com a finalidade de ocultá-lo, já que fôra atingido pela sentença condenatória emprestou-lhe seu sobrenome "Almeida Beltrão". João de Almeida Beltrão, como se ficou chamando, cresceu ali, assentou praça, e, mais tarde, casou-se com a filha de grande fazendeiro. (...) João de Almeida Beltrão, excessivamente pródigo, esbanjou sua fortuna em sucessivos banquetes, foi vendendo suas terras e acabou envenenado durante um jantar.

"Por entrevista feita a Maria Madalena de Melo, herdeira e proprietária da fazenda Santiago, situada na Cabeceira da Lagoa (na cidade de Quartel Geral-MG), filha de Francisco Caeiro da Silva Primo, vulgo Chiquinho Caeiro, disse que seu pai comprou a fazenda de nome Santiago que faz divisa com a cidade de Quartel Geral já legalizada dos Senhores Messias, Janjão, Antônio Quirino e outros, num total de 125 alqueires de terra. Disse ainda que quando estava com 18 anos de idade mudou-se para a sede da fazenda e que seu pai

construiu a casa que hoje lá existe e naquele local não havia nenhuma construção até então". (Informação verbal)³.

Portanto, existem duas fazendas com o nome Santiago. Uma localizada na cabeceira da lagoa de Quartel Geral-MG e outra localizada no Parizinho. A fazenda situada na cabeceira da lagoa onde hoje se encontra a cidade de Quartel Geral-MG, por quase duzentos anos pertenceu a senhores conhecidos e diferentes dos atores envolvidos na fazenda Santiago, mencionada nos documentos antigos (mapas e RAPM) este fato da duplicidade de nome das fazendas levou muitos pesquisadores e escritores a cometerem erro ao localizarem a fazenda Santiago onde esteve a família de Tiradentes. A fazenda mencionada nos documentos antigos é a que se localizava próxima ao primitivo Quartel Geral, localizada junto ao Ribeirão Parizinho. Existe uma fazenda de nome Santiago situada junto ao córrego Fazendinha com a sede localizada aproximadamente a meia légua do primitivo Quartel Geral, conforme Carta Topográfica DORES DO INDAIÁ, Escala 1/100.000 (1975). A existência da lagoa de Quartel Geral e a Fazenda em sua cabeceira terem o nome de Santiago induziu vários pesquisadores e escritores ao erro e não perceberam que existiram dois quartéis, sendo o primitivo Quartel no parizinho e outro onde hoje é a cidade de Quartel Geral-MG. Isso ocorreu em virtude da escassez de fonte de consulta e principalmente a iconográfica.

Outra prova de que Eugênia e seu filho foram para a primeira sede do Quartel Geral ou para o primitivo Quartel Geral, junto ao ribeirão Pari, é Barbosa (1971, p. 394) quem afirma: "Para esse Quartel foi levado, logo após a execução de Tiradentes, o filho ainda de colo, João, com a mãe, Eugênia". Como Eugênia foi para o Quartel logo após a execução de Tiradentes que ocorreu no ano de 1792, fica claro que eles foram para a primeira sede localizada junto ao Ribeirão Pari e não para a segunda sede que foi construída após o ano de 1800.

³ Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG, Maria Madalena é a segunda moradora mais antiga de Quartel Geral, é conhecida como Maria do Tonhão e tem 96 anos de idade.

O garimpo na Nova Lorena Diamantina não estava com boa produção, não durou muito tempo e foi interrompido. Com o fim do garimpo oficial o primitivo Quartel deixa de ter a importância de outrora e permanece somente como uma guarnição militar fiscalizadora da área, e assim terminando o século XVIII e junto com ele a Sede do primitivo Quartel Geral do Indaiá, a qual foi transferida para outro lugar onde havia mais condições logísticas para a administração e tropa. Na data de 23 de agosto de 1795 foi realizada a última remessa de diamantes pela junta que se encontrava em Quartel Geral, na importância de 2.194 oitavas $\frac{3}{4}$ e cinco vinténs. A suspensão se deu em razão de ter recebido ordens da Diretoria, dado a falta de segurança nos transportes, em consequência da guerra que se declarava entre a Espanha e Portugal (RAPM, Vol XV 1910 p. 56).

4.2 - Nova Localização do Quartel dos Quartéis

Os primeiros sinais da existência da nova Sede do Quartel Geral é apresentada no ano de 1799 quando o Capitão-mor de Pitangui, Francisco José da Silva Capanema faz uma proposta ao governador da Capitania, para que fosse criada a Companhia de Ordenança, no ribeirão dos Porcos e que esta teria a divisa com a Companhia já existente na Capela do Espírito Santo do Indaiá. Nessa data, a Capela do Espírito Santo do Indaiá já era mencionada, junto à capela já existia uma Companhia de Ordenança. Aqui podemos ver que o Quartel já estava junto com a Capela, a qual teve seu primeiro prédio próximo ao local onde se encontra a atual Matriz do Divino Espírito Santo (FIÚZA, 2003).

Após a exploração feita pelo Dr José Vieira Couto na Nova Lorena Diamantina, no ano de 1800, foram contabilizadas 43 pedras garimpadas no rio Indaiá e 32 no rio Abaeté. No dia 19 de dezembro de 1801 por ordem do Real Erário, determina a Junta da Administração da Real Fazenda da Capitania o seguinte: a Construção de um prédio do Quartel Geral, a cargo de Inácio Carvalho Lage e para a construção dos cômodos necessários para habitação do Caixa e mais empregados, outra prova que a tropa já habitava o novo lugar, ou seja, junto à Capela do Espírito Santo do Indaiá. A tropa é deslocada do primitivo Quartel junto ao ribeirão Pari para o lugar onde se encontra a mancha urbana da cidade de Quartel Geral-MG e passa a ser a nova sede do Quartel Geral, com o objetivo de fornecer segurança à CAIXA DOS DIAMANTES (Cod. 315, Fl 23 APM).

De acordo com o Arquivo Público Mineiro, no ano de 1801, Caetano Miguel da Costa deixou de exercer sua função na Real Extração Diamantina do Tijuco, para que desempenhasse o cargo de Administrador Geral, além de Caixa no Quartel Geral do Indaiá. Para isso conduziu consigo todo o pessoal necessário para o desempenho das referidas funções (escravos, feitores, assistentes). Com esse

quadro humano, o administrador Caetano Miguel da Costa construiu ranchos, roças, maquinário, no entanto, o quadro humano estava sem conforto naquele antigo Quartel Geral, pois os mesmos estavam acostumados com o conforto do Tijuco, então iniciou-se a construção de novas instalações em lugar diferente do primitivo Quartel.

Barbosa (1971 p. 392-393) é quem afirma:

O Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos foi nomeado Caixa da nova Administração, em 27 de junho de 1807 (REV. A.P.M., IX, 379), com instruções de fixar-se no Quartel Geral do Indaiá e aí levantar rancharias, construir roças e máquinas, que deveriam funcionar na seca de 1808. Foi imediatamente providenciada a instalação de armazém de ferro, pólvora, sal e tudo o mais necessário, inclusive a Botica da Administração. Manoel Gomes Batista continuou trabalhando como prático da Extração. Muitas nomeações foram feitas, inclusive a de José da Silva de Oliveira Rolim, irmão do Pe. Rolim, o inconfidente. Após a chegada do Dr. Diogo, foi feita a solene instalação dos trabalhos da Extração. O vigário de Dores do Indaiá, Pe. Francisco Luís de Souza cantou missa solene, em altar armado na porta do Quartel. Após a missa, foi entoado o "Te Deum Laudamus".

A prova cabal que o povoado Quartel Geral foi levantado em local diferente do primitivo Quartel Geral é Barbosa (1971 p. 395) quem afirma:

Com o correr dos anos, foi-se formando outro povoado, a pouca distância do primitivo quartel. Em 1804, Felipe José Ferreira de Camargos era nomeado guarda-mor substituto do distrito da Capela do Espírito Santo do Indaiá.

O Mapa CAPTANIA - Theil der neuen Karte der Capitania Von Minas Gerais. Aufgenommen Von W. Von Eschwege (1821) foi confeccionado aproximadamente 20 anos mais tarde, do que os mapas: DISTRITO DOS DIAMANTES - Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas (1802) e o Mapa CAPITA-

NIA - Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes (1804). Observando o primeiro mapa nota-se o forte militar de Quartel em diferente lugar dos dois últimos, ou seja, os documentos acima comprovam que houve a mudança da sede do primitivo Quartel que era localizado no ribeirão do Pari (Parizinho) para outro local onde hoje se encontra a cidade de Quartel Geral-MG.

No dia 22 de janeiro de 1808, os tijucanos com medo de perder o glamour de serem os que mais produziam diamantes na província de Minas, além de perderem autoridades para o Novo Descoberto (Nova Lorena Diamantina), começam a fazer uma política para o fechamento da extração oficial. Como o Dr. Diogo tinha forças junto ao governador da província, reabre a extração novamente, mas, no dia 05 de fevereiro de 1808 chegou a ordem expressa do Real Erário para findar os trabalhos de exploração nos rios Indaiá e Abaeté. Por motivo de encerramento Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos⁴ deixa o Arraial do Espírito Santo do Quartel Geral e faz a última remessa de diamantes, no total de quase 700 pedras extraídas da Nova Lorena Diamantina e de todo o material e pessoal empregado no Quartel Geral e volta para o Tijuco (hoje Diamantina-MG). Ficou encarregado da fiscalização o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos até o ano de 1809 em Quartel Geral, ali continuou mantido o destacamento policial para vedar o contrabando de diamantes largamente praticado pelos infratores (RAPM Vol XI p. 319).

Vários foram os motivos que colaboraram para que findasse pela segunda vez o garimpo na Nova Lorena Diamantina: falta de técnica para explorar as lavras, diamantes de qualidade inferior em relação aos do Tijuco, grande distância entre este lugar e o Indaiá, dificultando a fiscalização e acompanhamento do serviço de extração, a vasta extensão territorial da Nova Lorena Diamantina, tornando a tropa da milícia em traficantes, além da descoberta de diamantes na África, a qual passou a concorrer com o Brasil.

⁴ Era também advogado e exercia naquela época importantes cargos públicos em Vila Rica.

Quartel Geral de tropas passa a ter importância como povoado que inicia com a denominação de Curato⁵ de Espírito Santo do Quartel Geral do Indaiá, que se resume em pequenas e poucas casas espalhadas de forma descontinuada nas redondezas da capela do Divino Espírito Santo.

4.3 - Início da Cidade de Quartel Geral

O que hoje é considerado área urbana e suburbana de Quartel Geral-MG, eram terras não sesmadas, conforme a legislação prevista nas Leis de Sesmarias⁶. A Coroa não podia ceder Sesmaria dessa terra porque primeiro se tratava de caminho oficial, Estrada Real⁷ da Coroa, por onde saíam os diamantes garimpados no rio Indaiá para Vila Rica, Diamantina e Rio de Janeiro. Era uma área estratégica e de segurança, uma vez que nesse local encontravam-se a Caixa e a contabilização dos diamantes garimpados, os quais eram guardados em caixas fortes, denominadas caixa dos diamantes. As terras onde se localizava o Quartel Geral estavam envolvidas dentro da imensa fazenda Santiago, porém, o proprietário da fazenda Santiago possuía somente a posse dessas terras, não tinha documentos sobre elas.

A gênese de Quartel Geral está intimamente ligada a Eugênia quando ela se refugiou na fazenda Santiago, após a morte de Tiradentes. Consequentemente, tornou-se companheira do Cônego Francisco de Assis Garcia, e após a morte deste, Eugênia herda a fazenda Santiago e mais tarde faz doação de parte da fazenda para a edificação de um povoado. Essa doação religiosa ao Divino Espírito Santo (Padroeiro do Município de Quartel Geral-MG) evidencia que foi uma promessa feita por ter conseguido resgatar a cabeça de seu amado, assim como o traslado e sepultamento com segurança. Assim reza o Testamento verbal de Dona Eugênia que é passado de geração a geração pela população quartelense, fazendo parte do patrimônio cultural e histórico de Quartel Geral-MG. "É de minha vontade doar ao Divino Espírito Santo toda porção de terras que se aviste para que aqui se prospere uma cidade". Este dito foi feito

6 Sendo as sesmarias pedidas nas terras onde se acharam Minas, ou caminhos para elas, devem ser de meia légua em quadra e no sertão, de três léguas, quando se derem nas margens dos rios caudalosos, que necessitam de barca, para se atravessarem, não só deve ficar de ambas as margens dos rios a terra que baste para uso público e comodidade dos passageiros, mas também se deve reservar de uma das margens meia légua em quadro junto da passagem (APM, Capítulo 23 das Sesmarias).

7 Estrada Real era o nome alusivo a qualquer via terrestre que, à época do Brasil Colônia era percorrida no processo de povoamento e exploração econômica de seus recursos, em articulação com o mercado internacional.

5 Termo utilizado pela igreja para descrever arrabal.

quando ela se posicionou em um local de maior altitude situado nas coordenadas 19° 27.9' 54.0" de latitude Sul e 045° 52.5' 83.0", esse local que dá vista para a lagoa e de todo o planalto. Após a doação Eugênia foi morar na cidade de Dores do Indaiá-MG.

Até os dias atuais, na cidade de Quartel Geral-MG não se compra lotes, eles são gratuitos para os moradores da cidade, isso se deve pelo feito realizado por Dona Eugênia, mãe do filho de Tiradentes, doando suas terras ao Divino Espírito Santo. Mais tarde, essas terras foram acampadas pela Administração Municipal, que atualmente administra a doação de lotes para a população local, mediante requerimento junto à Prefeitura. Hoje os quartelenses são herdeiros do Patrimônio oriundo de Dona Eugênia. Essa herança é a prova viva da passagem dela em Quartel Geral-MG.

"Por entrevista feita a Eduarda de Laura, Dona Eugênia marcou a quantidade de terras que ela doou. Ela era dona daqui, ela que levantou o arraial, com pouca gente, todos pobres. Para fazer a emancipação do município o Prefeito teve que medir as terras do Patrimônio para separar as terras doadas por D. Eugênia com as dos fazendeiros, que as terras do Patrimônio eram todas dela e que Quartel Geral tinha pouquíssimas casas de pau-a-pique e podia observar animais domésticos soltos no interior da cidade. As ruas eram barrentas na época das chuvas e com muita poeira no período da seca". (Informação verbal)⁸

Quartel Geral aos poucos foi transformando a forma de um povoado. No ano de 1813 ocorreu um censo demográfico em Quartel Geral, que registrou no lugarejo um total de 661 moradores, assim distribuídos: brancos 330; pretos livres 18; mulatos 184 e cativos 129, em 1817 o Distrito possuía 595 moradores, havendo um declínio populacional (BARBOSA, 1971).

⁸ Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG, Eduarda é a moradora mais antiga de Quartel Geral.

De acordo com a RAPM Vol II (1879), no ano de 1830 o Arraial do Espírito Santo do Indaiá constava de 227 fogos, ou seja, a igreja registrou nessa data, a quantia de 227 fiéis.

Em 1842 de acordo com um censo realizado pelo Vigário José Júlio de Araújo Viana, havia 503 habitantes em Quartel Geral, dos quais 160 eram eleitores. No ano de 1847, Quartel Geral do Espírito Santo do Indaiá tinha 877 moradores, era o arraial mais populoso da região, sendo maior do que o de Dores do Indaiá que no mesmo censo, contava com 743 moradores (BARBOSA, 1971).

O Arquivo Público Mineiro nos revela que no ano de 1855, Quartel Geral possuía em sua zona urbana uma mancha de construção de cinco quarteirões.

Com a Lei Provincial nº 3.798 de 16 de agosto de 1889 o Curato passou à categoria de Freguesia⁹, com o nome de Espírito Santo do Quartel Geral.

Quartel Geral, além de outras especificidades, possui um dado muito especial, ou seja, a lei acima mencionada que eleva o arraial à freguesia foi uma das últimas leis da monarquia, ou seja, foi declarado Distrito durante o período do Império.

No ano de 1911 a Publicação Oficial Divisão Administrativa do Brasil apresenta o Distrito Espírito Santo do Quartel Geral pertencente ao Município do Indaiá, que mais tarde passa a ser chamada Dores do Indaiá pela Lei Estadual nº 921, de 24 de dezembro de 1926.

Consta também no Recenseamento Geral de 01 de setembro de 1920, o Distrito Espírito Santo do Quartel Geral pertencente ao Município de Indaiá.

⁹ Era a menor divisão Administrativa daquela época, hoje se utiliza o vocábulo Distrito.

De acordo com a RAPM volume VII, (1902, p. 712) o antigo Município de Pitangui ocupava uma área de 240 Km de comprimento por 180 Km de largura, compunha-se o município de 20 freguesias divididas em 3 grupos:

1º Grupo: Confusão, Tiros, Morada Nova, Marmelada (Abaeté), Dores do Indaiá.

2º Grupo: Pequi, Patafufo (Pará de Minas), Matheus Leme, Cajurú, Sant'Ana de São João Acima, São Gonçalo do Pará, Espírito Santo do Itapeçerica, Santo Antônio de São João Acima

3º Grupo: Pitangui, Onça, Abadia, Burity da Estrada (hoje Pompéu), Maravilha, Saúde (hoje Perdígão) e Bom Despacho.

Em 7 de setembro de 1923, a Lei Estadual nº 843 reduziu a denominação do Distrito de Espírito Santo do Quartel Geral do Indaiá, para Quartel Geral.

De acordo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, o número de habitantes no Distrito de Quartel Geral era da ordem de 4.881, este vai ganhando um tom de município, surge a necessidade dos políticos conscientes fazerem crescer o Distrito, escrutinando as luzes do Município de Quartel Geral e adquirir a independência de Dores do Indaiá-MG,

No dia 12 de dezembro de 1953 é assinada a Lei Estadual de nº 1.039, a qual criou o Município de Quartel Geral, rompendo os laços administrativos com Dores do Indaiá, emancipa politicamente e passa a contar com as seguintes divisas:

Limites Municipais

1. Com o Município de São Gotardo: Começa no Porto de Jorge Vieira, no rio Indaiá; desce por este rio até a foz do ribeirão Pirapetinga.
2. Com o Município de Tiros: Começa na foz do ribeirão Pirapetinga, no rio Indaiá, desce por este rio até a foz do córrego São João.
3. Com o Município de Abaeté: Começa no rio Indaiá, na foz do córrego São João, sobe pelo córrego São João até sua cabeceira, na Pedra Menina, daí, alcança a cabeceira do córrego Caeté, desce por este córrego até sua foz no córrego da Careta, por este até sua foz no ribeirão Marmelada, segue por este ribeirão até a foz do córrego do Toco de Aroeira, sobe por este até sua cabeceira, daí, ao Alto da Cruz, desse ponto, alcança a cabeceira do córrego do Pântano, desce por este e pelo córrego da Onça até sua foz, no ribeirão Santiago, desce por este até a foz do córrego da margem direita, o primeiro acima da foz do córrego Capoeira Queimada; continua pelo divisor da vertente da margem esquerda deste último córrego, contorna suas cabeceiras até o Alto do Topete, daí, alcança a cabeceira do córrego da Fazendinha, pelo qual desce até sua foz, no ribeirão Parizinho e, por este, até sua foz, no rio São Francisco. Cabe ressaltar que, nessa época, o Município do Cedro do Abaeté ainda não existia.
4. Com o Município de Martinho Campos: Começa no rio São Francisco, na foz do ribeirão Parizinho, sobe pelo rio São Francisco até a foz do ribeirão dos Veados.
5. Com o Município de Dores do Indaiá: Começa no rio São Francisco, na foz do ribeirão dos Veados, sobe por este até a foz do córrego dos Tatus e, por este, até sua cabeceira

no divisor da vertente da margem direita do ribeirão Marmelada, segue por este divisor até a Serra da Saudade, segue por esta serra até o entroncamento com o espigão que vem do Porto Jorge Vieira, segue por este espigão até o Porto Jorge Vieira no rio Indaiá.

Independência do Quartel Geral
Povo em frente a Intendência Municipal.
14-março 1954



Fonte: Passando Quartel Geral a limpo (2007)

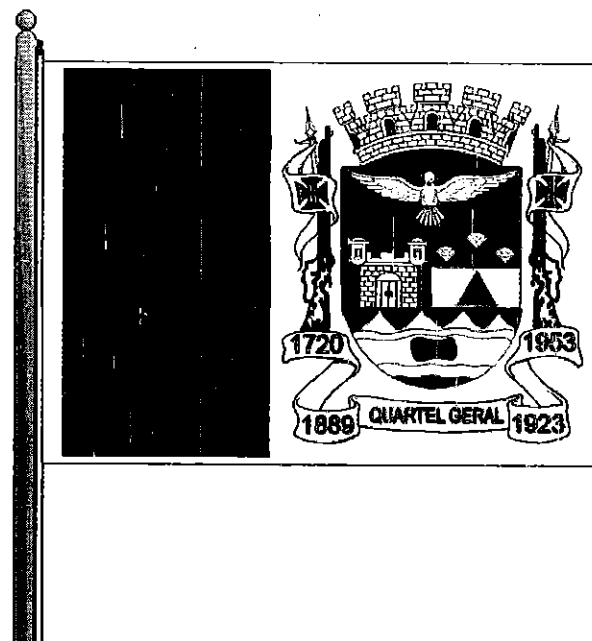
Consta no Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais que no pleito de 3 de outubro de 1955, foram registrados 1.106 eleitores, dos quais votaram 599 eleitores, com o legislativo Municipal composto de 09 vereadores.

No ano de 1955 era a seguinte situação dos melhoramentos urbanos na sede Municipal de Quartel Geral-MG.

Especificação	Dados Numéricos
Número de casas existentes	215
Logradouros públicos	12
Logradouros pavimentados	00
Automóveis	07
Estradas de rodagem cortando o município	99
Comércios	06

Fonte: Departamento de Estatística de Minas Gerais

No dia 07 de janeiro de 2008 o Prefeito Municipal de Quartel Geral-MG sancionou a Lei Municipal de Nr 1023 que dispõe a criação do Brasão de Armas e Bandeira do Município de Quartel Geral-MG.



Criada por Valter Magalhães Pinto, sendo o Projeto de Lei do Vereador José Pinto da Silva.

A descrição heráldica é a seguinte: Escudo português de dois traços formando três faixas. Na primeira em chefe evidencia a imagem do Divino Espírito Santo, em prata, sobre o campo de goles (vermelho), na segunda partida, à direita em campo de blau (azul) uma fortificação (QUARTEL GERAL) de prata, portuguesa do século XVIII e à esquerda cortada, no campo superior de sinople (verde) a representação em roquete de três pedras preciosas (diamantes), no campo inferior um triângulo de goles (vermelho), no contra chefe de sinople (verde) duas faixas ondados de prata, tendo ao centro uma

lagoa na cor azul em campo branco e ao fundo uma cadeia de serras em ouro. Um listel de prata, carregado com os seguintes dizeres em goles (vermelho): 1720 – 1889 – QUARTEL GERAL – 1923 – 1953. Como suporte, à direita e à esquerda, um arcabuz entrelaçado por uma bandeira com a Cruz de Cristo. Conjunto encimado pela coroa mural de cinco torres de prata, que é a de cidade, não capital.

O escudo português lembra a origem lusitana de nossa Pátria, a imagem do Divino Espírito Santo é a presença do padroeiro, a fortificação portuguesa do século XVIII nos dá notícia da construção de vários QUARTÉIS com a finalidade de estabelecer na região uma extração de diamantes e fiscalização nos garimpos; um deles deu origem ao topônimo municipal, QUARTEL GERAL. No campo cortado, na parte superior, em roquete pedras preciosas, diamantes, simbolizando a riqueza do passado, na parte inferior, o triângulo vermelho que é a peça principal que compõe a bandeira Oficial do Estado de Minas Gerais. As faixas onduladas de prata, a lagoa e a cadeia de serras os principais acidentes geográficos: Rio São Francisco, Rio Indaiá, lagoa azul e a Serra da Saudade. Os arcabuzes, os bandeirantes e a milícia do século XVIII. As datas: 1720 marca o início da existência de diamantes, 1889, a criação do Distrito com a denominação de Espírito Santo de Quartel Geral do Indaiá, pela Lei Nº 3.798 de 16 de agosto de 1889; 1923, pela Lei 843 de 7 de setembro de 1923 a redução do nome para QUARTEL GERAL, e 1953 através da Lei 1.039 de 12 de dezembro do mesmo ano a elevação à categoria de Município de QUARTEL GERAL.

A Bandeira possui as cores azul, vermelho e verde, representando a água e as terras do Município de Quartel Geral-MG.

4.4 - Caracterização Física do Município de Quartel Geral

O Município pertence à bacia hidrográfica São Francisco, ladeado a Oeste pelo rio Indaiá e a Leste pelo rio São Francisco. Sua posição geográfica está compreendida entre as Coordenadas 19° 16' 45" de latitude Sul e 45° 34' 17" de longitude Oeste e micro região IBGE de Bom Despacho-MG. Possui o clima tropical com invernos secos e verões úmidos, com a temperatura média no período de dezembro a fevereiro de 26 °C e de 18 °C, para o período de junho a agosto. A precipitação média para o período de dezembro a fevereiro é de 1.500 mm e para o período de junho a agosto é de 300 mm (ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR, 2004, p. 68-69 e 108-109).

Segundo Golfari (1975), o relevo municipal regionalmente está inserido integralmente na grande unidade de relevo denominada depressão Sanfranciscana e Planaltos residuais São Francisco, esculpidos nas rochas do grupo Bambuí. Localmente o município pode ser dividido em duas porções (porção Centro-Leste e porção Oeste). A porção Oeste possui um relevo muito dissecado por uma densa rede de drenagem, é composta por afluentes do ribeirão da Marmelada e subafluentes do rio Indaiá. As duas sub-bacias estão separadas pela Serra da Saudade, que tem direção Sul Norte, a altitude média na Serra da Saudade é de 940 metros, sendo seu ponto culminante de 970 metros. Essa é dissecada pelo vale do córrego São João com altitude de 850 metros, sendo este afluente do Indaiá. Esta porção possui um relevo fortemente ondulado, mas apresenta pequenas áreas aplainadas nos interflúvios.

Na parte central da porção Centro-Leste do Município, apresenta uma área interfluvial bastante ampla com altitudes de 682 a 736 metros. A sede municipal localiza-se na Depressão Sanfranciscana ao centro com 668 metros de altitude, suas características de aplainamento tanto nas áreas de interflúvios como nos vales são aptas

para o plantio de silvicultura, pois possui apenas 80 metros de desnível. Essas áreas são as mais requisitadas para tais atividades.

Na porção Centro-Leste o Município é delimitado ao Norte pelo córrego Fazendinha e ao Sul pelo ribeirão dos Veados, ambos afluentes do rio São Francisco. Nessa porção a Depressão Sanfranciscana predomina, sendo caracterizada nos Vales dos subafluentes e afluentes dos córregos citados pela altitude que varia entre 650 a 700 metros, tanto ao Norte quanto ao Sul.

4.5 - Hidrografia da Área Urbana de Quartel Geral

4.5.1 - Lagoa



Fonte: Prefeitura de Quartel Geral-MG.

A lagoa encontra-se localizada na Zona Urbana de Quartel Geral, com a nascente nas coordenadas 19° 15' 41.4" de latitude Sul e 045° 33' 21.9" de longitude Oeste e elevação 675 m de altitude, a lagoa coincide com a nascente do córrego Pedro Porfírio, que atravessa a cidade e vai juntar-se com o córrego do Cafanjo, formando o ribeirão do Parizinho (ribeirão Pari).

A lagoa é o principal ponto turístico existente na área urbana de Quartel Geral, em ambos os lados podemos encontrar área conhecida como Patrimônio Municipal. Antes do surgimento do povoado essa área tinha vegetação mais robusta, ou seja, um cerrado, mas com o surgimento da cidade, os moradores iniciaram o corte da madeira desse cerrado para utilizarem nos fogões a lenha, ou seja, parte da população quartelense necessitava desse combustível para preparar a alimentação e consequentemente faziam a derrubada indiscriminada do cerrado para produzir a cobiçada energia. A madeira também era utilizada para fazer a construção de pequenas casas. Havia os lenheiros que derrubavam o cerrado para auferirem lucros vendendo a lenha, portanto, o cerrado não se desenvolvia. A demasiada derrubada da vegetação ocasionou a edição do Decreto Municipal de nº 116 de 02 de julho de 1960, proibindo a exportação de lenha e cascas

de taninosa¹⁰ provenientes da reserva do Patrimônio da Prefeitura Municipal para outros municípios. No entanto, o mesmo Decreto permitia que o Patrimônio fosse usado somente em proveito e uso dos habitantes da cidade de Quartel Geral-MG.

Os munícipes interromperam a derrubada do cerrado (devasta-ção), o qual se encontra em regeneração e a caminho para uma vegetação mais encorpada. Atualmente o entorno da Lagoa é área preservada conforme o Artigo 166 do Título V, do Capítulo VI, da Lei Orgânica Municipal, de 07 de março de 1990, graças a atuação dos gestores municipais e a consciência dos munícipes a flora está se recompondo, podendo encontrar-se diversos tipos de madeiras e arbustos frutíferos existentes nos cerrados.

Segundo a história oral, antes da década de 1950, o espelho d'água da lagoa era menor, a lâmina d'água tinha a forma arredondada e o nível d'água era mais baixo em relação ao apresentado hoje; também possuía menor largura. Como não possuía aterro, a água escoava naturalmente, não ocorria o fenômeno da cheia, ou seja, o seu nível permanecia o mesmo.

“Por entrevista feita a Eduarda de Laura, a lagoa era pequena e tinha uma saída para a água e depois que Quartel Geral passou à cidade, o Prefeito fez o aterro e cuidou dela”. (Informação verbal)¹¹

“Por entrevista feita a Simão Álvares, a lagoa não tinha aterro, não tinha nada, ela era reta e pra você chegar lá pra dar água ao boi ainda descia um pouco, assoriou demais, ela deve de ter no mínimo 4 metros de assorimento (...) isto há uns 60 anos atrás, ela era funda, tinha um poste dentro dela, era sem aterro nenhum, eu me lembro de um menino subir no poste e pular lá dentro, de cabeça pra baixo e não ir no fundo, ela tinha muita água, as estradas com o movimento, foi o

10 Este material serve para tingir tecido ou couro.

11 Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG, Eduarda é a moradora mais antiga de Quartel Geral.

que fez mais o assorimento dela, antigamente era só uma estradinha carreira mais por fora, mas começaram a passar máquinas, fizeram estradas pra automóveis, tiraram esgotos para drenar água das chuvas, a enxurrada foi embicando e aterrando. Ali você olha por cima da churrascaria, fez um espigãozinho, a enxurrada que vem naquela estrada foi chegando, chegando, o capim foi crescendo e cercado foi subindo formou um espigãozinho, ela não era daquele jeito não, era muito diferente a lagoa”. (Informação verbal)¹²

O assorimento descrito por Simão Álvares pode ser comprovado quando se vê a foto aérea da lagoa. O assorimento se deu em razão de terem sido construídas três estradas muito próximas da lagoa e sem o devido cuidado de construir meios para retenção dos sedimentos e estes foram parar dentro dela.

“Por entrevista feita a Simão Álvares, no ano de 1955 a lagoa sofreu a sua primeira seca, e vinte anos mais tarde, em 1975 repetiu a mesma façanha. No ano de 1983 houve uma grande cheia, fazendo com que ela jogasse sua água para fora do aterro, fato ocorrido pela primeira vez. O asfaltamento da MG 176 às suas margens contribuiu para acelerar o processo de assoreamento da lagoa; esta servia para abastecer os caminhões pipas durante a pavimentação, além de ter recebido grande volume de terra oriunda dessa construção durante o período chuvoso”. (Informação verbal)¹³

Até a década de 1980 a lagoa servia de fonte de renda para várias lavadeiras de roupa. Era comum presenciar às margens da lagoa utensílios usados na lavagem de roupas como: bacias de metal, bate-dores de madeira, além de fornalhas para aquecer as roupas dentro de latas para facilitar a limpeza.

12 Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2008, referente às origens de Quartel Geral-MG.

13 Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2008, referente às origens de Quartel Geral-MG.

No ano de 2014 a lagoa secou novamente. O período de estiagem foi duro com a rede hídrica do Município de Quartel Geral-MG

A lagoa é um patrimônio natural, de água cristalina. Foi e ainda é cenário dos encontros dos munícipes; é o principal atrativo turístico urbano. Atualmente está muito bem preservada ecologicamente, sendo fonte de pesquisas acadêmicas no campo histórico, cultural e biológico.

4.5.2 – Córrego Pedro Porfírio

Afluente do ribeirão Parizinho cuja nascente coincide com a lagoa, está instalado em um vale de fundo chato e brejoso. É cercado por duas vertentes, o talvegue do córrego é drenado e intermitente, corre sobre uma dissecação do planalto e tem seu leito alargado logo abaixo da rua Padre Luís, onde constata-se a presença de uma turfa relacionada ao solo orgânico e turfoso hidromórfico, além de uma mata de pindaíba indicando que ali anteriormente havia uma vereda de topo de planalto¹⁴.

“Por entrevista feita a Simão Álvares, logo abaixo da rua Padre Luiz no córrego Pedro Porfírio, havia um rego para o escoamento d’água que alimentava um moinho¹⁵ com a finalidade de moer milho; havia também junto a este rego d’água um alambique, esse canal de água foi desviado de seu curso normal e corria na margem esquerda do córrego Pedro Porfírio. Atualmente pode-se verificar no local o registro desse rego d’água”. (Informação verbal)¹⁶

Este curso d’água juntamente com o maquinário nele instalado evidencia que o antigo povoado de Quartel Geral iniciou junto a este curso d’água, em razão da fonte d’água, necessária para fazer a instalação do maquinário. Pode-se dizer que nesse lugar começou a bater o coração de Quartel Geral-MG. Outra evidência é de terem sido levantadas duas grandes cruzeiras nessa redondeza, chamadas de cruzeiros. Uma das cruzeiras foi removida por ocasião da construção

¹⁴ É encontrada nas chapadas areníticas em vertentes regulares de calçamento pouco pronunciado na forma de depressão ou vales rasos e alongadas, onde a água do lençol freático exuda e é drenada muito lentamente abastecendo os córregos a jusante. A vereda situa em solos hidromórficos capeados por uma camada de solo orgânico turfoso que se torna espessa nas partes mais centrais sustentando a vegetação de porte arbóreo arbustivo onde se destacam os buriti em alinhamento e as pindaíbas do brejo. Estende-se circundando esta vegetação uma campina sempre verde que em contato com o cerrado delimita a vereda na paisagem, local que serve para os itinerantes realizarem suas progressões na região, ou seja, o caminho através do campo, enveredar.

¹⁵ O proprietário deste era o Filinho do Janjão (Simão Álvares, 2008).

¹⁶ Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2008, referente às origens de Quartel Geral-MG.

da rodoviária e a outra cruz ainda existe nas proximidades do antigo moinho e alambique.

4.5.3 - Córrego do Cafanjo

Afluente do ribeirão Parizinho, sua nascente inicia-se na fazenda Jaracatiá Onça, coordenadas 19° 16' 14.4" de latitude Sul e 045° 34' 0.7 de longitude a Oeste e elevação 681. Sua extensão é de aproximadamente 3.000 metros, atravessando toda a cidade. Ele possui as mesmas características do córrego Pedro Porfírio. No entanto, logo abaixo da nascente do córrego do Cafanjo encontra-se uma Mata de Pindaibas (Mata dos Quilombolas) bem preservada, podendo encontrar em sua flora pindaibas do brejo, palmeiras de buriti¹⁷, sangra d'água, imbaúbas, quaresmeiras, samambaiçu, etc., comprovando que anteriormente foi uma vereda de topo de planalto. A Mata dos Quilombolas do córrego Cafanjo está tombada para fins de preservação e proteção especial, conforme o Artigo 167 da Lei Orgânica Municipal, de 07 de Março de 1990, tornando essa mata patrimônio Natural do Município.

A distância entre ambas nascentes, córrego do Porfírio e córrego do Cafanjo é de aproximadamente 1.700 metros e possui praticamente a mesma altitude. Estes dois córregos desenharam na topografia um "Y" hídrico na zona urbana de Quartel Geral, onde o lado esquerdo é o Córrego Pedro Porfírio, o lado direito o córrego do Cafanjo e a mancha urbana de Quartel Geral situa-se no interior deste "Y", ou seja, ele está situado na área entre córregos. O curso d'água que é formado pela junção desses dois córregos forma o ribeirão Pari.

Depois da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, os escravos abolidos e moradores dos quilombos da região de Quartel Geral-MG, passaram a se aglomerar ao longo do córrego do Cafanjo, pois, este local ficava na marginal de um antigo caminho que ligava

¹⁷ *Mauritia vinifera*, em tupi-guarani é chamada de mbyriti - palmeira que emite líquido, também chamada de árvore da vida; pois, foi fonte de sustento para antigas tribos indígenas, sertanejos e cablocos até os dias atuais em muitas regiões do Brasil, por meio de seus frutos adocicados. A fibra das folhas pode ser utilizada para produzir cordames, chapéus, cobrir casas. A polpa dos frutos e suas amêndoas são comestíveis e da parte superior do caule se extrai o palmito. O buriti é um indicador em potencial de água ou de concentração de umidade.

esta região e os Caminhos do Indaiá. Esses ex-escravos passaram a se aglomerar-se no local, em razão de possuir comunicação, comércio, apoio e informação com os transeuntes, além de ter uma fonte de água permanente e cristalina e ao mesmo tempo tinha como vizinho o cerrado, fonte de alimento e materiais para a sobrevivência, frutos, madeira para a construção e lenha como fonte de energia. O Córrego do Cafanjo e a Mata dos Quilombolas são fontes de pesquisas acadêmicas no campo histórico, cultural e biológico.

4.6 - Cotidiano da Gênese de Quartel Geral

Antes de iniciar o assunto sobre o Cotidiano da Gênese de Quartel Geral inserido na Nova Lorena Diamantina é necessário ter o conhecimento de quem habitava o lugar anterior aos escravos fugidos e brancos aqui chegarem.

De acordo com a RAPM Volume XVII (1912 p.431 a 433), além dos índios da etnia dos Caiapós, Tapuias, Tamaracais, e dos Abaetés, também viviam os índios TOCOYOS, que tinham uma estatura mediana, não manifestando corpulência, possuindo a pele com a coloração igual ao metal cobre, olhos pequenos, não possuindo barbas, mas de cabelos pretos e compridos. Tinham o hábito pintarem o corpo com tintas¹⁸ nas cores encarnada e negra, usavam uma marca de tinta que começava no lábio superior e se distendia para ambas as orelhas (bigodeira) na cor preta e outra faixa da mesma cor que iniciava no meio das bochechas e inclinava numa diagonal para baixo até atingir a região abaixo do queixo. Circulavam os olhos com um largo círculo usando a cor encarnada, o restante do corpo era pintado sem nenhuma regularidade, usando linhas e pontos de tinta encarnada. Possuíam furos nas orelhas, tanto os homens quanto as mulheres, nos furos das orelhas introduziam pequenos pedaços de madeiras trabalhadas com o comprimento de 10 cm, o lábio também levava um furo onde era introduzido um pedaço de madeira.

Estes índios há pouco menos de dois séculos podiam ser encontrados morando em sistema de aldeias. De acordo com a história oral quartelense, no limiar da cidade de Quartel Geral havia muitos negros e índios.

“Por entrevista feita a Eduarda de Laura, os índios faziam baracas no cerrado perto da lagoa, ficava era o tempo, mais não vinha cá dentro da cidade, ninguém ia visitá-los, eles eram brabos! Quando

¹⁸ Para a sua fabricação era usado carvão moído com gordura de anta ou capivara.

não via mais resultado de estarem ali iam embora, os chefes montados em burros com malotes e balaios”. (Informação verbal)¹⁹

“Por entrevista feita a Eduarda de Laura, o vestuário dos quartelenses era confeccionado no tear e o tecido era de algodão, e o calçado confeccionado em couro cru. Quanto ao trabalho têxtil era normalmente executado como sistema de mutirão, em alguns casos empregava até 40 mulheres para executar o serviço de produção de tecidos, e durante estes havia cantigas com o intuito de socializar o grupo e animar e incentivar os trabalhadores na produção”. (Informação verbal)²⁰

“Por entrevista feita a Maria Madalena de Melo (Maria do Tonhão), que no início do século XX era comum encontrar nas ruas de Quartel Geral animais soltos como carneiros, porcos e gado. Tinha pouca casa, elas eram barreçadas e o piso era de chão batido, eram feitas de pau-a-pique²¹ com cobertura de sapé”. (Informação verbal)²²

“Por entrevista feita a Maria Cândida de Jesus (Dona Dica), no início de Quartel Geral havia praticamente uma rua comprida, com poucas casas, sendo a maioria delas cobertas com sapé, disposta de forma irregular e de pouco conforto para a moradia, as famílias possuíam poucas mobílias e elas eram construídas de madeira rústica, os profissionais que as confeccionavam eram chamados carapinas”. (Informação verbal)²³

“Por entrevista feita a Simão Álvares, o transporte de maior vulto na região só acontecia por meio de carros de boi²⁴ e eles tinham

19 Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG, Eduarda é a moradora mais antiga de Quartel Geral.

20 Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG, Eduarda é a moradora mais antiga de Quartel Geral.

21 Parede feita de ripas ou varas entrecruzadas, e o barro utilizado para preencher os espaços existentes entre as madeiras.

22 Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG.

23 Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2008, referente às origens de Quartel Geral-MG. D. Dica é mãe do autor.

24 O carro de boi tinha a capacidade de 1.500 kg.

como principal carga o creme de leite, pois o leite ainda não era comercializado por falta de um transporte rápido e acondicionamento correto, ele era muito perecível para a época. Em Quartel Geral-MG tinha uma fábrica de beneficiamento de creme de Leite, de nome Nogueira, sendo o fundador Augusto Caco. O carró de boi impulsionou o transporte de pessoal e material no século XVII, XVIII, XIX e metade do século XX na região. Os carregamentos eram de toucinho, feijão e madeira, com destino a Dores do Indaiá-MG, da mesma forma, de Dores do Indaiá transportavam para o interior da Nova Lorena Diamantina: querosene, sal e açúcar para abastecer os comércios (vendas) existentes ao longo das estradas em Quartel Geral. A viagem tinha a duração de 10 dias. A antiga estrada que ligava Quartel Geral a Dores do Indaiá-MG era outra, ela coincidia com a estrada que vai para o povoado do Japão, continuava até chegar no córrego do Tatu, local de pouso dos tropeiros e carreiros, continuando a viagem, passava pelo córrego Nossa Senhora, ribeirão dos Veados, e chegava em Dores do Indaiá.” (Informação verbal)²⁵

Mais tarde fora construída outra estrada (com recursos próprios) por José Francisco Xavier para atender a demanda de automóveis, ligando a cidade de Abaeté a Dores do Indaiá, passando por Quartel Geral, por motivos de saúde ele coloca a estrada à venda. (JORNAL VOZ DO OESTE, 1928).

Quanto ao modo singular do sotaque dos Quartelenses falam, ou seja, a entonação muito forte na letra “r” ao pronunciarem as palavras, isto se deve em razão da herança dos índios guaranis, juntamente com o português dos bandeirantes, criou uma nova língua chamada de “Língua Geral”. É este sotaque que ficou arraigado nos moradores da Nova Lorena Diamantina e consequentemente em Quartel Geral-MG.

25 Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2008, referente às origens de Quartel Geral-MG.

4.7 - Educação

A gênese histórica da educação do Município de Quartel Geral remonta aos professores particulares que eram contratados por fazendeiros. Esses mestres residiam por uma temporada na fazenda para ministrarem instrução mínima para os filhos dos fazendeiros e algumas crianças dos serviçais que residiam no entorno da fazenda.

A sucessão cronológica histórica da educação advém de atas registradas nos estabelecimentos de ensino do Município e relatos da oralidade.

Em fevereiro de 1855 a Câmara de Dores do Indaiá manifesta o interesse de criar o ensino de 1º Grau em Quartel Geral. No entanto, em razão de poucos recursos dos cofres públicos de Dores do Indaiá, não foi possível acontecer a instalação do ensino no Distrito de Quartel Geral, continuando assim a escola paga a professores particulares.

4.7.1 - Escola Pública Municipal

Pode-se afirmar que a data da fundação da Escola Pública em Quartel Geral-MG foi no dia 25 de setembro de 1913, data em que a senhora Leonora Augusta de Souza foi empossada como Diretora. Essa posse está registrada no Livro Ata com abertura no dia 1º de dezembro de 1914 e feito o registro da posse no dia 22 de dezembro de 1914, por ter recebido o título de Diretora.

“Por entrevista feita a Maria Madalena de Melo, em 1914 foi criada a primeira escola de Quartel Geral-MG, com apenas uma turma multiseriada, nível de 1ª a 4ª série, em funcionamento numa sala, situada à rua Padre Luiz Gonzaga; ela funcionava em uma casa grande, com janelas que pareciam de igreja, na verdade era um grande salão. A Professora Leonora Augusta de Souza, uma das filhas do Padre Luiz Gonzaga²⁶”. (Informação verbal)²⁷

No ano de 1927, com o intuito da criação de um estabelecimento de ensino para atender a comunidade local e formalizar o ensino no Município inicia-se o processo. No ano de 1928 aparecem as primeiras atas do ensino quartelense e a criação da Escola Pública Grupo Escolar.

Em 1929, funcionando em prédio próprio, a escola recebe o nome de Escola Mista de Quartel Geral, sendo professoras: Dona Leonora Augusta de Souza, Dona Ana Maria de Oliveira e Dona Filomena.

Em 1931, segundo as prescrições legais a escola recebe o nome de Escolas Reunidas de Quartel Geral, tendo como Diretora Dona Maria José Lourenço de Faria.

26 O Padre Luís Gonzaga de Sousa e Silva teve outras filhas, sendo as outras de nome Natália, Corina, Angelina, Albertina, tendo como companheira a Srª Zingota (MARIA MADALENA DE MELO, 2007).

27 Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG. Maria Madalena é a segunda moradora mais antiga de Quartel Geral; é conhecida como Maria do Tunhão e tem 96 anos de idade.

De acordo com o Livro de Decretos Municipais, no dia 1º de fevereiro de 1954 o Intendente Municipal de Quartel Geral resolve contratar em título precário a Srª Maria Antônia de Jesus, para o cargo de professora rural do Araçá.

Em 01 de março de 1959, por meio do decreto nº 17, o Prefeito Municipal nomeia a Srª Terezinha Fonseca de Mora, para exercer as funções de Professora Rural da Escola "Nau de Guerra ou Fragata", no lugar denominado "Barra de São João", no Município do Quartel Geral.

Em 18 de fevereiro de 1955, por meio da Lei Municipal nº 2, foram criadas nove escolas rurais: situadas nos seguintes lugares: 1º Japão, 2º Japão, Barra Grande, Parizinho de Cima, Parizinho de Baixo, Marmelada, Araçá, Campo Alegre e Quartel São João, sendo as mesmas de responsabilidade orçamentária do município, pois até a presente data o ensino era ministrado por meio de voluntários, momento em que foram criados, no quadro do funcionalismo municipal, 19 cargos de professores.

De acordo com o Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, no ano de 1955, a percentagem de alunos matriculados, relativa à população infantil em idade escolar, era de aproximadamente 58,14%.

Em 14 de abril de 1958 por meio da lei nº 66, o Prefeito Municipal cria a Escola Rural no lugar denominado "Canoas".

Em 01 de março de 1959, por meio do decreto nº 17, o Prefeito Municipal nomeia a Srª Terezinha Fonseca de Mora, para exercer as funções de Professora Rural da Escola "Nau de Guerra ou Fragata", no lugar denominado "Barra de São João", no Município do Quartel Geral, próximo ao Distrito do Quartel São João.

De acordo com a Portaria do (DEM) Secretaria da Educação Nº 249/68 de 27 de outubro de 1968 é autorizado a funcionar o

Ginásio Anchieta na cidade de Quartel Geral. Tratava-se de uma Escola particular que fornecia as últimas quatro séries do Ensino Fundamental, mais tarde o Estabelecimento de Ensino sofre uma alteração em seu nome, em 25 de outubro de 1972, por meio do Decreto 14.924 o nome passa a ser Escola da Comunidade Anchieta 1º Grau.

Em 30 de abril de 1973 por meio da Lei nº 378 o Prefeito Municipal cria a Biblioteca Pública Municipal.

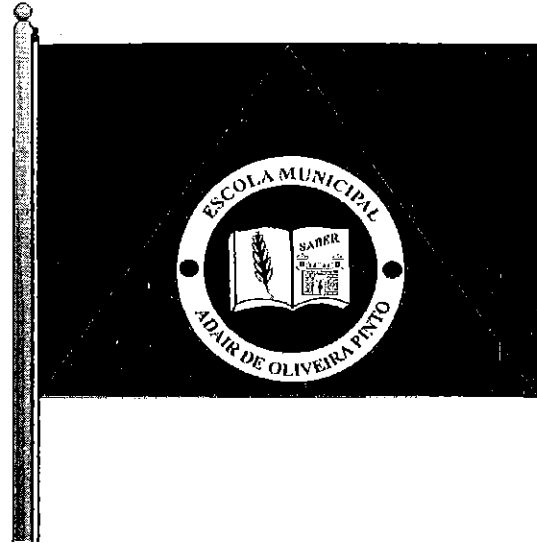
Em 08 de novembro 1974 por meio do Decreto nº 269, o Prefeito Municipal cria a Escola Rural no lugar denominado "Jacu".

No ano de 1986 a Escola da Comunidade Anchieta 1º Grau sofre mais um acréscimo em seu nome e passa a chamar-se Escola da Comunidade "Padre Anchieta" e inicia o funcionamento do ensino de 2º Grau.

Em 10 de agosto de 1993 por meio da Lei Municipal 749, autoriza o Município a encampar ou municipalizar a Escola da Comunidade "Padre Anchieta" de Quartel Geral, assumindo todo o passivo e ativo do educandário, que passou a denominar-se Escola Municipal "Padre Anchieta" de 1º e 2º Graus.

Em 22 de fevereiro de 2002 por meio da Lei Municipal 899, a Escola Municipal "Padre Anchieta" passa a se chamar Escola Municipal Adair de Oliveira Pinto.

Em 19 de novembro de 2007 a diretora da Escola Municipal Adair de Oliveira Pinto, Rozélia Geralda de Oliveira, adotou o Braço e Bandeira criados por Valter Magalhães Pinto, com as seguintes descrições e interpretação:



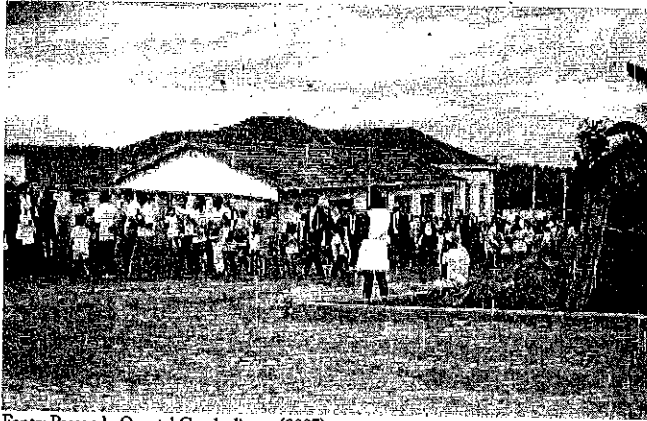
Escudo circular de campo de blau (azul) carregado com um livro aberto de prata que tem à direita um ramo de louro de sinople (verde) significando “Glória” e a sinistra (esquerda) o dístico “SABER”, em azul, o “SABER” e a Glória são as metas do estudo. Abaixo do “SABER” o Forte Militar de prata, do século XVIII, evidenciando o topônimo da cidade de QUARTEL GERAL-MG. Um listel carregado com os seguintes dizeres de blau (azul): ESCOLA MUNICIPAL ADAIR DE OLIVEIRA PINTO, separados por dois bezantes azuis.

Bandeira triangulada de vermelho e duas faixas iguais ladeando o triângulo nas cores: a direita AZUL e a esquerda verde, tendo na parte triangulada o escudo do estabelecimento nas suas cores. O azul, o verde e o vermelho são as cores tradicionais da Escola e o triângulo vermelho simboliza a principal peça da Bandeira de Minas Gerais, perfazendo assim as cores do Município, que são: o azul, o verde e o vermelho, representando respectivamente: a água e o solo.

Até os dias atuais o prédio principal ainda conserva a sua originalidade, desde que fora construído. Essa construção ocorreu sob a responsabilidade de particulares. O prédio é original, não sofreu alteração relevante ao longo dos anos, apenas um aumento na retaguarda do prédio e substituição de piso em alguns setores, sendo o seu uso destinado exclusivamente ao ensino escolar desde a sua construção.

4.7.2 - Escola Pública Estadual

Em 1956 foi instituído o Grupo Escolar Marechal Hermes, tendo em sua estrutura maior número de alunos e funcionando com um quadro amplo de profissionais da Educação sob responsabilidade Estadual.

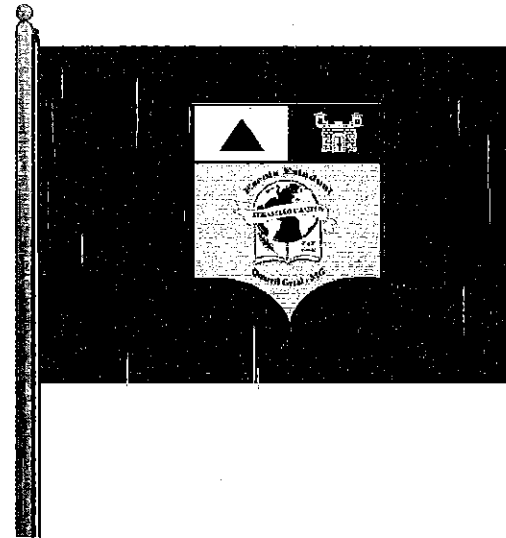


Fonte: Passando Quartel Geral a limpo (2007).

Em 1998 a Escola Estadual Marechal Hermes foi municipalizada e os funcionários ficaram em adjunção e a disposição do Governo Estadual.

No dia 05 de junho de 2002, por meio do Decreto 42622 e da Portaria 1575 de 19 de junho de 2002, a Escola Estadual Marechal Hermes passa a ser denominada Escola Estadual Sebastião Campos.

Em maio de 2010 o diretor da Escola Estadual, Geraldino Elias dos Santos, adotou o Brasão e Bandeira para a Escola Estadual Sebastião Campos, criados por Valter Magalhães, com as seguintes descrições e interpretação:



Escudo Francês modificado, contornado em preto de campo cinza. Em abismo carregado em chefe com o planeta Terra, evidenciando os principais continentes, instigando ao aluno para que seja um cosmopolita, um livro aberto em ouro, mostrando o acesso ao conhecimento e a sua riqueza, que tem à direita um ramo de louro na cor verde significando "Glória" e à sinistra as inscrições de 1º e 2º Graus em preto, modalidade de Ensino que compreende a Escola, envolvendo o escudo, um listel acima do planeta Terra carregado com os seguintes dizeres em preto: ESCOLA ESTADUAL, ao centro outro listel em preto numa faixa branca: SEBASTIÃO CAMPOS e abaixo do livro aberto outro listel: QUARTEL GERAL - MG.

Bandeira na forma retangular, tipo bandeira universal na cor azul, significando a ordem e a paz. No centro o escudo do estabelecimento nas suas cores, sobreposto por uma faixa dividida em duas partes iguais, à direita um triângulo vermelho que é a principal peça que compõe a bandeira Oficial do Estado de Minas Gerais, situando o Estado ao qual pertence o Estabelecimento de Ensino, e à sinistra

um Forte Militar em prata, do século XVIII, evidenciando o topônimo da cidade que situa a Escola.

4.8 - Cemitérios

Para os cristãos o interior da igreja é um local sagrado. No passado, os devotos que podiam pagar o valor cobrado pelo Vaticano eram enterrados dentro da igreja, mas, com o passar do tempo o espaço dentro da igreja para o sepultamento se tornava diminuto, além da dificuldade de manutenção do assoalho de madeira que sempre sofria a soltura das tábuas quando havia enterros e as frequentes missas. Portanto, os dirigentes da igreja mudaram o lugar de sepultamento e, para não perder os fiéis e o dinheiro, continuaram a realizar o sepultamento no lado externo da igreja, por este ser considerado também local sagrado, tanto quanto no interior da igreja.

Embora não conste nos registros sepultamentos no interior da igreja de Quartel Geral, ela seguiu o mesmo procedimento, ou seja, foi estabelecido o local do cemitério em frente à igreja, onde hoje encontra-se a Praça Pública. Esse cemitério foi criado logo que houve a transferência da sede da Milícia do ribeirão Pari para a região dos entre-córregos Porfírio e Cafanjo, isto é, no fim do século XVIII e início do século XIX.

Em 09 de março de 1959, o Prefeito Municipal sanciona a Lei Municipal nº 87 autorizando o Governo Municipal a encampar o cemitério pertencente à Igreja Católica Apostólica Romana. A Prefeitura construiu outro cemitério, em virtude do crescimento da cidade, pois, o mesmo já se encontrava dentro da mancha urbana. Ele encontra-se no alto da rua Hipólito Pinto. Com o novo cemitério em funcionamento a Prefeitura transforma o antigo cemitério em praça pública.

“Por entrevista feita a Marlene Silva de Araújo, nessa época da transformação do cemitério em Praça Pública era possível ver os restos mortais, sendo que estes não foram removidos para o novo cemitério. Os vizinhos desse cemitério reclamavam pelo incômodo da poeira que saía do pátio de reforma e adentrava para o interior das

residências. A Prefeitura não realizou a remoção dos restos mortais.” (Informação verbal)²⁸

Por ocasião da reforma da atual praça na década de 80, as escavações expunham os restos mortais de pessoas enterradas no passado, certificando que ali fora um cemitério e que os restos mortais permaneceram no local. Outra reforma ocorrida em julho de 2010, pela Prefeitura Municipal de Quartel Geral-MG, com o objetivo de construir um banheiro público, as escavações descobriram várias ossadas: crânios, ossos dos membros superiores e inferiores, pedaços de madeira, pregos, além de botões de roupas. Nesse cemitério que foi enterrado o filho de Tiradentes.

Sobre a data da morte de João de Almeida Beltrão, é Corrêa (1948) quem afirma:

Em documentos existentes nos cartórios de Dores do Indaiá, e em muitos particulares em meu poder, o termo foi sempre Indaiá – a partir de 1805, o tal papel, copiado pelo Dr. Lúcio dos Santos, deve, portanto, ser anterior pelo menos a 1850, porque já fala no falecimento de João Beltrão, anterior ao de sua mãe.

A (RAPM Ano IX Fascículo I e II p. 335-336) também afirma sobre a morte de João de Almeida Beltrão:

Do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado Tiradentes, e de Eugenia Joaquina da Silva, nasceu João de Almeida Beltrão que casando-se com Maria Francisca da Silva, nascerão do casal nove filhos. João de Almeida Beltrão faleceu no lugar denominado – Quarteis-geraes município do Indayá M^a Francisca da Silva faleceu em Uberaba.

Destarte, a praça que situa em frente a Matriz do Divino Espírito Santo em Quartel Geral é o jazigo de João Almeida Beltrão,

²⁸ Entrevista realizada pelo autor no dia 18 de julho de 2009, referente às origens de Quartel Geral-MG. Marlene é irmã do autor.

filho de Tiradentes, pois, o mesmo foi sepultado em Quartel Geral, local onde vivia juntamente com sua família e Mãe, merecidamente esta Praça deveria ser denominada PRAÇA JOÃO DE ALMEIDA BELTRÃO.

Houve outro cemitério no Município de Quartel Geral: cemitério da Marmelada. Hoje esse lugar é chamado de Cruzeiro, em razão de encontrar-se uma cruz isolada no extinto cemitério, esse cruzeiro simboliza a religiosidade das famílias que habitavam a movimentada região da Marmelada no final do século XVIII até meados do século XX. Esta cruz indica o centro do antigo cemitério, localizado nas Coordenadas 19° 21' 89.0" de latitude Sul e 45° 63' 91.0" de longitude Oeste, elevação 731 metros de Altitude.

Nesse antigo cemitério ainda existem tumbas cobertas por pedras sinalizando o local onde repousam os corpos daqueles que morreram na região da Marmelada, Capim Branco, Oncinha, Esteio e Pântano. O sepultamento ocorria nesse cemitério em razão de ser mais próximo para os moradores ao que existia em Quartel Geral, além das péssimas condições que ofereciam as estradas naquele período. Esse local de sepultamento encerrou suas atividades assim que a Prefeitura encampou o cemitério que pertencia à Igreja Católica na década de 1950, após essa data, os corpos passaram a ser sepultados no cemitério da cidade de Quartel Geral.

“Por entrevista feita a Simão Álvares, o cemitério da Marmelada possuía o cercamento tipo curral (cerca de tábuas) com dimensões aproximadamente 30m X 40m. No local anualmente ocorria uma festa religiosa, momento em que eram rezados terços pelos moradores dos arredores da Marmelada, Capim Branco, Oncinha, Esteio e Pântano. Próximo dele havia uma venda (comércio), e ao lado deste uma cisterna, servia de referência e apoio logístico, onde funcionava

ponto de troca de informações, realização de refeições e negócios, entre os moradores locais e para os viajantes". (Informação verbal)²⁹

O município possui mais dois cemitérios em funcionamento, sendo um no Distrito de Quartel São João e outro no Povoado de Campo Alegre.

CAPÍTULO 5
DISTRITO E POVOADOS
DE
QUARTEL GERAL

²⁹ Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2008, referente às origens de Quartel Geral-MG.

5.1 - Distrito Quartel São João

O Distrito de Quartel São João nasceu do Forte Militar da Milícia chamado de Quartel São João, significando que a construção foi inaugurada no dia do Santo que recebe o mesmo nome. Ele foi criado no ano de 1774 com a finalidade de impedir pessoas não autorizadas a entrar na Nova Lorena Diamantina. No ano de 1800, José Vieira Couto fez registro de sua passagem no Quartel São João. Esse Quartel possuía uma tropa de pronto emprego, ou seja, enquanto Quartel Geral tinha a Caixa de Diamantes e militares para fazerem a segurança, Quartel São João possuía em seu quadro um grande efetivo de tropa montada, pois, era ali Caminho Oficial (Estrada Real) de ligação entre as Vilas do Pitangui e Paracatu, Picada do Goiás. Portanto, Quartel São João fora um ponto estratégico, inclusive existia nesse Quartel presídio para encarcerar aqueles transeuntes em desacordo com a lei daquela época (FIÚZA, 2006).

Segundo O Mapa DISTRITO DOS DIAMANTES - Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas (1802), O forte do Quartel São João está localizado junto à Picada para Goiás, aproximadamente três Km a Oeste da sede do atual Distrito, próximo a nascente do córrego Queixada, evidenciando ter ocupado as coordenadas: elevação 914 m de altitude, 19° 24' 48.1" a Sul e 45° 78' 0 59.8" a Oeste, desse ponto pode-se avistar os topônimos Nau de Guerra, Fragata, Três Irmãos e uma imensidão de mares de morros¹, levando o observador a imaginar que está em alto mar e avista duas embarcações fundeadas em alto mar, Nau de Guerra e Fragata são pontos de comando, principalmente dos caminhos desafiados que se encontram com o rio Indaiá o que facilitou a vigilância das patrulhas.

1 Seu nome decorre da feição que as formas do relevo conferem à paisagem, com sucessivos morros arredondados, resultantes da erosão em terrenos de clima úmido. O clima tropical, com chuvas abundantes e concentradas no verão, contribui para que o intemperismo seja muito intenso. Isso ocasiona maior instabilidade nas encostas, que, sem cobertura vegetal, acabam registrando muitos deslizamentos.

O Surgimento do primeiro Povoado de Quartel São João ocorreu em local diferente onde se encontra o atual Distrito, o antigo situava-se nas Coordenadas: elevação 927 m de altitude, 19° 26' 35.1" a Sul e 45° 77' 89.1" a Oeste, confrontava-se a Oeste com o morro do Chapéu, ficando o cemitério à esquerda e o Capão da Fortuna à direita, distante aproximadamente uma légua da nova localização. O povoamento iniciou-se na vertente entre uma das nascentes do ribeirão Veados e córrego Guido e desse ponto a topografia propicia a observação das elevações Nau de Guerra e Fragata.

Além da oralidade, a prova cabal da existência do primeiro povoado de Quartel São João são as ruínas das antigas construções, além da proximidade do cemitério desse local com apenas 150 metros de distância. O cemitério que ainda continua em funcionamento possui 35 x 35 metros cercado por muro de alvenaria. Ele está localizado nas coordenadas: elevação 946 m de altitude, 19° 26' 50.1" a Sul e 45° 77' 82.5" a Oeste.

"Por entrevista feita ao Waldir Araújo de Sousa, eu tinha um livro que o meu pai, Antônio Salvino, andou na região toda angariando donativos para construir este cemitério é um livro de capa vermelha (...), isso tem anos demais eu nem era nascido". (Informação verbal)²

"Por entrevista feita ao Waldir Araújo de Sousa e Belchior Gomes de Moura, o motivo da mudança do povoado foi em razão da falta de espaço físico para construir as residências e casas de comércio naquela época o povoado começava a ter seu crescimento, e o proprietário das terras onde, estava localizado, não fazia a doação de parte de suas terras para o devido aumento do povoado. O incentivo da mudança veio da doação de um local pelos fazendeiros Pedro Alves e João Eloi, eles doaram espaço de suas fazendas para a construção do atual Quartel São João, sendo a água vertente direita doada

2 Entrevista realizada pelo autor no dia 19 de julho de 2008, referente às origens de Quartel São João. Waldir é morador de Quartel São João.

pelo Pedro Alves e água vertente esquerda doada pelo João Eloi". (Informação verbal)³

Após a mudança para o novo espaço cedido pelos fazendeiros, o novo povoado inicia sua expansão e importância na região, localizado nas coordenadas 19° 14'57.0" de latitude Sul e 045° 46' 00.8" de longitude Oeste, elevação 954 metros de altitude.

"Por entrevista feita ao Waldir Araújo de Sousa, Quartel São João era muito bem habitado. Na década de 1958 o Distrito contava com um número maior de moradores do que os dias atuais e tal fato se deu em razão da grande produção de café. Naquela época, na ocasião das eleições havia aqui uma Zona Eleitoral, especialmente para os moradores de Quartel São João, a qual contava com 376 eleitores. A Escola local possuía seis classes de alunos, no Distrito podiam-se encontrar: uma farmácia, duas lojas, duas máquinas de beneficiamento de café e seis comércios de secos e molhados, além de açougue". (Informação verbal)⁴

Em 12 de dezembro de 1953, quando o Município de Quartel Geral foi emancipado, o Distrito de Quartel São João deixou de pertencer a Dores do Indaiá-MG e passou a pertencer ao Município de Quartel Geral-MG.

No dia 14 de abril de 1958 o Prefeito Municipal assina a Lei de nº 68 autorizando a criação do Distrito de Quartel de São João - Distrito do Município de Quartel Geral-MG, com a seguinte linha divisória:

Inicia na 'Serra do Tosta' exatamente na divisa deste Município com o de Dores do Indaiá, no ponto que fica mais próximo da nascente do córrego 'D'água Fria'; desse ponto, em reta, à nascente do

³ Entrevista realizada pelo autor no dia 19 de julho de 2008, referente às origens de Quartel São João. Waldir é morador de Quartel São João.

⁴ Entrevista realizada pelo autor no dia 19 de julho de 2008, referente às origens de Quartel São João. Waldir é morador de Quartel São João.

córrego 'D'água Fria', referido, por este abaixo até a sua foz no córrego 'Santana'; pelo córrego 'Santana' abaixo até a sua foz no ribeirão 'Marmelada', pelo 'Marmelada' acima até a afluição do córrego da 'Gurita'; pelo córrego da 'Gurita' até sua nascente e desse ponto, em linha reta, ao ponto mais próximo; por este último córrego abaixo, seguindo as atuais divisas desse Município com o de Abaeté até sua foz no rio 'Indaiá'; e daí, seguindo exatamente as divisas desse Município com o de Tiros, São Gotardo e Dores do Indaiá, até o ponto donde teve início a linha divisória (LEI NR 68 DE 14/04/1968).

No entanto, a criação do Distrito só aconteceu no dia 30 de dezembro de 1962 pela Lei nº 2.764, obedecendo a área acima descrita.

Em 14 de março de 1964 foi instalado o Cartório de Paz chefiado pelo Escrivão de Paz, Waldir Araújo de Sousa, o qual ainda está em funcionamento e constam os registros de nascimento, casamento e óbito dos moradores desse Distrito.

A crise capitalista afetou a produção de café no Brasil, consequentemente atingiu as grandes lavouras que existiam nos arredores de Quartel São João. O êxodo rural ocorrido nos anos 60 removeu os residentes do Distrito de Quartel São João para outras paragens à procura de escolas e melhores empregos esvaziaram o Distrito. Atualmente restam poucos moradores com um total de 18 residências.

5.2 - Povoado do Araçá⁵

O nome se deu em razão da grande quantidade de frutos de mesmo nome que havia nessa região. Esse povoado fica distante aproximadamente 6 km do Distrito Quartel São João, trata-se de um ponto dominante que fazia parte do trajeto da Estrada Oficial da Coroa, ligando o Quartel de São João ao Quartel e o de Santa Anna (hoje Cedro do Abaeté-MG). Os caminhos na região foram construídos ao longo dos espigões de maior altitude, para facilitar os deslocamentos com menor esforço, além de favorecer a observação à distância por parte das patrulhas compostas pelos Soldados da Milícia, os quais eram responsáveis pela ordem e fiscalização das redondezas. Esses pontos altos às vezes eram mais visitados pelos garimpeiros, índios e quilombolas do que pelos próprios militares, pois, nessa área imperava a informação e a contra-informação daqueles que praticavam a garimpagem às escondidas.

Araçá comunica-se visualmente com os Morros testemunhos, Nau de Guerra, Fragata, além de avistar o Distrito de Quartel São João, Dolores do Indaiá e Quartel Geral. A privilegiada visão facilitava sobremaneira a comunicação entre os atores que operavam na clandestinidade, visando economizar tempo e espaço sem serem percebidos ou apanhados pela fiscalização. Araçá está localizado em uma altitude de 928 metros.

Nesse altiplano verifica-se a borda do Mar de Bambuí ao observar a camada de deposição de pouca profundidade. Observa-se ainda, a presença de cangas⁶, no entanto, o verdete aparece com mais intensidade. Nesse local não se encontra sedimentos e/ ou quartzo arrastado pela força hídrica, como é encontrado nos morros testemunhos da região, o que comprova que o lugar já estava sob as calmas

⁵ Nome dado a um tipo de goiaba natural da região.

⁶ Crostas de óxi-hidróxidos de ferro e alumínio, com teores variáveis de sílica formadas por laterização.

águas do mar de Bambuí, e não da primitiva planície do rio Indaiá à procura do leito original.

Pode-se encontrar nas principais ravinas e ou nascentes dos córregos da região do Araçá samambaiçu⁷, esse vegetal pioneiro indica que o solo ainda está em formação, isto se deve em razão do verdete ser de difícil intemperização. Araçá é a janela cárstica do Município de Quartel Geral-MG.

O povoado passou a pertencer ao Município de Quartel Geral em 12 de dezembro de 1953, quando o Município de Quartel Geral foi emancipado. Araçá teve seus dias de glória, com bastante casario, escola e população. Seguindo os mesmos motivos de Quartel São João, Araçá teve seu declínio e infelizmente sofreu o esvaziamento populacional, foi reduzido a casas abandonadas e sedes de fazendas solitárias.

⁷ Pode atingir até 20 metros de altura e ela é uma das espécies vegetais mais antigas, contemporânea dos dinossauros.

5.3 - Povoado do Campo Alegre

O nome de Campo Alegre se deu em razão de sua posição geográfica proporcionar visão privilegiada das terras agricultáveis em sua lãjãncia e também por servir de belvedere regional e esses campos produziam grãos e animais para fornecer logística ao garimpo no rio Indaiã. Campo Alegre era um ponto estratégico que fazia parte dos caminhos do Indaiã, ou seja, partindo de Quartel Geral era um dos pontos de apoio, o qual está localizado estrategicamente próximo ao dos diamantes nas coordenadas 19° 29' 55.8" de latitude Sul 045° 7' 55.2" de longitude Oeste e altitude 715 metros.

“Por entrevista feita ao Isauro de Paula Aguiar, no passado possuiu três comércios de secos e molhados, uma farmácia, loja, açougue, cartume, dentista, padaria, e bar com sinuca. Foi ponto de reunião para negócios e festas, nestes arredores havia grande plantação de café, além de criação e engorda de porcos, para o fabrico da banha, havia também a criação de bovinos. Esses produtos eram transportados em carros de boi para a Barra do Funchal (ramal ferroviário) para Quartel Geral-MG e Dolores do Indaiã-MG. Campo Alegre recebia mercadoria manufaturada oriunda dos grandes centros via Quartel Geral e Barra do Funchal.” (Informação verbal)⁸

Hoje o povoado conta com apenas 17 casas, capela, campo de futebol, bar, posto telefônico, cemitério e a escola encontra-se parada por falta de alunos. O cemitério comprova o grande fluxo de pessoas que havia na redondeza, ele possui várias tumbas e cruces de madeira em seu interior, os mais afortunados naquela época eram enterrados em túmulos com lápide e coberto com pedras, os demais eram enterrados em covas comuns, indicando o local apenas com uma pequena cruz de madeira. O cemitério ainda em funcionamento

⁸ Entrevista realizada pelo autor no dia 19 de julho de 2008, referente às origens do Povoado de Campo Alegre. Isauro Aguiar, morador de Quartel São João.

possui a medida de 27 x 27 m, cercado por muro de alvenaria de 1,50 m de altura.

O povoado passou a pertencer ao Município de Quartel Geral em 12 de dezembro de 1953, quando o Município de Quartel Geral fora emancipado politicamente.

5.4 - Povoado do Japão

O nome do Povoado originou-se do nome *Japá*, de acordo com a língua dos índios Tapuias (antigos habitantes da nova Lorena Diamantina) significa esteira tecida com palmas de palmeiras, que era largamente utilizada para cobrir cabanas e forrar o solo. Naquela época havia muitas palmeiras na área. Mais tarde a grafia JAPÁ é trocada por JAPAM, como pode ser visto em diversos mapas e documentos e por último para JAPÃO, estas trocas aconteceram em razão da língua Geral.

Segundo o Arquivo Público Mineiro, o primeiro proprietário da fazenda com este nome foi Antônio Pezeira de Castro, um dos importantes fazendeiros da época, em virtude de suas posses, o qual forneceu muita telha e tijolo para as construções no Quartel Geral-MG.

De acordo com o Mapa CAPITANIA – Theil der neuen Karte der Capitania Von Minas Gerais. Aufgenommen von W. Von Eschwege. (1821), o povoado do Japão foi nominado como um povoado de índios, este documento vem mostrar que havia neste povoado um número maior de índios do que brancos e negros, na época de sua confecção. O povoado ficava junto à estrada que ligava Dores do Indaiá e Quartel Geral, próximo da margem esquerda da nascente do córrego da Menina, posição diferente da que é encontrada o povoado hoje.

O Povoado do Japão localiza-se nas coordenadas 19° 19' 50.8" de latitude Sul e 045° 34' 43.7" de longitude Oeste e 656 metros de altitude, fica distante aproximadamente 6.000 metros de Quartel Geral, possui 15 residências com 25 moradores, Capela e Escola, a qual se encontra paralisada em razão de ausência de aluno.

Japão passou a pertencer ao Município de Quartel Geral em 12 de dezembro de 1953, quando o Município de Quartel Geral é emancipado.

5.5 - Povoado Pindaíbas

O nome foi originado em razão do povoado ter sido situado junto ao cerrado que naquela época contava com grande quantidade de árvores de pindaíbas.

Conforme mostra o Mapa CAPITANIA – Theil der neuen Karte der Capitania Von Minas Gerais. Aufgenommen von W. Von Eschwege. (1821), o povoado de Pindaíbas foi denominado como um povoado de índios; o documento vem mostrar que nele também havia mais índios do que brancos e negros. O povoado ficava junto à estrada que ligava Dores do Indaiá e o então Povoado de Quartel Geral, entre o povoado do Japão e Quartel Geral, com o passar do tempo o povoado desapareceu.

5.6 - Povoado Veados

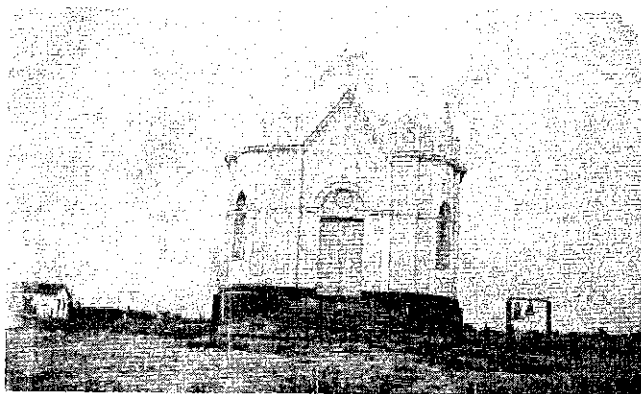
Segundo o Mapa CAPITANIA – Theil der neuen Karte der Capitania Von Minas Gerais. Aufgenommen von W. Von Eschwege. (1821), o povoado Veados foi denominado como um povoado de índios, o documento como nos dois povoados acima descritos mostra que havia mais índios do que brancos e negros. Ele ficava junto à estrada que ligava Dores do Indaiá e o então Povoado de Quartel Geral, entre o povoado do Japão e Quartel Geral, entre o ribeirão Veados e o córrego Jacu, mais precisamente próximo à margem direita do médio córrego Jacu, o povoado deixou de existir na década de 1960.

CAPÍTULO 6
RELIGIÃO, FESTEJOS
E TRADIÇÕES
DE
QUARTEL GERAL

É inegável que por meio da arte se desenvolve uma linguagem, uma forma de expressão cultural como espaço e ações, esta é uma síntese da alma, dos costumes e tradições, provocar e cultivar a criatividade, despertar os sentidos em toda a sua plenitude em níveis sociais e culturais, isto sim é a arte popular, é a cultura de um povo.

Quartel Geral foi o portal dos diamantes, do sertão, do campestre, do desafio e do desafiante, da cultura, da tradição e dos costumes da Nova Lorena Diamantina.

6.1 - Histórico da Igreja Divino Espírito Santo



Fonte: Luzia Lucilla Medeiros de Oliveira (D. Luzia)

No passado não houve uma preocupação em fundamentar a criação da capela em Quartel Geral. Cabe ressaltar que anterior ao ano de 1889, havia um tratado entre a Igreja e o Estado, chamado de concordato, ou seja, o Império Português protegia a Igreja e esta protegia o Império. A Igreja no período da Colônia encontrava-se unida ao Estado. Destarte, os vigários (ou Párocos) das igrejas eram responsáveis pelos registros das terras e certidões, como as de nascimento e de casamento.

Por meio de várias pesquisas realizadas inclusive junto à Igreja Católica de Dores do Indaiá, a Igreja do Divino Espírito Santo esteve vinculada por muitos anos, mas não consta registros de datas específicas do surgimento da Igreja em Quartel Geral. De acordo com a história oral e poucos documentos oficiais, ela surgiu juntamente com o povoado de Quartel Geral.

O registro paroquial possuía função precípua de descrever as posses das terras possuídas no Império existente em todas as províncias brasileiras. Esse acordo terminou quando surgiu a República, no dia 15 de novembro de 1889, pois, a partir dessa data Estado e Igreja se separaram e iniciou-se a criação dos Cartórios, o Decreto de 07 de janeiro de 1890 separou a Igreja do Estado.

“Por entrevista feita ao Padre Paulo Dias Barbosa, como o Brasil foi descoberto pelo Nordeste, a primeira Diocese¹ criada no Brasil foi a de Salvador-BA. Passados alguns anos do descobrimento, criou-se a Diocese do Rio de Janeiro, que coordenava as terras a partir de Minas Gerais até o Sul, pois, a primeira coordenava as terras do Norte/Nordeste. Os Jesuítas dão entrada no Brasil e iniciam a Diocese de São Paulo e assim foram surgindo as Dioceses e o território foi sendo dividido conforme a criação das Dioceses. Quando foi criada a primeira Diocese de Minas Gerais, sendo esta a de Mariana, ficou acertado que o domínio dessa Diocese seria a partir da margem direita do rio São Francisco, não podendo ter direitos a partir da margem esquerda do mesmo. O território que compreendia o lado esquerdo do rio São Francisco, incluindo a região à direita da serra da Canastra e ao Norte da serra da Mantiqueira pertencia à Capitania de Pernambuco, inclusive a Nova Lorena Diamantina estava inclusa nesta área, conseqüentemente a Igreja de Quartel Geral ficou pertencendo canonicamente a Pernambuco-Olinda, pois a Capitania

¹ Em virtude de ter sido a primeira Diocese a ser criada no Brasil, seu Arcebispo é chamado de Arcebispo Primário, ou seja, o Arcebispo da primeira Diocese criada no Brasil.

de Pernambuco comandava a margem esquerda do rio São Francisco. (Informação verbal)²

“Por entrevista feita ao Padre Paulo Dias Barbosa, Quartel Geral estava subordinado a uma administração eclesiástica que ficava a milhares de quilômetros, causando transtornos na coordenação, controle e logística, ficando a região carente de assistência do Estado/Igreja. Quartel Geral ficou prejudicado nesse sentido, pois, ninguém respondia presencialmente pelos assuntos canônicos na vasta região de Quartel Geral. A influência canônica que Quartel Geral recebia, tinha como ponto de encontro a Vila de Paracatu, utilizando a Picada de Goiás, caminhos anteriormente citados. Somente em 17 de setembro de 1860, por Decreto Pontifício, é que houve a transferência da referida subordinação de Olinda para Mariana, quando Quartel Geral já era Distrito. (Informação verbal)³

“Por entrevista feita ao Padre Paulo Dias Barbosa, como a Igreja respondia também pelo viés civil, ou seja, tinha direitos e deveres do Estado⁴, esta distância também teve as suas influências, principalmente quando o ouro inicia a sua escassez, em Ouro Preto, e começa a aparecer em Pitangui-MG. Os escravos que trabalhavam nas minas auríferas de Pitangui-MG, começaram a fugir para o Indaiá, e iniciaram garimpagem às escondidas da Coroa. A partir desta fase dá-se a CORRIDA DO DIAMANTE na região do Indaiá. (Informação verbal)⁵

Paralelo a esta CORRIDA DO DIAMANTE, fora fundado o Quartel Geral do Indaiá para fiscalizar, regulamentar e dar suporte

2 Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2009, referente às origens de Quartel Geral-MG. Padre Paulo é o Pároco em Quartel Geral-MG.

3 Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2009, referente às origens de Quartel Geral-MG. Padre Paulo é o Pároco em Quartel Geral-MG.

4 O Estado mantinha financeiramente o Padre e o Bispo para desempenhar este trabalho (registros de terras, testamentos, e demais registros do que acontecia em suas áreas de responsabilidades) por meio de um acordo que o Estado e a Igreja mantinham, sendo este chamado de Cóngrua, o que dispensava os fieis das despesas realizadas com a Igreja.

5 Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2009, referente às origens de Quartel Geral-MG. Padre Paulo é o Pároco em Quartel Geral-MG.

ao garimpo. Esse local passou a ter sua importância para o Estado e para o Vaticano, ou seja, riquezas para os dois.

O Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignácio Correya Pamplona, Regente Chefe da Legião. Ca. (1784), apresenta vários núcleos religiosos (Matriz, Capelas, etc) situados na Nova Lorena Diamantina e Campo Grande. Há cerca de 20 estabelecimentos religiosos, alguns levantados por Inácio Correia Pamplona. Todavia não consta a localização da então Capela do Divino Espírito Santo, no entanto, no ano de 1804, Felipe Ferreira de Camargos é nomeado guarda-mor substituto do Distrito da Capela do Espírito Santo do Indaiá, isto comprova que ela surgiu depois do ano de 1784 e anterior ao ano de 1804, ou seja, ela surgiu juntamente com o Quartel Geral situado entre córregos Cafanjo e Pedro Porfírio, no ano de 1799.

Segundo o Mapa CAPITANIA – Theil der neuen Karte der Capitanía Von Minas Gerais. Aufgenommen Von W. Von Eschwege. (1821), nele está representado o Posto de Fiscalização de Quartel Geral do Indaiá. Ora se em 1784 não havia capela junto ao Quartel Geral e já no ano de 1804 já existia a capela e junto a ela existia um Quartel Geral, isto nada mais é do que outra prova que a sede do primitivo Quartel Geral mudou-se das margens do Ribeirão Pari para a região de entre-córregos Pedro Porfírio e Cafanjo, no fim do século XVIII e início do século XIX, no ano de 1799, como consta no capítulo anterior.

“Por entrevista feita a Eduarda de Laura, a Igreja primitiva (pequena Capela) fora construída nas proximidades de onde se encontra a atual, um pouco à esquerda. Quando cheguei em Quartel Geral, ainda era criança, lembro que a Igreja era bastante velha, ela estava quase caindo, a construção dela era diferente”. (Informação verbal)⁶

6 Entrevista realizada pelo autor no dia 14 de julho de 2007, referente às origens de Quartel Geral-MG, Eduarda é a moradora mais antiga de Quartel Geral, nascida em 13 de Outubro de 1907.

A primeira Capela do Quartel Geral era modesta e um pouco mais afastada da atual, mais tarde foi construído um novo prédio, embora menor, mas com material de alvenaria, telhas de barro e piso com ladrilho e desprovida de torre. No dia 25 de maio de 1969 foi construída a atual torre e em 12 de dezembro de 1978 foi construído o coreto ao lado da igreja. No ano de 2010 foi construído um domo e mais duas alas em complemento do mesmo imóvel. A Igreja está localizada na Avenida Dona Eugênia s/nº e tem como padroeiro o Divino Espírito Santo. As principais festas religiosas são: Festa do Divino Espírito Santo, Festa do Rosário, Festa de São Sebastião, Festa de Nossa Senhora Aparecida e Comemoração da Semana Santa. Na zona rural existem as seguintes Capelas: do Quartel São João, do Campo Alegre e do Japão.

6.1.2 - *Histórico da Igreja Testemunhas de Jeová*

O Salão⁷ do Reino das Testemunhas de Jeová surgiu em Quartel Geral em 1994 e está localizado na rua Antônio Quirino nº 578.

O dirigente é chamado de Ancião e a principal comemoração realizada pelas Testemunhas de Jeová é a morte de Cristo, com data prevista segundo o calendário Judaico.

6.1.3 - *Histórico da Igreja Pentecostal Deus é Amor*

A Igreja Pentecostal Deus é Amor teve início em 24 de maio de 1986. Suas principais comemorações são: o aniversário da Igreja, campanhas religiosas, congresso de jovens e senhores, Luz Divina e multidão para Cristo. A Igreja está localizada na rua Maria Alves do Carmo nº 46.

6.1.4 - *Histórico da Igreja Congregação Cristã no Brasil*

A Igreja Cristã no Brasil chegou em Quartel Geral em outubro de 2001, ela trabalha com obras da piedade (serviço social), viagens missionárias, não tem comemoração específica e está localizada na rua Augusto Roseno nº 514.

6.1.5 - *Histórico da Igreja Assembléia de Deus*

Não se sabe a data da criação da Igreja em Quartel Geral e suas principais atividades são os cultos e viagens missionárias para os

⁷ Local onde são presididas as reuniões.

encontros Evangélicos. A Igreja Assembléia de Deus está localizada na rua José Lourenço nº 145.

6.1.6 - *Histórico da Igreja Assembléia de Deus Madureira*

A Igreja Assembléia de Deus surgiu em 1987. Suas principais comemorações são: aniversário da Igreja e viagens missionárias para encontros Evangélicos, reuniões de obreiros e convenções Estadual e Nacional. A Igreja está localizada na rua Tenente Ezequiel Calabro nº 338.

Segundo o líder da Igreja ela surgiu pela revelação de Deus a Daniel Berg e Bunyar Vingrem. Eles saíram de Nova Iorque, Estados Unidos no dia 05 de novembro de 1910 com destino a Belém do Pará-Brasil e chegaram no dia 19 do mesmo mês. Foi na cidade de Belém do Pará que foi realizado o primeiro culto como Assembléia de Deus no Brasil, no dia 13 de junho de 1911, portanto, no dia 13 de junho de 2011 foi comemorado o centenário da Igreja Assembléia de Deus no Brasil.

6.1.7 - *Histórico da Igreja Batista Cristo Vive de Quartel Geral*

Em 1977 a Igreja iniciou o Evangelho em Quartel Geral. Suas principais comemorações são: aniversário da Igreja, encontros Evangélicos e cultos. O Templo está localizado na rua Francisco Fernandes nº 296.

6.1.8 - *Histórico da Loja Maçônica Vigilantes do Quartel*

Embora a Maçonaria não se trata de uma religião e sim de uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Cabe ressaltar que sua fundação ocorreu no dia 10 de março de 2001, por Hipólito Cândido da Silva, auxiliado por outros maçons. O Templo está localizado na rua Hipólito Pinto nº 500.

6.2 - *Festa do Divino*

O festejo do Divino Espírito Santo constitui-se em uma das antigas práticas do catolicismo e importante núcleo das devoções populares no Brasil, devoção herdada do colonizador português. Quando não tinha padre para celebrar a missa era então entoado o terço⁸ muitas vezes em agradecimento a uma graça alcançada e outras vezes para agradecer a chuva que caiu, ou pelo sol que permitira colher os frutos e sementes, além das promessas alcançadas.

“Por entrevista feita ao Padre Paulo Dias Barbosa, a Festa do Divino Espírito Santo teve início em Portugal, quando a rainha Isabel percebeu que seu reinado estava muito apático, então resolveu realizar uma festa para alegrar a Corte. Planejou a realização da festa do Divino Espírito Santo no dia de Pentecoste⁹, como era caridosa, convidou a plebe para participar da festa dentro do castelo, que nesse local havia capela. Quando todos estavam na sala do trono real, a rainha Isabel retirou a coroa do rei e a colocou sobre a cabeça de um senhor pobre, logo em seguida, retirou a sua coroa de rainha e colocou também sobre a cabeça de uma senhora pobre. Depois daquele momento e enquanto durasse o festejo todos deveriam obedecer a esse casal, os quais doravante seriam os imperadores. Os novos imperadores foram para a missa debaixo do pálio e sentaram próximo ao altar. O padre celebrou a missa, e logo após todos foram para a sala real realizar o almoço, é nesse sentido que o imperador durante os festejos oferece o almoço para os convidados. O novo rei e a nova rainha imperam durante toda a festa, no final do dia a rainha e o rei devolveram as coroas aos verdadeiros proprietários. Este fato fez a conexão com a Festa do Divino Espírito Santo. Diante do resultado positivo, a rainha Isabel passa a repetir a festa durante todo ano em

⁸ Repete cinco vezes (terça parte do rosário) a oração dominical acompanhada cada vez de dez Ave-Marias, quando a celebração era mais solene rezava-se o rosário inteiro.

⁹ Quinquagésimo dia depois da Páscoa.

seu reinado. Esse festejo foi difundido em vários países, inclusive no Brasil". (Informação verbal)¹⁰

Em Quartel Geral a festa do Divino Espírito Santo é caracterizada pelo culto ao Divino Espírito Santo, padroeiro da Matriz, todo ano, no mês de Maria, mantendo a preservação da religiosidade e da cultura popular do povo quartelense.

O festejo em Quartel Geral é realizado por quatro pessoas assim distribuídas: imperador de coroa grande e imperatriz de coroa grande, imperador de coroa pequena e imperatriz de coroa pequena. O Casal de coroa grande fica com a responsabilidade de fornecer o almoço e o de coroa pequena fica na responsabilidade de fornecer as refeições menores (café e lanche). Esta adaptação de coroa pequena foi colocada em prática para que os que possuem condições financeiras menos favorecidas possam participar também do evento religioso.

O início das comemorações da Festa do Divino Espírito Santo em Quartel Geral-MG está intrinsecamente relacionado à existência da Capela do Divino Espírito Santo. O Nome Divino Espírito Santo foi dado à Capela em virtude da época que foi construída a Capela em Quartel Geral. Era costume batizar um determinado lugar descoberto ou quando iniciava a construção com o nome de um Santo, pois, o domínio religioso era muito grande. Essa data aponta para o dia de Pentecostes, época da comemoração do Divino Espírito Santo.

A Festa do Divino Espírito Santo inicia com a reunião de uma parcela da sociedade quartelense que vai de madrugada em direção ao trevo da cidade, com a finalidade de recepcionar a banda de música oriunda da Polícia Militar de Bom Despacho-MG, a qual realiza alvorada festiva ao entrar na cidade, tocando os instrumentos em alto e bom tom. Quando a banda vai adentrando pela cidade, os moradores saem à rua para presenciar a alvorada festiva e saudarem

¹⁰ Entrevista realizada pelo autor no dia 26 de julho de 2009, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

os músicos e os acompanhantes. Os reis e rainhas estouram fogos de artifícios avisando a cidade que a festa se inicia, já com o café da manhã preparado. Preparados também estão os Ternos Dançantes principalmente o do Divino Espírito Santo, a festa inicia e termina com muita música, missas, procissões e promessas.

Quartel Geral é mantenedor dessa antiga tradição religiosa oriunda da Europa que é comemorar na época de pentecostes a Festa do Divino Espírito Santo. É nessa época que os quartelenses ausentes geralmente retornam para a cidade, revivendo as tradições, passadas de geração para geração há muitos anos.

A comunidade quartelense participa do planejamento e execução do festejo do Divino Espírito Santo. Os recursos necessários para esta realização são obtidos por meio de realizações de bingos, doações dos fiéis e vendas de mercadorias nas barracas durante a festa. O Conselho Paroquial é o responsável por esta arrecadação, além de auxiliar na administração do evento.

6.2.1 - Terno Divino Espírito Santo (Guarda Estrela da Guia)

O Terno do Divino Espírito Santo é composto de 45 integrantes, formado por mulheres, exceto os instrumentalistas. O uniforme é uma mistura de cores inusitadas e destacado estandarte¹¹, que é mostrado durante as distintas coreografias. “Por entrevista feita a Geralda Aparecida Alves, Capitã, o Terno possui os seguintes instrumentos musicais: tambores, tarol, pandeiro e vara”. (Informação verbal)¹²

Ele foi criado em 1999 e é composto por mulheres, em homenagem e devoção ao padroeiro do Município. O Terno participa também dos festejos de Nossa Senhora do Rosário, possui os seguintes instrumentos: caixa, tarol e caixa de guerra, entoam cânticos louvando o Divino Espírito Santo.

O símbolo Divino Espírito Santo está estampado na Bandeira e Brasão do Município de Quartel Geral-MG na primeira faixa do escudo, sobre o campo em vermelho, representando a fé e devoção do povo quartelense ao Divino Espírito Santo.

Quartel Geral é uma das cidades do Centro-Oeste Mineiro, que realiza espetacular Festa do Divino Espírito Santo, expressando a devoção dos quartelenses. A influência da mídia e o ritmo acelerado do comportamento da sociedade ainda não contribuíram para que a religião perca o sentido, pois, graças ao envolvimento da comunidade, a festa continua viva e ativa.

11 Bandeira, de cor predominante vermelha, orlado de franjas de ouro, tendo ao centro uma pomba de asas abertas simbolizando o Divino Espírito Santo.

12 Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de julho de 2008, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

6.3 - Festa do Rosário ou Congado

É uma festa que remete ao tempo do reinado, em um período governado por rei, tendo esposa (rainha) e filhos (príncipe e princesa). Esta festa tem como finalidade lembrar o que acontecia naquele tempo da monarquia, nesse período, quando tudo e todos estavam para servir e proteger o rei e essa servidão e proteção cabiam principalmente aos escravos e soldados. Também pode ser entendida como uma dança dos congos, que veio por meio dos escravos e posteriormente utilizada pelos padres Jesuítas para mostrar o instinto guerreiro do africano congense, mostrando uma luta entre pagãos e cristãos.

A Festa do Rosário é de origem afro-brasileira, com conotação religiosa, a tradição que remonta ao século XII, embora o dia de Nossa Senhora do Rosário seja dia 07 de outubro, comemora-se os festejos no mês de julho, a data foi alterada em razão do tempo chuvoso que ocorria no passado no mês de outubro.

O início da devoção a Nossa Senhora do Rosário. É baseado na ajuda da Santa, na vitória da batalha dos cristãos sobre os muçulmanos, chamada de Batalha de Lepanto, ocorrida em 07 de outubro do ano de 1751.

Por outro lado, conforme conta a crendice dos africanos, Nossa Senhora do Rosário foi vista no mar e os índios, sendo estes catequizados, fizeram orações, cantaram e tocaram instrumentos, com o objetivo de chamar a Santa até a terra firme, o que não aconteceu. Então, entraram em ação os marinheiros, usando os mesmos artificios, também tiveram infrutífero sucesso, por último, vieram os escravos, fizeram as suas cantorias, dançaram e tocaram instrumentos musicais e a Nossa Senhora do Rosário aproximou deles. Destarte, a partir desse momento a Santa passou a ser a protetora dos negros, negando os brancos e os índios, escolhendo-os para serem filhos protegidos por Ela.

No Brasil o Congado remete à época do Brasil colonial e tem o seu berço em Minas Gerais. Os grupos cantam, dançam e se vestem de diversas formas, mas, todos adoram a mesma Santa. Os gestos dramáticos se misturam aos sons de zabumbas, gungas, reco-recos, acordeons e patongongos, instrumentos próprios das Guardas do Congado. Cada guarda reúne um grupo dançante de 20 a 30 pessoas. Existem cerca de três mil guardas registradas na Federação Mineira de Congadeiros.

Essa festa foi a ligação daquela época, pela qual os escravos se pronunciavam em razão do duro e cruel tratamento que era dado a eles pelo homem branco, todavia, manifestavam o desagrado contra a escravidão e mostravam para a igreja que possuíam alma. Era nesse espaço que descortinavam suas súplicas, incertezas, medo e devoção, oriundos do cativo. Portanto, a devoção aos Santos era (é) estabelecida conforme o critério de diferenciação racial, ou seja, os negros reverenciam São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, em razão da semelhança da cor da pele, exceto a última Santa. Outro fator da crença dos negros nestes Santos é a de que estes tiveram em comum os mesmos sofrimentos: prisões, privações e chibatadas. O instrumento final da crença em Nossa Senhora do Rosário foi o rosário físico, ou seja, o Terço, pois se trata de um instrumento concreto, os quais são usados principalmente no Oeste Africano.

Finalizando, a Festa de Nossa Senhora do Rosário foi e continua sendo o instrumento agrupador e de mostra da cultura enraizada do negro. Ela explicita uma parte da trágica dominação do homem branco sobre o homem de cor, sob diversas facetas.

Portanto, o negro criou esta alegoria do festejo do Reinado para expressar seus sentimentos em todos os níveis, e para esta celebração utilizam rituais, com ritmo musical e danças, juntamente com missas e procissões, mostrando o sagrado.

No período do reinado, o chefe de governo passou a possuir policiamento para a sua proteção, com a evolução administrativa esta segurança chegou até à Guarda Municipal, encontrada em cidades com maior número de habitantes.

Para relembrar e comemorar essa época do reinado criou-se uma Associação da Congada para realizar a Festa dos Reis, assim composta:

- Associação da Congada: tem a responsabilidade de realizar a festa dos féis, ou seja, o Ministério da Rainha Perpétua;

- Capitão Mor: é o coordenador da entidade, pessoa de confiança da entidade e de altos conhecimentos sobre o reinado, ele é o Chefe Geral da segurança do reinado;

- Terno: é como se fosse hoje um Batalhão de Policiamento, que age a mando das leis do Reinado, o Terno é composto dos seguintes cargos:

- Capitão: o qual representa a patente de Tenente na atualidade;

- Suplente de Capitão: atualmente é representado pelo posto de Sargento;

- Fiscal: a patente de Cabo o substitui nos dias de hoje;

- Alas: formada por Soldados ou Congadeiros.

Em Quartel Geral as comemorações da Festa do Rosário tiveram início na década de 1950 e geralmente iniciam-se numa quinta-feira ao levantar o mastro de Nossa Senhora às 19:00 horas, momento em que o Terno Moçambique canta o "Bendito", é um cântico melancólico e suplicante para a Nossa Senhora do Rosário, considerada mãe de todos os escravos, à qual é pedida a libertação dos grilhões.

Na sexta-feira, acontece a visitação dos mastros pelos Ternos Dançantes e a celebração da Missa.

No sábado inicia-se com a alvorada¹³, visitação aos reis, almoço, celebração da missa pela tarde e as atividades terminam por volta das 20:00 horas.

No domingo a festa inicia com a alvorada às 05:00 horas, posteriormente os Ternos Dançantes fazem o encontro de bandeiras¹⁴, e esse encontro é realizado em um local onde passa um curso d'água, podendo ser em cima de uma ponte ou de um aterro, nesse caso é realizado sobre o córrego do Cafanjo. Após esse evento, é servido o café e depois vão buscar os reis e rainhas em suas residências, para serem conduzidos até à Igreja para assistirem à missa. Terminada a missa é feita a entrega dos reis e posteriormente é servido o almoço.

Na parte da tarde é realizada nova reunião dos Reis, que são conduzidos para a Igreja e inicia-se a procissão, seguida da transmissão das coroas¹⁵. Após todos esses eventos, os Ternos Dançantes entregam os reis novos e reis substituídos em suas residências.

Na segunda-feira à tarde os Ternos dançantes fazem a visita de despedida aos reis novos e aos reis substituídos. Depois dos fiéis pagarem as promessas nos arredores da igreja, a imagem da Nossa Senhora do Rosário é retirada do interior da igreja pelo Terno Moçambique e conduzido por este. Os fiéis se aglomeram aos pés dos mastros e por volta das 19:00 horas, antes da descida do mastro de Nossa Senhora do Rosário, é cantado novamente o Bendito. O segundo mastro a ser descido é o de São Benedito sob música do Terno Dançante São Benedito, sendo este o que contém maior decoração. O último a ser descido é o do Divino Espírito Santo, que é descido

13 Faz uma visitação pela manhã na residência dos Reis.

14 Ato de receber os Ternos visitantes e suas respectivas Bandeiras é um encontro singular que só ocorre em Quartel Geral-MG, ele é feito sobre o córrego do Cafanjo, que tem sua nascente no bairro da Cabeceira do Brejo.

15 Nesse momento é feito o sorteio ou o pedido dos reis e rainhas para a próxima festa.

com a música entoada pelo Terno Dançante do Divino Espírito Santo. Nesse momento termina a Festa do Rosário.

Quartel Geral-MG possui 07 Ternos, que são os guardiões da memória dos filhos do Rosário. Na festa de Nossa Senhora do Rosário existem seis Reis e seis Rainhas, dois de Santo Benedito, dois de Santa Efigênia, e dois do Divino Espírito Santo, além da Rainha Perpétua.

6.3.1 - Terno Congo Vilão (Guarda Congo Vilão)

Ele pertence ao segundo escalão de segurança da rainha (o primeiro é o Congo Real), logo, é o substituto do Congo Real, além de dar proteção ao rei da coroa maior, ou seja, ao governador, seu fardamento de cores fortes assemelha-se ao do Exército e sobre a cabeça usam chapéu.

“Por entrevista feita ao Mauricélio Alexandre, Capitão da Guarda, os instrumentos musicais utilizados pelos guardas são: tambores, tarol, pandeiro e vara”. (Informação verbal)¹⁶

6.3.2 - Terno Moçambique (Guarda Moçambique)

Não existe festa sem o Terno do Moçambique, ele é dito como o Pé da Festa. A Guarda Moçambique é um grupo que pertence a uma família ou a um bairro. Moçambique é dança de origem africana, mais frequente em São Paulo, Minas Gerais e Brasil Central. Com o tempo transformou-se, deixando de ser um bailado puramente africano, para ser uma mistura de várias danças.

Os instrumentos musicais são: acordeon, viola, violão, cavaquinho, caixa, pandeiro e patongongos¹⁷, o ritmo é marcado pelos guizos nas pernas denominados gunga¹⁸ e pelo bater dos bastões levados pelos Guardas dançarinos ao entoar os cânticos¹⁹. As músicas são cantadas conforme o evento, por exemplo: da Chegada, da Despedida²⁰, Cantiga Curta²¹, Cantiga Parada e mais uma série de repertórios que

16 Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de julho de 2008, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

17 Nome dado a um tipo de instrumento musical.

18 São latas fechadas, com metal dentro, e estas atreladas nos tornozelos dos Guardas para ritmarem as danças.

19 Em Quartel Geral-MG, os Guardas entoam quatro tipos de músicas diferentes.

20 É um tipo de marcha cantada na despedida da mesa de refeições.

21 Faz referência à Mãe (Nossa Senhora do Rosário).

são entoados de improviso. Notam-se que as músicas são mais suaves que as dos demais Ternos.

Em Quartel Geral-MG o surgimento do Terno de Moçambique se confunde com a criação da cidade, é o Terno mais antigo, época em que já aconteciam festejos religiosos na Capela de Quartel Geral e região.

“Por entrevista feita ao Capitão do Terno José de Assis Teodoro (Zé do Arlindo) o Terno Moçambique faz parte da herança familiar, ele faz parte desse Terno há 47 anos, que foi passado do avô para o seu pai. O Moçambique surgiu com um grupo de negros residentes na Cabeceira do Brejo”. (Informação verbal)²²

O Terno do Moçambique sempre usa roupa branca com faixas cruzadas a tiracolo, nas cores verdes e vermelhas. Usam também sobre a cabeça uma cobertura branca, no mesmo estilo usado pelos africanos.

Na descida do mastro de Nossa Senhora do Rosário o Terno Moçambique canta novamente o “Bendito”, momento em que os fiéis disputam a posse das fitas multicores e adereços que o adornam, na crença de que quem possuí-los terão seus lares e famílias protegidos.

22 Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de julho de 2008, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

6.3.3 - Terno Contra-Dança (Guarda Contra-Dança)

Essa dança é oriunda de Portugal que referencia a criação da vida, ou seja, ela representa a árvore da vida, a construção da mesma. Durante a apresentação, os dançantes vão tecendo 14 fitas coloridas em um mastro central, simbolizando as variadas formas e tipos que a vida representa. O Terno é composto por crianças e adolescentes, as danças e apresentações são realizadas em frente às residências dos reis, rainhas e Igreja. A guarda é comandada pela Capitã Jussara Aparecida Ramos.

“Por entrevista feita a Antônio Gomes do Nascimento, dirigente do Terno, ele foi criado no ano de 2003. É composto por crianças, com o objetivo de incentivar a cultura local, utiliza como instrumentos surdos e taróis para dar ritmo aos dançantes”. (Informação verbal)²³

²³ Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de julho de 2008, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

6.3.4 - Terno Catupé do Reco-Reco (Guarda Catupé do Reco-Reco)

Ele representa a Tropa de ruas, comparada aos dias atuais, é a Polícia Militar do Reinado, é responsável para dar proteção aos príncipes quando estes estão em reunião. O Terno possui os seguintes instrumentos: tamborim, reco-reco, pandeiro, caixa e acordeom, representando o armamento dos militares.

“Por entrevista feita ao Vicente Bernardes, e Claudinei Alves da Silva, Capitão substituído e substituto, ele foi criado na década de 1950, quando um grupo de familiares liderado por Emilio (avô dos entrevistados) e Pedro Bernardes Pinto criou os instrumentos para as apresentações em fazendas do Município de Quartel Geral e também na zona urbana”. (Informação verbal)²⁴

6.3.5 - Terno Catupé Tamboril (Guarda Catupé Tamboril)

Este Terno representa a Polícia mais moderna, no entanto, com um efetivo menor em relação aos demais tem como encargo fornecer proteção ao pequeno príncipe. Possui um vestuário colorido com a finalidade de chamar a atenção da criança, para que a mesma fique entretida e não fuja. A tropa se compara à Guarda Municipal. Possui os seguintes instrumentos: pandeiros, caixas, tamboril, acordeom e estes instrumentos representam o armamento da tropa. As músicas utilizadas durante as apresentações são compostas pelo Capitão da Guarda.

“Por entrevista feita ao José Marciano Sobrinho (Zé Preto do Marciano), Capitão do Terno, este foi criado na década de 1940, sen-

²⁴ Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de julho de 2008, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

do que um de seus primeiros membros foi o Belchior (Bechó)". (Informação verbal)²⁵

6.3.6 - Terno São Benedito (Guarda São Benedito)

"Por entrevista feita à Capitã do Terno Dançante Maria Elza Alexandre, este Terno é composto somente por Afro-Brasileiros em lembrança a São Benedito que também possuía raízes na Mãe África, as músicas são compostas pela própria Capitã, lembrando São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Ele foi criado no ano de 2002, possui quarenta integrantes e os instrumentos são os seguintes: caixa, tarol, pandeiro, acordeom e caixa de guerra." (Informação verbal)²⁶

Este policiamento representa uma tropa especial da Princesa Isabel, ele é o principal responsável pela proteção da Rainha Perpétua.

Cabe ressaltar que quatro dos sete Ternos Dançantes, são oriundos do Bairro Cabeceira do Brejo, evidenciando que aquele povo é mantenedor das antigas tradições praticadas pelos seus ancestrais. Outro fator importante é que a maioria dos integrantes é da mesma família. O que vem a reforçar o elemento REMANESCENTES QUILOMBOLAS.

²⁵ Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de julho de 2008, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

²⁶ Entrevista realizada pelo autor no dia 25 de julho de 2008, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

6.3.7 - Terno Penachos ou Caboclos, ou Congo Real (Guardas Penachos)

Os participantes vestem roupas coloridas, com ornamentos e utilizam colares de contas, esses últimos são referências às regiões africanas e ao Rosário de Nossa Senhora, usados como proteção de feitiços e maldições. A indumentária possui características indígenas, como o cocar e saio, a dança também lembra o gingado indígena.

Organizados em filas indianas se locomovem cantando e dançando, precedidos da bandeira com a efígie da Santa. Os cânticos são acompanhados de caixas, xique-xiques, acordeom, maraca e pandeiros. Sendo alguns desses instrumentos confeccionados pelo próprio Capitão do Terno.

Este terno dançante utiliza também bastões, para fazer o combate, os Capitães do Terno encenam uma esgrima com os seus 32 Soldados.

"Por entrevista feita a Geraldo Antônio de Sousa, Capitão, o Terno de Penacho é o segundo a desfilar e ter que fazer a proteção da Santa e do Terno do Moçambique. Ele foi fundado no ano de 2009, no entanto, fez a primeira apresentação somente no ano de 2012. (Informação verbal)²⁷

²⁷ Entrevista realizada pelo autor no dia 18 de novembro de 2014, referente às comemorações religiosas em Quartel Geral-MG.

6.4 - *Reisado ou Folia de Reis*

A folia de Reis surgiu em Portugal, no segundo quartil do século XVII, tinha como finalidade divertir o povo. No Brasil, a folia de reis chegou no início do século XVIII, e passou a ter um caráter mais religioso do que diversão. Ela é uma mistura de folclore e religiosidade.

A folia tem forte ligação com os Reis Magos, esses sábios e filósofos dedicavam-se ao estudo da astronomia e da astrologia, estudaram o espaço sideral e observaram que havia surgido um novo astro no céu, após consultar as anotações inseridas nos pergaminhos, decidiram que havia acontecido um grande evento, conforme já predito no Velho Testamento, então partiram para a investigação deparando com o nascimento do Menino que seria o Monarca de todos os povos.

No Brasil, a folia iniciou-se no Nordeste durante o período colonial, festejada tradicionalmente a partir do dia 24 de dezembro até o dia 06 de janeiro. Trata-se de um grupo formado por aproximadamente 12 músicos/cantores que vão de casa em casa anunciando a chegada do menino Jesus e louvor aos Reis Magos, Gaspar, Belchior e Baltazar. Tem sempre à frente uma bandeira²⁸, que é conduzida pelo porta-bandeira, este símbolo é muito respeitado pelo grupo. Ao chegarem na casa visitada, a bandeira é entregue ao proprietário da casa ou seu representante. Os foliões com seus instrumentos²⁹ iniciam cantigas alusivas ao nascimento do Menino Jesus. Os integrantes da folia são os seguintes:

1. Mestre: dono da folia é quem comanda os foliões;

28 Pintura em pano com a imagem do Menino Jesus e os três Reis Magos, às vezes é substituída por um quadro com a mesma imagem.

29 Cavaquinhos, violas, violões, pandeiros, acordeom ou sanfona, triângulos e tambores; todos enfeitados com fitas multicoloridas, onde o amarelo corresponde ao Rei Baltazar; o vermelho, a Belchior e o verde ao Gaspar.

2. Palhaço(s): de comportamento brincalhão, sua vestimenta colorida dá mais graça e distração para quem assiste, principalmente com seu modo de dançar e improvisar versos. O outro lado do papel do palhaço é o representante do mal, ou seja, usa uma máscara de pele de animal e um bastão³⁰ com chocalho, para assustar e amedrontar os assistentes. Na ocasião em que os Reis Magos visitaram a Família Sagrada, levando presentes como Mirra³¹, Ouro³² e Incenso³³, usaram a máscara para fugir, evitando serem reconhecidos pelos soldados de Herodes, que estavam à procura deles para revelar o local onde Jesus estava. Como eles estavam disfarçados, não puderam identificá-los, portanto, o palhaço tem também a função de proteger a Família Sagrada. O modelo e as cores da roupa que é usada pelo palhaço são idênticos às roupas tradicionais utilizadas até hoje na África e Oriente Médio.

3. Foliões: são as pessoas responsáveis para tocar os instrumentos e realizar os cânticos, paramentados com roupas coloridas.

No final do período das comemorações a folia realiza de forma solene um almoço ou jantar para materealizar o final da peregrinação dos foliões.

Em Quartel Geral-MG esta comemoração está perdendo impulso: no passado já houve 13 folias e hoje existem somente três.

30 Representa o cajado que era utilizado pelos pastores de animais.

31 Erva aromática colocada junto com o incenso que serve para perfumar ambientes.

32 Considerado como metal perfeito, de cor igual ao brilho da luz solar, além de ter um caráter Divino e real, este metal passou a ser um dos símbolos de Jesus, assim como a Luz, o Sol e o Oriente.

33 É um símbolo que com a sua fumaça tem a intenção de elevar as orações para o Divino, a Deus, ligando assim ao plano superior. O Perfume dele exalado tem a função de purificação do lugar.

6.5 - Tropeiros

No período colonial não havia outro tipo de transporte no interior do continente a não ser os muares e uma diminuta frota de carros de boi. Existem as companhias responsáveis pelo transporte de material e pessoal na atualidade, em tempos pretéritos também havia os tropeiros, que eram responsáveis em conduzir as mercadorias, pessoas, notícias e novidades que eram também transmitidas por estes importantes trabalhadores até às distantes paragens do imenso território brasileiro.

Uma tropa conseguia marchar aproximadamente 30 km/dia e nos locais das paragens, iniciava-se ali uma vila, povoado, cidade etc. Hoje se observa que as cidades que compõem a antiga Nova Lorena Diamantina, contam aproximadamente com a distância de um dia de viagem de tropeiros; esta distância se dava pela precariedade das picadas, do peso conduzido pelos muares e em virtude da grande quantidade de animais pertencentes a um tropeiro, às vezes uma tropa chegava a ter até 50 animais.

O transporte se dava em grande maioria em lombos de muares em razão da acidentada topografia da Província Mineira, que dificultava a construção de estradas. A precariedade das vias de transporte dificultou e atrasou as exportações mineiras.

Atualmente em Quartel Geral existem as cavalgadas, que têm como objetivo resgatar a antiga tradição e para lembrar os feitos do passado. Outro evento realizado em Quartel Geral-MG é o encontro de carros de boi. Essas comemorações sempre estão atreladas a outras festividades da região, sendo a maioria delas de caráter religioso. Elas mostram as raízes do povo quartelense e a importância que tiveram um dia os principais meios de transporte utilizados pelos nossos antepassados.

CAPÍTULO 7

TOPÔNIMOS E PONTOS TURÍSTICOS

Embora muitos topônimos e/ou pontos turísticos citados aqui não se encontrem no Município de Quartel Geral-MG, existe a necessidade de descrevê-los e desmistificá-los, pois há mitos históricos sobre seus nomes e os mesmos estão arraigados na memória dos que vivem neste território.

7.1 - *Fragata¹ e Nau de guerra²*

A elevação Nau de Guerra encontra-se a 2,5 Km a Noroeste do povoado Fragata (Município de Tiros). Geologicamente, os morros Fragata e Nau de Guerra estão testemunhando como era essa região há milhões de anos, constatando que se tratava de uma planície³ fluvial.

Os topônimos denominados Nau de Guerra e Fragata foram batizados por uma expedição científica realizada pelo Intendente do ouro do Sabará, Francisco de Paula Beltrão, pelo Sargento Mor Antônio José Dias Coelho e pelo Dr José Vieira Couto, na companhia do Capitão José Isidoro. Essa comitiva concluiu pesquisa científica, desde a margem direita do rio São Francisco até o rio Abaeté, quando a equipe chegou à região do Quartel de Milícia chamado de Quartel de São João, avistou dois elevados picos, no meio de mares de morros, aos quais batizaram com os nomes de Nau de Guerra e Fragata; em razão destes parecerem dois grandes navios parados em pleno mar e em razão de estarem localizados entre mares de morros (RAPM, Vol X, 1904, p. 95-101).

1 Navio da antiga Marinha de Gerra, inferior à nau e superior à Corveta. DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1980, p. 505.

2 Grande embarcação; navio de guerra; navio mercante. DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1980, p. 765.

3 Área geográfica com pouca ou nenhuma variação de altitude, superfícies que apresentaram pequenos movimentos na crosta, sendo quase completamente aplainadas. São delimitadas por alicives, e os processos de deposição superam os de desgaste.

No topo da Fragata e Nau de Guerra há presença de rocha sedimentar, que apresenta fragmentos de verdete, quartzo e ferro. O que vem a comprovar que houve nessa região uma umidificação muito intensa do clima, trazendo maior quantidade de precipitação, e conseqüentemente acúmulo de sedimentos por arraste, oriundos de várias áreas fontes em direção à planície, o que era planície no passado, hoje são pontos altos na região. Cabe lembrar que esses morros são altos topograficamente, mas baixos geologicamente. A permanência desses morros testemunhos se deve à resistência ao intemperismo.

“Por entrevista feita a Lázaro Eloi de Araújo, várias empresas já estiveram nas redondezas à procura de diamantes e ouro; contou também que nas imediações do povoado Fragata, após uma chuva deparou-se com um artefato por acaso em uma trilha. Esse artefato se tratava de um objeto de forma arredondada feito de barro, parecido com um pequeno pote, dentro deste havia 23 cristais e uma barra de malacacheta. Esse artefato evidencia que fora construído pelos índios ou por quilombolas, que foi entregue a um suposto pesquisador e conduzido para um museu e nunca mais ouviu-se relato desse objeto.” (Informação verbal)⁴

Pode-se notar o quanto é rica a região da Calha Indaiana, por possuir sortidos recursos minerais.

4 Entrevista realizada pelo autor no dia 21 de abril de 2007, referente a região da Fragata e Nau de Guerra.

7.2 - Morro do Capacete

Desse morro pode-se avistar as cidades de Abaeté-MG, Cedro do Abaeté-MG, Dolores do Indaiá-MG, Quartel Geral-MG, e a elevação Morro do Tigre. Notadamente esse ponto foi utilizado pelos espias quilombolas, garimpeiros e contrabandistas em razão de sua dominância está situado nas coordenadas 19° 08' 30.5" de latitude Sul e 045° 67' 31.4" de longitude Oeste, elevação 904 metros de altitude, distante oito quilômetros a Nordeste do Cedro do Abaeté-MG.

O Morro do Capacete também trata-se de morro testemunho, que está alinhado geologicamente com todos os outros morros testemunhos da região, tais como: Pedra Menina, Nau de Guerra, Fragata, Três Irmãos, etc., em seu topo pode ser encontrado areia⁵, de origem fluvial, caracterizando que este ponto foi outrora planície do primitivo rio Indaiá.

Com o formato de um capacete militar esse morro passou a ser chamado Morro do Capacete, material que era muito bem conhecido pela Milícia na Nova Lorena Diamantina, ou seja, esta nomenclatura é oriunda de uma peça de uniforme militar.

⁵ Material de origem mineral finamente dividido em grânulos, composto basicamente de dióxido de silício, com 0,063 a 2 mm. Forma-se à superfície da Terra pela fragmentação das rochas por erosão, por ação do vento ou da água.

7.3 - Morro Três Irmãos ou Três Morros

São três elevações justapostas que ficam a Sudoeste do Morro Pedra Menina, embora tenham elevada altitude, se confundem com o relevo local, parecendo que são de baixa altitude. A visão nítida deste movimento do relevo se dá quando se faz frente para a elevação Pedra Menina, dessa posição, eles ficam à esquerda da Pedra Menina, bem salientes. Tratam-se também de morros testemunhos da planície do então jovem rio Indaiá que nasceu de um cataclismo.

Nesse movimento do relevo existem fragmentos de rochas sedimentares, e depósitos horizontais e estratificados, mostrando que houve deposições diferenciadas. Nota-se que esse morro testemunho recebeu sedimentos não só de outra área fonte, mas de diferentes áreas. Ele apresenta solo profundo e rico em argila. A vegetação é mais densa do que as dos demais morros testemunhos.

Nessa elevação há uma intrusão de rocha (dique), apresentado na cor vermelha. A depressão de maior existência no complexo morro Três Irmãos armazena sortidos fragmentos rochosos tais como: silte, canga e o quartzo, todos misturados comprovando que ele fazia parte da grande planície Indaiana.

A elevação que se encontra mais ao Norte mostra que a deposição sedimentar ocorreu de forma mais intensa, ao observar um perfil feito pela estrada, pode-se observar volumosos depósitos sedimentares. Em sua parte mais escarpada, observa-se também deposições horizontais de granulometria inferior aos outros morros testemunhos e com presença maior de fragmentos de verdete. Prosseguindo para a parte Norte da elevação, encontra-se a presença de imensos depósitos de areia, evidenciando a presença de dunas lacustres. No entanto, possui altitude de 1.032 metros e está localizada nas coordenadas 19° 19' 72.7" de latitude Sul e 45° 73' 58.2" de longitude Oeste.

Essas elevações também foram ocupadas pelos espias e patrulheiros daquela época, por possuir uma privilegiada visão, para o Sul e para Norte, com exceção da frente voltada para a Pedra Menina, pois esta faz um anteparo da visão naquela direção. Qualquer movimento que houvesse de pedestre ou tropa nessas paragens, seria visto por quem ocupasse este ponto geográfico de capital importância.

Uma componente da equipe de trabalho de campo (Marlene Silva de Araújo, 2008) encontrou fragmentos de cerâmica no morro mais ao Norte, cerâmica com as mesmas características encontradas no local do Quilombo da Pedra Menina. Esse achado comprova que aquele local era um ponto de vigia e escuta, utilizado pelos escravos fugitivos, quilombolas, e/ou garimpeiros clandestinos.

7.4 - Pedra Menina

Erroneamente, este lugar é conhecido por "Pé da Menina", a história oral relata que uma onça devorou uma menina nesse morro restando apenas um de seus pés, por este motivo recebeu esse nome. No entanto, esse fato é um mito; pois, o nome correto é PEDRA MENINA, em razão desta elevação ter semelhança com uma pedra pequena em relação às outras elevações, o nome foi dado pelos antigos moradores, índios Tupis-Guaranis e escravos fugitivos, pois, advém da palavra Itacolomi = Ita + Colomi/Corumi. ITA significa pedra e COLOMI/CORUMI significa menino(a). Portanto, para os indígenas, aquele morro era visto como um filhote de montanha, ou seja, PEDRA MENINA.

É Corrêa que afirma:

(...) "Visconde de Barbacena, fêz as divisas daquela Vila alcançar a PEDRA MENINA e a SERRA DA SAUDADE, demonstrando que, em 1790, a Pedra Menina, entre Quartel Geral do Indaiá e o rio dêste nome, era região já assaz conhecida". (CORRÊA, 1948, p. 188).

A citação acima vem comprovar que o nome Pedra Menina já era usado em documentos oficiais, no limiar da história da Nova Lorena Diamantina, desde o ano de 1790.

Pedra Menina está localizada na divisa de Quartel Geral-MG e Cedro do Abaeté-MG, nas coordenadas 19° 20.0' 07.7" de latitude Sul e 45° 71' 05.1" de longitude Oeste, altitude de 992 metros, ou seja, 322 metros mais alto do que a sede da cidade de Quartel Geral-MG.

Ao se aproximar da Pedra Menina observa-se depósito de areia, comprovando que o rio Indaiá em tempos pretéritos geológicos, passou por esse local a procura de seu leito original. Além de material proveniente dos compartimentos mais elevados, evidenciando ser

originário do Domus Canastra e seu rebordo. Nesse Domus nascem os principais rios que drenam a região do Centro-Oeste Mineiro.

No topo desse morro testemunho há presença de rocha sedimentar, que apresenta fragmentos de verdete, quartzo e hematita, comprovando que houve na região uma umidificação muito intensa do clima, trazendo uma maior quantidade de precipitação, e consequentemente um volume considerado de arraste de sedimentos de várias áreas fontes para o que era na época a planície. O que era no passado planície, hoje é um dos pontos mais elevados da região.

A parte mais alta da Pedra Menina possui um diâmetro de 15 metros. É um ponto visitado por ecoturistas e pesquisadores. Por ser ponto de comandamento, pode-se avistar a porção da depressão Sanfranciscana, onde se encontram várias cidades: Abaeté-MG, Cedro do Abaeté-MG, Dolores do Indaiá-MG e Quartel Geral-MG, além de vários outros Patrimônios Naturais. A Pedra Menina está registrada pelo Conselho Nacional de Geografia, com Marco Trigonométrico registrado como MENINA, de número 1717, curiosamente, existe nesse topo uma moita de bambu e um pé de manga. Pedra Menina e suas áreas adjacentes é um Patrimônio Natural e deve ser considerada também como Patrimônio Cultural em razão de ter sido no passado a sede de um quilombo, Quilombo da Pedra Menina.

7.5 - Rio Indaiá

Indaiá vem do hibridismo indo-luso, formado pelo tema TUPI – a conhecida palmeira indígena “I NAYÁ” que significa amêndoa dura, com a chegada do branco e do negro, o vocábulo passou a ter várias grafias e sons, tais como: Iadayaig, Andaial, Andaya, Andaia, Andaiá, a partir de 1800 foi mudado novamente para a grafia de Indaiá (RAPM Vol XX p. 205).

O nome do rio Indaiá tem a origem na denominação do Quartel da Milícia, chamado Quartel Geral. Esse Quartel situava-se às margens do Ribeirão Pari. No final do século XVIII havia muitos Quartéis e todos com a finalidade de guarnecer a Nova Lorena Diamantina.

Cada quartel tinha o nome próprio, como este Quartel situava-se em um local que possuía muita palmeira Indaiá em sua redondeza, os viajantes o batizaram com o nome de Quartel do Indaiá, daí por diante, quando os viajantes marchavam em direção ao rio diamantífero, diziam que estavam indo para o rio, via Quartel do Indaiá, ou seja, Quartel Geral do Indaiá, caminho oficial estabelecido pela Coroa Portuguesa, conforme o Mapa do Distrito dos Diamantes – Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas (1802). O rio passou a ser chamado rio Indaiá, em razão de ter sido acessado pelo caminho do Indaiá. Outra prova é que não se pode encontrar Palmeira do Indaiá nas redondezas do rio que leva esse nome. O nome do rio Indaiá teve origem longe dele, onde existe a Palmeira “I NAYÁ”.

Ao longo de milhões de anos a natureza engendrou o rio. Esse Patrimônio Natural inicia sua nascente com topografia quase plana, depois mostra imponente fenda por onde percorre e mais abaixo forma uma série de meandros em seu percurso. Pode-se afirmar que esse rio foi criado pelo fogo e pela água, ou seja, pela ação da orogênese (magma) e ação das chuvas. A topografia ou morfologia nesses com-

partimentos de meandros é suave, quase plana com pequenas planícies aluviais importantes para a agropecuária, além de alguns terraços fluviais que ficam numa altura de 20 a 60 metros.

Nesse período Geológico o clima tornou-se mais umidificado, em razão do mar subir e descer o seu volume de água. A presença de chuvas torrenciais ocasionou excesso de água e esta água iniciou a procura para o escoamento, foi o início do rio Indaiá. A partir desse momento o rio procurou se encaixar, mas em sua maior parte correu em uma vasta planície depositando sedimentos em várias direções de sua jornada épica. Hoje temos como testemunhos destes feitos os topônimos Pedra Menina, Morros Três Irmãos ou Três Morros, Fragata, Nau de Guerra, Capacete e outros.

Cabe lembrar que o rio Indaiá era navegado no passado por pequenas embarcações, desde a sua foz, até a Ponte que liga o Município de Cedro do Abaeté-MG/Quartel Geral-MG a Tiros-MG. Na época existia o porto João Machado, o último porto subindo o rio Indaiá, que servia também para dar logística a Tiros-MG, Cedro do Abaeté-MG, Dores do Indaiá-MG e Quartel Geral-MG, pois, o rio Indaiá liga-se diretamente com o rio São Francisco, junto à represa de Três Marias.

7.6 - Serra da Saudade

A Serra da Saudade é um prolongamento da Serra da Canastra que se desenvolve na direção Noroeste, responsável por engavetar o rio Indaiá. A serra foi batizada com este nome pelo seguinte motivo: Domingos de Brito estava escondido na dita serra situada próximo ao rio Indaiá, futura Serra da Saudade e enviou uma indígena para Pitangui como mensageira, para transmitir mensagem dele à sua amada que vivia naquela Vila. A mensagem tinha o seguinte teor: 'Estou numa serra: morro de saudades'. Como a aborígene esqueceu parte da mensagem, esta chegou com a seguinte grafia: 'serra Saudade'. Assim o lugar passou a se chamar Serra da Saudade (CORRÊIA, 1948, p. 124-125; FIUZA, 2006, p. 79).

7.7 - Tiros

Em um ribeirão afluente da margem direita do rio Abaeté havia garimpo clandestino e próximo ao mesmo ribeirão também existia um Quartel da Milícia, chamado de Quartel da Assunção. Durante uma patrulha rotineira soldados do referido Quartel encontraram garimpeiros clandestinos em atividade nesse ribeirão, momento em que trocaram tiros, a partir desse fato, o ribeirão passou a ser chamado ribeirão Dos Tiros, nome dado também ao Arraial que ali já estava sendo levantado, passando a ser chamado de Santo Antônio dos Tiros. Mais tarde, o Arraial muda para outro local em razão do antigo situar-se muito próximo do curso d'água e as cheias ameaçavam as construções e os moradores locais. Posteriormente o nome se reduziu para Tiros.

7.8 - *Cachoeira do Rosário*

Foi batizada pelo autor em razão do curso d'água desenhar um cristalino Rosário na rocha escurecida pela umidade. O desenho do Rosário inicia-se no topo da queda e, ao cair abre-se em duas partes que se juntam um pouco abaixo do centro da rocha e descem em um único fio de água com 35 metros de queda até encontrar o lago de 25 metros de diâmetro, cercado de árvores centenárias.

Para acessar a cachoeira é necessário aproximadamente uma hora de marcha, partindo da estrada de automóvel que sai do Distrito de Quartel São João em direção à Serra da Saudade-MG. Ela está situada pouco abaixo da nascente do Ribeirão dos Veados, coordenadas 19° 17' 00.9" de latitude Sul e 045° 46' 0.9" de longitude Oeste, elevação 947 metros de altitude, nas proximidades da divisa de Quartel Geral-MG e Serra da Saudade-MG.

Acima da cachoeira encontram-se várias corredeiras de até quatro metros de altura e, ao sopé destas pequenos lagos com aproximadamente dois metros de profundidade e sete metros de diâmetro, formando piscinas naturais de águas cristalinas, pois, a base e lateral do curso d'água são formados de arcósio.

7.9 - *Cachoeira Vêu da Noiva*

Foi batizada pelo autor, em razão da trágica morte de uma jovem durante o feriado de natal, que foi surpreendida na beira do precipício da cachoeira por uma repentina tromba d'água no período chuvoso. A água em seu contínuo movimento na queda se torna esbranquiçada, fazendo lembrar os paramentos de uma noiva prestes a casar.

A cachoeira está localizada aproximadamente a cinco quilômetros da nascente do córrego Caretinha, Coordenadas 19° 17' 97.1" de latitude Sul e 045° 69' 21.4" de longitude Oeste, elevação 724 metros de altitude e com 56 metros de altura. Para acessá-la necessita-se de aproximadamente uma hora de marcha partindo da estrada que liga Abaeté-MG ao Cedro do Abaeté-MG. Geologicamente a cachoeira está em contato com a jazida de verdete, na rampa da cachoeira existe um paredão (escarpa) de verdete/arcósio. A força hidráulica está fazendo recuar a rampa e a parede da cachoeira, tornando-a cada vez mais íngreme, aumentando a altura e o bojo da queda. As reações químicas, a força hidráulica e o clima fazem com que este bojo da cachoeira se expande com a desagregação da rocha em seu entorno, sendo estes fragmentos rochosos empurrados córrego abaixo durante as chuvas torrenciais, tornando a cachoeira Vêu da Noiva mais fascinante.

Nos arredores da cachoeira observa-se que a rocha de verdete sofreu uma demasiada compressão e conseqüentemente um maior calor no período do empurrão⁶ - traumatismo singular - de Leste para Oeste com dobramentos sinclinal e anticlinal, muito próximos e repetidos.

⁶ Movimento das placas tectônicas.

7.10 - Cachoeira Três Irmãos

Batizada pelo autor por haver no local três cursos d'água fazendo deste um complexo receptor de água do maciço da terra verde fluvio-cárstico.

Para acessar a cachoeira é necessário aproximadamente 40 minutos de marcha, partindo da estrada Quartel Geral-MG/Distrito do Quartel São João, cuja entrada fica a 1,2 km de distância até a cachoeira. Situada a dois Km da nascente do ribeirão Marmelada⁷ nas coordenadas 19° 16' 0.2" de latitude Sul e 045° 43' 41.6" de longitude Oeste, elevação 736 metros de altitude. Possui 35 metros de queda com escarpa inclinada de aproximadamente 90°, o lago possui raio de 25 metros de água cristalina e profundidade de um metro.

Antes da rampa da queda d'água a natureza exibe um poço de água cristalina cavado no arcósio, com dois metros de profundidade, com 50 metros de comprimento por 15 metros de largura, com fundo coberto de seixos e areia. Trata-se de uma piscina natural de excelente qualidade de água, pois, esta não recebe dejetos oriundos das fazendas adjacentes.

Sua formação se deu em razão de uma bacia de deposição sedimentar, com dobramentos e inclinações rochosos e que no passado sofreu uma forte pressão geológica. Por meio do dessecamento do relevo formou-se um curso d'água que rompeu uma das bordas da bacia, criando assim a cachoeira em uma rocha de arcósio.

No período da seca, a água divide-se em dois caminhos e serpenteia a escarpa até cair no lago, proporcionando ao visitante uma bela imagem acompanhada de um relaxante ruído da queda d'água, que serpenteia o paredão enfeitado pela natureza com musgos e samambaias. Ao seu redor pode-se encontrar cactos e bromélias.

⁷ Nome dado a uma espécie de abelha de nome marmelada, sendo esta encontrada em grande número no passado nas redondezas desse ribeirão.

7.11 - Cachoeira do São João

De acordo com a história oral do Distrito do Quartel São João, o nome desta cachoeira foi dado pelos antigos moradores locais, em virtude dela estar localizada no córrego São João.

Para abordar a cachoeira gasta-se aproximadamente uma hora de marcha, cerca de 3.100 metros de distância, partindo do Distrito de Quartel São João, localizada nas coordenadas 19° 12' 48.5" de latitude Sul e 045° 46' 31.2" de longitude Oeste, elevação 787 metros de altitude. É uma cachoeira que possui pequena queda d'água de aproximadamente seis metros de altura, poço de 20 metros de diâmetro e profundidade de cinco metros. Está instalada em uma depressão do planalto do Quartel São João, cuja água corre sob denso arvoredado tornando-a muito fria, indo desaguar no rio Indaiá.

CAPÍTULO 8

RECURSOS
NATURAIS

A Nova Lorena Diamantina surpreendeu e surpreende a quem toma conhecimento de seus recursos naturais. Eles serviram e servem para fixar o homem nesse interior do continente, trouxeram e fizeram fama, poder, riquezas, histórias e junto à cobiça e muitas mortes, tudo sob o farol de uma mudança social. Com as novas descobertas na região, que outrora fora a Nova Lorena Diamantina, mudanças sociais podem acontecer novamente.

8.1 - Carvão Vegetal

A produção de carvão vegetal é uma das matérias primas básicas para a produção de ferro gusa e similares. Em Quartel Geral e alguns municípios adjacentes a produção do carvão vegetal inicia-se com o corte da madeira verde (eucalipto), que é deixada ao ar livre para que perca o excesso de umidade, por um período compreendido entre 60 a 90 dias. Depois, essa madeira é colocada dentro de fornos especiais de alvenaria¹ e o processo da queima tem a duração de cerca de nove dias. A carvoaria encontra-se próxima à sede do Município de Quartel Geral-MG. A empresa responsável por esta produção é a ArcelorMittal, proprietária de vasto plantio de eucalipto na região de Quartel Geral-MG e municípios adjacentes, hoje nesta carvoaria existem 64 fornos que trabalham ininterruptamente.

Um trabalho² realizado pelo autor sobre a produção desse recurso natural em Quartel Geral-MG, encontra-se na Biblioteca Municipal de Quartel Geral-MG.

1 Este forno tem a capacidade de produzir 22 metros cúbicos de carvão, e toda a carvoaria produz em média 14 mil metros cúbicos de carvão vegetal por mês.

2 O trabalho mostra todo o processo da instação da produção de eucalipto, com o seguinte título: A PRODUÇÃO DO EUCALIPTO NO MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL/MG: UM OLHAR SÓCIO-ECONÔMICO.

8.2 - Gás Natural

Foi comprovada a existência do gás natural na Depressão SanFranciscana, indicando a sua extração com viabilidade econômica. Há milhões de anos houve formação de gás natural no subsolo da região, isto se deu em razão da transgressão e regressão do Mar de Bambuí, ou seja, em toda a extensão do Mar de Bambuí pode-se encontrar este recurso natural, em vários pontos dessa depressão há emanações de gás natural na superfície do solo ou na água represada. Não raro, pescadores utilizam esse gás emanado na superfície terrestre, para a confecção de suas comidas, ao longo de diversos cursos d'água na Depressão SanFranciscana. Este combustível poderá provocar uma mudança na economia local e regional, ocasionando também mudanças econômicas na arrecadação por meio dos royalties, conseqüentemente ocorrerão mudanças ecológicas em razão do desequilíbrio provocado no meio ambiente.

8.3 - Recursos Diversos

No passado houve diversas investidas de aventureiros no espaço que vai desde a Vila de Pitangui, cruzando o rio São Francisco, percorrendo todos os afluentes desse rio até chegar na Serra da Saudade e Vila do Paracatu a procura de metais e pedras preciosas e encontraram o seguinte: ágata, cobre, chumbo, galena, gesso, granada, ouro, prata, platina, safira, sulfureto de chumbo, oligisto compacto de cores cinzenta e vermelha, chumbo também foi encontrado nas barrancas de um determinado curso d'água na Nova Lorena Diamantina, que segue em veiros grossos, com bitola de quatro polegadas e sem poder achar a profundidade que verte-se em direção ao fundo da terra.

Quanto ao diamante, existe uma publicação realizada por este autor, CAMINHOS DO INDAIÁ - A EXPEDIÇÃO, onde des-

creve sobre esta gema que foi e ainda é tão cobiçada no rio Indaiá. O livro trata de uma expedição realizada desde a nascente do rio Indaiá até a divisa do Município de Quartel Geral-MG, com o Município de Cedro do Abaeté-MG. Esta foi a primeira expedição realizada sem interrupção de itinerário, na Fenda Indaiana.

A maioria das minas não seguiu funcionando por razões simples para os dias atuais, mais complexas no passado, sendo a maioria delas referentes à logística básica. Cabe ressaltar que uma mina de chumbo argentífero não prosperou em razão da empresa exploradora não adquirir mão de obra e recursos básicos, como alimentação. Por outro lado, a Real Fazenda não deu importância aos acontecimentos da época e não fez os devidos investimentos com o fornecimento de escravos e pessoas especializadas em sua operação, que acabou sendo fechada. Hoje após o esquecimento todos estes materiais dormem silenciosamente sob e sobre o solo da Nova Lorena Diamantina.

Quanto aos recursos acima mencionados, não foram relatadas as fontes e locais onde foram e poderão ser encontrados em razão das pesquisas ainda permanecerem em continuado trabalho, que será mostrado futuramente.

8.4 - Verdete

Durante os trabalhos de campo a equipe realizou levantamento de dados e pesquisas, coletou uma amostra da rocha de verdete, que obteve o resultado abaixo descrito: a rocha conhecida popularmente como verdete existe em diversos locais inseridos no Grupo Bambuí, sua coloração varia do verde claro até um verde mais profundo e isso se dá devido a diversos fatores tais como seu grau de umidade, alteração intempérica e concentração do mineral responsável pela cor verde.

A rocha do presente laudo pertence ao *Supergrupo São Francisco - Grupo Bambuí - Subgrupo Paraopeba - Formação Serra da Saudade*. Essas divisões estratigráficas estão baseadas em características do pacote rochoso, bem como sua sequência de sedimentação. Para exemplificar melhor, o subgrupo Paraopeba está dividido em quatro formações³: Formação Serra da Saudade, Formação Lagoa do Jacaré, Formação Serra de Santa Helena e Formação Sete Lagoas. Estas formações são caracterizadas basicamente por siltitos⁴ e folhelhos⁵ intercalados com calcários e dolomitos. Trata-se de sedimentos depositados por transgressões⁶ marinhas que cobriram o cráton⁷ São Francisco há mais de 500 milhões de anos, no proterozóico superior. Essa bacia metassedimentar está assentada sobre o embasamento arqueano do São Francisco, constituído de rochas cristalinas (granitos, etc...) já metamorfisadas em grande parte.

O Verdete abundante na região de Quartel Geral-MG, Cedro do Abaeté-MG, Campos Altos-MG, Córrego D'Anta-MG, São Gotardo-MG, Serra da Saudade-MG e diversos outros municípios mineiros localizados na Formação Serra da Saudade, é cien-

3 São divisões utilizadas em petrografia para agrupar rochas pertencentes a uma mesma idade.

4 Rochas com granulometria situada entre 0,02-0,002 mm.

5 Rochas pelíticas que exibem uma laminação evidente.

6 Avanço do mar continente adentro devido à subida de seu nível ou rebaixamento continental.

7 Estrutura rochosa muito extensa e muito antiga.

tificamente classificado como siltito, argilito e, estruturalmente, como ritmito⁸ glauconítico. Os termos siltito e argilito dependem do diâmetro médio dos grânulos que compõem a rocha. Além da cor verde característica causada pela glauconita $(K,Na)(Fe^{+++},Al,Mg)_2(-Si,Al)_4O_{10}(OH)_2$, esta rocha apresenta fases minerais como microclínio $(KAlSi_3O_8)$, moscovita $(KAl_2Si_3AlO_{10}(OH,F)_2)$ e ortoclásio $(KAlSi_3O_8)$ na sua composição, segundo estudos feitos por órgãos do governo federal para sua utilização agrícola.

1. CLASSIFICAÇÃO DA ROCHA EM TERMOS SEDIMENTOLÓGICOS

A rocha está inserida no grupo Bambuí e subgrupo Paraopeba que, por sua vez, está subdividido em 5 formações.

1.1. Subgrupo Paraopeba

- **Conglomerado basal** - É composto por corpos descontínuos e de pequena extensão de conglomerados⁹ polimíticos, de aspecto diamictítico e arenitos conglomeráticos. Foram descritos em vários locais, recebendo denominações próprias, como Conglomerado Samburá (Miranda 1951), descrito na região de Bambuí, e Conglomerado Carrancas (Branco & Costa 1961), entre outros.
- **Formação Sete Lagoas** (Costa & Branco 1961) - É composta predominantemente por calcários e dolomitos¹⁰. Margas e pelitos no geral ocorrem subordinadamente e constituem corpos lenticulares de dimensões variadas. As rochas carbonáticas ocorrem como horizontes contínuos, ou localmente, como corpos lenticulares.

⁸ Ritmito é o nome dado à rocha que apresenta alternância de camadas com diferentes texturas, depositadas em ambientes aquáticos enérgicos (grão grosseiro) e mais calmos (grão fino).

⁹ Rocha sedimentar constituída de fragmentos de outras rochas e minerais.

¹⁰ Calcário onde o carbonato predominante é a dolomita $[CaMg](CO_3)_2$.

- **Formação Serra de Santa Helena** (Costa & Branco 1961) - Constituída predominantemente por pelitos¹¹, com siltitos, argilitos, ardósias e folhelhos esverdeados; secundariamente, ocorrem intercalações lenticulares de calcário cinza escuro e margas¹².
- **Formação Lagoa do Jacaré** (Costa & Branco 1961) - É composta predominantemente por calcários que vão de preto a cinza, compondo extensos horizontes, apresenta níveis oolíticos¹³ ricos em matéria orgânica e intercalações de margas e pelitos, no geral siltitos e folhelhos.
- **Formação Serra da Saudade** (Costa & Branco 1961) constitui a unidade de topo do Subgrupo Paraopeba, com siltitos, folhelhos, ritmitos e ardósias de cor esverdeada, cuja coloração se deve principalmente ao mineral glauconita. Localmente, contém pequenas lentes de calcário cinza claro e margas. Os verdetes, codinome dos siltitos, argilitos e ritmitos glauconíticos de que trata este laudo, afloram em diversos locais da formação Serra da Saudade.

De acordo com a bibliografia consultada, a glauconita é o principal responsável pela cor verde nestes sedimentos, ela se forma diageneticamente¹⁴ pela ação da água do mar, em águas rasas e ambientes redutores, a partir da alteração da biotita detrítica. Diversos tipos de sedimentos podem ser esverdeados devido à presença de glauconita, o que normalmente denota uma origem marinha com as características já citadas para o mesmo.

Segundo dados obtidos na página <http://webmineral.com>, a composição química da glauconita é:

¹¹ Com granulometria abaixo de 0,002mm.

¹² Argila com mais de 50% de carbonatos.

¹³ Concreções minerais semi-esféricas do tamanho de ovos de peixe.

¹⁴ Processo genético que ocorre à temperatura ordinária.

Fórmula química: $(K,Na)(Fe^{+++},Al,Mg)_2(Si,Al)_4O_{10}(OH)_2$

Composição: Massa molecular = 426.93 g

Potássio 5.49 % K 6.62 % K_2O

Sódio 0.27 % Na 0.36 % Na_2O

Magnésio 2.28 % Mg 3.78 % MgO

Alumínio 1.90 % Al 3.58 % Al_2O_3

Ferro 19.62 % Fe 3.37 % FeO / 24.31 % Fe_2O_3

Sílica 25.00 % Si 53.48 % SiO_2

Hidrogênio 0.47 % H 4.22 % H_2O

Oxigênio 44.97 % O

100.00 % 99.72 % = TOTAL ÓXIDOS

Fórmula empírica: $K_{0.6}Na_{0.05}Fe^{3+}_{1.3}Mg_{0.4}Fe^{2+}_{0.2}Al_{0.3}Si_{3.8}O_{10}(OH)_2$

Paragenese: Segundo dados da webmineral, é um produto da alteração da biotita detrítica por diagênese marinha em águas rasas sob condições redutoras, principalmente em arenitos.

A presença de cangas¹⁵ em toda a região abrangida pelo subgrupo Paraopeba – formação Serra da Saudade é endêmica. Mineralizações botrioidais¹⁶ – renimorfo- estalactíticas de óxi- hidróxidos de manganês, ferro, cobalto e bário neoformadas por processos de laterização são amplamente encontradas associadas às verdetes, porém parecem pertencer ao extrato superior e podem ser oriundas de processos de lixiviação/laterização dessas rochas, visto que as mesmas possuem concentrações destes elementos.

A análise efetuada na rocha em questão tem como objetivos mensurar qualitativa e quantitativamente os elementos químicos contidos nela.

¹⁵ Crostas de óxi-hidróxidos de ferro e alumínio, com teores variáveis de sílica, formadas por laterização.

¹⁶ Formações que lembram cachos de uva e que são constituídas de diversos nódulos com disposição concêntrica.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A rocha para análise foi coletada no Município de Quartel Geral e foi enviada para o laboratório de Geoquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde foi preparada para análise por fluorescência de raios X. Na análise de elementos maiores ainda foi utilizada a gravimetria (perda ao fogo). A análise dos elementos maiores fornece os resultados em termos percentuais, enquanto a análise para elementos traços fornece os resultados em partes por milhão (ppm).

3. RESULTADO

3.1. Tabela de resultados da análise de rocha para elementos-maiores por fluorescência de raios X e gravimetria (perda ao fogo). Os resultados das concentrações dos óxidos estão expressos em percentuais:

LAUDO 114-01/08/2007

AMOSTRA LABORATÓRIO	FR- 1 1086(%)
SiO ₂	60,35
Al ₂ O ₃	15,72
TiO ₂	0,92
Fe ₂ O ₃ (total)	6,40
MnO	0,03
MgO	2,84
CaO	Nd
Na ₂ O	Nd
K ₂ O	10,66
P ₂ O ₅	0,19
P.F.	3,62
TOTAL	100,73

3.2. Tabela de resultados da análise de rocha para elementos-traço por fluorescência de raios X. Os resultados das concentrações dos elementos estão expressos em ppm (partes por milhão).

LAUDO 65-01/08/2007

AMOSTRA LABORATÓRIO	NOME DO ELEMENTO	FR-1 1086 (ppm)
Y	Itrio	110
Pb	Chumbo	8
Ni	Niquel	35
Co	Cobalto	18
Cu	Cobre	41
Ga	Gálio	23
Sr	Estrôncio	74
Zr	Zircônio	182
Zn	Zinco	131
Nb	Nióbio	20
Rb	Rubídio	279
As	Arsênico	5
Cr	Cromo	144
Ba	Bário	1341

4. CONCLUSÃO

O expressivo teor de K₂O na rocha realmente a torna, como já tem sido pesquisado, uma boa fonte de potássio para a utilização na agricultura. Este potássio está ligado aos feldspatos, mica, argilominerais e à glauconita presente na rocha, que é disponibilizado após a calcinação da mesma, segundo a literatura. A exploração desta

rocha para obtenção de fósforo é também uma possibilidade que tem sido pesquisada particularmente em amostras da região de Quartel Geral-MG e Cedro do Abaeté-MG, para produção de termofosfato potássico fundido, devido aos seus altos níveis de P_2O_5 . Pesquisas sobre ocorrências de jazidas de rochas portadoras de fosfatos têm sido realizadas exaustivamente e as estruturas rochosas pertencentes ao Supergrupo São Francisco têm demonstrado teores de fósforo e potássio que justificam sua exploração.

Embora sejam baixos os níveis de P_2O_5 na amostra analisada, se comparada às de outras rochas, há uma série de fatores que podem fazer com que o resultado possa não corresponder à realidade do restante do corpo rochoso. Fatores como intemperismo, lixiviação, profundidade de coleta e local da coleta podem influenciar substancialmente nos níveis mineralógicos da mesma. Se o presente trabalho objetivasse a análise da rocha para fins de exploração maciça de fosfatos e potássio, uma amostragem na região teria que ter sido feita com rigor. Cabe ressaltar também, além do aspecto químico, o aspecto da importância regional desta rocha tão bem conhecida nos locais onde ocorre e sua importância, hoje, como fonte de nutrientes para agricultura.

Compostos como os de manganês, ferro, bário, cobalto, potássio, silício e alumínio estão presentes também em mineralizações neoformadas por processos de laterização onde ocorre as jazidas de verdetes. Estas mineralizações foram analisadas por microscopia eletrônica de varredura e EDS – Sistema de energia dispersiva na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fazem parte de um trabalho que está sendo desenvolvido no UNIFOR-MG pelo Prof. Anísio Cláudio Rios Fonseca¹⁷ e alunos.

17 Anísio Cláudio Rios Fonseca é Especialista em Solos e Meio-Ambiente e Coordenador do laboratório de mineralogia da UNIFOR-MG.

Pode-se observar que a jazida de verdete em nossa região inicia-se após a Barra do Funchal, vai serpenteando o rio Indaiá, atravessa Quartel São João e vai terminar pouco antes do início da represa de Três Marias.

A Nova Lorena Diamantina ainda continua a surpreender com as suas riquezas naturais não renováveis e renováveis, que trouxeram (des)construção dessas paragens, ao longo dos anos, e que continua a cada período da evolução da tecnologia a mostrar seu potencial.

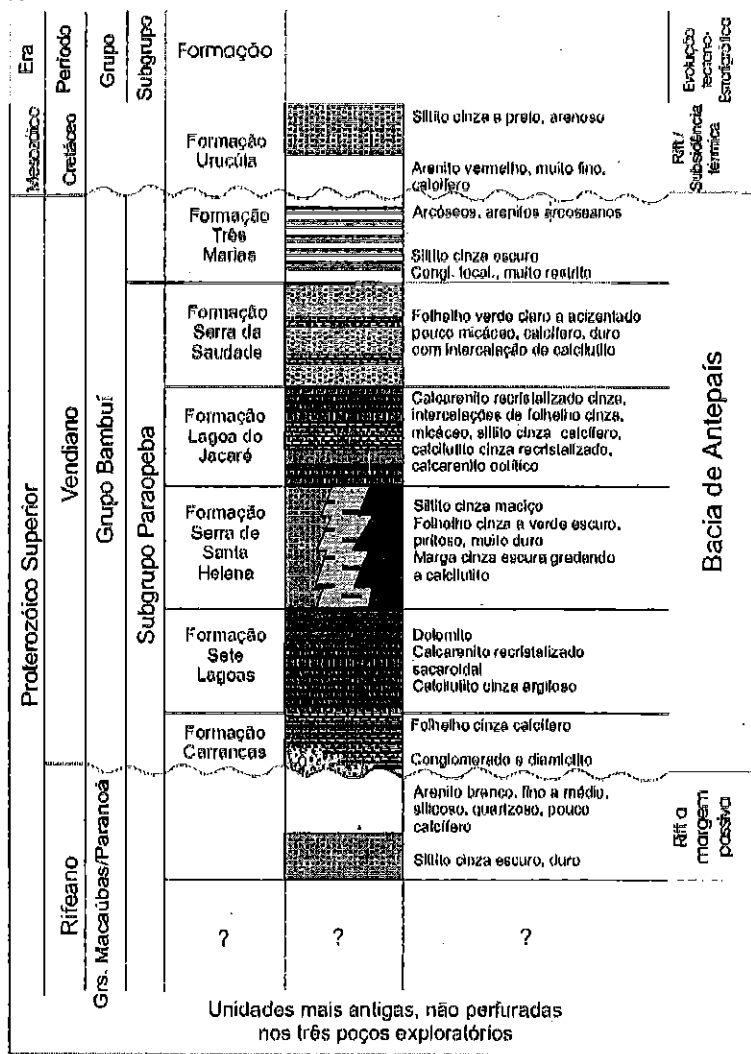
Além dos resultados obtidos por pesquisas e levantamentos sofisticados, inclusive com trabalho *in loco*, existem também os saberes empíricos da população local.

“Por entrevista feita ao Waldir Araújo de Sousa, morador do Distrito de Quartel São João, as frutas possuem mais sabor do que as produzidas fora da jazida de verdete. Os produtores rurais da região também notam uma diferença na produção pecuária, os animais apresentam um peso mais elevado em relação às outras regiões em virtude dos minerais acima descritos”. (Informação verbal)¹⁸

Pode-se ver em uma só figura, na Carta Estratigráfica da Bacia do São Francisco, a tradução das explicações acima listadas.

18 Entrevista realizada pelo autor no dia 19 de julho de 2008, referente as origens do Distrito de Quartel São João e recursos minerais existentes na região.

CARTA ESTRATIGRÁFICA DA BACIA DO SÃO FRANCISCO
SÃO FRANCISCO BASIN STRATIGRAPHIC CHART



Coluna estratigráfica da Bacia do São Francisco com base nos poços perfurados (modificada de Braun et al., 1990).

CAPÍTULO 9

SESMARIAS

Os primeiros registros de propriedades no Brasil aconteceram no ano de 1534, após a criação das Capitânicas Hereditárias¹. Elas eram divididas em sesmarias; os registros continham as informações necessárias e lavradas de forma descritiva, ou seja, desde a localização da terra, forma de aquisição, tamanho, enfim, o máximo de detalhes possíveis para não deixar dúvidas entre o documento e a propriedade.

O Brasil fora colonizado pela Coroa Portuguesa, consequentemente tornou-se receptáculo sobre propriedades de terras conforme a legislação de Portugal, isto é, a Coroa tinha em suas leis o amparo para doar sesmarias, cujas terras eram incultas e o sesmeiro fazia o compromisso com a Coroa de colonizá-la, tornando-a produtiva de acordo com o prazo estabelecido no regimento das sesmarias.

A palavra sesmaria originou-se do termo sesma, e significava 1/6 do valor estipulado para o terreno, ou seja, significava uma terra que era repartida em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto no domingo, trabalhariam seis sesmeiros.

Antigamente as terras eram registradas junto à Igreja Católica por meio do Registro Paroquial, que visava descrever as propriedades no Império, existentes em todas as províncias brasileiras. As posses e sesmarias formadas foram registradas publicamente junto às paróquias locais, que mais tarde se transformaram em escrituras e registros das propriedades. No Arquivo Público Mineiro pode ser encontrada uma infinidade de registros de sesmarias. No Brasil as sesmarias eram enormes, uma sesmaria de campo media uma légua de frente por três de fundo, ou seja, aproximadamente 13.000 hectares.

De acordo com a Revista do Arquivo Público Mineiro, Anno VIII Fasc.1 e Jan a Jun de 1903. BH – Imprensa Oficial de Minas Gerais, p. 556 a 558), o Capítulo 23 das Sesmarias dizia o seguinte:

¹ As capitânicas eram terras enormes, as quais foram distribuídas entre fidalgos da pequena nobreza, empresários, funcionários públicos e militares.

1. *As Sesmarias são as porçoens das terras, ou matos maninhos e bravos pertencentes a sua Magestade, que nunca forão lavradas, nem aproveitadas, e que se concedem a sesmeiros, que os rompão, lavrem, e semeem, para que haja abundancia de mantimentos.*
2. *Os governadores he que concedem estas sesmarias, ouvindo primeiro as câmeras dos Destrictos, os Procuradores da mesma Fazenda e coroa.*
3. *Sendo as sesmarias pedidas nas terras onde se acharam Minas, ou caminhos para ellas, devem ser de meia legoa em quadra e no sertão, de três legoas, quando se derem nas margens dos Rios caudelozos, que necessitão de barca para se atravessarem, não só deve ficar de ambas as margens dos Rios a terra que baste para uzo publico e commodidade dos passageiros, mas também se deve rezervar de hua das margens meia legoa em quadro junto da passagem.*
4. *Na concessão das sesmarias se deve por a clauzula, de que nellas não soccedão Religioens, e que no cazo, que as possuão seja com o encargo de pagarem Dizimos.*
5. *Não se deve conceder hua sesmaria a quem se tiver concedido outra, ainda que a pessa em differente nome e que possuir hua, não pode possuir outra ainda que seja por titulo de compra ou herança.*
6. *As diligencias das posses, e demarçaoens das Sesmarias se commeterão aos Intendentes, os quais não exercitarão outra jurisdicção a este respeito, mais do que aquella, que exercitarão os Juizes dos Tombos, para decidir as duvidas sobre as mediçoens, e o serem conformes a merce, e quando se movia algua duvida sobre a validade, ou nullidade das concessoes, a determinavão as Justiças ordinárias.*
7. *Assim se praticou ate o anno de 1763 em que sua Magestade ordenou, que as câmeras propuzessem annualmente aos governadores três Letrados com cartas de formaturas, que fossem moradores dentro da comarca para Juizes de Demarçaoens das sesmarias em*

primeira Instancia, e que delles nomeassem os governadores annualmente o que e lhes parecesse mais idôneo, vencendo a quarta parte dos emolumentos, que se pagavão aos Intendentes, e dando apellação e agravo para os ouvidores.

8. Tudo isto he terado das Cartas Regias de 15 e de 27 de Junho de 1711. — Da Carta Regia de primeiro de Abril de 1713 — Da ordem de 20 de novembro de 1725 — Da ordem de 13 de abril de 1738. Da ordem de 28 de março de 1743. — Da ordem de 15 de março de 1731 — passada em virtude da Resolução do mesmo — Das ordens de 16 de abril e de 25 de Mayo de 1744, passadas em virtude da dita Resolução de 15 de Março de 1731 — Das ordens de 15 de Fevereiro e de 5 de Março de 1764 — Das ordens de 9 de julho, de 20 de julho, e de 30 de agosto de 1748 — Das ordens de 11 de março, de 28 e de 31 de dezembro de 1754 — Da ordem de 2 de março de 1757 — E da ordem de 7 de Mayo de 1763, passada em virtude da Resolução de 27 de novembro de 1761.
9. A pratica, que se observava na concessão das sesmarias, he a seguinte. Fas, o que pertende alguma Sesmaria, petição ao Governador, manda este informar a camera do Destricto; e com a dita informação, manda informar o Provedor da Real Fazenda; ouve este o Procurador da mesma Real Fazenda, e Coroa, e depois disso, manda o Provedor, que he hoje o Juiz dos Feitos, que o sesmeiro justifique, que não tem outra sesmaria; e que tem a fabrica necessaria para cultivar a que pede.
10. As testemunhas, que os sesmeiros apresentam, e que o Escrivão pergunta, sem assistência do Ministro, são quaze sempre de Villa Rica, as quaes não tem nem podem ter conhecimento dos factos que se justificação nem das terras que se pedem, e q.º muitas vezes estão situadas em distancia de dez, vinte, trinta, quarenta, sincoenta, e mais legoas, ultimamente, os sesmeiros justificação quanto querem, o Juiz dos Feitos dá hua informação do estylo, e o Governador concede sesmaria.

11. Esta pratica não he conforme as ordens q.º se tem expedido para acautelar o dolo dos sesmeiros: nem por meio della se pode averiguar a verdade, e só serve para levarem os Juizes dos Feitos, e seus Escrivaens, salários injustos de huns processos inúteis, e desnecessários.
12. As ordens de 9 de Julho, e de 30 de Agosto de 1748, não aprovão semelhantes justificações, e so determinão, que os governadores, oução as cameras, e Provedores da Fazenda na concessão das Sesmarias. As mesmas cameras, he que devem, e he que podem averiguar se os sesmeiros estão nas circunstancias de serem attendidos, sem que sejam vexados com o onus de hua intolerável despesa.
13. Sendo eu Procurador da Coroa, e Fazenda na Capitania de Minas Geraes, expuz os inconvenientes desta pratica tão cheia de inconvenientes, e que não teve outra origem mais do que o dezejo ambiciozo de extorquir salários.
14. A facilidade, que tem havido na concessão das Sesmarias tem sido muito prejudicial, porque se tem queimado aos milhore matos, e os mais proximos as Povoaçãoens, os quaes já sentem afalta das madeiras das lenhas, e dos capins, de forma que os proprios Logradouros das mesmas Povoaçãoens se tem concedido por sesmarias, cauzando, mais prezuijo do que utilidade, porque não tem os Povos onde vão buscar lenhas e capins, nem onde tragão a pasto seus gados. O que se prohibe pe Ordenação do lio. 4ttº. 43§ 1º. Além disto, não praticação os lavradores alguma forma de cultura, porque a exercitão sem beneficiarem as terras, sendo infinitas as que estão deixadas, e que havião de produzir fructos em mais abundancia do que as deste Reyno, se as beneficiassem.
15. Aquella facilidade fas com que os bens da capitania de Minas não sejam estáveis; porque os Roceiros, como se lhes não difficulta a Concessão de novas terras, não fazem bemfeitorias attendriveis nas que possuem, e as abandonão por quaesquer motivos de conveniências fantásticas.

16. *Ha mesma Capitania de Minas centos de sesmarias concedidas a muitos annos sem a menor cultura; e sempre os Povos vão pedindo novas terras, sem que haja necessidades de se lhe concederem, porque os fructos das actuaes são de sobejo para os habitantes da referida Capitania, onde muitas vezes se vende nas Roças o alqueire de milho que tem dous do de Lisboa, a cento e sincoenta reis e a menos, e os mais fructos, se vendem a proporção do milho.*
17. *Estas dezordens, que produzem consequencias muito prejudiciaes, so terão fim quando sua Magestade for servida crear para aquella Capitania hum Intendente d' Agricultura, que a faça exercitar de baixo de preccito.*

Em 1822, a Coroa suspendeu a concessão de sesmarias, nesta época já haviam muitos possuidores irregulares. Esta suspensão beneficiou os mesmos, logo após a Carta Constitucional de 1824 garantiu-se o direito de propriedade para todos que estavam produzindo na terra, inclusive dos possuidores irregulares.

Na região de Quartel Geral a ocupação de terras devolutas iniciou após a morte, captura e destruição dos índios existentes e depois da sangrenta destruição dos quilombos pelo Marechal de Campo Ignacio Pamplona. Este fator atrelado ao declínio das minas no Pitanqui deu-se início ao povoamento da Nova Lorena Diamantina pelos Sesmeiros e possuidores.

Segundo Barbosa (1971 p. 56), estas foram as sesmarias obtidas na região da Nova Lorena Diamantina:

Em 1741, José de Faria Pereira adquiriu quatro sesmarias na barra do Rio Indaiá. Cosme Soares da Costa, em 1740, obteve sesmaria no Extrema, ao lado das terras de José de Faria Pereira. Joaquim Correia da Silva, entre o Funchal e o Indaiá Vicente Teixeira, entre o Indaiá e o Borrachudo, em 1801 Manoel Inácio da Fonseca,

entre os rios Abaeté e Borrachudo, em 1807 José Gonçalves da Silva, Antonio da Costa, entre o Abaeté e o Borrachudo, em 1804 Padre Antonio Correa da Silva, Francisco Antonio Monteiro de Noronha, José Fernandes da Costa, Felipe Joaquim da Cunha, Ana Barbosa da Silva, Alferes Antonio José da Silva nas margens do córrego Marmelada.

A margem esquerda do São Francisco, compreendendo Dores do Indaiá, Quartel Geral e Estrela do Indaiá foi doada em sesmarias, em 1738 a Domingos de Brito com o desaparecimento de Domingos de Brito, o terreno foi doado a quatro irmãos de Itaverava, da família Costa Guimarães, 47 anos depois, isto é, em 1785, seguem outros assentamentos de 1790 a 1802, conforme levantamento de Barbosa, Manoel Gonçalves Mascarenhas, no Ribeirão dos Patos, José dos Santos Marques, em Boa Vista, Manoel e Antonio Gomes Batista, no Rio Indaiá, Ana Batista de Santo Inácio, no Capim Branco; José Simão de Oliveira no Ribeirão Mandassaia; Antonio Pereira de Castro, Manoel Pereira da Silveira, José Gomes de Moura no Japão, Antonio Francisco Xavier, no Taquaral, Maria Gomes Teixeira, Manoel Batista Gomes, Inês Clara de Jesus, no Ribeirão dos Veados.

9.1 - Carta de Sesmaria concedida a Domingos de Britto

Esta Carta de Sesmaria encontra-se no Arquivo Público Mineiro, ela foi extraída na íntegra, cópia fiel de como eram elaboradas Cartas de Sesmaria concedidas aos requerentes daquela época, confeccionados em uma linguagem setecentista e oitocentista, assim está escrito nas páginas 244-245 da Revista do Arquivo Público Mineiro Ano V Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais em 1900.

Gomes Fr.º de Andrada etc. - Faço saber aos que esta minha Carta de sesmaria virem que tendo respeito a me representar Domingos de Britto abridor do caminho que do Pitangui se botou p.ª os vizinhos q' elle no ditto caminho descobriu hum citio chamado pé de serra e porque o quer possuir com justo titulo p.ª sem contendas de usar delle o qual citio parte do Norte com um ribeyrão chamado dos Veados e do poente com a serra do Andaya e do Sul com a ultima chapada vertentes p.ª o ribeyrão do Jorge e nascente com as beceyras do Reacho das Antas cortando direito ao ribeyrão dos Veados p.ª o Norte, e p.ª o sul p.ª a chapada mencionada, e p.ª se fazer legitimo sr. Della necessita de titulo para com mais fervor cultivar penhandose em mayor despeza de que havia resultar augmentos de Dízimos: Me pedia lhe mandasse passar carta de Sesmaria do ditto Citio ao que attendendo eu a informação do Provedor da fazenda e Procurador della e da coroa a q.m ouvy; Hey por bem fazer de conceder, em nome de S.Mag.º ao d.º Domingos de Britto de trez Legoas de terras, em quadra na sobre dita paragem com a demarcação porem que não passarão de trez Legoas, em quadra, esta concessão ou não comprehendão ambas as margens de algum Rio regavel porque neste cazo ficará livre de hua das partes, o espaço de meya Legoa para o uso publico na forma das ultimas ordens de S.Mag.ª, e esta m.ce que faço ao sup.º he salvo o direito régio, ou prezo de terceiro que haja povoado cultivado e ocupado as ditas terras dellas tenha algum titulo que valiozo seja ficando aos vizinhos, e

moradores com q.m partem não som.te reservados os seus citios mas as vertentes delles que lhe forem competentes sem que os refferidos vizinhos, e moradores com o pretexto de vertentes sequeirão apropriar de demaziadas terras, em prejuizo desta m.º que faço ao sup.º que será obrigado dentro de hum anno que se contará da data desta a demarcar judicialmente as ditas terras por officiaes competentes, medindose as que lhe concedo e de que lhe faço m.º antes de fazer a dita demarcação serão notificados os refferidos vizinhos e moradores, com quem partirem as d.ª terras por officiaes competentes p.ª alegarem o prejuizo que tiverem ou embargarem a demarcação judicialmente se lhe prejudicar sem fazer a dita notificação, e demarcação será de nenhum vigor esta sesmaria por ser justo que cada hum possua o q' lhe pertence, e se evitem contendas, e o sup.º será obrigado a povoar cultivar e ocupar as ditas terras, ou em parte dellas dentro de dous annos, e não o fazendo se devolverão e darão a quem as possa cultivar, e outro sy terá as ditas terras com a condição de nellas não succederem Religioens e acontecendo que as possuão será com o encargo de deverem e pagarem dellas dízimos como se fosse possuidas por seculares, e faltando se ao refferido se julgarão por devolutas e darão a q.m as denunciar e o supr.º não impedirá os caminhos e serventias publicas que no tal citio houver: Pello que mando aos officiaes a q.m tocar dem posse ao sup.º das refferidas trez legoas de terras em quadra nas confrontaçoes e demarçoes asima declaradas na forma desta minha concessão feita primr.º a demarcação com a notificação dos vizinhos como asima ordeno de que se fará termo nos registros das nottas para a todo o tempo constar dos Lmites desta Sesmaria na forma do regimento; e será outro sy obrigado a mandalla confirmar por S.Mag.º pelo seo conselho Ultrº para o q' lhe concedo o tempo de quatro annos q' comessarão a correr da data desta sesmaria q' por firmeza de tudo lhe mandey passar por mim assignada e sellada com o sinete de minhas armas q' se cumprirá inteiramente como nella se contem registrando-se nos Livros da secretaria deste governo e nos mais a q' tocar. Dada em Villa Rica a doze de junho

Anno do nascimento de nosso s.r Jezus Christo de mil sette centos trinta e oito. André Teyxeira da Costa q' sirvo de secretario do gov.º a fez escrever Gomes Frª de Andr.º.

DOCUMENTOS
ANTIGOS

Essa documentação são cópias fiéis extraídas na íntegra, do Arquivo de Paz e Notas do Município de Quartel Geral-MG. Elas mostram como eram elaborados os registros naquela época, escritos em linguagem setecentista, como mostra a transcrição abaixo:

a. Escritura de compra e venda de escravo

Escrevem de compra e venda e paga Quitavam de hum escravo de nome Jerônimo de cor Parda que vende Manoel Antônio Sousa ao Reverendo Padre Olegario Jose Ribeiro Caldas; na forma abaixo declarada.

Saibam quantos este Publico instrumento de compra e venda, que Quitavam que vende Manoel Antonio de Sousa hum Escravo como em Direito a melhor nome haja virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oito centos e sessenta e seis, neste Arraial do Espírito Santo do Indaiá Termo Villa de Dores da Marmellada comarca de Pitangui; aos vinte e um Dias do mes de Março do ditto anno, em casas de residencia de Manoel Antonio de Sousa onde eu Escrivam vim a chamado do Reverendo Padre Olegario Joze Ribeiro Caldas e sendo a hi compareceu Manoel Antonio de Sousa e por elle ditto me foi ditto que por este Publico instrumento e na melhor forma de Direito que me deu sua ampla vontade vem deu hum Escravo de nome Jerônimo de cor Parda ao Reverendo Padre Olegario Jose Ribeiro Caldas que a recebeu por herança de seu finado sogro cujo Escravo vendido ao ditto Reverendo pela quantia de dous contos cujo quantia ao fazer deste instrumento ficando o comprador obrigado a pagar os Direitos Nascidos como a sim a fis, e a presentou ter pago pelos conhecimentos do Livro Numero 93. Renda Provincial = Minas Gerais A folhas do Livro de Receita fica de bita da ao collector Miquel Rodrigues da Silva Cordeiro a importancia de cincoenta e sette mil reis = Reis = 50,000 = recebida do vigario Olegario Jose Ribeiro Caldas, pelo

em posto de cinco por cento e novos e velhos Direitos, pela compra que fez do Escravo Jeronimo, a Manoel Antonio de Sousa por dous Contos de reis. Colletoria Municipal de Dores 21 de Março de 1870 o Colletor Silva Cardoso = o Escrivam Apresentado. A matricula, e Matriculado em 10 de Abril de 1872, Pagou 500 r ao culletor Silva Cardoso. Nada mais se continha em os ditos conhecimentos, e Matricula das quais bem e fielmente copiei. Sendo a tudo testemunhas presentes Aurelliano Domingues Ornelles, e Jose Caetano da Silva que assignaram a presente Escripuraçam com o vendidos comprados perante mim Joze Fernandes Rosado. Escrivam dos Juizo de Pas que o Escrevi e a signo em Publico e Paso.

Em testemunho de verdade

Jose Fernandes Rosado

Manoel Antonio de Sousa

Padre Olegario Joze Ribeiro Caldas

b. Carta de Liberdade (Alforria de Escrava)

Carta de Liberdade que deu Donna Balbina Maria da Silva a sua Escrava Marcollina Maria da Silva na forma abaicho de clarado.

Saibam quantos este Publico instrumento de Carta de Liberdade ou como em Direito o melhor nome virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e oito centos e settenta e seis, aos onse Dias do mes de Agosto do ditto anno neste Districto do Espirito Santo do Indaiá Termo da villa de Dores da Marmelada nesta Fasenda denominada Pantano, em casas da residencia do Alfferes Francisco Fernandes da Silva, onde eu Escrivam ao diante nomiado, e a signado fui vindo: e sendo a hi com parecer presente Joaquim Bento Ferreira Coelho reconhecido demim Escrivam, e das testemunhas, a dantes a signadas em presença das quais por elle dito Joaquim Bento Ferreira Coelho me foi entregue huma Carta de Liberdade pedindo me que eu Lavrace no Livro de Nottas: a qual consta do lhe a seguinte: Eu Abaicho a signada Balbina Maria da Silva de claro que tenho por duaçam huma Escrava por nome Marculina Maria da Silva, cuja escrava a tenho condicionalmente, e como tem servido me bem a trese annos mais ou menos por isso dizisto da condiçam. Cazei - a com Joaquim Rosado Ferreira Coelho: e deste este casamento fica ella ditto gozando Liberdade como se fosse de ventre livre: E por nam saber ler, nem Escrever, pedi a Francisco Fernandes da Silva que este por mim passasse, e a meu Rogo a signa-se Pedro Vieira da Costa Mello. Pantanno onze de Agosto de mil e oitto centos e setenta e seis = Arrogo de Balbina Maria da Silva, Pedro Vieira da Costa Mello = fui presente Pedro Vicente Rodrigues de Araújo = Fis e vi a signar a rogo e concordei Francisco Fernandes da Silva. E nada mais se continha em a ditto Carta de liberdade a qual fis este Lançamento di todo o resultado em o qual a signa as testemunhas Pedro Vicente Rodrigues de Araujo e Pedro Vieira da Costa Mello. Eu José Fernandes Rozado Escrivam do Juízo de Pas e Nottas o Escrevi e a signo em Publico e Paso.

Em testemunho de verdade

M^a José Fernandes Rozado

M^a Pedro Vicente Rodrigues de Araujo

c. Procução para realizar compra de escravos

Procuçam bastante com poderes Espicial que fasem Theodoro José da Silva, Manoel Monteiro Vieira como abaicho Declara.

Saibam quantos este Publico instrumento depoderes e Procuam bastante virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor u Christo de mil e oito centos e settenta e cinco, aos vinte oito as domes de Agosto do ditto anno nesta Fazenda denominada mtanno do Districto do Espirito Santo do Indaiá Termo da Villa Dores da Marmellada: compareceram como ortorgantes Theodoro é da Silva, e Manoel Monteiro Viusa reconhecidos pelos próprios, nim, e das testemunhas aeadiante asignadas, o Alferes Francisco nandes da Silva, e Frederico Correa de Sousa; emprezença das tes por elles ottorgantes m foi ditto; que por este Publico Enstru- nto namilhor forma de Direito nomiavam e constituíam por seos tantes Procuradores compradores Espicial na villa da Marmellada idesto Pires Ribeiro, Miguel Rodrigues da Silva Cardoso, para dar riptura a Freitas e Companias das Escravas Barbara e Furtunatos quais concedem todos seos poderes em Direitos permittidos, a que em seos nomes como se ppresente fossem em juiso, aufôra le requerer, allegar, defender todo seu Direito ejustiça, em quais r Causas, ou demandas, civis, e crimes momivido ou por mover, que for authores ou reos em hum ou outro fôro Fasendo citar; rrecer açoes, Libellos, Excepções, Embargos, suspensos, e outros is quer Antigos Poderes arrecadar e aver ali toda asua Fazenda; heiros, ouro, Pratta, Escravos em comendas carregações, dividas, : se lhes devam, Legados, heranças, dinheiros de Coffres Públi- . E tudo omais que porqual quer Títullos lhes pertencer, requerer entários, assistir asimpacções, emais Termos das partilhas: Licitacs e Penhoras, Sequestros Prizoes, Concenter em sulturas; Receber, r quitacções, como pedido se lhesfor emtentar açoes, reconven- s variar de humas, para outras, como milhor lhe convier; Jurar em Alma de Callunia, decisorio e supletoriamente e outros qualquer

licito juramento: Fase-los dar, aquem convier: Prodisir, contraditar, inquirir, ou perguntar testemunhas, dar de suspeito, aos julgadores, Escrivaos; e mais pessoas da justiça, que suspeito lhes for e de novo tomar acomais, appellar, agravos, Embargos, recorrer, proptestar, e contraprotestar: fazer reclamações, sessões disistencias, transacções, amigáveis com permicções, comficções, e devidas de abillitacções, dar contas, e pedi-las a quem as deva dar, nomiar e aprovar somados, em juiso, e Arbitros, com recurso, ou com elle a sistir, acusar ou defender em qual quer jury, Assignar termos de Tutela curatoria, Testamentária e prestar a respectiva contas substabellecer os poderes desta em hum ou mais Procuradores, e roga-los parecendo-lhes; e fasendo tudo omais que for de seu beneficio com livre e geral administraçam: seguindo tudo suas cartas de ordem que valleram como parte, em cencial deste Instrumento: havendo por espreços todos os poderes: como se de di cada hum fisece espicial mençam; E só reserva para sua pessoa a nova citaçam e que premittia haver por bem firmo vallorizo tudo quanto fosse lavrado por seu Procurador, e futuros substabellecidos, rellevando do em cargo da saptisfaçam que o Direito oltorga. E de como assim o diceram do que dou a fé. Fasço este Instrumento, que sendo lido, asignaram commigo Jose Fernandes Rosado Escrivam de juiso de Pas que o Escrevi e asigno em Publico e Rogo.

Em testemunho de verdade.

Jose Fernandes Rosado

Theodoro José da Silva

Manoel Monteiro Vieira

M^a Frederico Correa de Sousa

M^a Frei Reverendo Francisco Firmino da Silva

d. Procuração para fazer inventário de partilhas de herança

Procuração bastante que fas Joaquim Antonio de Barros com poderes Especiaes na forma abaicho de clarado.

Saibam quantos este Publico instrumento de poderes e procuraçam bastante Espicial, ou como em Direito o melhor nome e lugar haja virem que sendo no anno do Nascimento de Nossò Senhor Jesus Christo de mil e oito centos e settenta e cinco nesta Fazenda denominada Pantanno do Districto do Espirito Santo do Indaia onde eu Escrivam fui (vindo), e sendo ahi compareceu presente Joaquim Antonio de Barros reconhecido demim Escrivam e das testemunhas digo do Indaiá Termo da Villa de Dores da Marmellada commarca de Pitanguí, onde eu Escrivam fui vindo, e tendo ahi compareceo o presente Joquim Antonio de Barros reconhecido demim Escrivam, e das testemunhas adiantes a signadas, em presença das quaes por elle oltorgante me foi ditto que por este Publico instrumento ena-milhor forma de Direito Constitua e oltorgava por seos bastantes Procuradores; na Cidade de Pitanguí, aos senhores a Filicio Antonio de Barros, o Doutthor Martinho Contagem Alvares da Silva, e José Nunes de Carvalho para tratar do Inventário e Partilhas de seu finado Pai Antonio Silverio de Barros, aos quaes concedem todos os poderes por Direitos permitidos, para que em seu nome e lugar possam requerer, alegar mostrar, e defender todo o seu Direito e justiça em qualquer juiso ou Tribunal: arrecadar e aver ali toda sua fazenda requerer, em juiso ou fora delle tódo seu Direito permitidos requerer, alegar, mostrar em qualquer causa de demanda civis e crimes movidas e por mover em que for auththor ou reo: Citar a seos devedores, e a quem mais o deva ser varias de huma para outra acçam arrecadar e aver asi toda sua fazenda dinheiros, ouro, Prattas, em comendas carregacções dinheiros de coffre Públicos. Legados heranças Ligitimas: e todos os mais gêneros de Artigos com a Espicialidade de aprovar uma quantia que seu finado Pai ficou a dever a seu Irmam Filicio Antonio de Barros. Etudo o mais que por qual quer Titulo lhe possa

pertencer Jurar em sua Alma qual quer licito juramento de callunia decisorio e supletoriamente fasellos prestar a quem com vier, dar de suspeito a quem lhe for a sistindo com esta a toda ordem ordem e figura de juiso, ou fora delle Faram conciliações confições verdadeiras, e amigáveis composições. Fasendo tudo o mais que for a beneficio delle oltorgante como se decada hum fisece emdividual memçam, e os relieva do em cargo da saptisfaçam que o Direito oltorga. E de como a sim o dice e oltorgou me pedio este Instrumento que o fis. Assim como podendo substabellecer esta em quem lhe parecer com poderes gerais e Espiciaes, e promette a ver por firme e vallioso tudo quanto fiserem seos dittos Procuradores nomiados futuros substabellecidos por requerido e lavrado. Ediuma asim o dice que dou fé fis este Instrumento. Eu José Fernandes Rosado Escrivam do juiso de Pas que o Escrevy e assigno em Publico e Paso em testemunho de verdade.

José Fernandes Rosado

Arrogo de Joaquim Antonio de Barros

Francisco Fernandes da Silva

M^a Delfino Theodoro da Silva

M^a Balthazar de Freitas Silva

e. Escritura de compra e venda

Escreituraçam de Compra e Venda e paga quitaçam de bens Pais que Antonio Pinto de Almeida na forma abaixo declarada

Saibam quantos este Publico instrumento de compra e paga taçam de venda de bens de Pais ou como em Direito e melhor me e lugar, haja virem que sendo no anno do Nascimento de Nos-Senhor Jesu Christo demil e oito Centos e setenta e cinco, nesta senda denominada os Esteios Distrito do Espirito Santo do In-á Termo da Villa de Dores da Marmellada Cômarca de Pitangui vinte seis dias de outubro do ditto anno onde eu Escrivam vim a chamado de Antonio Pinto de Almeida reconhecido pelo proprio de m. Escrivam, e das testemunhas a adiantes nomiadas e assignadas, sendo ahi presente o dito Antonio Pinto de Almeida, por elle dito foi ditto, que por este Publico instrumento vendeu huma parte de terras de Cultura e Serrados na Fazenda denomiada Matta da Rua, e os ouve por herança dos finados os avos Jose Caetano Alves Ruas e Maria digo e (Lucinda) Maria da Conceiçam cuja venda muito sua ampla vontade aos senhores Reginaldo Hernesto de Tolledo, Valeriano Vieira Braga, pela a quantia de quinhentos, e trinta mil reis recebido já a muito tempo, com antes passado a competente Escreitura o que presentemente agora o faço, ficando os comprados obrigados apagar os Direitos Nacionais, e o ver de dar obrigado ser a venda bôa por qual quer dever de que se possa sucitar: Como Fatto hum dos compradores aprezentou ter pago os Direitos Nacionais, pelos conhecimentos da colletoria, que constam do Theor sentes Numero deza seis Província de Minas Gerais Receita Geral: Exercício de mil e oito centos e settenta e cinco, a mil e oito Centos e setenta e seis Transmissor de propriedade Lei numero 2342 de 25 Agosto de 1873 Art 11§11 e Regulamento Numero 3521 de 31 Março de 1874. A Folhas do Caderno de receita. Fica debitado o Colletor no valor de trinta e hum mil oito centos reis. (Reis 31 200) recebido de Reginaldo Hernesto de Toledo, e a Valleriano Vieira

Braga proveniente da compra que fes de bens de Pais, a Antonio Pinto de Almeida, pro (530) Para Aver se lhe dá a presente conhecimento. Colletoria Municipal de Dores Vinte e quatro de outubro de mil e oito centos e settenta e cinco o culletor Silva Cardoso o Escrivam numero 99 Renda Provincial, sello em 24 de outubro demil oito centos e settenta e cinco Silva Cardoso Minas Gerais. A folhas do caderno de Receitas Fica debitada ao colletor Miguel Rodrigues da Silva Cardoso, a importância de Cinco mil reis (5 000 reis) = Recebida de Reginaldo Hernesto de Tolledo, e Valleriano Vieira Braga pelo imposto de Novos e velhos Direitos, pela compra de bens de Pais. a. Antonio Pinto de Almeida, por quinhentos e trinta mil reis. Colletoria Municipal de Dores Vinte e quatro de outubro de mil e oito centos e settenta e cinco. O colletor Silva Cardoso. Escrivam. E nada, mais se continha em os conhecimentos dos quais copiei bem e fielmente. E para frimesa do Esposto me pediu a mim Escrivam que lhe passou este Instrumento em rasam do meu officio pelo que fis eu li e a signou o Vendedor em presença das testemunhas ae diante das assignadas e hum dos compradores. Eu José Fernandes Rosado Escrivam do Juizo de Paz que o Escrevi e a signo em Publico e Rogo em Testemunho de Verdade.

José Fernandes Rosado

Antonio Pinto de Almeida

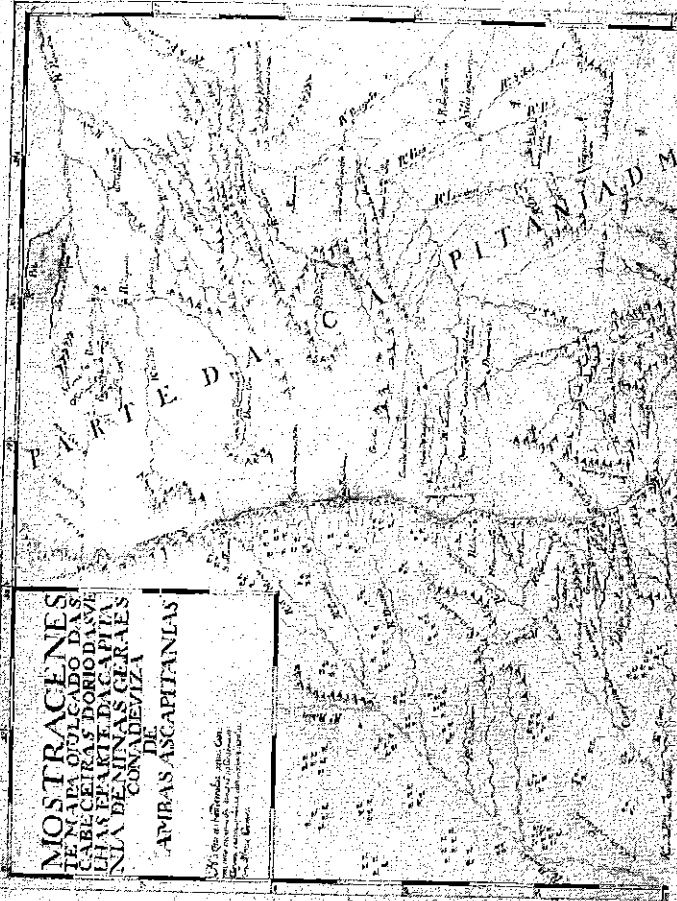
Reginaldo Ernesto de Toledo

LL Vicente Rozado

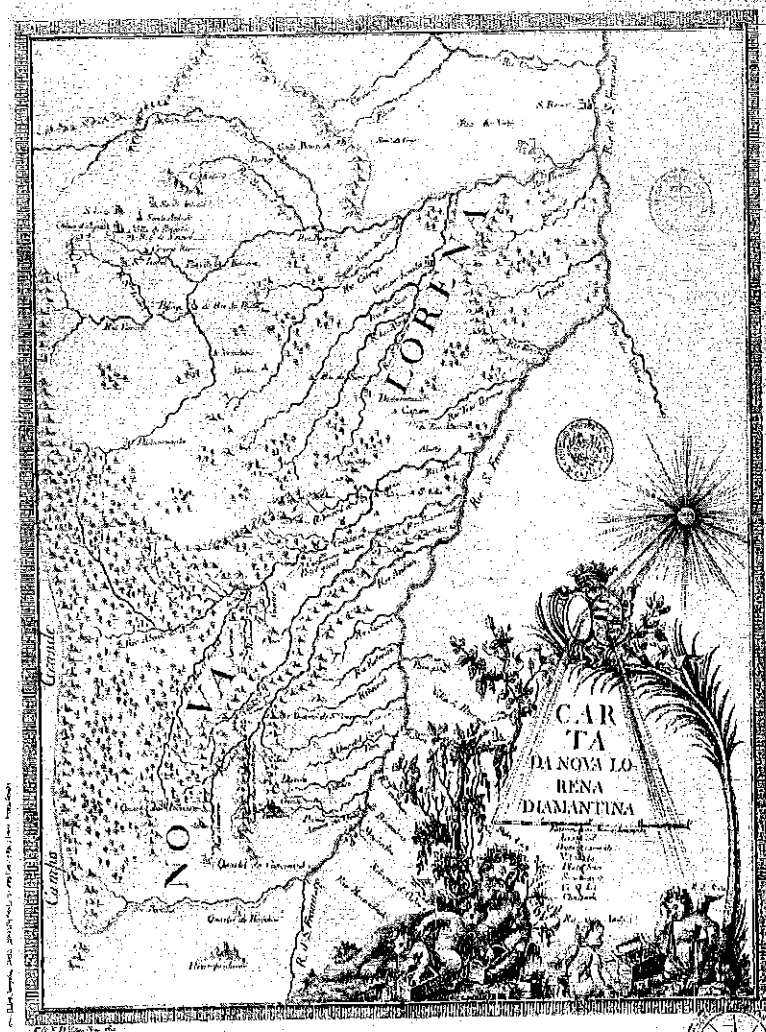
LL Francisco Fernandes Rozado

A CHAVE DE QUARTEL GERAL

FIGURAS



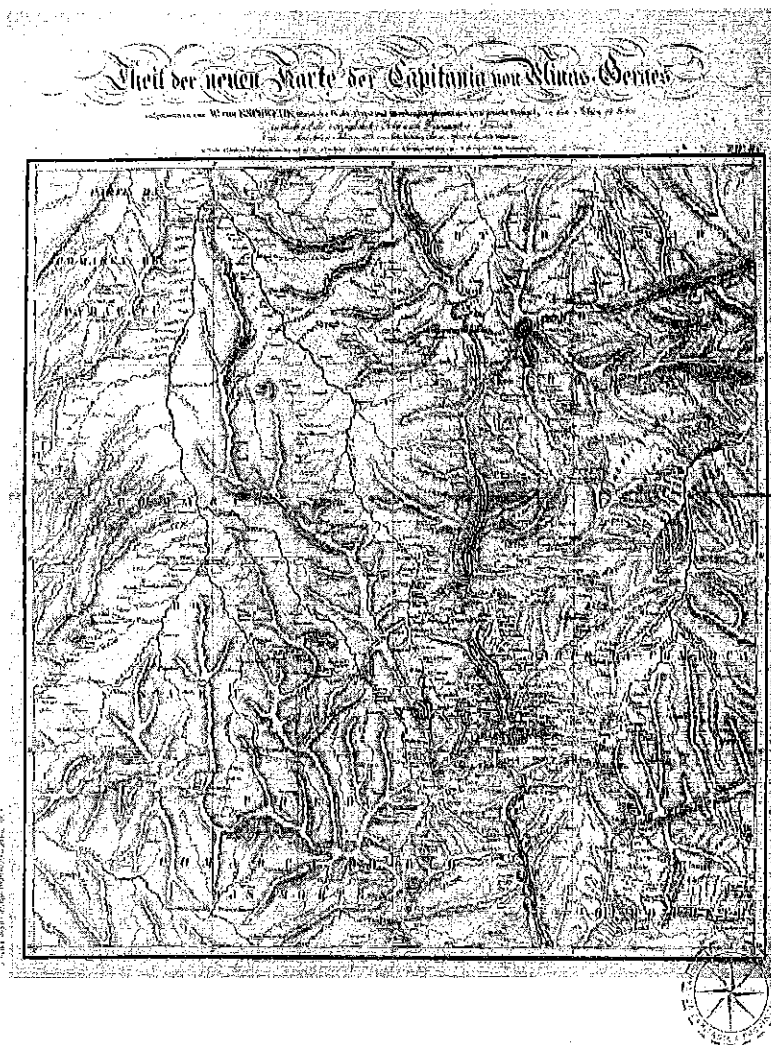
PRIMEIRA ADMINISTRACAO - MOSTRACENES DE AMBRAS ASCAPITANAS - DISTRITO DE AMBRAS ASCAPITANAS - MUNICIPIO DE AMBRAS ASCAPITANAS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



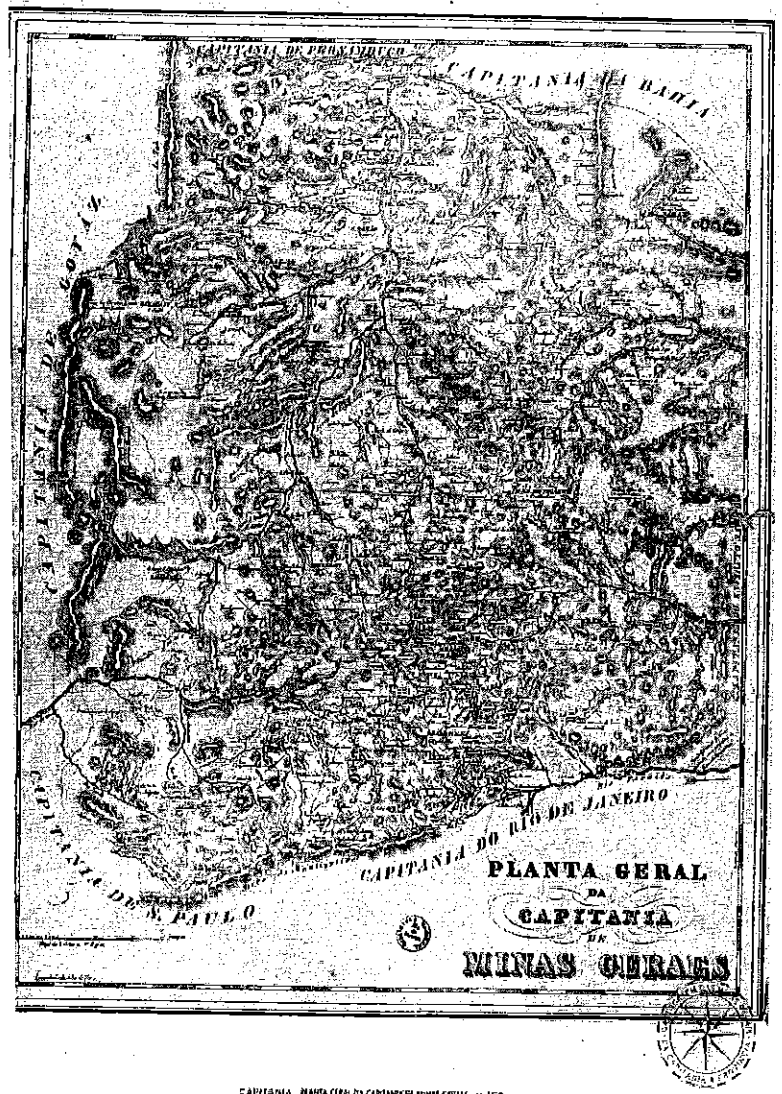
DISTRITO DOS GERALTES - CARTA DA NOVA LORENA DIAMANTINA - 1822



REDACTED



REDACTED



CAPITANIA PLANTA GERAL DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS - 1763

BIBLIOGRAFIA

Arquivo Nacional Registros de nº 28 e 29.

APM, Arquivo da Câmara Municipal da Vila do Príncipe hoje cidade do serro. Volume VIII.

APM, Livro 2º Registro de Cartas, Ordens e Bandos. 383 a 384.

ARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga à mineração*. Belo Horizonte, UFMG, 1971. 541 p.

ARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte, 1964. 171 p.

ARTHELMY, D. (2004). *Mineralogy Database*, Disponível em: www.webmineral.com, Acesso em: 20/08/2007.

ENTO, Cláudio Moreira. *Etimologia das Graduações e Pastas do Exército*. Rio de Janeiro, 2000.

RANCO, P.M. *Dicionário de mineralogia*. 2. ed. Porto Alegre: FRGS, 1982. 264 p.

RASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

RASIL - Departamento Nacional da Produção Mineral. (1982) Projeto RADAMBRASIL, Folha SD. 23, Brasília. Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro, v. 29, p. 1- 660.

ARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Nacional, 1968.

ARTA Topográfica Dores do Indaiá, Escala 1:100.000, 175.

CEKINSKI, E.; PEREIRA, S. C. C.; SILVA, G. A.; VALARELLI, J. V. *Caracterização Tecnológica do Verdete do Cedro de Abaeté (MG) na Produção de Termofosfato Potássico Fundido*. In: Simpósio Brasileiro de Tecnologia de Produção de Fertilizantes, 1988, São Paulo. Anais do Simpósio Brasileiro de Tecnologia de Produção de Fertilizantes, 1988. v. 1. p. 255-261.

Cod. 230, fl. 22 APM.

Cod. 143, fl. 116 APM.

Cod. 315, fl. 23 APM.

COMIG, Companhia Mineradora do Estado de Minas Gerais. *Mapa Geológico do estado de Minas Gerais*. Edição especial, 2003, BRASIL.

CORRÊA, Carlos Cunha. *Serra da Saudade*. Belo Horizonte, 1948. 296 p.

CORREIA, Leopoldo. *Achegas à História do Oeste de Minas/Fomiga e municípios vizinhos*, 2. ed. Formiga, 1993. 304 p.

CORREIA, Viriato. Coleção para você meu Filho, Grandes Vocações: S/D, 375 p.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia Miúda*. São Paulo, Editores, 1992.

COSTA, M. L. *Aspectos Geológicos dos lateritos da Amazônia*. Revista Brasileira de Geociências vol. 21, p.146-160, 1991.

COSTA, M.L. *Lateritos e lateritização*. In: CONG. BRAS. GEOL., 36. Natal. 1990. Anais.Natal, SBG. v.1, p. 404-421.

ARDENNE, M. A.; WALDE, D. H. G. (1979) *A estratigrafia dos rupos Bambuí e Macaúbas no Brasil central*. In: SIMPÓSIO DE EOLOGIA DE MINAS GERAIS, 1., 1979. Belo Horizonte. nais. Belo Horizonte, SBG. p. 43-45.

icionário Escolar da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, 1980, p. 163.

INIZ, Sílvio Gabriel. *Capítulos da História de Pitangui*. Belo Horizonte, Autor, 1966.

ELISBERTO, João Sylla Macedo, ET alii. *Manual Básico do Soldado PM/BM (MP-6-3-PM)*. Belo Horizonte, 1989. 419 p.

ÚZA, Rubens. *O diamante do Abaeté e outros contos*. Belo Horizonte, 1988. 216 p.

ÚZA, Rubens. *Do São Francisco ao Indaiá; história e estória de Dolores Indaiá*. Belo Horizonte, 2003. 424 p.

ÚZA, Rubens. *Tiradentes – Crônicas da vida colonial brasileira*. Belo Horizonte, 2006. 256 p.

ÚZA, Rubens. *Águas da Piraquara*. Belo Horizonte, 2006. 344 p.

OLFARI, Lamberto. *Zoneamento Ecológico do Estado de Minas Gerais para Reflorestamento*. Belo Horizonte, 1975. 65 p.

JERRA, Cláudio- Coordenado – *Meio ambiente e Trabalho no Estado do Eucalipto* – Associação Agência Terra 1995.

Revista do Grupo Inconfidência Nr 25 – Rio de Janeiro, abril de 2008.

Jornal Municípios Mineiros Ano XCIV – Belo Horizonte, sábado, 26 de julho de 1986 Nr 38, - Texto de Carlos Olavo c. Pereira.

Jornal Municípios Mineiros Ano XCIV – Belo Horizonte, sábado, 29 de julho de 1986 Nr 139, - Texto de Carlos Olavo c. Pereira.

Jornal Voz do Oeste (Set, 1928). Texto de José Francisco Xavier. LEINZ, Victor & CAMPOS, J.E. *Guia para determinação de minerais*. São Paulo, Nacional, 1976.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

LIPPI, Lúcia O. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*. In: HISTÓRIA, Ciências, Saúde – Manguinhos. v. 5 (suplemento), julho, 1998. p. 195-215.

Livro de Notas do Cartório de Registro Civil de Quartel Geral-MG, agosto, 1875. p. 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9.

Mapa *CAPITANIA* – Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, 1800, BRASIL.

Mapa *CAPTANIA* – Theil der neuen Karte der Capitania Von Minas Gerais. Aufgenommen Von W. Von Eschwege, 1821, BRASIL.

Mapa *MAPAS REGIONAIS MAPPA* da Conquista do Mestre de Campo Ignacio Correya Pamplona, Regente Chefe da Legião, – ca. 1784, BRASIL.

Mapa *DISTRITO DOS DIAMANTES* - Carta da Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas, 1802, BRASIL.

Mapa *DIVISÕES ADMINISTRATIVAS* – Mostre Neste Mapa o lugar das Cabeceiras do Rio das Velhas e Parte da Capitania de Minas Geraes com Deviza de Ambas as Capitancias, Joze Joaquim da Rocha, - 1780, BRASIL.

Revista do Arquivo Público Mineiro Ano X – 1904. Belo Horizonte, Imprensa Oficial p. 95-10, 139 a 141.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume II 1879. p. 14-749-757 763.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume III 1879. p. 748-751.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume IV, 1899. p. 202 - 287-12 e 298.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume IV, 1900. p. 94.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume VI, Fascículo III e IV dezembro 1901. p. 846.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume VII, 1902. p. 710 - 711 712.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume VIII, 1903. p. 383 a 384 - 556 a 558 - 635 - 639.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume IX 1904 p. 335-336-337-830-833-835.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume X 1904 p. 95-110.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume X 1905 p. 163-165.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume XV 1910 p. 40-56.

Revista do Arquivo Público Mineiro Volume XX, 1924. p. 11-15-88 e 89.

Revista Industrial v. 39, Nr 03, mar 1992. p. 37 - 38.

Revista Especial Nr 06 do Departamento de História FAFICH/UFMG, - *Escravidão*. Belo Horizonte, 1988.

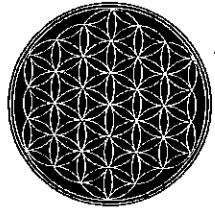
SCAPM - Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro Nr 42 p. 54v.

SCAPM - Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro Nr 123 p. 130v e 131.

SILVEIRA, Breno e outros (Viriato Corrêa, Orígenes Lessa, Menotti Del Picchia e Tito Batini.), *Grandes Vocações 1 Libertadores*. Ed Donato Ltda, SD, 375 p.

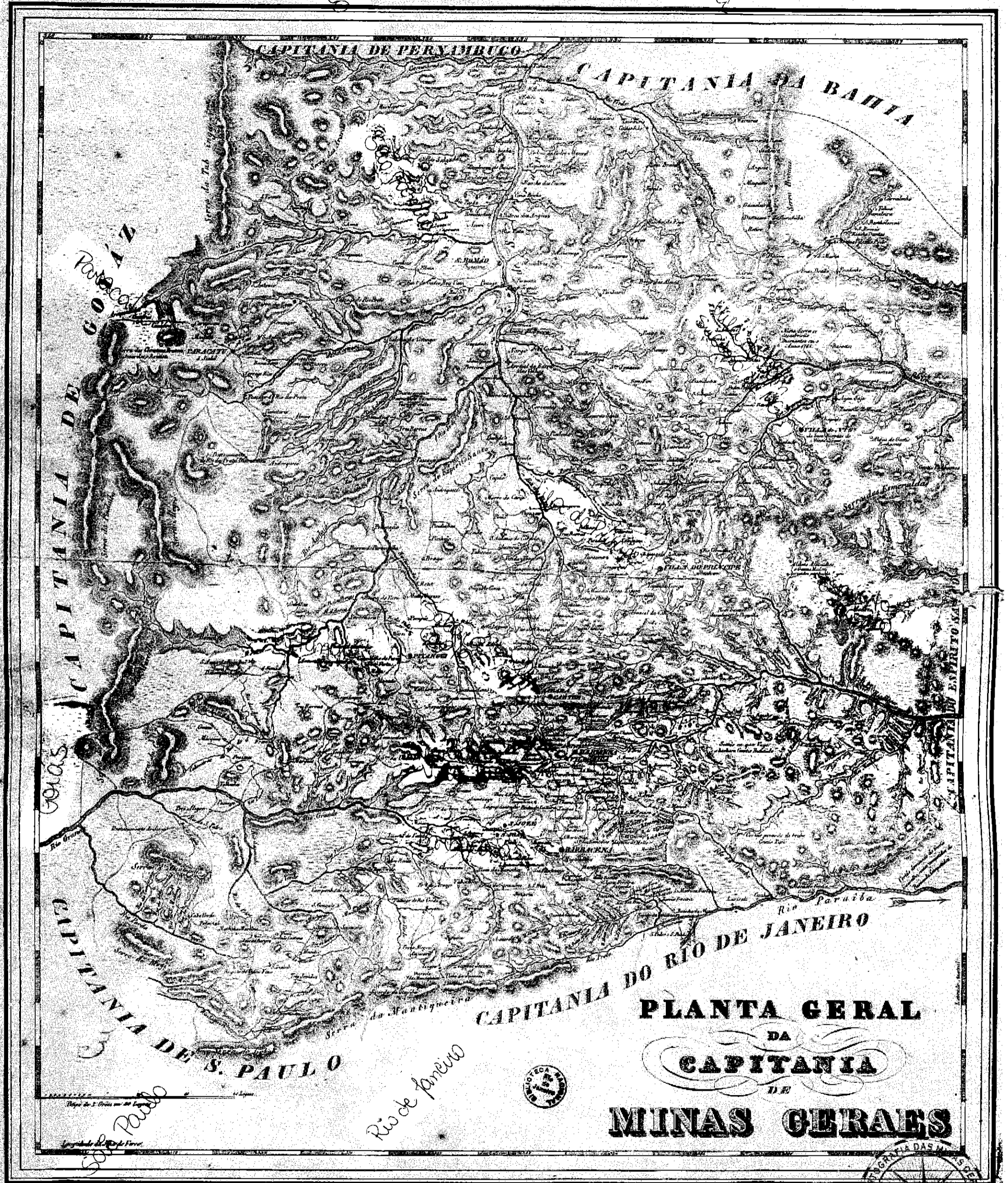
TORAL, André et al. *Os brutos que conquistaram o Brasil. Super Interessante*, São Paulo, Ano 14, n. 4, p. 26-35, abr. 2000.

WINGE, M. *Glossário Geológico Ilustrado*. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/glossario/>> Acesso em: 20/08/2007.



Pernambuco

Bahia



17,0x39,4cm, topografia (Schöner), Mannheim - BH (CEB 3162) João Vicente Mello - CCH

CAPITANIA PLANTA GERAL DA CAPITANIA DE MINAS GERAES - ca. 1800